



## **DISCURSO, SOCIEDADE E CULTURA**

*I Encontro de PESQUISAdores em ESTUDOS DISCURSIVOS*

Ivone Tavares de Lucena  
Maria Angélica de Oliveira  
Paulo Aldemir Delfino Lopes  
**[Organizadores]**

## **DISCURSO, SOCIEDADE E CULTURA**

*I Encontro de PESQUISAdores em ESTUDOS  
DISCURSIVOS*



João Pessoa – PB  
2013

**Organização:**

Ivone Tavares de Lucena

Maria Angélica de Oliveira

Paulo Aldemir Delfino Lopes

**Diagramação:**

Paulo Aldemir Delfino Lopes

**Arte da capa:**

Amanda Braga

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA MUNICIPAL  
DAMÁSIO FRANCA

E562

Discurso, Sociedade e Cultura.

Encontro de Pesquisadores em Estudos Discursivos, I,  
*Anais.* / Ivone Tavares de Lucena; Maria Angélica de Oliveira  
(org.) UFPB/CCHLA/PP Letras. João Pessoa: Ideia, 2013.

v. 1.

ISBN 978-85-7539-765-7

1. Literatura. 2. Sociedade Cultural. 3. Literatura na  
Sociedade I. Título.

CDU: 82:616(81)

  
EDITORIA  
(83) 3222-5986  
[www.ideiaeitora.com.br](http://www.ideiaeitora.com.br)

Impresso no Brasil  
Feito o Depósito Legal

## **COORDENAÇÃO GERAL**

Ivone Tavares de Lucena – UFPB

Maria Angélica de Oliveira – UFPB / UFCG

## **COMISSÃO CIENTÍFICA**

Ivone Tavares de Lucena – UFPB

Maria Angélica de Oliveira – UFPB / UFCG

## **COMISSÃO DE EXECUÇÃO**

Antônio Genário Pinheiro dos Santos – UFPB / UFRN

Dionilson Cezar D. Batista – UFPB

Edjane Gomes de Assis – UEPB

Emanoel Raiff Gomes da Nóbrega Filho – UFPB

Iracilda Cavalcante de Freitas Gonçalves – UFPB

Ivanilda Marques – UFPB

Ivone Tavares de Lucena – UFPB

Josete Marinho de Lucena – UFPB

Maria Angélica de Oliveira – UFPB / UFCG

Paulo Aldemir Delfino Lopes – UFPB

Petrônio Fernandes Beltrão – UFPB

Plinio Pereira Filho – UFPB

Roberia Cesar Souto Maior – UFPB

Samuel Rodrigues da Rocha – UFPB

## **MONITORES**

Alécia Lucélia Gomes Pereira  
Ângela Paula Nunes Ferreira  
Carolina Coeli R. Batista  
Elaine da Silva Reis  
Francicleide Liberato  
Glauciene Araújo Carvalho  
Rosa Maria da Silva Medeiros  
Simeia de Castro  
Solanielly da Cruz Aguiar  
Valdilene Ferreira dos Santos



## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
<i>Os organizadores.....</i>	12
A COMPETÊNCIA DISCURSIVA NA EJA: O PAPEL DA LEITURA .....	13
<i>Almeri Freitas de Souza.....</i>	13
LEITURAS (INTER)DISCURSIVAS DE O FANTÁSTICO MISTÉRIO DE FEIURINHA .....	29
<i>Alixandra Guedes.....</i>	29
AVALIANDO A AVALIAÇÃO, PERCORRENDO O CURRÍCULO: ENTRECruzamentos DISCURSIVOS NUM PROJETO PEDAGÓGICO .....	44
<i>Samelly Xavier Cruz.....</i>	44
VONTADES DE VERDADE E RELAÇÕES DE PODER: O QUE PREVALECE NO DISCURSO AVALIATIVO .....	59
<i>Francicleide Liberato Santos.....</i>	59
O DISCURSO DO MANUAL DE SECRETARIADO E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO CURSO DE SECRETARIADO DA UFPB.....	75
<i>Barthyra Cabral Vieira de Andrade Cláudino.....</i>	75
<i>Marineide Maria da Silva.....</i>	75
RELATOS REFLEXIVOS: ESTRATÉGIAS DE POLIDEZ COMO ESPAÇO PARA PRESEVARÇÃO/AMEAÇA DE FACES EM CONTEXTO DE SEMINÁRIO.....	90
<i>Ana Cecília de Assis e Sá.....</i>	90
<i>Aloísio de Medeiros Dantas.....</i>	90
VAMOS (RE) PENSAR A EDUCAÇÃO A PARTIR DE UM CAVALO MORTO? UM EXERCÍCIO DE LEITURA DISCURSIVA.....	103
<i>Rosa Maria da Silva Medeiros .....</i>	103
<i>Maria Angélica de Oliveira.....</i>	103



A PERDA DA AUTORIDADE DO SUJEITO-PROFESSOR EM SALA DE AULA: UM ESTUDO DISCURSIVO ACERCA DA AUTORIDADE QUE TRANSITOU .....	121
<i>Carolina Coeli Rodrigues Batista</i> .....	121
OPINIÃO DOS PROFESSORES SOBRE OS LIVROS ADOTADOS PARA O VESTIBULAR DA UFPB.....	135
<i>Raquel Monteiro da Silva Freitas</i> .....	135
REDAÇÃO E AUTORIA: A POSIÇÃO DO SUJEITO NA VOZ DE QUEM PRODUZ .....	145
<i>Neuma Maria da Costa Xavier</i> .....	145
A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DO PROFESSOR E O SEU PAPEL SOCIAL....	153
<i>Solanielly da Cruz Aguiar</i> .....	153
O “ETHOS” ESCOLAR EM “O ATENEU”: A FUNÇÃO-AUTOR E A MARCA INSTITUCIONAL.....	164
<i>Glaucio Ramos Gomes</i> .....	164
O DISCURSO SOBRE A LÍNGUA EM “PROVAS DE LÍNGUA PORTUGUESA” DO ENEM .....	179
<i>Anderson Lins Rodrigues</i> .....	179
<i>Washington Silva de Farias</i> .....	179
O CORPO CONSTRUÍDO NO CORPO DA REVISTA: UMA FABRICAÇÃO DISCURSIVAMENTE NEGOCIADA A UMA BIO-ASCESE.....	197
<i>José Gervílio Viana</i> .....	197
<i>Francisco Paulo da Silva</i> .....	197
DISCURSOS HOMOFÓBICOS EM FICÇÕES CONTEMPORÂNEAS INFANTO-JUVENIS .....	214
<i>Lúcia de Lourdes Monteiro Costa</i> .....	214
SUJEITO, DISCURSO E IDEOLOGIA.....	226
<i>Eduarda Cavalcanti Valença</i> .....	226
DAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS ÀS HISTÓRIAS EM QUADRÔES: A RESSIGNIFICAÇÃO DE MARCAS IDENTITÁRIAS CULTURAIS.....	237



Rosemary Evaristo Barbosa .....	237
DO SUBLIME AO CÔMICO GROTESCO: O EPITÁFIO ÀS AVESSAS .....	251
Alécia Lucélia Gomes Pereira .....	251
Maria Angélica de Oliveira.....	251
A CONSTRUÇÃO DO “MONSTRO” TRANS: IDENTIDADE E MODO DE SUBJETIVAÇÃO PELA ESCRITA DO GÊNERO NO CORPO .....	267
Emanoel Raiff Gomes da Nóbrega Filho.....	267
MARCAS DE NORDESTINIDADE NO DISCURSO IMAGÉTICO DE ZÉ RAMALHO .....	285
Petrônio Fernandes Beltrão.....	285
MOVING IMAGES: O TRABALHO DISCURSIVO DA MÍDIA E O DESLOCAMENTO DE IMAGENS NA POLÍTICA .....	301
Antonio Genário Pinheiro dos Santos.....	301
O PROCEDIMENTO DE DISCURSIVIZAÇÃO NAS NARRATTIVAS TRADICIONAIS DE AMOR DESGRAÇADO .....	319
Márcia Ferreira de Carvalho.....	319
UMA LEITURA DISCURSIVA DO CONTO PORÉM IGUALMENTE DE MARINA COLASANTI .....	327
Ángela Paula Nunes Ferreira .....	327
Maria Angélica de Oliveira.....	327
ESTUDO COMPARATIVO ENTRE O DISCURSO LITERÁRIO E O DISCURSO AUDIOVISUAL.....	338
Danyelle Sousa Morais.....	338
Daniel Luna Correia.....	338
COM PEDRADAS E IRONIAS DOM QUIXOTE SE ARMA CAVALEIRO: UMA ANÁLISE DISCURSIVA .....	350
Raimundo Batista Almeida .....	350
Nadia Pereira Gonçalves de Azevedo .....	350
A MEMÓRIA CULTURAL NA GUERRA DE PRINCESA .....	362



Nélson Barbosa de Araújo.....	362
AS “CARTAS AO LEITOR” DA REVISTA VEJA: A INSTAURAÇÃO DOS EFEITOS DE SENTIDO .....	369
Clenda Rejane Cândido de Melo.....	369
Edjane Gomes de Assis .....	369
O PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO E REPRESENTAÇÃO EM MAFALDA, DE QUINO: APROXIMAÇÕES E AFASTAMENTOS DOS DISCURSOS DE DUAS GERAÇÕES .....	384
Ana Carolina Souza da Silva .....	384
DAS FORMAS DE NARRAR O COTIDIANO NOSFANZINES PUNK (1980-1990)400	400
Alessandro Wilson Gonçalves Reinaldo Fernandes .....	400
OS SÍMBOLOS DA CIDADE DE JOÃO PESSOA COMO MARCAS IDENTITÁRIAS: ANÁLISE DE PROPAGANDAS TURÍSTICAS <sup>1</sup> .....	414
Karoline Machado Freire Pereira .....	414
Maria Regina Baracuby Leite .....	414
A DISCURSIVIDADE EM TÍTULOS DE MATÉRIAS DO WEBJORNALISMO PARAIBANO.....	437
Manasés Morais Xavier .....	437
Patrícia Silva Rosas de Araújo .....	437
Patrício de Albuquerque Vieira .....	437
A CONSTITUIÇÃO DE ESTEREÓTIPOS DO SUJEITO MULHER NAS LETRAS DE MÚSICA DE FORRÓ PÉ-DE-SERRA E ELETRÔNICO .....	452
Elaine da Silva Reis .....	452
Maria Angélica de Oliveira.....	452
AS RELAÇÕES DE PODER NO UNIVERSO DOS JOGOS ELETRÔNICOS ONLINE.....	466
Dionilson César D.Batista .....	466
Daniel Luna Correia.....	466
OS IMPUTS E OUTPUTS DA IDEOLOGIA RACISTA DE COR.....	478



<i>Mirian Ribeiro de Oliveira</i> .....	478
DISCURSO E VERDADE: AS CONTRIBUIÇÕES DE MICHEL FOUCAULT E HANS GADAMER PARA O CONHECIMENTO HISTÓRICO .....	492
<i>Júlio César Alves da Silva</i> .....	492
ABORDAGEM DISCURSIVO-INTERCULTURAL DO DISCURSO PUBLICITÁRIO NO ENSINO DE FLE .....	503
<i>Miriam Pereira de Luna</i> .....	503
O DISCURSO DAS REVISTAS TEEN: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO ADOLESCENTE .....	516
<i>Renata Tamires Santos de Sousa</i> .....	516
<i>Gabriela Gilvanda de Oliveira</i> .....	516
VOTO, POLÍTICA(EM), RELIGIÃO E PODER: É SE “VENDO QUE SE ENTENDE”. UMA ANÁLISE DE OUTDOOR'S À LUZ DA A. D. FRANCESCA.....	528
<i>Marcelo Vieira da Nóbrega</i> .....	528
PRÁTICAS SOCIAIS DE LETRAMENTO.....	540
<i>Liliane Sihu Fernandes de Moura</i> .....	540
<i>Pablo Diego Cavalcante de Lira<sup>2</sup></i> .....	540
O DISCURSO RELIGIOSO ATUALIZADO PELAS COMPOSIÇÕES DE EDSON GOMES.....	549
<i>Débora Juliana Ramos dos Santos</i> .....	549
A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO POLÍTICO E A MEMÓRIA SOCIAL .....	562
<i>Aline Cunha de Andrade Silva</i> .....	562
<i>Ariela Fernandes Sales</i> .....	562



## APRESENTAÇÃO

*Eis a hipótese que gostaria de apresentar [...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.*

Foucault (*A ordem do Discurso*).

A Análise do Discurso tem caminhado pelo mundo afora seguindo em passos ora pêcheutianos, ora foucaultianos, ora bakhtinianos, ora ecléticamente. São os desdobramentos advindos do próprio caráter polissêmico da AD. Os pesquisadores se multiplicam seguindo passos guiados por esse tripé e pela interdisciplinaridade, trazendo o desenvolvimento de pesquisas discursivas que engrandecem as letras, a linguística, a linguagem, contribuindo com o ensino, a pesquisa e a extensão, no campo das ciências humanas. Desdobramentos e multiplicidades de pesquisas que fazem o engrandecimento da AD, de seus resultados e significativas contribuições para o estudo do texto, da exploração textual e da construção de leitores.

Apresentar a publicação dos trabalhos que fizeram o I EPED é materializar um ideal que se fez existir a partir de inquietações de um grupo de estudo fundamentado na Análise do Discurso francesa. Nasce do desejo de dialogar com outros pesquisadores que também se debruçam sobre o discurso e seus efeitos de sentido guiados por um suporte teórico iluminador de texto. Este encontro marca um momento de inquietação sobre as formas de olhar objetos pesquisados despertando discussões e rediscussões sobre a teoria e sua aplicação nos mais distintos corpora.

O I Encontro de PESQUISADORES em ESTUDOS DISCURSIVOS – I EPED surgiu desse lugar de desdobramentos de pesquisas do Círculo de Estudos em Análise do Discurso da Paraíba – CEAD-PB, grupo de estudos que vem desenvolvendo pesquisas no campo discursivo. Esse primeiro encontro nasce da necessidade de dialogarmos sobre as nuances do dizer. Trata-se de uma vontade (como diria Foucault, vontade de verdade) de apresentar, discutir, conhecer trabalhos que se desenvolvam na AD, tendo como ponto de partida a linha de pesquisa que compõe o quadro da grande área do PPG: Linguagem, Discurso e Sociedade que desenvolve pesquisas que se debruçam nos estudos discursivos



em suas variadas modalidades. O I EPED surge da necessidade de uma dialética entre todos aqueles que estão no encalço do discurso.

Os trabalhos que aqui se fazem presentes mostram o quanto a AD tem pesquisadores preocupados com os sentidos que se embrenham nos mais diversificados textos e como a AD tem contribuído para a construção de leitores plurais.

Debruçados sobre os textos, os pesquisadores perseguem os atravessamentos dos discursos que constituem os efeitos de sentidos e trazem para o texto gestos de interpretação, a partir de suas posições sócio-históricas e resgatam certos sentidos que ali se fazem presentes, sentidos possíveis numa dada condição de produção.

As possíveis leituras que são sugeridas nos trabalhos de gestos de interpretação, aqui apresentados, são resultados dos movimentos de sentidos articulados pelo texto, pelo autor e pelo leitor analista do discurso. São, portanto, um efeito da história, da memória, do uso da linguagem e das artimanhas da linguagem.

É preciso reconhecer como o discurso ganha novos contornos, novas materialidades: emergência de dizeres que podem ser enfocadas pelas lentes da AD. Os pesquisadores do I EPED nos trazem estes enfoques sob olhares leitores sustentados pelas vias teóricas do campo da AD francesa que dá conta dos vários e novos atravessamentos dos tão dispersos discursos históricos.

Caso o leitor se interesse em compreender o que andam fazendo os estudiosos da AD, aqui encontrará as diferentes abordagens que se pode dar às materialidades do discurso e como de sustentam estes estudiosos no suporte teórico que oferece uma lente para se iluminar o texto.

#### **Os organizadores.**



## A COMPETÊNCIA DISCURSIVA NA EJA: O PAPEL DA LEITURA

Almeri Freitas de Souza

### INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de um estudo teórico sobre o fenômeno leitura na Educação de Jovens e Adultos (EJA), que objetivou conhecer *qual o papel da leitura de textos verbais em língua portuguesa na construção da competência discursiva dos jovens e adultos*, acreditando-se que seus resultados poderiam fornecer elementos para a (re)fundamentação da prática da leitura junto aos referidos sujeitos, sem perder de vista os propósitos de uma educação verdadeiramente popular (FREITAS SOUZA, 2006).

Cury (2000), sem deixar de considerar a diversa e rica cultura desenvolvida por homens e mulheres que não tiveram acesso à escola, vê no letramento – em graus elevados – uma das condições essenciais ao exercício cidadão. Nesse sentido, afirma que o

não estar em pé de igualdade no interior de uma sociedade predominantemente grafocêntrica, onde o código escrito<sup>1</sup> ocupa posição privilegiada, revela-se como problemática a ser enfrentada. Sendo leitura e escrita bens relevantes, de valor prático e simbólico, o não acesso a graus elevados de letramento é particularmente danoso para a conquista de uma cidadania plena (CURY, 2000, p. 6, grifo nosso).

Nesse sentido, realizamos uma revisão preliminar da literatura sobre o ensino da escrita e leitura e alguns entraves já foram detectados à concretização de uma Educação de Jovens e Adultos de fato popular e, portanto, fortalecida política e pedagogicamente em prol das camadas populares. As constatações oportunizadas por esse processo foram decisivas na formulação do problema de pesquisa e na trilha metodológica a ser seguida.

---

<sup>1</sup> Vale ressaltar que não compartilhamos da concepção da escrita como código. Na nossa visão, a língua não pode ser concebida simplesmente como um sistema de sinais autônomo, transparente, descontextualizado, fora da realidade social dos falantes. Ao contrário, é histórica, variável, heterogênea e sempre situada no contexto de uso. A escrita enquanto modalidade da língua é uma forma de interação que, estruturada simultaneamente em vários planos, seja no fonológico, sintático, semântico ou cognitivo, tem seu sentido construído no acontecimento de sua produção, isto é, no processo de enunciação. Não sendo, pois, estrutura, implica a conjugação de fatores não apenas linguísticos, mas também não-linguísticos. (MARCUSCHI, 1996).



A **primeira** delas é o fato de que poucos trabalhos têm voltado sua atenção para investigar a Educação de Jovens e Adultos – seus fundamentos e processos -, e os que existem, ganham pouca acessibilidade.

Muitas pesquisas têm se ocupado com a questão do ensino e da aprendizagem da leitura e escrita nas nossas escolas. A partir de diferentes enfoques e abordagens, vários estudos buscam contribuir para a mudança de um quadro grave e preocupante que sinaliza a incompetência da instituição escolar na garantia de aprendizagens que alarguem os horizontes de participação social dos nossos educandos, principalmente os das camadas populares. Ou seja, aprendizagens que possibilitem a *leitura e autoria* de textos de forma significativa, autônoma e interativa.

Mas, nesses estudos, a incidência maior recai sobre a educação de crianças, e não na de jovens e adultos trabalhadores.

Portanto, dessa primeira constatação pode ser extraído pelo menos um questionamento: *por que a educação de jovens e adultos tem inspirado tão pouca preocupação científica?*

A **segunda** constatação oportunizada pela revisão preliminar da literatura sobre leitura e escrita diz respeito à existência de uma estreita ligação entre EJA, leitura, escrita e alfabetização. *Ficam evidenciados cinco grandes problemas: as concepções restritas de leitura, de escrita, de alfabetização, de língua e da própria EJA.*

No universo relativamente pequeno de trabalhos em que o ensino e a aprendizagem da leitura e escrita dos jovens e adultos aparecem como preocupação investigativa, a EJA tem estado, na maior parte dos casos, atrelada tão somente ao processo de alfabetização, concebido como processo de conscientização política e mera “codificação”/ “decifração” do sistema alfabetico.

Nesses trabalhos, a questão pedagógica central são os métodos e as técnicas de ensino. Calcada em uma concepção tradicional de ensino de língua portuguesa, a alfabetização é vista como processo mecânico de apropriação de “um código de transcrição gráfica das unidades sonoras” que deve ser “codificado” [“escrito”] e “decifrado” [“lido”] (FERREIRO, 1987, p.12).

Entretanto, o quadro de repetência e evasão de nossas escolas, juntamente com os altos índices de analfabetismo no Brasil, nos autorizam a afirmar que a educação escolar



não tem contribuído para a elevação do nível de letramento<sup>2</sup> das camadas populares de nossa população, e que isso não se fará a partir da prática escolar majoritariamente baseada numa proposta de ensino e aprendizagem da escrita, encarada como apropriação de um *código*, o que implicaria dizer que seu aprendizado poderia ser esgotado e o caráter histórico da língua e do próprio homem, negado.

Como tão bem coloca Soares (1998, p. 20), enfocando a dimensão sociocultural do letramento, “não basta apenas saber ler e escrever, é preciso também fazer uso do ler e do escrever, saber responder às exigências de leitura e de escrita que a sociedade faz continuamente”.

Além do mais, faz-se necessário transcender a concepção de EJA como sinônimo de alfabetização, pois esta última é uma das dimensões da educação de jovens e adultos que tem um caráter político e uma natureza pedagógica e cujo processo de ensino e de aprendizagem tem como principal objetivo a apreensão da linguagem escrita (MOURA, 1998), *um dos* modos de interação social.

Embora a alfabetização já represente um grande desafio a ser enfrentado política e pedagogicamente pela Educação de Jovens e Adultos, é necessária uma visão prospectiva de EJA como uma instância de educação popular que vai além da alfabetização, já que a *aprendizagem* constitui uma necessidade básica do ser humano: trata-se de um processo permanente de educação ao longo da vida e como parte essencial da vida - na escola ou fora dela – que busca garantir o fortalecimento/ desenvolvimento das potencialidades das pessoas jovens e adultas (incluindo os idosos) na luta por um viver com dignidade e, portanto, não exclui a alfabetização, mas também não se restringe a ela.

A **terceira** constatação oportunizada pela revisão preliminar do ensino e da aprendizagem da leitura e escrita é a de que, *mesmo em experiências mais inovadoras de EJA, encontramos fortes indícios de concepções nebulosas e truncadas no que diz respeito ao ensino e à aprendizagem da leitura e da escrita por parte de seus educadores*. E isso é refletido em suas posturas e práticas pedagógicas. Aliás, é freqüente a existência de uma lacuna entre as concepções bastante elaboradas da coordenação de experiências mais inovadoras e a prática dos educadores em sala de aula. Essa falta de articulação aponta para limitações no processo de

---

<sup>2</sup> O sentido do termo *letramento* é aqui empregado como resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever, ou ainda a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter aprendido a linguagem escrita, na escola ou fora dela (SOARES, 1998).



formação. Na verdade, a dificuldade que nós, educadores, sentimos em transformar o nosso discurso em ações, torna-se ainda mais acentuada quando não se tem muito claro *o que é e para que* se ensinam escrita, leitura e oralidade, isto é, as concepções e os objetivos que se entrelaçam e norteiam o trabalho de formação de produtores de textos e leitores jovens e adultos.

Das situações pedagógicas analisadas em Santos (1998), por exemplo, foi possível observar, pelo menos, cinco incoerências conceptuais: a) a concepção de texto enquanto frases justapostas, típicas de cartilhas; b) a concepção de escritura como registro de respostas a um questionário - ou roteiro – previamente elaborado pelo professor. O que contraria a idéia de produção enquanto resultado e modo de interação, criação e autoria no mais substantivo sentido desses termos; c) a compreensão de texto sendo buscada equivocadamente por exercícios de preenchimento de lacunas e/ou a partir de perguntas óbvias e literais, que oportunizam muito mais a cópia de modelos de textos que a sua compreensão; d) a “leitura” do texto poético vista como oportunidade de exercício de sonorização de palavras, transcrição e visualização, aproveitando-se de características sonoras e/ou diagramação. A possível interação subjetiva e estética que a linguagem poética poderia proporcionar ao ato de ler, na verdade, é negligenciada; e) a concepção de que o adulto analfabeto ou pouco escolarizado deve ser trabalhado como se fosse criança, ou seja, a infantilização do leitor adulto.

As exigências da necessária clarificação conceptual do processo educativo, incluindo os elementos nele imbricados, bem como a da coerência entre o pedagógico e o político pelo educador popular, são lembradas pelo Professor Paulo Freire quando nos ensina que todo fazer pedagógico tem nele embutida, de forma consciente ou não, uma teoria de conhecimento, uma opção política.

E essa afirmação nos reporta a mais alguns exemplos, dessa vez extraídos de resultados de pesquisa em que o enfoque é a formação continuada de educadores de EJA ou, mais especificamente, a formação dos formadores de leitores e escritores jovens e adultos, em serviço.

Em Kleiman et al (2000), encontramos depoimentos de alfabetizadores de jovens e adultos participantes de um Programa de formação em serviço. Desses depoimentos, é possível depreendermos o conflito entre “velhas” e “novas” concepções e fazeres que muitas vezes põe em xeque o próprio conceito de popular na Educação de Jovens e Adultos.



A quarta e última constatação oportunizada pela revisão da literatura sobre leitura e escrita é a *existência de uma supremacia da escrita, em detrimento da leitura, no trabalho com a linguagem.*

A atenção concentrada quase que exclusivamente no ensino da escrita tem levado alguns estudiosos a denunciarem a condição secundária em que a leitura tem sido colocada, em todas as instâncias educativas, em especial na escola. Fala-se em crise da leitura, em desleiturização, em escolarização da leitura, etc., a exemplo de Silva (1986), Silva, E. T. (1995; 2000) e Zilberman (1991).

Na verdade, a *leitura* é uma preocupação de cidadania nas sociedades contemporâneas que extrapola a educação no Brasil. Isso fica evidenciado tanto na “Declaração de Jomtien” (1990) como na “Declaracão de Hamburgo” (1998), resultantes da Conferência Mundial sobre Educação para Todos (1990) e da V Conferência Internacional de Educação de Adultos (1997), respectivamente. Nesses documentos, não só a escrita, mas também a leitura são consideradas instrumentos essenciais na satisfação das necessidades básicas de aprendizagem.

Ademais, as diretrizes culturais básicas para intervir na vida pública e na produção, segundo o Documento da CEPAL/UNESCO “*Educação e conhecimento: eixo da transformação produtiva com equidade*”, incluem não só a escritura de textos, mas também a leitura crítica de diversas linguagens (inclusive a escrita), além de outras competências:

El manejo de las operaciones aritméticas básicas; la lectura y comprensión de un texto escrito; la comunicación escrita; la observación, descripción y el análisis crítico del entorno; la recepción e interpretación de los medios de comunicación modernos; y la participación en el diseño y la ejecución de trabajo de grupo (UNESCO, 2000, p. 27-28).

Enfim, a revisão preliminar de literatura oportunizou/possibilitou um desenho de que, concomitante a uma visão restrita de EJA, o ensino da leitura e da escrita - por vezes fincado em raízes estigmatizantes, reducionistas, dicotômicas e mecânicas do ato de ler e escrever - tem se configurado como um dos obstáculos à efetivação de uma educação de qualidade para os jovens e adultos.

O *pouco investimento* em pesquisas na EJA ou a *falta de acesso* aos resultados de estudos que contribuam para uma reflexão e intervenção produtiva junto aos sujeitos jovens



e adultos, têm contribuído para a permanência de questões sérias e com graves consequências para o pensar/agir/sentir na EJA. Dentre elas, destacam-se:

A EJA tem sido norteada pelos mesmos parâmetros da educação de crianças e/ou pela capacidade intuitiva dos seus educadores que muitas vezes não se apercebem das incoerências teóricas/práticas deflagradas nesse processo. Em outras palavras, desconsideram-se as particularidades da EJA, as características e os desejos (o querer e as necessidades) das mulheres e dos homens jovens e adultos;

O anseio de concretização de um trabalho que garanta a satisfação das necessidades de aprendizagem dos jovens e adultos, tem levado alguns educadores a acreditar que o papel da investigação científica é apresentar resultados práticos, “fórmulas” que dêem conta dos desafios do processo de ensino e aprendizagem na EJA, descartando, pois, a necessária criatividade, a competência avaliativa e a autonomia que o educador deve conquistar enquanto coordenador de um processo educativo;

uma educação capenga, em que a dicotomia é a tônica: privilegia-se um ou outro aspecto do processo educativo, sem considerar a totalidade de tal processo e as relações que nele se estabelecem, isto é, a sua natureza complexa e dialética, a exemplo da supervalorização da escrita em detrimento da leitura.

As situações acima esboçadas suscitam/desembocam em questões aqui colocadas como evidenciadoras da necessidade de uma investigação: que concepção de educação deve iluminar o pensar/agir/sentir em EJA, numa perspectiva verdadeiramente popular? E especificamente no que diz respeito à *leitura*, considerada pela Declaração de Hamburgo como um dos instrumentos essenciais na satisfação das necessidades básicas de aprendizagem dos jovens e adultos: que fundamentos teóricos devem dar suporte à prática de leitura na EJA?

Desse modo, o desafio está colocado. Temos uma EJA necessitando de fundamentos próprios, com carência de literatura específica, problemas a serem resolvidos, perguntas a serem respondidas. O que fazer?

Enquanto educadora popular, penso ter consciência da necessária competência exigida pelo processo. Enquanto pedagoga que atua na área de língua portuguesa na EJA e, portanto, também formadora de leitores jovens e adultos, parece-me claro que o professor deve possuir conhecimento do objeto que ensina. Não um conhecimento parcial, fragmentado, e sim um conhecimento globalizante.



Busquei, então, no Mestrado em Educação (UFPB) a oportunidade de aprofundamento teórico que pudesse alicerçar uma prática de leitura consciente e mais coerente com os princípios da educação popular junto aos jovens e adultos, por acreditar que a teoria e a prática, num diálogo constante, iluminam-se mutuamente, como tão bem preconizam os postulados freireanos.

Assim, enfocando a questão do *Ler*, esta pesquisa se propôs a responder “qual o papel da leitura de textos verbais em língua portuguesa na construção da competência discursiva dos jovens e adultos?”, considerando-se que os resultados da investigação poderiam fornecer elementos importantes para uma prática de ensino que garantisse a ampliação das possibilidades de participação social dos sujeitos alunos, pois poderá tornar mais transparentes a importância e o processo da aprendizagem da leitura de textos verbais em língua portuguesa, indicando caminhos adequados à produção dessa atividade na Educação de Jovens e Adultos, respeitando os diferentes atores sociais.

## METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa teórica que busca refletir sobre o ensino e a aprendizagem da leitura na Educação de Jovens e Adultos, a partir das contribuições de diversas áreas do conhecimento que tomam a linguagem como seu objeto de estudo (ou intrinsecamente relacionado) numa perspectiva sócio-histórica. Acredita-se que a sistematização do conhecimento existente e da teoria já produzida poderá apontar elementos fundamentais de uma nova teoria, mais bem ancorada na realidade do trabalho com a *linguagem verbal* na EJA, em especial o da *leitura*.

O fato de focalizarmos a linguagem verbal (fala e escrita) nesta pesquisa não significa dizer que outras manifestações de linguagem não devam estar presentes no processo de ensino e aprendizagem da leitura. Se elegemos o discurso (ou texto) como objeto e processo, este não é privilégio da linguagem verbal, haja vista que numa fotografia, num desenho, numa escultura, num gesto, numa música, etc., dizem-se coisas, age-se sobre o outro e sobre o mundo, transformando-se a si mesmo. Além do mais, diferentes tipos de linguagens têm constantemente acompanhado o verbo, e vice-versa, nas suas trajetórias discursivas, em que a compreensão e a produção de sentidos têm suscitado uma relação dialética entre aquelas linguagens. Contudo, concordamos com Bakhtin (1995) quando afirma que mesmo as linguagens que diferem da verbal, banham-se no verbo. Assim, nos



limites desta pesquisa, nossa atenção estará voltada à atividade de leitura de textos verbais na língua materna.

A metodologia adotada visa analisar resultados de estudos e investigações já realizados sobre leitura, priorizando aqueles envolvendo sujeitos jovens e adultos e áreas de conhecimento, cujas abordagens, supõe-se, podem contribuir para uma concepção de leitura de interesse pedagógico (BATISTA, 1991), isto é, para um trabalho significativo de leitura junto aos sujeitos jovens e adultos.

Esse processo de reflexão e análise se valerá tanto de teorias e práticas já existentes (sistematizadas e com registro) como também de dados da experiência dessa pesquisadora enquanto educadora de EJA. Buscando-se estabelecer “novas” hipóteses de trabalho, os resultados desse processo serão refletidos novamente na EJA enquanto modalidade de ensino e instância possível e necessária de educação popular.

A opção da perspectiva interdisciplinar dos fundamentos da leitura, abraçada nesta pesquisa, deveu-se ao entendimento de que se trata de um objeto multifacetado e de que seu ensino e sua aprendizagem envolvem, simultaneamente, diferentes dimensões desse objeto:

A dimensão psicológica implicada no ato de ler; a dimensão linguística determinada pelo fato de que se lê e se aprende a ler sob certas condições enunciativas; a dimensão social, histórica e política resultante das tensões que animam o ato de ler e de aprender a ler. (BATISTA, 1991, p. 21).

Dentre as áreas selecionadas para este estudo, podem ser aqui elencadas as contribuições da Teoria Histórico-cultural do Psiquismo Humano (Vygotsky), da Pedagogia (em especial, os postulados freireanos), da Filosofia (Materialismo Histórico e Dialético) e de algumas das vertentes da Linguística contemporânea, como a Sociolinguística, a Linguística de Texto, a Análise do Discurso e a Pragmática.

Ao definir-se o objeto de pesquisa, tinha-se clareza de que não se poderia abranger todo o referencial teórico das áreas selecionadas para estudo. Decidiu-se, então, extrair dos seus postulados respostas para *sete eixos temáticos* considerados básicos para responder *qual o papel da leitura na construção da competência discursiva dos jovens e adultos* e que, de certa forma, envolvem os problemas detectados na revisão preliminar de literatura realizada no início do processo investigativo.



Assim, os *eixos temáticos* que servirão como *norte* para responder ao problema desta pesquisa são os seguintes: a concepção de EJA; a concepção de linguagem; a concepção de língua/texto/discurso; a concepção de competência discursiva; a concepção de leitura e seu processo de desenvolvimento; a concepção de leitor e sua caracterização; o papel dos formadores de leitores.

Sabendo-se que os dados coletados das diferentes áreas de conhecimento não poderão ser simplesmente justapostos, além de poderem apresentar contradições ou incoerências entre si, decidiu-se, respeitando suas matrizes epistemológicas, políticas e ideológicas, buscar suas contribuições teóricas à compreensão da atividade de leitura como importante componente da construção da competência discursiva dos sujeitos jovens e adultos, mediante os pressupostos que embasam esta pesquisa, a saber:

- A história é um processo não linear e inacabado;
- A realidade é dialética, portanto só poderá ser apreendida na relação entre os elementos que a constituem;
- O ser humano é um sujeito histórico e social, imerso num processo de constantes transformações;
- A linguagem é uma forma de interação social constitutiva do sujeito;
- A língua, enquanto discurso, é uma ação histórico-cultural, portanto não pode ser compreendida fora da relação de poder que permeia todo o corpo social;
- A leitura é uma prática histórico-social, um processo instaurado numa relação interlocutiva. Compreendê-la, pois, demanda sua apreensão na teia de relações que a constituem e a engendram.

Dessa forma, fazendo-se a varredura nas áreas selecionadas em busca de respostas aos sete eixos temáticos já pontuados, o material coletado foi analisado, articulado e integrado com vistas a um posicionamento sobre as possibilidades do fenômeno leitura de textos verbais em língua portuguesa na EJA, enfocando o seu papel na construção da competência discursiva dos jovens e adultos, a partir dos pressupostos que sustentam esta pesquisa.

## RESULTADOS

A partir da constatação da existência de uma prática de leitura ainda bastante confusa ou quase inexistente na Educação de Jovens e Adultos (EJA) – na escola ou fora dela, o nosso objetivo maior de pesquisa esteve voltado para responder *qual o papel da leitura de textos verbais em língua portuguesa na construção da competência discursiva dos jovens e adultos*. Para isso, no nosso percurso investigativo, procuramos manter um diálogo produtivo entre



diversas áreas do conhecimento, o que, certamente, oportunizou-nos uma análise mais global do fenômeno leitura na EJA, com consequentes apreensões conceptuais e ampliação das possibilidades de intervenções pedagógicas mais conscientes.

Nessa perspectiva, procuramos compreender o atual contexto histórico em que a EJA vem se dando, e, mesmo numa breve análise, foi-nos possível concluir que vivemos numa conjuntura cada vez mais desumanizante. Isso implica que, agora mais do que nunca, a Educação de Jovens e Adultos como expressão de Educação Popular e aprendizagem ao longo da vida, terá que construir estratégias de ação quantitativa e qualitativamente mais competentes aos propósitos de concretização de uma sociedade humanamente digna e igualitária.

Dessa forma, o trabalho interdisciplinar com a língua portuguesa na Educação de Jovens e Adultos, sobretudo a atividade da leitura, emerge como possibilidade de ampliação das condições de participação social dos jovens e adultos. Buscando promover a construção da competência discursiva desse tipo de aluno que, mesmo relativizada pelas condições enunciativas, implica o desenvolvimento da capacidade de produzir e compreender textos apreendendo o seu funcionamento discursivo, a EJA estará contribuindo não só para a elevação do nível de letramento dos sujeitos populares, mas também para a sua formação como sujeitos críticos e socialmente atuantes.

Esse processo, no entanto, para ser coerente com os princípios político-pedagógicos da Educação Popular, não poderá aportar em concepções restritas de língua. Deverá, ao contrário, fundar-se numa concepção mais ampla de língua, sem perder de vista o seu caráter de evento interlocutivo, portanto contextual e interativo. Vale dizer: como uma “sistematização aberta” (variável, heterogênea e contextual), forma ou processo de dizer/agir (re)construída(o) pelos sujeitos - sujeitos esses que nem são totalmente livres nem assujeitado - na dinâmica social-cultural-histórica-política-ideológica, materializando-se no discurso/texto vivificado no diálogo enunciativo.

Consequentemente, a competência discursiva a ser construída pelos jovens e adultos não pode ser entendida como uma competência que se reduz ao domínio do português padrão. É necessário, entre outras coisas, conhecer/analisar diversas variantes linguísticas e a multiplicidade de gêneros textuais existentes. Contudo, sabendo que o português padrão é um importante “instrumento” na luta pela construção de uma sociedade justa e igualitária, postulamos que a EJA não poderá perder de vista a garantia de apreensão daquela variante, principalmente pelos sujeitos populares. Trata-se, pois, do



resgate da heterogeneidade linguística como um movimento à inter/multiculturalidade dando solidez ao princípio ético-democrático de respeito às diferenças que nega a possibilidade de qualquer tipo de discriminação ou preconceito, seja ele linguístico(a) ou não.

Nessa linha de entendimento, a atividade de leitura, sobretudo de textos verbais em língua portuguesa, aparece em cena, não como extração de informações objetivas, mas sim como um processo prazeroso, significador e libertário de construção de sentidos que extrapola os muros da escola. Seu papel no desenvolvimento da competência discursiva dos jovens e adultos é *fundamental* e *indispensável*. É justamente nele e através dele que o sujeito recolhe, criticamente, elementos para o seu dizer e como dizer o que pretende. Na medida em que o sujeito constrói seu próprio discurso, constitui-se como tal e age sobre o mundo.

Por isso mesmo, aproveitando nossas histórias de leitura, não podemos deixar de dizer, com Geraldi (1994, p. 84), que “*numa sociedade onde a leitura não é uma prática social, ler na sala de aula para construir possibilidades, construir significações, torna-se perigosa subversão. Lutar por ela é lutar, onde se está, contra o status quo*”. Assim sendo, a Educação de Jovens e Adultos não pode ausentar-se desse processo de luta, já que contribuir na construção de uma realidade sem exclusão, elitismo e discriminação é o fim último dessa instância educativa que se pretende – porque possível e necessária – contra-hegemônica.

Sabemos que muitas vezes o professor de EJA procura romper o tradicionalismo no trabalho com a linguagem nas suas aulas. Mas nem sempre a concepção de linguagem – consequentemente, a de língua, por extensão, a de leitura - e a própria concepção de ensino e aprendizagem que o professor abraça e tenta concretizar, são entendidas e aceitas por todos os que participam da instituição educativa (ou do projeto, programa, etc.). Essa não aceitação se materializa em ações e atitudes que dificultam (mas nem sempre impedem!) um trabalho produtivo junto aos jovens e adultos. Reclama-se, por exemplo, do “barulho” provocado pelas falas, risadas, dramatizações, cênticos, uso de aparelho de som; da “desarrumação” das cadeiras e bancas em círculos; da “sujeira” deixada na sala após a atividade de leitura (e produção de textos) que envolve o recorte e a colagem de revistas, jornais, rótulos, etc. Proíbe-se, sem que se viabilize outra alternativa, o uso de paredes (ou quadros, janelas, etc.) na exposição de material de leitura ou produções dos alunos para não marcar-las com cola ou fitas adesivas. Exige-se que alunos e professores, ao final de cada oficina (às 22 horas, por exemplo, quando alunos e professores, cansados de mais um dia de trabalho e ansiosos para chegar às suas residências, saem apressados, já que, em alguns



casos, têm que apanhar ainda duas conduções e/ou caminhar em locais de pouca segurança), reorganizem as cadeiras e bancas em filas para que a próxima turma a usar a sala não a encontre “desarrumada”. Tudo isso podem parecer pequenas coisas, mas são indícios da desconsideração do fato de que o espaço de aula, para ser educativo, exige uma organização que facilite o processo de comunicação, a troca de ideias, o registro do que se aprende ou do sobre que se têm dúvidas, a mobilização de estratégias de pensamento, o desenvolvimento de competências múltiplas. São, na verdade, problemas cotidianos que, somados a outros promovidos por uma estrutura social desumanizante, podem gerar desmotivação por parte daqueles e daquelas que desejam mudanças no sentido mais amplo do termo. Por isso a necessidade de alargarmos o número de aliados na luta por uma EJA de qualidade, o que inclui, sem dúvida alguma, a batalha por uma prática fértil de leitura.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das reflexões oportunizadas por esta pesquisa, podemos concluir que, se desejamos garantir aos jovens e adultos a apreensão de saberes necessários ao seu desenvolvimento por inteiro, a leitura deverá ter sua concepção revista, valorizada e mais bem trabalhada nos espaços educativos da EJA. Isso envolve, sem dúvida, a criação de valores éticos para que homens e mulheres, jovens e adultos, possam com+viver com dignidade e de fato possam ser felizes.

Assim, cinco frentes de ações podem ser aqui apontadas como urgentes e necessárias na busca da garantia de uma EJA formadora de sujeitos leitores que não só desvelam, mas agem sobre o mundo transformando-o, transformando-se.

A primeira delas é a necessidade de uma maior articulação entre as áreas de conhecimento que tomam a linguagem como objeto de estudo e/ou que trazem contribuições para o seu ensino. Afinal, a leitura é um objeto multifacetado e seu ensino e sua aprendizagem envolvem, ao mesmo tempo, diferentes dimensões (psicológica, linguística, social, histórica e política) desse objeto. Apreendê-la, pois, demanda diálogo entre as diversas áreas de conhecimento.

A segunda frente de ação, urgente e necessária é, simultaneamente, um maior investimento em pesquisas sobre leitura na Educação de Jovens e Adultos e um maior acesso aos resultados de pesquisas existentes sobre a EJA. Isso contribuirá para uma melhor compreensão de como os sujeitos jovens e adultos aprendem, principalmente, como



aprendem a ler, o que desejam aprender/apreender e as implicações que tudo isso assinala nos processos de conhecer, de ensinar e de conviver democraticamente.

A terceira diz respeito à implementação de uma política de leitura, sobretudo na EJA, que não só enfatize o gosto de ler, mas também garanta o direito humano de ler para aprender, recíproca e continuamente, ao longo da vida.

A quarta refere-se à promoção de atividades permanentes de capacitação dos educadores de jovens e adultos. Numa dinâmica de articulação constante entre teoria e prática pedagógica, tais atividades deverão possibilitar, não só o desenvolvimento de uma compreensão mais consistente do papel político e pedagógico, requerida aos profissionais responsáveis e/ou que de maneira “indireta” participam da formação de leitores jovens e adultos, mas também a elaboração de propostas de trabalho em que a leitura apareça como questão central nas diversas áreas do currículo da EJA (currículo aqui entendido como prática discursiva, formadora de identidades). Isso quer dizer que a atividade de leitura, bem como a reflexão/ação sobre o fenômeno leitura na Educação de Jovens e Adultos, seria oportunizada tanto aos professores de língua portuguesa, como aos educadores e educadoras das diversas áreas de conhecimento que fazem uso da língua materna no tratamento de seu(s) objeto(s) de ensino (isto é, que exigem a compreensão e a produção discursiva sobre um campo de estudo dado) e aos profissionais de setores de apoio à prática pedagógica (diretores, coordenadores pedagógicos, coordenadores de biblioteca, coordenadores de central de tecnologia, etc.).

A última frente de ação urgente e necessária, mas nem por isso a menos importante, diz respeito à produção de materiais pedagógicos destinados à EJA. Tais materiais deverão, numa perspectiva interdisciplinar, tratar a leitura como construção de sentidos a ser trabalhada não apenas nas aulas de língua portuguesa, mas em todas as disciplinas do currículo de EJA. Além, é claro, de respeitar as especificidades da EJA, o que inclui sua proposta político pedagógica de emancipação dos sujeitos populares e de transformação social.

Acreditamos que o presente estudo terá cumprido a sua função se, além de ter permitido aos sujeitos nele diretamente envolvidos uma visão mais ampla sobre os fenômenos linguísticos e um melhor entendimento da relação ensino e aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos, contribuir para o fornecimento de subsídios teóricos e pedagógicos para: a (re)construção de uma EJA que leve em conta os desejos (querer + necessidade) dos sujeitos alunos, numa interação permanente entre o individual e o socio-



histórico na perspectiva de transformação; um trabalho interdisciplinar com a língua portuguesa na EJA, de fato, produtivo, sobretudo a atividade de leitura, em que a competência discursiva, articulada a outras competências, é buscada como processo enunciativo e emancipatório; uma prática de leitura na EJA que oportunize a construção de sentidos, a compreensão da realidade e uma intervenção mais consciente por parte dos sujeitos da educação (professor e aluno) na busca da ampliação das possibilidades de serem felizes – felicidade esta fundamentada na justiça social, no crescimento pessoal e coletivo; abrir espaço para novas pesquisas, seja pelas discussões levantadas que podem ser revistas ou aprofundadas, seja por possíveis limitações apresentadas.

Por outro lado, as reflexões suscitadas por esse estudo apontam também a imprescindibilidade de uma outra pesquisa, na qual se possa conhecer os impactos que o *saber leitor* traz/trouxe para a melhoria da qualidade de vida das(os) trabalhadoras(os), a partir do ponto de vista e cotidianidade desses mesmos sujeitos. Será que o que denominamos como prática *exitosa* em termos de leitura é o mesmo considerado pelas(os) trabalhadoras(es) leitoras(es) no que diz respeito a sua emancipação como sujeitos sociais? É o que estamos nos propondo a investigar, agora, como aluna do Doutorado em Educação na Universidade Federal da Paraíba (PPGE/UFPB).

Por fim, gostaríamos de ressaltar que a (re)construção de uma EJA promovedora mais e mais da satisfação das necessidades culturais das classes trabalhadoras exige de seus educadores não só o compromisso ético e político com a dignidade humana, mas também uma postura investigativa permanente na busca de respostas que garantam um processo educativo substantivamente popular. Tal postura, acreditamos, possibilitará aos sujeitos envolvidos nesse processo a compreensão de que as possíveis saídas para os problemas enfrentados na Educação de Jovens e Adultos não estão nas mãos de alguns sujeitos, em especial. Estão, sim, no conjunto das relações sociais e nas ações criativas e transformadoras por parte da totalidade de seus atores. Isso inclui, sem dúvida, o professor de EJA que, tendo incorporado e assumido sua própria mudança, avalia/reinventa sua *práxis* educativa, cotidianamente, sem permitir que visões ingênuas e imobilizadoras implícito em discursos do tipo “faça pelo que ganha” sejam transformadas, por pessoas inescrupulosas, em pretextos como “ganha pelo que faz”, ou seja, pouco e ruim.



## REFERÊNCIAS

- BAKHITIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem.** 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **Parecer CEB n.11/2000:** Diretrizes curriculares para Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF: MEC, 2000.
- DECLARAÇÃO Mundial sobre Educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS. Jontiem, Tailândia. Jontiem, Tailândia : [s.n.], 1990. mimeografado
- DECLARACIÓN de la V Conferencia Internacional de Educación de adultos. Hamburgo, Alemania, 1997. **Revista Latinoamericana de educação e política - La Piragua,** [S. l.]: CEAAL, n. 14, p. 4 - 8, 1998. 2 quatrimestral
- FERREIRO, Emilia. **Reflexões sobre Alfabetização.** São Paulo: Cortez, 1987.
- FREITAS Souza, Almeri. **A construção da competência discursiva:** o papel da leitura de textos verbais em língua portuguesa. Recife: Bagaço, 2004.
- GERALDI, João Wanderley. A leitura na sala de aula: as muitas facetas de um leitor. In: MARINHO, Jorge Miguel et al. **Leitura: caminhos da aprendizagem.** 2. ed. São Paulo: FDE/Diretoria de Projetos Especiais, 1994. p. 13-17. (Série Idéias, n. 5)
- KLEIMAN, Angela B. et al. **Alfabetização e formação do professor:** alfabetização de jovens e adultos. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Exercícios de compreensão ou cópiação nos manuais de ensino de língua?** Em Aberto, Brasília, DF, ano 16, n. 69, jan./mar. 1996.
- MOURA, Tânia Maria de Melo. **Alfabetização de adultos:** Freire, Ferreiro, Vygotsky – contribuições teórico-metodológicas à formulação de propostas pedagógicas. 1998. 347 f. Tese (Doutorado em Educação: Supervisão e Currículo) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- SANTOS, Lígia Pereira dos. **O processo de produção de textos e a alfabetização de jovens e adultos, na construção da escola pública popular.** 1998. Dissertação (Mestrado em Educação Popular) - Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- SILVA, Lilian Lopes Martins da. **A escolarização do leitor:** a didática da destruição da leitura. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. (Novas Perspectivas, 19)
- SILVA, Ezequiel Theodoro da. **A produção da leitura na escola:** pesquisas x propostas. São Paulo: Ática, 1995.



\_\_\_\_\_. **O ato de ler:** fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SOARES, Magda Becker. **Linguagem e escola:** uma perspectiva social. 7. ed. São Paulo: Ática, 1989.

UNESCO/CEAAL/CREFAL/INEA. **Prioridades de Acción en el Siglo 21:** La Educación de Personas Jóvenes y Adutas en América Latina y el Caribe. Santiago de Chile, 2000.

ZILBERMAN, Regina (Org.). **Leitura em crise na escola:** as alternativas do professor. 11. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991. (Série Novas Perspectivas, 1).



## LEITURAS (INTER)DISCURSIVAS DE O FANTÁSTICO MISTÉRIO DE FEIURINHA

Alixandra Guedes

### 1. PALAVRAS INICIAIS

Entendemos que, para que a língua signifique há, pois, necessidade da história, já que é o gesto de interpretação que realiza essa relação do sujeito com a língua. Esta é a marca da subjetivação e, ao mesmo tempo, o traço da relação da língua com a exterioridade (ORLANDI, 2007). O discurso é, assim, composto por enunciados extraídos de formações discursivas, desse modo, terá por base discursos preexistentes, o que revela a exterioridade presente na língua, isto é, o que está entre a língua e a fala, “no seio da vida social”; para apreendê-la é preciso “compreender de que se constitui essa exterioridade a que se denomina discurso” (FERNANDES, 2007, p. 23). Diante disso, compreendemos que os discursos são atravessados por vozes heterogêneas no momento da produção, e por se encontrar no âmbito social não encerra aspectos puramente linguísticos, estando repleto de ideologias e vestígios sociais; não é a língua propriamente dita, mas precisa dela para existir.

Nesse contexto, o presente artigo investiga a percepção dos interdiscursos presentes no livro *O fantástico mistério de Feiurinha* (BANDEIRA, 1942/1992) por alunos do 6º ano do Ensino Fundamental II. Partimos da hipótese de que a escola assevera que o aluno não sabe resgatar os interdiscursos que constituem a materialidade textual, fazendo da leitura uma atividade de decodificação. Pedimos, pois, que os alunos registrassem suas impressões acerca da leitura do livro paradidático em diários de leitura, visto que os discursos são formados a partir da reformulação de discursos anteriores, o que acarreta a produção de sentidos diversos, que são por vezes mostrados, por vezes implícitos.

Para a realização da análise, recorremos aos estudiosos inseridos no âmbito da Análise do Discurso, de linha francesa, com ênfase nas implicações do interdiscurso, mediante as teorias de Bakhtin (2006), Pêcheux (1988) e Orlandi (2007), pelo fato destes estudiosos tecerem considerações acerca de como a linguagem é materializada na ideologia e como esta influencia nossas escolhas e posições sociais.



## 2. OLHARES ACERCA DA NOÇÃO DE INTERDISCURSIVIDADE

A noção de interdiscursividade surge na segunda fase da AD, mas é só na terceira fase que ocorre sua fixação, com a desestabilização do lugar do sujeito no dizer. Uma das críticas da AD à linguística saussuriana refere-se ao reducionismo do seu objeto à categoria única dos fatos homogêneos. Com o objetivo de alcançarmos o entendimento acerca do que seja o interdiscurso e o seu funcionamento, trazemos as contribuições de alguns dos principais estudiosos do discurso.

### • O dialogismo bakhtiniano

Partindo da ideia de que a essência da língua reside na interação verbal entre os falantes, é, pois, a interação que constitui a realidade fundamental da língua. Assim, para o pensamento bakhtiniano, é o dialogismo que instaura a natureza interdiscursiva da linguagem. Portanto, sob esse viés, o fenômeno linguístico passa a ser analisado a partir de questões específicas da interação, da compreensão e da significação, discursivamente trabalhadas.

Bakthin entende que o dialogismo é sempre relativo ao discurso. Só existe interlocução quando existe discurso, fato que conduz ao embate entre dois dialogismos: o do locutor e o do interlocutor, reforçando a tese de que o dialogismo se dá entre discursos e não na interação face à face, como pressupõe algumas leituras da obra bakhtiniana (FIORIN, 2008).

Nos termos do autor, uma das teses fundamentadas no princípio constitutivo da linguagem em sua relação com o outro.

Nosso discurso, isto é, todos os nossos enunciados (inclusive as obras citadas) é pleno de palavras dos outros, de um grau variável de alteridade ou de assimilabilidade, de um grau variável de aperceptibilidade e de relevância. Essas palavras dos outros trazem consigo a sua expressão, o seu tom valorativo que assimilamos, reelaboramos, e reacentuamos (BAKHTIN, 2003. p. 294-295).



Por isso, a palavra assume na vida cotidiana o lugar de material privilegiado da comunicação. Os enunciados construídos no seio da interação verbal exprimem e realimentam a ideologia do cotidiano. Termo utilizado por Bakhtin para explicitar o domínio da palavra interior e exterior, desordenado e ainda não fixado num sistema. A ideologia seria expressa por meio de cada ato, gesto ou palavra, permitindo que os sistemas ideológicos constituídos (religião, arte, ciência, ética) cristalizem-se a partir dela.

Dessa maneira, cada época e cada grupo social possui o seu repertório de formas discursivas que reflete e refrata o cotidiano. A palavra, pois, é a revelação de um espaço sóciohistórico na qual os valores fundamentais de uma dada sociedade se explicitam e se confrontam.

Daí, Bakhtin e Volochinov comentam que

As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É portanto claro que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados. A palavra constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade ideológica, que ainda não tiveram tempo de engendrar uma nova forma ideológica nova e acabada. A palavra é capaz de registrar as fases mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 1986, p. 41).

Sob essa perspectiva teórica, é possível afirmarmos que o discurso não é individual, tanto pelo fato de que ele é construído entre interlocutores, que são seres sociais, quanto pelo fato de que ele se constrói como um diálogo entre discursos, ou seja, estabelece relações com discursos outros.

#### • Os esquecimentos pêcheutianos

Na sequência dos questionamentos propostos, concebe-se que um discurso é atravessado por outros discursos, o que ocorre na articulação do linguístico com o sócio-histórico. Observamos, aqui, o que poderíamos caracterizar como o princípio da noção de



interdiscurso, desenvolvida por Pêcheux, em 1960. O autor propõe que o funcionamento da ideologia como interpelação dos indivíduos em sujeitos realiza-se através das formações ideológicas, fornecendo aos sujeitos suas “realidades”, enquanto sistema de evidências e significações percebidas, aceitas e experimentadas.

Ao constituir-se como sujeito, os indivíduos acreditam-se livres e produzem os seus discursos com base em dois esquecimentos: o esquecimento nº 01 aponta para o fato de que o sujeito – falante não está, por definição, ligado a uma FD, ou seja, o sujeito não pode estar no exterior de uma Formação Discursiva, pois esta o domina. Observamos, aqui, a correlação entre o esquecimento nº 01 e o interdiscurso, visto que é impossível pensar a produção discursiva fora do escopo das Fds.

O outro esquecimento do qual lança mão o sujeito é o esquecimento nº 02, pelo qual o sujeito seleciona, dentro da formação discursiva que o domina, as formas e sequências que nela se encontram em relação à paráfrase, isto é, o sujeito vive a ilusão de acreditar que as escolhas lexicais legitimam a produção discursiva como sua. Compreendemos, com isso, que o esquecimento nº 02 está, pois, para o intradiscurso, já que se encontra atrelado à forma, ao código propriamente dito.

Segundo Pêcheux (1988), o interdiscurso é caracterizado como a decisão exercida pelas formações discursivas sobre as produções textual-discursivas de cada sujeito, sob a forma de um conjunto de discursos – proferidos em um outro momento histórico – *desiguais*, porque veiculam algo diferente, *contraditórios*, pois são oriundos de lugares distintos, e *subordinados*, já que são determinados sistemas culturais heterogêneos. Sendo, pois, o interdiscurso o Outro no discurso do Mesmo (eu), esse se coloca como tão intrinsecamente ligado à produção discursiva que se torna difícil sua identificação, o que acaba por resultar na dissimulação, por parte da FD, de que o que dizemos nos pertence.

Ainda segundo Michel Pêcheux, o interdiscurso é formado dois tipos de elementos: o “pré-construído” e as “articulações”. Podemos entender o pré-construído como o que já está dito da interpelação ideológica que fornece a realidade e o sentido, enquanto que a articulação “constitui o sujeito em sua relação com o sentido, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que determina a dominação da forma-sujeito” (PÊCHEUX, 1988, p. 164). Seria, portanto, a base de sustentação do que foi, do que é e do que será dito pelo sujeito.



• O inter e o intradiscursivo em Orlandi

As trocas existentes no momento de produção do discurso revelam a presença de outros discursos que já foram ditos; desse modo, Orlandi (2007, p. 32) comenta que “o dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas”, no entanto, encontramo-nos muitas vezes tão imbricados em determinadas formações ideológicas e discursivas que não nos apercebemos da apropriação que efetuamos.

Orlandi (*op. cit.*, p. 33-34) afirma, ainda, que

É preciso não confundir o que é interdiscurso e o que é intertexto. O interdiscurso é todo conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas façam sentido. E isto é efeito do interdiscurso: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague na memória para que, passando para o “anonimato”, possa fazer sentido em “minhas palavras”. No interdiscurso, diz Courtine (1984), fala uma voz sem nome (grifos da autora).

Depreendemos, assim, que a interdiscursividade resulta da existência das várias vozes historicamente construídas, e das quais fazemos uso inconscientemente. “O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o mundo pelo qual os sentidos se constituem nele”. A interdiscursividade encontra-se no âmbito da memória, da relação entre os sentidos, e dos discursos (*op. cit.*, p. 32).

Orlandi (2008, p. 59) define o interdiscurso como “a memória que se estrutura pelo esquecimento, à diferença do arquivo, que é o discurso documental, institucionalizado, memória que acumula”. É, pois, por meio da memória discursiva que estabelecemos relações de graus de importância das/nas nossas leituras. Salientamos que o conceito de memória trabalhado pela AD em nada assemelha-se ao conceito de memória individual adotado pela Psicologia. Para nós, analistas do discurso, a memória figura como discursiva, ou seja, como memória social inscrita no seio das práticas sociais. A memória discursiva é decorrente de uma relação dialética entre a repetição de um enunciado discursivo e a regulação de seu sentido (INDURSKY, 1997, p.43).



Ao abordar o sentido, em um primeiro momento, Orlandi (2008, p.112-113) propõe substituir a relação língua/fala pela relação discurso/texto, desse modo viabiliza os estudos acerca do interdiscurso. Para a autora existe um percurso extenso entre o interdiscurso – memória discursiva – e o intradiscurso – texto. Ao propor a relação discurso/texto e, consequentemente, sua correlata interdiscurso/ intradiscurso, Orlandi coloca que o texto deve ser observado em sua condição de unidade discursiva, pois é o princípio organizador de tais unidades e ocorre no momento da relação com as condições de produção, movimento que exige o retorno do texto ao seu estado de incompletude sob dois aspectos: a intertextualidade e o espaço intervalar.

Num segundo momento de seus estudos, atrelados à AD, Orlandi comprehende que o texto é um dispersão dos sujeitos e constitui-se através da heterogeneidade, visto que os sujeitos ocupam posições diversas. Compreendemos as posições dos sujeitos abordadas pela autora como sendo as formações discursivas as quais os sujeitos pertencem e que são manifestadas por meio das enunciações. Desse modo, o texto seria resultado do somatório de diversas enunciações, que inscrevem os sujeitos em diferentes posições dentro do texto, assim, torna-se inviável pensarmos em leituras prontas e acabadas, já que em AD o interesse volta-se para os sentidos que constituem os textos.

Sendo pois o texto um objeto linguístico-histórico, interessa-nos a sua historicidade revelada através da interdiscursividade. A interdiscursividade determina o modo como os sentidos dão materialidade aos textos e como estes produzem sentidos. Sob essa perspectiva, o discurso é produzido em três momentos: I) a constituição – a memória propriamente dita do sujeito; II) a formulação – o intradiscurso, ou seja, as escolhas lexicais realizadas pelo sujeito na elaboração de seus enunciados, considerando as circunstâncias da enunciação. E III) a circulação – consolidação dos sentidos no interdiscurso.

Atentamos que é no segundo momento que o sujeito vivencia o esquecimento pêcheutiano nº 02 ao pensar que possui autonomia na escolha das suas palavras e é, também, o momento no qual o discurso passa a ser texto, por meio da materialização dos sentidos. Por meio do processo intradiscursivo ocorre transformação do discurso em elemento palpável, empírico. O texto é, portanto, o lugar da realização dos sentidos, sendo a formulação, isto é, o intradiscurso, a atividade textual que permite a formação das distintas versões, por meio das variadas materialidades linguísticas.



### 3. LENDO AS LEITURAS (INTERDISCURSIVAS)

Para realização de nossa análise recorremos ao diário de leitura, pois enquanto instrumento de pesquisa o mesmo constituir-se como materializador de um processo – a leitura – e não como um produto (MACHADO, 1998), como também porque a escrita diarista colabora para a formulação de “julgamentos sobre o texto, quer seja após a leitura do conjunto de uma obra, quer seja no momento imediatamente posterior à leitura de um segmento” (op. cit, p. 34), aspecto de nosso total interesse.

*O fantástico mistério de Feiurinha*, obra de Literatura Infanto-Juvenil lido pelos sujeitos colaboradores, conta-nos sobre o desaparecimento de Feiurinha, fato que põe em risco todas as histórias fantásticas e a felicidade estabelecida através do enunciado “e foram felizes para sempre”. Para evitar que o desastre aconteça, as princesas dos contos de fadas – Branca de Neve, Cinderela, Chapeuzinho Vermelho, Rapunzel, Moura Torta, Bela Adormecida – decidem se reunir e reverter a situação procurando um escritor que lhes explique o porquê de Feiurinha ter desaparecido.

Debruçemo-nos então sobre as anotações contidas nos diários produzidos, com o propósito de entender como eles processam a leitura do *livro paradidático*, com nossa atenção voltada, sobretudo, para os discursos implícitos, à consequente construção dos sentidos. Optamos, desse modo, por realizar a transcrição *ipsis literis* de sequências discursivas (SD) dos diários, visando a não alteração na produção diarista dos alunos. Ressaltamos que a identificação dos sujeitos é feita por meio de um código alfanumérico e que traremos excertos de acordo com as percepções interdiscursivas.

Vejamos a SD, do diário de leitura de A1 a seguir:

*Quando eu li o capítulo zero, pensei que o proximo era o um mais não era, era, o capitulo zero e meio. (...) Quando li o capitulo zero percebi que ele falou que todas as historias, comesam com “Era uma vez a muitos e muitos anos atrás” (...).*

Um outro aspecto da enunciação do aluno é a percepção acerca da diferença da estrutura do texto quanto à divisão em capítulos. Isto nos mostra sua história de leitor a partir dos conhecimentos prévios acionados. O aluno percebe o estranhamento causado



pela divisão capítular realizada pelo autor textual e traz para a leitura suas experiências enquanto leitor de contos de fadas para compreender como a trama textual está sendo construída.

**A1** relaciona sua leitura com suas experiências pessoais:

Quando eu li este capítulo, observei uma coisa que o autor falou, ele falou que quando ele ia ao dentista ele procurava uma capa de um livro de adulto, e dentro dessa capa ele botava um livro de contos de fadas, isso o que ele fez é bem parisido o que eu fazia na escola, eu pegava um livro de portugues e dentro do livro eu botava um gibi, devés inquando, da monica ou do sozinho, eu fazia isso para não ter que ler umas histórias chatas que avia nele.

Constatamos que na produção diarista de **A1** ocorre a identificação entre o aluno e o personagem do Escritor. O discente vê no diário um meio de verbalizar, sem ser repreendido, sua insatisfação com a leitura na escola. Ao burlar a leitura escolar, assim como o Escritor, **A1** faz emergir a pouca atenção dada a essa prática escolar, já que a caracteriza como *chatas* as histórias que fazem parte do Livro Didático. Consideramos que mesmo o LD apresentando fragmentos de textos, sem estabelecer pontes entre os diversos gêneros apresentados, a postura do aluno diante da leitura seja fruto da cristalização desse processo. No trecho que segue, o educando alude ao interdiscurso da beleza e expressa sua formação discursiva acerca da verdade da beleza exposta na narrativa:

(...) vimos a história de feiorinha contada por jerusa, jerusa fala que *a menina foi criada por três bruxas horrorosa, e muitas más*, que chamava a menina de feiorinha, *mas a verdade ela é muito linda*, ela nunca saia daquele lugar nem conheceu outras pessoas alem das bruxas, então ela se achava muito feia e si sentia triste, (...)

A partir da fala de Jerusa (jerusa fala que a menina foi criada por três bruxas horrorosa), o aluno recupera o interdiscurso da maldade atrelada à feiura, e o reforça, pois, para ele, a princesa sofreu muito por ter sido criada por três bruxas *feias*. Com isso, retoma o interdiscurso da maldade/ feiura para atribuir sentidos à narrativa, evidenciando sua experiência de sujeito social que está inserido numa sociedade que valoriza o belo como



sinônimo de bom. Sua postura diante do texto nos mostra sua memória de leitura, que embasa a atribuição dos sentidos (ORLANDI, 2007, p. 54).

A1 dicotomiza a beleza e a feiúra e estabelece o paralelo com bondade e maldade, respectivamente, visto que as bruxas impunham à Feiurinha a beleza estabelecida no mundo bruxesco e não reconheciam o padrão aceito socialmente; o aluno percebeu a transformação do discurso estabelecido e aceito socialmente num discurso que se pretende verdadeiro. Para Grigoletto (2002), a depender das nossas formações discursivas e ideológicas, recobramos de maneira diversificadas os vários discursos em circulação.

Ao final de sua escrita diarista, A1 afirma o seu lugar de sujeito escolar:

Neste capítulo *vimos* a história de feiurinha contada por jerusa, (...). Neste capítulo, *nos vemos* que o autor já, comesou a escreveu a história com o conhecido, “Era uma vez a muitos e muitos anos atrás”.

No momento em que resume a história da princesa desaparecida, o aluno traz, por meio da intradiscursividade, o efeito interdiscursivo da prática de leitura escolar e suas atividades: o objetivo de que todos os alunos atinjam o entendimento acerca da narrativa, que todos consigam entender a trama e o seu desfecho.

Por sua vez, A2 remete em sua escrita diarista para o interdiscurso da inveja e de competição:

(...) Mais também eu queria muito entender por que a Princesa Dona Branca encantado e a princesa Cinderela Encantado sempre ficava brigando o tempo todo e quando o lacaio caio anunciou que a senhora Princesa Rapunzel Encantado, A Senhora Princesa Bela Adormecida Encatado entrou na sala elas Rapidamente Parou de Brigar e Dona Branca Encantado foi atender as outras princesas.

Ao apontar para as discussões e o posterior comportamento entre as princesas e observar que a discussão entre as Princesas é algo constante e resultante da competição que existe entre elas e entre suas histórias, o educando deixa transparecer em seus enunciados sua história de sujeito que tem conhecimento desses sentimentos e de suas implicações nas relações sociais. E refere-se ao interdiscurso do matrimônio:



No capítulo Zero e cinco sextos *Eu queria Saber* por que ninguém conhecia a História de Feiurinha (...) / Ao ler o capítulo Zero, cinco sextos e tanto *eu queria saber* porque Caio, Jerusa não faziam nenhuma bodas de Pratas (...) Ao ler o capítulo Zero mais que quase um, *eu finalmente subi* quem era essa tal feiurinha (...)

O aluno remete ao saber aprendido, escolar ou não, enunciando sua necessidade em compreender o que acontece na história e a sua posterior satisfação, após entender os acontecimentos da narrativa. Remete, ainda, para o interdiscurso do matrimônio e de suas comemorações ao questionar a narrativa sobre o porquê de Jerusa e Caio não comemorarem Bodas de Prata (*eu queria saber porque Caio, Jerusa não faziam nenhuma bodas de Pratas*) evidenciando sua tentativa em compreender a narrativa, como também a busca dentro de sua própria história de sujeito social, que vive inserido num contexto no qual para que se comemore bodas é preciso ser casado.

O educando aponta para o interdiscurso da beleza:

(...) E que foi butando coisas horríveis na cabeça da menina dizendo que ela era uma menina muito feia dizendo que ela era um Horror e confundindo a cabeça da menina com que bonito fosse feio e que feio fosse bonito e as quatro bruxas que tinha uns nomes Horríveis uma era malvada outra era Ruim outra era piorainda e a última era belezinha as quatro deram o nome à menina de Feiurinha eu fiquei muito desamparado com isso, (...)

Seu comportamento diante da postura das Bruxas evidencia um sujeito que fala a partir do lugar social e que remete ao discurso da beleza para construir seu pensamento. O aluno percebe a inversão dos valores, do ser belo e do ser feio, na narrativa, e reflete seu desapontamento sobre as implicações dessa inversão: o sofrimento de Feiurinha.

Observamos que no diário de leitura de A2 ocorre a ratificação do conceito de beleza estabelecido em nossa sociedade, visto que mesmo propondo a inversão do belo em feio e do feio em belo, a narrativa reforça o estereótipo já conhecido e validado. O aluno enfatiza, ainda, a correlação entre beleza e bondade e feiura e maldade, e sente-se desamparado diante de tanta maldade explicitada na narrativa, inclusive por meio dos nomes das bruxas.



Acreditamos, pois, que as reações materializadas no diário mostram um sujeito conhecedor da esteriotipagem em seus dois extremos: a bondade atrelada à beleza, numa sociedade que tende a considerar tudo que é belo como bom, e a maldade ligada à feiura, pois encaramos como ruim o que consideramos feio.

Prosseguindo na busca dos fios que tecem os bordados construtores dos diários, chegamos ao diário de leitura de **A3**. Vejamos:

No inicio aparece dona Branca esperando o sétimo filho me lembra a esposa do meu tio que tem sete filhos e o meu tio sempre trabalhando muito e derrepente chega uma visita chapeuzinho vermelho que e souteira igual minha tia chapeuzinho vive com sua avó igual eu chapeuzinho sempro com sua sestinha as vezes as pessoas gostam de ser melhor do que outra poucas vezes eu já vez isso que é a mesmas situação de dona Branca chapeuzinho uma maça para Branca uma das minhas frutas preferidas.

Na escrita diarista de **A3** a presença do interdiscurso da formação familiar e dos lugares assumidos pelos sujeitos nessa formação: a mulher ocupa o lugar de mãe, aquela que cuida do lar e dos filhos, e o pai assume o lugar de provedor, aquele que sustenta a família. Mesmo estando inserido nessa formação ideológica, que evidencia lugares bem marcados, o diário mostra que o aluno encontra-se em outro tipo de formação, por morar com sua avó e com sua tia solteira, evidenciando os novos modelos de família, cada vez mais crescentes na contemporaneidade.

Observamos que, mais uma vez, o sujeito **A3** reporta-se a sua história de sujeito para compreender a narrativa, ao comparar a sua tia à Chapeuzinho Vermelho como também ao comparar si próprio a esta personagem. Recorremos, pois, ao conceito de articulação de Pêcheux (1988), ou seja, o que já está construído verticalmente, o que já foi dito e esquecido, e é retomado para articular o novo dizer; visto que **A3** constitui sua relação com o sentido a partir do que o determina como sujeito, sendo, portanto, a sua história a base de sustentação para o seu entendimento.

Ainda no âmbito escolar, o diário traz efeito de opinião sobre o ato de escrever:

É facil criar uma personagem eu gosto de fazer textos e gosto mais ainda de fazer a figuração mais desvendar um mistério é



complicado eu nunca tinha ouvido falar de uma história chamada Feiurinha e olha que eu pensava ter lido todos os contos de fadas. É ruim ficar esperando por uma coisa que a pessoa com pressa de ter é o caso da feiurinha e Dona Branca ficava cobrando do autor coisa que ele não sabia é a sensação de fazer uma prova sem saber as respostas.

Seu registro diarista remete-nos para escrita enquanto atividade escolar, mas que, geralmente, é tida como processo avaliativo, o que condiciona o aluno a produzir de acordo com os moldes estabelecidos. No caso das figuras e desenhos, estes são aceitos no texto quando fazem parte do gênero, a exemplo das Histórias em Quadrinhos.

Verificamos, com isso, a presença do discurso da resistência à leitura escolarizada, proposta sem objetivos práticos para o uso social da leitura e sem fruição. **A3** chama para seus registros as suas histórias de leitura, de leitor, que realiza as leituras obrigatórias do universo escolar e as atividades de escrita, mas que opõem-se a essas leituras, e que observa o sistema de ensino como provedor de leituras de fruição.

A esse respeito, observamos que sua postura é fruto da própria escola que trata a leitura como um processo de descoberta, “desvendando” o que está na superfície textual e, por vezes, negando tudo o que está implícito, todos os não ditos. Saber o que já está dito importa mais que compreender o porquê de ter sido dito; rejeitando as formações discursivas que se entrelaçam para alicerçar os discursos que foram produzidos.

Da mesma forma que **A2, A3** registra suas emoções diante do texto e do tratamento dado a Feiurinha pelas Bruxas:

A história da Feiurinha é terrível, ela foi separada dos pais foi raptada por três bruxas que se chamam Ruim, Malvada e Piorainda uma história meio parecida com a minha eu não morei muito tempo com meus pais eles se divorciaram e eu fui marcar com minha avó hoje em dia minha mãe me pede que eu va morar com ela mais eu já me acostumei com minha vó portanto não sinto vontade de morar com ela, (...)

Trazendo para construir o sentido do texto sua própria história, o aluno regasta o divórcio dos seus pais e o fato decorrente que foi a sua mudança para casa da avó, em outra cidade. O uso do adjetivo nos conduz ao seu sofrimento pessoal, e é a partir de sua



experiência de filho de pais separados que o sujeito-leitor comprehende o sofrimento da protagonista.

Segundo Wielewicki (2008, p. 33), o contato entre o aluno e o texto na sala de aula ocorre “intermediado por histórias que ele carrega consigo e serão comparadas, contrastadas, ou formarão posturas diversas em relação àquilo que o aluno lê”. É preciso considerar o aluno enquanto sujeito sócio-histórico, ideologicamente marcado, capaz de ir além das entrelinhas textuais.

O registro diarista de **A3** mostra que ele produz sentido para o que acontece com Feiurinha a partir se sua história de sujeito:

(...) bom as bruxas não deixaram Feiurinha em paz eu já estudei em escola publica mais eu sentia muito mal os garotos que estudavam comigo mechiam muito comigo isso é desconfortavel é quase a mesma sensação de Feiurinha ela só se sentia bem quando as bruxas saiam de casa eu também me sinto melhor quando estol sosinho em paz no meu canto (...)

**A3** compara o sofrimento de Feiurinha com as maldades das bruxas ao período no qual foi aluno de escola pública e era alvo de chacota e brincadeiras de mal gosto. Sua postura remete-nos para as práticas de marginalização em torno dos alunos novatos e/ou alunos veteranos que fogem aos padrões estabelecidos pelos grupos que compõem determinados espaço, nesse caso a escola. O aluno explicita seu lugar de sujeito marginalizado e mostra, por meio de sua escrita diarista, que, assim como a princesa, só se sente bem quando está sozinho, *em paz no meu canto*.

Nesse sentido, Authier-Revuz (1982) aponta para a falta de neutralidade das palavras, com isso acreditamos que nas sequências discursivas em análise transparecem o posicionamento dos sujeitos perante às práticas leitoras. É preciso pensar a texto como inacabado, aberto, passível de mudanças e, primordialmente, pensar a leitura como um processo contínuo, pois o sentido não existe em si mesmo, mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas presentes no processo sócio-histórico.



#### 4. PALAVRAS FINAIS

Observamos ao longo da análise dos diários de leitura produzidos pelos sujeitos colaboradores que 1) o texto configura-se como a materialização dos discursos que circulam no âmbito social, dessa forma, encontramos na história de Feiurinha muito mais que um mero conto de fadas infantil e 2) o sujeito aluno perceber os discursos que perpassam a materialidade linguística e, por vezes, identifica-se com eles, remetendo às diversas práticas sociais das/nas quais encontram-se inseridos.

Desse modo, averiguamos que o sujeito-aluno **A1** reconhece o rompimento com a estrutura canônica do texto literária, em sua divisão capitular, remetendo à sua história de leitor/conhecedor de narrativas infantis. O mesmo identifica-se com o personagem Escritor e traz a sua experiência de leitor que burla a leitura estabelecida para compreender a atitude da personagem. O discente também recuperou os interdiscursos da beleza *versus* feiúra atreladas à bondade *versus* maldade, e o interdiscurso da conduta diante do louco, estabelecidos socialmente. Desse modo, ratificamos nossa opinião de que o aluno estabelece relações entre o que está lendo e o universo sócio-histórico que o circunda.

**A2**, por seu turno traz para sua escrita diarista sua memória discursiva acerca da intriga e discussão, enunciando sua percepção sobre esses comportamentos sociais como também sua postura ao discordar da conduta da princesas em suas discussões. Observa a presença interdiscursiva do discurso dicotômico beleza/bondade *versus* feiúra/maldade e ratifica a predominância do conceito do belo como o aceito e validado socialmente. O aluno verifica ainda a presença do discurso sobre o casamento e suas comemorações ao questionar porquê Caio, o lacaio e Jerusa não comemoram Bodas, evidenciando o seu lugar de sujeito social e historicamente constituído.

Por fim, **A3**, assim como os demais sujeitos colaboradores, ratifica a nossa concepção de que o aluno lê, e atribue sentido ao que lê, ao contrário do que é apregoado e reforçado pela escola. Assim, durante a análise do diário de **A3**, surpreendeu-nos a intensidade com a qual o discente buscou o já dito para compreender e interpretar a história, retomando as suas experiências e vivências de sujeito sócio-histórico para entender o que está lendo. O diaório de leitura de **A3**, como os diários de **A1** e **A2**, assevera o nosso posicionamento acerca da validade do uso do diário de leitura para a realização de leituras discursivas, com resgate de discursos que já estão estabelecidos e a percepção, por parte do



aluno, de que o texto é um objeto em constante escrita, já que a cada novo momento temos um novo sujeito, uma nova leitura.

Assim, após refletirmos sobre as percepções interdiscursivas encontradas nos diários de leitura, conseguimos afirmar que os diários podem tornar-se um instrumento de ensinoaprendizagem de leituras, no sentido de conduzir o aluno para a percepção de que o texto é um elemento sócio-historicamente construído. Não queremos de modo algum desprezar o texto enquanto materialidade linguística, nem tão pouco colocar o leitor como origem dos sentidos, mas ratificar a junção entre os sentidos presentes no texto e os sentidos trazidos pela história de sujeito de cada leitor.

## 5. REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, Pedro. **O fantástico mistério de Feiurinha.** 12. ed. São Paulo: FTD, 1992.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem.** 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- FERNANDES, Cleudemar. **Análise do discurso:** reflexões introdutórias. 2 ed. São Carlos: Claraluz, 2007.
- FIORIN, José Luiz. **Em busca do sentido:** estudos discursivos. São Paulo: Contexto, 2008.
- INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e outras vozes.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.
- MACHADO, Anna Rachel. **O diário de leitura:** a introdução de um novo instrumento na escola. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 21-53.
- ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso:** princípios e procedimentos. 7. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Discurso e texto:** formulação e circulação dos sentidos. 3. ed. São Paulo: Pontes Editores, 2008.



## AVALIANDO A AVALIAÇÃO, PERCORRENDO O CURRÍCULO: ENTRECRUZAMENTOS DISCURSIVOS NUM PROJETO PEDAGÓGICO

Samelly Xavier Cruz

### 1. DO PRIMEIRO AO ÚLTIMO PASSO: EXPLICAÇÕES INICIAIS

A palavra currículo, etimologicamente, surge do verbo latino *currere* e significa correr.

Assim, ancorado nas noções semânticas, currículo é o percurso caminhado pelo profissional. Na escola, o currículo também assume essa face. Apesar de estar tão presente em nossas práticas sociais da profissão, é fato que os estudos teóricos sobre o gênero currículo começaram a surgir de maneira sistematizada recentemente, no início do século XX, com a publicação de *The curriculum*, de Bobbit (SILVA: 2008). Deste modo, o estudo das teorias sobre currículo ainda são uma lacuna na maioria dos cursos de formação de professor. A disciplina “Tópicos de currículo” que, metalinguisticamente, faz parte do currículo de um curso de formação continuada de professores (no qual as autoras desse artigo são professora e aluna respectivamente) e pequenas pesquisas como a que por ora se desenvolve buscam contribuir, ainda que minimamente, para o preenchimento deste vazio analítico sobre tal questão.

Há pouco mais de uma década, no Brasil, um conjunto de reformas escolares foi sendo firmado sob o argumento da melhoria do ensino básico. Dentre outros pontos, a rapidez com que surgiram documentos oficiais norteadores da prática docente se concebeu como um marco histórico. Moreira e Silva (2005) apontam para o caráter ideológico de falsa homogeneização que um currículo oficial transpassa para a sociedade que o define e que por ele é definida. Tais autores demonstram assim que o currículo precisa ser encarado muito mais do que como mero conjunto de disciplinas organizadas em tópicos e séries. Precisa ser visto através de uma teorização crítica, analítica e reflexiva, como recurso, inclusive, de conscientização do professor quanto a sua prática escolar e a seu papel social.

Claro que dois fatores básicos afetam esse processo: a falta de espaço no currículo oficial (irônica e “coincidentemente”) de cursos de licenciatura para este foco e a própria teoria de currículo que só recentemente foi sistematizada. Todavia, nenhum desses fatores pode e deve servir de pretexto para a não disseminação de tais teorias, pelo



contrário, são nos campos do oculto, do menos discutido, onde mais se deve trabalhar, investigar, para que se faça sentido, aliás, a própria noção de aprimoramento evolutivo do ser humano e de suas facetas múltiplas.

Dentro da temática sobre currículo, há muitos outros sub-temas com os quais se deve trabalhar: ideologias, conteúdos programáticos, projetos políticos-pedagógicos, avaliação, mobilização de saberes dos professores etc. Do currículo – o “o que” ensinar – demandam outros pontos da ordem do “como”, “por que”, “quem” e “a quem” ensinar.

No caso específico desta pesquisa, buscar-se-á analisar um projeto político pedagógico de uma rede privada de ensino do Nordeste Brasileiro, com o intuito de se identificar as concepções de currículo e avaliação subjacentes a esse documento e averiguar se as correlações conceptivas destes se coadunam de maneira adequada. Para tanto, esta pesquisa se organiza da seguinte maneira: primeiro fizemos um breve percurso teórico sobre projeto político pedagógico, avaliação e currículo, depois descrevemos a organização do projeto por nós analisado, em seguida identificamos a teoria de currículo e de avaliação subjacente a este documento para, por fim e consequentemente, comparar estas teorias e verificarmos suas correlações.

## **2. CONTINUANDO A CAMINHADA: TEORIAS SOBRE CURRÍCULO, AVALIAÇÃO E PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

Com o intuito de sistematizar nossos conhecimentos sobre essas teorias correlacionáveis, vamos agora fazer uma breve revisão teórica sobre as concepções que estamos estudando.

### **2.1 Primeiro passo: implicações teóricas sobre projeto político pedagógico**

Para Libâneo (2004), por trás de um planejamento escolar, há sempre uma intencionalidade educativa. Tal intencionalidade é o que norteia este mesmo planejamento, que, assim como as águas de um rio que só correm para o mar, desemboca num projeto políticopedagógico (chamado pelo autor de projeto pedagógico-curricular), o qual, por sua vez, é considerado um instrumento de ação que, assim como as águas do mar em relação ao oceano, desemboca ainda no currículo em si, entendido como “referencial concreto da proposta pedagógica [...] a projeção, o desdobramento do projeto pedagógico” (p.154) ou



ainda, de acordo com Sacristán (apud Libâneo: 2004) o currículo é “a concretização da posição da escola diante da cultura produzida pela sociedade” (p.154).

Do ponto de vista de Libâneo, um planejamento escolar se dá a partir de três grandes focos, a saber: o diagnóstico de uma realidade da escola, definição de metas e objetivos por parte da instituição e determinação de atividades e tarefas em função da realidade escolar. Posto isso, o pensamento do autor é absolutamente processual, em outras palavras, ao longo de sua exposição, o autor vai demonstrar que o PPP deve modificar-se a partir das novas realidades investigadas e percebidas pela gestão escolar como um todo, e uma vez que as águas do oceano modificam-se, modificam-se as águas do mar e, por conseguinte, do rio, para não deixar de aproveitar a metáfora.

Outro fator apontado por Libâneo diz respeito à autonomia da escola para a elaboração e execução do PPP e do currículo. Sobre isso, Apple (2005) faz uma distinção muito didática sobre os efeitos das visões neoconservadoras e neoliberais no tocante à autonomia escolar. Sobre as primeiras, o autor diz que se organizam pensando num Estado forte “sobretudo no que se refere à política das relações de corpo, gênero e raça, a padrões, valores e condutas e **ao tipo de conhecimento que deve ser transmitido a futuras gerações** (APPLE, p. 69) (grifos nossos), e sobre as segundas afirma: “O Neoliberalismo defende um Estado fraco. Uma sociedade que deixa a ‘mão invisível’ do livre mercado guiar *todos* os aspectos de suas interações sociais é vista não só como eficiente, mas também como democrática” (p.69). Como ambos os movimentos são de fundo direitista, Apple aponta ainda para o caráter contraditório entre essas duas visões de Estado e resolve tal paradoxo com uma visão alternativa defendida por Dale, o qual cunhou o termo “modernização conservadora” para explicar uma política de valores inversamente proporcionais. Nesta nova visão, de acordo com o autor, busca-se “libertar” o indivíduo para questões econômicas e controlá-lo acerca de propósitos sociais.

É exatamente este arremate que nos faz entender a reflexão de Libâneo – retomando – sobre a pseudo-autonomia da escola quanto sua escolha de condução do PPP. Oras, por mais “autônoma” que seja a instituição, ela estará sempre orientada por documentos oficiais que, ao fim e ao cabo, serão norteadores do que devem (ou podem) fazer. Além disso, a questão dos componentes curriculares tenderão sempre a estandardização (Apple), imbuídos da lógica de um currículo nacional comum. Ainda sobre



o papel do Estado, nesta visão neoliberal, quanto ao processo de autonomia escolar, Libâneo aponta:

Essa tese já foi muito bem-aceita pelos educadores progressistas, mas hoje há forte desconfiança de que a descentralização e a autonomia das escolas seria uma forma de o Estado livrar-se de suas responsabilidades públicas, difundindo-se a idéia de que as responsabilidades do governo e da sociedade civil se equivalem, dentro de uma estratégia de diminuir o papel do Estado na sociedade (LIBÂNEO, p.159, 2004)

Claro que não é nosso foco neste trabalho falar sobre o papel do Estado, porém, como bem apontam Moreira e Silva (2005): “o conhecimento corporificado como currículo educacional não pode ser mais analisado fora de sua constituição social e histórica” (p.20). Assim sendo, a questão da autonomia escolar, bem como do papel do Estado neste quesito tem particulares implicações sobre esta constituição sócio-histórica apontada pelos autores. Moreira e Silva mostram ainda as relações entre currículo e ideologia – ao citar Althusser, para quem educação é uma das maneiras mais relevantes da classe dominante manter o status quo da sociedade; currículo e cultura – onde o currículo é visto como uma forma institucionalizada de transmitir a cultura de uma sociedade; e currículo e poder – uma vez que há forças as quais fazem com que se mantenha uma situação social “estável” (ou melhor dizendo, estagnada) reiterada por um currículo oficial hegemônico em que as forças dos grupos de poder reverberam a manutenção desta mesma situação. Nota-se, enfim, uma profunda relação entre ideologia, cultura e poder, separando-os por mero efeito didático.

## 2.2 Segundo passo: Implicações teóricas sobre currículo

O mesmo autor, Libâneo, aponta sete concepções de organização curricular, entendendo-as como “formas de concretização das intenções pedagógicas” (p.174). Faremos, neste momento, um breve percurso das características de cada uma delas.

O primeiro – **currículo tradicional** – é visto pelo autor como uma “organização do conhecimento por disciplinas compartmentalizadas”, num teor de ensino “meramente transmissivo” o que, consequentemente, implica num aluno percebido apenas enquanto



“armazenador de informações” já o professor é visto como “autoridade intelectual e moral”. No segundo tipo de currículo – **currículo racional-tecnológico (tecnicista)** – a visão é pautada no caráter produtivo de ensino, neste caso, segundo Libâneo, não há necessidades de discutir sobre o *que*, senão *como* a escola deve ensinar. É a visão mais comum em cursos profissionalizantes. Já no currículo **escolanovista (ou progressista)** há uma focalização maior no aluno, que é concebido como sujeito ativo de sua própria aprendizagem, cabendo ao professor, então, o papel de “facilitador da aprendizagem” já que o verdadeiro conteúdo “vem das experiências dos alunos”. Em outras palavras, “os conteúdos são subordinados às necessidades e interesses dos alunos no seu processo de adaptação ao meio”. Vale lembrar ainda o caráter utópico que essa concepção assume em se tratando de uma realidade de salas de aula lotadas e professores trabalhando três turnos por dia, como é o caso de nosso país. Esta mesma crítica pode ser feita à visão de currículo **construtivista**. Tendo em Piaget seu maior representante, nesta concepção há uma “crença no papel ativo do sujeito no processo de aprendizagem”, assim sendo, o “currículo deve prever atividades que correspondam ao nível de desenvolvimento intelectual dos alunos e organizar situações que estimulem suas capacidades cognitivas e sociais” (p.177). Fica patente a forma idealizada que este tipo de currículo propõe. Normalmente, este currículo, assim como o progressista, é utilizado nas séries iniciais da educação básica e muitas vezes é apontado, ironicamente, como responsável pelo déficit de aprendizagem de boa parte dos alunos, uma vez que a falta de sistematização típica dessas percepções acabam supostamente comprometendo o desempenho dos alunos em séries iniciais.

O currículo **sociocrítico (ou histórico-social)**, como o nome sugere, tem um teor mais voltado para a construção de paradigmas sociais, ou seja, na concepção sociocrítica esperase do aluno “o desenvolvimento de suas próprias capacidades de aprender” além de “sua inserção crítica e participativa na sociedade em função da formação da cidadania” (p.178). A autonomia de pensamento, a responsabilidade pelo social e o interesse pela coletividade são marcos para este pensamento. Libâneo afirma que esta corrente curricular tem várias vertentes e em algumas delas há, inclusive, uma recusa a um currículo formal.

Há ainda duas concepções de currículo expostas pelo estudioso: **o currículo integrado ou globalizado** e **o currículo como “produção cultural”**. A visão



integradora se destaca ao fazer referências a questões relacionadas à interdisciplinaridade tão em voga na atualidade. Nesta concepção, busca-se uma maior “inter-relação entre conhecimentos, superando a separação e a falta de comunicação entre as disciplinas escolares”(p.179). Essa tentativa disciplinar de haver uma congregação do conhecimento traz consigo uma ideologia de reflexão e crítica da sociedade por parte do alunado, além de uma percepção mais compreensiva de como “aprender a aprender”. Em se tratando da realidade brasileira, essas expressões vocabulares fazem parte do discurso do ENEM, cuja diretriz principal é justamente a percepção interdisciplinar e reflexiva. Por último, **a visão de currículo como produção cultural** tem forte influência das teorias marxistas, defendendo “os conflitos, as discordâncias” como “condições para a mudança social”(p.180). Prega-se ainda nessa visão a consolidação da valorização das minorias e, por conseguinte, da diversidade cultura. Porém, como é comum de ocorrer em teorias de oposição, seu legado acaba sendo comprometido pelo teor extremista que carrega, descartando até mesmo a importância de suportes didáticos e da psicologia no processo de aprendizagem e de ensino.

Encerrado esse breve **panorama**, ou ainda, descansando do percurso curricular, ire-mos agora destrinchar sobre teorias acerca da avaliação.

### 2.3 Terceiro passo: implicações teóricas sobre avaliação

Feito este sucinto panorama das teorias curriculares apontadas por Libâneo, comentaremos agora mais especificamente sobre a questão avaliativa.

Para começar, cremos ser de fundamental importância demonstrar a relação existente entre avaliação e o processo de ensino-aprendizagem, uma vez que este pressupõe aquela, especialmente na escola. A forma de avaliar da escola é, pois, uma espécie de indício sobre o que, de fato, tal instituição quer dos seus alunos e, por conseguinte, o que tem a ensinar a estes. Então, como bem aponta André e Passos o PPP passa a ser um suporte para indicar formas de conceber o ensino, sendo a avaliação a culminância desta concepção. Em suas palavras:

“É o projeto pedagógico da escola que vai definir os rumos e a direção das mudanças que se quer realizar. O projeto não pode se



constituir, dessa forma, numa carta de intenções ou em uma simples formalidade administrativa elaborada somente por alguns profissionais da escola. Deve expressar a reflexão e o trabalho realizado em conjunto por todos os profissionais da escola, buscando atender às diretrizes do sistema nacional de educação e às necessidades locais e específicas da clientela da escola (p.188)

É por o PPP procurar atender às necessidades dos alunos, que, segundo Krasilchik (2002) “discutir e analisar a avaliação é uma das melhores formas de entender o que acontece na escola” (p.165). Fica patente, neste caso, que a forma de avaliar está intimamente associada à forma de perceber as relações de ensino e de aprendizagem. Neste sentido, cremos ser relevante fazer uma rápida exposição dos tipos de avaliação existentes, citadas por Hadji (2002) e, à medida do possível, nos deter à avaliação formativa, tão comentada por esse autor.

Para Charles Hadji, o processo avaliativo envolve questões multidimensionais. O autor explana sobre alguns tipos de avaliação, a saber: implícita – grau de explicitação é pouco, só se revela por meio de seus efeitos; espontânea – sem critérios, ou com critérios sem nenhuma instrumentalização e instituída – a qual, mais comum na escola, utiliza instrumentos (provas, por exemplo). Outra distinção sobre o tema é quanto uma avaliação de caráter normativo – norma entendida como “um modelo de comportamento valorizado por um grupo” (p.18) versus avaliação de referência criteriada, na qual se leva em consideração o comportamento individual dos sujeitos envolvidos.

Ainda sobre o lugar da avaliação na ação formativa deste processo complexo de ensinar-aprender, temos três tipos de modos de avaliar: avaliação diagnóstica, a qual identifica características do aprendiz para fazer um balanço de seus pontos fortes e fracos; cumulativa – que verifica se as aquisições visadas pela formação foram feitas e, finalmente, a formativa – cuja contribuição está imbricada a uma boa regulação da atividade de ensino. Para o autor, “uma avaliação não precisa conformar-se a nenhum padrão metodológico para ser formativa. Para facilitar o próprio processo, basta-lhe informar os atores do processo educativo” (p.20), o que significa colocar em foco o professor, os efeitos reais de seu trabalho pedagógico e o aluno, que não somente saberá seu percurso de aprendizagem, mas também poderá tomar consciência das suas dificuldades, o que desencadeará na função corretiva que este tipo de visão avaliativa apregoa.



Por fim, Hadji comenta que por esse caráter complexo e contínuo, a avaliação formativa ainda é mais uma utopia promissora (no seu dizer) do que uma realidade em sala de aula e que isso ocorre basicamente, influenciado por três fatores: a existência de representações inibidoras, que refletem e reforçam as antigas formas de ver a avaliação; falta de interpretação melhor às informações coletadas (o que dizem os dados avaliados) questão que se relaciona à pobreza atual de saberes necessários, que por sua vez se justifica na falta de formação inicial e continuada de qualidade, ao nosso ver; e por fim e talvez mais grave: preguiça e medo dos professores de não ousar imaginar remediações. O que Hadji deixa claro em sua percepção é que nenhum desses fatores deve configurar-se num descrédito na possibilidade de haver realmente uma prática avaliativa formativa. O autor os aponta mais a título de reflexão do que como estagnadores da educação, em suas palavras, para agir sobre o problema, é necessário primeiro compreendê-lo. Eis o que ele próprio faz.

Ainda nessa perspectiva de que é possível, e desejável, uma avaliação formativa mais adequada e menos limitada, Krasilchik (2002) elenca as três funções básicas de avaliar: interpretar dados sobre o aprendizado (e para isso é fundamental o professor saber interpretar, vencendo o obstáculo apontado no outro autor). Numa visão mais típica, a avaliação serve para classificar alunos e para manter padrões de qualidade de ensino. Sobre essas duas últimas funções, assim pensa a autora:

“A avaliação como procedimento para se chegar a classificação destinada a premiar uns e punir outros em geral provoca atritos e reações negativas. No entanto, uma instituição que se instala um programa de aferição espera principalmente obter subsídios para a revisão de suas atividades, melhorando o aprendizado dos alunos e o nível de seu ensino, atendendo melhor à comunidade que a mantém” (p.169) (grifos nossos)

Eis no destaque o grande diferencial de uma visão formativa da avaliação. Voltando às palavras de Hadji: “a avaliação em um contexto de ensino, tem o objetivo legítimo de contribuir para o êxito do ensino, isto é, para a construção desses saberes e competências pelos alunos” (p. 15). Nesse sentido também explicam André e Passos (2001):

“[a avaliação] terá de levar em conta a realidade dos sujeitos envolvidos na ação pedagógica. Considerar, por um lado, que cada



grupo é formado por indivíduos com histórias pessoais, sociais, familiares, culturais, educacionais muito variadas” (p.178)

“A avaliação deve levar a escola toda a se olhar, a rever seus mecanismos de poder, sua forma de gestão, seus propósitos, suas práticas, as relações que aí se estabelecem” (p.179)

Fica evidente que a visão formativa tão difundida quanto à avaliação se coaduna a um tipo de currículo mais integrador, respeitador, se é que podemos assim chamar, do sujeito e sua história. Já essa visão avaliativa mais cumulativa, somativa, tem relação direta com as concepções de currículo mais voltadas ao tecnicismo, que vêm o conhecimento como algo externo ao sujeito. Dito isso, procuraremos agora averiguar no projeto por nós analisado se há, de fato, essa correlação lógica entre um determinado tipo de currículo e uma determinada forma de avaliar. Mas antes de nos adentrarmos a essa questão, descreveremos como foi construído linguisticamente o projeto que analisamos.

### **3. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: UM CAMINHO COM MIL ATALHOS**

Pelo que percebemos através de depoimentos e pesquisas de colegas do curso de especialização, o projeto político pedagógico das escolas é mais um documento para constar na burocracia do que um agente real no fazer escolar. Dos, em média, 30 projetos apresentados, o único realmente re-elaborado dinamicamente é o que ora apresentamos. O exemplar que averiguamos foi elaborado para o quadriênio 2007-2010. Ele foi conseguido na unidade escolar da cidade de Campina Grande, mas é referência para mais seis escolas espalhadas pelo Nordeste. De acordo com o que foi pesquisado, o PPP é elaborado e re-elaborado a partir de sínteses de pesquisas feitas pelas várias vertentes envolvidas no processo de ensino-aprendizagem. Faz-se, pois, questionários com professores, alunos, pais e equipe pedagógica com o intuito de se chegar a um panorama do ensino, limitações e avanços ao longo dos quatro anos em que está em vigência. Por fim, ele é revisado por um professor (não foi fornecido maiores detalhes) de uma instituição universitária pública. Ao fim desses quatro anos, é reescrito e repensado de acordo com a dinâmica do fazer educativo.

Tal projeto é composto das seguintes partes: agradecimentos; apresentação; introdução histórica; projeto político pedagógico [uma espécie de explicação conceitual do



que a escola entende por PPP]; marco referencial – o qual se divide em marco situacional, marco político e marco pedagógico; diagnóstico e programação. O marco político se divide ainda em dois tópicos: “a sociedade que queremos ajudar a construir” e “a pessoa humana que queremos ser”. O marco pedagógico se subdivide em mais dois: “a educação que queremos assumir” e “a escola que queremos ajudar a edificar”. No diagnóstico – único tópico que é específico a cada unidade colegial, o qual visa fazer uma avaliação (!) sobre a aplicação do PPP naquele período – as divisões são as seguintes: prática democrática, ética e cidadania; política de valorização salarial; formação continuada; educação em valores numa perspectiva evangélico-libertadora; diversidade e inclusão; avaliação processual; prática crítico-reflexiva e consciência ambiental. Por último, na programação há várias subdivisões, as quais são iniciadas por três grandes pólos, a saber: objetivos gerais, políticas e estratégias e determinações gerais.

Como é do nosso interesse averiguar que teoria de currículo e avaliativa subjaz este documento e fazer uma comparação entre ambas para verificar se se coadunam, vamos agora buscar comprovar, através de pistas discursivas como identificar tais concepções.

#### 4. NO MEIO DO CAMINHO TINHA UM CURRÍCULO E UMA AVALIAÇÃO...

Sinteticamente, os sete tipos de currículo apontados por Libâneo são: tradicional, tecnicista, escolanovista, construtivista, sociocrítico, integrado e como produção cultural. De acordo com o que analisamos no exemplar estudado, acreditamos que ele se respalda especialmente na noção de currículo integrado ou globalizado.

Desde os agradecimentos, por exemplo, já se visualiza a imagem de construção coletiva – termo sempre repetido ao longo do projeto (“coletividade”), ao dizer no final do tópico agradecimentos: [agradecemos] à equipe X pela **contribuição coletiva** e sensível, na construção do marco referencial que **uniu dialeticamente** as escolas X do Nordeste (p.1) (grifos nossos). No tópico referente a uma espécie de conceitualização do PPP, a autora – que faz parte do SOP, serviço de orientação pedagógica – assim inicia sua explicação:

O projeto político pedagógico deve constituir-se em **uma tarefa comum à comunidade educativa**. Sua elaboração traduz assim, a busca de alternativas que têm como foco analisar a escola como instituição, no sentido de apreender a **razão global** de suas



estruturas e de seu conjunto de valores, numa dinâmica singular e viva. (pg.5) (grifos nossos)

Novamente, a partir de uma análise terminológica, temos a visão de comunhão, típica do discurso religioso, posto que a instituição em questão é um colégio de freiras, mas também típica do currículo integrador como já dito. O PPP é visto como uma tarefa da comunidade e seu objetivo tem a ver com apreensão do entendimento global do seu conjunto de valores. “Comunidade”, “global” e “conjunto” são algumas palavras que permitem a inferência dessa percepção coletiva, de co-participação entre os setores envolvidos no processo educativo escolar o tempo todo defendida ao longo do documento.

No marco político e no pedagógico – nos quais o discurso religioso da coletividade se faz mais presente, inclusive pela questão da indissociabilidade existente entre currículo, cultura, ideologia e poder (Moreira e Silva: 2005) – fica ainda mais visível a concepção por nós defendida de que esta escola se sustenta pelos fundamentos do currículo integrado. Diz-se esperar a construção de uma sociedade “justa, solidária, ecológica, pacífica e espiritual” e para isso é necessário que existam pessoas “conscientes, autônomas, sensíveis, reflexivas, críticas, com ação política na família, na igreja, na sociedade” (p.9). Tudo isso parece consoante com a visão sociocrítica, mas é no marco pedagógico – o como fazer, de fato – que fica evidente a visão globalizada desta escola. Neste ponto do documento, diz-se claramente que se pretende construir uma educação que “encarne e revele a face atual do cristo educador” (essa é uma espécie de máxima para o colégio) e para tal haverá de ser uma educação que:

- comprometa as pessoas com a construção do bem comum
- promova diálogos entre ciência, fé e vida
- utilize tendências pedagógicas que trabalham o contexto, a inter e a transdisciplinaridade e a sistematização da prática e do saber
- desenvolva o espírito científico e o pensamento reflexivo
- adote a metodologia da ação-reflexão-ação, estimulando educadores e educandos a se sentirem no mundo. [...] (p.10-11)

Há outros tópicos elencados, mas creio que estes exemplos são representativos das várias passagens textuais que nos levam a conclusão de que a postura da escola defende um pensamento interdisciplinar, sendo este o norte para o aparato pedagógico deste



colégio. Notase que suas escolhas vocabulares e, consequentemente, seus mecanismos de ação, se coadunam com as palavras de Libâneo, o qual explica:

São duas as idéias norteadoras desse modelo curricular: a) buscar a integração de conhecimentos e experiências que facilitem uma compreensão mais reflexiva e crítica da realidade; b) ressaltar, ao lado dos conteúdos culturais, o domínio dos processos necessários ao acesso aos conhecimentos e, simultaneamente, a compreensão de como se produzem, se elaboram e se transformam esses conhecimentos, ou seja, o aprender a aprender (Torres Santomé, apud: Libâneo, 2004, pg.179) (grifos nossos)

Ao falar, por exemplo, em *diálogos* entre ciência e fé, ou em desenvolver *espírito científico* versus *pensamento reflexivo* concomitantemente, acreditamos que fica bem claro essa busca por integrar experiências ditas nas palavras de Santomé, além do domínio dos processos do conhecer e do aplicar conhecimentos. Além disso, ainda no texto de Libâneo temos que, nessa visão integradora de currículo, a escola se respalda muito em modelos de métodos de projetos, os quais servem para conectar conteúdos culturais, vivência dos alunos e realidade. Palavras como “integrar”, “desenvolver”, “dialogar”, “relacionar” exaustivamente repetidas ao longo deste PPP só confirmam tal visão curricular.

Quanto à visão sobre avaliação, ela se encontra como subtópico do ponto Diagnóstico, o qual, nas palavras do documento “traz em si a possibilidade de integrar as duas propostas em que se constitui o planejamento: a de horizonte, expressa no marco referencial [ uma outra parte do PPP] e a da prática concreta.”. (pg.12).

E por que falar em avaliação é tão relevante nessa fronteira entre projeto político pedagógico e teoria ideológica de currículo? Porque, como dito anteriormente, a avaliação é um caminho de via dupla e justifica (ou encerra em si) praticamente todo o percurso caminhado para a elaboração do currículo, que desencadeia na confecção de um PPP. Essa teia de relações se dá especialmente pelo que apontam André e Passos (2002): “antes de definir como vai ser feita a avaliação – quais atividades e instrumentos que eu vou utilizar – é preciso definir o que se almeja com a educação escolar ou quais objetivos da escola para um determinado grupo de alunos” (p.177-178). Não por acaso, “o que se almeja com a educação” é, por definição, o questionamento que norteia a elaboração de um projeto, como já vimos nas explicações de Libâneo e Apple.



Ao afirmar que a avaliação é um caminho de via dupla queremos dizer que o termo “avaliação” carrega consigo, no mínimo, dois sentidos: a avaliação do aluno propriamente dito no processo – individual e coletivo – de aprendizagem, e daí nascem as provas, as notas, os exercícios, os projetos etc a depender do que se espera desse mesmo processo; e a avaliação reflexiva do processo em si, quer dizer, quando um problema ou acerto são diagnosticados, e portanto avaliados. Nesse sentido, avaliar equivale a refletir sobre o que dizem os dados analisados e como modificá-los positivamente quando for o caso. Isso tudo pensando, claro, numa escola que se auto-avalie, o que, supostamente, acontece em toda instituição educacional.

Explicado isso, voltando ao documento, assim começa a explanação documental sobre o quesito avaliação processual:

“No cotidiano escolar do colégio X **buscamos vivenciar uma avaliação** processual a partir do momento em que avaliamos no decorrer de todo o processo e não apenas no término do bimestre. Deste modo, **os conteúdos são desenvolvidos e retrabalhados** para que os educandos prossigam com sucesso na etapa seguinte, garantindo a estes aprendizagens significativas, através da interação, participação efetiva nas atividades propostas, discussões em sala de aula, vivências extra-classe, aplicação de instrumentos avaliativos diversificados, entre outros” (p.17) (grifos nossos)

Por definição teórica já comentada, as concepções acerca da avaliação são coerentes sim ao tipo de currículo subjacente ao trabalho, pois um currículo integrador, como já visto, se pretende articulador de várias práticas de educação, vendo-as em processo e não em produto. Assim, podemos concluir, pelo menos de maneira teórica, que a noção mesmo de processo se coaduna, enfim, a percepção de avaliação numa perspectiva formativa.

## 5. E QUAL É A PEDRA NESTE CAMINHO ENTRECRUZADO?

Como visto, apesar de não haver ilogicidades, portanto, entre o que apregoa a ideologia curricular e à avaliativa, o simples fato da avaliação ser comentada apenas como sub-tópico do diagnóstico talvez nos revele uma desimportância num assunto que deveria ser fundamental na teorização sobre práxis escolar. Além disso, a própria forma como a



escola se posiciona é difusa, pois não fica claro, como se vê na citação acima, qual outra etapa seria essa em que os alunos devem prosseguir com sucesso, nem muito menos fica claro saber como acontece esse processo integrador ali citado.

Para além dessas observações, como grifamos na citação, o foco da escola está na avaliação de “conteúdos” o que me parece uma contradição, posto que a avaliar por conteúdos, como vimos em Krasilchik (2002), ao dizer que “a postura do professor em relação aos resultados da avaliação [...] depende da suas concepções pedagógicas” (p.167) respalda uma visão fechada de avaliar, em que se privilegia a mera transmissão, sem considerar a heterogeneidade, o nível e os interesses do alunado. Esta visão, por sua vez, se contradiz à percepção curricular integradora, que configura-se em completa oposição a esse pensamento. Sutilmente, portanto, percebemos que, embora haja uma coadunação entre a teoria curricular que permeia o documento e a forma avaliativa, pode-se concluir que há uma ruptura da coerência ao se comentar no PPP que o foco da avaliação, direta ou indiretamente, é a reiteração conteudística.

Por outro lado, na continuação deste tópico e na complementação dele com o tópico “prática crítico-reflexiva” vê-se uma instituição um pouco mais audaciosa em admitir quais suas falhas e de onde são oriundas nesse processo de avaliar. Os desafios para colocar em prática a relação formativa de avaliar (embora falaciosa, como visto) se dá, de acordo com o documento por:

“[...] quantidade de conteúdos impostos pelo currículo nacional, tempo reduzido para o reensino, o grande número de alunos em algumas turmas, o arredondamento das notas que não contribui para que a família perceba a real situação do aluno e este compreenda a necessidade do hábito do estudo e a concepção equivocada de avaliação ainda presente em nós (p. 18).

Todos esses fatores, ainda de acordo com o projeto, se devem tanto a questões sócioculturais (os quais envolvem, novamente, a ideologia neoliberal, entendida pela escola como a de contra-valores) quanto à própria legislação educacional que interferem diretamente na dinâmica escolar. Por ter coragem de admitir que a legislação tolhe sua autonomia, nesse sentido, a chamamos de audaciosa anteriormente. A escola se mostra



côncia ainda de que não pode desconsiderar ainda problemas de ordem organizacional e de estruturas físicas presentes no próprio colégio.

Em síntese, pudemos comprovar que as teorias subjacentes ao projeto são coerentes entre currículo e avaliação, embora, como é prática comum no ambiente escolar, a avaliação ainda seja – talvez até mais do que o currículo – uma questão pouco discutida e frágil do ponto de vista da relação teoria-prática.

## REFERÊNCIAS

- APPLE. M. A Política do conhecimento oficial: faz sentido a idéia de um currículo nacional? In: MOREIRA, A.F.B.; SILVA, T.T. **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2005.
- ANDRE, Marli Eliza Dalmazo Afonso de & PASSOS, Laurizete F. Avaliação escolar: desafios e perspectivas. In: **Ensinar a ensinar** – didática para a escola fundamental e média.
- CARVALHO, Anna Maria Pessoa. São Paulo: Pioneira Thomson: 2002
- KRASILCHIK, Myriam. As relações pessoais na escola e a avaliação. In: **Ensinar a ensinar** – didática para a escola fundamental e média. CARVALHO, Anna Maria Pessoa. São Paulo: Pioneira Thomson: 2002
- HADJI, Charles. Compreender que a avaliação formativa não passa de uma utopia promissora. In: **Avaliação desmistificada**. Porto Alegre: ARTMED, 2001
- LIBÂNEO, José Carlos. O planejamento escolar e o projeto pedagógico-curricular. In: **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2004
- MOREIRA, Antônio Flávio & Silva, Tomaz Tadeu da. Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução. In: **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2005
- SILVA, Mônica Ribeiro da. Currículo e formação humana: racionalidade e adaptação. In: **Currículo e competências: a formação administrada**. São Paulo: Cortez, 2008.



## VONTADES DE VERDADE E RELAÇÕES DE PODER: O QUE PREVALECE NO DISCURSO AVALIATIVO

Francicleide Liberato Santos

### INTRODUÇÃO

Dentre os vários componentes pertinentes e essências no processo de ensino-aprendizagem que envolve o sistema educativo e que funciona como mecanismo de controle do sujeito, tem-se a avaliação. Esta não é exclusiva do âmbito educacional, visto que somos constantemente avaliados em nossas práticas diárias, e em geral, o sujeito avaliado não se sente em um lugar confortável, visto que, existe a concepção que a avaliação tem um caráter classificatório.

Verifica-se que este caráter classificatório estende-se também para o campo educacional e, neste campo, esse caráter é determinante. Os métodos de verificação de aprendizagem têm como principal objetivo gerar uma média aritmética nos finais de bimestres, resultantes das atividades realizadas pelo aluno, cujo desempenho é registrado pela atribuição de valores numéricos que “revelam” quem são os “bons” e “maus” alunos. Dessa forma, demonstra uma vontade de verdade que põe esta média aritmética em lugar de foco no procedimento avaliativo.

Os sujeitos que compõem o sistema educativo e que estão envolvidos no processo avaliativo produzem discursos repletos de já-ditos acerca do que seria avaliar. Esses já-ditos revelam a natureza interdiscursiva da linguagem que permite identificar uma permanente interação entre os diferentes discursos que configuraram um determinado campo social. Essa constatação evidencia a necessidade dos estudos sobre a questão da avaliação apoia-se em técnicas que focalizem tais interações e que permitam realizar cada vez mais uma integração entre os estudos sobre a temática avaliação e as abordagens discursivas, uma vez que é por meio de discursos que os sujeitos constroem suas visões de mundo, suas significações, suas representações sobre o que é, neste estudo, avaliar.

Uma teoria capaz de proporcionar tal reflexão é a Análise de Discurso de base francesa (AD), através da qual se evidencia as diversas maneiras de significar, advindas da materialidade linguística. Para a AD, as reflexões em torno da língua materializada através do seu objeto de estudo, o discurso, apoiam-se sobre aos aspectos sociais e históricos que



envolvem os sujeitos discursivos e que os levam a ordenar seus valores, coordenar seus comportamentos e reforçar seus papéis e vínculos com as instituições de domínio social.

Através da análise desses aspectos, consegue-se identificar quais valores compõem o discurso pedagógico avaliativo e quais papéis são desempenhados pelos sujeitos-alunos que se encontram inseridos neste contexto de produção. A partir destas observações, este artigo analisa os discursos que constituem o *corpus* em destaque e que possibilita enfatizar as vontades de verdade que permeiam o caráter classificatório do discurso avaliativo e os lugares de poder presentes no contexto da avaliação escolar.

Como objeto de análise tem-se as respostas de um questionário aplicado com alunos de uma turma de 3º ano do turno da manhã de uma unidade educacional de uma cidade interiorana do estado da Paraíba. Em função desse *corpus*, tem-se como questão-problema que orienta a análise dos dados: “Que vontades de verdades estão presentes nos discursos dos sujeitos de ensino-aprendizagem acerca da avaliação?”

Tem-se como objetivo identificar as vontades de verdade que integram os discursos dos sujeitos que envolvem o processo avaliativo, bem como o lugar social ocupado pelos mesmos. A partir disso, espera-se identificar o lugar de poder ocupado pela instituição escolar, como também pelos que a compõe no que diz respeito à avaliação e, que “justificam” os discursos tidos como “verdadeiros” sobre aluno “bom” é o que tem notas “altas”.

A escolha por tal temática de estudo resulta da importância em evidenciar a relação existente entre sujeito avaliado e sujeito avaliador enquanto produtores de discursos e a relação com seu *locus* de produção. Visto que a AD permite compreender a realidade social, manifestada pela formação discursiva e revelada através dos discursos dos sujeitos, a presente pesquisa possibilita, dessa forma, um outro olhar sobre a questão avaliativa, permitindo analisar não apenas o ponto de vista teórico, mas também o que se encontra presente no dizer dos sujeitos de ensino-aprendizagem acerca desse tema.



## 2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS

### 2.1 Para entender: Campo teórico X Campo de análise

Na contemporaneidade, os estudos sobre os aspectos que envolvem o processo avaliativo buscam olhares capazes de proporcionar reflexões acerca desse objeto de estudo. Uma perspectiva teórica capaz de proporcionar uma (re)leitura dos aspectos avaliativos, do ponto de vista dos sujeitos de ensino é a Análise de Discurso (AD), visto que esta evidencia as relações de poder, as visões de mundo e ideologias por trás do discurso, que se estabelecem pela e na linguagem e constituem os sujeitos discursivos.

A partir desse campo teórico de análise, nosso estudo embasa-se nos conceitos foucaultianos sobre sujeitos, discursos, vontades de verdade e relações de poder, que nos permitem compreender os discursos que constituem os sujeitos de ensino, perpassados por determinadas vontades de verdades, revelando quem são estes sujeitos e como se constituem a identidade dos mesmos. Tais conceitos serão identificados dentro do âmbito educacional em torno das concepções avaliativas defendidas pelos sujeitos em análise.

### 2.2 Avaliação: O que é? Como se faz?

Em uma perspectiva inovadora de ensino, que se opõe a uma perspectiva tradicional de ensino, a avaliação permite ao professor analisar seu trabalho através da observação dos progressos obtidos e das dificuldades encontradas durante as atividades realizadas em sala de aula. É uma atividade essencial no trabalho docente e que não pode ser considerada uma habilidade simples de ser desenvolvida.

Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1997: 81 v.1), “a concepção de avaliação vai além da visão tradicional que focaliza o controle externo do aluno mediante notas ou conceitos, para ser compreendida como parte integrante e intrínseca ao processo educacional”. Daí a importância da avaliação ser compreendida como um conjunto de ações organizadas com a finalidade de se obter informações sobre o que o aluno aprendeu, considerando a forma e em quais condições se deu o processo de aprendizagem.

É na avaliação que se faz um balanço das dificuldades encontradas no processo de aprendizagem e uma análise do que não foi bem sucedido e em que momento aconteceu



à falha. Esta falha, no entanto, não é cometida somente pelo aluno, pois nem sempre o “erro” está nele, visto que:

A avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino e aprendizagem. Através dela, os resultados que vão sendo obtidos no decorrer do trabalho conjunto do professor e dos alunos são comparados com os objetivos propostos, a fim de constatar progressos, dificuldades, e reorientar o trabalho para correções necessárias. A avaliação é uma reflexão sobre o nível de qualidade do trabalho escolar tanto do professor como dos alunos. (LIBANEO, 1994, p.195).

Devido às críticas tecidas em torno dos métodos falhos de avaliação, nos últimos anos, tem crescido as discussões em torno desse tema, surgindo questionamentos de como devemos ensinar, o que devemos avaliar, como devemos avaliar.

A avaliação muitas vezes é resumida a atribuição de notas – avaliação somativa - por meio da execução de uma prova, é restrita a uma etapa classificatória,

essa atitude ignora a complexidade de fatores que envolve o ensino, tais como os objetivos de formação, os métodos de procedimentos do professor, a situação social dos alunos, as condições e meios de organização do ensino, os requisitos prévios que tem os alunos para assimilar matéria nova, as diferenças individuais, o nível de desenvolvimento intelectual, as dificuldades de assimilação devidas a condições sociais, econômicas, culturais e adversas dos alunos. (LIBÂNEO, 1994, p, 198)

Os procedimentos avaliativos, não devem ser realizados apenas em finais de bimestre como requisito para obtenção de uma nota, mas sim ser parte de um processo desempenhado no decorrer do processo de ensino aprendizagem, como forma de observar os resultados obtidos e assim retomar a pontos que não foram satisfatórios. Desse modo, uma única forma de avaliação, tal como aplicação de uma prova para gerar uma nota em fins de bimestres, pode ter em seu interior dois significados, um inclusivo e outro exclusivo.

No primeiro, o inclusivo, os alunos que se adaptarem a metodologia avaliativa dos professores serão beneficiados, enquanto os outros – o segundo – serão excluídos desse procedimento metodológico-avaliativo, acarretando problemas que vão da cruel



hierarquia valorativa escolar (bons / ruins, atentos / desatentos, maduros / imaturos, capazes / incapazes) a problemas tencionais, a saber: medo, nervosismo, que segundo Allen (1969) pode acarretar problemas inumeráveis aos alunos como baixar imunidade até problemas no sistema nervoso, interferindo na escrita e na interpretação de textos. Importante destacar que os alunos devem saber o porquê estão desenvolvendo determinadas atividades, e, o como serão avaliados, em suma, saber os objetivos que estão norteando os procedimentos do professor.

Partindo desses fundamentos, busca-se verificar se tais posicionamentos teóricos encontram-se presentes nos discursos avaliativos postulados pelos sujeitos de ensino-aprendizagem, a fim de verificar que vontades de verdade perpassam o discurso avaliativo.

### **2.3 Análise do Discurso: Por uma teoria do discurso**

No final dos anos 60, em meio às conjunturas políticas e intelectuais francesas, fundada por um grupo liderado por Michel Pêcheux, nasce a Análise de Discurso. A AD surge como uma disciplina de caráter transdisciplinar por decorrer do entrecruzamento de teorias de diferentes campos do saber: o materialismo histórico, a Linguística e a teoria do discurso. Tudo isso perpassado por uma teoria subjetiva de origem psicanalítica.

O aparecimento dessa teoria se deu pela inquietação sobre o questionamento do que seria o discurso, uma vez que “o discurso flutuava perdido no espaço” (COURTINE, 2006, p.09). É a partir das manifestações políticas do final dos anos 60, que o discurso passa a ser percebido como “lugar teórico em que se intrincam literalmente todas suas grandes questões sobre a língua a história, o sujeito” (MALDIDIER, 2003, p.15).

Dessa forma, a AD surge então como uma teoria de leitura “que resulta na posição crítica assumida nos anos 60 em relação à noção de leitura, de interpretação, que problematiza a relação do sujeito com o sentido” (ORLANDI, 2007, p.23). Assim sendo, a AD implica operações de leitura e interpretação que envolvem campos e problemáticas dos domínios sócio-históricos.

Assegurando-se Fernandes (2007, p. 81) “embasado por esse viés teórico todo e qualquer *corpus* em análise apresenta-se-nos como um universo discursivo marcado por instabilidades”. Tais instabilidades revelam as movências e inquietudes que constituem os sujeitos e os sentidos em análise. Nesse direcionamento teórico a interpretação de um



*corpus* extrapola a materialidade linguística que envolve o objeto de análise e passa a compreendê-lo em sua exterioridade, a partir das relações com o espaço social, linguístico, histórico e ideológico que coexistem e são compreendidos através dos discursos.

Compreende-se que a AD tem por objetivo evidenciar as diversas maneiras de significar advindas da materialidade linguística, sem tomá-la, apenas, como um sistema imanente de signo. É através dos discursos que há a produção de sentidos, resultantes de manifestações sócio-históricas e culturais que, em alguns casos, encontram-se distantes no tempo e no espaço dos sujeitos discursivos.

Desde seu aparecimento até os dias de hoje a AD tornou-se um campo de pesquisa que desperta grande interesse e gera inúmeros trabalhos. Organizada por Michel Pêcheux aborda também conceitos trabalhados por outros importantes estudiosos, como Bakhtin e Foucault. No processo de análise a ser observado neste artigo, utiliza-se as contribuições teóricas foucaultianas acerca dos conceitos de discurso, vontades de verdade, sujeito e relações de poder. Tais conceitos permitirão identificar os discursos avaliativos presentes nos sujeitos de ensino. Apoia-se ainda os conceitos de identidade baseados nos estudos culturais de Stuart Hall (2006) e Bauman (2005).

Neste direcionamento, a presente proposta trabalha com a análise das concepções avaliativas numa perspectiva discursiva, sendo esta unidade que se estabelece pela historicidade, que gera sentidos em relação a uma determinada situação de produção.

### **2.3.1 Discurso e sujeito discursivo: conceitos que se perpassam construindo uma identidade**

O que é relevante em Análise de Discurso é a relação estabelecida entre a língua e os sujeitos que a empregam, uma vez que essa relação produz sentidos, situados sócio-historicamente. Entende-se que, o que é posto em análise nessa teoria são os discursos produzidos pelos sujeitos, sua inclusão na história e as condições de produção que os envolvem.

Compreende-se que esse conceito, “discurso”, comporta nuances de significação e, ao produzirem linguagem, os falantes produzem “discursos”. De acordo com Orlandi (2007, p.21), discurso é designado como “efeitos de sentidos entre locutores”, dessa forma entende-se que a linguagem concebida como discurso é um sistema semiótico e discursivo



que, mediante uma situação de produção social e histórica, produz sentidos. Completando esse pensamento, Fernandes (2007, p.18) considera que o “discurso implica uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente linguística. Referimo-nos a aspectos sociais e ideológicos impregnados nas palavras quando elas são pronunciadas”.

Afirma-se então que, a noção de discurso em AD é compreendida como o ponto de encontro entre a materialidade linguística, que se dá por meio da língua (gem), e os fenômenos sócio-históricos que a envolvem. A língua (gem) enquanto discurso não representa apenas um sistema de signos que tem por objetivo servir como instrumento de comunicação, o discurso deve ser compreendido como algo que ultrapassa o nível gramatical e linguístico. Este é contextualizado e toda frase só tem sentido no contexto em que é produzido. A linguagem enquanto discurso “é lugar de conflitos, de confronto ideológico não podendo ser estudada fora da sociedade, uma vez que os processos que a constituem são histórico-sociais” (BRANDÃO, 2004, p.11) e perpassam os sujeitos que a utilizam.

Os sujeitos revelam sentidos que representam as relações socialmente constituídas entre os indivíduos e seus discursos. Nesse direcionamento, na AD, “nega-se a ideia de mensagem encerrada em si” (FERNANDES, 2007, p.28), os sentidos são produzidos frente aos lugares ocupados pelos sujeitos em interlocução. Desta forma, os discursos são vistos como um local de construção e elaboração contínua de significados, nesse caso, a linguagem que materializa os discursos não pode ser vista como um sistema imanente de significação.

Percebe-se, que “a noção de sentidos é dependente da inscrição ideológica da enunciação [...] logo, envolve os sujeitos em interlocução” (FERNANDES, 2007, p.26). Questiona-se então: quem são os sujeitos em AD? O sujeito em AD é aquele que difere da noção estabelecida pela tradição normativa. Este deixa de ser classificado em simples, composto, oculto, inexistente, entre outras designações, e passa a ter lugar bem definido na produção dos discursos e consequentemente dos sentidos, tem-se então o *sujeito discursivo*.

Esse sujeito deve ser considerado sempre como um ser social, não homogêneo. Este ocupa um lugar de onde enuncia, e este lugar é compreendido como a representação dos traços sociais que determinam o que o sujeito pode e não pode dizer. Assim, “este



sujeito, ocupando o lugar que ocupa no interior de uma formação social, é dominado por uma determinada formação ideológica que preestabeleça as possibilidades de sentido de seu discurso” (MUSSALIN, 2006, p.133). Dessa forma, entende-se que, ao produzir seu discurso, o indivíduo não expressa sua consciência livre de interferências. Ao contrário, aquilo que ele produz é resultado dos conjuntos discursivos que lhe são anteriores, que foram por ele interiorizados em função da exposição sócio-histórica a que está submetido.

O sujeito não é considerado como um ser individual que produz seus dizeres com liberdade, e “sim um sujeito que tem existência em um espaço social e ideológico, em um dado momento da história e não em outro” (FERNANDES, 2007, p.33), cuja voz é composta de um conjunto de outras vozes sociais<sup>1</sup>, e para compreendê-lo é necessário entender quais são as vozes sociais que se fazem presentes em sua voz.

Em função disso, vê-se a importância de procurar abstrair no processo discursivo, os possíveis sentidos, tendo em vista a exterioridade linguística, levando em consideração a *formação discursiva* através da qual se percebe as vontades de verdade que constituem o sujeito falante e que determinam, o que o sujeito deve ou não dizer e de que forma dizer.

Portanto, o sujeito discursivo encontra-se submetido à língua e à história, “se ele não se submeter à língua e à história ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos” (ORLANDI, 2007, p.49), ou seja, o sujeito discursivo é marcado por intensa heterogeneidade e conflitos, reflexos dos lugares histórico-sociais nos quais se encontra inserido e que constroem sua identidade.

Pode-se afirmar de acordo com o que assegura Bauman (2005, p. 19) que identidades dos sujeitos discursivos “flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta”, ou seja, os sujeitos discursivos são constantemente influenciados pela interferência do “outro” para se constituir como tal: sujeito “dono” do seu dizer construindo sua identidade.

É importante ressaltar que no sujeito discursivo da pós-modernidade sua identidade é definida por aspectos históricos e não biológicos. Fala-se então, em identidades do sujeito, uma vez que “o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos,

---

<sup>1</sup> A este conjunto de vozes dá-se o nome de polifonia: “Vozes oriundas de diferentes espaços sociais e diferentes discursos, constitutivas do sujeito discursivo” (FERNANDES, 2007, p.45).



identidades que não são verificadas ao redor de um ‘eu’ coerente. (Hall, 2006, p. 13). Compreende-se que a identidade do sujeito é construída com o decorrer do tempo, em função disso ocorre dentro do sujeito constantes confrontos identitários das diferentes identidades que o constituem e que surgem a partir das relações sociais na qual os sujeitos estão inseridos, ou seja, a identidade é continuamente construída” a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser visto por outros”. (HALL, 2006, p. 39).

Deve-se compreender então que à medida que as representações sociais e culturais se desdobram, o sujeito é confrontado pelas múltiplas identidades possíveis. Dessa forma, e assegurando-se em Hall (2006, p. 13): “A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia.”

### **2.3.2 Vontades de verdade e relações de poder**

No convívio social há todo um conjunto de relações de poder que são exercidos sobre os sujeitos nas mais variadas instâncias das relações humanas. É através das relações de poder que os sujeitos discursivos conduzem seus posicionamentos e interferem na conduta do outro. Pode-se entender que nas relações pedagógicas ocorre o mesmo. Nesse campo as relações de poder tendem a dirigir a conduta dos sujeitos de ensino aprendizagem que são livres para resistir ou não a este estado de dominação já que o “poder é uma ação sobre ações” (LUCENA & OLIVEIRA, 2009, p.36).

Os discursos que circulam nas mais diversas esferas sociais como “verdadeiros” são determinados por relações específicas de poder que geram a produção e aparição dos mesmos. De acordo com Foucault (2004, p. 282) as vontades de verdade podem ser compreendidas como “conjunto de regras de produção da verdade”, que são determinadas pelas relações de poder que se constituem histórico – socialmente.

De acordo com Foucault (2006, p. 17) “a vontade de verdade [...] é reconduzida [...], pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído”, dessa forma, pode-se compreender que as relações de poder acompanham as relações humanas assim como determinam as vontades de verdades que perpassam todos os campos, conjuntos e práticas sociais.



Entende-se, como nos assegura Foucault (2006), que as vontades de verdade apoiam-se sobre “suportes” institucionais que reforçam e reconduzem um conjunto de práticas aplicados em uma sociedade e que interferem direta ou indiretamente nos posicionamentos assumidos pelos sujeitos. A interferência das vontades de verdade estende-se para todos os campos sociais, inclusive para o pedagógico. Este, por seu caráter institucional, ratifica, no sujeito, através das vontades de verdade, determinadas relações de poder, que materializadas pelos discursos, revelam sujeições e resistências.

As relações de poder que determinam as vontades de verdade presentes no âmbito educacional estabelecem o disciplinamento dos sujeitos, submetendo-os ou não, a dominação e controle. Isto se dá pelo “lugar de poder” reservado à instituição escolar. Esta é vista como detentora de “saber” que exerce uma relação de governabilidade sobre o sujeito.

Por este motivo, vale salientar que os discursos produzidos pelos sujeitos discursivos se constituem como tal pelas relações de poder nas quais tais sujeitos encontram-se inseridos. A partir do “lugar” de poder ocupado pelos sujeitos discursos estes (re)produzem discursos que circulam como “verdadeiros” no meio social.

#### **4. AVALIAÇÃO: RESISTÊNCIAS E SUJEIÇÕES**

Nesta etapa do trabalho é necessário retomar alguns aspectos que envolvem a pesquisa. Com base nos conceitos teóricos (discurso, sujeito, discursivo, identidade, relações de poder e vontades de verdade) e orientando-se pelo questionamento: Que vontades de verdade estão presentes nos discursos dos sujeitos de ensino – aprendizagem acerca da avaliação? Destaca-se o objetivo que direciona esta análise, identificar as vontades de verdade que integram os discursos dos sujeitos – alunos ao se referirem à avaliação.

Em função disto, a leitura interpretativa dos dados encontra-se organizada em quatro partes. Na primeira, apresenta-se a questão destinada a analise e as respostas dos sujeitos-alunos A e B. Em seguida, irão sendo postas em evidencia as respostas dos demais alunos. O critério de seleção para a divisão deu-se a partir da proximidade ou não dos efeitos de sentido produzidos pelas respostas. Vale ressaltar que as respostas estão transcritas tal qual as originais.



## Parte I

### Questão nº 1:

#### ▪ O que você entende por avaliação? Quais os objetivos desta?

*Aluno A: Avaliação é um método usado para identificar o desenvolvimento e como o aluno está lhe dando com os assuntos, explicações e questionamentos propostos pelos professores.*

*Aluno B: A avaliação é uma forma de testar o conhecimento dos alunos, ela serve para que o professor saiba como anda os alunos em relação ao estudo , e sabendo de seus conhecimentos como eles iram os avaliar.*

Percebe-se nos discursos presentes nas respostas dos alunos, a presença de uma vontade de verdade alicerçados no lugar de “poder” ocupado pelo sujeito professor. Quando questionadas sobre o que entende por avaliação o aluno A afirma que esta é usada [...] para identificar [...] como o aluno esta lhe dando com os assuntos, explicações e questionamentos propostos pelos professores. Aqui temse explicitamente a presença do poder exercido pelo professor assegurado pela instituição escolar e presença do poder exercido pelo professor assegurado pela instituição escolar e proferido no discurso do aluno como “verdadeiro”.

A avaliação é para o sujeito-aluno *um método usado para identificar o desenvolvimento do sujeito aluno mediante o que proposto pelo sujeito-professor.* Esse discurso é internalizado pelo sujeito-aluno como verdadeiro, devido sua posição de “dominação” em relação a instituição escolar e ao sujeito que a representa em sala de aula o professor.

O aluno B retoma o mesmo discurso do aluno A, *a avaliação é uma forma de testar os conhecimentos dos alunos, ela serve para que o professor saiba como anda os alunos em relação ao estudo,* o sujeito aluno não profere em seu discurso a íntima relação existente entre a transmissão do conhecimento e a mediação do mesmo através do professor. Sabe-se que a apreensão do conhecimento por parte do aluno relaciona-se com vários fatores que envolvem a metodologia utilizada pelo professor. O discurso que a avaliação serve exclusivamente para medir conhecimento do aluno, relaciona-se com a vontade de verdade não se dá bem na avaliação de seus “conhecimentos” o professor não é responsável por este “mau” desempenho.

Os modos de dizer dois alunos evidenciam que estes são interpelados e (re) produtores de uma verdade que circula na instituição escolar. Esta ocupa um lugar privilegiado para a constituição e alteração das identidades dos sujeitos de ensino. A partir das concepções presentes nos discursos dos alunos entende-se que a avaliação é



compreendida como forma de *testar* ou *identificar* o conhecimento do aluno mediante o que é (im) posto pelo sujeito-professor.

Em seguida, apresenta-se a sequência da análise. Expõe as respostas dos alunos C e D referente ao mesmo questionamento.

## Parte II

*Aluno C: Avaliar a aprendizagem do aluno, serve para a dificuldade do aluno e seus objetivos de melhorar a avaliação, para a dificuldade do aluno, e medir o conhecimento durante o bimestre.*

*Aluno D: É uma forma encontrada para medir o conhecimento de uma pessoa ou grupo. A avaliação serve para medir o conhecimento ganhos em várias áreas de estudos ou no cotidiano.*

As concepções discursivas proferidas pelos alunos fazem referência à avaliação como forma de *medir* o conhecimento. Em tal constatação encontra-se implícito a questão da avaliação como método utilizado exclusivamente para gerir uma nota, a qual se apoia na vontade de verdade que permeia no ambiente escolar, como capaz de medir “o desempenho do aluno atribuindo-lhe um valor número.

Outro ponto encontrado no discurso do aluno C é quando este afirma que avaliação [...] serve para a dificuldade do aluno e seus objetivos de melhorar [...]. Este discurso revela uma concepção avaliação como algo negativo. A avaliação que revela um “mau” desempenho mostra que o sujeito aluno falhou e que precisa melhorar. Esta concepção avaliativa, esta apoiada em uma perspectiva que para verificar a atuação do sujeito-aluno baseia-se em um único método avaliativo: a prova. Neste tipo de concepção o aluno, mesmo tendo conhecimento dos conteúdos das disciplinas, pode por alguma eventualidade no momento da prova não ter um bom desempenho, classificando-o então como um mau aluno, devido sua baixa performance.

Ainda na resposta do aluno C tem-se a avaliação como forma de *medir o conhecimento durante o bimestre*. Reforçando o discurso tido como verdadeiro que a avaliação é capaz de medir o conhecimento do aluno. Tais discursos estão cristalizados no meio escolar revelando “estados de dominação, nos quais as relações de poder, em vez de serem móveis e permitirem aos diferentes parceiros uma estratégia que os modifique, se encontram bloqueadas e cristalizadas.” (FOUCAULT, 2004, p. 266).

Parte-se agora para a última parte da analise, apresenta-se os posicionamentos dos alunos E e F. Veja:



### Parte III

*Aluno E: Avaliação serve para desenvolver melhor o nosso comportamento, a nossa capacidade de progredir e ser alguém de foco para os outros*

*Aluno F: Existem vários tipos de avaliação, têm avaliações na escola, avaliações em sua casa, etc. As avaliações servem para observar o desempenho de uma pessoa. Na escola por exemplo, os professores fazem provas, exercícios de pesquisa, avaliam a frequência e comportamento dos alunos, quando tudo isso é avaliado, é atribuída uma pontuação para o aluno.*

O discurso do aluno E revela outro lado da avaliação: o de disciplinar. O aluno afirma que avaliação *serve para desenvolver melhor o nosso comportamento, a nossa capacidade de progredir*. A afirmação apoia-se no discurso proferido no meio escolar que aluno bem comportado apresenta boas notas e consequentemente “progride”. Esta é uma forma de disciplinamento do aluno na qual a instituição escolar tenta controlá-lo. Nestes casos a escola revela que o “exercício do poder não é simplesmente uma relação entre ‘parceiros’ individuais ou coletivos é um modo de ação de alguns sobre outros” (FOUCAULT. 1995 p. 242).

O discurso do aluno mostra ainda outra característica do discurso avaliativo o da valoração: [...] *ser alguém de foco para os outros*, ou seja, o aluno que se sai bem nas avaliações passa ser visto pelos outros de forma diferente. É onde pode-se afirmar que o poder transita entre os próprios alunos, o “ser alguém de foco para os outros” coloca esse aluno numa posição de conduta a ser seguida. Como assegura Foucault, (1995, p.243), o termo ‘conduta’ “[...] talvez seja um daqueles que melhor permite atingir aquilo que há de específico nas relações de poder”, ou seja, o aluno que é bem sucedido nos processos avaliativos torna-se um “modelo” a ser seguido e consequentemente uma forma de coerção sobre os demais, revelando como estes devem se portar.

Por fim, analisa-se o aluno F, percebe-se em sua fala que o sujeito-aluno tem consciência que o processo avaliativo o cerca nas mais variadas situações sociais e que esta serve [...] *para observar o desempenho da pessoa*. Em seguida, o sujeito-aluno refere-se ao que é avaliar na perspectiva educacional na qual se encontra inserido: [...] *os professores fazem provas, exercícios de pesquisa, avaliam a frequência e comportamento dos alunos*. O sujeito-aluno refere-se aos critérios de avaliação adotados no meio escolar e retoma aspectos tradicionais da avaliação: a prova, e outros de controle do indivíduo: *frequência e comportamento*. [...] quando tudo isso é



avaliado, é atribuída uma pontuação para o aluno, corroborando mais uma vez com os discursos da avaliação como forma de atribuição de um valor numérico para o desempenho do aluno.

Os discursos aqui internalizados pelos sujeitos-alunos acerca da avaliação reproduzem e dialogam com outros discursos, o do professor e da instituição escolar, na qual se encontram inseridos. Os alunos recuperaram constantemente o discurso escolar para assim, apoiarem e justificarem como verdadeiro o seu dizer. Estes discursos não são aleatórios decorrem das relações hierárquicas de poder que fundamentam historicamente as concepções escolares sobre o que é avaliar.

Os discursos dos alunos E e F demonstram os aspectos que envolvem concepções avaliativas que há muito estão presentes no sistema educativo: *ser alguém de foco; avaliam comportamento*, tais discursos revelam o poder mantido pela instituição escolar que a permite agir sobre os sujeitos disciplinando-os e excluindo os que não atingem o objetivo de ser o aluno em foco.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer das observações tecidas nesta análise, evidenciou-se que os discursos, produzidos pelo alunado sobre avaliação, fazem referência aos discursos situados no interior da instituição escolar à qual são submetidos. Estes discursos encontram-se apoiados em relações de poder que determinam verdades acerca da avaliação e que reforçam no discurso do sujeito-aluno, a conceção de “bom” e “mau” aluno.

Sabe-se que quando se trata de avaliação está não envolve exclusivamente o aluno, ela também recai sobre o sujeito-professor, porém nos discursos aqui analisados verificou-se uma concepção avaliativa que põe em foco apenas o desempenho do aluno.

Existe a recorrência da avaliação apoia-se em aspectos que buscam gerar uma pontuação ao desempenho do aluno. Esta pontuação é que determina o bom e o mau aluno. Os que apresentam notas altas apreenderam e atingiram as metas da instituição escolar, os que não, ficam a margem das expectativas impostas pela instituição escolar.

Tais discursos relacionam-se com as verdades que circulam na escola e apoiam-se nas relações de poder. Estas interpelam os sujeitos de ensino-aprendizagem e mascaram o que há de negativo nas entrelinhas desses discursos que buscam controlar e delimitar o dizer dos sujeitos. A instituição escolar apresenta em seu discurso representações políticas



e ideológicas que a colocam em lugar de poder e dominação. É esta instituição que regula o que o aluno pode e não pode dizer. Também é esta que repassa o discurso do “bom” e “mau”, embasado em uma perspectiva avaliativa de ensino normativista.

Contudo, os discursos não são manifestações da consciência de cada sujeito, esta é formada pelo conjunto dos discursos interiorizados pelo indivíduo ao longo de sua vida. O discurso só adquire sentido no interior de um universo de outros discursos que representam os lugares sócio-históricos e ideológicos de seus sujeitos e são tidos como verdadeiros a partir de uma relação íntima com as relações de poder. Os grupos sociais que detêm poder utilizam-se da instituição escolar como ferramenta de controle ideológico, aproveitando-se dos modelos didáticos para subordinar as demais classes a determinadas instâncias ideológicas.

## REFERÊNCIAS

- ALLEN, Clifford. **Exames:** Um livro para os pais. Tradução de: Rui Rosa da Silva. Barcelos: Companhia Editora do Minho, 1969.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade:** entrevista a Benedetto Vecchi. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Conhecimentos de Língua Portuguesa. In: **Parâmetros curriculares nacionais:** ensino médio. Brasília: Ministério de Educação, 2000.
- CORTINE, Jean-Jacques. Análise do Discurso: História e Crítica. In: \_\_\_\_\_. **Metamorfose do Discurso Político:** Derivas da Fala Pública. São Carlos: Claraluz, 2006, p. 09-28.
- FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do Discurso:** reflexões introdutórias. 2 ed. São Paulo: Claraluz, 2007.
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica:** para além do estruturalismo e da hermenêutica. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p.231-249.
- \_\_\_\_\_. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: \_\_\_\_\_. **Ética, sexualidade e política.** Trad. Elisa Monteiro e Inês Autram Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004,p.265-287. Coleção Ditos e escritos, vol: IV.



- \_\_\_\_\_. **A Ordem do Discurso.** 18 ed. São Paulo: Loyola, 2009.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Trad. Tomaz Tadeu da Silva; Guaracira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- LIBÂNEO, José Carlos. Avaliação Escolar. In: **Didática.** São Paulo: Cortez, 1994.
- LUCENA, Ivone Tavares; OLIVEIRA, M<sup>a</sup> Angélica de. A constituição do sujeito: relações de poder e jogos de verdade. In: **Conceitos.** João Pessoa: ADUFPB, 2009, p.35-42,v-8,n-15,ISSN 1519-7204.
- MALDIDIER, Denise. **A Inquietação do Discurso:** (Re)Ler Michel Pêcheux Hoje. Trad: Eni P. Orlando. Campinas: Pontes, 2003.
- MOREIRA, Herivelto; CALAFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador.** 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.
- ORLANDI, Eni P. **Análise de Discursos:** princípios e procedimentos. 7 ed. Campinas: São Paulo: Pontes, 2007.



## O DISCURSO DO MANUAL DE SECRETARIADO E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO CURSO DE SECRETARIADO DA UFPB

Barthyra Cabral Vieira de Andrade Claudino  
Marineide Maria da Silva

### INTRODUÇÃO

O Curso de Secretariado Executivo Bilíngue da Universidade Federal da Paraíba tem como objetivo formar profissionais que tenham o perfil exigido pelo mercado de trabalho e estejam preparados para as novas tecnologias e conceitos administrativos. Esse desafio perpassa por introduzir o corpo de alunos ingressantes no curso à História da profissão, às conquistas da classe, à formação de um caráter profissional e ao ensino das técnicas.

O professor de disciplinas específicas da área de secretariado se utiliza de materiais e ferramentas de ensino das técnicas secretariais, visando transformar os alunos que ingressam no curso, muitas vezes sem nenhuma noção profissional, em profissionais condizentes com o perfil mercadológico. Dentro desse contexto, a introdução ao “mundo secretarial” acontece principalmente via leitura de manuais de secretariado.

É nesse primeiro encontro com bibliografia referente à profissão que os alunos do curso formam suas opiniões, conceitos e criam a imagem do profissional que desejam se tornar. A utilização dos manuais no curso de graduação, ao nortear o perfil profissional do alunado, torna explícita a importância da sua leitura e os coloca neste trabalho como objeto de estudo.

Diante desse fato, duas questões deram início a nossa pesquisa: Qual o perfil profissional idealizado pelos manuais e o que de fato é construído nos livros?

Para responder essas questões, analisamos o discurso de quatro manuais listados a seguir, que fazem parte do acervo da Biblioteca da Universidade Federal da Paraíba, Campus IV, instalações de Mamanguape:

MEDEIROS, João Bosco; HERNANDES, Sonia. **Manual da Secretária**. 10<sup>a</sup> Ed. São Paulo: Atlas, 2006.



PACOLA, Eliane Cristina. **Secretariado Administrativo:** com exercícios práticos. 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora Viena, 2006.

GARCIA, Edméa; D'ELIA, Maria Elizabete Silva. **Secretaria Executiva.** São Paulo: IOB – Thomson, 2005.

VEIGA, Denise Rachel. **Guia de Secretariado:** Técnicas e Comportamento. São Paulo: Érica, 2010.

A escolha desses títulos deu-se pelo fato de estes serem os mais requisitados pelos alunos para empréstimo, conforme foi concluído após a análise das fichas dos alunos na Biblioteca do Campus IV, Mamanguape.

Diante da importância do manual de secretariado para o curso e para a formação dos alunos, nosso propósito foi analisar o seu discurso e levantar algumas discussões sobre os referidos manuais, a dizer: identificar o perfil profissional presente no discurso dos manuais analisados; verificar se o perfil apresentado nos manuais está de acordo com as novas competências exigidas pela legislação atual e verificar a construção da imagem do profissional de secretariado, presente no discurso dos manuais.

Este trabalho, portanto, consiste numa análise do discurso dos manuais de secretariado e reflexos sobre a formação do perfil profissional de estudantes do Curso de Secretariado da UFPB, a luz da linha francesa da Análise do Discurso, que trata da análise de um discurso vivo, capaz de transformar e de ser sentido e que também pode vir a transformar-se em um novo discurso.

## 1. DISCURSO E POSSIBILIDADES

A Análise do Discurso é disciplina que se difundiu na França na década de 60, no século XX, quando aquele país passava por grandes transformações sociais e culturais. Surgia na época um nicho intelectual que intensificou o estudo da linguística e discutiu a necessidade de considerar como “primordial a relação da linguagem com a exterioridade” (ORLANDI, 1999), ou seja, ao se estudar fenômenos relativos à linguagem, deve-se levar em conta aquilo que lhe é exterior, mas que, por outro lado, a torna compreensível. Esse novo modo de observar o discurso integrou às discussões sobre a estrutura linguística propriamente dita uma preocupação com os usuários da língua, e mais ainda, com a



sociedade e a história da língua. Buscou-se ir além das questões gramaticais e ver no enunciado a perspectiva cultural, social e histórica em que o discurso estaria inserido.

Segundo Orlandi (2000, p. 15):

A Análise do Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana.

Nessa compreensão, um discurso pode influenciar, formar caráter, adquirir características de mobilidade diante do sujeito que a ele se submete, pode adquirir um ou mais significados, pode perder-se em seus sentidos ou ganhar novos. Não um sentido único presente na língua e sim uma gama de possibilidades interpretativas. O homem, chamado agora de sujeito do discurso, age por meio dele, mas, ao mesmo tempo é por ele moldado.

Essa corrente, portanto, estuda no discurso características que permitem ao usuário enxergá-lo como único, original, mas ao mesmo tempo, verifica que um discurso sempre pode vir a ser outro.

É a partir do movimento do discurso diante de realidades distintas e da análise da estratégia de seus argumentos que a análise de discurso se fundamenta, afinal, segundo Pêcheux apud Claudino (1997, p.79):

(...) é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção.

Para Pêcheux, todos os aspectos em torno da construção do discurso devem ser considerados: sua fundamentação, as circunstâncias em que surgiu, a realidade em que está inserido. Orlandi, em sua obra *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*, concorda com as idéias de Pêcheux e enfatiza outro ponto importante, o das ideologias, das percepções de si e dos outros por parte dos sujeitos:



(...) a Análise de Discurso não trabalha a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos, seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade (ORLANDI, 2000, p.15).

O sujeito, para a Análise do Discurso é constituído pela ideologia e esta é o conjunto de referências históricas e sociais, precedentes da subjetividade implícita que delimita a capacidade de interpretação. Esse sujeito é ‘assujeitado’ pelos sentidos que são impostos historicamente à compreensão dos discursos. “Daí resulta que a interpretação é necessariamente regulada em suas possibilidades, em suas condições” (ORLANDI, p. 47, 2000).

A concepção de ideologia como elemento do discurso e a noção de que há um sujeito que se constrói no/e partir do discurso são dois pólos sobre os quais se apoia esta teoria.

A ideologia, como preconizada pela Análise do Discurso, é construída por sujeitos e para sujeitos.

Desse modo, sempre que diante de um discurso, há que se considerar esse em relação aos falantes, ao mundo e à exterioridade para nos darmos conta do jogo que é a linguagem.

Para a Análise do Discurso, o jogo e a questão do poder estão intimamente ligados quando da produção discursiva. Assim aquele que fala/escreve, assume o poder ao conhecer seu espaço dentro do discurso, Claudino (2005, p.20) nos ensina:

O **discurso** é entendido como efeito de sentidos entre locutores, como uma ocorrência, uma unidade pensada em termos do que é social e histórico, descrito em função de suas regularidades como também de suas variáveis. Nesta perspectiva, é sempre regulado em suas possibilidades, sempre cruzado por outros discursos, sempre manipulado por sujeitos e por instâncias outras, sempre proferido por quem a ele tem direito, sempre ligado a uma questão de poder e a condições de produção, sempre passível de tornar-se um outro discurso.



O discurso é sempre produzido por um ou mais sujeitos que assumem serem seus produtores, mas é entrecruzado por outros “dizeres” que o moldam de alguma forma e esse fato nos encaminha a outro conceito caro a essa vertente de estudos linguísticos: o dialogismo.

O dialogismo é um princípio geral que existe no discurso, é a interação entre dois ou mais falantes, entre o escritor e o leitor e também entre um discurso e outros discursos. Pode ser percebido como uma forma de agir sobre o outro e essa ação pode acontecer das mais diversas formas, seja através da argumentação, da influência transvestida na autoridade do saber ou mesmo sobre a circunstância social em que está inserido.

Entendemos, dessa forma, que todo discurso se constrói em um emaranhado de outros discursos, em uma rede de informações, que transitam, não livremente, mas, moldadas pela imposição do que pode e não pode ser expresso. Foucault (2002, p.35), em sua obra *A ordem do Discurso*, apresenta a seguinte opinião:

É sempre possível dizer o verdadeiro no espaço de uma exterioridade selvagem; mas não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma “polícia” discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos.

A formação de um discurso, portanto, se dá através da formação de sentidos/ideologias, que apresentam o que “pode” ou “deve” ser dito em uma determinada situação.

Existem dois conceitos que expressam a construção teórica da Análise do Discurso mais claramente. O primeiro seria o da chamada *formação discursiva*, ou seja, aquilo que permite que algo seja dito e que determina esse dizer dentro de uma conjuntura dada e de certas condições; e o conceito de *formação ideológica*, que consiste no fato de que a ideologia é materializada por meio dos discursos e é articulada pelos sujeitos. Portanto, todo sujeito fala a partir de uma formação discursiva que por sua vez está necessariamente marcada pela formação ideológica, também marca constitutiva dos discursos. Uma formação discursiva está sempre ligada a uma formação ideológica e estes dois elementos acabam por criar uma identidade enunciativa denominada sujeito.



Da confluência entre a formação discursiva e a formação ideológica surge um sujeito capaz de proferir algo e assumir um discurso como seu. Nasce o sujeito discursivo da Análise do Discurso, que se entende origem do seu dizer para poder existir.

Com o surgimento do sujeito é inevitável ao mesmo ser afetado pela mesma formação ideológica e discursiva que lhe deram origem. Surge a dispersão e a feliz conclusão dessa corrente de que o discurso é sempre plural no que diz respeito aos sentidos. Aflora também a descoberta de que a linguagem além de ser aquilo que diferencia o homem dos outros animais, o constitui enquanto tal, ou seja, o homem é construído pela/na linguagem.

Desta forma, entendendo o discurso como algo extremamente móvel e vendo no uso da linguagem a possibilidade de formar caráter, de moldar atitudes e de fazer surgir sujeitos diferentes é que organizamos esta análise dos manuais de secretariado, de modo a perceber as estratégias discursivas de convencimento e poder neles postas e verificar as marcas que nos permitem enxergar a influência que estes podem ter nos seus leitores.

## 2. O DISCURSO DO MANUAL DE SECRETARIADO

Um primeiro aspecto que queremos destacar aqui é a ênfase que é dada nos manuais a sua capacidade de transformar os profissionais e estudantes da área, moldando-os a um perfil específico.

Os Manuais de Secretariado apresentam o “perfil ideal” para o profissional de Secretariado e buscam orientar aqueles que ainda não são possuidores desse perfil, a alcançarem-no: tornarem-se profissionais “perfeitos” à luz de suas dicas e de seus conselhos e obterem o sucesso profissional em suas vidas. Abordam a questão do perfil sempre levando em conta as competências exigidas pela legislação atual, a dizer a Lei Regulamentadora do exercício profissional do Secretariado.

Visando fazer com que o leitor acredite que os Manuais trazem a “fórmula ideal para o sucesso profissional”, esses livros apresentam aos leitores, argumentos para esse fim. Vejamos como o livro *Secretaria Executiva* discursa a esse respeito:

Temos certeza que este curso está preparado, sob medida, para o seu crescimento e a sua atuação com o padrão de primeiro mundo da Secretaria Executiva Brasileira. (p. 4)(grifo nosso).



O livro mensura sua capacidade de transformar o leitor, ao dizer que está “preparado sob medida para o seu crescimento”, ele coloca para o leitor que será capaz de ensiná-lo a adquirir o perfil idealizado pelas autoras.

Já o prefácio do livro *Guia de Secretariado*, apresenta que o livro indica caminhos para o sucesso profissional, como podemos ler:

O texto é um guia. Pretende servir de orientação e de referência, portanto quer apenas indicar os caminhos que levarão secretárias e secretários ao sucesso profissional. (p.14)

Além de presentear o leitor com possibilidade de ascender profissionalmente após sua leitura, nos manuais nos são apresentadas as características exigidas para tanto. Daí a formulação do conceito/perfil do profissional de secretariado.

Obter sucesso profissional, ser um profissional de primeiro mundo, obter crescimento profissional, ser um profissional empregável, ser o profissional que o executivo deseja contratar. Essas e outras informações podem ser lidas no decorrer do estudo dos livros analisados. Essas informações informam o leitor sobre a existência de um perfil ideal, e que através da leitura desses livros e da prática de seus ensinamentos, esse leitor poderá atingir esse perfil.

Vejamos então qual seria, segundo o Manual da Secretária, o perfil ideal de um profissional de secretariado:

Como secretária executiva, a profissional deve assumir a responsabilidade de seus erros; ser ágil no desempenho de suas atividades, evitar reclamações se tiver de fazer trabalhos extras ou que não correspondam diretamente a suas tarefas; deve, sobretudo, ter interesse em aprender sempre mais para ampliar suas habilidades. Ser cuidadosa com o que faz, com sua aparência pessoal, com o tempo da sua empresa; esforçar-se para trabalhar em equipe com seus colegas; evitar as críticas a sua empresa, superiores e colegas; não revelar confidências e o trabalho deve ser para ela uma profissão, um meio para alcançar objetivos. (p. 348)

Também são apresentados ao leitor atributos outros relacionados a um profissional de secretariado:



São atributos da secretária: [...] espírito cooperativo para trabalhar em equipe, cuidado com a boa aparência, roupas apropriadas ao desempenho do trabalho, hábitos de higiene e saúde, atualização profissional constante, cuidado e esmero com o que faz, bom-senso nos julgamentos, visão de todo o trabalho, metodologia de execução do trabalho, flexibilidade para focar a tarefa de diferentes modos, espírito de iniciativa e criatividade, capacidade para adaptar-se às diversas situações, eficiência na execução das tarefas, sensibilidade, impecabilidade diante de situações subjetivas, discrição e respeito, capacidade para reconhecer interesses da empresa, inteligência para respeitar a autoridade hierárquica e deixar de fazer observações maldosas aos colegas, E, sobretudo, docilidade e compreensão para aceitar tarefas adicionais. (p.327)

O manual toma para si a tarefa de ensinar o seu leitor a ser um secretário, mas, vai além, porque quer a formação de um secretário moderno, competente, proativo, discreto, bem-educado entre outras questões recorrentes nos manuais por nós analisados. Contudo, e aqui entramos no terceiro aspecto verificado quando da análise, o discurso das apresentações dos livros e o perfil profissional traçado entram em choque com afirmações encontradas durante a leitura, como veremos a seguir.

Quando lemos: *evitar reclamações se tiver de fazer trabalhos extras ou que não correspondam diretamente a suas tarefas ou ainda, sobretudo, docilidade e compreensão para aceitar tarefas adicionais.* Essas frases se contrapõem com a informação apresentada a seguir:

*A secretária cordeiro, que aceita tudo o que lhe pedem, pode não ser a mais desejável numa organização. (p. 327)*

O Manual da Secretaria parece não decidir se o profissional deve ser dócil e aceitar sem reclamar a todos as tarefas que lhe são impostas ou assumir uma postura contrária e ser aceita pelas organizações modernas.

O livro também parece sinalizar para um profissional que não condiz com o perfil almejado, tratando-o muitas vezes, como o infrator das boas práticas de trabalho e fazendo suposições depreciativas sobre o caráter e a capacidade desse profissional, vejamos alguns exemplos:

Esforçar-se para trabalhar em equipe com seus colegas (p. 348).



Inteligência para respeitar a autoridade hierárquica e deixar de fazer observações maldosas aos colegas (p. 327).

A ausência de originalidade, causadas pela falta de reflexão, ou pela preguiça na procura de uma forma menos desgastada, pode levar a secretária a escrever lugares-comuns [...] (p. 317).

Na primeira frase, quando se alega que o profissional de secretariado deve “esforça-se para trabalhar em equipe”, entra em contradição com “espírito cooperativo para trabalhar em equipe”, uma das funções esperadas do profissional de secretariado, sinalizando dessa forma, para um profissional que não tem como característica a capacidade de trabalhar em equipe.

Da segunda citação, o Manual da Secretaria aponta para um profissional que não trata seus colegas de trabalho com o devido respeito, ora, o livro pede para que o profissional não faça comentários maldosos dos colegas, pressupondo que essa seja uma atitude costumeira desse profissional. Vale salientar que esse tipo de afirmativa aparece repetidas vezes nos manuais indistintamente.

No terceiro exemplo, a profissional é apresentada como preguiçosa e sem criatividade, incapaz de refletir sobre a linguagem utilizada em seus textos.

Os manuais parecem apontar para um perfil profissional do secretário que entra em desacordo com os perfis elencados no interior do livro, selecionamos alguns exemplos para confirmar essa afirmação:

Característica do profissional ideal segundo o Guia de Secretariado:

*Ser organizada (p. 24)*

No discurso do manual, esse profissional não sabe onde colocar as cinzas do cigarro:

*A cinza do cigarro deve ser colocada no cinzeiro. Não utilize prato, pires, copo ou bebedouro para esse fim. (p. 129)*

Característica do profissional ideal segundo o Livro Secretariado Administrativo:



*Demostrar (sic) simpatia, ser agradável, prestativo com todos (p. 19)*

No discurso do mesmo livro esse profissional é mal humorado:

*Lembre-se sempre que ninguém tem culpa do seu mau humor. Se sua voz for ofensiva, receberá o mesmo tratamento em resposta. (p. 21)*

Característica do profissional ideal segundo o Livro Manual da Secretária:

*Discrição e respeito (p. 348)*

No livro, o profissional conta vantagens:

*Não obstante seja comum encontrar secretárias que apregoam competências e se mostrem poderosas por conhecer “segredos da organização” e de colegas. (p. 316)*

Característica do profissional ideal segundo o Livro Secretária Executiva:

*Tem visão globalizada das coisas. (p. 24)*

Ao apresentar a importância do cuidado com tudo que faz e com a aparência para o perfil profissional do secretário, os manuais também parecem indicar que este profissional não sabe se comportar ou não tem boa postura, vejamos estes trechos:

*[...] mas é recomendável que, ao atender pessoas ou dirigir-se à sala de seu executivo, caminhe com elegância, evitando fazê-lo desajeitadamente, com pernas abertas, ombros pendentes, costas curvadas, cabeça abaixada.*

*(Manual da Secretária, p. 328).*

*Em relação ao executivo, evitar sentar-se ao lado dele se não for convidada, bem como sentar-se à borda da mesa de sua sala. Outro procedimento não recomendável é sentir-se tão à vontade que chegue a tirar os sapatos e caminhar descalça pela sala. (Manual da Secretária, p. 306).*

Mesmo apontando para um perfil profissional diferenciado, multidisciplinar, o *Manual* parece sugerir que faltam a esse profissional algumas características essenciais,



características essas que vão desde saber se comportar no ambiente de trabalho a se manter em postura ereta.

Outra característica do novo perfil profissional do Secretário Executivo é a capacidade de comunicar-se em outros idiomas, essa característica é apontada na Legislação que os manuais transcrevem em seus discursos e onde podemos observar:

[...] VI - *taquigrafia de ditados, discursos, conferências, palestras de explanações, inclusive em idioma estrangeiro;*

VII - *versão e tradução em idioma estrangeiro, para atender às necessidades de comunicação da empresa;* (Secretaria Executiva, p. 13)

Essa capacidade comunicativa é reforçada pelos manuais de secretariado, que apontam o domínio de um segundo idioma como muito importante para a obtenção de sucesso profissional, o Guia de Secretariado aborda o tema da seguinte maneira:

*Lembramos que em meados da década de 1980, o idioma inglês era considerado um diferencial competitivo para a secretária que dominava essa língua estrangeira. Era comum encontrar anúncios de emprego para secretária com a seguinte expressão: "inglês desejável". Na atualidade, a língua inglesa passou a ser um pré-requisito para o profissional que deseja exercer a profissão. (p. 20)*

Mesmo considerando o domínio da língua estrangeira muito importante, o livro *Secretariado Administrativo* dedica o capítulo 11 para apresentar algumas frases básicas para comunicação em inglês e através da análise dessas frases, podemos perceber que grau de fluência o livro espera que o profissional possua:

#### FRASES DE CORTESELAS

- *I don't speak English.*
- *I will call somebody who speaks English.*
- *Sorry, I didn't get that.*
- *Please, repeat slowly.*

#### FRASES MAIS UTILIZADAS

- *I don't understand English very well.*
- *I don't know. (p. 161-162)*



Ao veicular estas frases, o livro transmite ao leitor que, o que se espera do profissional de secretariado é que ele não tenha nenhum domínio da língua inglesa, e não consiga construir um diálogo básico naquele idioma. Ao contrário, o manual instrumentaliza para informar o seu interlocutor sobre sua ausência de conhecimentos sobre o idioma ou mesmo o baixo nível desse conhecimento e consequente habilidade comunicativa.

Outro ponto de análise está na importância dada ao Código de Ética Profissional. Quando apresentado pelos manuais, estes frisam a importância desse documento. Vejamos como o *Guia de Secretariado* se coloca a esse respeito:

A secretaria deve ter uma conduta profissional idônea, o que lhe garantirá cabeça erguida. A profissional, além de representar a imagem da empresa, é o elo entre a empresa e o mercado; logo, sua conduta deve ser pautada na verdade e na moral. (p. 29)

O discurso proferido pelo *Guia*, parece realmente direcionar o profissional para as práticas elencadas no Código de Ética Profissional, porém esse discurso é negado quando são colocadas algumas situações cotidianas de trabalho e de convivência social, conforme podemos observar nos exemplos seguintes:

Ao atender uma ligação para o chefe, é aconselhável que a secretária informe que o chefe está em uma reunião, fora da sala ou ao telefone e depois pergunte quem quer falar com ele. Desta forma será mais fácil e elegante descartar a ligação, caso o chefe não queira falar com aquela pessoa. Perguntando primeiro e informando depois que o chefe está ocupado ou ausente da sala não fica caracterizado que ele está e não quer atender. (p. 109)

O Guia, nesse trecho em que fala sobre os procedimentos no atendimento telefônico e, em total oposição ao dito anteriormente, que a conduta do secretário deve ser pautada na verdade e na moral, incentiva e apoia que o profissional minta para a pessoa que efetuou a ligação, demonstrando que o discurso anterior entra em dissonância com o segundo discurso. Outro exemplo que podemos apontar é o seguinte:



Às vezes, o chefe convida a secretaria por uma questão de gentileza, mas a secretária precisa ter discernimento para saber se deve comparecer ou não. Se considerar mais apropriado não ir, agradeça e invente uma “mentirinha” social. Nesse caso, é de bom-tom comprar um presente – se for o caso. (p. 127)

Na situação exemplificada acima, o *Guia* apresenta duas situações distintas, a de que o chefe convida a secretaria apenas por gentileza, demonstrando que o mesmo não gostaria de ter a secretaria no evento em questão, e a segunda que incentiva novamente ao profissional de secretariado a mentir no ambiente de trabalho. O livro ainda coloca esse fato como uma situação corriqueira e tenta parecer que, em certas ocasiões, “mentirinhas” sociais, escrita no diminutivo para favorecer a ideia de abrandamento, podem ser aceitáveis.

Enfim, o livro se apresenta como ferramenta que instrumentaliza o profissional para o exercício eficaz de sua profissão, constrói um retrato do que seria um profissional eficiente, mas, deixa-nos claro o descrédito em relação a esse leitor-secretário ou futuro secretário.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar o discurso dos manuais de secretariado, manuais estes que fazem parte da Biblioteca do Campus e são usados pelos alunos, e dessa maneira também fazem parte do sistema de ensino aprendizagem e da construção de saberes no Curso de Secretariado Executivo Bilíngue, da Universidade Federal da Paraíba.

Diante da perspectiva francesa da Análise do Discurso, que insere o discurso proferido/escrito como discurso vivo, transformador, entendido como essencialmente social e ideológico, foram analisados quatro títulos diferentes. Buscamos através dessa análise, descobrir que elementos fazem parte deste discurso, como o secretário é descrito e, após análise, buscamos verificar que profissional é mostrado e esperado como leitor do manual. Lembramos que essa literatura destina-se a alunos de Secretariado e também a profissionais, e é praticamente a única bibliografia disponível nessa área.

Apresentamos o perfil profissional idealizado e o perfil que é de fato construído nos livros analisados.



A partir da análise do discurso dos manuais, pudemos perceber que os mesmos propõem em seus objetivos auxiliarem na formação profissional dos leitores; visam apresentar um discurso moderno e objetivo, apontados para as novas funções secretariais; enfatizam a não imposição de regras, convidando para um perfil reflexivo. Contudo, mostra-se importante despertar nossa visão como alunos para alguns perigos que são colocados via discurso e muitas vezes passam por nós despercebidos, e ainda que por muitas vezes, os objetivos de fazer o leitor lograr êxito profissional se misturam a uma linguagem autoritária.

Pudemos compreender que o perfil profissional do secretário que é idealizado nos manuais e o perfil que de fato é construído nos seus discursos estão muitas vezes em posições opostas. Falta de modos, falta de postura, mentirinhas profissionais, profissionais que não gostam de estudar são perfis comumente inseridos no discurso do manual, alimentando uma imagem depreciativa desse profissional.

Utilizando-se de uma linguagem coloquial e por muitas vezes infantilizada, esses manuais técnicos não oferecem aos alunos de um Curso de Graduação, a oportunidade de se depararem com o ‘fazer secretarial’ e com uma linguagem científica apropriada ao seu nível acadêmico.

Embora esses manuais auxiliem os alunos do Curso de Secretariado Executivo Bilíngue, da Universidade Federal da Paraíba a formarem os perfis que irão levar para suas vidas profissionais, estão visivelmente ultrapassados e apresentam preconceitos de diferentes ordens, dessa forma, devem ser lidos em sua totalidade, sempre a partir da leitura do dito e daquilo que mesmo não dito precisa ser descoberto.

## REFERÊNCIAS

- CLAUDINO, Barthyra Cabral Vieira de Andrade. **Investigando o livro didático de língua inglesa:** imagens de leitor. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal da Paraíba, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** 8<sup>a</sup> ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- GARCIA, Edméa; D'ELIA, Maria Elizabeth Silva. **Secretária Executiva.** São Paulo: IOBThomson, 2005.



DISCURSO, SOCIEDADE E CULTURA  
I Encontro de PESQUISADORES em ESTUDOS DISCURSIVOS  
ISBN 978-85-7539-765-7

MEDEIROS, João Bosco; HERNANDES Sonia. **Manual da Secretaria.** 10<sup>a</sup>. Ed. São Paulo:

Atlas, 2006.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e Texto:** formação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Discurso e Leitura.** 6<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **Análise de Discurso:** Princípios e Procedimentos. Campinas: Pontes, 2000.

PACOLA, Eliane Cristina. **Secretariado Administrativo:** com exercícios práticos. 3<sup>a</sup> ed. Santa Cruz do Rio Pardo: Viena, 2005.

PÊCHEUX, M e FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F e HAK, T. **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethânia S. Mariáni et al. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1997.

VEIGA, Denize Rachel. **Guia de Secretariado:** Técnicas e comportamento. 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Érica, 2010.



**RELATOS REFLEXIVOS: ESTRATÉGIAS DE POLIDEZ COMO ESPAÇO  
PARA PRESEVARÇÃO/AMEAÇA DE FACES EM CONTEXTO DE  
SEMINÁRIO**

**Ana Cecilia de Assis e Sá  
Aloísio de Medeiros Dantas**

## **INTRODUÇÃO**

O estudo aqui apresentado foi produzido no contexto da disciplina “Práticas de Leitura e Produção Textual - II” (PLPT-II) do curso de Letras, na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), em que havia a ocorrência de contextos de seminários, composto pela apresentação oral dos conteúdos e a escritura de um relato reflexivo que contemplasse a eficácia das apresentações. A temática aqui abordada se justifica pelo fato de que, no evento seminário, supõe-se que o jogo de subjetividades se revela, dentre outros modos, como um constante jogo de ameaça e de preservação das faces dos participantes da interação, no qual estratégias discursivas, como a polidez linguística, podem entrar em cena.

Assim, neste contexto oralidade e escrita são compreendidas como práticas sociais, uma vez que estão inseridas em um amplo contexto de seminário, onde os alunos tanto se utilizam da oralidade quanto da escrita para transmitirem e apropriar-se de conhecimentos. Este posicionamento da oralidade e da escrita enquanto “práticas” baseia-se numa concepção de linguagem centrada primordialmente na inter-ação entre sujeitos, situados em um contexto sócio-histórico construído, tal como aponta Bakthin (2004):

Toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato que precede de alguém, como pelo fato que se dirige para alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apoia sobre mim numa extremidade, na outra apoia-se no meu interlocutor. A palavra é território comum do locutor e do interlocutor (2004, p.113).

Neste contexto de seminário proposto na pesquisa, será levada em consideração a noção de polidez, que tem sido um componente essencial nos estudos sobre a interação



social em diversas disciplinas, essencialmente na linguística. A abrangência da sua aplicação fez surgir, ao longo das últimas décadas, vários modelos e propostas teóricas diferentes para o estudo desse fenômeno essencial na comunicação humana.

Partindo desse pressuposto, considerou-se relevante um estudo desta noção de polidez tanto na modalidade oral da língua, quanto escrita. Assim, esta pesquisa focaliza nos textos de alguns sujeitos selecionados, a influência da oralidade na escrita, no que diz respeito à utilização da polidez para moldar a argumentação e facilitar/prejudicar a interação, em um gênero discursivo – o relato reflexivo.

Assim, para a construção do arcabouço teórico desta pesquisa, recorremos a dois enfoques da língua. Primeiramente, o enfoque dado é à noção de polidez, aperfeiçoadada por Brown e Levinson (1987), afirmando que os atos que somos levados a produzir na interação são, de alguma forma, “ameaçadores” a uma e/ou à outra face dos sujeitos envolvidos na interlocução. Como reforço para este enfoque, utilizaremos também a teoria de Goffman (1970), afirmando que o simples fato de os indivíduos entrarem em contato provoca um desequilíbrio das faces e, por essa razão, a interação em si constitui uma atividade de proteção à face. Em segundo lugar, traremos algumas considerações acerca da noção de gêneros discursivos.

## 1. METODOLOGIA

Os dados aqui analisados foram gerados no primeiro semestre de 2011, quando a turma do segundo período do curso de Letras (UFCG), da disciplina “Prática de Leitura e Produção Textual - II” foi acompanhada durante quatro meses por um tutor (estudante de mestrado e bolsista REUNI), que desempenhava o papel de observador. As aulas gravadas eram referentes aos dias que havia a realização de contextos de seminários.

Os seminários foram gravados em áudio, com duração de 30 minutos para a apresentação da equipe responsável, podendo haver para mais ou para menos. Após cada apresentação, houve a fase de auto e de heteroavaliação. Nessa fase, cada participante do evento podia tecer algum comentário avaliativo e até mesmo fazer perguntas que viessem a esclarecer melhor os conteúdos transmitidos. Passados quinze ou vinte minutos de troca de ideias sobre a apresentação e apontamentos preparatórios para a escritura do relato reflexivo, cada sujeito começou o processo de escrita, tecendo críticas, argumentações e



apresentando conclusões que levavam em consideração tanto o conteúdo exposto, quanto o desempenho da equipe apresentadora. Vale salientar que estes relatos escritos eram destinados à leitura avaliativa/apreciativa do professor da disciplina, que atribuía nota para compor o segundo estágio da disciplina PLPT – II.

Deste modo, o objeto de análise desta pesquisa serão os relatos reflexivos escritos pelos sujeitos envolvidos no contexto. A análise levará em consideração a influência do discurso oral das apresentações na escrita dos relatos, observando se o escritor do texto utilizará de estratégias de polidez para preservar e/o ameaçar a face dos interlocutores. Supõe-se que, oralmente, os interlocutores facilitam a interação utilizando estratégias polidas; no texto escrito há a suposição de que, como não há o contato face a face, os sujeitos sentem liberdade para ameaçar a face do interlocutor, fazendo críticas, desaprovações etc.

Assim, esperava-se que o grupo que fizesse a apresentação percebesse – a partir das reações dos ouvintes – os pontos fortes e os pontos fracos da apresentação, e avaliasse em que medida a apresentação atingiu ou não os objetivos propostos. Acredita-se que, tanto o momento do debate como o produto dos relatos escritos foram decisivos para a análise das estratégias de polidez utilizadas por todos os participantes do evento.

Os estudos sobre polidez que serão desenvolvidos nesta pesquisa explicam-se pelo fato de que, apesar de haver uma regra implícita em qualquer momento de interação: não ameace a minha face que eu não ameço a sua, torna-se difícil concretizar esta regra para a linguagem escrita. Assim, o simples fato de entrar em contato com o outro (seja oralmente ou na escrita) faz com que nossa face seja constantemente ameaçada. Portanto, pensando no *corpus* desta pesquisa (os relatos reflexivos), será observada a existência (ou não) dos seguintes fatores: a) ameaças; b) críticas; c) posicionamentos; d) desaprovações; e) elogios.

A polidez será analisada a partir dos fatores acima citados, de acordo com os estudos desenvolvidos por Robin Lakoff (1998) sobre as “Máximas de Competência Pragmática”. Tendo em vista o papel da polidez na interação, a análise comportamental dos sujeitos nos relatos reflexivos será feita através de duas sub-máximas de Lakoff (1998):



- I. **não imponha** (usada em situações formais/impessoais);
- II. **faça o ouvinte se sentir bem** (usada em situações de intimidade).

Ainda tratando da base metodológica, observaremos em todas as situações do contexto de seminário, a ocorrência, ou não, de quatro categorias de atos de ameaça à face:

- atos que ameaçam a face positiva do ouvinte: desaprovação, críticas, insultos, acusações;
- atos que ameaçam a face negativa do ouvinte: pedidos, ordens, sugestões, conselhos, avisos;
- atos que ameaçam a face positiva do falante: pedidos de desculpa, humilhação, confissão;
- atos que ameaçam a face negativa do falante: aceitação de ofertas e de agradecimentos.

Após a análise de 5 trechos retirados dos relatos reflexivos, nos quais existirão atos de ameaça e preservação das faces das equipes, serão respondidos os seguintes questionamentos: os relatos reflexivos são, de fato, um espaço propício para a polidez em práticas sociais acadêmicas?

### 1.1 Gêneros Discursivos

Todas as práticas de linguagem se dão por meio de enunciados, ou seja, por meio de algum gênero discursivo. Desta forma, vale, primeiramente, explicitar o conceito de “enunciação”. Bakhtin (1997, p. 112) define este termo como “um produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados”, mesmo que o interlocutor real seja um “representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor”. Como complemento a esta definição, Bakhtin esclarece que “a comunicação verbal não poderá jamais ser compreendida e explicada fora de um vínculo com a situação concreta” (1997, p. 124). Utilizando outras palavras, o sentido de uma forma linguística é determinado no contexto de enunciações precisas, uma vez que “a situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente a estrutura da enunciação.” (p. 113).

Assim, entende-se que, quando um sujeito interage verbalmente com outro, o discurso é organizado a partir das finalidades e intenções do locutor, dos conhecimentos que acredita que o interlocutor possua sobre o assunto, do que supõe serem suas opiniões e



suas convicções, simpatias e antipatias, da relação de afinidade e do grau de familiaridade que têm, da posição social e hierárquica que ocupam.

Dando sequência a esse raciocínio, ressalta-se que, no campo de estudos da apreensão do sentido “real” dos enunciados, não se pode perder de vista a conscientização “da existência, em cada texto, de diversos níveis de significação. Isto é, (...) além da significação explícita, existe toda uma gama de significações implícitas, muito mais sutis, diretamente ligadas à intencionalidade do emissor” (KOCH, 1996, p. 160). Isso implica dizer que as interações verbais não ocorrem fora de um contexto sócio-histórico-ideológico e, sendo assim, a interpretação de enunciados exige do interlocutor não apenas uma interpretação semântica, mas uma análise do contexto, ou seja, exige dele um procedimento pragmático (MAINIGUENEAU, 2004, p.29).

Todas as práticas de linguagem se dão por meio de enunciados, ou seja, por meio de algum gênero discursivo. Para Bakhtin (2003, p. 262-263):

A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (...). A riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inegociáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo. (...) cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos gêneros do discurso.

Em outras palavras, ao contemplar os gêneros e suas intenções como objeto de ensino, faz-se necessário considerar os aspectos do processo de interação verbal, assim como propõe esta pesquisa, sugerindo a observação de estratégias que preservem as faces dos interlocutores de um discurso. Sendo assim, as características da situação de produção serão (re) construídas: quem é o enunciador, em que papel social se encontra; a quem se dirige; em que papel social se encontra o interlocutor; em que local é produzido, em qual instituição social se produz e circula; em que momento; em qual suporte é publicado; com qual objetivo, finalidade; em que tipo de linguagem; em qual gênero o discurso se organizará.



## 1.2 A noção de Polidez e de Face

Antes de teorizarmos a *polidez linguística*, partimos do pressuposto de que a interação linguística é necessariamente uma interação social que leva em consideração diversos fatores. Dentre esses fatores, estão a distância e aproximação social dos interlocutores e os tipos de relações que se operam entre as pessoas, podendo ser mais ou menos amistosas e/ou mais ou menos profissionais. Portanto, o comportamento polido entre as pessoas é uma condição inerente ao fenômeno comunicativo e variante de cultura para cultura, mesmo tendo regras em sentido universal.

A polidez é uma forma de comportamento humano. Embora exista uma série de diferenças interculturais concernentes à manifestação formal, as normas de polidez regulam o comportamento humano (HAVERKATE, 1994, apud ANDRADE, 2007). Devido a essas diferenças e aos constantes riscos de conflitos presentes nas interações sociais, as sociedades mantêm formas de polidez que visam sustentar a harmonia e evitar dissidentimentos, ainda que o uso dessas estratégias se diferencie em cada cultura. Assim, a polidez é um instrumento a serviço dos interlocutores, com fins estratégicos na comunicação, de modo que se pode observar certa intencionalidade na sua manifestação ou sua ausência. (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006)

Através das contribuições de Brown e Levinson (1987), nota-se que, na manifestação de estratégias de polidez de um ato de fala, a distância social é um fator determinante, ou seja, a polidez aumenta, proporcionalmente, se é maior a distância entre o falante e o ouvinte.

As realizações das estratégias da polidez linguística desenvolvida por Brown e Levinson (op. cit.) partem da premissa descritiva de superestratégias, que são: polidez positiva, *on Record*<sup>1</sup>, polidez negativa e *off Record*<sup>2</sup> como recursos de análise das expressões verbais dos atos de ameaça à imagem, de acordo com uma determinação racional do risco da imagem e as escolhas dos enunciados comunicativos entre os participantes. Tais estratégias são baseadas na “aproximação” do falante ao ouvinte (positiva) e no fato de evitar os conflitos em uma espécie de “fuga” (negativa). Ao usar a polidez positiva, o falante procura o acordo com seu ouvinte.

<sup>1</sup> Quanto menor o risco, mais direto será o ato comunicativo (denominado *on record*).

<sup>2</sup> Quanto maior o risco, mais indireto será o ato comunicativo (denominado *off record*).



Isso pode ser feito, demonstrando-se o interesse pelas coisas do interlocutor, a simpatia por ele, manifestando-se os interesses e conhecimentos comuns por pertencer ao mesmo grupo. As estratégias da polidez negativa procuram evitar conflitos e se dirigem à *face* negativa do interlocutor. Entretanto, essas estratégias costumam ser mais indiretas (embora mais raramente também possam ser diretas) e incluir modalidade verbal, tautologias, elipses, metáforas, ironias, ambiguidades, enfim, vários tipos de expressões “evitadoras de conflito” específicas a outros meios para minimizar a imposição.

Sabemos que o conceito de comportamento cortês é relativo, pois pertence a diferentes tradições culturais. Assim, a cortesia, ou polidez, nunca se concretiza de maneira unívoca. As estratégias de cortesia focalizam um ou outro aspecto da imagem social do outro. Além disso, essas estratégias são convencionalmente reguladas. A incidência de uma ou outra estratégia e o peso relativo delas podem variar, dependendo do tipo do contexto e também da cultura. Decorre disso que os procedimentos específicos que constroem e conceitualizam a imagem social não são constantes.

Assim, as imagens sociais se constroem de forma diferente em íntima conexão com as diferenças de uso das categorias pragmáticas e as regras de cortesia, mas as razões que subjazem a essas diferenças transcendem o âmbito do linguístico e tem a sua base em determinadas características significativas da estrutura social (BROWN E LEVINSON, 1987).

O contexto, as intenções e a competência comunicativa, nas perspectivas dos estudos linguísticos, são ingredientes teóricos imprescindíveis na geração dos significados discursivos para que os interlocutores realizem o processo de compreensão e interpretação dos enunciados, os quais constituem a base da linguagem em uso no contexto situado do processo comunicativo. Diante disso, partimos da premissa de que é necessário definirmos o que se conceitua e quais os elementos integrantes do contexto, para que possamos explorá-lo nas análises em situações de ameaça nas interações comunicativas organizacionais.

A análise da polidez em interações sociais requer um suporte da teoria das faces, caracterizado por Goffman (1970), de acordo com as necessidades e desejos de cada interlocutor de uma conversação. Ele estudou procedimentos de preservação da face, pois, para este autor, quando se entra em contato com o outro, tem-se a preocupação de



preservar a auto-imagem pública. A essa auto-imagem, Goffman dá o nome de face. Assim, segundo Goffman (1970):

“Pode definir-se o termo face como o valor social positivo que uma pessoa reclama efetivamente para si por meio da linha que os outros supõem que ela seguiu durante determinado contato. A face é a imagem da pessoa delineada em termos de atributos sociais aprovados, ainda que se trate de uma imagem que outros podem compartilhar, como quando uma pessoa enaltece sua profissão ou sua religião graças a seus próprios méritos.” (p. 13)

## 2. ANÁLISE DOS RELATOS REFLEXIVOS

Para Brown e Levinson (1987), em um contexto interacional, qualquer participante tentará evitar atos de ameaça ou contornar a situação, através de estratégias de negociação da imagem, minimizando suas ameaças, caso as tenha cometido e salvando suas faces, caso tenha sofrido algum tipo de ameaça.

No corpus que será aqui analisado, observaremos a ocorrência de duas categorias relacionadas à face: atos que ameaçam as faces dos participantes e atos que preservam as faces dos participantes.

Diante dessas categorias relacionadas a polidez, vale salientar que estes relatos reflexivos aqui analisados só puderam existir devido ao acontecimento de um evento comunicativo oral – o seminário. No entanto, apesar desse acontecimento, devemos lembrar que os relatos são gêneros escritos e que, por isso, devem atender a todos os critérios da modalidade escrita da língua. Partindo deste princípio, a terceira categoria a ser analisada será um dos critérios da modalidade escrita: o posicionamento discursivo do redator, já que se trata de um texto escrito e não deverá haver marcas de “escrita oralizada”.

A seguir, analisaremos alguns trechos dos relatos reflexivos.

No trecho (1) abaixo, o redator elogia a equipe apresentadora devido ao fato de ter respondido às perguntas feitas durante o debate:

(1) *Os estudantes que apresentaram responderam todas as perguntas de forma precisa e bem explicada, expondo como os professores devem ensinar a escrever e por em prática seus conhecimentos prévios.*



Entendemos que este elogio funciona como uma estratégia de preservação da face positiva do interlocutor, uma vez que o comportamento do redator se enquadra na segunda submáxima de Lakoff (1998), que incentiva fazer o seu ouvinte se sentir bem. Apesar de essa submáxima ser direcionada às situações de intimidade, o redator, enquanto colega de turma dos seus interlocutores se afasta das críticas para que não haja atos ameaçam as faces dos próprios colegas.

Ainda em relação ao trecho (1), o fato de responder às perguntas do debate é louvável para redator, pois, em um contexto de interação face a face, as perguntas funcionam como atos que ameaçam diretamente a face negativa do participante. Por isso, o redator posiciona-se discursivamente dando méritos à equipe, uma vez que não se esquivaram de responder às perguntas e ainda conseguiram contornar os atos ameaçadores das faces.

O trecho (2), por sua vez, é parte do parágrafo inicial do relato. Ora, iniciar um texto com o posicionamento discursivo, “Eu concordo”, o redator faz surgir algumas lacunas relacionadas à informatividade textual; antes de tudo, o redator poderia ter resumido o conteúdo abordado na apresentação, dado seu ponto de vista em relação ao andamento do evento etc., ou seja, ter seguido a estrutura sugerida a um relato reflexivo.

(2) *Eu concordo com o grupo, pois o professor não deve tratar o aluno como robô impingindo ao aluno a gramática normativa.*

Em relação ao contexto, ao invés de concordar com o grupo, o redator deveria ter dito que concordava com o autor do texto apresentado, pois o comentário feito por ele é teórico (do autor do texto) e não da equipe apresentadora. Assim, ainda se tratando da utilização do termo “Eu concordo”, certamente a intenção do redator foi a de tentar preservar a face dos apresentadores, uma vez que se posiciona a favor do grupo. Essa atitude verbal respeita uma das estratégias semelhante às listadas por Brown e Levinson (1987): “procure concordar”. O desacordo geraria um ato de ameaça à face negativa e, para evitá-lo, o redator preferiu se esquivar, entrando em acordo com a equipe.

No terceiro trecho selecionado, o autor exalta as faces positivas dos apresentadores do seminário, certamente para que o corretor dos relatos aplique mais valor à apresentação e aproveita para construir a face positiva dos colegas. Esta exaltação pode



ser confirmada através de três posicionamentos discursivos (grifados) feitos por parte do autor, conforme o trecho (3) abaixo:

*(3) As meninas foram ótimas na apresentação, foram seguras nos assuntos abordados que ficou muito claro para nós espectadores. Estão de parabéns. Responderam as questões do debate com conhecimento e interagiram bem com a turma de maneira muito eficaz. Adorei!*

Os termos grifados, além de exaltarem as faces positivas dos apresentadores, demonstram a opinião do autor de forma bem marcada. Por se tratar de um gênero acadêmico, a impessoalidade deve ser mantida, isto é, mesmo que demonstre a opinião, isso deve ser feito de forma que se mantenha certo distanciamento. As expressões grifadas representam, ainda, afastamento da linguagem adequada aos textos acadêmicos escritos, uma vez que apresentam informalidade.

Ainda no que diz respeito ao trecho (3), há uma intenção de preservar a face do colega a partir do discurso da afetividade. Assim, entende-se o afeto como um fenômeno construído no discurso que tanto pode regular as ações sociais, como é por elas regulado. Há contextos cujas normas comunicativas requerem afeto superficial e despersonalizado – como é o caso deste trecho aqui pautado– uma vez que se trata de contextos em que a expressão de afeto não é aceitável, recomendável ou mesmo aprovada. Vale salientar que há outros contextos que já prevêm a manifestação afetiva, e, até mesmo a sua omissão pode soar estranha (cartas de amor, romances, bilhetes, tratando-se de situações comunicativas em situações sociais, por exemplo), mas não é o caso do trecho aqui analisado.

O trecho (4), diferentemente do (1), do (2) e do (3), se apresenta com a inserção de atos de ameaça à face positiva dos participantes. Sem generalizar, o redator afirma que o grupo apresentou bem, com exceção de um dos componentes do grupo. O autor claramente denuncia o colega, desaprovando e criticando-o devido ao seu nervosismo no momento da apresentação. Assim, o autor utiliza-se de polidez negativa ao usar de impessoalização, quando evita citar o nome específico do aluno que estava nervoso.

*(4) O grupo apresentou muito bem, apenas um dos membros apresentou um pouco de nervosismo. O assunto foi bem explicado.*



Apesar da crítica, o redator insere o termo modalizador “um pouco” para contornar sua ameaça, tentando fazer com que o seu colega não seja totalmente prejudicado com a utilização de um termo cortês, na tentativa de minimizar o julgamento. Além do uso do modalizador<sup>3</sup>, o autor termina seu relato dizendo que o assunto foi bem explicado, gerando assim uma breve contradição com o período anterior.

Ora, numa exposição oral, se um dos participantes falhar na explicação, certamente o conteúdo ficará comprometido e dará margens para existência de lacunas. Por isso, o aparecimento desta contradição pode ser explicado pelo fato de o autor tomar consciência da sua crítica e tentar se esquivar da denúncia feita.

O trecho (5) abaixo representa, em sua íntegra, um ato de ameaça à face positiva dos participantes do seminário, mesmo que não seja de forma explícita.

(5) *O roteiro ficou um pouco inutilizado pelo fato de ter selecionado tão genericamente os tópicos. Foi muito corrida a introdução também, pelo fato de ter deixado um pouco vaga a ideia das análises dos tipos de textos em questão. Mas conseguiram fechar no tempo adequado proposto.*

Sem utilizar nenhuma estratégia de polidez, o autor ameaça diretamente a face negativa dos colegas, desaprovando o roteiro de apresentação, a introdução do seminário e a análise dos textos. Notamos que o mesmo não se utilizou em seu texto da submáxima de Lakoff (1998), “não imponha”, e impôs uma melhor apresentação. Além disso, o trecho segue repleto de críticas, posicionamentos, mas sem nenhum elogio que venha a preservar a face positiva dos colegas.

O autor, por sua vez, a fim de atenuar tal ameaça elabora sua face positiva se justificando e afirmando que, apesar dos vários pontos negativos, o grupo conseguiu fechar a apresentação no tempo proposto. Acreditamos que o fator “tempo”, neste contexto, não será levado em consideração pois observamos uma ironia, utilizada como forma de ameaça à face positiva e negativa do grupo.

---

<sup>3</sup> De acordo com Paredes Silva (1996), os modalizadores acentuadores da força ilocucionária, força esta diretamente ligada às interações sociais que se estabelecem entre os falantes, em relações que podem ser de autoridade



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desta pesquisa, ficou claro que a apropriação dos conhecimentos produzidos pela humanidade ao longo de seu desenvolvimento está condicionada às relações que o indivíduo estabelece com as práticas de oralidade e de escrita nas instituições de ensino e em todas as suas diversas práticas sociais.

Nesse sentido, assumimos, neste estudo, que a noção de prática de linguagem é aquela associada ao funcionamento da linguagem no interior das práticas sociais. Com isso, pode-se sugerir que os eventos comunicativos mediados pelas atividades de linguagem, ou agir discursivo, constituem os lugares onde se materializam as práticas de linguagem por meio de entidades empíricas que são os textos.

Foi possível observar, através das análises dos relatos reflexivos, que o texto escrito permite que o autor sinta maior liberdade ao tecer suas críticas, uma vez que a interação face a face aumenta os riscos de ameaças às faces dos participantes da interação. Observamos também que muitas marcas da linguagem oral são deixadas no texto escrito, pois os escritores acreditam ainda estarem em momento de conversação.

Diante de tudo que foi explicitado, pode-se afirmar que os relatos reflexivos, geralmente, apresentam um equilíbrio muito frágil: o redator está, na maioria das vezes, ameaçando a face do grupo apresentador do seminário. Para atenuar tais ameaças, o autor utiliza estratégias linguísticas de construção de face e, algumas vezes, ameaça a face do grupo a fim de preservar sua própria face.

Por fim, afirmamos que os relatos reflexivos nem sempre são um espaço propício para a polidez em práticas sociais acadêmicas, uma vez que o texto escrito dá mais margens para que críticas, desaprovações, ameaças, posicionamentos sejam feitos. Assim, a modalidade escrita da língua aumenta os atos de ameaça à face dos sujeitos envolvidos nas interações.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, A. M. Comunicação de má notícia e polidez linguística: a relação médico-paciente no filme Diário de Motocicleta. In: **II Simpósio de Análise Crítica do Discurso**



e VIII Encontro Nacional de Interação em Linguagem Verbal e Não-Verbal. São Paulo, 2007.

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2004.

\_\_\_\_\_. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Huítec, 2003.

BROWN, P. & LEVINSON, S. **Politeness: Some universals in language usage**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

GOFFMAN, Erving. **A representação do Eu na vida cotidiana**. São Paulo: Vozes, 1987.  
KOCH, Ingredore Villaça. **Ler e escrever: estratégias de produção textual**. São Paulo: Contexto, 2010.

KEBRAT-ORECCHIONI, Catherine. **Análise da conversação: princípios e métodos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

LAKOFF, Robin. La lógica de la cortesía, o acuérdate de dar las gracias. In: JULIO, Maria Teresa e MUÑOZ, Ricardo (Orgs). **Textos Clásicos de Pragmática**. p. 259-278.

MAINIGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. Tradução Cecília P. de Souza e Silva, Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2004.



## VAMOS (RE) PENSAR A EDUCAÇÃO A PARTIR DE UM CAVALO MORTO? UM EXERCÍCIO DE LEITURA DISCURSIVA...

Rosa Maria da Silva Medeiros  
Maria Angélica de Oliveira

O documento SGI – Sistema de Gestão Integrado pode ser definido pelo próprio documento tendo em vista sua natureza e finalidade. Quanto à natureza, “é um modelo gerencial que orquestra esforços de todos os que trabalham ou estudam num sistema público de ensino, visando o alto desempenho do aluno” (SGI COMPACTO, 2005, p. 4); e quanto a sua finalidade, propõe-se a efetivar na escola “um sistema de gestão evoluído, que descarte práticas gerenciais surradas e ineficazes e migre para um novo conjunto de práticas mais bem resolvidas” (SGI COMPACTO, 2005, p.3).

Diante dessas características do SGI, é possível cogitarmos que o foco central desse documento está fixado no sujeito Professor uma vez que “o trabalho docente não é apenas uma simples parte do trabalho escolar, mas constitui também a tarefa fundamental da escola, razão pela qual, exatamente, essa organização existe” (TARDIF & LESSARD, 2009, p. 81). Isso porque se o SGI visa “o alto desempenho do aluno”, o foco central deve estar fixado nas “tarefas realizadas pelos professores em relação aos alunos, já que esse é o nó central do trabalho escolar” (Idem, op.cit).

Todavia, estamos apenas cogitando, uma possibilidade. O que podemos ter do SGI sobre a função Professor, nesse início do artigo, são questionamentos: Será que o SGI constrói seus discursos em torno da função Professor como um nó central do trabalho escolar? Será que entende o trabalho docente como tarefa fundamental da escola, razão pela qual, exatamente, essa organização existe?

Como se produz discursos em todos os níveis e instâncias sociais, o SGI é mais um âmbito de produção de discursos, uma vez que, por meio da linguagem escrita, há a veiculação de uma vontade de verdade referente ao sistema escolar. Esse fato somado aos nossos questionamentos despertou-nos uma inquietação acerca de que verdade é construída nesse documento sobre os sujeitos que constituem o meio escolar, especialmente sobre o sujeito Professor, já que:



essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apóia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um conjunto de práticas (...) como o sistema de livros, de edição, das bibliotecas (...). Mas ela é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído. (Foucault, 2009[1971], p. 17)

Analogicamente, podemos compreender que a vontade de verdade veiculada pelo SGI é, ao mesmo tempo, reforçada e reconduzida por todo um conjunto de práticas como, por exemplo, o sistema de edição e da materialidade linguística do próprio documento. Tal fato se pode constatar a partir da adjetivação (surradas, ineficazes) utilizada no documento SGI para ressaltá-lo como *a solução para práticas gerenciais que realmente funcionam*. Tais adjetivações representam um contraste entre o novo como algo carregado de sentido positivo, *bom, mais bem resolvido*; e o velho, como algo carregado de sentido negativo, *descartável, sem eficácia*.

Acrescente-se a isso, a constatação de que essa vontade de verdade também é reconduzida, mais profundamente e sem dúvida, pelo modo como o saber sobre o sujeito Professor é aplicado em nossa sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e, de certo modo, atribuído. E o SGI pode ser um reflexo desse saber. Considerando, portanto, que a verdade:

é produzida pela articulação entre práticas heterogêneas, ou melhor, entre práticas discursivas (o efetivamente dito, a materialidade do discurso, o acontecimento de dizer é uma prática, uma prática discursiva) e práticas não-discursivas (CANDIOTTO, 2006, 69),

propomo-nos a fazer uma leitura discursiva de um dos tópicos que compõe os manuais constitutivos do SGI, denominado Metáforas da Mudança. Para tanto, orientamo-nos pelo seguinte objetivo:

- Analisar que vontade de verdade sobre o ofício de Professor é valorizada, aplicada, distribuída, repartida e, de certo modo, atribuída no documento SGI, a partir da leitura



DISCURSO, SOCIEDADE E CULTURA  
I Encontro de PESQUISADORES em ESTUDOS DISCURSIVOS  
ISBN 978-85-7539-765-7

discursiva de uma narrativa cujo título é *Cavalo Morto* veiculada, em um dos manuais do SGI, na sessão Metáforas da Mudança.

Nesse tópico, são apresentadas narrativas curtas que visam ensinar algo, assemelhando-se ao gênero textual - fábula. Nesse ensinamento o foco é o investimento em atitudes e comportamentos que concretizem alteração, mudança no ambiente escolar por parte dos profissionais envolvidos. Centrando-nos nesse tópico e, especificamente, na narrativa *Cavalo Morto*, passemos a analisar o documento SGI a partir da noção de produção do discurso analisada por Foucault (2009), em *A ordem do discurso* [1970], na qual ele afirma que:

em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (p. 09)

Para iniciar nossa análise, ilustraremos, por meio da narrativa “Cavalo Morto”, como a produção do discurso de gestão escolar existente no documento SGI é ‘controlada, selecionada, organizada e redistribuída por maneiras de agir; que têm por função “unir em conspiração” (HOUAISS, 2006, p. 183) seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, “evitar” sua pesada e temível materialidade’. Vejamos, no subtópico a seguir, o layout da narrativa *Cavalo Morto*:

## 2. LENDO DISCURSIVAMENTE O LAYOUT DA NARRATIVA CAVALO MORTO...

Metáforas da Mudança 3  
Nº 1

*Cavalo Morto*

Um dos conselhos mais comuns dos grandes treinadores de cavalo é o de não dar cavalos de presente. Parece muito razoável. Em educação, no entanto, nem sempre seguimos esse conselho. Por exemplo:

- Comprar um clícate;
- Experimentar um novo fôlego ou novos cérebros;
- Mudar de professor ou de sala de aula;
- Dizer coisas do tipo: “Faz assim que sempre mostraram.”
- Visitar outras fábricas onde se montam cavalos mortos mais eficientemente;
- Aplicar a mesma regra para todos os cavalos, sem levar em conta o desaparecimento dos ou vinte anos atra;
- Recorrer do estudo dos cavalos de hoje em dia;
- Tornar o professor o culpado;
- Pôr a culpa nos pais dos cavalos. O problema é quase sempre genético.

Autor desconhecido

Fonte: [www.metáforasdamudanca.org.br/index.php?menu=1](http://www.metáforasdamudanca.org.br/index.php?menu=1)

*Cavalo Morto*



Como podemos constatar, a narrativa insere-se num tópico do SGI cuja denominação é *Metáforas da Mudança*, ilustrada pela sigla *mm*, e identificada numericamente por ser a *Nº 1*, a que inicia a série de narrativas que aparecem ao longo do documento. Abaixo dessas especificações, é apresentado o título da narrativa - *Cavalo Morto*, seguido de um quadro em que a materialidade linguística da narrativa é exposta juntamente com uma imagem ilustrando o que pode representar condição de morte de um cavalo. Na parte final da página, em rodapé, é mais uma vez exibida a sigla *mm*, sua especificação – *Série Metáforas da Mudança*, e o nome do organizador *Hélio Gomes*. O referido organizador é apresentado no site do SGI como professor, Superintendente Executivo da Fundação Pitágoras e autor da Metodologia do SGI – Sistema de Gestão Integrado.

Iniciando a análise desse tópico do SGI num âmbito geral, destacamos a especificação numérica dessa narrativa compondo a *Série de Metáforas da Mudança*. Ou seja, *Cavalo Morto* é a narrativa *Número 1* de uma série de várias outras metáforas da mudança a serem apresentadas como norteadoras do modo de agir de gestores e supervisores escolares para que se “descarte práticas gerenciais surradas e ineficazes e migre para um novo conjunto de práticas mais bem resolvidas” (SGI COMPACTO, 2005, p.3). A expressão *Nº 1* sugere destaque, importância peculiar, distinção dentre uma série de outras possibilidades. Ser a *Nº 1* significa ser aquela que representa melhor algo, uma visão, uma perspectiva.

Essa especificação pode ser um indício linguístico do controle, da seleção e organização da produção do discurso no SGI. Para ocupar o lugar da Metáfora da Mudança *Nº 1*, provavelmente *Cavalo Morto* foi selecionada por condensar a carga de proliferação de um discurso, subjacente ao documento, sobre como é o modo de agir ou se comportar no sistema escolar. Um modo de ser e de agir que tal documento visa modificar.

### **3. TENTANDO (RE) PENSAR A EDUCAÇÃO A PARTIR DE UM CAVALO MORTO...**

Após essa abordagem mais geral, passemos a leitura discursiva da narrativa, propriamente dita. Para isso, dividiremos a análise em três blocos principais, tendo em vista uma organização básica de qualquer texto – introdução/desenvolvimento/conclusão; incluindo o título. Tal organização pode ser visualizada da seguinte forma:



## Introdução

### Cavalo Morto

Um dos conselhos mais comuns dos grandes treinadores de cavalo é o provérbio: "Não se monta em cavalo morto."

Parece muito razoável. Em educação, no entanto, nem sempre seguimos esse conselho. Em vez disso, usamos outras opções, dentre as quais:



## Desenvolvimento

- Comprar um chicote.
- Experimentar um novo freio ou novas rédeas.
- Trocar os cavaleiros.
- Montar o cavalo por mais algum tempo.
- Dizer coisas do tipo: "É assim que sempre montamos esse cavalo."
- Criar um grupo de trabalho para estudar o cavalo.
- Visitar outros lugares onde se montam cavalos mortos mais eficientemente.
- Medir nossa capacidade de montar cavalos mortos.
- Comparar como cavalgamos agora com o nosso desempenho dez ou vinte anos atrás.
- Reclamar do estado dos cavalos de hoje em dia.
- Desenvolver novas formas de montar.
- Pôr a culpa nos pais dos cavalos. O problema é quase sempre genético.
- Apertar a cilha.

## Conclusão

Autor desconhecido

No primeiro bloco - *Introdução*, consideraremos o título e os quatro primeiros trechos que são contextualizadores, introdutórios do que será exposto posteriormente no desenvolvimento. No segundo bloco - *Desenvolvimento*, focalizamos o conjunto de informações expostas em tópicos. E, por fim, no terceiro bloco – *Conclusão* contemplamos o que se configura como sendo a parte final da narrativa.

Foquemos, portanto, nossa leitura no bloco *Introdução*. Iniciemos a partir do título *Cavalo Morto*. Como discutido anteriormente, tal narrativa pode não ter sido escolhida aleatoriamente. Sendo assim, podemos ler esse título tendo por base o contexto em que



está inserido, ou seja, no tópico *Metáfora da Mudança*. Logo, o título sugere um sentido negativo que, de início, significa um ser vivo inutilizado devido à morte.

Tal fato sinaliza que o texto a ser lido faz, metaforicamente, uma abordagem do que há (*práticas gerenciais surradas e ineficazes*) e do que é preciso mudar no sistema educacional (*migrar para um novo conjunto de práticas mais bem resolvidas*). Um dado que ratifica a escolha dessa narrativa como a Nº 1, a que introduz ideias, a que faz proliferar um ideário histórico, político e social de como funciona a educação, e, consequentemente, de como entender esse funcionamento para alterá-lo e efetivar a mudança. Com outras palavras, tal narrativa simboliza um resumo do problema a ser solucionado e do que é preciso mudar na educação.

Seguindo nessa linha de raciocínio, o título parece já indicar o problema. O problema é o Cavalo morto. Bastando, então, aos leitores, identificarem a que/ou a quem a expressão *Cavalo morto* se refere. Fato que, provavelmente, é/ou deveria ser esclarecido nos quatro primeiros trechos que introduzem a narrativa. Analisemos, portanto, o bloco *Introdução*:

### 3.1 Introdução

Um dos conselhos mais comuns dos grandes treinadores de cavalo é o provérbio: “*Não se monta em cavalo morto*.”

Parece muito razoável. Em educação, no entanto, nem sempre seguimos esse conselho. Em vez disso, usamos outras opções, dentre as quais:



A partir dos trechos, depreende-se que a narrativa expõe um conselho sobre o que não se deve fazer dado por grandes treinadores de cavalo e o relaciona com a Educação. Inicialmente, é exposto o provérbio *Não se monta em cavalo morto*, explicitando que se trata de um conselho (recomendação) apoiado num discurso de autoridade - grandes treinadores de cavalo. Logo, não se trata de um discurso de qualquer um, mas de alguém que tem autoridade para aconselhar a respeito de montaria de cavalo. Não é apenas um treinador, mas *grandes treinadores* de cavalo. O aconselhamento ‘não montar em cavalo morto’ é avaliado, em seguida, no trecho “Parece muito razoável”. Esse enunciado



apresenta-se carregado de certa ironia, devido às escolhas lexicais do verbo ‘parece’, do advérbio ‘muito’ e do adjetivo ‘razoável’. Isso porque que dúvida pode haver sobre a plausibilidade, aceitabilidade de tal aconselhamento. Quem poderia defender que é possível montar cavalo morto? Pode-se avaliar o referido conselho não como *Parece muito razoável*, mas como óbvio, evidente.

Após esse enunciado, é revelado em que âmbito o aconselhamento tão óbvio não é sempre seguido – “*Em educação, no entanto, nem sempre seguimos esse conselho*”. E indica haver a troca de uma atitude óbvia, por outras opções a serem apresentadas posteriormente – “*Em vez disso, usamos outras opções, dentre as quais:*”. Nesse trecho que compõe a introdução da narrativa, podemos destacar que o autor se inclui na categoria educacional a qual está criticando ao afirmar: ‘*nem sempre seguimos esse conselho (...) usamos outras opções*’. E isso pode ser comprovado pela conjugação verbal na primeira pessoa do plural – nós – ilustrada nos verbos ‘seguimos’ e ‘usamos’. Esse dado ainda indica que os leitores do texto são educadores assim como o autor.

Feito isso, as opções a serem indicadas configuram o terceiro bloco, compondo o desenvolvimento da narrativa. Como podemos visualizar, abaixo:

### 3.2 Desenvolvimento

- Comprar um chicote.
- Experimentar um novo freio ou novas rédeas.
- Trocar os cavaleiros.
- Montar o cavalo por mais algum tempo.
- Dizer coisas do tipo: “É assim que sempre montamos esse cavalo.”
- Criar um grupo de trabalho para estudar o cavalo.
- Visitar outros lugares onde se montam cavalos mortos mais eficientemente.
- Medir nossa capacidade de montar cavalos mortos.
- Comparar como cavalgamos agora com o nosso desempenho dez ou vinte anos atrás.
- Reclamar do estado dos cavalos de hoje em dia.
- Desenvolver novas formas de montar.
- Pôr a culpa nos pais dos cavalos. O problema é quase sempre genético.
- Apertar a cilha.

São listadas 13 ações, comportamentos, modos de agir (*comprar/experimentar/trocar/montar/medir/comparar/desenvolver/criar/dizer/visitar/reclamar/por a culpa/pôr/ apertar*) das pessoas que atuam na Educação, das pessoas que, segundo a narrativa, desconsideraram a obviedade de não montar cavalo morto.



Nesse segundo bloco da narrativa, podemos depreender, genericamente, os sujeitos sintáticos de cada um dos 13 enunciados como sendo representantes da área educacional, uma vez que explicita no bloco introdutório que “em educação (...) nem sempre seguimos esse conselho (...), usamos outras opções”. Opções estas listadas nesse segundo bloco. De forma genérica, podemos recuperar sujeitos possíveis para os predicados verbais dos enunciados, se considerarmos que, no âmbito educacional especificamente, a escola é formada por diretores, professores, alunos e funcionários. Todavia, não são todos quem tem acesso livre à leitura e ao estudo do SGI.

Para discorrer sobre esse dado, adentramos em um dos tipos de interdições existentes em uma sociedade mencionado por Foucault (2009), que diz respeito ao direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala, ou melhor, refere-se à constatação de que ‘qualquer um, não pode falar de qualquer coisa’ (p.09). Sendo assim, para identificarmos sujeitos possíveis compondo os 13 enunciados da narrativa, podemos levar em conta o objetivo e público-alvo do documento SGI. Ou seja, trata-se de um documento com orientação teórico-prática direcionada a representantes da Secretaria de Educação, diretor e supervisor escolar. Valendo salientar que, segundo o documento, são o diretor e o supervisor, a Equipe de Liderança da escola – aqueles que iniciam a implementação do SGI na escola e informam aos professores e funcionários sobre o projeto e as ações a serem executadas por esses profissionais.

Tal organização, podemos visualizar, na imagem abaixo, representado pelo SIGA: *Soluções Integradas de Gestão Avançada*, que é a “forma de entrega” do SGI aos responsáveis para sua execução.



Siga Interno - Treinando as equipes

Fonte: Sistema de Gestão Integrado(documento), sd



Um exemplo *explícito* de restrição dos discursos é constatado no manual de Primeira Volta do SGI, intitulado “*Test Drive* do professor”, cuja finalidade é “disparar o processo de implantação do SGI no Sistema de Classe” (SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO, sd). Tal manual parece ser o que mais se relaciona com os professores, a partir das orientações da Equipe de Liderança (E. L.) da escola. Nesse manual, é explicitada a orientação do SGI aos líderes. Neste caso, direciona-se especificamente aos diretores determinando que:

A direção da escola deve preparar, cuidadosamente, a reunião de entrega da *Primeira Volta dos professores...*O principal pré-requisito dessa reunião é a apresentação do SGI aos professores. Os dirigentes podem fazer isso adequadamente. Afinal, já conhecem o Plano de Melhoramento da SME (PM/SME<sup>1</sup>), produziram as Direções Estratégicas do PME/Escola, e, principalmente, concluíram (ou quase) sua própria *Primeira Volta*. Esse conhecimento da liderança deve ser canalizado para introduzir os professores numa compreensão mais geral, **sem detalhes**, do que é o SGI (PRIMEIRA VOLTA DO SGI – p. 5, itálico do original e negrito, destaque nosso).

Podemos **constatar**, nessa citação, a presença de procedimentos de controle dos discursos como o de:

determinar as condições de seu funcionamento, de impor aos indivíduos que os pronunciam certo número de regras e assim de não permitir que todo mundo tenha acesso a eles. Rarefação (...) dos sujeitos que falam; ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo. ((FOUCAULT, 2009, p. 36)

Os discursos veiculados no documento SGI devem ser postos em funcionamento em determinadas condições, de um modo particular (*serem preparados cuidadosamente/ e expostos de forma a introduzir os professores numa compreensão mais geral, sem detalhes, do que é o SGI*). Todavia, para por em funcionamento tais discursos não pode ser qualquer um (*Os dirigentes podem fazer isso adequadamente*); já que eles cumpriram uma série de

---

<sup>1</sup> PM/ SME = Plano de Melhoramento/ Secretaria Municipal de Educação



regras (já conhecem o Plano de Melhoramento da SME (PM/SME<sup>2</sup>), produziram as Direções Estratégicas do PME/Escola, e, principalmente, concluíram (ou quase) sua própria Primeira Volta) que os ‘capacitam’ a entrar na ordem do discurso, pois satisfizeram a essas exigências, e estão qualificados para fazê-lo.

Todas essas considerações levam-nos a refletir sobre os sistemas de restrição como, por exemplo, o ritual ou qual:

“define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciados); define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção (...)um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos. (FOUCAULT, 2009, p38-39)

Assim, tanto o acesso ao documento do SGI quanto à autorização para pôr seus discursos em funcionamento é restrito a diretores/dirigentes e, superficialmente, informado aos demais profissionais da escola, como os professores. Dessa forma, o SGI define um ritual que determina para os sujeitos que falam (diretores/dirigentes), ao mesmo tempo, propriedades singulares (*Esse conhecimento da liderança deve ser canalizado para introduzir os professores numa compreensão mais geral, sem detalhes, do que é o SGI*) e papéis preestabelecidos (diretores falam/estão na ordem do discurso/qualificados para pôr os discursos do SGI em funcionamento) x (os professores ouvem/ põe em prática/ apreendem uma exposição mais geral e sem detalhes sobre o SGI).

Em outras palavras, enquanto os dirigentes atuam como sujeitos das propostas do SGI, os professores atuam como expectadores e executores dessas propostas sem abertura para questionamentos. Tolhe o professor de refletir sobre o projeto, discutir ou problematizar situações ligadas à gestão, uma vez que este só vai saber, sobre o SGI, aquilo que o diretor julgar adequado informar e o que deverá ser executado no “Sistema Classe”, a sala de aula.

---

<sup>2</sup> PM/ SME = Plano de Melhoramento/ Secretaria Municipal de Educação



Logo, se o documento SGI só chega, na íntegra, ‘às mãos’ de um grupo seletivo (secretário de educação/diretor e supervisor pedagógico), a quem cabe repassar as orientações aos demais profissionais da escola, os sujeitos daqueles enunciados são representados por esse grupo seletivo. Grupo ao qual o próprio autor da narrativa se identifica, como vimos anteriormente devido às marcas textuais presente na narrativa. Embora o SGI tenha em vista uma coletividade que abrange o sistema escolar, o estudo do documento em si, com detalhamentos, é restrito. E essa restrição é que habilita poucos a refletir sobre que problema deve ser solucionado; como solucionar. Nesse contexto, a lista de itens apresentada, metaforicamente, como exemplos do que são problemas do setor educacional, enumera atitudes tomadas por profissionais da educação.

Se considerarmos que os diretores, supervisores e o próprio autor da narrativa constituem o grupo restrito, qualificado que tem acesso livre ao SGI e, portanto, está na ordem do discurso, é possível que eles possam ilustrar os sujeitos praticantes das ações dos verbos de cada enunciado. Seria, portanto, o diretor, o supervisor, o secretário de Educação, o autor da narrativa que, ao invés de não montar cavalo morto:

Compra um chicote  
Experimenta um novo freio ou novas rédeas  
Troca de cavaleiros  
Monta o cavalo por mais algum tempo  
Diz coisas do tipo: “É assim que sempre montamos esse cavalo”  
Cria um grupo de trabalho para estudar o cavalo  
Visita outros lugares onde se montam cavalos mortos mais eficientemente  
Mede nossa capacidade de montar cavalos mortos  
Compara como cavalgamos agora com o nosso desempenho dez ou vinte anos atrás  
Reclama do estado dos cavalos de hoje em dia  
Desenvolve novas formas de montar  
Põe a culpa nos pais dos cavalos. O problema é quase sempre genético.  
Aperta a cilha (cavalgadura/sela) (adaptado para fim didático)

Se assim pode-se vislumbrar uma possibilidade de sujeitos praticantes dos verbos de cada enunciado, resta a pergunta sobre a quem e/ou a que, então, refere-se, metaforicamente, a expressão *cavaleiros* (*troca de cavaleiros*) e, especialmente, *cavalo morto*



(presente na maioria dos enunciados)? Se seguimos a linha de raciocínio de que a escola é formada pelo corpo docente, discente, funcionários e pais; a qual desses seguimentos as expressões *cavaleiros* e *cavalo morto* se remetem? Se considerarmos que, em Educação, não se ‘troca de alunos, nem de pais’; pelo contrário, há a necessidade da permanência deles e da busca por mais na sociedade para que a escola funcione e seja contemplada com recursos financeiros advindos das instâncias governamentais; neste caso, a expressão *cavaleiros* (*Troca de cavaleiros/ Compara como cavalgamos agora com o nosso desempenho dez ou vinte anos atrás*) pode remeter-se a docentes e funcionários. Isso porque a possibilidade de troca, substituição desses profissionais, no âmbito educacional, é algo, inclusive, comum seja por questões de ordem política ou por justa causa devido à má conduta, a irregularidades no cumprimento das suas obrigações etc.

No entanto, tais enunciados parecem reproduzir ações próprias de dirigentes, de líderes (como ressalta o SGI), daqueles que têm a função de monitorar uma coletividade e a quem foi atribuído ‘o poder’ de desempenhá-la; assim como discursos que parecem ser característicos do imaginário docente, como aqueles que mais falam do que agem.

Atentemos, primeiramente, para os seguintes enunciados característicos daqueles que ocupam o lugar discursivo do comando, por exemplo: Compra um chicote/ Experimenta um novo freio ou novas rédeas/ Monta o cavalo por mais algum tempo/ Cria um grupo de trabalho para estudar o cavalo/ Visita outros lugares onde se montam cavalos mortos mais eficientemente.

Temos a impressão de que esses enunciados reproduzem o imaginário discursivo daqueles que lideram - Cria um grupo de trabalho para estudar o cavalo/ Visita outros lugares onde se montam cavalos mortos mais eficientemente/; daqueles que tem o ‘poder’ de ameaçar, de punir - Compra um chicote/ daqueles que detém o ‘poder’ de testar, de limitar ações e de impor condutas - Experimenta um novo freio ou novas rédeas.

Somando-se a esses enunciados mais característicos da liderança, que precisa de ajustes, de mudança, mas que não deixa de ser sujeito ativo; há os que parecem sinalizar sujeitos que mais discursam do que agem. Analisemos, portanto, os seguintes enunciados: Diz coisas do tipo: “É assim que sempre montamos esse cavalo”/ Mede nossa capacidade de montar cavalos mortos/Compara como cavalgamos agora com o nosso desempenho



dez ou vinte anos atrás/ Reclama do estado dos cavalos de hoje em dia/ Desenvolve novas formas de montar/ Põe a culpa nos pais dos cavalos.

Parece-nos enunciados que remetem às principais “desculpas” dos professores quando são indagados sobre um problema - “É assim que sempre montamos esse cavalo”/; quando são testados para definir sua situação de ser contratado ou não - Mede nossa capacidade de montar cavalos mortos/; quando se apresentam saudosos em relação há tempos passados - Compara como cavalgamos agora com o nosso desempenho dez ou vinte anos atrás/; quando se queixam, criticam o comportamento do alunado ou as condições estruturais e materiais da escola - Reclama do estado dos cavalos de hoje em dia/; quando buscam novas estratégias para driblar as dificuldades dos alunos e as deficiências da escola - Desenvolve novas formas de montar/; e quando, diante de dificuldades de aprendizagem, de desrespeito, de violência, de descaso com a educação, os professores recorrem à identificação de um culpado seja a forma como foram criados os alunos, ou a forma como os governantes tratam a educação.

#### **4. NA EDUCAÇÃO, QUEM SERIA O CAVALO MORTO? EXERCITANDO UMA POSSIBILIDADE DE LEITURA DISCURSIVA...**

Após essas considerações a respeito de cada enunciado exposto na narrativa como forma de criticar ações e comportamentos daqueles que estão envolvidos na área educacional (ora o próprio gestor/diretor/aquele que lidera, segundo SGI, a escola; ora os professores e funcionários); resta-nos tentar especificar a que/ou a quem a expressão *cavalo morto* pode estar se referindo.

Para tanto, discorreremos sobre uma possibilidade de resposta a essa questão com base em dois enunciados: *Comprar um chicote e Experimentar um novo freio ou novas rédeas*. Fazendo a correlação entre o que está escrito e a metáfora estabelecida com o meio educacional, analisemos, detidamente, cada um desses enunciados.

##### **3.1 Comprar um chicote... para agir sobre diretores?! Professores?!**

Podemos ler discursivamente que a compra de um chicote relacionada ao imaginário de treinadores de cavalos, significa um recurso adquirido (comprado) pelo



treinador e apropriado para disciplinar, punir, ameaçar um animal irracional - cavalo - a fim de que compreenda o que está sendo ensinado e obedeça sem resistência aos comandos dado pelo treinador. Seguindo essa linha de raciocínio, e transpondo metaforicamente para a área educacional, que leitura discursiva pode ser feita? Quem é o responsável pela compra do chicote (de uma forma de punir, de ameaçar, de disciplinar)? Quem representa a figura do treinador de cavalos no meio educacional? É o diretor? É o professor? É o governante? E quanto ao animal irracional – cavalo – que precisa obedecer e compreender o que é ensinado pelo treinador sem resistir a seus comandos? É o professor? É o aluno? É o funcionário? Quem seria o chicote?

Tais questionamentos seriam, na realidade, possíveis respostas para se identificar o comprador (o cliente, o freguês, o negociante) do chicote. E, consequentemente, seria possível supor quem seriam o comprador, o cavalo e o próprio chicote. A fim de esboçarmos uma das respostas possíveis às indagações feitas, precisamos delimitar o espaço educacional no qual o SGI visa intervir diretamente – a escola. Delimitado isso, é necessário ainda organizarmos nossa linha de raciocínio em instâncias sociais diferentes nas quais a posição e a função social dos sujeitos variam, modificam-se. As instâncias são: num âmbito mais geral, o curso de formação de gestores ministrado por responsáveis pelo SGI; e, num âmbito mais específico, as reuniões em que os gestores repassam informações sobre o SGI - *sem detalhes* - aos docentes e funcionários.

Assim, podemos compreender, numa instância mais geral, que aqueles que se puseram numa posição de (re)pensar a Educação, de modificá-la, discipliná-la [os responsáveis pela elaboração conteudística, discursiva e prática do SGI] podem ocupar, metaforicamente, o lugar discursivo daquele que compra o chicote, que treina. Ou seja, daquele que compra um ideário discursivo – o SGI- para chicotear práticas surradas e ineficazes.

Com outras palavras, o SGI pode ser entendido como um Chicote já que se configura como um documento que busca viabilizar nova conduta, novo comportamento dos educadores. Assim, o ideário SGI passa a ser ‘negociado’ no meio educacional, onde está o seu público alvo – os fregueses, os clientes. Público, este, que, numa primeira instância, restringe-se a diretores/gestores/supervisores escolares.



Até então, temos os referentes metafóricos relativos ao comprador de Chicote (responsáveis pela elaboração do SGI) e ao próprio Chicote (o SGI), falta-nos vislumbrar o referente que está implícito no enunciado *Compra um chicote* (Alguém compra o chicote para agir {ameaçando, punindo, disciplinando} sobre alguém – pessoa/animal).

No contexto da narrativa, esse ‘agir sobre alguém’ literalmente relaciona-se a um cavalo, mas, em condições específicas – morto –, em situação irreversível, que não tem ação, que não serve para nada, que não tem vida. Esse é o dito na narrativa, o que está na materialidade discursiva. Logo, se já podemos identificar o comprador como o responsável pela elaboração do SGI; o chicote, como o próprio SGI; resta como referente, metafórico, para a expressão *Cavalo morto*, o público alvo do SGI, que, nessa instância mais geral, são diretores/gestores/supervisores escolares.

Entretanto, essas posições e funções sociais se modificam quando deslocamos nosso olhar discursivo para uma segunda instância. Instância esta, que não é mais a de formação de gestores sobre o SGI; mas a das reuniões em que os gestores assumem a posição de orientar e repassar as orientações do SGI aos professores e funcionários. Nessa perspectiva, o diretor/gestor/supervisor assume a posição de quem comprou o chicote (o SGI) a fim de disciplinar cavalos mortos (professores e funcionários) que são seu público alvo, segundo o SGI.

### **3.2 Experimentar um novo freio ou novas rédeas... em professores??**

Quanto ao segundo enunciado *Experimentar um novo freio ou novas rédeas*, seguimos a mesma linha de raciocínio anterior para entendimento da metáfora veiculada no SGI. Iniciemos compreendendo o que está escrito literalmente. O ato de experimentar um novo freio ou novas rédeas é próprio do treinador, já que é quem está habilitado a avaliar se tais freio e rédeas são eficazes ou não, ou seja, se tais rédeas efetivamente limitam as ações do cavalo, impondo-lhe a conduta que é determinada pelo treinador.

Além disso, freio e, especialmente, rédeas são correias presas ao freio de cavalgadura, que o cavaleiro segura e usa para guiar o animal (Dicionário Houaiss, p. 630, 2004). Logo, nossos questionamentos são: Quem são o treinador e o cavalo em que as novas rédeas são experimentadas no meio educacional? Numa primeira instância, poderiam



ser respectivamente elaboradores do SGI x gestores/supervisores/diretores. E, numa segunda instância, poderiam ser o diretor/supervisor/gestor x os professores. Ou o diretor x os funcionários.

Uma resposta precisa a todas essas questões poderia ser recuperada na parte referente ao terceiro bloco da narrativa, apresentada, abaixo:

### Conclusão

[Redacted box]

*Autor desconhecido*

Tal bloco representa a parte em que tal narrativa seria concluída, provavelmente sinalizando uma reflexão sobre o problema que é lidar com cavalo morto; sobre a necessidade de mudança. No entanto, o que se constata é um espaço em branco que podemos ilustrar como representativa da liberdade com que o leitor pode ler e concluir as informações expostas na narrativa. Além desse espaço em branco, na parte direita da narrativa, consta a expressão *Autor desconhecido* - uma especificação de que se trata de um texto de autoria desconhecida. Tal informação inviabiliza a identificação do responsável pelo texto, que pode responder por eventuais problemas de autoria. Contudo, não se pode desconsiderar que, mesmo sem autor especificado, há uma espécie de aval, de aprovação dos organizadores do SGI para veiculação desses discursos. Embora não seja o autor explicitado, é um divulgador oficial de tais discursos.

### 4. CONCLUINDO O EXERCÍCIO DE LEITURA DISCURSIVA...

O *nossa* exercício de leitura discursiva da materialidade linguística da narrativa *Cavalo Morto* e o contexto de produção e veiculação do seu discurso no meio educacional, levou-nos a refletir sobre que vontade de verdade sobre o ofício de Professor é valorizada, aplicada, distribuída, repartida e atribuída no documento SGI.

De um modo geral, esse exercício de leitura fez-nos esboçar um ideário sobre o ofício de professor cuja vontade de verdade ressaltada, posta em prática, lançada, dividida e imputada pelo SGI ratifica que



De uma época a outra, de uma sociedade a outra, as finalidades e os valores mudam, mas o que permanece praticamente inalterável é a certeza de que, no fundo, a docência é apenas um ofício moral, que não é necessário estudar e compreender, mas simplesmente investir e manipular em favor das crenças dominantes (TARDIF & LESSARD, 2009, p.37).

Essa é a vontade de verdade sobre o ofício de Professor que o documento SGI faz proliferar em seu discurso na narrativa *Cavalo Morto*. Narrativa esta que ilustra como a produção do Discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2009, p. 09).

Ao longo deste artigo, discutimos sobre alguns desses procedimentos que, em relação à produção do discurso, visam conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, fugir da sua pesada e temível materialidade. Refletindo especialmente sobre essa fuga da pesada e temível materialidade, passamos a questionar a não identificação da autoria da narrativa como uma possível fuga da responsabilidade pela materialidade linguística pesada e temível veiculada no discurso dessa narrativa. Materialidade que desqualifica o ofício de Professor, deixando-o longe de ser aquele sujeito que exercer ativa e indispensavelmente a tarefa fundamental da escola, razão pela qual, exatamente, essa organização existe – o Trabalho Docente.

## 5. REFERÊNCIAS

- FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do Discurso:** reflexões introdutórias. 2<sup>a</sup> Ed. São Carlos: Claraluz, 2008.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso.** Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 19. ed.São Paulo: Loyola, 2009.)
- FUNDAÇÃO PITÁGORAS. **SGI – Sistema de Gestão Integrado.** sd.  
\_\_\_\_\_. Plano de melhoramento. In: \_\_\_\_\_ **Sistema de Gestão Integrado.** Belo HorizonteMG: 2009.



\_\_\_\_\_. Manual primeira volta do SGI: sistema classe. In: \_\_\_\_\_. **Sistema de Gestão Integrado.** 2008

\_\_\_\_\_. SGI compacto. In: \_\_\_\_\_. **Sistema de Gestão Integrado.** 2005.

\_\_\_\_\_. Guia da primeira volta: equipe de liderança da escola. In: \_\_\_\_\_. **Sistema de Gestão Integrado.** 2008

RODRIGUES, M. M., MEDEIROS, Islayne Monalisa da Silva, MEDEIROS, Sonayra da Silva. **Trabalho docente e alienação:** uma abordagem a partir de escolas públicas paraibanas. VIII seminário de la rede estrado: Educación y trabajo docente en el nuevo escenario latinoamericano, 2010.

TARDIF & LESSARD (2009). **O trabalho docente:** elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. 5<sup>a</sup> Ed. Petropolis, RJ: Vozes.



## A PERDA DA AUTORIDADE DO SUJEITO-PROFESSOR EM SALA DE AULA: UM ESTUDO DISCURSIVO ACERCA DA AUTORIDADE QUE TRANSITOU

Carolina Coeli Rodrigues Batista

### INTRODUÇÃO

No momento em que um falante enuncia algo, ele o enuncia a partir do lugar social que ocupa. Desse lugar social é que devemos considerar que parte a fala do sujeito. O enunciado, por sua vez, é permeado por inúmeras outras vozes de outrem perpassam a sua fala, essas vozes “representam” os discursos que se materializam no momento de sua enunciação, esses discursos são pré-existentes e se cruzam com inúmeros outros, construindo as formações discursivas.

É através da materialização das formações discursivas – que se dá através da linguagem, no momento da fala – que são percebidos as “vontades de verdade” que constituem aquele sujeito falante. Por meio do discurso podem ser estabelecidas inúmeras relações, entre elas, e foco dos nossos estudos estão as relações de poder, que Foucault (2007) entende como “uma ação sobre ações”. O estudioso afirma que na nossa sociedade o poder está relacionado diretamente ao saber, pois, normalmente quem detém o saber detém também o poder.

Considerando o espaço escolar um espaço onde essas relações de poder se tornam bastante evidentes, estudaremos de que modo se estabelecem essas relações a começar da associação estabelecida por Foucault entre poder e saber, já que, a escola é um importante vetor da consolidação dessa relação. Baseando-nos nesses pressupostos básicos estudados por Foucault, analisaremos o modo como atualmente se dá a subjetivação dos indivíduos em sujeito-professor e sujeito-aluno na nossa sociedade a partir da diminuição da autoridade do sujeito-professor na sala de aula.

### 1. SOBRE A RELAÇÃO SUJEITO-SABER-PODER

As relações de poder que estudamos nesse trabalho não são as relações referentes às lutas de classes, conforme estudou Marx. As relações de poder às quais aqui nos



referimos são as micro-relações de poder que são estabelecidas através do discurso e permeiam toda e qualquer relação humana.

Numa perspectiva foucaultiana, o poder seriam forças que estão dispersas por toda camada social e que estabelecem relações entre os sujeitos. Em outras palavras, essas forças estabelecem as *relações de poder*, que, ao contrário do que muitos acreditam, não estão retidas em uma instituição, um centro, mas estão presentes em todas as relações sociais, entre os sujeitos. Dito de outro modo, o que Foucault comprehende por poder é “uma ação sobre ações”. Esse poder não é mau nem bom, é necessário, principalmente para que haja a ordem.

Consoante à idéia de Foucault sobre o que é o poder, Gerard Lebrun (1984, p. 20) afirma que “o poder não é um ser, alguma coisa que se adquire, se toma ou se divide, algo que se deixa escapar”. E completa com uma definição do que seria o poder: “É o nome atribuído a um conjunto de relações que formigam por toda a parte na espessura do corpo social” (Idem).

Numa sala de aula, por exemplo, é de fundamental importância que o exercício do poder seja regulado por um dado indivíduo, no caso o professor, tendo em vista a organização do acontecimento “aula”. É necessário que exista um alguém, que “detenha o poder” a maior parte do tempo, a fim de coordenar as atitudes dos demais em sala de aula, como é o caso do professor.

Na nossa sociedade, o saber e o poder estão indissociavelmente ligados, tendo em vista que o detentor do saber é, normalmente, o detentor do poder. O saber ao qual nos referimos é o saber institucionalizado, científico, que a sociedade considera como o saber “verdadeiro”, legítimo, que vale a pena ser apreendido. Desse modo, a sociedade autoriza o professor a ensinar e a manter-se em posição de superioridade no que se refere à relação com o aluno. O indivíduo é subjetivado em professor a partir do momento em que ocupa o lugar social de professor, sendo-lhe concedido o direito de ensinar e de coordenar as ações dos alunos em sala de aula.

A subjetivação do indivíduo dá-se quando esse “ocupa” um lugar social em determinado momento histórico. A “relação de lugares” estabelece os lugares sociais ocupados por cada indivíduo dentro de uma formação social de acordo com as relações de produção em um momento da história, e a ideologia representa esse lugar onde o sujeito



está inscrito. O sujeito falante inclui-se numa dada formação discursiva, no momento em que ele fala, ele denuncia a formação ideológica na qual ele está inserido através dessa formação discursiva que se materializa em sua fala.

O poder exercido pelo professor é que a constitui como sujeito-professor. Consideramos aqui a noção de sujeito, segundo o que propõe Foucault (1995, p. 235) quando afirma que o poder subjetiva o indivíduo, “liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade que devemos reconhecer e que os outros tem que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz os indivíduos sujeitos”. O sujeito é, portanto, uma posição ocupada por quem fala.

## 2. A “AUTORIDADE” TRANSITOU

Introduzamos nossa discussão acerca da perda da autoridade do sujeito-professor, analisando a seguinte situação apresentada na charge:



A charge compara dois momentos históricos distintos separados por um intervalo de quarenta anos. No primeiro quadro, os pais com o boletim do filho nas mãos, interrogam o filho, de modo intimidador, sobre as notas baixas em seu boletim. No segundo quadro o mesmo acontece, mas a interrogação intimidadora é dirigida à professora.

Observemos a posição do garoto no primeiro quadro: o menino está com os ombros caído, e a cabeça meio baixa, uma postura típica de quem está envergonhado e/ou triste. No segundo quadro, o garoto apresenta uma expressão risonha e o peito estufado, exibindo uma pose de superioridade. Agora, analisemos a imagem da professora: num primeiro momento, a professora apresenta-se de queixo erguido e em posição de quem está



com a razão, já no segundo quadro, a professora apresenta a expressão de amedrontamento e temor, como se estivesse com medo de uma punição vinda dos pais do garoto, ou seja, uma expressão de alguém intimidado pelo posicionamento de outra pessoa.

A charge traz à tona a questão do lugar que sujeito-professor ocupava há quarenta anos e o lugar que ele ocupa hoje e revela a mudança da visão da sociedade em relação a esse lugar ocupado pelo sujeito-professor que é um lugar de culpado, vilão e responsável pela falência do sistema educacional com a qual hoje nos deparamos. A mudança do lugar ocupado pelo sujeito-professor está ligado diretamente à mudança do lugar social ocupado pelo sujeito-aluno.

É muito comum se afirmar que os alunos mudaram e já não são mais os mesmos, que os alunos de antigamente respeitavam os seus professores e que ser professor hoje em dia já não é mais valorizado como outrora. Essa premissa provoca um questionamento sobre a função da escola diante desse novo panorama global que apresenta hoje e no qual estamos inseridos.

Os alunos sempre resistiram ao poder do professor – onde há poder há resistência – mas, diante da sociedade e dos poucos direitos que tinham socialmente, as crianças e adolescentes velavam essa resistência que não podia ser escancarada como hoje o é. E, além disso, não foram só os alunos que mudaram, o mundo mudou a passos largos nas últimas décadas.

Além das mudanças de ordem tecnológicas, no último século pudemos acompanhar a mudança no que concerne à representação social que a criança adquiriu. Sobretudo nas últimas décadas do século passado, a criança passou a ser percebida com muito mais autonomia do que anteriormente. A própria pedagogia na qual as novas concepções de ensino estão pautadas passaram a perceber a criança como um sujeito autônomo com muito mais liberdade para expressar-se.

Todas essas modificações, referentes à percepção da sociedade no que concerne ao sujeito-criança, foram respaldados por uma legislação adequada. No Brasil, em 1990 foi instituído legalmente o Estatuto da Criança e do Adolescente, que consiste em um conjunto de normas que tem como objetivo a proteção integral da criança e do adolescente e baseia-se, entre outros, na Declaração dos Direitos Universais da Criança, proposta pela Organização das Nações Unidas em 1959.



Desse modo, percebe-se que a constituição desse “novo” sujeito-criança já vem acontecendo há algum tempo em nossa sociedade. Segundo Arroyo (2009, p. 11), “o imaginário em que representávamos as crianças está condenado a desaparecer. Já desapareceu na mídia, na literatura e nas ciências humanas. Apenas sobrevivia no imaginário escolar”.

Diante dessas mudanças, é impossível que exijamos que o sujeito-aluno de hoje seja o mesmo que de há quatro décadas atrás. E, diante dessa transformação indenitária do sujeito aluno, é compreensível que o lugar ocupado pelo professor, atualmente, não seja o mesmo de outrora. O mundo mudou, as crianças e jovens mudaram, o lugar do professor também mudou. Nesse capítulo, estudaremos essa identidade do sujeito-professor diante de tantas transformações sociais e a mudança da autoridade representada por ele outrora.

## 2.1 O lugar do professor

As relações de poder estão presentes em todas as esferas da sociedade, a começar do Estado, enquanto instituição, que inevitavelmente se organiza com base nessas relações de poder mantidas com os indivíduos que, interpelados pelas vontades de verdade que envolvem esse Estado, são assujeitados e se transformam em “sujeitos sociais” inseridos em determinado sistema de organização social.

A sociedade na qual estamos inseridos organiza-se de forma hierarquizada, ou seja, há uma distribuição de poderes entre seus indivíduos, de modo que um esteja “subordinado” a outro e o outro a um outro e assim por diante. Focando o domínio da escola, percebemos que ela não se organiza de modo diferente.

Dentro da escola, existe uma hierarquização que compreende várias relações de poder: o diretor em relação ao coordenador ou supervisor, o supervisor em relação ao professor, o professor em relação ao aluno, etc. Dentro das microrrelações existentes nessa hierarquização, os sujeitos que ocupam determinadas posições não são oprimidos permanentes por quem os subordina, os que estão ocupando a posição de subordinados também serão detentores do “poder” em determinados momentos da relação.

Sabe-se que o poder não é mau nem bom, mas necessário para que a ordem seja instaurada na sociedade. Assim também é na escola. Na escola, é imprescindível que haja



mecanismos de controle da ação dos sujeitos nela inseridos, é aí que se instaura o poder disciplinar, que visa a docilização dos sujeitos a fim de torná-los aptos a viver em sociedade.

O poder disciplinar que a escola exerce sobre o sujeito-aluno foi, durante muito tempo, excessivo. As relações de poder estabelecidas em sala de aula entre professor e aluno chegavam a ser abusivas, tendo em vista que o professor revestia-se da posição que ocupava e transformava as relações de poder “naturais” em relações de poderio. Ou seja, o sujeito-professor estabelecia uma verdadeira relação “ditatorial” com os sujeitos-alunos. Vale ressaltar que essa relação excessiva da autoridade do professor sobre os alunos não era estabelecida somente por ele, ele não era um vilão, mas as vontades de verdade daquela época alicerçavam essas práticas.

Com o avanço dos estudos psico-pedagógicos, a exemplo da pedagogia reformadora, que trouxeram à tona questões como o desenvolvimento do sujeito-aluno a partir da construção do conhecimento científico partindo do conhecimento “de mundo” que a criança já possui, passou-se a atribuir à criança um papel diferente enquanto ocupante da posição de sujeitoaluno. E o sujeito-aluno ganhou voz na escola.

Desse modo, o professor dava as ordens e cabia aos alunos apenas a missão de obedecê-las, sem sequer ter o direito de questioná-las; o que não quer dizer que não houvesse resistência por parte dos alunos. O fato é que até a própria resistência dos alunos era reprimida e “controlada” pelas instituições sociais como família e escola. De modo que a família tinha uma participação bastante ativa no que se refere à formação e educação do aluno.

Não só as práticas pedagógicas foram fundantes desses novos sujeitos que se apresentam no ambiente escolar. As práticas sociais disseminadas principalmente por instituições como o estado e a família também ajudaram a construir esses novos sujeitos. E, se antes o sujeito-professor exercia um poder excessivo com o respaldo dessas instituições, agora o aluno passou a exercer, muitas vezes, esse poder excessivo que, por sua vez, provoca a indisciplina e desordem no ambiente escolar.

O atual cenário que a educação brasileira apresenta é bastante conturbado, os alunos são apoiados pela legislação, pela família e pela sociedade em geral, ainda quando suas atitudes desrespeitam às regras da instituição escolar ou à imagem do professor, e os professores se tornaram ora os grandes vilões da educação, no caso de pretenderem



instaurar a ordem no ambiente escolar, ora a vítima, por terem que se render às ofensas, desrespeito e ao poder dos alunos.

## 2.2 Novos discursos construindo identidades diferentes

O perfil do aluno de hoje é bastante diferenciado do perfil do aluno de alguns anos atrás. Os atos de indisciplina e desobediência são cada vez mais recorrentes e violentos. Em decorrência disso, percebemos a decadência da figura de autoridade representada pelo sujeitoprofessor de alguns anos atrás que desmorona cada dia. Dessa maneira, novas identidades são constituídas no ambiente escolar a partir da inversão de posições na relação de poder que são estabelecidas em sala de aula e que, até um tempo atrás permitia que o sujeito-professor se mantivesse muito mais tempo em posição de poder do que o sujeito-aluno em sala de aula.

Os sujeitos-alunos, antes homogeneizados pela escola tradicional, agora, assumem cada vez mais identidades e características próprias, diferenciadas, e fazem questão de exprimirem e evidenciarem essas características que os diferenciam dos demais. Produzindo discursos e comportamentos que, para muitos docentes, chegam a ser inadmissíveis, devido ao grau de indisciplina.

Para Arroyo (2009, p. 11), “será difícil encontrar-nos a nós mesmo nas metáforas da pedagogia e da docência quando os alunos nelas não se encontram mais. O imaginário em que os representávamos está condenado a desaparecer”. Ou seja, as transformações provocadas pela modernidade não se limitaram a apenas algumas esferas sociais, mas atingiu todas as camadas e esferas da sociedade, não foi diferente com a escola. É óbvio que diante dessa modernidade líquida, a identidade do sujeito-aluno também tenha mudado. O modelo de escola que hoje temos é que parece que ainda resiste em perceber e aceitar essa mudança no perfil do sujeitoaluno.

Analisemos, por exemplo, o seguinte trecho do *corpus* coletado em uma turma de 7º ano – de uma escola estadual da cidade de Campina Grande, em outubro de 2009, durante a aula de Língua Portuguesa – que revela essa mudança de comportamento e de pensamento do sujeito-aluno:

((A professora vai à turma vizinha pegar livros emprestados))



((Pequena discussão entre os alunos))

AL3: Cala a boca, seu “cara de bosta”... boca de bacia... que tu num serve nem pra nada...

AL4: E tu? Serve pra que? Tu vai ser o que? Vai ser carroceiro...

AL3: Que carroceiro, danado?

AL4: Carroceiro... cuidar dos burro... só sabe isso, tu é burro igual os burro. AL3: Que puxar carroça, danado... **E num tem “bolsa família” não?** Eu vou é ficar em casa, bicho burro... e tu vai ser lixeiro...

AL4: Lixeiro... lixeiro é tu... que fede... é “pôdi”!

((A professora retorna e a discussão cessa))

O trecho retrata uma discussão entre dois alunos, num momento em que a professora sai da sala a fim de pegar livros emprestados em outra turma para que os alunos realizem a atividade por ela proposta do Livro Didático de Língua Portuguesa. O fato de a professora ter que ir pegar os livros emprestados para que os alunos façam a atividade já revela uma prática que seria pouco comum há algum tempo atrás, em que o zelo e cuidado com o material escolar faziam parte das exigências da escola, e os alunos tinham por obrigação ter sempre à mão o material que seria utilizado na aula.

O uso de palavras de baixo calão na sala de aula também revela um comportamento relativamente “novo” entre os alunos. Tendo em vista que, por muito tempo, a sala de aula era uma referência de local no qual tinha-se que manter um bom comportamento, como já falamos anteriormente, o ambiente da sala de aula e o acontecimento aula servem como balizas para o comportamento e para os discursos dos alunos e professores. São mecanismos de controle do discurso, são rituais da palavra que agem como procedimentos de rarefação dos sujeitos e não os permitem agir de qualquer maneira nem falar qualquer coisa durante aquele ritual.

O que mais nos chama atenção nesse trecho da transcrição das aulas coletadas, além do discurso de desvalorização das profissões de “carroceiro” – que é comparado ao próprio animal burro – e de “gari” – que é associado ao mau-cheiro advindo do lixo – é o discurso que emerge através da fala destacada em negrito do aluno 3.

Percebemos aí, uma fala perpassada por um discurso sócio-econômico que propõe que, ao se receber uma ajuda financeira governista, o sujeito não precisa trabalhar, nem estudar. Esse discurso de acomodação diante do que deveria ser apenas um auxílio alimentação para as famílias complementarem sua renda, mas tornou-se fonte de renda



total para alguns que acreditam que, recebendo esse auxílio, não precisam trabalhar nem estudar, tornou-se um lugar comum para muitos e constitui a formação discursiva de muitas pessoas que “preferem” viver apenas desse auxílio dado pelo governo.

Sobre a interferência do fator sócio-econômico na constituição dessas novas identidades de aluno e professor, Arroyo (2009) destaca que

Desde o final dos anos 1970 vínhamos percebendo as marcas da economia e da política em nossos salários e nossas condições de trabalho. Agora vemos que as marcas de uma perversa e imoral estrutura econômica e social nos chegam como tatuagens nos corpos e nas condutas dos próprios alunos(as). (ARROYO, 2009, p. 16)

Dante do exposto, podemos perceber a influência que as marcas da estrutura sócio-econômica interferem de modo direto na constituição desses novos sujeitos escolares. No caso analisado, o discurso sócio-econômico que está por trás da fala do aluno é o de que é preferível ficar em casa, vivendo às custas do “Bolsa Família” do que trabalhar, seja de gari ou de carroceiro, o que exclui também a possibilidades de estudar e buscar uma renda através do que ainda se acredita ser um meio de ascensão social: o ingresso numa universidade.

Outro aspecto bastante relevante também nos chama atenção no estudo da construção das novas identidades na escola, é o aspecto da indisciplina. Observemos o seguinte caso que revela a indisciplina dos alunos diante da professora que praticamente implora para dar aula:

PR: Por que é que vocês não trazem os livros de vocês, ein?  
Vocês todos receberam os livros no começo do ano... tudo bem novinho e não trazem pra escola. Eu quero saber pra que é que serve deixar o livro em casa...

André, vai sentar e fazer a atividade.

Daniel, sente aqui no seu lugar na fila, aí não dá certo não.

((o aluno estava sentado com a carteira entre duas filas, junto a uma colega que também estava sem livro e conversando))

((o aluno finge que não ouviu a professora))

PR: Daniel, eu tou falando com você, sente aqui, chegue

((se aproximando da carteira do aluno))

((o aluno muda de lugar))



PR: **Paula, guarde essa revista e vá fazer a atividade, vá.**

((a aluna estava folheando uma revista de astrologia))

((a professora observa da frente da sala a realização da atividade.  
Muitos alunos conversam))

PR: **Depois apanhem esses papéis, apanhem, coloquem no lixeiro!**

((Apenas um aluno recolhe alguns papéis do chão e joga no lixeiro.  
A sala estava repleta de lixo pelo chão))

AL2: Rodrigo! Rodrigo! Rodrigo, veado! ((gritando na sala))

AL5: E você, seu ((o aluno se levanta e utiliza palavras de baixo  
calão para xingar o colega))

AL2: Rodrigo, veado!

PR: Tá bom gente, **vão fazer a atividade...**

((A professora faz a chamada silenciosamente))

PR: Daniel, é a última vez que eu vou reclamar com você e vou  
pedir pra você se sentar... O que é que você ta fazendo de pé?  
**Venha fazer sua atividade, venha se sentar...**

A situação apresentada por esse exemplo ocorre durante a aula na turma C. A visão da sala de aula nesse momento da transcrição é a visão de um ambiente bastante desorganizado. Muitos alunos falando ao mesmo tempo, alguns de pé, outros com as carteiras fora das filas, alguns lendo revistas que nada tem a ver com a aula, o chão repleto de lixo e de papéis.

Observemos quantas vezes a professora pede que os alunos se comportem adequadamente para que a aula possa acontecer. Isso revela o alto nível de indisciplina que atrapalha as condições “ideais” para que a aula possa ocorrer.

Sobre essa “desordem” instaurada em sala de aula, Amaral e Frank (2009) consideram:

Assim, essa participação, que seria considerada em outros tempos (e ainda hoje pode ser) como a instauração do caos pode ser entendida, ao contrário, como uma das maneiras que alunos e professores estão construindo para lidar com as peculiaridades da nova ordem comunicativa própria da modernidade tardia. (AMARAL & FRANK, 2009, p. 59)

O que, em termos ainda é bastante complicado de ser aceito, sobretudo quando se está à frente de uma turma de aluno que mal lhe permitem falar. Ou seja, o professor luta e reluta para se adequar a esse novo modelo de comportamento dos alunos o que provoca a mudança também em seu comportamento enquanto docente.



Dante dessa situação, devemos considerar reside no fato de o professor adaptar-se a esse novo modelo de comportamento dos alunos um problema ainda maior: como fazer isso se o professor não teve a instrução nem tem os instrumentos adequados para tanto? No curso de licenciatura que fez, provavelmente, o professor não teve que se deparar com situações desse tipo de modo que não foi preparado para lidar com esse tipo de comportamento dos alunos que geram situações desconfortáveis para ambos.

Para finalizar, analisemos um terceiro exemplo que exprime a indisciplina e o pouco caso com que um aluno trata a professora:

PR: Bora gente... Vamos sentando... Retomando a atividade...  
vamos lá...  
AL1: Qual atividade?  
PR: A da aula anterior  
AL1: Nã:: num sei qual é não...  
PR: A que vocês estavam terminando na aula passada.  
Vamos, gente! Abaram o caderno...  
**Rui, vamos fazer a atividade...**  
((O aluno com o caderno e o livro fechados sobre o colo faz que “não” com cabeça)) PR: **Vamos, Rui. A atividade!**  
((O aluno apenas balança a cabeça em sinal de “não” novamente)) PR: **num vai fazer não?**  
**Então levante pra ir pra casa com um bilhete da diretora pra sua mãe.**  
AL2: Eu faço, eu faço...  
PR: Diego, você também... a atividade.  
AL3: Tô abrindo o livro, professora...  
PR: Olha, gente, quando vocês não tiverem a fim, num venham pra aula não. Fiquem em casa.  
((Wesley permanece com o livro e caderno fechados)) PR: **Rui, a atividade...**  
((O aluno nem se movimenta))  
((A professora sai de sala e vai até a diretoria))  
PR: **Pronto, Rui, eu já comuniquei à diretora. Pode levantar. Levante.**  
((O aluno não se movimenta))  
PR: **Levante. Você vai pra casa... com um comunicado.**  
((O aluno se levanta e sai))

Dante desse exemplo, podemos observar a indiferença do aluno com relação à autoridade que o professor, teoricamente, representa no espaço da sala de aula. O aluno ignora as ordens da professora mesmo diante da ameaça de ser expulso de sala sob o conhecimento da diretora. Diante da indisciplina do aluno e da sensação de impotência, a professora não vê outra saída senão comunicar à diretora o caso e expulsar o aluno da sala



de aula pelo menos por aquele dia. O aluno finalmente atende à professora e sai com um comunicado encaminhado aos pais do aluno.

Sobre as atitudes indisciplinadas dos alunos, Arroyo (2009, p. 100) comenta que “é normal que nós interpretemos as indisciplinas interrogantes dos alunos como ameaçadoras”. E completa: “mas podem ser vistas como expressão de mais uma manifestação posta em cena do protagonismo adolescente e juvenil em nossa sociedade e não necessariamente como expressão de sua depravação moral.” (Idem).

Desse modo, compreendemos que as atitudes indisciplinadas dos alunos não podem ser interpretadas superficialmente por nós, docentes. Há de se ter cuidado ao considerar apenas os atos de indisciplina isoladamente. Os sujeitos-alunos são fruto de formações discursivas e vontades de verdade bastante diversas das que constituíram seus pais enquanto sujeitos-alunos. Não se pode exigir deles que mantenham o mesmo comportamento outrora exigido dos alunos.

Esse novo modelo de comportamento assumido pelos alunos obriga os professores a se subjetivarem e se constituírem em novos sujeitos-professores. Sujeitos mais adaptados às demandas escolares e mais pacientes e tolerantes que os modelos de professores de antigamente. Percebemos, por exemplo, quando a professora “pede” que os alunos se sentem e façam suas atividades, o tom utilizado por ele não é de quem ordena, apesar de fazê-lo. Essas, entre outras marcas, denunciam a nova formação e adaptação desse sujeito-professor, bem menos autoritário que o de antigamente.

Essa mudança que vem ocorrendo não é boa nem má, mas é natural. Diante do exposto, percebemos que se faz necessário que a estrutura escolar seja repensada diante das transformações que as identidades desses sujeitos sofreram e que a formação do professor também convirja para que ele seja preparado para lidar com esse novo perfil de aluno e com as possíveis situações que essas mudanças podem provocar em sala de aula.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O sujeito-criança, hoje, é encarado com muito mais respeito pela sociedade, se comparado ao sujeito-criança de 40 anos atrás, por exemplo. As leis, no que diz respeito aos direitos da criança e do adolescente refletem essa “nova” percepção da sociedade com relação à criança. É a partir desse novo sujeito-criança que o sujeito-aluno se constitui, um



sujeito-aluno muito mais consciente dos seus direitos, com muito mais direito à voz outrora silenciada.

Diante de tantas mudanças sociais, culturais, pedagógicas e tecnológicas, a escola não poderia permanecer alheia. Tendo em vista que é uma das mais importantes instituições sociais, a escola também mudou e pode refletir todas essas mudanças na sua estrutura.

Notamos que o exercício do poder do professor a maior parte do tempo e a regulação do comportamento do sujeito-aluno são necessários para que a aula possa transcorrer de modo organizado, com as tarefas determinadas para cada momento, com o professor coordenando a participação de cada aluno em sala, entre outras práticas. A partir dessa organização do acontecimento aula é que poderá ser cumprido o principal dever atribuído à escola que é “educar” os indivíduos que ali estão e transmitir-lhes o conhecimento necessário para que eles estejam aptos a viver e atuar na sociedade em que se encontram.

Observamos que noções como respeito (a si e aos outros), integridade, limite e organização são conceitos que regulam o comportamento do indivíduo, são fundamentais na formação de um sujeito social e sociável e, no entanto, estão sendo esquecidos, de modo que a família está incumbindo apenas a escola à missão de transmitir essas noções às crianças. Agindo assim, a família isenta-se da responsabilidade de educar sua criança no que concerne aos valores morais e éticos que devem ser aprendidos inicialmente, ao passo que dificulta o trabalho da escola – nesse caso, representada pela figura do sujeito-professor – à qual é atribuída uma função a mais.

Percebemos que nem a escola nem o professor ainda não estão preparados para lidar com esse sujeito-aluno que não trouxe “de casa” algumas dessas noções básicas para o convívio social, mas que, escola e professor, vem se adaptando como pode à essa nova demanda de crianças advindas de famílias que compõem essa “nova” ordem social.

## REFERÊNCIAS

- AMARAL, D. & FRANK, I. Novos arranjos. In: **Revista Educação**. São Paulo: Editora Segmento, ano 12, n.144, abr. 2009.



DISCURSO, SOCIEDADE E CULTURA  
I Encontro de PESQUISADORES em ESTUDOS DISCURSIVOS  
ISBN 978-85-7539-765-7

ARROYO, M. **Imagens quebradas:** trajetórias e tempos de alunos e mestres. Petrópolis: Vozes, 2009.

LEBRUN, Gerard. **O que é poder.** Trad.: Renato Janine Ribeiro, Sílvia Lara Ribeiro. São Paulo: Barsilense, 1984.

FOUCAULT, M. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, H. L. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica:** (para além do estruturalismo e da hermenêutica) (Trad. Vera Porto Carrero). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

\_\_\_\_\_, M. Microfísica **do poder.** (org. e trad. Roberto Machado). Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

VEIGA-NETO, A. **Foucault e a educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.



## OPINIÃO DOS PROFESSORES SOBRE OS LIVROS ADOTADOS PARA O VESTIBULAR DA UFPB

Raquel Monteiro da Silva Freitas

### INTRODUÇÃO

Esta comunicação possui como objetivo apresentar as atividades desenvolvidas junto ao projeto **Práticas escolares de leitura e discursos sobre a leitura**, mais especificamente o plano de trabalho **Os professores do Ensino Médio e sua relação com os livros de literatura adotados para o vestibular**. Esse projeto, já em andamento há algum tempo – desde 2007 trabalhamos na pesquisa – procura observar práticas de leitura de professores e alunos de escolas públicas e privadas de João Pessoa, Paraíba, observando, registrando, catalogando e analisando essas diferentes leituras que se inserem nas instituições escolares. O plano **Os professores do Ensino Médio e sua relação com os livros de literatura adotados para o vestibular** possui como sujeito professores de língua portuguesa e/ou literatura do Ensino Médio, de escolas públicas e privadas situadas nesta capital (João Pessoa – PB), procurando investigar de que modo esses professores se relacionam com as obras do vestibular, que tipo de atividade desenvolvem com seus alunos, a fim de que as leituras dos livros indicados sejam mais proveitosas.

Neste trabalho fizemos um recorte, retratando especificamente a **Opinião dos professores sobre os livros adotados para o vestibular da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)**, procuramos destacar o que os professores dizem acerca dessas obras, suas opiniões sobre adequação, acesso, linguagem, entre outros pontos os quais destacaremos no decorrer do presente trabalho.

Incialmente, em relação ao nosso aparato teórico, destacaremos aqui alguns textos que tratam de todo processo da leitura, da escrita, os diferentes leitores construídos de acordo com suas culturas, diferentes épocas, os modos e preferências de leitura que permeiam cada civilização. Em “História da educação” de MANACORDA (2000), podemos ver esses diferentes modos de aprendizagem de modo, o processo de leitura, o nascimento da escola do alfabeto, o privilégio do oral, o privilégio do escrito, as dificuldades da escrita, a restrição a grupos mais privilegiados. Acerca da educação no antigo Egito, vejamos o que diz esse autor:



Eis por assim dizer, a imagem de uma relação pedagógica dentro de uma educação mnemônica, repetitiva, baseada na escrita e transmitida autoritariamente do pai para os filhos. Não se vê, porém, se e até que ponto a aprendizagem do meio técnico e formal da escrita, e da leitura do que foi escrito, faz parte integrante deste processo ou se de algum modo o precede ou fica fora dele: o vizir escreveu, mas isto poderia significar também que ditou a um escriba; os filhos o recitam, mas isto poderia acontecer também não através da leitura direta, mas através da repetição de uma leitura feita por outros. De fato, se é possível que os notáveis de algum modo soubessem ler e escrever, é ainda mais provável que os peritos nestas técnicas, extremamente complicadas naquela época, fossem outros, que as exerciam profissionalmente.  
(MANACORDA, 2000, p.12)

Através desse livro, podemos observar que nem sempre a educação era como imaginamos. Muitos foram os processos para chegar até nós da forma que chegou. No entanto, muitas heranças temos da educação das civilizações mais antigas, como a educação física como disciplina, a memorização como técnica de aprendizagem, entre outros. Ainda em relação ao desenvolvimento e formação dos leitores, da escrita e de uma literatura, CHARTIER (1999), salientando o aparecimento dos impressos, esclarece que havia muita resistência em relação a eles, pois as pessoas consideravam que os impressos “romperia a familiaridade entre o autor e seus leitores”. Essa “resistência” é comum perante o novo, e no decorrer da história o autor mostra como esse processo lento e gradativo vai se dando de forma que as pessoas pouco a pouco irão se acostumando com os novos suportes, os novos modos de ler. “A formação da leitura no Brasil” de Zilberman & Lajolo (1996), mostra a trajetória da leitura brasileira, a formação de gostos, as influências do estrangeiro. Segundo as autoras, o processo de formação de leitura no Brasil foi bastante lento e difícil, apresentando-se sob as mais diversas máscaras – a da mulher, a do estudante, a do próprio escritor. Expande-se com a ascensão da burguesia que considerava a leitura um momento de lazer e até mesmo de *status*, bem como com a contribuição dos protestantes, que liam bastante a bíblia para obter formação moral de sua comunidade. As autoras, ainda, através dos romances de Machado de Assis, Manuel Antônio de Almeida, entre outros, analisam e discutem as imagens de leitura e de leitor dentro dos próprios livros – o que os personagens liam, como tratavam a leitura. Elas mostram também a relação narrador /



leitor; salientam o quanto essa relação é importante e cooperativa para o desenvolvimento do próprio leitor; analisam o grande poder de influência positiva e/ou negativa que essas relações exercem sobre o leitor. Zilberman & Lajolo (1996) também discutem o processo de formação das escolas brasileiras, a formação do professor através de vários métodos, a chegada do material didático que trouxe mudanças para o ensino, não só em relação ao aluno, mas também em relação ao professor. A partir dessas discussões, entendemos que o leitor faz parte de uma “materialidade histórica”, enquadra-se numa prática coletiva que cresce gradativamente conforme a sociedade.

SOUZA (2008) discute sobre essas práticas de leitura de professores e alunos, afirmando que:

[...] a leitura compreendida como prática social se insere no espaço escolar como seu lugar instituído, regulamentado e naturalizado, mas, ao mesmo tempo, não pode deixar de refletir as práticas mais gerais de leitura que vinculam o leitor a outros espaços sociais. De maneira geral, diria que, na sociedade atual, queiramos ou não, somos obrigados a ler. Quando se trata de professores e alunos, a questão de ser ou não leitor se torna, no mínimo, estranha. Quero dizer com isso que, do ponto de vista da escola, essa é uma questão mal formulada. Parece-me que não se trata de não ler, mas do que se lê e como se lê.

A partir dessa afirmação, podemos entender que não só o aluno, mas também o professor muitas vezes agem como “rotulador” de leitura, atribuindo a ela valores que não têm, dependendo do tipo de leitura que se realiza. Como afirma a autora, é necessário rever de que tipo de leitura se está afirmando algo; a leitura pode ou não ser produtiva, dependendo “do que se lê”. Ainda discutindo sobre essas questões, SOUSA (2005) afirma que, embora se observe muitos dizeres dos professores sobre a leitura, “há um só discurso”, aquele discurso rotulado, enlatado de que a leitura é fundamental para a sobrevivência humana, no entanto, é preciso rever esses conceitos. Muitos foram os autores em que essa pesquisa se pautou.

## OPINIÃO DOS PROFESSORES ACERCA DAS OBRAS

Antes de iniciarmos as discussões, salientamos que o *corpus* utilizado para elaboração deste trabalho foi retirado da pesquisa anteriormente citada. Esses dados foram



transformados em porcentagem para melhor apreensão e discussão. Os trechos em destaque são falas de professores de ensino médio, os quais foram entrevistados oralmente, em gravador de formato mp3 que posteriormente foi transformado em dados escritos para facilitar o manuseio destas, bem como preservar a identidade dos professores, utilizamos “P” quando eles se pronunciam e “E” quando o entrevistador o questiona.

Como alguns professores consideram que o vestibular não contribui para a formação de leitores, a maioria dos professores, 72,7%, não considera adequada a indicação das obras:

P1: Em relação às obras eu faço uma crítica né? porque muitas vezes essas obras as colocadas de uma forma que não corresponde à realidade dos alunos, né? às vezes são obras que têm um assunto vamos dizer assim, mais profundo, que precisa de uma análise literária mais profunda e os alunos, eles não têm essa base, então sentem muita dificuldade de ler, num é?

P2: (silêncio prolongado) eu não sei qual foi a intenção (...) lógico que tem uma intenção de quem fez a escolha, mas aí ano foram leituras atrativas, esse ano, não foram e não que que eu chamo de leitura atrativa, seria uma coisa mais sei lá mais com o contexto do aluno, um livro mais atualizado, num é? porque continua sempre Jorge Amado, então sai Jorge Amado entra Guimarães Rosa, sai Guimarães Rosa entra Machado de Assis, sai Machado de Assis entra João Cabral de Melo Neto, todo ano é essa mesma.... se bem que a gente já tem algumas universidades que estão fazendo diferente né?

No caso desses depoimentos, verificamos que, na realidade, o responsável pela apresentação do contexto histórico-social da obra é o professor, se ele não apresenta de maneira motivadora a obra, como os alunos se sentirão atraídos a ler? De acordo com as OCN's (2006, p, 35)

[...] cabe à escola, junto com os professores, precisar os conteúdos a serem transformados em objetos de ensino e de aprendizagem bem como os procedimentos por meio dos quais se efetivará sua operacionalização.

Embora se compreenda que a questão da leitura também tem a ver com o interesse do aluno, salientamos aqui que a tentativa de convencimento à leitura dos clássicos é do professor, pois verificamos que o alunado tem lido, lê coisas da atualidade,



livros volumosos, etc. A parte do texto literário é incumbida ao professor, pois é ele, juntamente com a escola, que poderá levar ou não o aluno ao universo da literatura. E aqui, utilizamos as palavras de SOUSA (2009):

A distância entre os leitores e esses textos sinaliza a ausência de uma prática de leitura de textos que não estão diretamente relacionados ao cotidiano. O leitor até ensaiaria uma leitura-estudo: tenta, tenta e não consegue. Falta quem ensine, quem forneça pistas, chaves que facilitem a caminhada interpretativa do leitor. (p. 12)

Quem “ensine, quem forneça pistas” nada mais é do que o professor, pois de uma forma geral, é ele o responsável por levar o aluno à leitura do texto literário, e não pode se eximir desta tarefa considerada tão árdua. O próprio professor reconhece como sendo responsável por essa tarefa:

P: [...] Agora é óbvio é a forma como você resume o livro oralmente, friamente, preso, sem dar aquela conotação de desejo, de prazer. Um dia eu contei a história de um livro a uma jovem, ela teve um prazer, teve curiosidade foi lá e gostou num né? e ali foi partindo pra outra leitura, mas eu tive /quando eu leio eu gosto de passar aquela vibração pra ter a satisfação da leitura, **mas tem professor que passa de uma maneira, friamente e o aluno: ah, aquilo? Gosto não.** (grifos nossos)

Em relação ao acesso às obras, questionamos os professores acerca da acessibilidade em relação à questão econômica; à adequação à faixa etária e à compreensão. De modo geral, observamos que 50% consideram acessíveis – podem ser adquiridas até via internet – e a maioria possui uma linguagem comprehensível:

P1: São, sobre essas questões eu não faço, eu não tenho restrições a fazer não porque eh::: as editoras né? elas tem um bom acesso né? a editora Ática tem a série Bom Livro né? só a editora Ática já resolve o problema né? fora editora Moderna, Atalaia, outras editoras que também estão trabalhando com esses livros clássicos da literatura brasileira, mas eu particularmente gosto muito da série Bom Livro da Ática porque alem de trazer o texto integral, ainda traz um ensaio literário sobre o livro/sobre a obra e o contexto



histórico no final como apêndice traz todo contexto histórico do autor e isso ajuda muito.

P2: Pelo menos nesse PSS sim, eu notei que sim, porque a maioria dos livros tinha na internet num é? Tinha na internet, você conseguia, por exemplo, no 1º ano encontrar facilmente “O noviço e o “Judas no sábado de aleluia”, você facilmente conseguia achar “cartas chilenas” já o “Coração roubado” é mais complicado por ser mais novo, porém não é tão caro, não é tão caro. **Eh... eu acho acessível sim, agora depende da vontade do aluno também né?** (grifos nossos)

Segundo esses professores, uma boa indicação da banca elaboradora facilita a leitura do aluno, já que este ainda se mostra, conforme os depoimentos, imaturo em relação à leitura. É interessante observarmos que mesmo concordando com o acesso, os professores acreditam que essa acessibilidade à leitura depende do aluno como nos mostra o trecho destacado. Corroborando esse dado, 20% dos professores acreditam que o aluno é responsável pela busca, compra e leitura do livro:

P1: Olhe, aqui no (xxxx) a gente tem um grupo assim muito heterogêneo de alunos, **tem muitos que tem poder aquisitivo pra comprar até livros mais caros**, mas preferem comprar um celular de marca né? comprar roupas de marca e o livro fica em segundo plano e **têm outros que até pra vir, tem dia que não vem quando agente vai saber porque, porque não tinha dinheiro pra passagem**, então é muito heterogêneo, sabe? não pode dizer que eles tem poder aquisitivo, que eles tem facilidade de comprar, não tem.

P2: Acredito que sim, porque para o fundamental tem obras que custam/até/praticamente cinqüenta reais e que são obrigatorias, então trinta, trinta e poucos reais claro que pesa né? mas são três obras para o ano todo, **aquele aluno que realmente tem interesse ele não vai achar tão difícil, isso numa escola particular, num é?** agora, na escola pública talvez pese um pouco. (grifos nossos)

Boa parte dos professores acredita que a questão econômica influencia bastante. Como nos depoimentos em destaque acima, eles acreditam que o aluno em especial o de escola pública, muitas vezes não tem condições de comprar os livros indicados.



Por essa e outras razões, temos 30% dos professores que não consideram as obras acessíveis ao aluno, nem comprehensíveis. Para eles as obras são mal escolhidas, caras e, ainda, muitas delas não são facilmente encontradas:

P: São ma::::al escolhidos, eh: não em geral, mas 30% eh, não agrada o aluno, não agrada ao aluno jovem, eh::: não é o fato de ser erudito, não é o caso de ser um clássico da literatura, é um fato do livro, a temática, ou mesmo os aspectos lingüísticos ou outros fatores, não estar muito associado ao ambiente do jovem.

P: Em relação a termos financeiros geralmente não. Porque como a maioria, eu trabalho só com o 3º ano do ensino médio, como a maioria esta voltada para os três anos eles acabam tendo que comprar nove livros que custam no mínimo trinta reais, então isso acaba tornando a leitura mais difícil.

Partindo da questão do nível de dificuldades das obras, nós levantamos dados acerca dos livros que mais trazem dificuldades aos alunos no ponto de vista dos professores. Em geral percebemos que os livros mais citados pelos professores como difíceis e mal escolhidos foram:

“Cartas chilenas”: 30%

“Melhores poemas de João Cabral”: 30%

“Obras de Machado de Assis”: 20%

Outras obras: 20%

P [...] agora do pss 1 que é um livro indicado para o pss 1 que é o livro **“Cartas chilenas”** e é uma ojeriza por cartas chilenas, em relação (incompreensível) num é? é o texto é... quatro mil...mais de quatro mil versos né? decassílabos, texto clássico, complexo pro aluno de 13 14 anos que não tem esse hábito da leitura num é? então a exposição ela não é interessante partindo desse ponto de vista. Poderia ser feita uma sugestão dos alunos, os alunos indicariam uma pesquisa em sala de aula, os alunos indicariam 10, 20 livros e a partir desses 10, 20 livros fazia-se uma peneira claro podendo privilegiar o clássico.

P: No caso de “cartas chilenas” não/num é acessível né? é uma linguagem muito erudita pra eles fala/tem que ter um



conhecimento muito grande da mitologia, de ligados ao mundo clássico, num é? então eles sentem essa dificuldade.

Neste depoimento podemos observar que uma das obras mais citadas pelos professores como problemática é “Cartas chilenas”, pois, além da linguagem, há a questão da quantidade de versos, dificultando assim a leitura do aluno.

Além dessa obra, outra bastante citada e comentada pelos professores como sendo uma das mais difíceis, induzindo 30% das opiniões, são “Os melhores poemas de João Cabral de Melo Neto”, e os 20% às obras de Machado de Assis, pois, do mesmo modo, eles acreditam ter uma linguagem difícil para o aluno. Vejamos:

P: Não porque a época é outra, o 3º ano já deveria ler bons livros como os de João Cabral de Melo Neto, mas é uma geração despreparada pra leitura, porque, veja bem, **um aluno que vai ler um poema de João Cabral de Melo Neto “o rio” fica difícil descobrir isso**, lê um outro de Guimarães Rosa “a terceira margem do rio” né? acho difícil a/o professor fica encantado com a linguagem de Guimarães Rosa, o aluno num consegue nem... mergulhar no vocabulário semântico.

Como dissemos anteriormente, há outras obras citadas pelos professores como difíceis, entre elas as obras de Guimarães Rosa, Tomás Antonio Gonzaga, entre outros. Na realidade, os professores se “queixam” do fato de os alunos não demonstrarem interesse pelos clássicos da literatura, dificultando assim o trabalho com essas obras.

Por fim, no último questionamento sobre as obras do vestibular, perguntamos aos professores como eles consideravam a abordagem das obras nas provas do PSS. Quanto aos que consideraram ruim a abordagem tivemos 81,8% das respostas:

P: Não. Aí onde ta minha grande revolta, o pss daqui é muito quadrado num é? Ele ainda é (risos) meio... um pensamento assim... sobre a obra estanque (...) a universidade por exemplo, No 2º ano/ no 1º ano são três obras, no 2º ano três obras, no 3º ano também três obras e caiu um texto curto, um texto como se fosse uma prova de concurso público, uma interpretação muito.... subjetiva num é? E o aluno que estudou literatura, todo sentido de uma obra, trabalha a semântica, a visão de mundo daquela obra , trabalha com a sociologia, a psicologia né? nas personagens não é



explorado, num é? tudo isso não é explorado é uma coisa seca é bem...

P: Diminuindo talvez ficasse mais coerente até pra quem vai elaborar a obra, porque tem poucos espaço, poucas questões, são poucas questões para botar língua e literatura, então as vezes o professor se concentra/já aconteceu passar o ano trabalhando com o livro, no inicio do PSS aconteceu isso, “Para gostar de ler” volume 4, não sei qual era o número, (...) e meu aluno chegou, o PSS 1 do vestibular, o livro não tinha sido abordado, era um texto da revista “Veja”, ou Veja ou “Isto é”, parece que foi “Isto é” e foi uma aberração, eu estava lá na copervre na sala de provas e eu fiz um relatório, entreguei a professora (xxxx), chamei atenção, com que cara eu vou olhar pro aluno no próximo ano no PSS 2, ele vai ler que obra de literatura? se ele lê na revista “Isto é” e encontrar o texto, o texto que na verdade era interessante, mudança de gênero, tudo era interessante no texto, mas o texto/mas a questão é que pediram pra ler os livros, temos, temos que ter fidelidade, coerência, ética, elaboração de uma prova ela tem que ter ética. (grifos nossos)

Na opinião dos professores, o maior problema encontrado nas provas do vestibular de língua portuguesa é o fato de não ser necessária a leitura dos textos indicados, pois não são abordados como deveria e, às vezes, segundo os professores, nem são abordados, e, por essa razão, os alunos não demonstram interesse pela leitura. Alguns ainda acreditam que se diminuísse a quantidade de obras indicadas, haveria mais facilidade de os alunos lerem e da abordagem ser mais precisa pelos elaboradores das provas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões provenientes deste trabalho, entendemos que, de modo geral, os professores não consideram as obras do vestibular adequadas por vários motivos, desde a faixa etária como a linguagem e assumem que sentem dificuldade de trabalhar com esses textos com seus alunos. No entanto, muitos professores acreditam que o que há de ruim nas obras indicadas para o vestibular é o fato dos alunos não as lerem, dificultando o trabalho interpretativo com a obra em sala de aula. Além desses fatores, percebemos, através das discussões que a quantidade de livros indicados é bastante extensa, dificultando a leitura de modo completo por muitos alunos.



## REFERÊNCIAS

- MANACORDA, Mário Aligiero. **História da Educação: da antiguidade aos nossos dias.** 8 ed. São Paulo, Cortes,2000.
- ZILBERMAN, Regina & LAJOLO, Marisa. **A formação da leitura no Brasil.** São Paulo: Ática, 1996.
- SOUZA, Maria Ester V. de. Práticas escolares de leitura: vozes de leitores. In: **ANAIS do II Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares.** João Pessoa, novembro de 2005a.
- \_\_\_\_\_. Discursos sobre a leitura: vozes de leitores. In: **Revista do GELNE.** Vol. 7, no 1/2. João Pessoa, 2005b.
- \_\_\_\_\_. Leituras de professores e alunos: entre o prazer e a obrigação. **Anais do Encontro Internacional Texto e Cultura.** Fortaleza: UFC, 2009.



## REDAÇÃO E AUTORIA: A POSIÇÃO DO SUJEITO NA VOZ DE QUEM PRODUZ

Neuma Maria da Costa Xavier

### INTRODUÇÃO

Pretendo focalizar na minha fala a problemática da Escrita na Escola, um tema que tem suscitado um acervo considerável de investigações, em forma de dissertações de Mestrado ou teses de Doutorado, também muitos ensaios e inúmeros livros. Sem dúvida, são recorrentes as publicações na área e todas apresentam um traço comum: a inquietação acerca do tratamento dado, na Escola, à produção escrita, o que atesta ser o tema ainda um desafio.

Para começo de conversa, devemos evocar a relação um tanto medrosa que os alunos mantêm com essa modalidade, o que nos coloca diante de uma hipótese: essa atitude fugidia e desconfiada teria causas históricas? Todos sabemos que, historicamente, a escrita parecia envolta em um teor divinizado. Na civilização mesopotâmica, por exemplo, ela se revestia de um conteúdo mágico, como lembra Kristeva (p.105) citando trecho de um decálogo: “aquele que se distinguir na ciência da escrita brilhará como o Sol”. Nessa mesma linha, serve como referência a população dos Olmecos, povos que habitaram o México 1000 a.C. cuja escrita estava condicionada aos mistérios do culto religioso e que, por isso, desapareceu, com a extinção da religião maia pelos colonizadores espanhóis.

Vamos encontrar um mito bíblico associado à escrita na figura de Moisés. O texto precisa bem que aquelas tábuas eram obras de Deus, como a escrita que ali gravara o seu decálogo: “para ajudar o seu servo a recuperar esse domínio, que equivale a uma prática de poder, o Senhor intervém por duas vezes” (Êxodo, IV, 10). Observa-se nessas passagens o exercício de uma essência legisladora, concebida como um modelo sobre o qual o real se deve ordenar.

As referências que acabamos de expor nos dão ideia de como foi criada uma cultura de controle da vida via “estatutos” cuja legitimidade passa, necessariamente, pelo prestígio da escrita. Enfim, diante da realidade cultural brasileira, o atestado de vida não está na presença ao vivo ou na fala oral, mas no batistério, ou seja, no escrito religioso. Essa



supremacia atribuída à escrita tem incomodado os pesquisadores os quais se debruçam sobre a matéria na tentativa de negar a dicotomia, preferindo falar em continuum.

Feitas tais considerações, reportemo-nos ao presente para flagrar um quadro de perplexidade ante os problemas ainda enfrentados no campo da produção escrita. Dezenas de manuais com instruções que mais parecem uma camisa de força: comece assim, use tal expressão, não empregue isso ou aquilo, como se a escrita fosse um produto e não um processo a depender de um contexto social. Vem a propósito a tese de que o texto deve ser historicamente construído: quem fala fala de um lugar e assume um papel social. Sem essa consciência da realidade, o nosso “dizer” estará ausente do mundo, portanto alienado dos problemas. Vale aqui a reflexão de que quaisquer definições e atitudes, no campo do ensino-aprendizagem da língua materna, são eminentemente políticas, porque relacionadas aos interesses dos sujeitos dessa prática, nesse caso, professor e aluno.

Na ausência dos critérios teórico-metodológicos adequados, reeditam-se condições de produção imediatistas, em que os alunos devem escrever um texto para o professor, no momento por este proposto, sobre temas impostos também por ele, nos quais não haviam pensado antes, e ainda, para que sejam julgados, testados. Diante desses ingredientes, incentiva-se um exercício que nega a fala em vez de a promover. O resultado é palpável: textos confusos, apáticos, sem a voz do dono, porque sem o respaldo teórico, interdisciplinar, que tal atividade está a exigir.

Nessas circunstâncias, levantamos a hipótese da negação da fala, razão por que o aluno mostra-se incapaz de substituir as respostas estereotipadas pela leitura crítica da realidade, reduzindo-se o processo da escrita a simples tarefa de reprodução. O aprisionamento em “esqueminhas” viola, inclusive, o princípio da alteridade, pois ao aluno resta dizer apenas o dizível, o considerado adequado para a situação emergencial – o discurso do senso-comum – que é de todos e não é de ninguém. Se o lugar-escola nega-lhe o direito de escolher o assunto e o destinatário, se não lhe dão a chance de se envolver do ponto de vista psicológico, o ato de escrever se transforma num mero acidente de uso da expressão verbal, constituindo-se produção de texto para a escola.

Após a identificação do problema, torna-se imperativo afinar com as bases epistemológicas, pois sem uma adequada orientação teórica não será possível a escolha de instrumentos e métodos necessários à viabilidade da pesquisa. Todas as fontes consultadas



convergiram para os conceitos de dialogismo e de polifonia, postulados por Bakhtin e seus seguidores, paradigma capaz de dar conta de aspectos diretamente relacionados ao tema.

As teorias bakhtinianas geraram discussões que avançaram para a revisão e deslocamento de alguns conceitos, incluindo nesse redirecionamento as noções de sentido e de significação. As questões lingüísticas, até então analisadas nos limites da frase, passaram a exigir um tratamento mais complexo porque preocupado com estudos que apontam para a natureza interdiscursiva, social e interativa da palavra.

Com relação à metodologia, optamos pela problematização fazendo um contraponto entre alguns fragmentos de redações de alunos do Ensino Médio e um texto de um candidato ao vestibular da Unipê. Esse cotejo pressupõe a necessidade de avaliar eventos comunicativos com princípios diferentes: enquanto nas primeiras constata-se a ausência da voz, por serem vítimas da falsificação de um processo, esta última inscreve-se na palavra do outro para delegar à sua própria palavra um lugar mais significativo.

Com essa direção metodológica, aplicamos as categorias analíticas representadas pelos dois tipos de polifonia: com recepção passiva (o gênero redação escolar – imitação estilizada) e com recepção ativa (o texto que lhe serve de contraponto – o sujeito que se instaura). Eis a questão que inquieta pela relevância do alcance pedagógico, por isso nasceu este texto, porque temos muito a aprender, para dar ao aluno a chance de construir o seu próprio discurso.

## CONCEPÇÃO DIALÓGICA DA LINGUAGEM

A linguagem é a força geradora da atividade humana. É fator imprescindível para que se possa investigar, na dinâmica da vida, os rastros do ser-homem, vez que é considerado o lugar onde a iminência se cruza com a manifestação. Qualquer pesquisa que se debruce sobre esse tema deve, pois, privilegiar as teses que defendem o processo de interação como encontro de uma consciência individual com uma coletiva, de enunciação como fenômeno histórico e social.

Para alcançar a dimensão dessa linha teórica, só mesmo entendendo a língua como atividade entre sujeitos socialmente organizados. Só esse paradigma é capaz de dar conta de algumas questões que estão no entorno da produção do texto escrito, tais como, o percurso da geração de sentido e o resgate do sujeito, para citar os principais.



A tese de que não se ouve a voz do aluno explica a perda da autonomia de alguns elementos da enunciação, responsáveis pela construção do sentido. A consequência dessa afasia não poderia ser outra senão o discurso homogeneizado do senso-comum em que a palavrareposta não é capaz de gerar um novo significado. Como conceber a produção do texto fora de uma consciência de onde emerge a força ilocutória? Até porque

Não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis. A palavra está sempre carregada de um conteúdo, de um sentido ideológico ou vivencial. (Bakhtin, 1999: 95)

Ao fornecer “modelos” e listas do que se deve ou não usar, o lugar-escola reduz o papel social do “agente”: o aluno, estratégicamente, escreve para o professor, segundo “regras” desvinculadas da verdadeira natureza da atividade de linguagem viva, construída na interação. Nestas redações, prestigia-se, acima de tudo, o aspecto formal, condicionadas que estão ao mito do vestibular. Tal prática, como já foi dito, falsifica o processo, vez que o produtor do texto acaba não sendo dono do seu assunto nem da forma do seu discurso, consequentemente, num lugar que não foi por ele instituído. Acerca desse monologismo sem tensão evoco aqui um ensaio de Possenti (2001) sob o título *O sujeito como autor: a análise do discurso e a escrita escolar*.

Penso que um bom texto só pode ser avaliado em termos discursivos. Isso quer dizer que a questão da qualidade passa, necessariamente, pela questão da subjetividade e de sua inserção num quadro histórico, ou seja, num discurso que lhe dê sentido. (POSSENTI, 2001)

O ideal é que, produzindo em situação de interação comunicativa, o locutor se constitua sujeito daquilo que diz e escolha para quem diz, livre desse aprisionamento que o obriga à recorrência a segmentos congelados da linguagem, os conhecidos estereótipos. Enfim, estamos seguros de que não mais se sustenta a concepção de fala como atividade individual, haja vista a conveniência de se admitir que o sistema (no qual o indivíduo se inscreve) nasce, vive e se modifica na interação e se atualiza na e para a interação.



## ANÁLISE DE ALGUNS RECORTES

Os fragmentos abaixo representam um acervo que corresponde à categoria denominada **Polifonia com recepção passiva**. São textos de alunos do Ensino Médio de duas escolas da rede privada de Recife.

\* “O Brasil foi descoberto através de várias caravelas, ou seja, pelo mar, e essas caravelas vieram ao Brasil em busca de terra e de ouro, mas o que encontraram foi diferente; vários índios e terras vastas, mas sem ouro. Sendo assim começaram a educar e a ensinar estes habitantes selvagens (...)"

**Presença marcante da voz canônica, um discurso que vem atravessando séculos: inscreve-se aí o autor da história oficial (a romântica saga contada na escola).**

\* “Dizem que o trabalho enobrece o homem, mas como isso pode acontecer, se conseguir um emprego hoje é uma tarefa muito difícil enfrentada por muitos brasileiros? Mas esse não é o maior problema. O problema é uma pessoa trabalhar tanto e receber R\$150,00 como salário mínimo para sobreviver (...) O jeito, por enquanto, é tentar a vida com esse salário, esperando que mais tarde esse quadro possa se reverter (...)"

**Ouve-se aí a voz do senso-comum através de uma declaração estereotipada. O locutor reproduz conceitos padronizados, num processo de legitimação da idéia de “trabalho” não como um direito, mas como uma idéia de obrigação moral.**

**Nos segmentos que seguem, pretende-se mostrar a IMPROPRIEDADE LEXICAL.**

\* “Salário mínimo é um pagamento absurdo ...”

\* “A má distribuição de renda no Brasil é a principal causa da miséria...”

**Agora chegou a vez de pontuar as ocorrências de LUGAR-COMUM**

\* “As pessoas devem lutar por um ideal...”

\* “A gente tem que lutar pelo que quer...”

\* “A sociedade tem que acordar para essas coisas...”



- \* “A situação precisa mudar..”
- \* \*\*“seria ótimo se existisse emprego pra todo mundo...”
- \*

**Os fragmentos abaixo foram transcritos de três redações que discutem o tema “A paz começa em mim”.**

“Se tomarmos a consciência de que fazendo a nossa parte, o mundo vai melhorar, ele melhora ...”

“...mas, eu também acho que, se cada pessoa colaborasse, e se começasse a acabar a corrupção, o racismo e as desigualdades, um dia poderia haver paz na terra ...”

“A forma correta de você conseguir a paz é você sentir a paz, essa paz irá passar para outras pessoas e, se as outras pessoas também perceberem a paz, ela irá se espalhar pelo mundo todo...”

#### **CONTRAPONTO** (Polifonia com recepção ativa)

Nesta análise, será avaliada a relação entre os discursos que se cruzam no texto escrito, com o objetivo de identificar a posição e o lugar do autor, se foram por ele instituídos em formas de interações autênticas, que permite a ocorrência de trocas atualizadas. O exemplo que segue mostra como reage o sujeito falante às vozes que se inscrevem no texto.

O aluno vale-se da ironia, um caso típico de discurso bivocal em que o autor fala a linguagem do outro, revestida de orientação contrária; inscreve-se no discurso do outro para contestá-lo. Ironizar é, portanto, voltar-se contra a própria enunciação, acrescentando-lhe uma idéia oposta e, ainda mais, no mesmo instante em que ela é enunciada.

#### **Opção pela palavra ambígua.**

#### **MANIFESTO MONOPOLISTA**

Esta história de que o mundo está se transformando num gigantesco mercado, absolutamente não procede. É tudo intriga da oposição, ou de um barbudo decrépito de esquerda. É claro que pessoas esclarecidas, que usam lentes de contato Visão, sabem que



nós, monopolistas milionários, queremos dar a felicidade a vocês, podendo ser nacional ou importada, e aceitando todos os cartões de crédito.

As empresas são o bem maior de um povo. A rede de motéis “Bombasticus”, onde o amor é um estouro, explo..., quero dizer, contratou quase mil mulheres. E elas só têm que trabalhar à noite. Fazemos essas boas ações com o espírito generoso e fraternal que nos é peculiar.

Mesmo a conversa de que até votos e políticos podem ser comprados não passa de boatos. Dizer que temos uma fábrica para produção em série de deputados é um absurdo. Negaremos até o fim (...)

Eles já falam que tudo gira em torno do mercado desde o descobrimento. Uma tese antiquada e falsa. Por exemplo: nunca houve tráfico de escravos no Brasil. Foi tudo um incentivo à imigração, para salvar aquela gente bestal das trevas e dar-lhes oportunidade de subir na vida. Ainda que fosse subir até o morro e com um saco de café nas costas (porque eles são prestativos)..."

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão deste trabalho não terá o colorido das embalagens nem o ponto final dos contos de fada. Não representará o produto do meu esforço, porque tenho diante de mim um processo, com oscilações constantes, e em cujo desdobramento não cabem respostas prontas. Ainda não se cruzou a fronteira da possibilidade, porque as mudanças esperadas continuam no papel: nos projetos do MEC, nas dissertações de Mestrado e nas teses de Doutorado. Mas a ternura que me envolveu durante a pesquisa sobrevive como um estímulo, para que se busque, insistentemente, a autoria no texto, enfim, para que as iniciativas acadêmicas tenham como finalidade aliviar o peso da condição humana.

## REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 9.ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.



DISCURSO, SOCIEDADE E CULTURA  
I Encontro de PESQUISADORES em ESTUDOS DISCURSIVOS  
ISBN 978-85-7539-765-7

- GERALDI, J. W. **Portos de Passagem.** 4. ed. São Paulo: Ática, 2000
- KRISTEVA, J. **História da Linguagem.** 70. ed. Lisboa: Ed. Almedina, 1991.
- PÉCORA, A. **Problemas de Redação.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- POSSENTI, S. **Discurso, Estilo e Subjetividade.** São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- XAVIER, N. C. **Redação Escolar:** a posição do sujeito na voz de quem produz. Dissertação de Mestrado. UFPE, 2002.



## A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DO PROFESSOR E O SEU PAPEL SOCIAL

Solanielly da Cruz Aguiar

### 1 INTRODUÇÃO

O processo de globalização e a contribuição que ela proporcionou ao século XX teve um papel decisivo para os sujeitos que estavam surgindo em meio ao turbilhão de informações que cada vez mais requeria indivíduos que acompanhasssem essa constante evolução.

A sociedade imediatista buscava indivíduos que acompanhasse a passos largos o seu crescimento e que tais sujeitos fossem autônomos em suas escolhas e crítico para com a realidade que estava sendo vivenciada por ele. Sendo assim, ao longo do tempo esse sujeito foi tentando moldar-se a esse *habitat*, que exigia novas habilidades e atitudes diferenciadas para que ele pudesse fazer parte do meio.

Ao falarmos de tais transformações podemos fazer uma analogia à figura do professor na sociedade e como essa figura está sempre em oscilação e modificando-se de acordo com o que é exigido conforme os moldes da contemporaneidade. A cultura vigente e os seus discursos influenciaram na construção de novos indivíduos, e seja ele da classe proletária ou burocrata ambos passaram por mudanças.

Durante todo o século XIX, o paradigma tradicional de ensino permeou por muito tempo as concepções de ensino nas universidades e escolas e o professor era visto como o detentor do saber, aquele que dominava os conteúdos e que tinha certo prestígio em meio à sociedade, no entanto, o professor de hoje é visto como um indivíduo que não teve oportunidade de escolha e devido a isso, a sua única opção foi “ser” professor.

A constituição do ser professor está interligada com a interação social, pois os fatores externos como a cultura e o meio social, ajudam a compor uma estrutura única e ao mesmo tempo heterogênea do indivíduo. De acordo com Hall (2000, p. 9) “essas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados”.

Portanto, com esse trabalho resta-nos investigar 1) como esse indivíduo se vê representado hoje na sociedade e o seu papel social e 2) como se dá a construção da sua



identidade em meio a esse contexto. Como é o método metodológico, utilizamos uma entrevista semiestruturada a fim de investigarmos como acontecem tais processos.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A figura do professor enquanto agente social passa por etapas que são pré-moldadas pela sociedade como “instrumentos de capacitação”. Segundo Tardif (2000, p. 12), alguns aspectos da figura do professor são indissociáveis e sempre estarão relacionados com a sua postura profissional, pois não podemos de maneira alguma desassociá-los e assim, ele:

[...] propõe que se pare de considerar os profissionais, isto é, professores como “idiotas cognitivos” cuja atividade, é determinada pelas estruturas sociais, pela cultura dominante, pelo inconsciente, mesmo sendo ele prático, e outras realidades do gênero. Os profissionais do ensino são, evidentemente, determinados em parte por todas essas realidades, mas são também, ao mesmo tempo atores que possuem saberes e um saber fazer.

Segundo Lacan (2006), a linguagem é a condição do inconsciente, sendo este inconsciente representado pelo discurso do outro. Neste sentido, o professor deve ser um sujeito autônomo e crítico em suas atitudes, consciente do seu papel social e a importância do seu papel na construção de novos sujeitos. O discurso do professor e a forma como ele se vê está imbricado em seu “inconscientemente”, e assim:

[...] diferentes discursos são diferentes perspectivas de mundo, associadas a diferentes relações que as pessoas estabelecem com o mundo e que dependem de suas posições no mundo e das relações que estabelecem com outras pessoas. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 86)

Em meio aos discursos e ideologias que constituem e permeiam a contemporaneidade, o indivíduo- professor muitas vezes sente-se a margem da sociedade e sem perspectiva quanto a sua profissão e a sua posição social e consequentemente a



contribuição que ele pode ofertar para o seu meio não tem tamanha importância como as demais profissões.

[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação , mas é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos assenhorear- nos. (FOUCAULT, 1971, p. 2)

Vemos como o discurso permeia o ser social e o institui enquanto sujeito multifacetado, que pode ser construído em seu meio social. A figura do professor em meio à sociedade passa por etapas e a identidade legitimadora esta intrinsecamente interligada com a figura do professor, pois o mesmo faz parte de um sistema discursivo constituído que é visto como uma estrutura de “dominação”.

[...] as práticas profissionais que envolvem emoções suscitam questionamentos e surpresa na pessoa, levando a, muitas vezes de maneira involuntária, a questionar suas intenções, seus valores e suas maneiras de fazer. (TARDIF, 2000, p. 17)

Em muitos contextos, o professor assume uma identidade de “resistência”, pois como a sua identidade está em um constante processo de reavaliação/questionamento, o mesmo não dispõe de argumentos válido que o faça ter uma postura crítica mediante o discurso constituído. Passando do âmbito da identidade de “ resistência” o professor passa a interagir em uma nova esfera, que o guiará a uma nova conduta que posteriormente interferirá em seu discurso que é a identidade de projeto.

[...] identidade legitimadora é introduzida por instituições dominantes a fim de legitimar sua dominação; a identidade de resistência é construída por atores em situação desprivilegiada na estrutura de dominação e constitui, portanto,foco de resistência ;a identidade de projeto é construída quando atores sociais buscam redefinir sua posição na sociedade e constitui recurso para mudança social.( CASTELLS, 1978, p. 47)

Nessa perspectiva, a criação de um novo discurso se constitui como uma tática de resistência sub-reptícia criada pelo indivíduo de modo, que o mesmo não tenha uma postura “passiva”, mediante o discurso dominante.



Os questionamentos do indivíduo a cerca da sua identidade e consequentemente a sua descentralização, faz-nos pensar em como a sociedade impõe seus estigmas, colocando a margem aqueles que não detêm um prestígio social impulsionando assim, a uma crise de identidades.

Conforme Hall (2000, p. 9) “o sujeito previamente vivido como tendo uma unidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas”, sendo assim, o indivíduo de hoje imerso na pós-modernidade e as constantes incertezas que ela externa, pode atribuir ao indivíduo não apenas a formação de uma única identidade, mas sim de uma multiplicidade de identidades.

De acordo com Hall (2000, p. 10-12), a identidade pode ser baseada a partir de três concepções e ele a divide em: sujeito do iluminismo, sujeito sociológico e sujeito pós-moderno. O sujeito do iluminismo está centrado “ numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotados das capacidades de razão, de consciência e de ação” que vinha a tona ao nascer e se desenvolvia e permanecia o mesmo ao longo da sua vida.

O sujeito sociológico espelha a complexidade do mundo moderno “ e a consciência de que [o] núcleo interior do sujeito não era autônomo e auto-suficiente” e que a partir da relação do sujeito com o outro e com o meio, ele se desenvolve tanto no âmbito interior quanto exterior entre o “mundo pessoal e o mundo público”.

O sujeito pós-moderno é caracterizado por possuir não apenas uma identidade, mas sim em ser um sujeito multifacetado que:

“assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas”.

Sendo assim, podemos dizer que o sujeito da pós-modernidade está imbricado nessa faceta de possuir mais de uma identidade e de moldar-se ao meio ao qual ele está inserido transgredindo os moldes estabelecidos pelo sistema.



### 3 METODOLOGIA

O presente trabalho que realizamos foi respaldado nos moldes qualitativo-interpretativista. De acordo com Sílvio Oliveira (1999, p. 117 apud OLIVEIRA, 2010, p. 59) “as abordagens qualitativas facilitam descrever a complexidade de problemas e hipóteses, bem como analisar a interação entre variáveis, compreender e classificar determinados processos sociais, oferecer contribuições no processo das mudanças [...].”

Sendo assim, “... é tarefa da pesquisa qualitativa de sala de aula construir e aperfeiçoar teorias sobre a organização social e cognitiva da vida em sala de aula, que é o contexto por excelência para a aprendizagem dos educandos.” (BORTONI-RICARDO, 2008, p. 42).

Essa pesquisa foi realizada no mês de julho e teve como participante quatro professores concluintes de uma Universidade pública da cidade de Campina Grande-PB. Os instrumentos utilizados como coleta de dados foi à aplicação de uma entrevista semi-estruturada. Com a utilização das entrevistas, objetivamos analisar de que maneira os sujeitos dão sentido a figura do professor em meio ao social.

De acordo com Moreira e Caleffe (2008, p. 86), “o objetivo da entrevista é compreender as perspectivas e experiências dos entrevistados”. Por ser a entrevista um intercâmbio de comunicação, torna-se importante ter presente uma série de aspectos que tornam eficazes a inter-relação, a fim de se obter um testemunho de qualidade. Contudo, o pesquisador tem que estar ciente de que esse instrumento tem suas limitações quanto à exatidão dos dados.

Com isso, objetivamos que esta pesquisa contribua para que os professores da área façam uso da reflexão nas suas práticas de ensino em sala de aula.

### 4 ANÁLISE DOS DADOS

Utilizamos uma entrevista semi-estruturada com o intuito de mostrarmos os discursos dos professores em relação ao seu papel social e como sua identidade é perpassada pela sociedade, segundo os pressupostos de Hall no que concerne identidade.



Caracterizamos os sujeitos envolvidos como E1 (entrevistado 1), E2, E3, e E4. As respostas aqui evidenciadas são apenas alguns trechos que foram transcritos conforme os argumentos proferidos pelos entrevistados no questionário.

**1) Como você vê a figura do professor na sociedade de hoje?**

**E1:** "O professor hoje em dia está muito desvalorizado e os alunos não respeitam mais agente em sala de aula. "

**E2:** " Cada vez mais o professor perde espaço na sociedade e a profissão fica desvalorizada."

**E3:** " O baixo salário faz com que o professor fique sem prestígio social e a sua figura não tem um valor como as demais pessoas de outra profissão possui."

**E4:** "O professor não é bem remunerado e não é valorizado e é assim que nos veem hoje. "

Nos trechos acima podemos observar como o professor se vê na sociedade contemporânea e como ele acha que é visto pela sociedade. Ele se sente desvalorizado, sem perspectivas e sem um salário satisfatório que possa dar-lhe um pouco mais de dignidade

**2) Você se considera uma parte essencial para a construção de novos indivíduos?**

E1: "Sim, eu me considero, mas a sociedade não enxerga isso. "

E2: " Em partes sim, mas os alunos não acham que adicionamos algo na vida deles."

E3: "Eu penso que sim, mas a sociedade pensa que qualquer um pode ser um professor, que qualquer um sem muita qualificação pode fazer o nosso trabalho. "

E4: "Eu acredito que sim, no entanto, a sociedade e os alunos em si pensam que não acrescentamos em nada em suas vidas. "

O professor se considera essencial para aqueles que fazem parte do seu meio, no entanto, ele acredita que a sociedade não atribui a importância devida que é exigida para ele. O exercício da profissão de professor por aqueles que não estão qualificados para tal,



também é uma preocupação, pois se acredita que isso é uma forma de não reconhecer as especificidades que a profissão tem.

**3) Você percebe diferenças no professor de hoje e o professor do século passado?**

**E1:** "Sim e muitas. Antigamente o professor era respeitado e valorizado."

**E2:** "Antes era um prestígio ser professor e como só as pessoas da sociedade tinham acesso ao conhecimento, era comum vermos pessoas da alta sociedade ser professor".

**E3:** "No século XX a visão que se tinha do professor era outra, já hoje não se atribui nenhum prestígio por aquele que se nomeia professor."

**E4:** "Claro que sim. O professor de antes era bem visto, bem relacionado e a sua contribuição para a sociedade era reconhecida."

O reconhecimento das diferenças existentes entre o professor de antigamente e o professor de hoje é clara nas respostas dadas no questionário. Acredita-se que o professor do século passado era reconhecido e a profissão tinha um prestígio social.

**4) Devido os obstáculos impostos pela profissão, você acha que o professor se sente a margem da sociedade?**

**E1:** "Claro que sim, os obstáculos que cada vez mais temos que enfrentar, nos deixa desestimulados e é como se nenhum órgão ou meio responsável se importasse com a categoria."

**E2:** "Há muito tempo a profissão está desvalorizada e por isso não temos como fazer milagre, nos cobram por algo que não temos condições de dar."

**E3:** "A margem da sociedade ainda é pouco, pois ganhamos mal, não temos condições de trabalhar como se é necessário e a sociedade quando sabe de algum dado do ministério da educação nos colocam a culpa por tudo que acontece na educação do país."



**E4:** "Sim, o professor se sente a margem da sociedade, mas ele tem que ser consciente de que apesar disso, ele tem que fazer o seu trabalho bem, não importando os meios que ele tem disponível."

Os obstáculos enfrentados pelo professor e a desvalorização que ele sofre na sociedade é reconhecida pela categoria, no entanto, tais dificuldades não são vistas pela sociedade e por aqueles que podem agir diretamente no processo educacional para que haja mudanças. Por existir os freqüentes problemas em sala de aula, o professor se sente desmotivado para exercer a sua profissão plenamente.

**5) Você acredita que futuramente o professor possa ser visto por uma nova ótica?**

**E1:** "Bem, se isso acontecer vai ser em um futuro muito distante, porque mesmo a sociedade estando mais evoluída eu não enxergo transformações."

**E2:** "Eu acredito que sim, porque está surgindo uma nova geração que está aberta a novas perspectivas e a novas visões."

**E3:** "Atualmente eu estou tão desestimulado que eu não consigo acreditar que futuramente o professor volte a ser valorizado, reconhecido."

**E4:** "Pode ser que sim, mas para isso acontecer muitas transformações terá que ser feitas na área da educação, para que o professor consiga recuperar a credibilidade."

A consciência de um futuro próspero para a profissão é em partes esperado pelos entrevistados, no entanto, eles acreditam que essas mudanças ocorrerão gradativamente e que para isso acontecer uma ação conjunta deve ser feita por aqueles que estão ligados diretamente com o processo educacional.

**6) Hoje você escolheria outra profissão?**

**E1:** "Eu gosto do que faço e queria apenas um panorama mais favorável para que eu pudesse exercer a profissão com plenitude."



**E2:** "Eu já pensei sobre essa questão assim que eu terminei a faculdade e olhei pra trás e achei que em partes perdi meu tempo."

**E3:** "Sim, se eu pudesse voltar eu escolheria outra profissão, mas infelizmente agora não há muito o que fazer."

**E4:** "Eu não escolheria outra profissão, mas apenas exigiria que a profissão fosse mais valorizada pelos órgãos educacionais."

A escolha de outra profissão pelos entrevistados é visto como uma opção a ser pensada em último caso, mas para alguns existiria essa possibilidade se ainda fosse possível voltar atrás. A não escolha de outra profissão dá-se ao fato deles dizerem que apesar dos obstáculos que a profissão impõe, eles fazem o que gosta e para aqueles que escolheriam outra profissão, os obstáculos e a desvalorização sofrida é maior do que o prazer que a profissão pode ofertar.

### 7) O que realmente deve ser feito para que o professor tenha uma nova perspectiva em relação a sua profissão?

**E1:** "Eu acredito que melhorar o salário seja o primeiro passo, porque um profissional desmotivado não trabalha bem. Depois disso, eu acho que o ministério da educação deveria investir na educação."

**E2:** "Primeiramente deveria haver mudanças na educação para que o professor se sinta mais valorizado e isso abrange a melhoria do salário."

**E3:** "O professor deveria passar por constantes capacitações para que ele pudesse se enxergar de outra forma e ser consciente de que apesar do obstáculos, ele tem uma profissão e melhorar o salário seria um outro passo importante."

**E4:** "Tem que mudar tudo, o sistema em si, o salário que é muito baixo, a carga horária que temos que cumprir se quisermos ganhar algo a mais."

Muitas mudanças são esperadas para que o professor tenha uma nova postura em meio à sociedade. Todos os entrevistados foram unâimes em dizer, que a melhoria de salário é o primeiro passo para ser posto em prática, para que a categoria se sinta mais valorizada e consequentemente reconhecida. Mudanças propostas pelo ministério da



educação devem ser elaboradas, bem como capacitações e redução da carga horária de trabalho.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sujeito professor na sociedade contemporânea se vê como um indivíduo que não é valorizado pelo meio o qual ele está inserido, bem como a não consciência dos órgãos competentes quanto à necessidade de decisões que possam colocar esse profissional em outro patamar, para que ele se sinta mais estimulado a rever suas práticas e assim mude as suas ações.

A caracterização da sua identidade como sendo multifacetada e plurissignificativa é algo característico dos indivíduos que fazem parte da pós-modernidade. Uma única identidade não é algo mais presente no sujeito que está inserido em ações múltiplas, no entanto, tal sujeito não se vê como uma parte essencialmente importante em seu meio social e isso deve-se a inúmeros fatores que o leva a ter essa postura.

Logo, novas posturas são requeridas para que o profissional professor se sinta um participante ativo e um agente social que pode contribuir com o meio que faz parte, contribuindo assim na construção de novos indivíduos.

## REFERÊNCIAS

- BERVIAN, Pedro Alcino. CERVO, Amado Luiz. **Metodologia Científica para uso de estudantes universitários**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1983.
- BORTONI – RICARDO, Stella Maris. **O professor pesquisador:** Introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- FAIRCLOUGH, N. **Analysin Discourse** - Textual analysis for social research. U.S.A: Routledge, 2003.
- FAIRCLOUGH, N. **Discourse and social change**. Cambridge: Polity Press, 1992
- FOUCAULT, Michael. **A ordem do discurso**. Paris: Edition Galimarte. 1971.
- MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.
- OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2010.



DISCURSO, SOCIEDADE E CULTURA  
I Encontro de PESQUISADORES em ESTUDOS DISCURSIVOS  
ISBN 978-85-7539-765-7

TARDIF, Maurice. **Saberes profissionais dos professores e conhecimento universitário.** Revista Brasileira de educação, nº 13. p. 10-25. 2000.



## O “ETHOS” ESCOLAR EM “O ATENEU”: A FUNÇÃO-AUTOR E A MARCA INSTITUCIONAL

Glaucio Ramos Gomes

### 1. O DISCURSO LITERÁRIO PELO OLHAR DA ANÁLISE DO DISCURSO

Como uma teoria para a leitura, a Análise do Discurso Francesa (doravante AD), é um campo do saber que se pode chamar de “multifacetado”. Tal conclusão se dá pela sua construção epistemológica que entrelaça história, língua, sujeito e psicanálise. Essa rede de saberes é lançada sobre a movência do discurso que se materializa nos mais diversos suportes – mídias, literatura, charge, música e tantas outras formas de materialização do discurso.

Dessas multifases da AD, a face da relação literatura e análise do discurso é espaço para a investigação do enunciado artístico-literário a partir do aparato histórico-lingüístico-ideológico que é oferecido pela AD. É essa possibilidade de fusão – literatura e AD – que permite a análise a que se propõe esse texto, isto é, analisar a constituição identitária dos sujeitos professor e aluno dentro da obra “O Ateneu”. O contato entre AD e literatura tem sido visto por alguns teóricos, principalmente os da literatura, como um encontro impróprio, invasivo por parte da AD<sup>1</sup>. Em resistência a esse posicionamento dicotomizante, compreendemos, como Todorov (1980, p. 21), que o encontro entre literatura e AD é pertinente uma vez que “o discurso não é um, mas múltiplo tanto nas suas funções quanto nas suas formas”. Não são poucas as razões que justificam esse encontro. De imediato, compreendendo o texto literário como um discurso - o discurso literário -, a conjuntura teórico-metodológica da AD permite um estudo geral e particular do enunciado literário. Isso é possível devido à diversa contribuição teórica da AD (FERNANDES, 2009, p. 11).

Michel Pécheux (que propicia reflexões sobre discurso, sujeito, sentido, intra e interdiscurso, etc.); Dominique Maingueneau (que

<sup>1</sup> GAMA- KHALIL. Marisa Martins. Veredas possíveis dos estudos discursivos sobre a literatura: as vozes de Michel Foucault e Mikhail Bakhtin nos campos da AD e da Teoria literária. In: FERNANDES, Claudemar. KHALIL, Marisa Martins Gama. JÚNIOR, José Antônio Alves. **Análise do discurso na literatura:** rios turvos de margens indefinidas. São Carlos: Claraluz, 2009.



desenvolve reflexões específicas para o estudo do texto literário); Mikhail Bakhtin (...as proposições sobre polifonia, dialogismo...); Jacqueline Authier-Revuz ( com as problematizações sobre heterogeneidade) e Michael Foucault (...com as noções de autor, escrita, sujeito, história, espaço, subjetividade.

Outro fator determinante que justifica o contato AD-literatura é o fato de AD “concentrar a atenção nas condições de comunicação literária e na inscrição sócio-histórica das obras” (MAINGUENEAU, 2006, 35). Além disso, a contribuição do discurso literário para a ampliação do campo teórico da AD é um ponto também a ser destacado. No espaço da ficção, o discurso literário, quando estudado sob a ótica da AD, promove “um retorno ao aparato teórico acrescentando-lhe reflexões e até mesmo dispositivos para o desenvolvimento da análise empreendida” (FERNANDES, 2009, p. 12).

Além disso, há de se destacar o trabalho específico do discurso literário sobre a memória, e como esse trabalho pode ser resignificado a partir da AD que localiza, pelo interdiscurso, as linhas histórico-discursivas que constituem o discurso. Acrescente-se à questão a pluralidade de campos que podem ser analisados no discurso literário por meio da AD: relações de poder, silenciamentos, espaço, tempo, identidade, regimes de verdade, a função-autor, as técnicas de si.

Como visto, o estudo do discurso literário sob a ótica da AD é uma proposta viável e enriquecedora para os campos teóricos da leitura. Essa riqueza se dá pela transversalidade que constitui a AD e a literatura. Sobre esta, como forma de ratificar sua possibilidade discursiva de leitura, diz Foucault (2001, p. 142) “a literatura não é o fato de uma linguagem transformar-se em obra, nem o fato de uma obra ser fabricada com linguagem; a literatura é um terceiro ponto [...] exterior [...] que desenha um espaço vazio”. É neste espaço vazio que cabe AD.

Balizada nesse encontro possível entre AD e literatura, veremos como se dá a constituição dos sujeitos professor e aluno dentro da obra “O Ateneu” a partir de dois operadores discursivos – A função-autor e a instituição escolar. Essa análise é um recorte de uma pesquisa futura que pretende investigar a constituição dos sujeitos na obra “O Ateneu” de Raul Pompéia. A pesquisa surgiu a partir dos seguintes problemas: como o sujeito discursivo - na função de sujeito-autor -, as técnicas de si e as marcas institucionais



atuam na constituição das identidades dos sujeitos professor e aluno no livro “O Ateneu”? O que há de peculiar ao discurso literário no que diz respeito à construção indenitária?

A partir dessa problemática, os objetivos são: Investigar a constituição identitária dos sujeitos professor e aluno a partir do discurso literário operacionalizado por três mecanismos constitutivos: Função-autor; Técnicas de si; Instituição. Especificamente, busca-se: compreender o lugar da função-autor na construção do ethos do professor e do aluno dentro do discurso literário; analisar as técnicas de si empregadas no espaço escolar do romance e verificar como elas atuam na construção do sujeito-discursivo “Sérgio”; e se essa construção interfere na constituição do ethos do professor; estudar a ação discursiva da instituição – os mecanismos de docilidade, as relações de poder, os regimes de verdade, os controladores do discurso – no processo de construção identitária dos sujeitos professor e aluno.

A obra que servirá de corpora - “O Ateneu” – é narrada em primeira pessoa pelo personagem Sérgio que quando criança foi enviado pelos pais para estudar em um colégio interno - O Ateneu. O romance em si é um relato autobiográfico das experiências do garoto no internato. A importância de se debruçar sobre essa obra está em lê-la sobre um olhar discursivo; em compreender como as identidades são constituídas a partir de toda uma rede de discursos que interpelam os indivíduos; em investigar como a instituição escolar consegue marcar a identidade dos sujeitos e que identidades resultam dessa marcação. Mais ainda, como a narrativa é em primeira pessoa, o sujeito discursivo “Sérgio” assume uma função outra – a função-autor (FOUCAULT, 2008). E é dessa função que ele enuncia a si e aos demais personagens, inclusive e, especificamente pelo interesse dessa pesquisa, o professor. Dado que o autor é “uma função-sujeito, uma produção discursiva instaurada na abertura de um espaço produzido no texto [...]”, um efeito-sujeito construído a partir e pela escritura (ROSA, 2009, p. 103), é significativo investigar o papel dessa função-autor no discurso literário e como o sujeito-autor “Sérgio” se autoconstitui e atua na formação dos demais sujeitos discursivos do romance.

A relevância da pesquisa também está presente no fato de dedicar-se ao estudo do campo identitário. A identidade vem sendo, nos últimos anos, alvo de inúmeras pesquisas sob os mais diferentes focos. Tal interesse por essa temática está atrelado ao fato da identidade não mais ser compreendida como um dado estático, inato; mas como um



acontecimento dinâmico e volátil (HALL, 2006). Segundo Bauman (2005, p. 38), a identidade tem estado no centro dos debates Pós-Modernos porque

num ambiente de vida líquido-moderno, as identidades talvez sejam as encarnações mais comuns, mais aguçadas, mais profundamente sentidas e perturbadoras da *ambivalência*. É por isso, diria eu (Bauman), que estão firmemente assentadas no próprio cerne da atenção dos indivíduos líquido-modernos e colocadas no topo de seus debates existenciais.

Especificamente, com a pesquisa, será possível compreender como as identidades dos sujeitos professor e aluno são constituídas a partir de toda uma conjuntura discursiva que os envolve dentro da instituição escolar. Essa compreensão do discurso institucional é significativa quando se pensa a escola como um aparelho ideológico que é regido pelos regimes de verdade de um dado momento histórico. Isso pode fazer refletir sobre as práticas discursivas e “não discursivas” que constituem os sujeitos escolares da Pós-Modernidade.

Com base no dito, esse texto se apresenta como um protótipo do que se pretende fazer na pesquisa. Desta forma, será feita uma análise parcial da corpora; especificamente, o quarto capítulo de “O Ateneu”. Nesse, será vista a ação de dois operadores discursivos – A função-autor e a instituição. Esses operadores discursivos serão lidos pela ótica da Análise do Discurso; teoria de leitura que fundamenta esse texto.

## 2. TEORIA DA AD: PARA “ALÉM” DA ESTRUTURA DA LÍNGUA

*“todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido (...) É nesse espaço que pretende trabalhar a análise do discurso”*

Michel Pêcheux

A epígrafe, extraída da obra “Discurso: estrutura ou acontecimento” de Pêcheux (2008), aponta para uma concepção de sentido que comprehende a língua a partir de uma concepção histórico-ideológica. Essa inscrição da língua na história trás sobre ela um outro acontecimento histórico – o sujeito. É desse entrelaçamento – língua, sujeito, história – que



Pêcheux lança a base de sua teoria de Análise do Discurso. Linha teórica esta que sustentará essa pesquisa.

O projeto de Análise do Discurso só pode surgir no refluxo do estruturalismo linguístico, pois, segundo Pêcheux (1997, p. 62), não havia na proposta de Saussure o estudo do texto, mas da “língua, isto é, um conjunto de sistemas que autorizam combinações e subordinações reguladas por elementos definidos...”. Essa citação é uma das inúmeras vozes que ecoaram na década de 60 em tom de críticas ao estruturalismo linguístico:

... a partir do momento que a língua deve ser pensada como um sistema, ela deixa de ser compreendida como tendo a **função** de expressar um sentido; torna-se um objeto do qual uma ciência pode descrever o **funcionamento**. (...) A consequência desse deslocamento é, como já se sabe, a seguinte: o “texto” não pode de maneira alguma ser objeto pertinente para a linguística, porque ele não funciona - o que funciona é a língua, isto é, um conjunto de sistemas...

“a língua, como objeto de ciência, se opõe à fala, como resíduo não-científico da análise. “Com o separar a língua da fala, separa-se ao mesmo tempo: 1º, o que é social do que individual; 2º, o que é essencial do que é acessório e mais ou menos acidental”. Pêcheux (1997, p. 62)

O novo paradigma, isto é, a teoria da AD, situou o sujeito no centro das reflexões sobre a língua e permitiu-lhe, como afirma Dosse (1993, p. 65), “reaparecer pela janela, após ter sido expulso pela porta”. A remoção da pedra epistemológica estruturalista leva a AD a voltar para o exterior linguístico, procurando apreender como no linguístico inscrevem-se as condições sócio-históricas de produção. É literalmente um método arqueológico que descreve e desvenda as estruturas do texto e procura chegar às condições de produção do discurso através da análise das formações ideológicas, da interdiscursividade (FOUCAULT, 2007a). Na busca dessas condições de produção, a AD vai considerar que sempre existe um sujeito discursivo que, situado em determinada formação discursiva, determina os sentidos do discurso tendo em vista que o sentido não está no enunciado, mas na formação discursiva onde se encontra, temporariamente, o sujeito (MUSSALIM, 2006).



Sair da estaticidade - a língua na perspectiva estruturalista - para o dinamismo - o discurso -, exigiu de Pêcheux um aparato teórico que pudesse abarcar não só a dinamicidade do discurso, tendo em vista que ele se inscreve na história, mas, principalmente, a heterogeneidade que o constitui (AUTHIER-REVUZ, 1982). As teorias que fundamentam a AD formam uma verdadeira teia; são fios que vêm do materialismo histórico, da história da constituição do sujeito, da psicanálise e do dialogismo bakhtiniano. Falar dessas quatro teias vai nos remeter aos seus devidos autores: Althusser, com sua releitura de Marx; Foucault com a noção de formação discursiva; Lacan e sua leitura das teses de Freud sobre o inconsciente, com a formulação de que este é estruturado como uma linguagem; Bakhtin e o fundamento dialógico da linguagem, que através de Authier-Revuz (1982) trás para a AD a concepção da heterogeneidade – mostrada e não-mostrada – constitutiva do discurso. A complexidade do objeto da AD levou Pêcheux a considerar a AD como um campo transdisciplinar. Isso fica evidente no artigo que ele e Fuchs escreveram, publicado em 1975, em que eles mostram que a base epistemológica da AD

reside na articulação de três regiões de conhecimento científico: (a) o materialismo histórico como teoria das formações sociais e de suas transformações, aí compreendida a teoria das ideologias; b) a linguística como teoria, ao mesmo tempo, dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação; c) a teoria do discurso como teoria da determinação histórica dos processos semânticos. (...) Essas três regiões são, de uma certa maneira, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade, de natureza psicanalítica.(Pêcheux e Fuchs, 1997b; p. 163-164).

Embora destaquemos que a AD trouxe o sujeito discursivo para o campo das reflexões linguísticas, isso não significa que ele era seu objeto central, mas peça importante que ocupa um lugar ideológico que lhe permite dar os vários sentidos para um determinado enunciado, tendo em vista o sentido é um acontecimento que está diretamente atrelado às formações discursivas, espaços ideológicos onde os sujeitos se inscrevem. Assim, o que interessa para a AD é o lugar ideológico de onde enunciam os sujeitos. Relendo Marx, Althusser (1970) comprehende a ideologia não como uma falsa consciência (sentido que Marx lhe atribuirá), mas o modo como os homens vivem as relações com suas condições. Segundo Gregolin (2003, p. 26), quatro são os traços que caracterizam as ideologias:



Elas não são arbitrárias, mas orgânicas e historicamente necessárias (Gramsci); elas têm uma função específica numa formação social – occultam e deslocam as contradições reais de uma sociedade; elas são inconscientes de suas próprias determinações, de seu lugar no campo das lutas de classes; elas têm uma existência material em instituições (“aparelhos ideológicos”).

Dessa forma, a proposta althusseriana para o trabalho com a ideologia não dá margem para um estudo subjetivo – mundo das idéias -, mas uma análise que partirá da materialidade da ideologia que está disseminada na sociedade e que é comportada em dois aparelhos: aparelhos repressivos do Estado (ARE) e aparelhos ideológicos do Estado (AIE) – a escola, por exemplo. É a partir dessas ideias althusserianas que Pêcheux elabora o conceito de condições de produção. Entenda-se como condições de produção um conjunto de possibilidades imediatas que permitem ao sujeito produzir tal discurso e não outro. É o que chama Gregolin (2003, p. 27) de “tomada de posição do sujeito falante em relação às representações de que é suporte”; e ela ainda acrescenta (*idem*):

O sujeito não é considerado como um ser individual, que produz discursos com liberdade: ele tem a ilusão de ser o dono do seu discurso, mas é apenas um efeito do assujeitamento ideológico. O discurso é construído sobre um inasservido, um préconstruído (um já-lá), que remete ao que todos sabem, aos conteúdos já colocados para o sujeito universal, aos conteúdos estabelecidos para a memória discursiva.

Com a AD, deu-se voz ao sujeito; não o indivíduo, mas a função por ele desempenhada em dada Formação Discursiva. O “sujeito”, na compreensão da AD, não é dono, nem origem do seu dizer. Muito menos é o autor da história; mas o vivente da história; ele mergulha na fluidez da história. Ele não tem a pretensão de criar a história, pois ela lhe precede, ou como diz Althusser (1973, p. 69):

Não se pode (begreien: conceber), ou seja, pensar a história real (processo de reprodução e de revolução de formações sociais) como capaz de ser reduzida a *uma* origem, *uma* Essência ou *uma* Causa (ainda que fosse o Homem), que seria o seu Sujeito – o Sujeito, esse “ser” ou “essência” posto como *identificável*, ou seja,



como existente sob a forma da *unidade* de uma *inferioridade* e (teórica e praticamente) responsável (a identidade, a inferioridade e a responsabilidade são constitutivas, entre outras determinações, de todo sujeito), capaz, portanto, de prestar contas do conjunto de “fenômenos” da história.

Sob essa ótica, o sujeito é constituído, e não como constituinte; é processo, e não produto; é um “vir a ser” em constante mudança, e não um “já-lá” totalmente definido, acabado. Essa compreensão fluida do sujeito pode ser vista em Marx (1973, 70 *apud* Hall, 2006, p. 14) quando fala da modernidade:

É o permanente revolucionar da produção, o abalar ininterrupto de todas as condições sociais, a incerteza e o movimento eternos... Todas as relações fixas e congeladas, com seu cortejo de vetustas representações e concepções, são dissolvidas, todas as relações recém-formadas envelhecem antes de poderem ossificar-se. Tudo que é sólido se desmancha no ar...

Essa declaração de Marx é bem significativa para que se entenda que a noção de sujeito que surge da Modernidade está baseada num constante processo de mutação e reconstrução dos saberes. Hall (2006) diz que as sociedades modernas não têm um centro regulador que reja os sujeitos de forma unificada; o que há é um conjunto disperso de referentes que transpassando os sujeitos torna-os usuários de várias identidades. Considerando também a flexibilidade das identidades, Santos (2000, p. 135) diz que “as identidades culturais não são rígidas nem, muito menos, imutáveis. São resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação. (...) Identidades são, pois, identificações em curso”. Situado em um campo epistemológico bastante instável – o campo da modernidade – o sujeito moderno vai ser constituído sobre uma base dinâmica e heterogênea de saberes. São desses saberes que a AD vai se valer para a constituição da sua noção de sujeito. Assim é que os conceitos de assujeitamento, dispersão, historicidade, clivagem aparecem na formação do sujeito da AD.

Esse sujeito historicizado, interpelado pelo discurso está na base da AD, como se vê em Pêcheux (1997a, p.311): “os sujeitos acreditam que “utilizam” os discursos quando na verdade são seus “servos” assujeitados, seus “suportes”.



Embora a AD se valha da noção de sujeito histórico para suas análises, este não foi seu objeto central. Um olhar mais apurado sobre o sujeito dado por Foucault (1995, p. 231)“Meu objetivo, ao contrário, foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos”. Foucault buscou investigar o sujeito sobre três aspectos: o saber, o poder, e o ser de si. Para esse texto, ateremo-nos na constituição identitária a partir das relações de poder estabelecidas dentro do universo escolar; especificamente, compreender como o sujeito se institucionaliza a partir das práticas discursivas e não discursivas do aparelho ideológico escolar.

### 3. ANÁLISE: O “ETHOS” ESCOLAR EM “O ATENEU”

Todo discurso é cercado, vigiado. Esse dizer, baseado no pensamento de Foucault (2008), anuncia-se como prelúdio para o estudo de um dos reguladores do discurso – o autor. Na concepção de Foucault, o autor não é o indivíduo que escreve, mas uma função reguladora do discurso. No campo literário, a autoria, diz Foucault (2008, p. 26), é uma regra “Mas nos domínios em que a atribuição a um autor é de regra – literatura...”. No obra que analisaremos, a função-autor é desempenhada pelo sujeito discursivo Sérgio, protagonista que narra suas experiências em um colégio interno – o Ateneu. Nessa posição de autoria, ele rege os dizeres e os sentidos a partir das várias posições discursivas que assume durante sua enunciação. Desta forma, o Autor é “uma função-sujeito que realiza o trabalho de escrita, organizando, em uma dada disposição, vozes sócio-histórica e ideológicas.”( ROSA, 2009, P. 99).

“Vai encontrar o mundo, disse meu pai, à porta do Ateneu”. É com essa declaração que o sujeito discursivo Sérgio inicia sua *Crônica de Saudades*. Como fica evidente no pronome pessoal “meu”, a enunciação do texto é toda feita em primeira pessoa; desta forma, o sujeito dá o seu parecer exclusivo sobre os acontecimentos. As outras vozes ficam subjugadas ao aval do sujeito protagonista. É a partir dessa exclusividade da primeira pessoa que falaremos do Ethos – imagem de si:

Ethos – Termo emprestado da retórica antiga, o ethos (em grego ηθος, personagem) designa a imagem de si que o locutor constrói em seu discurso para exercer uma influência sobre seu alocutário. Essa noção foi retomada em ciências da linguagem e,



principalmente, em análise do discurso, em que se refere às modalidades verbais da apresentação de si na interação verbal. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008: 220)

Como nosso foco é investigar como os sujeitos professor e aluno se constituem a partir dos discursos do sujeito autor e da instituição, nosso olhar sobre o sujeito Sérgio buscará investigar como ele se constitui a partir de sua enunciação como aluno, e que sujeito professor também é constituído a partir de seu ethos.

Na primavera dos dias “Eu tinha onze anos, p.6”, Sérgio inicia sua vida escolar em um método doméstico de ensino “Frequentara, como externo, durante alguns meses, uma escola familiar”. Nesse espaço, o ethos que Sérgio de tem de si é de um ser puro, imaculado perante as torpezas da vida “eu estava perfeitamente virgem para as sensações novas da nova fase. O internatol?”. O sujeito que se configura nesse momento pré-escolar é literalmente fantasioso, sonhador e, mais que tudo, inocente.

A reconfiguração do sujeito protagonista vai se iniciar a partir de sua inserção na escola. Como aparelho ideológico, o Ateneu vai assenhorear-se de Sérgio de maneira a regular, docilizar seu corpo, seu ser.

O Ateneu, com ares de se vivo, imprime sobre em seus alunos uma identidade de resignação, de subserviência, de respeito profundo à hierarquia. Essa imagem, o sujeito Sérgio vê de maneira distorcida quando se impressiona com um ato público de desfile cívico “A bela farda negra dos alunos, de botões dourados, infundia-me a consideração tímida de um militarismo brilhante, aparelhado para as campanhas da ciência e do bem, p10”. É uma impressão onírica que ainda se baseia no lugar de infância onde o sujeito está temporariamente situado. Mas nesse enunciado, vemos a marca da função-autor que dá margem para um sentido diferente para a bondade da visão de Sérgio. Trata-se da palavra “militarismo”; que na fala de Sérgio aparece como que forçada para se enquadrar dentro do que é benéfico. Essa “boa” posição do militarismo é reforça mais adiante pelo termo circunstancial “bem”.

A dinâmica militar da escola é confirmada durante todo o livro. É uma ação ininterrupta sobre os corpos dos sujeitos que vão se subjetivando pelos discursos escolares e são objetivados pelas pressões físicas do que não é discursivo. No trecho a seguir, nota-se uma marca dessa educação militar “Começava a anoitecer, quando o colégio formou ao



toque de recolher. Desfilaram aclamados, entre alas de povo, e se foram do campo, cantando alegremente uma canção escolar, p.15”. O trecho apresenta um campo semântico típico da vivência militar “formou”, “toque de recolher”, “canção escolar”. Nota-se nesse enunciado um encontro antigo entre os discursos militar e educacional. Com isso, o sujeito que se pretende formar é um aluno-soldado. Impõe-se dessa forma, um modelo de educação que estabelece uma hierarquização bem marcada – o professor (tipo de major), e o aluno (um soldado). Liga-se a isso uma relação de ensino-aprendizagem de mão única – o professor ordena e o aluno-soldado só obedece sem questionar.

Matriculado, “Avaliem o prazer que tive, quando me disse meu pai que eu ia ser apresentado ao diretor do Ateneu e à matrícula”, o sujeito discursivo Sérgio começará a se reconstituir a partir das interpelações dos discursos do Ateneu.

Com um regime militar, o ateneu espreita, vigia cada passo dos seus “soldados”. Há um regime de poder e governo sobre as ações dos alunos. Esse regime de governo possui vários instrumentos de regência de conduta e de disciplina. O sujeito discursivo Sérgio destaca um desses mecanismos “A mais terrível das instituições do Ateneu não era a famosa justiça do arbítrio, não era a cafua, asilo das trevas e do soluço, sansão das culpas enormes. Era o *Livro de notas*”, p. 54. Este livro, podemos dizer, era o olho do poder que espreitava todos os alunos. Nele vinham as notas dos alunos e os relatos diários de suas condutas. A prática diária era a leitura desse livro na hora do almoço. Leitura essa que era feita pelo diretor que, em seguida, chamava a frente o aluno de má conduta para receber os olhares de reprovação dos demais. Mais do que um método militar, a prática do Ateneu era medieval. A exposição em praça pública, julgava o diretor, levaria à vergonha e acarretaria a auto-correção do aluno-soldado.

Na voz do sujeito-autor, o Ateneu deixa de ser uma instituição petrificada, inanimada; ganha vida “Do livro aberto, como as sobras das caixas encantadas dos contos de maravilha, nascia, surgia, avultava impunha-se a opinião do Ateneu”, p. 54. A voz que ecoava do livro vinha subjugar o aluno-soldado que aceitava a culpa pela auto-condenação “o condenado, sem mais uma sugestão de revolta, achava aquilo justo e baixava a cabeça”. A rotina dessa prática vai subjetivando um aluno anulado. A escola não é, dessa forma, um espaço de aprendizagem. Os erros não fazem parte do processo de aprendizagem. Ao contrário, errar é sinônimo de incompetência, de fraqueza. Pelo olhar do sujeito-autor,



deslumbra-se um regime educacional do velho testamento – “olho por olho e dente”. Esse foco da escola no erro fica mais evidente na fala do sujeito-discursivo Sérgio “Eu havia figurado de notas de louvor; guardou-se a sensação para a nota má. O diretor olhou-me sombrio”, p.56. O Ateneu é “um quartel” com pretensões de escola.

No processo de subjetivação e objetivação dos sujeitos-escolares, o Ateneu, juntamente com a leitura do “livro da vergonha”, impunha ao condenado a pena da escrita “Os vitimados fugiam, acabrunhados de vergonha, oprimidos sob o castigo incalculável de trezentas carinhas de ironia superior ou compaixão de ultraje. Passavam junto de Aristarco ao sair para a tarefa penal de escrita”, p.55. A escrita é mais um mecanismo de docilização. Não se tem, nessa prática, o objetivo de ampliar a competência escrita do aluno; mas ao contrário, de fazê-lo pagar pela sua “incompetência” nos estudos. Essa discursivização da escrita imprime na identidade dos sujeitos uma aceitação da escrita como tarefa árdua, penosa. É inegável não trazer à memória que vem daí a resistência dos alunos à prática da escrita nas escolas de hoje.

Em um olhar mais apurado sobre o sujeito-professor, o sujeito-discursivo apresenta uma clara demonstração de autoritarismo docente. Trata-se de um episódio com o professor e diretor Aristarco “Uma vez, muito entusiasmado, o ilustre mestre mostrou-nos o Cruzeiro do Sul. Pouco depois, cochichando com o que sabíamos de pontos cardeais, descobrimos que a janela fazia frente para o norte; não atinamos. Aristarco reconheceu o descuido: não quis desdizer-se”, p.51. O enunciado é uma evidência de que a filosofia que regia a prática do professor Aristarco era a uniteralidade do saber, ou melhor, do não saber. Numa total demonstração de autoritarismo, o professor não se vê na condição de errar. Na sua visão, ele sempre está certo e nunca pode mostrar ao aluno que não sabe. É uma postura da educação tradicional que coloca o professor e aluno em posições diferentes. Este “nada sabe” e o outro “sabe de tudo”. Outro ponto a ser destacado é o trecho “cochichando com o que sabíamos” onde os alunos não têm liberdade para enunciar e precisam falar baixo para não contrariar o saber o mestre. O regime educacional que rege a prática desse professor é ditatorial. Não há uma relação, nem circulação do poder (FOUCAULT, 1995), pois os alunos não se manifestam, não exprimem seu saber que seria encarado como uma resistência por parte do professor. É literalmente uma prática



educativa repressora que procura manter todos os alunos silenciados perante as vontades de verdade de uma dada formação ideológica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme planejamos, a leitura discursiva de “O Ateneu” é, aqui, uma breve apresentação de uma análise que se pretende mais aprofundada. Desta forma, nesse recorte, verificamos como o sujeito-discursivo Sérgio, na condição de sujeito-autor, foi tendo sua identidade construída e como a instituição escolar participou dessa constituição identitária. Destacamos o aspecto disciplinar da escola que se impõe como um regime militar que busca docilizar seus sujeitos a partir de práticas discursivas e não discursivas. No que tange a isso, no sujeitodiscursivo Sérgio é constituído um ethos de anulação, de submissão, de negação da voz. Essa negação é partilhada pelos demais sujeitos-escolares.

A escola, retratada aqui pelo Ateneu, é um espaço de silenciamento, de supressão da voz da resistência. Como visto, não há liberdade para a discordância, para a reflexão crítica. O modelo construído no Ateneu tenta ser universal no que diz respeito a tentar homogeneizar o corpo e o ser dos sujeitos escolares. Nessa tentativa, o professor participa como agente direto que reproduz, porque assujeitado, as vontades de verdade do aparelho ideológico de onde enuncia.

Ponto que merece destaque é o papel da escrita nesse modelo escolar. A escrita tem um caráter punitivo. Esse caráter punitivo, parece, não deixou de estar presente nas escolas contemporâneas. Sobre esse aspecto, a obra o Ateneu trás um alerta para uma leitura crítica das práticas de escrita nas escolas. Por que tanta resistência dos alunos à produção textual? Essa é uma problemática a que cabe uma hipótese: A resistência atual dos alunos à escrita se fundamenta, em parte, na prática histórica da escrita punitiva.

## REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Trad.: José Moura Ramos. São Paulo: Rumo Gráfica, 1970.
- \_\_\_\_\_. Observações sobre uma categoria: processo sem sujeito e sem fim(s). In: **Posições-1**. Rio de Janeiro: Graal, 1973.



AUTHIER-REVUZ, J.W. Hétérogénéité montrée e Hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l' autre dans le discours. In: **Revue de Linguistique**, n. 26, 1982. Editorial, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

DOSSE, F. **História do estruturalismo**. São Paulo: Ensaio; Campinas: Ed. da Unicamp, v. 2, 1993.

FERNANDES, Claudemar. KHALIL, Marisa Martins Gama. JÚNIOR, José Antônio Alves. **Análise do discurso na literatura: rios turvos de margens indefinidas**. São Carlos: Cláraluz, 2009.

FOUCAULT, Michel . O Sujeito e o Poder. In: RABINOW, P; DREYFUS, H. **Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

\_\_\_\_\_. A Linguagem ao infinito. In: MOTA, Manoel Barros (org) **Michael Foucault: Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema**. Trad. Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro:

Forense Universitária, 2001 (Ditos e Escritos v. III).

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 2007.

\_\_\_\_\_. **A Arqueologia do Saber**. trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007a.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2008.

GREGOLIN, M. R. Análise do Discurso: lugar de confrontos teóricos. In: FERNANDES, C.A. e SANTOS, J.B.C. (orgs.) **Teorias linguísticas: problemáticas contemporâneas**. Uberlândia: UFU, 2003.

\_\_\_\_\_. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos**. São Carlos: Editora Cláraluz, 3. ed., 2007.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso literário**. São Paulo: Contexto, 2006.



DISCURSO, SOCIEDADE E CULTURA  
I Encontro de PESQUISADORES em ESTUDOS DISCURSIVOS  
ISBN 978-85-7539-765-7

- MUSSALIM, F. Análise do Discurso. In: MUSSALIM, F. e BENTES, A. C. **Introdução à lingüística: domínios e fronteiras** (orgs.) – 5. ed. – São Paulo: Cortez, 2006.
- PÊCHEUX , M.. Análise automática do discurso. In: GADET, F e HAK, T. (orgs). **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, Editora da UNICAMP, 1997.
- \_\_\_\_\_. A análise do discurso: três épocas. In: GADET, F e HAK, T. (orgs). **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, Editora da UNICAMP, 1997a.
- PÊCHEUX, M e FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F. e HAK, T. (orgs). **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, Editora da UNICAMP, 1997b.
- POMPÉIA, R. **O Ateneu:** Crônicas de Saudades. São Paulo, Abril Cultural, 1981.
- ROSA, Ismael Ferreira. Autoria e escrita: o efeito-sujeito nas memórias de Rosa Ambrósio. In:
- Análise do discurso na literatura:** rios turvos de margens indefinidas. São Carlos: Clara luz, 2009.
- SANTOS, B. S. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. In: **Pela mão de Alice.** O social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2000.
- TODOROV, Tzvetan. A noção de Literatura. In: \_\_\_\_\_. **Os gêneros do discurso.** Trad. Elisa Angotti Rossovitch. São Paulo: Martins Fontes, 1980 p. 11-23.



## O DISCURSO SOBRE A LÍNGUA EM “PROVAS DE LÍNGUA PORTUGUESA” DO ENEM

Anderson Lins Rodrigues  
Washington Silva de Farias

### 1 INTRODUÇÃO

Em 1998 o Brasil está inserido em um contexto de mudanças sócio-políticas desencadeadas pela intensa urbanização, expansão do sistema educacional e pelo desenvolvimento tecnológico, resultados da Revolução Industrial. Tudo isso converge para a necessidade de atribuir um peso significativo à educação enquanto instrumento qualificador da mão de obra necessária ao novo mercado de trabalho. Nesse cenário, surge o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como meio pensado para reestruturar o ensino médio e nortear discussões para novas políticas educacionais do Brasil.

Ao longo dos anos, o Enem se expande, cresce e adquire espessura política em face das relações entre sociedade e trabalho. Atualmente, além de certificar e avaliar esse nível de ensino, o exame também é um importante instrumento de ingresso em muitas universidades – aproximadamente 600. Este número, a cada ano, se amplia, pois muitos brasileiros recorrem ao exame, objetivando o ingresso no nível superior.

Em 2009, o Ministério da Educação (MEC), através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), instituto responsável pelo exame, lançou uma nova Matriz de Referência para o Enem. Neste documento, há cinco eixos cognitivos<sup>1</sup> que são comuns às quatro áreas do conhecimento das provas do exame: Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Essa última área se caracteriza pela abordagem das muitas formas de manifestação da linguagem<sup>2</sup>, bem como por veicular questões sobre língua portuguesa.

---

<sup>1</sup> I. Dominar linguagens (DL); II. Compreender fenômenos (CF); III. Enfrentar situações-problema (SP); IV. Construir argumentação (CA); V. Elaborar propostas (EP). (BRASIL, 2009, p. 01).

<sup>2</sup> A área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias aborda questões que versam sobre linguagem corporal, visual, verbal, literária, teatral, plástica, além dos códigos linguístico, icônico, social, entre outros. Por isso dissemos que se trata de uma grande área que contempla diversas possibilidades de abordagens.



Para cada uma das grandes áreas, em sua complexidade e abrangência, há 30 habilidades que norteiam a abordagem das questões.

A Matriz de Referência para o Enem e também os documentos oficiais que regem o ensino médio (PCN, 2002; OCEM, 2006; entre outros) recomendam a abordagem linguística a partir de uma perspectiva heterogênea, o que nos leva a supor que as representações sobre a língua, neste exame, devem tomar a heterogeneidade como pressuposto.

No entanto, considerando que são muitas as representações sociais que circulam sobre a língua, ora entendendo-a como um código abstrato e desvinculado das práticas sociais, ora relacionando-a a usos e práticas sociais diversas, levantamos a hipótese de que o discurso acerca da língua nas questões de língua portuguesa do Enem se constitui de forma tensa, a partir do entrecruzamento dessas representações.

Ao considerar a abrangência de um exame de avaliação nacional, que mobiliza aproximadamente 6 milhões de participantes, nos propomos a compreender *as representações<sup>3</sup> de língua textualizadas em “provas<sup>4</sup> de língua portuguesa” do Enem*.

Tomamos como unidades de análise questões de língua portuguesa das edições 2006, 2009<sup>5</sup> do Enem. Nossa opção por essas edições do exame deve-se ao fato de que apresentam um significativo número de abordagens que problematizam a relação entre língua e heterogeneidade linguística.

## 2. UMA REFLEXÃO TEÓRICA SOBRE A PRODUÇÃO DOS SENTIDOS À LUZ DA ANÁLISE DE DISCURSO (AD)

Nas páginas seguintes, temos a intenção de discorrer sobre os dispositivos teóricos que orientarão esta análise. Para tanto, lançamos algumas considerações sobre a

---

<sup>3</sup> O termo “representações” neste trabalho é entendido como *efeitos de sentido* e, portanto, remete a contradições.

<sup>4</sup> A prova da área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias abrange muitas possibilidades de reflexões sobre a linguagem. Tais reflexões podem ser propostas considerando as diversas manifestações humanas mediadas por códigos e linguagens. Nesta pesquisa, quando mencionamos “provas de língua portuguesa” do Enem, estamos nos referindo ao conjunto de questões que tratam, especificamente, de abordagens sobre língua e diversidade/variação linguística nas edições 2006 e 2009 do exame.



perspectiva discursiva de análise da língua, por serem os dispositivos teóricos e metodológicos dessa vertente que subsidiarão as discussões instauradas neste trabalho.

A AD se constituiu em meados da década de 1960, tendo como objeto o discurso – objeto atravessado pela língua e pela ideologia. Essa noção de discurso nos propõe que o interpretemos enquanto espaços de regularidades associados a condições de produção. Isso nos leva a crer que a relação entre enunciadores e entre enunciados não são dimensões posteriores a uma estrutura linguística constituída já, “mas algo que condiciona radicalmente a organização da língua” (MAINGUENEAU, 1993, p. 21).

A AD, nesse sentido, propõe que o discurso é efeito de sentido entre locutores – sujeitos sócio-histórico-ideologicamente constituídos. Para ele (o discurso) convergem o social e o histórico, com suas normas e coerções inscritas, necessariamente, em formações discursivas. Por isso, o discurso é marcado ideologicamente, submetido à história e acontece em e a partir de condições determinadas (ORLANDI, 2005).

Portanto, não há discurso sem sujeito, nem sujeito sem ideologia. É dessa relação primeira que surgem os discursos, advindos dos “sujeitos-posições-história”.

É no discurso e através dele que podemos perceber a relação de atravessamento entre língua e ideologia e também perceber as relações de sentido entre discursos, pois há sempre o lugar do Outro no discurso, ou seja, todo discurso remete a outro ou a vários outros possíveis, a depender das condições de produção.

No entorno do discurso, orbitam questões que inquietam a AD e, por isso mesmo, constituem o campo de atuação dessa disciplina. A “constituição” do indivíduo em sujeito e, nesse processo, a importância de sua exposição à historicidade, às ideologias constitutivas do interdiscurso, são, sem dúvida, questões merecedoras de algumas reflexões, uma vez que nossa pesquisa é perpassada por tais noções.

Para avançarmos na discussão sobre a linguagem, é pertinente dizer que a AD contempla a língua e a produção de sentidos a partir de alguns conceitos que merecem nossa atenção, tais como: Interdiscurso, Formação Discursiva, Interpretação, entre outros. Conceitos que discutiremos nas páginas seguintes por serem necessários à consecução dos objetivos desta pesquisa.



### Interdiscurso e Formação Discursiva (FD)

Ao iniciar nossas reflexões sobre esses dispositivos teóricos da AD (Interdiscurso e FD), é válido dar relevo ao fato de que os abordaremos a partir da relação existente entre eles, pois são tão próximos que separá-los poderia levar a confusões terminológicas.

Nesse sentido, a fim de tratarmos de algumas noções sobre tais dispositivos, partimos das idéias de Grigoletto (2002, p.33), quando pondera que “é o interdiscurso que aparece no cerne do processo de constituição dos sentidos, enquanto, pode-se dizer, as formas de agrupamento dos sentidos seriam as formações discursivas”.

Com base nessas reflexões, propomos que o interdiscurso pode ser entendido como um conjunto disperso de enunciados a que o sujeito é exposto e, assim, constitui a memória do dizer, ou seja, o a-dizer, com “seus sentidos” e com ideologias que estão nesse fio transversal que nos constitui enquanto sujeito/posição-sujeito.

Essa reflexão nos conduz a outras: o sentido, a ideologia não parte de nós, pois não somos origem, mas efeito. É essa força material que nos constitui em sujeitos da ideologia. Ideologias nos perpassam, nos tornam clivados, cindidos. Elas estão nestes enunciados que, em seu conjunto, constituem o interdiscurso.

É sempre pertinente enfatizar, ao pensar em interdiscurso, que tomamos esse conceito como eminentemente plural, pois são inúmeros os enunciados que, de alguma forma, captamos e, por ele, somos captados. Eles (enunciados) estão no interdiscurso, ganhando corpo, sentido e estabelecendo relações de aproximação e de distanciamento, fazendo, através desse movimento, surgir as formações discursivas – regionalizações dos enunciados, dos sentidos. Entender esses conceitos com base nas características da heterogeneidade e alteridade se faz necessário quando pensamos que interdiscurso e FD são, em seu conjunto, o resultado - indefinido e aberto - de uma diversidade de enunciados, sentidos e ideologias. Os discursos, pois, não surgem a esmo, nem de lugar nenhum, mas justamente do dinâmico e conflituoso interior dessas FDs e do seu conjunto, sempre margeadas e irrompidas do/pelo interdiscurso. É essa dimensão vertical, a do interdiscurso, que gerencia a repetição, ao passo que instaura o esquecimento, o apagamento. Assim, o



interdiscurso de uma FD pode ser considerado como o que regula o deslocamento das fronteiras da(s) FDs (ORLANDI, *op. cit.*).

Dessa forma, o já-dito (as formulações anteriores) constitui, numa relação dinâmica, instável e de aparentes contradições, os “novos/outros” discursos. É nessa relação “paradoxal” com o exterior – outras formações -, que a “FD traz a alteridade para dentro do mesmo, fazendo com que se desestabilize a garantia de homogeneidade sociohistórica de um corpus” (GRIGOLETTO, *op.cit.*, p. 31).

É, pois, com esse olhar – eminentemente heterogêneo - que direcionaremos nossa investigação sobre o(s) discurso(s) acerca da língua textualizado(s) em “provas língua portuguesa” do Enem. Claro é que, se a heterogeneidade está no centro constitutivo da(s) FDs, onde são “produzidos” os discursos, esses (inclusive os discursos sobre a língua no Enem) não podem deixar de constituir um arranjo de elementos heterogêneos.

Diante desse quadro é que propomos pensar a FD como uma fronteira que se reserva a aberturas, a “furos” e espaços não preenchidos e, cremos, nunca preenchíveis, haja vista que, à medida que o sujeito se expõe a uma ideologia, um duelo se instaura entre o já armazenado/arquivado e o “novo”, o outro que invade, que provoca e desestabiliza aquilo pretensamente assentado.

É dessa forma que a AD concebe a interpretação com base em filiações de sentido. Na medida em que nos inscrevemos em uma ou em outra FD, enunciamos e “fazemos” sentido.

Recorrendo a Foucault, Grigoletto (2002) propõe interessante conceituação para FD:

[A] análise [de uma formação discursiva] [...] estudaria formas de repartição [...], descreveria sistema de dispersão. No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistemas de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade, diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva*.

(FOUCAULT *apud* GRIGOLETTO, *op. cit.*, p. 30)

É desse terreno discursivo – conflituoso, instável e fragmentado - que surgem os discursos: ele permite o dizível a partir das diversas enunciações que firmam em seu



conjunto o domínio da memória (do saber discursivo); esse domínio constitui a exterioridade discursiva para o sujeito do discurso.

O deslocamento das FDs, em seu interior e em seu conjunto, é o que permite a constituição do discurso. O movimento, ora de aproximação, ora de afastamento, é aspecto constitutivo da noção de FD. Porém, em cada *gesto de interpretação*, mesmo momentaneamente, as FDs se estabelecem e determinam de “modo próprio” as relações de sentido. É neste momento que atribuímos a identidade dos sentidos e dos sujeitos.

No que se refere a “sujeitos”, “sentidos” e também “interpretação”, nas próximas páginas, discutiremos algumas conceituações pertinentes a essas questões. Acreditamos que tais reflexões são necessárias para avançarmos na compreensão de alguns dispositivos da AD que irão embasar nossa pesquisa.

### Sujeito, Sentido e Interpretação

Novamente, é do campo do heterogêneo que partimos para discutir noções acerca de sentido, interpretação e sujeito. A recepção da ideia de heterogeneidade pela enunciação permitiu a ampliação do conceito de sujeito, deslocando-o da posição de seu estatuto subjetivista, isto é, consciente, intencional e dono de seu discurso, para sujeito-efeito da ideologia, dialogicamente construído pela diferença. Em outras palavras, um sujeito sobre o qual a alteridade exerce decisiva influência, deixando sempre reservado, nele, o lugar do Outro que o constitui.

É pelo Outro que eu sei quem sou, tanto pela diferença como pelos traços que nos aproximam. É no terreno da diferença, do “igual/não-igual”, que o indivíduo se constitui em sujeito interpelado por ideologia(s). E é nesse embate que o sujeito tem a ilusão de ser a origem do que enuncia, acreditando que o dizer lhe pertence, é seu. O discurso, vindo das regionalizações dos sentidos (FDs), margeadas pelo interdiscurso, sempre estiveram aí, sempre foram, a “independente” do sujeito.

Portanto, o modo pelo qual o indivíduo é constituído em sujeito não lhe é acessível, porque o sujeito que se define como “posição” é um sujeito que se produz a partir de/em distintos e diversos discursos, numa relação regrada com o interdiscurso, definindo-se em função de uma FD pela/na relação com as demais (ORLANDI, *op. cit.*) É



nesse terreno onde o sujeito circula e promove deslocamentos, alterações no arcabouço do a-dizer, do formulável.

Pelo exposto, é perceptível que o sujeito, do ponto de vista da AD, é caracterizado pela dispersão, por ser eminentemente cíndido, clivado, por ser constituído na relação com o interdiscurso. Caracteriza-lhe, ainda, o efeito da ilusão advindo do *esquecimento constitutivo*, pois é

(in)consciente, não tem acesso ao que está posto no inconsciente, para onde vão e se (re)formulam, por meio de duelos, embates e aproximações, as ideologias, os dizeres múltiplos a que foi exposto e, assim, o constituíram como tal – sujeito-posição, sociohistoricamente constituído.

O desejo de unidade e a dispersão real são assim problematizados por Grigoletto (*op. cit.*), quando afirma que a recepção do conceito de heterogeneidade possibilitou

[...] o deslocamento da noção de sujeito para concebê-lo como sujeito atravessado pela alteridade que o constitui, ao mesmo tempo em que o mantém na ilusão de um (do ego-eu como enunciador que estrutura solitária e conscientemente o seu dizer). (GRIGOLETTO, *op. cit.*, p. 28)

Isso posto, ao iniciar nossas reflexões sobre o(s) sentido(s), percebemos ser necessário, inicialmente, interrogar a “transparência”, enquanto qualificativo desse conceito. Em se tratando de AD, a interpretação se dá em função da historicidade, sendo, portanto, a interpretação o fator mais característico da historicidade.

Pela ótica da AD, a historicidade é entendida diferentemente de sua imagem conotadora de cronologia ou evolução, mas como produção, filiação e distribuição de sentidos. Assim, os sentidos são constituídos no interior de FDs e no duelo entre elas.

Na medida em que o homem se constitui em sujeito, através da linguagem, que se inscreve na história para significar, estreita os laços com o sentido. “Sujeito e sentido constituindo-se ao mesmo tempo têm sua corporalidade articulada no encontro da materialidade da língua com a materialidade da história” (ORLANDI, *op. cit.*, p. 09).

É esta relação, pois, que constitui a historicidade do sujeito e dos sentidos. Os sentidos, assim entendidos, não estão postos, dados, mas são “efeitos de



sentido”, imagens possíveis que estão atreladas ao contexto “instável” e heterogêneo já citado; podem ser outros, diferentes e deslocáveis.

No dizer de Orlandi (1998, p. 18), o sentido jamais está só, pois não se produz a uma só vez e em apenas um lugar: “O sentido se faz sentido. Em suas relações. Não há gênese punctual de sentido. Ela é múltipla: do mesmo solo discursivo se originam muitos discursos”. Pelo exposto, assumimos que o discurso sobre a língua em provas de língua portuguesa do Enem faz parte de um contínuo discursivo, uma vez que pode ser entendido como “estado de um processo discursivo não isolável”, em si, mas relacionado com estados outros. A heterogeneidade inscrita na natureza desse objeto nos leva a ponderar que é um discurso atravessado por diversas imagens sobre a língua.

Essas imagens são provenientes de diferentes FDs, por vezes em relação de oposição, como também são advindas até mesmo de elementos contraditórios no interior de uma “mesma” FD.

Portanto, é preciso contemplar a possibilidade de que “o processo de resistência é justamente isso: estabelecer um outro lugar de discurso onde se possa (re)significar o que ficou ‘fora’ do discurso” (ORLANDI, *op. cit.*, p. 17).

Ao conhecer tais princípios de funcionamento e suas condições de realização, entenderemos as movências e os equívocos do “poder-dizer”. Adentrar nos meandros e entremeios do discurso sobre a língua das referidas “provas de português” do Enem é, pois, tentar captar os movimentos de entrega e resistência de um discurso atravessado por outros e ditos por sujeitos igualmente clivados e heterogêneos.

A esse respeito, consideramos a possibilidade de que o discurso sobre a língua no *corpus* desta pesquisa seja o resultado de ideologias que representam a língua a partir de pontos de vista diferentes. Ora estabelecendo filiações de sentido a uma perspectiva, ora resistindo e, ainda, silenciando para outras representações linguísticas.

E não poderia ser outro “lugar”, senão no discurso, onde captamos todo o embate ideológico que o alicerça. É no discurso que se relacionam língua/sujeito/ideologia. Interessante constatar, pelo exposto, que não se pode ensinar gestos de interpretação, pois não se muda a “(in)consciência” - resultado das experiências vividas pelos sujeitos -, contudo, os processos de identificação (identitários) podem ser alargados pela exposição dos sujeitos à historicidade.



Esse deslocamento pode ser feito, mas sempre estaremos situados no campo da ideologia – dela ninguém escapa, não podemos enunciar senão partindo de posições ideológicas. A determinação ideológica, então, é inerente ao sujeito. Em termos comparativos, poderíamos dizer que ela está para o sujeito assim como a variação está para a língua. E a heterogeneidade e pluralidade estão para ambos.

Enfim, neste trabalho, pretendemos, na medida em que tentamos entrar no discurso de “provas de português” do Enem, chegar à(s) filiação(ões) político-linguística(s) que as sustentam.

Nas páginas seguintes, focaremos nossa abordagem nas imagens sobre a língua, tomando por base os discursos acadêmico-científico (o da Linguística) em sua relação com o purista-tradicional.

### **3. COMO DIZER A LÍNGUA: EMBATES DISCURSIVOS ENTRE A UNIDADE E A DIFERENÇA**

Considerações como “Não sei nada de Língua Portuguesa”, “Não sei falar, nem escrever português” são, por muitas vezes, ouvidas por pessoas que se apresentam como professores dessa disciplina ou até mesmo por estudantes de Letras. Não são raras as situações em que, por assim nos apresentarmos, causamos certo “desconforto” em nosso interlocutor, que logo trata de se colocar em um lugar de falante desconhecedor da sua própria língua e, assim, enfatiza de que lugar social enuncia: como sujeito que desconhece e, por isso, fala “errado” a língua materna.

Possivelmente, o desconforto causado deve-se ao fato de haver cristalizada, no imaginário popular, a ideia de que, na condição de estudiosos da linguagem, sempre estamos à procura de incorreções, de erros, a fim de apontá-los e corrigi-los, independentemente da situação contextual em que transcorre o evento enunciativo.

Não podemos deixar de considerar que subjaz àqueles comentários uma idealização, predominante nas sociedades de escrita, de que existe uma forma certa de se comunicar, que recebe diversos nomes, a saber: “norma culta” ou “língua formal” ou ainda “língua padrão”. Reconhecê-la e saber usá-la são requisitos para a participação ativa na sociedade.



Do contrário, não tendo domínio dessa modalidade “correta”, surge a sensação de ignorância. Tal concepção decorre do ideal purista de que a língua seria o resultado de um grupo de regras que, por sua vez, ordena um conjunto de símbolos.

A ideologia que perpetua, por séculos, a ideia de língua pura e homogênea tem como esteio o fenômeno do purismo linguístico, que advoga que há um modelo de língua correto e que deve ser seguido e copiado por todos. Esse molde, para Bortoni (2005), representa a necessidade de normatização da língua a partir de regras rígidas e invioláveis, uma vez que visam ao refreamento de usos outros que não condizem com o modelo eleito.

Nesse contexto, a gramática normativa surge como codificação ou doutrinação que visa à inviolabilidade da língua, competindo-lhe o papel de policiamento linguístico. No entanto, ao lançar o olhar corretivo sobre as “deformações” linguísticas, essa mesma gramática limitase a pontuar o que é “certo” e o que é “errado”, sem preocupação em explicar as razões que levam a determinado uso ser assim julgado, importando, portanto, a regra em detrimento da justificativa.

Baseados em Bríto (2003, p.62), entendemos que a ideologia que sustenta o disciplinamento da linguagem resulta dos interesses das classes socialmente prestigiadas. Através da língua, por ser “um dos lugares em que a ideologia é mais mascarada, é despercebida e, portanto, é violentamente realizada”, essas classes manifestam claro desejo de impor um pensamento hegemônico e uma representação da realidade que se coadune com os seus interesses.

A lógica do discurso purista, ao mesmo tempo em que carrega uma ideia de segregação social, trata de inviabilizar qualquer situação que represente ameaça ao rompimento da ordem social por ela idealizada. Dessa lógica advém sentidos divergentes, que podem discursivizar a língua(gem) idealizada/estática e/ou a praticada/mutável.

Eis o nascedouro do purismo linguístico, fenômeno tão persistente e que exerce tamanho poder sobre o imaginário social que, mesmo transcorridos séculos, ainda está vivo, atuante e forte.

Na tentativa de explicar as consequências desse fenômeno, Patriota (2009), propõe que o purismo linguístico não passa de

[...] uma tentativa, que atravessa séculos, de “prender” a língua em uma camisa-deforça, desvinculando-a de seus usos reais, de sua



história, do percurso naturalmente seguido por ela que permite, e até provoca, variações, mudanças que, de forma alguma, representam “desrespeito” pela língua, mas sim seu percurso inerente: variar, mudar. (PATRIOTA, *op.cit.*, p. 28)

Abordar esse fenômeno se mostra necessário quando se pretende compreender o discurso sobre a língua em “provas de língua portuguesa” do Enem, uma vez que tal discurso pode ser também constituído pelas ideias tradicionais e puristas.

Faraco (2008), contudo, nos diz que não há um padrão absoluto de correção, uma única gramática concebível, mas, ao contrário, há que se considerar o fenômeno da variação linguística enquanto aspecto constitutivo da língua e, por isso, inerente a ela.

Assim sendo, não se impõe uma língua nem se tolhe a liberdade do falante, pois ele “dispõe da língua para realizar concretamente sua liberdade linguística, realizando-se assim ele mesmo como sujeito criador” (COSERIU, 2010, p. 59-60), até mesmo pelo fato de falar essa língua, é ele que a reinventa continuamente e, por isso, colabora na constituição de sua comunidade linguística.

Fica perceptível, a partir de então, o confronto existente entre os discursos apresentados sobre a língua. Um representa a língua em seu aspecto heterogêneo, entendendo a variação como um fato a ser compreendido. Outro concebe a uniformidade, imutabilidade e homogeneização como aspectos caracterizadores da língua. Neste, a variação é um desvio, devendo ser combatido, portanto.

Nesse sentido, a ideias distintas de língua correspondem diferentes concepções de falante. Se entendermos a realidade linguística como eminentemente heterogênea, também reconheceremos essa característica no usuário da língua. Como já dissemos, devemos atentar para o fato de que o processo de constituição do sujeito acontece concomitante ao processo de constituição da “sua” linguagem, afinal,

[...] não aprendeu antes a linguagem para depois interagir: constituiu-se como sujeito que é ao mesmo tempo que [só] construiu para si a linguagem que não é só sua, mas de seu grupo social... em diversos processos interlocutivos é que a aprendizagem se deu, e antes deles não havia uma linguagem pronta a que tivesse que, não produtivamente, aceder. Ao contrário, nas interações de que fez parte, seu trabalho foi também constitutivo desta linguagem: negociou sentidos, incorporou a seus conhecimentos



prévios novos sentidos, constituiu-se como interlocutor, escolhendo estratégias de interação. (GERALDI, 1996, p. 39-40)

Como conclusões, percebemos que, na atualidade, co-existem muitos discursos sobre a língua, dentre eles: o discurso purista, que se fundamenta na representação da língua como um código unitário e homogêneo; há também o discurso da heterogeneidade, que diz ser a língua um fenômeno diverso e passível de várias realizações.

A relação entre esses discursos é conflituosa e exerce significativa influência no imaginário social, que representa a língua com base em tais discursos. Às vezes, se alinhando a uma e/ou a outra perspectiva.

#### **4. REPRESENTAÇÕES DE LÍNGUA E “CONTRADIÇÕES” NO DISCURSO DA VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA EM “PROVAS DE LÍNGUA PORTUGUESA” DO ENEM**

Antes de demonstrarmos nossa análise, vale ressaltar que consideramos a definição que Ilari e Basso (2007) atribuem ao fenômeno da variação linguística. Para os autores, esse fenômeno pode ser classificado, tomando por base algumas categorias:

A *Variação “Diafásica”* é perceptível nos registros lingüísticos que manifestam formalidade e informalidade. Quanto à *Variação “Diatópica”*, os autores explicam que podem ser identificadas a partir das diferenças que uma “mesma” língua apresenta na dimensão do espaço, ou seja, através do lugar.

Essa última variação é muito próxima da *Variação “Diastática”*, uma vez que é entendida pela comparação dos diferentes estratos de uma população, isto é, considerando o contexto social do sujeito falante.

Em busca de possíveis representações sobre a língua, com base nas descrições acima, trazemos à baila a questão122 – Enem 2009, onde percebemos uma filiação de sentido que concebe a norma padrão (NP) como variante possibilitadora da identificação entre etnias diversas. Nessa questão, perceberemos que a NP é entendida como capaz de homogeneizar as diferenças e aproximar os desiguais.

O “texto-pretexto”, nesse caso, é um diálogo entre dois grupos supostamente “distintos” – índios e não índios. À NP, entendida enquanto variante “unificadora”, cabe, pois, possibilitar o diálogo, a compreensão linguística entre etnias diferentes.



DISCURSO, SOCIEDADE E CULTURA  
I Encontro de PESQUISADORES em ESTUDOS DISCURSIVOS  
ISBN 978-85-7539-765-7

**Texto para as questões 121 e 122**

Quando eu falo com vocês, procuro usar o código de vocês. A figura do índio no Brasil de hoje não pode ser aquela de 500 anos atrás, do passado, que representa aquele primeiro contato. Da mesma forma que o Brasil de hoje não é o Brasil de ontem, tem 160 milhões de pessoas com diferentes sobrenomes. Vieram para cá asiáticos, europeus, africanos, e todo mundo quer ser brasileiro. A importante pergunta que nós fazemos é: qual é o pedaço de índio que vocês têm? O seu cabelo? São seus olhos? Ou é o nome da sua rua? O nome da sua praça? Enfim, vocês devem ter um pedaço de índio dentro de vocês. Para nós, o importante é que vocês olhem para a gente como seres humanos, como pessoas que nem precisam de paternalismos, nem precisam ser tratadas com privilégios. Nós não queremos tomar o Brasil de vocês, nós queremos compartilhar esse Brasil com vocês.

TERENA, M. Debate. *MORIN, E. Saberes globais e saberes locais*.

Rio de Janeiro: Garamond, 2000 (Adaptado).

**Questão 122**

Na situação de comunicação da qual o texto foi retirado, a norma padrão da língua portuguesa é empregada com a finalidade de

- demonstrar a clareza e a complexidade da nossa língua materna.
- situar os dois lados da interlocução em posições simétricas.
- comprovar a importância da correção gramatical nos diálogos cotidianos.
- mostrar como as línguas indígenas foram incorporadas à língua portuguesa.
- ressaltar a importância do código linguístico que adotamos como língua nacional.

**Questão 122 - Enem 2009 (caderno azul)**

Percebemos que o “texto-pretexto” dessa questão é extraído de um livro que textualizou um diálogo entre dois grupos sociais diferentes: índios estabelecem contato com não índios. Nesse diálogo, está a tentativa de discutir as ideias e os traços que os aproximam enquanto “filhos” do Brasil.

O enunciado solicita que se encontre a “finalidade” para o emprego da NP. Quando textualiza que existe uma finalidade para o uso de uma norma, a questão sinaliza para uma perspectiva funcional da variante, ou seja, que essa norma pode ser usada com vistas a um objetivo ou uma finalidade, o que demonstra haver efeitos de sentido em torno da relação entre normas e usos. O discurso da variação é, portanto, materializado.

No entanto, há também a presença da ideologia normativo-purista, quando entendemos que a interlocução acontece entre índios e não índios. A interpretação pode ser: duas etnias são postas em situação de interlocução e apenas a NP permite esse diálogo. A ideologia da homogeneização, da formalidade linguística, através da NP, é abordada como meio possibilitador de interação e compreensão entre grupos distintos.



Como resposta correta, temos a alternativa “B”, o que corrobora nossa interpretação de que só através da uniformização possibilitada pela NP é possível “situar os dois lados da interlocução em posições simétricas”.

A ideologia subjacente à alternativa correta é a de que a NP é a variante que une e aproxima os desiguais, que são postos, através dessa norma, em posições simétricas, sem hierarquias.

A língua, nesse caso, é vista como um código uno e abstrato, capaz de favorecer a compreensão. Seu uso é justificado por essa necessidade de estabelecer comunicação.

Implícita a essa questão, está a necessidade de conhecer essa variante para tomar um “lugar social”, poder fazer uso da palavra, posicionar-se e interagir. Dialogar por meio de outra norma seria, do ponto de vista dessa ideologia, incorrer em erros e inviabilizar o diálogo. Portanto, há um modo certo de organizar o raciocínio, de se comunicar. Esse modelo é representado pela NP.

Avançando em busca das representações de língua, recortamos a questão 8 – Enem 2006 que pode ser remetida à *Variação Diatópica e Diastrática*.

Nessa questão vemos se presentificar um estereótipo de que habitantes da zona rural só podem falar “aquele dialeto caipira”, já que vivem, supostamente, num local isolado, sem possibilidades de interação com outras formas de enunciar.

Constatamos também que a variação regional está associada a falantes nordestinos e à informalidade (coloquialismo) em oposição à NP. A fim de demonstrar essas ponderações, propomos a observação da questão 8 - Enem 2006.



DISCURSO, SOCIEDADE E CULTURA  
I Encontro de PESQUISADORES em ESTUDOS DISCURSIVOS  
ISBN 978-85-7539-765-7

**Questão 8**

No romance *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, o vaqueiro Fabiano encontra-se com o patrão para receber o salário. Eis parte da cena:

“Não se conformou: devia haver engano. (...) Com certeza havia um erro no papel do branco. Não se descobriu o erro, e Fabiano perdeu os estribos.

Passar a vida inteira assim no toco, entregando o que era dele de mão beijada! Estava direito aquilo? Trabalhar como nego e nunca arranjar carta de alforria?”

O patrão zangou-se, repeliu a insoléncia, achou bom que o vaqueiro fosse procurar serviço noutra fazenda.

“Ai Fabiano baixou a pancada e amunhecou. Bem, bem. Não era preciso barulho não.

Graciliano Ramos, *Vidas Secas*. 91.ª ed.  
Rio de Janeiro: Record, 2003.

No fragmento transcrito, o padrão formal da linguagem convive com marcas de regionalismo e de coloquialismo no vocabulário. Pertence à variedade do padrão formal da linguagem o seguinte trecho:

Ⓐ “Não se conformou: devia haver engano” (l.1).  
Ⓑ “e Fabiano perdeu os estribos” (l.3).  
Ⓒ “Passar a vida inteira assim no toco” (l.4).  
Ⓓ “entregando o que era dele de mão beijada!” (l.4-5).  
Ⓔ “Ai Fabiano baixou a pancada e amunhecou” (l.11).

**Questão 8 - Enem 2006 (prova amarela)**

A questão toma como “texto-pretexto” um trecho do livro “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, que evidencia um diálogo, mediado pelo narrador, entre dois sujeitos: patrão e empregado.

Novamente, observamos que o “texto-pretexto” e o enunciado representam a língua como fenômeno heterogêneo, mas a questão reduz essa problematização quando põe em lados opostos a fala do vaqueiro e a do patrão e, ainda, relaciona essa última à NP.

Nesta questão, vemos materializada, em discurso indireto livre, a fala de personagens que assumem a posição-sujeito de “patrão” e a posição-sujeito de “vaqueiro” - Fabiano. Enquanto a fala daquele, mesmo sendo da mesma região do vaqueiro, distancia-se da linguagem regional, a maneira de se expressar de Fabiano, por ser “vaqueiro”, contém expressões que caracterizam os falares rurais, como “baixou a pancada”, “amunhecou”, entre outras.

Cabe destacar que a dinâmica social, a influência dos meios de comunicação e a possibilidade de haver influências diversas entre os sujeitos não são consideradas. A língua, assim, é tomada como uma forma abstrata, imutável. Em outros termos, a partir de certos falares ou algumas expressões seria, facilmente, identificado/nomeado o grupo social que enuncia de uma maneira e não de outra.



A orientação discursiva manifesta foi a de que, mesmo os dois sujeitos falantes estando situados em uma mesma localidade, mas ocupando posições sociais distintas, as expressões de cada um são diferenciadas, possivelmente pelo fato de um ser patrão/dono da fazenda, enquanto o outro é vaqueiro/empregado.

Essa observação nos leva a afirmar que a questão não se limita a enfatizar os falares regionais, mas a própria variação social, uma vez que os personagens são postos em campos linguísticos e sociais distintos, ainda que pertencentes a uma mesma localidade. A interpretação que fazemos é que, no trecho do romance, a diferença social é referendada pela diferença linguística. É, pois, um caso de estratificação social por meio da linguagem.

Dito isso, observamos também que fica ainda mais evidenciada a filiação de sentido que toma como sinônimos a NP e o registro formal em oposição a outras possibilidades de manifestação linguística – regionalismo e coloquialismo. É o que percebemos no enunciado, que pede o reconhecimento da “variedade padrão formal”.

## 5. CONCLUSÃO

As análises demonstradas nos permitem dizer que as representações de língua manifestas no *corpus* desta pesquisa não concebem as nuances que constituem a heterogeneidade linguística. O discurso sobre a língua é, pois, tenso, conflituoso, na medida em que é atravessado por outros discursos que também dizem a língua sob a ótica da uniformidade e abstração. Pelo fato de co-existentem muitos discursos sobre a língua, o discurso do *corpus* analisado é permeado, clivado por outros dizeres. Como aspectos caracterizadores do discurso textualizado nas “provas de língua portuguesa” do Enem estão dicotomizações, resistências, silenciamentos, mas também aproximações e entrecruzamentos. Nesse sentido, existem posições em jogo em torno da conceituação da língua, ora alinhando-se a sentidos mais reais/flexíveis/heterogêneos, ora a sentidos mais ideais/inflexíveis/homogêneos.

Essas conclusões nos trazem reflexões sobre a heterogeneidade constitutiva do discurso, tendo em vista sua filiação ao interdiscurso e suas diferentes regionalizações de sentidos (as FDs). As representações da língua no discurso do Enem analisado, portanto, advêm de diferentes filiações de sentido, concebendo a existência da variação linguística, mas atrelando essa ideia a perspectivas estanques, homogêneas e ideais.



Percebemos que as questões solicitam o reconhecimento dos fenômenos, mas não encaram a variação como um contínuo. O que veiculam é, no geral, uma concepção estanque da relação da variação com o contexto. Assim, o discurso sobre a língua textualizado em “provas de língua portuguesa” do Enem, ainda que parecendo e/ou pretendendo encerrar imagens de uma língua heterogênea, não consegue discutir a complexidade que alicerça a variação linguística.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. **ENEM:** documento básico. Brasília: MEC/INEP, 1998.
- \_\_\_\_\_. **ENEM:** fundamentação teórico-metodológico. Brasília: MEC/INEP, 2005.
- \_\_\_\_\_. SEMTEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** ensino médio. Brasília: MEC/SEMTEC, 2002 a.
- \_\_\_\_\_. **Matriz de Referência para o Enem 2009:** linguagem, códigos e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, 2009.
- BORTONI, S. M. **Nós cheguemu na escola, e agora?** Sociolinguística e educação. São Paulo: Parábola, 2005.
- BRITTO, Luiz Percival Leme. **Contra o consenso:** cultura escrita, educação e participação. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.
- COSERIU, Eugênio; LAMAS, O. L. Linguagem e política. In: **Linguagem e Discurso.** Curitiba: Ed. UFPR, 2010.
- FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira:** desatando alguns nós. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- GERALDI, João Wanderley. **Linguagem e ensino:** exercícios de militância e divulgação. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1996.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. O que quer, o que pode esta língua? Teorias lingüísticas, ensino de língua e relevância social. In: FARACO, Carlos Alberto [et al.]. **A relevância Social da Lingüística:** linguagem, teoria e ensino. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- GRIGOLETTO, Marisa. **A resistência das palavras.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.



DISCURSO, SOCIEDADE E CULTURA  
I Encontro de PESQUISADORES em ESTUDOS DISCURSIVOS  
ISBN 978-85-7539-765-7

ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. Português do Brasil: a variação que vemos e a variação que esquecemos de ver. In: **O português da gente:** a língua que estudamos a língua que falamos. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2007.

MAINIGUENEAU, Dominique. A cena enunciativa. In: **Novas tendências em análise do discurso.** 2 ed. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993. ORLANDI, Eni P. a leitura proposta e os leitores possíveis. In: ORLANDI, Eni P (org). **A leitura e os leitores.** Campinas, SP: Pontes, 1998.

\_\_\_\_\_. Eni P. **Discurso e Texto:** formulação e circulação dos sentidos. 2. ed. Campinas, SP:

Pontes, 2005.

PATRIOTA, Luciene Maria. **A gíria comum na interação em sala de aula.** São Paulo: Cortez, 2009.



## O CORPO CONSTRUÍDO NO CORPO DA REVISTA: UMA FABRICAÇÃO DISCURSIVAMENTE NEGOCIADA A UMA BIO-ASCESE

José Gevildo Viana  
Francisco Paulo da Silva

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A temática sobre o sujeito vem ganhando cada vez mais espaço dentro do campo da ciência em nossa atualidade, sendo conduzida de diversas maneiras, conforme as delimitações sugeridas ao objeto a partir dos enfoques e perspectivas dos diversos campos do saber. A necessidade de se problematizar sobre o sujeito no mirante desses campos, encontra convergência mediante o delinear desse novo tempo em que a tecnologia e a mídia têm papel determinante nas relações sociais que constituem os sujeitos.

Deste modo, essa nova ordem social, na qual somos cotidianamente conduzidos pela intervenção da mídia atuando de forma direta sob nossos corpos, discursivizando os nossos modos de ser, de existir, coloca-se em pauta o desafio de olharmos para nós mesmos na tentativa de explicar quem somos e como nos constituímos. A incerteza de quem somos torna-se, portanto, ponto de reflexão entre muitos estudos das ciências sociais especificamente os da linguagem e do sujeito.

Assim, essa questão da subjetivação, também se delineia ao horizonte dos saberes linguísticos contemporâneos, presente em sua agenda, estabelecendo assim diálogos com outros campos, precisamente na articulação entre o discurso, a história e os efeitos de memória, pois, é no tecido da linguagem que encontramos, entre os fios precisos de sua constituição, o fazer histórico do sujeito que, no tear desses fios se significa no retalho da memória fabricando seu cotidiano.

Assim sendo, propomos com esse artigo, que se trata de um recorte feito a partir de um trabalho de investigação em nível de mestrado intitulado: O corpo em revista: mídia, corpo masculino e modos de subjetivação, vinculado ao Programa de Pós – Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/ UERN/CAMEAM, descrever/interpretar a partir das materialidades discursivas presentes na revista Men's Health, os modos de subjetivação do sujeito masculino contemporâneo em sua relação com



o corpo situando-o no jogo das negociações discursivas midiáticas no plano de uma nova bio-ascese.

Para tanto, temos como fundamentação teórica, os pressupostos da Análise do Discurso de origem francesa, em diálogos com os domínios foucaultianos, bem como, em seus desdobramentos a outras áreas do saber. Os corpos que se fazem *corpus* se constituem de enunciados materializados no corpo da revista Men's Health.

### O CORPO NAS TEIAS DO PODER: UMA BIO-ASCESE COM FOCO NA CONSTRUÇÃO DO SUJEITO MASCULINO NA CONTEMPORANEIDADE

A transição da sociedade disciplinar para a sociedade de controle, compreendendo-as como integradas ao novo cenário social deste século, traz com ela relações de saber/poder ativas ao movimento de regulamentação/controle da vida e dos corpos provocando assim modos de subjetivação. Trata-se da era de um biopoder, biossociabilidade, de uma bio-ascese<sup>1</sup>, de um bio-corpo<sup>2</sup>, pois com os avanços tecnológicos emergentes dentro do campo da ciência neste século XXI muitas transformações se sucederam implicando assim em novas formas de se conceber as relações sociais e suas maneiras de entender e se relacionar com o corpo.

As produções de novos saberes no campo da medicina a partir das biotecnologias produziram com ela a idéia de um *bio-corpo*, provocando assim no contingente dessa nova realidade, também novas práticas ascéticas. Ou seja, uma *bio-ascese* contemporânea (cf. ORTEGA 2005).

A ascese como conceituada por Foucault (1994b) se define como o uso que os indivíduos fazem de determinados exercícios, técnicas e procedimentos, sugeridos e até obrigados dentro de um sistema moral no propósito de encontrar nessas práticas uma verdade de si. É nesse exercício prático de si, mediante determinado sistema moral que incide o elemento ascético.

---

<sup>1</sup> O termo bio-ascese é aqui usado conforme Ortega (2005) enquanto prática, atividade, que leva a uma transformação de vida do sujeito, aqui pautada em práticas ascéticas inscritas sob efeito da biossociabilidade emergente na contemporaneidade.

<sup>2</sup> Já o bio-corpo também usado por Ortega (2005) trata-se do novo corpo assumido sob efeito das políticas atuais.



Nesta perspectiva, as práticas ascéticas podem apresentar técnicas e procedimentos semelhantes a cada época, porém suscita objetivos específicos e resultam em modos de subjetivações diferentes, ou seja, embora as práticas ascéticas possam permanecer as mesmas ou em alguns casos se ressignifiquem em determinadas épocas, elas direcionam formas de subjetividade diferentes. Deste modo, ao discutir as formas de ascese contemporânea é preciso, de certa forma, olhar para as novas maneiras nas quais se configuraram as relações sociais que se difundem nessa nova era do século XXI.

Com esse propósito, recuperamos aqui o termo “biossociabilidade” utilizado pelo antropólogo Paul Rabinow<sup>3</sup>, evidenciado por Ortega (2005, p. 153)

A noção de biossociabilidade visa descrever e analisar as formas de sociabilidade surgidas da interação do capital com as biotecnologias e a medicina. [...] é uma forma de sociabilidade apolítica, construída por grupos de interesses privados, [...] segundo critérios de saúde, performances corporais, doenças específicas, longevidade, etc.

Percebemos então um distanciamento significativo entre a biopolítica clássica, na qual o foco do poder se lança sobre a vida em população e as relações da biossociabilidade, que direciona esse olhar de forma invertida, saindo de um mirante público da vida, para um particular. Nessa transição, os modos de subjetivação também sofrem efeitos de novas práticas a serem desenvolvidas no interior da sociedade pós-moderna.

Se as práticas ascéticas acarretam processos de subjetivação e estes estão imbricados no contexto de suas produções, as bio-asceses contemporâneas com foco na constituição dos bio-corpos sofrem os efeitos dessa biossociabilidade e elabora, no construto da subjetivação, práticas de si, com base nos procedimentos e técnicas voltadas para os cuidados com corpo, a partir dos cuidados médicos, da higienização, alimentação etc.

Os efeitos de todo esse encadeamento resulta num modo de subjetivação não somente voltado para um controle, vigilância, regulamentação e governo do corpo por mecanismos, aparelhos disciplinares de uma sociedade, mas, e principalmente, por toda uma atividade de si em si mesmo. Implica assim na construção de um sujeito instigado a

<sup>3</sup> Paul Rabinow é professor de Antropologia na University of Califórnia (Berkeley), bastante influenciado pelas reflexões sobre o pensamento de Michel Foucault.



autocontrolar-se, autovigiar-se, enfim, autogovernar-se. Trata-se de uma subjetividade provocada não só por mecanismos de controle sobre seu corpo, mas também por mecanismos provenientes de e para si mesmo a reflexo do seu corpo.

Encontramos, então, entre as asceses clássicas e as bio-ascese fortes aproximações no que se refere à intensidade desse autocontrole gerenciado pelo sujeito sobre o corpo, pois, de fato ambas almejam esse autocontrole do corpo. Trata-se então de um mesmo princípio que as aproxima, o de disciplinar o corpo.

Embora partam de um mesmo princípio de um disciplinamento do corpo, as práticas ascéticas em discussão tem finalidades diferentes. Enquanto na ascese da Antiguidade Clássica se objetivava o transcender do corpo com foco numa atividade política motivada pela autosuperação ou por questões de divindade, as bio-ascese se desenvolvem como práticas de cunho puramente individual, sendo, portanto, apolítica, sem nenhum interesse coletivo.

Assim, o retorno ao corpo na contemporaneidade, embora seja com fins de disciplinamento, se delineia de forma contrária quanto às práticas ascéticas clássicas, pois esse retorno se caracteriza sob efeitos da biossociabilidade, não numa preocupação articulada entre o eu e os outros de maneira a exercer poder de uma política do bem comum, mas de e com pretensões puramente individualistas com foco no consumo de uma ciência da saúde imponente a uma perfeição corporal, na qual é necessário não correr o risco de não entrar nessa ordem. O indivíduo deve, acima de tudo, buscar esse ideário de corpo perfeito mobilizado pela saúde moderna para fugir do olhar censurante do outro. Esses discursos, então, favorecem a constituição de um indivíduo autônomo, não em sua constituição como de maneira liberta, livre, mas autônomo no controle de si ao poder de seu corpo por intermédio do outro. Diante disso, no dizer de Ortega (2005, p. 156) “O resultado é a constituição de um indivíduo responsável que orienta suas escolhas comportamentais e estilos de vida para a procura da saúde e do corpo perfeito e o afastamento do risco”.

Essa autonomia desenvolvida em torno desse indivíduo, no culto ao corpo nas práticas de bio-ascese, não lhe oferece espaços de liberdade para cultuar a si mesmo como



uma construção verdadeira de si como acontecia na Antiguidade Clássica a buscar *o self*<sup>4</sup> numa luta constante frente aos códigos morais estabelecidos, agindo pela resistência no desejo de se singularizar, se demarcar pela alteridade. Mas, em direção contrária, ela se inscreve no desejo de homogeneização, de adesão total à conduta moral estabelecida à qual o submete ao desejo de uma corporeidade perfeita a ser construída pela saúde.

Não se trata então de uma autonomia com vontade de liberdade, mas, como nos esclarece Ortega (2005, p 171), “é uma vontade ressentida, serva da ciência, da causalidade, da necessidade, que constrange a liberdade de criação e elimina a espontaneidade”, portanto, no interior desses saberes que envolvem os indivíduos numa política de auto-suficiência a partir dessa vontade ressentida, serva da ciência com foco no corpo perfeito, preconizam-se com eles novos olhares, novas percepções, novos modos de compreender nossas existências, nossos valores sociais.

O campo da medicina com seus avanços em nome da saúde, ao elaborar técnicas e procedimentos para os indivíduos para um consumo exacerbado de seus produtos e orientações provoca no viver da sociedade contemporânea uma supervalorização da saúde, tendo-a não somente como uma preocupação básica do viver como na Antiguidade Clássica, mas como um valor absoluto, de um poder soberano capaz de determinar critérios, julgamentos e condutas nas relações sociais. Na contemporaneidade como nos apresenta Ortega (2005, p. 157), “força, rigidez, juventude, longevidade, saúde, beleza são os novos critérios que avaliam o valor da pessoa e condiciona suas ações”.

Ao colocar como critérios de valorização do ser esses atributos que giram em torno do corpo e para o corpo, é também nele que incide, que se inscrevem as marcas de exclusões. O corpo que se busca, que se constrói no interior de uma ordem discursiva a exibir força, rigidez, juventude, saúde e beleza como sendo o corpo perfeito, bio-corpo da contemporaneidade a ser exaltado, aplaudido, sua eminência acaba por trazer com ele a existência/negação de outros corpos não modelos, que encontram na carne e pela carne o não ser sujeitos aceitáveis socialmente. Entre eles estão os gordos, os idosos, os cadeirantes

---

<sup>4</sup> O *self* é compreendido como o nosso eu profundo, nossa essência, um modo de ser que existe de forma oculta, interior, com possibilidades de se manifestar e se expressar ao longo de nossa vida.



entre tantos outros, que sofrem os efeitos estigmatizadores e excluente dessa ditadura do corpo.

No contraponto dos efeitos que se tem na sociedade contemporânea ao portar determinado corpo, os sujeitos se fabricam nessa relação, assumindo então posturas de aceitação total do modelo vigente como tendo no corpo-perfeito, bio-corpo, o começo e o fim de sua existência, ou seja, construindo sobre ele sua conduta moral. Trata-se então, de um deslocamento no efeito dos cuidados com os corpos no propósito de sua ascese, pois se na Antiguidade Clássica, como nas cristãs, havia uma dietética (sexual/alimentária) que submetia o corpo, no sentido de superá-lo mediante uma prática transcendental de encontro com o divino, ou como desafiante às condições de sua própria moralidade, fundamental para o governo de si como consequência para governo dos outros; na contemporaneidade com a bio-ascese, essa dietética migra para uma prática divergente, inversa, na qual toda ação voltada para o corpo, busca no encontro com ele mesmo, de maneira individual, corporeamente falando, uma moral fundada por mecanismos de uma política capitalista externa.

Assim, na dietética da Antiguidade com base nas práticas do *Self*, tanto gregoriana, como cristã, o corpo encontra sua participação na constituição do eu nesses processos ascéticos da Antiguidade, na medida em que toda prática dietética se volta como uma forma de encontrar uma verdade de si, para se autogovernar em favor do governo dos outros ou de uma vontade divina. O corpo apenas colabora nesse processo como ponto de partida e não como ponto de chegada como parece estar situado nas práticas bio-ascéticas da contemporaneidade mediante novas tecnologias do *self*.

De acordo com Ortega (2005, p. 167), “nas modernas bio-ascese e tecnologias do *self*, o corpo obtém um novo valor. Na sua materialidade sofre um desinvestimento simbólico: já não é o corpo a base do cuidado de si; agora o eu existe só para cuidar do corpo, estando ao seu serviço”. Conceber o corpo na perspectiva da bio-ascese na elaboração do *self* nesse momento de contemporaneidade significa então, legitimar uma dietética com propósitos bem diferentes da Antiguidade, pois partindo da concepção clássica que se tinha da constituição do *self*, em detrimento da perspectiva que toma o corpo na atualidade, ambos se confundem. Se antes a formação do sujeito/eu acontecia mediante a um trabalho com foco numa elaboração constante de si motivado pela vontade de uma



verdade a ser buscada como objetivo maior tendo em vista a dietética realizada, hoje, o corpo toma lugar de destaque nesse processo, sendo ele então a verdade a ser buscada. O ser sujeito de si na contemporaneidade é constituído no e pelo corpo, ele é quem demanda a moralidade de si. O ser sujeito se aprisiona, se limita a um ser corpo, confundindo-se com ele. Como bem destaca Ortega (2005, p. 166), “O mundo interno parece ser transmutado na “carne externa” e o sentimento de “ter” um corpo da lugar ao de ser um “corpo”.[...] O corpo veio representar a liberdade pessoal, o melhor de nós”.

Para atingirmos o melhor de nós, a dietética atual vislumbra em sintonia com os avanços da medicina e sua articulação com as novas tecnologias, práticas consolidadas no ideal de um corpo fabricado como sujeito de ser moral que tem no corpo sua realização maior, mas não se trata de qualquer corpo, mas do corpo perfeito, do corpo bronzeado, malhado, lipoaspirado, ciliconizado, enfim de um bio-corpo montado pelo saber da saúde.

A produção do saber dominante da medicina sobre a saúde do nosso corpo nos trouxe como herança maiores responsabilidades diante dele, o que implica em nos atribuir maior poder e controle sobre ele. Na atualidade, a importância do bem estar do corpo na constante luta diária para salvá-lo (buscar a perfeição) e não mais a alma, passa a ser alvo de todo um conjunto de saberes, desde a sexualidade, até a alimentação etc.

A saúde perde cada vez mais espaços de uma atividade pública e torna-se cada vez mais uma iniciativa particular. São muitos os casos de bulimia e anorexia que se fundamentam numa ação exagerada do sujeito sobre seu próprio corpo em nome de uma pertença, a um padrão estabelecido, alcançado assim no ideal do corpo um valor de e para sua moralidade.

Com todos esses mecanismos de um saber médico, parece nos ser dada a obrigação de poder escolher o nosso corpo, de atuar sobre ele, intervindo de maneira direta (cirúrgica), podendo escolher peças, acessórios que melhor compartilham esse nosso inventário corpo. É possível então exibir um corpo projetável, um corpo sem marcas de sofrimento, sem vestígios de velhice. A vida está a serviço do corpo.

Escravos do corpo pela responsabilidade de sua saúde e de sua aparência, assumimos nessa empreitada papéis de escultores de nós mesmo, ou melhor, de nosso corpo, e por reconhecer tamanha plasticidade na qual ele se apresenta no interior dos saberes científicos emergentes, fazemos uso de vários exercícios, regimes etc. a fim de



moldá-lo conforme padrões sociais estabelecido pela ordem do discurso científico. Neste sentido, a escultura do corpo não obedece uma criatividade de seu escultor, mas a um padrão de beleza e estereótipo exigido pelo sistema capitalista vigente em nossa sociedade, que esboça uma forma homogeneizante, em consonância com o modelo oferecido pela ciência de um corpo perfeito.

Os corpos então nessa contemporaneidade são cada vez mais disciplinados, regulados, controlados no encadeamento desses discursos em busca de um corpo perfeito como fundamental para se constituir como sujeitos, que mesmo não sendo mais autônomo de si, somam-se tão desejante quanto os desejos do capital. É nesse sentido que Ortega (2005, p. 145) diz: “Torna-se difícil utilizar o corpo e os prazeres contra um poder cujo produto é precisamente o corpo e esses prazeres”. Há então, uma apropriação do modelo econômico vigente das práticas ascéticas, no sentido de instituir de maneira mais efetiva o controle sobre o corpo.

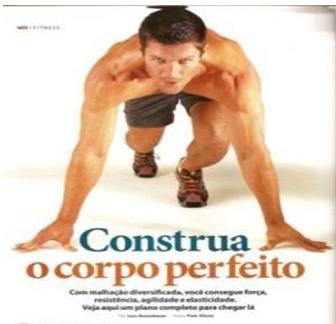
Trata-se de uma política comercial com base, sustentação numa imagem de um corpo aparentável e apresentável bem presente na mídia. Como bem nos alerta Ortega (2005a, p. 146): “Temos nos tornado condenados da aparência, sacrificamos sem pensar duas vezes o sentir-se bem pela boa aparência”. É o estado de uma boa aparência que governa e sobressai como essência no mundo capitalista e da biossociabilidade, não é então, o corpo em si, mas a imagem do corpo que interessa como alvo do e para o consumo como exigência do capitalismo.

A exigência de uma boa aparência, de uma boa imagem, não se aplica somente ao sistema vigente em tempos atuais, mas sob suas fortes influências como discutido anteriormente, se transformaram em exigências de nós para nós mesmos, atravessado pelos desejos de satisfazer também aos outros. Como afirma Silva (2001, p. 17) em se tratando desse período, “é em tal período que o trato com o corpo passa a ser mais importante nas relações que se travam com o outro, denotando uma progressiva identificação da personalidade do indivíduo com seu próprio corpo: *o que se aparenta ser, é o que se é?*”. A existência do sujeito se define nos parâmetros do olhar do outro, o qual nele se encontra também o do próprio sujeito constituindo assim algumas verdades sobre ele, projetada na correlação de sua imagem corporal que ao olhar do outro o situa enquanto ao seu ser, uma vez que o *self* se mistura com o corpo.



DISCURSO, SOCIEDADE E CULTURA  
I Encontro de PESQUISADORES em ESTUDOS DISCURSIVOS  
ISBN 978-85-7539-765-7

A emergência do olhar do outro como critério de incitação às bio-asceses contemporâneas é condição para o exercício do biopoder cada vez mais ativo em tempos de bissociabilidade, ou seja, o olhar de vigilância e controle constante por meio dos recursos



Com malhação diversificada, você consegue força,  
resistência, agilidade e elasticidade.  
Veja aqui um plano completo para chegar lá

FIGURA 06: Men's Health, Maio de 2006

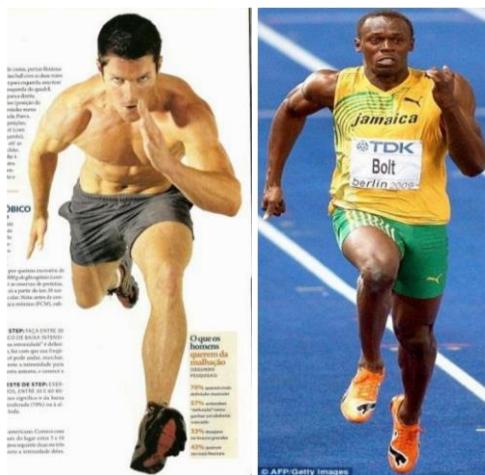
– MH – Fitness p. 110

médico tecnológico sobre o sujeito nos cuidados de si e do corpo aparece como *intensificação das relações sociais*, que preconizam hoje a saúde como bem maior, patrimônio, de um modelo de sociabilidade que se inscreve numa aparente negação da morte.

### CORPO SE FAZENDO CORPUS: A REVISTA MEN'S HEALTH DISCURSIVIZANDO O CORPO PERFEITO

A Men's Health, diante do desejo incessante de atuação no corpo masculino, prescreve normas, atividades, regulamentação para o corpo. Para isso se inscreve em afirmar a ascensão de um corpo arquitetado entre saberes múltiplos, produzido pela ciência, pela medicina etc. na idealização do “*corpo perfeito*”. Esse corpo é constantemente abordado pela mídia, como produto a ser consumido.

É nesta perspectiva que ela apresenta enunciados como esse que segue:



Diante da imagem do corpo que inaugura essa matéria, observamos um homem preparando-se para dar sua largada na corrida contra o tempo proposto pela revista a favor dos cuidados para com seu corpo, ou melhor, para uma construção do “*corpo perfeito*” o qual objetiva em nome da revista e de seus possíveis desejos.

Com foco nos aspectos da intericonicidade, essa imagem mobiliza efeitos de memória sobre outra imagem que marca, constitui nosso acervo cultural esportivo, como bem podemos associar ao de um grande atleta, considerado o homem mais veloz do mundo, Usain Bolt.

Nessa relação, há o entrelaçamento do saberes esportivos que somam os efeitos de sentidos sobre o corpo, como sinônimo de saúde, de superação, de conquistas a se realizar nessa corrida para ser campeão, ou melhor para ter um corpo ditado como perfeito pela mídia em negociação com o sujeito de desejo.

Essas relações são constantes na revista em análise. Há sempre essa junção, esporte/saúde/corpo perfeito, como poderemos perceber ao longo das matérias, pois ao voltarmos para o enunciado verbal materializado “*construa o corpo perfeito*”, esse provoca efeitos de sentido de uma corrida, estimulada pela mídia, do sujeito ao pódio de um corpo “em forma”. Essa corrida do corpo ao corpo perfeito tem como ponto de largada um desejo arquitetado na espetacularização desse próprio corpo. Essa espetacularização soma



as aspirações de uma cultura hedonista que celebra o corpo pelo prazer da forma, do seu bem-estar físico, da aparência.

A cultura é mesmo de uma individualidade marcada pelo desejo de transformação constante do corpo, de uma mutação regida pela lei do mercado, da oferta de produtos temporários, de desejos provisórios, de satisfação momentânea. A preocupação com o corpo não é mais voltada na obrigatoriedade e promoção da saúde de um bem estar físico de um corpo saudável, mas, e principalmente, voltada para uma saúde da aparência física, a ser responsabilidade única de cada indivíduo. A maratona na busca de uma aparência jovial, bela, de um corpo em “boa forma” é individualizada.

Os cuidados com o corpo são individualizados, o corpo é de todo individual, e toda essa dietética produzida em tempo de contemporaneidade, como percebemos a partir das dicas, sugestões da Men's Health, incide sobre um cuidado excessivo, na difusão de um corpo perfeito a ser exibido, explorado positivamente ao olhar dos outros na passarela da vida capital. Trata-se de um corpo a ser apresentável socialmente, em nome de uma saúde do corpo físico, do corpo em forma.

Toda essa produção alavancada em nome da saúde do corpo acaba por trilhar caminhos que se encontram no desejo de eternizá-lo. O desejo de perenidade do corpo acaba então, ganhando espaço e dimensões tão fortes na discursivização da mídia, que ao olharmos para as páginas da Men's Health, percebemos o incentivo, o estímulo na forte corrida contra o tempo, no esforço constante contra a degradação, envelhecimento e precariedade do corpo.

O pódio dessa corrida parece se confundir com a conquista da felicidade. Trata-se de uma felicidade circunstancial, de um desejo extravasado no deleite de uma aparência maquiada, mas que, é obcecada e experienciada no e pelo corpo como preciso para um orgasmo pleno em tempos dessa contemporaneidade narcisista, hedonista.

Nesse processo, a Men's Health atua elaborando encantos, comercializando planos, programas de treinos “*malhações diversificadas*”, como se fossem receitas infalíveis, a prescrever práticas e exercícios aos corpos-leitores, instigando-os a entrar nessa corrida que também faz parte de suas aspirações pessoais, construídas no cotidiano dessa cultura a qual estão submetidos. No enunciado “*plano completo para chegar lá?*”, o uso do pronome demonstrativo dêitico “lá” faz referência ao estado físico desejado, oferecido pela revista e



que se manifesta como aspirações culturais, individuais, evidenciando características imprescindíveis ao modelo de corpo padrão difundido pela cultura da mídia.

Assim, o corpo perfeito projetado pela Men's Health na ciranda de discursos outros que o constitui, se apresenta como portador de características como “*da força, da resistência, da agilidade, da plasticidade*”, entre outras. Essas características são reforçadas no percurso da matéria, obedecendo a certa hierarquização, discursivizando-as quanto a sua aquisição, como investimentos necessários a construção desse corpo perfeito.

Vejamos mais em exemplos:



FIGURA 07: Men's Health, Maio de 2004H–Fitness

O elemento *força* que aparece em primeiro plano provoca uma série de efeitos de sentido no espaço da memória, pois embora enfatize o elemento força como peculiar ao gênero masculino, a revista ressignifica a idéia de força bruta e a relaciona à virilidade acentuada, como também à destreza para viver no cotidiano, ou seja, “*buscar mais de uma habilidade no dia-a-dia*”.



FIGURA 08: Men's Health, Maio de 2006 fitness

Em segundo plano aparece o *condicionamento aeróbico* como condição no construto de um “corpo perfeito”, pois ter condicionamento aeróbico significa possibilitar ao corpo um bom condicionamento físico, o que implica na prática de exercícios físicos, em uma série de atividades a serem exigidas para esse corpo. A imagem acima destaca a idéia de movimento contínuo do corpo na prática de exercícios diários, como propondo ao corpo certo adestramento, disciplinamento, diante de um olhar que o segue em seus movimentos.

A terceira característica, *Flexibilidade*, implica em adicionar ao componente corpo, dentro de sua harmonia, não somente a força dos músculos, que pressupõe resistência, mas também que eles sejam trabalhados para serem elásticos, proporcionando movimentos que superem limites, como a sensação de poder voar, de realizar acrobacias e que permitam ao corpo superar seus limites. O corpo é adestrado para surpreender em seus movimentos, produzindo um espetáculo sobre o próprio corpo.



DISCURSO, SOCIEDADE E CULTURA  
I Encontro de PESQUISADORES em ESTUDOS DISCURSIVOS  
ISBN 978-85-7539-765-7



FIGURA 09: Men's Health, Maio de 2006 – MH - Fitness

O quarto elemento na exigência de um corpo perfeito deve, sob o olhar e fabricação da revista, permitir ao corpo adquirir *agilidade* para usar o corpo como forma de esperteza, na defesa pessoal, numa luta constante de movimentos que ateste o domínio do indivíduo sobre seu corpo de maneira exuberante.

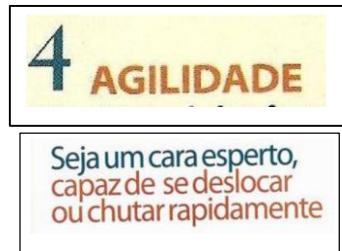


FIGURA 10: Men's Health, Maio de 2014 - Fitness

Com base em todas essas características, observamos que os modelos de corpo que circulam na revista Men's Health, em movimentos de exuberância, se inscrevem sempre com características comuns de uma cultura hedonista com princípios individualistas, revelando que na contemporaneidade se aposta no cuidado do corpo e de si, diferentemente das práticas ascéticas de outras épocas, como por exemplo, da antiguidade. Deste modo, na atualidade as práticas corporais valorizam a satisfação do indivíduo em detrimento dos valores coletivos. Isso se deve às positividades de uma época marcada pela biossociabilidade como a nossa.

Essa prática de exercícios impostas ao corpo, conforme encontradas pela matéria da Men's Health, visa fomentar uma espécie de felicidade instantânea, enaltecida por um



prazer exageradamente motivado no alcance de um bem-estar, bem como de uma eterna juventude, manifestada num corpo que faz acrobacias com imponência.

## CONSIDERAÇÕES EM ABERTO

Como podemos perceber, há toda uma manifestação de uma cultura narcisista no interior da revista materializada nos diversos conselhos dietéticos, estético, desportivos, que assumem formas discursivas tão recorrentes, implicando numa promoção cada vez maior da responsabilidade individual do sujeito masculino na gestão de si mesmo. Trata-se de uma prática discursiva bem presente aos sujeitos do cotidiano, ou seja, a revista negocia esses saberes por reconhecer neles uma fabricação conjunta no constituir do próprio sujeito, que não estar aquém desse processo, mas que atua de forma a construir uma estética de si, a produzir desejos individuais.

Deste modo a gestão de si não discorre mais em uma dietética corporal voltada para saúde física e mental como condição para exercer políticas de um bem comum no gerenciamento da *polis*, mas sim, numa dietética corporal que se volta para o próprio corpo, como fonte de e para felicidade, estando essa condicionada à materialidade de um corpo com características que parecem assinalar a competência de um novo tempo no qual parecer saudável é parecer belo, forte, musculoso, ágil, flexivo e com condicionamento aeróbico, além de outras características que somam ao ideal dessa produção corpórea midiatisada.

## REFERÊNCIAS

- FOUCAULT. **A Hermenêutica do sujeito.** Trad. De Marcio Alves de Fonseca, Salma Tannus Muchail. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- \_\_\_\_\_. **História da sexualidade II:** o uso dos prazeres. Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 8<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 2005b
- \_\_\_\_\_. **História da sexualidade III:** o cuidado de si. Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 8<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 2005c.
- \_\_\_\_\_. **Vigiar e punir:** história da violência nas prisões. Trad. Lígia M. Pondé Vassalo. 11<sup>a</sup>. Petrópolis, Vozes, 1994a



\_\_\_\_\_. **Ética, Sexualidade, Política.** Ditos e Escritos V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994b.

ORTEGA, F. Da ascese à bio-ascese: ou do corpo submetido à submissão ao corpo.

In: RAGO, M; LACERDA,O.L.B.; VEIGA NETO, A. (Org). **Imagens de Foucault e Deleuze:** ressonancias nietzschanas. Riode Janeiro: DPA, 2005a.

SANT'ANNA, D. B. É possível realizar uma história do corpo? In SOARES, C. (Org) **Corpo e história.** Campinas, S/P: Autores Associados, 2006 – 3 ed. – (Coleção educação contemporânea)

SILVA, A. M. O corpo do mundo: algumas reflexões acerca da expectativa do corpo atual.  
In

GRANDO J. C; (Org) **A (des) construção do corpo.** Blumenau: Edifurb, 2001



## DISCURSOS HOMOFÓBICOS EM FICÇÕES CONTEMPORÂNEAS INFANTO-JUVENIS

Lúcia de Lourdes Monteiro Costa

### Contextualizando a análise do discurso

É perceptível no ser humano ao longo de sua existência, e hoje de maneira mais acentuada, a ânsia por estudar tanto o mundo físico quanto por desvendar as incógnitas do pensamento. Várias são as ciências desenvolvidas pelo homem, dentre as quais, uma se destaca por ter como objeto de estudo o funcionamento da linguagem, a saber: a Linguística. Esta aborda uma vasta área de pesquisas que vão desde os estudos estruturais e imanentes da língua até os estudos de caráter enunciativo-discursivo, isto é, aqueles que concebem a língua em seu contexto histórico-social, com seus diferentes usos e apropriações.

Um dos segmentos de estudos linguísticos contemporâneos é a Análise do Discurso, AD, que surge na década de 1960, na França, como uma teoria da leitura, rompendo com certa tradição de práticas teórico-analíticas, caracterizadas pela interpretação e embasadas pela hermenêutica e pela análise do conteúdo. Seus estudos têm como objetivo, demonstrar como a materialidade linguística é passível de múltiplos significados, estudando a língua sincronicamente sem, evidentemente, analisá-la enquanto sistema.

Para isso, a AD considera os sujeitos, suas inscrições na história e as condições de produção da linguagem. O que para Fernandes (2008, p.15) significa que “analisar o discurso implica interpretar os sujeitos falando, tendo a produção de sentidos como parte integrante de suas atividades sociais”.

Entendemos que a língua, para a AD, representa a superfície material, que, relacionada à história, produz efeito de sentidos, que é o discurso. É necessário perceber que sentido aqui deve ser considerado não como um significado estático presente num verbete de dicionário, mas como um elemento desencadeador de posições ideológicas, evidenciadas a partir de condições de produção que compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação sóciohistórica em que estes se inscrevem.

Partindo desse entendimento, percebemos que a AD prioriza o estudo das relações estabelecidas entre a língua e o sujeito que a emprega e as situações em que se



desenvolvem o dizer. Dito de outra maneira vemos que a língua, o sujeito e a história confluem como elementos indispensáveis à compreensão do discurso na perspectiva deste campo de estudo.

Assim o objeto de estudo da AD é o discurso, entendido como processo em que se articula uma materialidade linguística e uma materialidade histórica (sócio-ideológico), e o objeto de estudo da linguística é a língua; embora estejam intrinsecamente ligados são diferentes. Para o estudioso contemporâneo da AD, Fernandes (2008, p.16),

O discurso não é a língua e nem a fala, mas, como uma exterioridade, implica-as para sua existência material; realiza-se, então, por meio de uma materialidade linguística (verbal e/ou não verbal), cuja possibilidade firma-se em um, ou vários sistemas (lingüístico e/ou semióticos) estruturalmente elaborados.

Desta maneira, o importante não é considerar apenas o que é dito em um dado momento, mas as relações que esse dizer estabelece com o já dito antes, e até mesmo, com o não dito, atentando também, para a posição social e histórica dos sujeitos e para as formações discursivas às quais se filiam os discursos. O que ainda para Fernandes (2008, p.15) significa que “analisar o discurso implica interpretar os sujeitos falando, tendo a produção de sentidos como parte integrante de suas atividades sociais”. Entre as muitas definições de discurso, presente na obra *A Arqueologia do Saber*, Foucault chama de “discurso um conjunto de enunciados que se apóie na mesma formação discursiva” (FOUCAULT, 1986, p.135).

Entendemos formação discursiva, também, a partir do conceito de Foucault (1987, p. 43), quando afirma

Sempre que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão e se puder definir uma regularidade (...) entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, teremos uma formação discursiva.

Assim, se os discursos são construídos pelos sujeitos a partir de diversas formações discursivas, parece-nos acertado afirmar que os sentidos de seus enunciados estão diretamente relacionados aos lugares sociais que estes e que seus interlocutores ocupam. Dessa maneira, a Análise do Discurso (AD) investiga o discurso intrínseco ao



homem, à sociedade e a história, e é definido enquanto prática social, permeada de relações de poder que geram polêmicas e conflitos.

Ao estudar Pêcheux, outro precursor dos estudos discursivos, Gregolin (2003, p.27), afirma que:

O sujeito não é considerado como um ser individual, que produz discurso com liberdade: ele tem a ilusão de ser o dono de seu discurso, mas é apenas um efeito do ajustamento ideológico. O discurso é constituído sobre um inasservido, um préconstruído (um já-lá), que remete ao que todos sabem, aos conteúdos já colocados para o sujeito universal, aos conteúdos estabelecidos para a memória discursiva.

De acordo com tal assertiva, ao produzir seu discurso o sujeito não expressa a sua consciência livre de interferência. Pelo contrário, aquilo que ele discursiviza é resultado de conjuntos discursivos que lhe são anteriores, que foram por ele interiorizados em função da exposição sócio-histórica a que estamos todos submetidos, a partir da qual são constituídas nossas representações discursivas sobre o mundo.

Diante do exposto, observamos que esse campo de saber focaliza seus estudos na relação entre sujeito, linguagem e poder. Entendendo poder numa perspectiva foucaultiana, visto como uma relação de forças existentes em todas as sociedades, disseminando na relação entre sujeitos baseada em possibilidades, tanto materiais (práticas, comportamentos, etc) como discursivas (idéias, valores, etc), (FOUCAULT, 2001).

A Análise do Discurso, portanto, têm como fonte de pesquisa os vários discursos que circulam na sociedade, como os discursos institucionais, que legitimam as “verdades sociais” e os discursos do cotidiano, cujos estudos, na perspectiva atual da AD enfocam, em sua maioria, a resistência do sujeito e essa imposição do poder e das verdades, podendo, em ambos, serem observadas manifestações, implícitas ou não, de luta e conflito que constroem/desconstroem identidades.

Desse modo e tomando como base a AD, percebemos que os discursos expressam questões socioculturais, que eles constituem naturalmente espaços simbólicos e matérias de questionamentos acerca de valores ou de estruturas ideológicas, que eles



também denunciam os lugares sociais dos sujeitos que os utilizam e que eles são processos construtivos da nossa história.

Nesta perspectiva, pretendemos verificar neste trabalho duas narrativas infantojuvenis contemporâneas que apresentam a temática homoafetiva como elemento principal em suas construções literárias, *O gato que gostava de cenoura* (2001) de Rubem Alves; e *É Proibido Miar* (2002) de Pedro Bandeira, no sentido de analisarmos a produção dos discursos, objetivando perceber o posicionamento adotado pelo narrador através dos comportamentos discursivos. Isto é, se estes discursos mantêm um perfil baseado numa continuidade de tendência exclusivista do sujeito gay/homossexual, ou mesmo se estes discursos proporcionam um repensar dos preconceitos tradicionalmente construídos em desfavor dessa parcela da sociedade.

Para tal, visando à realização do estudo proposto, buscaremos também subsidiar nossa argumentação no pensamento de alguns estudiosos da pós-modernidade, a exemplo de Louro (1997), Silva (2009), Gregolin (2003), Foucault (1987), Fernandes (2008), entre outros.

#### **Analizando alguns comportamentos discursivos que permeiam as narrativas**

No momento contemporâneo, emerge uma sociedade complexa e diferenciada, composta por sujeitos múltiplos devido à diversidade cultural vivenciada, na qual a idéia moderna de cultura está associada ao conceito de diversidade, passando a reunir diferentes grupos que buscam seu espaço social e geográfico, sua identidade social e cultural, a exemplo de grupos étnicos, religiosos, sexuais, políticos, regionais, etc.

A literatura contemporânea, ao que parece, tem sido uma forma de representação destas diversas formas de estar no mundo, e o lugar onde se materializa, através das palavras, as mais profundas experiências humanas. Ela não só mantém seu valor estético,

(...) o diferencial que marca a literatura infanto-juvenil clássica da contemporânea é a abertura ao novo, aos diferentes que as sociedades de hoje se permitiram. Se antes as normas de conduta e vivências eram limitadas, vigiadas e punidas, hoje há outras normas vigentes que regulam com mais tolerância o corpo, a sexualidade, o



ponto de vista, a moda, a fé professada, a profissão abraçada, os modelos de família. (SILVA, 2007, p. 149)

É nesse contexto que se insere a literatura contemporânea, as representações literárias expressam questões socioculturais, além de constituírem, naturalmente, *locus* simbólicos e materiais de questionamentos acerca de valores ou de estruturas ideológicas, e também denunciarem os lugares sociais dos sujeitos que os utilizam. Assim, observamos nas narrativas literárias contemporâneas a presença de personagens, bem como a construção de seus próprios enredos permeados por um modo de representação que contempla as diversas formas de estar no mundo.

Observamos também, que ao longo dos anos, através de práticas discursivas, que a construção das estruturas socioculturais vigentes, em relação às questões de *gender*, são pautadas, na heterossexualidade que também construiu e instituiu o primado da masculinidade viril (condicionamento que impedia interpretações positivas de identidades homoeróticas).

O que nos leva a inferir que durante séculos este discurso intencionou fundamentar e legitimar as relações de poder, as quais, na contemporaneidade vêm sendo questionadas por novas práticas discursivas e não-discursivas, objetivando um descentramento da norma vigente.

Assim, em consonância com a Análise do Discurso, teoria que fundamenta este estudo, concordamos com Louro (1997), quando ela diz que “as concepções de gênero e sexualidade devem ser abordadas de forma articulada considerando sua construção histórica, social e cultural, pois apresentam estreita relação com a formação de identidade dos indivíduos pelo processo civilizatório de cada sociedade”.

É partindo desta perspectiva, que analisamos os discursos do narrador, inscritos do universo ficcional das duas narrativas em estudo anteriormente citadas.

Assim, com a leitura da narrativa literária *O gato que gostava de cenoura* (2001), de Rubem Alves, a qual conta a história de um gato “diferente de todos os outros que alguém já viu” o que notadamente preocupava muito seus pais, que buscavam uma “solução”. Observamos, na trajetória da personagem Gulliver, um encontro em que se estabelece um diálogo de cunho religioso com uma personagem padre, no qual é evidente o



atravessamento do discurso religioso em relação à diversidade sexual, tema central da narrativa.

Dessa maneira, a diversidade sexual na qual Gulliver se inscreve e que contraria uma ordem vigente, “hegemônica”, ao que tudo parece, não permite a aparição de alguém que a contrarie, de alguém que ouse ser “diferente”. O que faz com que Gulliver seja levado, pelos seus pais, a vários profissionais em busca de resolver o “problema”. Porém, sem ter mais a quem apelar, os pais do gato, são orientados a levá-lo para conversar com um padre.

O gato-padre era um gato impressionante. Pêlo lustroso, pretíssimo, olhos verdes, longo rabo encurvado. Seu nome era D. João Severo. (OGGC, 1999, p. 10)

Pela descrição do padre, apresentada pelo autor, percebe-se que se está diante de uma autoridade no assunto, de alguém que representa uma verdade inquestionável, até porque o seu nome, D. João “Severo”, já denota uma imposição, uma ordem a ser estabelecida, uma moral a ser seguida. Assim, visualizamos o atravessamento do discurso religioso de maneira ainda mais contundente, através da narrativa dialogando com o texto religioso fundante no momento em que:

Ele abriu um livro sagrado e disse que Deus, o Gato Supremo, determinara que rato, passarinho e peixe são os manjares dos deuses. Assim, por determinação do DeusGato, gatos têm de comer ratos, passarinhas e peixes. (OGGC, p.10)

No fragmento acima, é evidente a referência à “vontade de verdade” imposta pelo discurso religioso. À luz da AD, este é um procedimento externo, apontado por Foucault, que diz respeito ao discurso verdadeiro da época e que se apóia em um suporte institucional. Essa “vontade de verdade” remete à maneira de como o saber é construído em uma sociedade através de uma instituição, visando a manipular os outros discursos por meio de pressão e pelo poder da coerção.

Tal assertiva é compreensível, primeiro, porque o narrador se refere a “um livro sagrado”, conhecido e considerado por muitos, como livro sagrado e inspirado, a Bíblia. Segundo, quando ele se refere a “Deus, o Gato Supremo”, inclusive grafado com iniciais



maiúsculas, o que denota respeito, superioridade e obediência, determinando o hábito alimentar dos gatos, o que nos leva a perceber claramente a concepção de proibido, o caráter disciplinador e normativo em relação aos que não se enquadram em seus “ensinamentos”.

Ora, se o hábito alimentar de Gulliver é o que caracteriza sua “diferença”, e esta é a forma que o autor utiliza para apresentar a questão homossexual, é indubitável que o componente intertextual converge para reforçar a não aceitação da condição sexual da personagem.

Neste contexto, a linguagem literária não só se apresenta moldada pelo discurso religioso, como o reproduz. Vemos que não há saída para a personagem senão mudar seu modo de ser, de existir no mundo, o que reforça a rejeição à sua condição sexual. Isto referendado pela “vontade de verdade” produzida pela tradição cristã ocidental, no sentido de que as pessoas que mantém relações sexuais com indivíduos do mesmo sexo estariam excluídas de serem obras do divino.

De acordo com este discurso, o homossexualismo é abominável, por ser uma maldição. E qualquer indivíduo que adotar esta conduta considerada “anormal”, estará infringindo a lei de Deus, a qual é construída pelo discurso religioso como inquestionável, como uma verdade absoluta. Este discurso é utilizado ao longo da história da humanidade, como um mecanismo de poder e controle social sobre a sexualidade humana, conforme diz Foucault (2004, p.72), em seus “Ditos e Escritos”, ao procurar entender

“(..) qual foi o real papel do cristianismo na história da sexualidade. Não, portanto, interdição e recusa, mas colocação em ação de um mecanismo de poder e de controle, que era ao mesmo tempo um mecanismo de saber, de saber dos indivíduos, de saber sobre os indivíduos, mas também de saber dos indivíduos sobre eles próprios e em relação a eles próprios. Tudo isso constitui a marca específica do cristianismo, e creio que é nessa medida que se pode fazer uma história da sexualidade nas sociedades ocidentais a partir de mecanismo de poder”.

Partindo desse pressuposto, podemos entrever toda a influência deste saber sobre as relações dos indivíduos consigo mesmo e sobre suas relações com os demais na sociedade em que o mesmo se insere. Fato este, que indubitavelmente, ainda persiste até os



nossos dias. Em *É Proibido Miar* (2002) de Pedro Bandeira, por sua vez, o narrador conta a história de um cachorrinho chamado Bingo que, diferentemente de seus vários irmãos – mais uma vez a questão da diferença como um possível marcador da homoafetividade –, não age como os cachorros “normais”. Este, motivado por um misterioso e fascinante gato que morava no telhado do vizinho, resolve aprender a miar, e não a latir como os demais. O fato ocasiona uma verdadeira confusão na sua família. Filho de seu Bingão e dona Bingona – pais severos e tradicionalistas, Bingo é cobrado a todo instante a se comportar como um cachorro “normal”, indo até parar na carrocinha por não se enquadrar no regime imposto pela sociedade “canina”. Fato que podemos constatar no trecho a seguir quando o pai de Bingo:

Seu Bingão balançou a cabeça. Não havia nada a fazer. Ele sempre havia pensado que o pior destino de um cão é a carrocinha. Mas, agora, a carrocinha lhe parecia a melhor situação para *uma tragédia daquele tamanho*. Melhor a carrocinha do que *a dignidade enlameada por um filhote seu, miando como ... como um gato!* (EPM, 2002, p. 24) Grifos nossos.

Como colocamos anteriormente, sendo Bingo filho de pais severos e tradicionalistas, o fato também é ratificado pela mãe de Bingo quando observamos no trecho a seguir que:

Dona Bingona estava com o coração partido. *Em condições normais*, ela teria se oferecido para ser presa pela carrocinha, só para salvar um filhote seu. *Mas a situação era diferente*. Por mais que ela quisesse proteger o Bingo, não poderia, como boa mãe que era, permitir que a presença de seu filhote continuasse dando *um péssimo exemplo como aquele*. Era a carrocinha para um ou *a perdição para toda a ninhada*. (EPM, 2002, p. 24) Grifos nossos.

Mais uma vez, percebemos, através dos discursos tanto do pai como da mãe da personagem, que ambos estão submetidos a não contrariarem a ordem vigente, ou seja, a ordem falocêntrica. O pai, mesmo se sentindo responsável pelo filho, não enxerga nenhuma possibilidade de aceitar Bingo como ele é, pelo contrário, preso a normas, a padrões sociais



estabelecidos ao longo de sua vida, se rende a inverter seus próprios valores afirmando que o melhor para Bingo é a “carrocinha”.

A mãe da personagem, por sua vez, mesmo diante do imenso amor que nutre pelo filho, por sentir-se presa também às verdades referenciadas pela sociedade “canina”, não faz nada para impedir que Bingo seja excluído.

Assim percebemos que há uma relação entre o discurso e a estrutura social na qual eles se inscrevem, e esta relação se dá tanto na determinação social do discurso (o discurso materializando uma realidade social), como na construção social do discurso (o discurso representado ideologicamente como parte do social).

Podemos perceber ainda, na materialidade lingüística, que os dois enunciados em análise estão carregados de outros discursos implícitos, que não foram ditos, a começar pela expressão “uma tragédia daquele tamanho”, onde o substantivo “tragédia” parece mascarar a carga de rejeição que Seu Bingão atribui ao seu filho, o infortúnio que é ter um filho “diferente” dos demais. “Melhor a carrocinha do que a dignidade enlameada por um filho seu, miando como ... como um gato”? Nesta expressão o adjetivo “enlameado”, parece revelar o sentimento “homofóbico” do pai, contudo este transfere o “infotúnio”, o “incômodo”, para a sociedade “canina” com sua ordem moral e para a segurança da “carrocinha”.

Da mesma forma percebemos no discurso de D. Bingona, quando ela diz, por exemplo que: “Em condições *normais*, ela teria se oferecido para ser presa pela carrocinha, só para salvar um filhote seu. Mas a situação era *diferente*”. Os adjetivos “normais” e “diferente” parecem reforçar o discurso “homofóbico” existente na sociedade e que determina a atitude da mãe, que “não poderia, como boa mãe que era, permitir que a presença de seu filhote continuasse dando um péssimo exemplo como aquele”. Então não lhe restava outra saída a não ser “a carrocinha para um ou a *perdição* para toda a ninhada”. Aqui, o substantivo “perdição” parece deixar implícito, a “desgraça”, a “desonra”, a “imoralidade” que é para uma família conviver com o “diferente”, com aquele que contraria os padrões sociais vigentes.

Com estes interditos, estes não-ditos ou estes sentidos implícitos presentes nos dois discursos acima analisados, podemos inferir que muitas vezes não se pode ou não se tem o direito de falar tudo o que se pensa de qualquer forma e em qualquer lugar. A este



acontecimento Foucault chama de interdição e conforme o conceito foucaultiano apresentado por Gregolin (2004, p. 97), constatamos que:

A interdição, que revela a ligação do discurso com o desejo e o poder, determina que algumas palavras sejam proibidas, isto é, que “não se tem o direito de dizer tudo, (...) não se pode falar tudo em qualquer circunstância, (...) qualquer um não pode falar qualquer coisa”.

Fica, portanto, definido que toda e qualquer produção e expressão de discursos obe-decem a determinadas restrições contextuais, seja por parte do falante, ou do ouvinte, ou mesmo de ambos.

### **Algumas considerações finais**

Dessa discussão em torno da noção de discurso, podemos inferir que estudá-lo e analisá-lo pressupõe caracterizar as inscrições ideológicas que coexistem nas instâncias sociais mais diferenciadas, ou seja, significa perceber na produção discursiva dos sujeitos, isto é, na materialidade discursiva, o que, de forma tácita, está carregado de possíveis significações e posicionamentos, cabendo ao analista do discurso o papel de reconhecer os pressupostos ideológicos ali presentes.

Torna-se relevante também, percebermos que, de acordo com as reflexões de Gregolin (2004, p.97) aqui expostas, podemos afirmar que o sujeito não é livre para dizer o que quer, que este dizer é influenciado por outros dizeres anteriores, bem como, o que é dito agora terá sua influência em outros dizeres que virão. Assim, tornar-se um sujeito social é ocupar um lugar na sociedade de onde falamos. Quando um sujeito enuncia o seu discurso, acaba por denunciar o lugar social de onde fala, a sua história, a sua ideologia.

Assim, no contato com a literatura, o sujeito adquire um sistema de valores e regras de conduta, que o situam no mundo, lhe permitem avaliar seu lugar nele e lhe proporcionam maiores possibilidades de conviver mais harmonicamente com a diversidade do mundo e dos homens.

Entretanto, de acordo com as análises e reflexões aqui realizadas, percebemos o quanto ainda se faz necessário que novos posicionamentos sejam adotados através de



práticas discursivas que proporcionem um redimensionamento dos preconceitos tradicionalmente construídos em desfavor do diferente sexual, visto que a luta contra estes, por sua vez, persiste em marcar inúmeras vezes de maneira plausível a materialidade discursiva constituindo-se quando muito em marcadores de “respeito” e de “aceitação” aos sujeitos que não se inscrevem na norma sexual hegemônica.

O que, de certo modo, parece consistir numa barreira intransponível, pois até os termos que utilizamos como: “respeito” e “aceitação” denotam a manutenção de uma relação desigual, visto que só se “respeita” ou se “aceita” algo, em princípio, passível de ser considerado “irrespeitável” ou “inaceitável”.

Nessa perspectiva, entendemos, portanto, que a literatura não deve prescindir de abrir-se ao “novo”, aos “diferentes” que as sociedades de hoje se permitiram. Esse nosso dizer, baseia-se no fato de que sendo a literatura o *locus* que proporciona várias representações socioculturais, é fundamental esta abertura para a compreensão e representação dos sujeitos homoafetivos no universo literário, a fim de que seja estabelecido o diálogo com o corpo social no sentido de que novos posicionamentos sejam adotados através de práticas discursivas que proporcionem um possível redimensionamento dos preconceitos tradicionalmente construídos em desfavor desta parcela da sociedade.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Rubem. **O gato que gostava de cenoura.** Ilustrações André Ianni. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- BANDEIRA, Pedro. **É proibido miar.** 3 ed. São Paulo: Moderna, 2002.
- FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do Discurso:** reflexões introdutórias. São Carlos: Claraluz, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** Rio de Janeiro. Forense, 1986.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas:** uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- FOUCAULT, Michel. **Vigar e Punir.** Petrópolis: Vozes, 2001.



FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos:** Ética, Sexualidade, Política. Organização e seleção de Manoel de Barros de Moura. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. Análise do Discurso: lugar de enfrentamentos teóricos. In: FERNANDES, Cleudemar Alves; SANTOS, João Bosco Cabral dos (Orgs.) **Teorias Linguísticas:** problemáticas contemporâneas. Uberlândia: EDUFC, 2003.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos.** São Carlos: ClaraLuz, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação.** Uma perspectiva pósestruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

SILVA, Antônio de Pádua Dias da. A temática homoerótica na literatura infantil. In: GOMES, Carlos Magno. CARDOSO, Ana Leal. **Do imaginário às representações na literatura.** São Cristovão: Editora da Universidade Federal de Sergipe/UFS, 2007, v.p. 145-158.



## SUJEITO, DISCURSO E IDEOLOGIA

Eduarda Cavalcanti Valença

No final da década de 60, época em que o estruturalismo estava no auge na França, Michel Pécheux dá inicio a Análise do Discurso, tendo como marco inaugural a publicação de Análise Automática do Discurso, e o lançamento da revista *Languages* por Jean-Dubois. Esta nova corrente de estudos se deu para entender como o discurso entrelaça as questões referentes à língua, à história e ao sujeito. Neste sentido, a Análise do Discurso busca entender a língua enquanto trabalho simbólico, o homem e sua história; como destaca Eni Orlandi:

A Análise do Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a idéia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando. [2009:15]

Neste ponto de vista, percebe-se que a análise do discurso não trabalha, pois, com a língua enquanto sistema abstrato, trabalha portanto, com a língua no mundo, com formas de significar. Assim sendo, “*a análise do discurso considera que a linguagem não é transparente. Desse modo ela procura atravessar o texto para encontrar um sentido do outro lado*”. [Orlandi. 1999: 17].

A Análise do Discurso constitui um dispositivo teórico que se ocupa do inexistente, ou mesmo do que está além; deste modo, se coloca entre o visível e invisível, o realizado e o impossível.

Desde o inicio a AD rompeu com a conjuntura política e epistemológica, caracterizando-se pela necessidade de articulação com outras ciências humanas, que vão desde a lingüística, a história, até mesmo a psicanálise. Assim sendo, nota-se que a AD não se firma nem como disciplina autônoma, nem como disciplina auxiliar; mas com denomina Orlandi, trata-se de uma disciplina de entremeios, pois trabalha com uma materialidade lingüística e histórica ao mesmo tempo.



Percebe-se então que o discurso se encontra na exterioridade, no meio da vida social, deste modo, o analista do discurso precisa se desligar das estruturas lingüísticas para melhor compreender o discurso; ou seja, é necessário romper com o lingüístico especificamente, e locomover-se a outros espaços, para assim, desvendar o que está entre a língua e a fala. Corroborando com Orlandi:

É nessa relação com a exterioridade que está ganha a existência para a AD. Sem esquecer o entremedio e a contradição: o mundo existe, mas no discurso ele é apreendido, trabalhado pela linguagem. Destaca-se aqui a construção discursiva do referente: trata-se então do mundo para (e não do mundo em si). [2004:28]

Na AD, o discurso é uma ação do sujeito sobre o mundo, isto é, uma prática, trata-se do movimento de palavras articuladas pelo sujeito, em dado espaço social e histórico. Por este motivo, sua aparição se contextualiza como um acontecimento. Todo discurso é uma ação sobre o mundo, pois são marcadas posições, sejam selecionando sentidos, ou mesmo excluindo-os no processo interlocutório.

Outro conceito fundamental para a AD é a questão da condição de produção, o qual se define como grupo de elementos que cerca a construção de um discurso, ou seja, o contexto histórico-social, o sujeito, o lugar de onde falam etc. Esses são alguns dos aspectos que devem ser levados em consideração para que se possa entender o sentido de um discurso. A partir deste pressuposto Denise Maldidier faz a seguinte assertiva:

O que teorizou sob o nome de discurso é o apanhado de idéias tão simples quanto insuportáveis: o sujeito não é a fonte do sentido; o sentido se forma na história por meio do trabalho da memória, a incessante retomada do já dito; o sentido pode ser perseguido mas ele escapa sempre. [2003:96]

Na AD o sentido é visto pela noção de “efeitos de sentido” entre os interlocutores, muito embora isto só faça sentido na concepção de linguagem que considera a enunciação. Muitos analistas dizem que “na AD o sentido é um efeito de sentido”, isto porque, o mesmo resulta de uma enunciação, segundo Sírio Possenti:



O discurso é mais do que o sentido, mesmo que se traduza sentido por ‘efeito de sentido’. Ou seja, estou recusando uma equivalência entre discurso e sentido, que dada, a “equivalência” entre o sentido e o efeito de sentido, permitiria entender discurso apenas como efeito de sentido. Que o sentido seja efeito de sentido é uma das consequências da teoria do discurso, não apenas seu outro nome. [2009:134]

Em suma, a análise do discurso busca compreender como os objetos simbólicos produzem sentido, desta forma, são analisados os próprios gestos de interpretação, os quais intervêm no real do sentido. Como parte dos processos de significação, a análise do discurso, não trabalha apenas a interpretação, mas também seus mecanismos e limites. Corroborando com o pensamento de Orlandi:

A análise do discurso visa a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos. Essa compreensão, por sua vez, implica em explicitar como o texto organiza gestos de interpretação que relacionam sujeitos e sentido. Produzem-se assim novas práticas de leitura. [1999: 2627].

Como já foi mencionado, o discurso produz sentidos. As condições dessa produção funcionam devido a alguns fatores. O primeiro deles, é a relação de sentidos, nesse contexto não há discurso que não se relate com outros, ou seja, os sentidos são resultados de relações. Todo discurso é, pois, contínuo, isto é não existe começo absoluto, nem ponto final. O segundo fator é o mecanismo da antecipação, onde é regulada a argumentação, desta forma, esse mecanismo dirige o processo de argumentação visando seus efeitos sobre o interlocutor. Por fim, existe a relação de forças. Esta por sua vez, se enquadra na sociedade, a qual é constituída por relações de hierarquia, sendo, portanto, relações de força, as quais sustentam-se no poder que se fazem valer na comunicação.

Em síntese, falar em discurso implica falar de efeito de sentido, deste modo há uma idéia de que se “obrigue” a conceber o sentido como um efeito, da mesma forma que falar de mensagem, de certa maneira implicava em falar de informação, no sistema elementar de comunicação proposto por Roman Jakobson. Para Pêcheux, a constituição do sentido é socialmente construída. Segundo Pêcheux: “O sentido não existe em si mesmo. Ele é



*determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo histórico no qual as palavras são produzidas”.*

## O Discurso

Como se sabe, a noção de discurso não se assemelha com a definição de mensagem estabelecida no esquema elementar de comunicação onde estão inscritos: emissor, receptor, código, referente e mensagem; pois na AD, não se trata apenas da transmissão de informação apenas, portanto não cabe esta linearidade. Na AD verifica-se a relação de sujeitos e sentidos afetados pela língua bem como pela história. Na ótica de Orlando:

A linguagem serve para comunicar e para não comunicar. As relações de linguagem são relações de sujeito e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: o discurso é efeito de sentido entre locutores. [2009:21]

Todo discurso se movimenta em direção a outros discursos. Está sempre atravessado por outras vozes, que ora o legitima, ora o confronta. Assim sendo, o discurso se estabelece através de outros discursos, com os quais dialogam. Qualquer discurso pode se perder no tempo e no espaço, porém unem-se por serem atravessados pela mesma regra de aparição, seja uma escolha temática, ou mesmo um acontecimento. Por isso que muitos autores tratam o discurso como unidade de dispersão. A cerca deste postulado, Foucault assiná-la:

O discurso é o caminho de uma contradição a outra: se dá lugar às que vemos, é que obedecem à que oculta. Analisar o discurso é fazer com que desapareçam e reapareçam as contradições, é mostrar o jogo que nele elas desempenham; é manifestar como ele pode exprimi-las, dar-lhes corpo, ou emprestar-lhes uma fugidá aparência [2005:171]

O discurso é entendido como um efeito de sentido, uma posição, uma ideologia, que pela língua se materializa. Através de algumas características da língua, o discurso materializa-se, como diz Kress que “*o discurso emerge no e através do texto*”. Isto é, o discurso é



constituído pela questão com e sobre os recursos de expressão, os quais constroem efeitos de sentidos relacionados com a condição de produção.

Neste contexto, é importante ressaltar, que o discurso não deve ser confundido com as evidências de dados empíricos nem com o texto, mesmo sendo construído a partir de hipóteses históricas e sociais, ou seja, o objeto de interesse da AD vai constituir o acontecimento.

A linguagem é dada pela AD como mediação necessária entre o sujeito e a realidade histórico-social. O discurso, que é esta mediação, possibilita a continuidade bem como a transformação do sujeito e do espaço que ele vive. Deste modo o trabalho simbólico do discurso está alicerçado na produção da existência humana. As condições de produção levam em consideração o sujeito e sua história, e estabelece assim, a análise da relação entre a língua com os sujeitos falantes no contexto em que se produz seu dizer. É por este motivo que o sentido do discurso não é dado a priori, pois a unidade é construída pela interação verbal, que é histórica e que mantém relação com uma ideologia.

### **Discurso e Ideologia**

A ideologia faz parte do senso comum, o qual permite alcançar a essência da ideologia com o que é visível para todos, e ao mesmo tempo, invisível por seu caráter óbvio. Corroborando com o pensamento de Pêcheux:

A objetividade material da instância ideológica é caracterizada pela estrutura de desigualdade-subordinação do 'todo complexo com o dominante' das formações ideológicas de uma formação social dada. [1997: 147]

Entende-se que a palavra não possui ligação direta com as coisas, nem mesmo é o reflexo de uma evidência. O que torna possível a relação entre palavra e coisa é a ideologia. Isso porque, a ideologia torna viável a relação entre o pensamento, a linguagem e o mundo, ou seja, a ideologia é capaz de unir o sujeito e o sentido.

Pode-se dizer que a ideologia é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. Orlandi afirma que "*O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer.*" Partindo da afirmação de que a ideologia não é a ocultação da



realidade, a mesma se apresenta como efeito da relação do sujeito com a língua e com a história, para que então, haja o sentido.

Na análise do discurso, a ideologia é considerada como a materialização da linguagem, isso por fazer parte de seu funcionamento. É pois, nesse contexto que a análise do discurso passa a entender a ideologia pelo fato de intervir a noção de discurso.

Entretanto, a linguagem, o sentido e o sujeito não são transparentes, ou seja, todos eles possuem sua própria materialidade, sendo constituídos nos processos em que a história, a língua e a ideologia concorrem em conjunto. Orlandi destaca que:

Ao se propiciar a tomada em consideração do imaginário na relação do sujeito com a linguagem, dá-se um novo lugar à ideologia e compreender-se melhor como se constituem os sentidos, colocando-se na base da análise a forma material: acontecimento do significante em um sujeito afetado pelo real da história. Acontecimento que se realiza na/pela eficácia da ideologia. [1999: 96]

Deste modo a relação determinada do sujeito afetado pela língua, com a história, gera o sentido. Assim sendo, não existe discurso sem sujeitos, e, por conseguinte, não existe sujeito sem ideologia.

### Ideologia e Análise do Discurso

Na perspectiva marxista, o conceito de ideologia expressa uma relação entre “formas invertidas” da consciência e a existência humana, isto é, existe uma distorção do pensamento, onde a origem se constitui em função das contradições sociais. A principal função desta distorção é ocultar as próprias contradições. Dentro do trabalho do próprio Marx, esta formulação, vem sofrendo transformações, devido a influência de outros autores.

Neste contexto, observa-se que a ideologia é um dispositivo de dominação de classe, pois a classe dominante transforma suas idéias nas idéias dos todos. Deste modo, acabam com as contradições entre relação social e consciência. Sendo assim, a ideologia a qual Marx se refere é, portanto, especificamente a ideologia da classe dominante.

Althusser propõe uma nova visão deste assunto, em Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado onde afirma que a classe dominante cria instrumentos para a



reprodução de condições materiais, ideológicas e políticas, para manter sua dominação. Helena Brandão a partir destes postulados diz que:

A existência da ideologia é, portanto, material, porque as relações vividas, nela representadas, envolvem a participação individual em determinadas práticas e rituais no interior de aparelhos ideológicos concretos. Em outros termos, a ideologia se materializa nos atos concretos, assumindo com essa objetivação um caráter moldador das ações. Isso leva Althusser a concluir que a prática só existe numa ideologia e através de uma ideologia. [2004:25]

A formulação do conceito de ideologia é visto em Althusser como “*uma representação da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência*”, tanto interpela os indivíduos e como os constitui em sujeitos. Para ele, “*a natureza imaginária (da relação entre os homens e as suas condições reais de vida) que fundamenta toda a deformação imaginária que se pode observar em toda ideologia.*” [1980:81]

Pêcheux passa a pensar nas relações entre discurso e ideologias, a partir das leituras de Althusser. Pêcheux ressalta o papel da ideologia no processo de interdição dos sentidos. Para tanto, ele propõe o conceito “*condições de produção*”, o qual mostra que o discurso é efeito de sentidos entre os interlocutores, como já foi dito anteriormente. Nesta ótica, percebe-se que o indivíduo não está livre para fazer escolhas deliberadas, em uma dada situação, seu dizer estará sendo afetado pelo “*já dito*”, que Pêcheux chama de interdiscurso. Este “*já-dito*” são sentidos que se construiu historicamente através das relações de poder, que são assumidos ou não pelo sujeito, isto depende da posição discursiva em que este ocupa, ou não, em função do funcionamento da ideologia. Deste modo Pêcheux afirma:

A materialidade concreta da instância ideológica existe sob a forma de formações ideológicas, que, ao mesmo tempo, possuem um caráter ‘regional’ e comportam posições de classe. [...] Posições de classe que existam de modo abstrato e que sejam aplicadas aos diferentes ‘objetos’ ideológicos regionais das situações concretas. [1997:146]

Pêcheux afirma ainda que um aspecto particular do funcionamento da instância ideo-lógica consiste no *assujeitamento* ideológico o qual leva cada indivíduo a acreditar que, a



partir de sua escolha, pode se estabelecer, no lugar de uma ou outra classe social, contraria no modo de produção. Ou seja, a interpelação do sujeito em sujeito ideológico, se dá através da identificação do sujeito com a formação discursiva que o domina. Esta identificação do sujeito, que Pêcheux diz imaginária, se baseia no fato de que elementos do interdiscurso se *(re)estabelecem* no discurso do próprio sujeito.

Quando o sujeito é interpelado, ele produz um efeito de evidência, a ideologia cria um processo de aquisição dos sentidos. Os sentidos se instalam na sociedade e vão sendo adotados no intradiscurso, naturalmente, pois ancoram-se no “*já dito*” extinguindo a história. Para melhor contextualizar, a questão da ideologia diante da AD, Orlandi destaca:

Ideologia não se define como o conjunto de representações, nem muito menos como ocultação de realidade. Ela é uma prática significativa; sendo necessidade da interpretação, não é consciente – ela é efeito da relação do sujeito com a língua e com a história em sua relação necessária, para que se signifique. [1998:48]

Sendo assim, nota-se que o sujeito através de seu discurso, pode evidenciar uma identificação com a ideologia da classe dominante, mesmo não fazendo parte desta classe, e sem ter consciência disso.

### Noção de Sujeito

A AD trabalha a linguagem numa estreita relação com a ideologia, e é isso que a distingue a AD. Fala-se de um sujeito interpelado pela ideologia, bem como a idéia proposta por Althusser do sujeito assujeitado, o que coloca a AD de linha francesa numa condição de distanciamento das demais análises do discurso.

Sabe-se que o sujeito da AD não é um sujeito empírico nem cognitivo, nem indivíduo, este sujeito é pois, é dividido em categorias teóricas que constituí diferentes posições sujeito nas condições determinadas pelas formações discursivas que ele está inscrito. Não se trabalha com o sujeito que possui intenções e vontades, nem com o total assujeitamento deste. Mesmo o sujeito estando inscrito em uma formação discursiva, e por ela é afetado, o mesmo também a afeta e estabelece seu dizer. Deste modo, o processo de assujeitamento gerado pelo sujeito no percurso que faz dentro de uma formação discursiva, resulta no efeito-sujeito.



Dante do exposto, é importante ressaltar que o sujeito na AD não é apenas o sujeito interpelado pela ideologia (assujeitamento), dado por Althusser, ou o sujeito da psicanálise (inconsciente) de Lacan, nem mesmo pode-se dizer que se trata da soma dessas duas perspectivas, o que diferenciará este sujeito é a intervenção da linguagem, no sentido linguístico e histórico que é atribuído pela AD. Acerca deste postulado, Ferreira diz:

O sujeito da análise do discurso não é só o do inconsciente; é também, como vimos, o da ideologia, ambos são revestidos pela linguagem e nela se materializam. Essa é uma particularidade que se assegura ao campo discursivo tratar de uma dupla determinação do sujeito – de ordem da interioridade (o inconsciente) e da exterioridade (a ideologia). Essa relação conjuntiva entre o desejo e poder é que torna tão especial e complexo esse campo teórico. [2005:19]

Desta maneira, o sujeito do discurso está estrategicamente entre o sujeito da ideologia (assujeitado) e o sujeito da psicanálise (inconsciente), onde ambos são revestidos pela materialidade da língua, ou seja, o sujeito na AD é simultaneamente sujeito ideológico e sujeito do inconsciente, isto porque seus corpos são atravessados pela linguagem antes de toda e qualquer cogitação.

#### **Sujeito Ideológico de Althusser VS Sujeito Psicanalítico de Lacan**

Na concepção de Althusser, toda ideologia constitui indivíduos concretos em sujeitos, quando diz “a ideologia interpela os indivíduos como sujeitos”. Através de alguns mecanismos é que a ideologia se estabelece no cotidiano transformando os indivíduos em sujeitos. Isto fica visível quando o sujeito se inscreve nas práticas reguladas pelos aparelhos ideológicos. Neste sentido, só através do sujeito e no sujeito que a ideologia será possível. De acordo com Brandão:

Para Althusser, o problema da ideologia é a maneira pela qual os homens vivem a sua relação com as condições reais de existência, e essa relação é necessariamente imaginária. Acentua o caráter imaginário, o aspecto, por assim dizer, “produtivo” da ideologia, pois o homem produz, cria formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta. O imaginário é o modo como



o homem atua, relaciona-se com as condições reais de vida. [2004:24].

O sujeito lacaniano que é o sujeito da psicanálise, que se apresenta numa esfera interior. É o sujeito do inconsciente, dado por Lacan a partir da hipótese do inconsciente de Freud. Uma das fórmulas de Lacan em relação ao sujeito é que “Um significante é o que representa um sujeito para outro significante”. Percebe-se então que esta fórmula deixa o sujeito entre dois significantes, como algo que se estabelece na cadeia significante; isso é interessante, pois não se objetiva o sujeito, o que é uma tendência na área da psicologia. Assim sendo, esta noção de sujeito do inconsciente, possibilita pensar o sujeito como efeito de discurso, o que o torna um pressuposto bastante relevante para a AD de Pêcheux. Sobre o sujeito do inconsciente Ferreira afirma:

O real do sujeito seria o inconsciente, aquilo que mais de perto diz do sujeito, o que lhe é próprio. O que move seria o desejo, a busca da completude, a tentativa incessante de fechar os furos em nossa estrutura psíquica. Esse inconsciente é o mesmo que aparece na língua quando nela tropeçamos, ao cometermos lapsos, atos falhos ou produzirmos chistes. O inconsciente, como diz Lacan, está constituído pela linguagem. [2005:19]

Por fim, a ideologia é a condição para se constituir o sujeito e por assim dizer o sentido. O indivíduo é interpelado em sujeito através da ideologia para que estabeleça seu dizer, ou seja, se apresenta num nível interdiscursivo. Na AD, a ideologia e o inconsciente são dados como estruturas-funcionamentos, uma vez que Pêcheux diz: “*Sua característica comum é a de dissimular sua existência no interior de seu próprio funcionamento, produzindo um tecido de evidências ‘subjétivas’ entendendo-se ‘subjétivas’ não como ‘que afetam o sujeito’ mas como ‘nas quais se constitui o sujeito’.*”

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado.** 3<sup>a</sup> edição. Lisboa, Portugal. Editorial Presença/Martins Fontes. 1980.



DISCURSO, SOCIEDADE E CULTURA  
I Encontro de PESQUISADORES em ESTUDOS DISCURSIVOS  
ISBN 978-85-7539-765-7

BRANDÃO, Maria Helena Nagamine. **Introdução a Análise do Discurso.** Ed:2<sup>a</sup>. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber.** Ed:7<sup>a</sup>. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

INDURSKY, Freda. FERREIRA, Maria Cristina (Org.). **Michel Pêcheux e a Análise do Discurso: Uma Relação de Nunca Acabar.** São Carlos: ClaraLuz, 2005.

MALDIDIER, Denise. **A Inquietação do Discurso – (re)ler Michel Pêcheux Hoje.** Campinas: Pontes, 2003.

ORLANDI, Eni P. **Interpretação:** Autoria, Leitura e Efeitos do Trabalho Simbólico. Ed: 2<sup>a</sup>. Petrópolis, RJ: Vozes Editora, 1998.

ORLANDI, Eni P. **A linguagem e o seu Funcionamento:** As Formas do Discurso. Campinas, SP: Pontes, 1999.

ORLANDI, Eni P. **Discurso e Texto:** Formulação e Circulação de Sentidos. Campinas, SP: Pontes, 2004.

ORLANDI, Eni P. **Análise do Discurso:** Princípios & Procedimentos. Ed:8<sup>a</sup>. São Paulo: Pontes, 2009.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: Uma Crítica à Afirmação do Óbvio.** Ed:3<sup>a</sup>. São Paulo: Unicamp, 1997.

POSSENTI, Sírio. **Os Limites do Discurso:** Ensaios sobre Discurso e Sujeito. São Paulo: Parábola, 2009.



## DAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS ÀS HISTÓRIAS EM QUADRÔES: A RESSIGNIFICAÇÃO DE MARCAS IDENTITÁRIAS CULTURAIS.

Rosemary Evaristo Barbosa

O dizer, por ser inscrito em um determinado tempo e lugar e ser prepassado pela ideologia, vai justamente resgatar manifestações culturais e visões de mundo capazes de definilo como marca identitária de uma dada sociedade, pois é reflexo daquilo que existe nela – tradições, manifestações artísticas, comportamentos, credices, religiosidades, valores e costumes, entre outros fatores. Na verdade, os dizeres vão compreender a cultura por ela estar inserida em uma realidade histórica, a qual caracteriza e distingue as sociedades, como também os sujeitos que nela vivem.

Partindo desta compreensão, devemos considerar o processo de formação da identidade de um indivíduo, grupo ou nação por meio das características do sistema social no qual estão inseridos: o contexto histórico e a cultura vão traçar perfis identitários representativos desse sistema, através das práticas sociais e discursivas mantenedoras dos valores e crenças da época e do lugar.

Neste sentido, a cultura condiciona a visão de mundo do homem, pois estabelece padrões de comportamento e de interação com o mundo, organizados em um sistema cultural singular (LARAIA, 2004). Embora haja a influência de outras culturas, a singularidade apresentada por Laraia pode ser entendida como a relação mantida entre a tradição e a renovação, que é vivenciada diversamente entre as sociedades – fato este que torna esse processo singular, uma vez que dependendo do sistema cultural de dada sociedade, as interdições concernentes às relações e práticas sociais irão impor as regras do viver coletivo. Assim, os pendores, as profissões e as possibilidades de concretizar este ou aquele ato estão associados à forma como esse sujeito interage com seu meio, que papel social desempenha, ou se está apto ou não a realizar as tarefas delimitadas pela sociedade. Por isso, cada sujeito participa diferentemente de sua cultura. O sistema cultural de qualquer tipo de sociedade possui uma ordem própria e é a partir dessa lógica que os sujeitos interagem com o mundo e entre si, em determinado tempo e lugar. E para se compreender a lógica de cada sistema cultural é preciso compreender as suas categorias constituídas, ou seja, como o mundo é concebido e representado por cada grupo.



Para a Ciência Histórica, a constituição de identidades individuais e coletivas é reconhecida no interior de uma realidade histórica, tendo em vista que cada época fabrica a sua representação do passado histórico. Assim, a memória social e a história estão intimamente relacionadas, uma vez que esta memória é “um de seus objetos e, simultaneamente, um nível elementar de elaboração histórica.” (LE GOFF, 2003, p.49). Por isso, a história da história preocupa-se com a cultura histórica constituída por determinados fenômenos, situados em determinado tempo.

Sendo o tempo matéria fundamental da história, sua cronologia desempenha importante função no estabelecimento de pontos de partida e de periodização de práticas sócio culturais dos povos, cuja memória passa a ser demarcada pelo tempo histórico.

Dessa forma, o estudo da memória social oferece ao pesquisador fundamentos para abordar os problemas do tempo e da história, que envolvem os grupos sociais em suas relações de poder. Destas relações emerge a legitimação de mecanismos que manipulam a memória coletiva, porque é no interior das lutas sociais pelo poder que determinados fatos históricos tornam-se memória. Assim, sendo objeto dos estudos realizados pela Ciência Histórica, a memória social está atrelada à memória histórica (LE GOFF, 2003), pois envolve práticas, representações e valores sociais que se inscreveram no tempo e foram cristalizadas, ressignificadas ou extintas conforme a atuação e desenvolvimento das diferentes sociedades no seu percurso de evolução histórica.

Neste processo em que se insere a memória histórica, vamos situar a produção discursiva, regulada por uma ordem do discurso, cujos enunciados passam a ser considerados finitos, limitados e úteis. Por conta dessa regularidade característica de cada acontecimento discursivo, Foucault (2007) passa a explorar a positividade discursiva, ao fazer a descrição dos enunciados.

Para ele “a positividade de um discurso - como o da história natural, da economia política, ou da medicina clínica – caracteriza-lhe a unidade através do tempo e muito além das obras individuais, dos livros e dos textos”. (FOUCAULT, 2007, p.143). Ela é quem define os limites do dizer: determina como “podem ser desenvolvidos identidades formais, continuidades temáticas, translações de conceitos, jogos polêmicos. Assim a positividade desempenha o papel do que se poderia chamar de um a priori histórico”. (FOUCAULT, 2007, p.144).



Este a priori histórico é responsável pelos enunciados em sua dispersão, uma vez que cada acontecimento discursivo tem uma história e um sentido específicos. Portanto, o a priori histórico é o conjunto das regras que caracterizam uma prática discursiva em um determinado espaço e tempo, pois está vinculado ao processo enunciativo.

Diante da articulação dos enunciados conforme a priori históricos, Foucault percebe a necessidade de tratar as formações discursivas de um modo mais complexo, uma vez que existem condições prévias que determinam a estruturação e o funcionamento discursivo, pois:

O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem a figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas. [...] É o que, na própria raiz do enunciado-acontecimento e no corpo em que se dá, define, desde o início, o sistema de sua enunciabilidade. [...] É o que define o modo de atualidade do enunciado-coisa: é o sistema de seu funcionamento. [...] É o que diferencia os discursos em sua existência múltipla e os especifica em sua duração própria. (FOUCAULT, 2007, p.147)

Assim, a constituição dos arquivos está ligada ao processo de enunciação dos discursos e ao modo de sua atualização – o que distingue, especifica e determina cada discurso e seu tempo de circulação. Portanto, os arquivos criam as regras que estabelecem tanto o surgimento dos enunciados, a sua permanência e o seu apagamento quanto os deslocamentos, retomadas, polêmicas, contratos e conflitos que seus sentidos podem suscitar.

É através desse jogo de regras que os arquivos determinam em relação ao sujeito e a sua cultura que elementos evocar de sua memória social e como atualizá-lo, uma vez que tudo aquilo que é assimilado enquanto valor histórico passa a ter uma dimensão social e de significação – o que resulta na ativação de informações que serão reguladas conforme



regras do dizer, estabelecendo, assim, o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados relacionado às práticas, representações e valores sociais.

Deste modo, a memória discursiva - arquivo - está relacionada a textos fundadores de mitos, relatos de fatos, enunciados que se apóiam em outros em uma relação intertextual, como também interdiscursiva. Ela está em permanente atuação, já que as informações, os conhecimentos e os valores são passados e repassados de geração a geração. Porém, a sua manutenção estará atrelada a determinados operadores de memória social como os objetos culturais (livros, imagens, filmes, arquitetura, TV, música, etc.) que são cada vez mais variados, correspondendo à evolução da sociedade de um modo geral.

Portanto, a relação estabelecida entre a memória discursiva e a memória social se dá no entrecruzamento da materialidade linguística e os valores histórico-culturais que os discursos veiculam entre o real da língua e o real da história. Ou seja, se a memória social está atrelada à memória histórica e corresponde a práticas, representações e valores que se inscreveram no tempo; a memória discursiva com ela dialoga ao se relacionar com o acontecimento discursivo – que é histórico – e a (re)atualização dos enunciados em conformidade a determinados temas recorrentes no meio social.

Os dizeres, assim, circularão reproduzindo as referências culturais delimitadas pela história. Por isso, seu sentido vincula-se a uma formação discursivo-ideológica correspondente à memória social de determinado agrupamento social ou povo. Cabe, pois, a essa memória estabelecer os valores, as crenças, os comportamentos e as visões de mundo que serão assimilados pelos sujeitos e colocados em prática no momento da interlocução.

É a partir da análise da função-enunciativa que o analista pode delimitar as propriedades dos enunciados, a partir das referências sobre o sujeito que produziu o discurso, a sua posição institucional, bem como as regras sócio-históricas que definem as condições de formulação discursiva. Como os discursos se inserem em meio a outros tantos já ditos, estabelecem, conforme o acontecimento discursivo, retomadas ou deslocamentos de elementos discursivos inseridos em uma formação discursiva. É por isso que a constituição dos sentidos passa necessariamente pela relação mantida entre a memória – arquivo – e a materialização dos discursos.

A ordem do discurso a que o sujeito está vinculado fará com que determinado senti-do e não outro seja veiculado. Por isso, ao serem determinadas por uma dada



formação discursiva, as palavras especificam o sentido, trazendo para o texto a unidade que lhe é constitutiva. No entanto, por ser a linguagem caracterizada pela incompletude, esta suposta unidade passa a ser considerada como uma das possibilidades materializadas dos inúmeros sentidos existentes. Isto ocorre por conta da interdiscursividade, através da qual os discursos se deslocam, atraemse, distanciam-se e se assemelham, conforme a posição que o sujeito ocupar no momento da enunciação do seu dizer.

A unidade textual é um efeito discursivo provocado pela função-autor, uma vez que centraliza, ordena e dá coerência ao discurso. Nesse sentido, limita a descontinuidade dos enunciados ao controlar o seu aparecimento. Isto ocorre porque nem tudo pode ser dito, de qualquer modo, em qualquer lugar, por um sujeito qualquer e para qualquer sujeito.

Por não existir um sentido dado a priori, mas sentidos que são construídos nas práticas discursivas (Foucault, 2007), é a materialidade do enunciado que remete às condições de produção dos sentidos: o discurso, então, passa a fundamentar a interpretação, pois constrói uma verdade através da ordem que rege seu acontecimento.

A noção de acontecimento possibilita considerar o enunciado no campo de uma memória, a qual disponibiliza para o sujeito um saber discursivo que torna possível todo dizer. Desse modo, sujeito e sentidos são afetados pela ordem da língua e a ordem da história: a constituição determina a formulação, ou seja, a relação memória-discurso estabelece o jogo dos sentidos. É através do jogo entre ativação da memória e estratégias de formulação que os enunciados são atualizados, por meio da repetição e da modificação, da paráfrase e da polissemia.

Portanto, no processo de materialização dos discursos, a organização dos sentidos no texto se dá por meio de determinadas condições de produção que modelam o conteúdo temático dos gêneros textuais. Assim, Foucault (2002, p.169), ao declarar - “se a linguagem existe é que sob identidades e diferenças, há o fundo das continuidades, das semelhanças, das repetições, dos entrecruzamentos naturais” – expõe que o sistema simbólico da língua funciona a partir dos deslocamentos de sentido, que são naturais, ou seja, são inerentes à interdiscursividade. Logo, a relação entre o interdiscurso e o intradiscurso produz a realidade do discurso: o que é repetível instaura-se através da formação discursiva e do domínio do saber do sujeito; enquanto o que é enunciável recorre a elementos referenciais, no momento da formulação, regularizando os discursos.



Desse modo, a formulação de um texto articula as várias linguagens que constituem o universo simbólico, e nele o sujeito imprime o que não é igual ao já-dito, uma vez que o reinterpreta de modo diferente, atribuindo, enquanto individualidade, novos sentidos ao texto por ele produzido. A seleção que o sujeito faz entre o que diz e o que não diz também é significativa - ao longo do dizer vão-se formando famílias parafrásticas que significam.

Maingueneau (1997, p.96) sobre esta questão declara que:

A parafrasagem aparece em AD como uma tentativa para controlar em pontos nevrálgicos a polissemia aberta pela língua e pelo interdiscurso. Fingindo dizer diferentemente a ‘mesma coisa’ para restituir uma equivalência preexistente, a paráfrase abre, na realidade, o bem-estar que pretende absorver, ela define uma rede de desvios cuja figura desenha a identidade de uma formação discursiva.

A parafrasagem para Maingueneau corresponde ao processo de formulação do texto, pois trata das condições de sua produção. Já a paráfrase se refere ao texto pronto, concluído. Tanto uma quanto a outra se estabelecem na configuração das semelhanças entre os dizeres.

Assim, o sujeito-leitor recorre à memória discursiva no processo de leitura e análise, reconstrói o texto lido num movimento entre o legível e a sua interpretação, numa dialética entre a repetição e a regularização. Portanto, os mecanismos e as estratégias empregadas pelo sujeito a fim de instituir os efeitos de paráfrase decorrem do estabelecimento da regularidade de dizeres inseridos em um mesmo espaço de significação, advindos de uma memória mantida pela atualização.

Com relação à polissemia, ocorre o deslocamento de sentido pelo equívoco – a memória é a mesma, no entanto, a textualização é estruturada com base em regras que provocam a falha, a ruptura, para construir um sentido diferente no mesmo objeto simbólico. Assim, a relação que o texto e seus enunciados realizados mantêm com outros não-ditos e outros textos diz respeito ao recorte que é feito em determinadas formações discursivas: o sentido polissêmico é estabelecido a partir da transformação daquilo que é repetível.

Sobre a relação paráfrase e polissemia, Orlandi acrescenta que:



Esta tensão entre o mesmo e o diferente é que constitui as várias instâncias da linguagem. Aí se situa a relação entre a variação, a multiplicidade inerente à linguagem e a sua contenção (institucional). Expressa-se assim o conflito entre o garantido, o institucionalizado, o legitimado, e aquilo que, no domínio do múltiplo, tem de se garantir, se legitimar, se institucionalizar. A polissemia é o conceito que permite a tematização do deslocamento daquilo que na linguagem representa o garantido, o sedimentado. Esta tensão básica, vista na perspectiva do discurso, é a que existe entre o texto e o contexto histórico-social: porque a linguagem é sócio-históricamente constituída, ela muda; pela mesma razão, ela se mantém a mesma. Essa é a sua ambiguidade. (ORLANDI, 2000, p.20).

Se é na materialidade do discurso que podemos observar a relação entre paráfrase e polissemia, as marcas, pistas que o texto oferece traduz o modo pelo qual o sujeito se subjetiva, indicando a articulação que ele faz da língua com a história. Por isso, cada texto traz no seu interior a inscrição da memória – numa formulação entre outras possíveis.

Portanto, o jogo entre paráfrase e polissemia é condição de existência dos sujeitos e dos sentidos, uma vez que há um movimento constante da língua e da história - os discursos se entrecruzam, assemelham-se ou se diferenciam para constituir determinados sentidos, por meio da produtividade e criatividade do sujeito:

A ‘criação’ em sua dimensão técnica é produtividade, reiteração de processos já cristalizados. Regida pelo processo parafrástico, a produtividade mantém o homem num retorno constante ao mesmo espaço dizível: produz a variedade do mesmo. [...] Já a criatividade implica na ruptura do processo de produção da linguagem, pelo deslocamento das regras, fazendo intervir o diferente, produzindo movimentos que afetam os sujeitos e os sentidos na sua relação com a história e com a língua. Irrompem assim sentidos diferentes. (ORLANDI, 1999, p.37).

É no plano de formulação que o sujeito define que relação os discursos irão manter no jogo de sua dispersão – se vai ser dada a ênfase à repetição parafrástica ou aos desdobramentos polêmicos da polissemia na configuração dos sentidos, nesse novo acontecimento discursivo. Desse modo, a análise dos enunciados supõe que:



DISCURSO, SOCIEDADE E CULTURA  
I Encontro de PESQUISADORES em ESTUDOS DISCURSIVOS  
ISBN 978-85-7539-765-7

Os enunciados sejam considerados na remanência que lhes é própria e que não é a do retorno sempre possível ao acontecimento passado da formulação. Dizer que os enunciados são remanentes não é dizer que eles permanecem no campo da memória ou que se pode reencontrar o que queriam dizer, mas sim que se conservaram graças a um certo número de suportes e técnicas [...], segundo certos tipos de instituições [...] e com certas modalidades estatutárias. [...] Embora a conservação através do tempo seja o prolongamento acidental ou bem-sucedido de uma existência feita para passar com o momento, a remanência pertence, de pleno direito, ao enunciado; o esquecimento e a destruição são apenas, de certa forma, o grau zero da remanência. E sobre o fundo por ela constituído, os jogos de memória e da lembrança podem-se desenrolar. (FOUCAULT, 2007, p.140)

A fim de ilustrarmos a relação estabelecida entre a memória social e a memória discursiva, utilizando-nos do jogo estabelecido entre paráfrase e polissemia, partiremos da constituição dos dizeres e sua relação com o plano de formulação, reportando-nos ao projeto História em Quadrões<sup>1</sup>, criado pelo sujeito-autor Maurício de Sousa, por meio do qual ressignifica dizeres, basicamente, a partir do trabalho com duas memórias sociais: uma atrelada aos ícones da pintura; a outra associada aos perfis identitários de seus personagens. Assim, viajando pelas mais diferentes paisagens culturais, em diferentes épocas, o sujeito Maurício de Sousa seleciona determinadas referências imagéticas, recriando telas que dialogam com a história e a memória das artes plásticas. Estas são trazidas para seu público leitor, que passa a interagir com o trabalho de pintores clássicos e modernos, por meio do

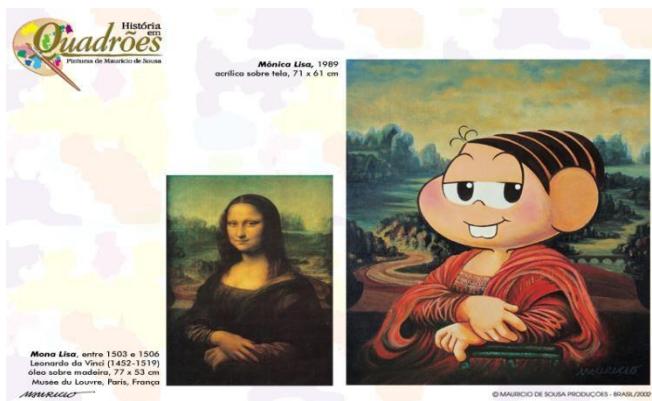
---

<sup>1</sup> Este projeto foi bastante divulgado pela Maurício de Sousa produções. A idéia de retomar ícones das artes plásticas e trazê-los para o mundo das HQs surgiu depois que o sujeito-autor Maurício de Sousa visitou o Museu de Arte em São Paulo (MASP), no final dos anos 80 e o Louvre, na França, onde observou crianças “copiando” a Mona Lisa. Desde então, passou a pesquisar a obra de vários pintores, a fim de desenvolver releituras, utilizando-se de seus personagens para figurar o contexto das artes plásticas. Desse modo, passou doze anos pesquisando estilos, detalhes, molduras e técnicas utilizadas por pintores, para se aproximar ao máximo do texto original. As primeiras telas pintadas, a princípio, ficaram expostas no estúdio do cartunista e viraram atração para os visitantes – o que resultou na idéia de fazer uma exposição e um livro, destinado a crianças entre seis e doze anos, com os quarenta e sete quadros baseados nas obras de Leonardo da Vinci, Édouard Manet, Miguelângelo, Van Gogh, Pedro Américo, Cândido Portinari, entre outros. A exposição e o lançamento do livro História em Quadrões aconteceram na Pinacoteca de São Paulo, no dia seis de outubro de 2001, concomitante à exposição das esculturas de Rodin. Após essa temporada, os “quadrões” seguiram para outras capitais brasileiras – como Rio de Janeiro, Salvador, Curitiba e Brasília - ultrapassando a marca de quinhentos mil visitantes – como também para a Europa e EUA.



livro ou da visitação à pinacoteca da Maurício de Sousa produções, de cujo acervo selecionamos duas telas para serem aqui analisadas:

#### TEXTO 1



A Gioconda (Mona Lisa), de Leonardo da Vinci, criada entre 1503 e 1506, faz parte do acervo do museu do Louvre, em Paris, e aqui é retomada a partir das relações de semelhança estabelecida com a personagem Mônica. O funcionamento discursivo do texto define, dentro do campo da representação, um efeito de indicações que ligam, por meio de atualizações, a Mônica à Mona Lisa. São cores, gestos, semblante, ambiente, roupas que a identificam e a aproximam da obra de Leonardo da Vinci.

O enunciado “Mônica Lisa” é marca textual que indica o modo como o diálogo intertextual se estabelece: o vínculo entre a memória discursiva e a atualização deste tema converge para a construção de sentidos que retomam uma figura do passado, através do efeito de repetição de símbolos importantes a memória social dos grandes pintores. Essa inscrição, que nomeia o novo texto, sinaliza o entrecruzar de valores culturais de duas memórias sociais distintas: a das telas e a das HQs de Maurício de Sousa.

Como a proposta do projeto História aos Quadrões é fazer os sujeitos-leitores conhecerem os ícones das artes plásticas por meio do traço do sujeito Maurício de Sousa, a própria reprodução das telas associadas às imagens dos personagens de A Turma da Mônica evidencia a presença do Outro no discurso, situando as imagens entre a



heterogeneidade constitutiva e a marcada. Este fato auxilia o leitor a perceber o arquivo a que faz referência a tela “Mônica Lisa”, possibilitando leituras legitimadas pela função-autoria. Nesse sentido, ao ser reconhecida a marca de autoria, reconhece-se, também, as marcas que fazem de cada tela um índice de identidade cultural: os nomes das personagens, dos autores e o contexto histórico de sua constituição delimitam informações, que atribuem valores histórico-culturais importantes a produção de sentidos.

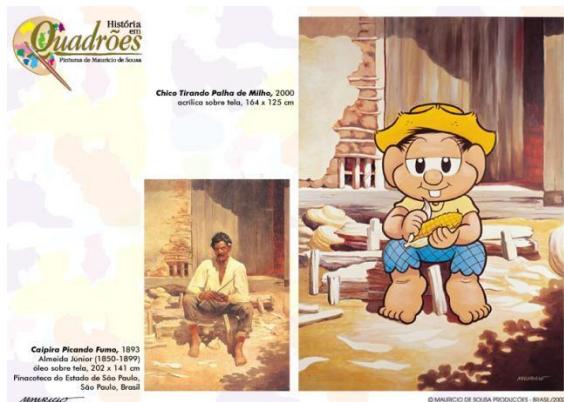
Ao instituir a unidade textual que lhe é constitutiva, o sujeito-autor elabora estratégias discursivas que trazem para o texto a presença marcada da polissemia quando, ao recuperar, por meio da intertextualidade e da interdiscursividade, a memória social, estabelece a relação entre o mesmo e o diferente através da alusão e da textualização dos quadrinhos.

Por ser a linguagem caracterizada pela incompletude, esta suposta unidade passa a ser considerada como uma das possibilidades materializadas dos inúmeros sentidos existentes. Assim, entre identidades e diferenças apresentadas nas telas pelo enunciado e pela rede figurativa se faz o jogo entre a paráfrase e a polissemia: é a relação entre o interdiscurso e o intradiscurso que produz a realidade do novo acontecimento discursivo.

Desse modo, os elementos que restringem ou ampliam as possibilidades de leituras polissêmicas decorrem da articulação da língua com a história, dos símbolos icônicos com os arquivos, fazendo com que se estabeleça a relação entre o sentido e a memória e a delimitação dos modos de interpretação conforme lugares destinados ao leitor e ao autor. Por isso, o texto em questão, enquanto estrutura enunciativa e dialógica, deve ser entendido na perspectiva da construção de um novo saber por meio de um saber comum, ou seja, enquanto retomada e deslocamento do já-dito, provocada pelo efeito polissêmico. É o que acontece também com a tela denominada Caipira Picando Fumo, de Almeida Junior:



## TEXTO 2



A tela Caipira Picando Fumo, criada em 1893, faz parte da exposição permanente de telas do MASP – Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand. Ela é interpretada e atualizada pelo sujeito-autor por meio das características de seu personagem Chico Bento. Por tematizar a questão da vida e hábitos de quem vive no campo, a releitura da tela só poderia ser representada por Chico Bento – por ser nas HQs de Maurício de Sousa identificado como agricultor.

Novamente a estratégia discursiva utilizada pelo sujeito-autor recupera traços característicos e definidores do espaço social ocupado pela personagem em questão, criando o liame entre Chico Bento e o Caipira, através de semelhanças. Este procedimento aqui se faz pelo gesto, olhar, vestimenta, paisagem e modo de vida, além da relação mantida entre os temas das telas, com o deslocamento do personagem desta HQ para o contexto retratado por Almeida Junior.

O jogo entre a paráfrase e a polissemia aqui se estabelece porque o sujeito-autor desloca as marcas identitárias deste personagem das HQs, por meio principalmente da imagem, que é um operador de memória social. Desse modo, a linguagem icônica dos



textos visuais simboliza discursos e práticas sociais, por meio das remissões e retomadas que faz sobre temas importantes para a cultura de um povo.

Assim, ao recuperar as semelhanças por meio da aproximação das cores, tons, formatos e expressões dos personagens envolvidos, se estabelece a paráfrase, situando o sentido em relação à voz da memória social aqui retratada; ao promover os deslocamentos de sentidos na formulação do texto, neste outro acontecimento, se instaura a polissemia, demarcando um novo rosto e uma nova identidade para Chico Bento, que aqui passa a assumir a identidade do “Caipira”, porém não mais picando fumo. Tal ressignificação deriva da proposta do projeto, como também da valorização de determinados discursos que circulam no meio social, como a preservação da saúde assim como do meio ambiente – que são veiculados nas HQs da Turma da Mônica e retomados aqui pelo sujeito-autor Maurício de Sousa, ao nomear a tela como Chico Bento Tirando Palha de Milho. Este discurso da preservação da vida do homem e do meio ambiente em que vive é legitimado por valores históricos de nosso tempo, e assumidos como verdadeiros pelo sujeito-autor.

Portanto, a memória histórica vinculada às imagens e aos enunciados verbais possibilita o sujeito-leitor compreender a maneira como a tela de Almeida Junior foi ressignificada por Maurício de Sousa ao colocar, ao lado da tela Chico Tirando Palha de Milho, o texto fundador com o qual pode dialogar. São duas memórias que apresentam discursos singulares, já que o Caipira Picando Fumo possui suas especificidades, assim como Chico Bento possui a sua identidade primeira, a das HQs, sendo aqui atualizada. Deste modo, por conta das semelhanças temáticas e figurativas, estabelece-se um novo referencial discursivo constituído pela heterogeneidade de enunciados que retomam o já-dito, ampliando a dimensão de sua significação.

Como pudemos verificar, o processo de construção de sentidos em ambos os textos apresentados (telas) retomam uma memória histórica de personagens, temas e pintores das artes plásticas. Ao fazer releituras das telas e inserir seus personagens em contextos semelhantes, de épocas, estilos e lugares diferentes, o sujeito-autor articula discursos que se entrecruzam, fazendo com que se especifiquem determinadas características identitárias.

Por isso, ao desenvolver seu projeto de reconstrução de identidades sócio-culturais, o sujeito-autor se insere em um tipo de identidade social que o aproxima das



referências, por exemplo, de Leonardo da Vinci, Cândido Portinari, Van Gog, Michelângelo, entre outros, fazendo com que seus personagens também se identifiquem enquanto símbolos culturais da pintura universal. Assim, ao criar novas identidades para Mônica e Chico Bento, o autor traz para as telas a relação descontínua entre o discurso e a história, sedimenta a identidade de seus personagens em um diálogo sócio-histórico e polissêmico, produzindo condições de leitura que inserem seus leitores-crianças no multiculturalismo.

Portanto, a relação entre o interdiscurso e o intradiscurso produz a realidade do discurso: o que é repetível instaura-se através da formação discursiva e do domínio do saber do sujeito-autor. É a memória discursiva atrelada à memória social dos grandes ícones da pintura que constitui o universo simbólico apresentado nas telas. Por isso, ao formular um texto articulando as várias linguagens, o autor imprime no já-dito a criatividade e o humor responsáveis pela atribuição de novos sentidos ao texto: é o processo de recorrência, aditividade e rarefação, analisados por Foucault (2007) que faz com que dado sentido e não outro seja veiculado nas telas.

Quando o sujeito, ao subjetivar-se, se posiciona enquanto autor, faz com que a linguagem adquira dimensões precisas e o seu texto apresente um formato e um sentido limitado em sua representação. Desse modo, cada conjunto de enunciados materializados foi manipulado e manobrado conforme vontade do autor – o que faz com que a regularidade das práticas discursivas tenha um novo corpo, uma nova forma de apresentação, gerando, assim, “os desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (PÉCHEUX, 1999, p.56) no interior da memória discursiva que, por sua vez, particulariza e singulariza as referências feitas aos elementos componentes da memória social.

Assim, o sujeito-autor ao enunciar os temas por meio da rede figurativa apresentada nas telas, os enunciados passaram a textualizar discursos, cujas formulações trouxeram enfoques, pistas, caracteres do referencial abordado, correspondentes aos valores históricos e suas representações, conforme modo de atualização do arquivo. Portanto, a recorrência de determinados discursos e temas, monitorado pelas regras de circulação e funcionamento dos dizeres, vai cristalizando vontades de verdades que são legitimadas pelo contexto sócio-histórico, reativando, assim, a memória social por meio da atualização da memória discursiva.



## REFERÊNCIAS

- PÊCHEUX. Papel da Memória. In: ACHARD, Pierre (et al). **Papel da Memória.** Tradução José Horta Nunes. Campinas/SP: Pontes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas.** Tradução Salma Tannus Muchail. 8 ed. 3 tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- \_\_\_\_\_. **A Arqueologia do Saber.** Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- LARAIA, Roque Barros. **Cultura:** um conceito antropológico. 17 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- LE GOFF, Jaques. **História e Memória.** Tradução Bernardo Leitão [et al.] 5 ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Novas Tendências em Análise do Discurso.** Tradução Freda Indursky. 3. ed. Campinas: Pontes, 1997.
- ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso:** princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Discurso e Leitura.** 5 ed. Campinas: Editora da Universidade de Campinas, 2000.
- SOUZA, Maurício de. **História em Quadrões.** Disponível em:  
<http://www.turmadamônica.br> Acesso em: 02 set. 2011.



## DO SUBLIME AO CÔMICO GROTESCO: O EPITÁFIO ÀS AVESSAS

Alécia Lucélia Gomes Pereira  
Maria Angélica de Oliveira

### INTRODUÇÃO

Os vários textos/discursos que circulam em nossa sociedade, dotados de um caráter lúdico, acabam sendo ricas fontes que nos permite analisar como se constrói/desestrói a identidade, em especial quando pensamos nessa identidade marcada por uma crise, como denomina Hall (2006). Crise essa permeada por práticas culturais próprias de cada tempo, e que nos são reveladas por meio de discursos ou práticas discursivas.

Assim, nosso estudo busca analisar a “nova” identidade corporificada em epitáfios que circulam na mídia. Para isso, nos valemos da concepção Bakhtiniana acerca da carnavaлизação, em que há o predomínio do riso, deslocando o lugar de oficialidade presente em práticas culturais, a outro, seu oposto, o não oficial. Esse mundo ao contrário só torna possível ser entendido a partir daquele, o mundo oficial, que obedece e segue regras impostas por instituições detentoras de poder, a saber: o Estado e a Igreja. Instituições estas tidas por donas de verdades absolutas e imutáveis. Marcados por uma linguagem popular e por um caráter subversivo, esses novos epitáfios vem desestabilizar esse lugar de poder que reina sobre tais instituições.

O mundo carnavalizado, no qual Bakhtin (1993) ao estudar a obra de Rabelais faz menção, vem sendo atualmente refratado em nossa cultura, na medida em que acontecimentos com caráter moralizador são transfigurados sobre uma forma parodística. Isso é visível em cinema, novelas, filmes, músicas, em obras literárias e até mesmo documentos /ou gêneros dotados de uma seriedade imutável, a saber, os que são perpassados por discursos religiosos. Estes também acabam sendo colocados “às avessas”, como é o caso do epitáfio, conhecidos por transmitir verdades inquestionáveis, como a infinitude e a presença de um *sujeito moral*, em relação a um sujeito que pereceu. Partindo desse conhecimento, no qual, são estabelecidas essas vontades de verdade presentes nos epitáfios, passamos então ao questionamento: quais os discursos presentes nos epitáfios “às avessas”? São os mesmos que circulam nos epitáfios oficiais? Qual a identidade tanto do



sujeito apresentado nos dizeres presentes nos epítáfios “às avessas” quanto do próprios epítáfios?

Nosso trabalho tornou-se possível devido os respaldos teóricos de Hall (2006) que pontua uma crise na identidade como consequência das mudanças culturais presente em nossa sociedade, pós-moderna. Importante saber também que dada identidade é estabelecida através da diferença, identidade e diferença são inseparáveis. Os aportes teóricos de Silva (2000) nos faz perceber bem essa interdependência entre identidade e diferença. Como forma de compreender esse lugar do epítápio em sua forma carnavaлизada e grotesca risível, temos por subsídio teórico Bakhtin (1993). Ainda destacaremos Foucault (2009, 1995), nos valendo de seus pensamentos acerca dos conceitos sobre vontade de verdade e relações de poder, uma vez que, são conceitos que controlam a ordem estabelecida em um dado discurso.

Para tanto nosso corpus é formado por epítáfios do cemitério “Monte Santo”, localizado na cidade de Campina Grande, Paraíba, assim como por epítáfios coletados da internet.

## IDENTIDADE...

Os estudos acerca da identidade vêm despertando interesse em vários campos, a saber: filosófico, sociológico, antropológico, entre outros. Nossa pesquisa procura entender a questão da identidade enquanto processo formado pela linguagem e pelo discurso.

Em seus estudos Hall (2006) destacou três concepções de identidade: primeiro o sujeito do iluminismo, um sujeito centrado, autônomo e auto-suficiente, dotado de uma essência desde o nascimento, a qual não sofria alterações; segundo, um sujeito sociológico, esse já não é mais autônomo, sua formação é decorrência da interação com outras pessoas, o mundo exterior interfere na identidade do sujeito; por fim o terceiro sujeito, o pós-moderno, aquele que não possui uma identidade fixa, o sistema cultural faz com que sua identidade esteja sempre em transformação.

Desse modo notamos que conceituar identidade não é tarefa fácil, esta é marcada por uma complexidade que envolve sujeitos, história e cultura, ou seja, fatores dinâmicos, que sofrem transformações. Por isso “a identidade torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos



representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (HALL *apud* HALL, 2006, p.13).

A forma como somos interpelados em sujeitos em determinado lugar ou posição social acaba revelando uma dada identidade, sendo os discursos que perpassam a linguagem que nos permitirão dizer a identidade apresentada. Nesse sentido os discursos trazidos nos epítáfios que circulam na mídia nos revelam uma dada identidade relacionada ao pensamento da pós- modernidade, no qual, são promulgados dizeres que denunciam temáticas como a sexualidade, política, religião, entre outras.

A mídia, assumindo um lugar de poder de divulgação em nossa sociedade, permite a circulação de epítáfios risíveis, os quais deslocam o sujeito ausente de um lugar religioso cristão, e, assim o epítafio é revestido de uma nova identidade, saindo do plano religioso e passando ao plano material, com dizeres que envolvem discursos econômicos, discursos com apelo sexuais, entre outros, que são interditados no gênero epítafio em sua forma oficial.

Como forma de entender a imagem que possui o sujeito do epítafio midiático, não o sujeito morto, já que nos epítáfios que circulam na mídia há uma nova identificação, há discursos que giram em torno de um sujeito vivo, o que de início já transfigura o epítafio “oficial”, no qual sua identidade diz respeito apenas e somente a um sujeito ausente; buscamos interpretar os discursos que neles são perpassados.

A questão da identidade incita um estudo discursivo no qual leva em consideração o lugar de um sujeito e as *relações de poder* que interferem nesse processo. Podemos então pensar aqui em uma identidade que acontece por meio de um discurso/prática discursiva, marcada pela questão da diferença.

## **IDENTIDADE E DIFERENÇA**

Por meio dos estudos de Silva (2000) conseguimos observar o lugar do epítafio não oficial na sociedade. Este teórico trabalha com a diferenciação, ou seja, “processo pelo qual a identidade e a diferença são produzidas”. (SILVA, 2000, p.81). De acordo com este autor a identidade não é independente, mantém uma relação de dependência com a diferença e esta por sua vez também é marcada pela dependência em relação aquela, “identidade e diferença são, pois inseparáveis”. (SILVA, 2000, p.75)



Neste pensamento o que podemos entender então é que a construção identitária de um sujeito é formada em relação interminável a outras identidades que o sujeito não é,

A afirmação ‘sou brasileiro’, na verdade, é parte de uma extensa cadeia de ‘negações’, de expressões negativas de identidade, de diferenças. Por trás da afirmação ‘sou brasileiro’ deve-se ler: ‘não sou argentino’, ‘não sou chinês’ [...] e assim por diante, numa cadeia, neste caso, quase interminável. (SILVA, 2000, p.75)

Acreditamos que os discursos trazidos nos epitáfios midiáticos desvelam uma identidade marcada em relação à outra identidade contrária. Divulgar um epitafio de um sujeito rico só é possível porque existem sujeito pobres, de um homossexual por que existe heterossexual e assim por diante caracterizando essa cadeia interminável na qual identidade e diferença se completam, mas não de forma harmoniosa, se faz presente uma relação de poder,

A identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição – discursiva e linguística – está sujeita a vetores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas. (SILVA, 2000, p.81)

Dessa forma temos que o processo de diferenciação não ocorre de forma inocente é marcado pelo poder. De acordo com Foucault (1995, p.240),

O que caracteriza, [...] o ‘poder’ é que ele coloca em jogo relações entre indivíduos (ou em grupos). [...] se falamos de estruturas ou de mecanismos de poder, é apenas na medida em que supomos que ‘alguns’ exercem um poder sobre os outros. O termo ‘poder’ designa relações entre ‘parceiros’.

O poder para Foucault (1995, p.242) caracteriza-se por ser “um modo de ação de alguns sobre outros”, por isso o que temos é uma relação de poder. Essas relações de poder demarcam uma inclusão e exclusão do sujeito “dizer ‘o que somos’ significa dizer também ‘o que não somos’” (SILVA, 2000, p.82).



Nesse dito e não dito ficam cicatrizados denúncias, *vontades de verdade*<sup>1</sup>, em relação ao sujeito que está sendo colocado no epítápio, envolvendo aspectos histórico-culturais, e, ao mesmo tempo contribui para a existência do processo de normalização,

Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais outras identidades [ a diferente – *grifo nosso*] só podem ser avaliadas de forma negativa. A identidade normal é ‘natural’, desejável, única. A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como *uma* identidade, mas simplesmente como *a* identidade. (SILVA, 2000, p. 83)

Por meio dessa relação de poder e da normalização temos marcados sentimentos de desejos, os quais revelam vontades de verdade acerca do sujeito. Essa identidade normalizada é a predominante no epítápio “real”, com valores únicos e desejáveis. Vejamos a manifestação desses desejos nos dizeres do epítápio abaixo,

*Combatí o bom combate, completei a carreira, guardei a fé. Desde agora a coroa da justiça me está guardada, a qual o senhor , reto Juiz me dará naquele dia;e não somente a mim, mas também a todos quantos amarem a sua vinda.* II Tm.4,7,8 (**Epítápio 1**)

Os fios do enunciado em questão denunciam um desejo pela salvação do sujeito ausente, sendo através desse anseio materializado a identidade de um sujeito fiel e seguidor dos preceitos religiosos, e que o *Senhor* (Deus), nome de onipotência e verdade em nossa sociedade, sabe de sua fé e lhe salvará do inferno, lugar tido por martírio em nossa sociedade, pelo qual são destinados a apenas sujeitos infiéis, pecadores. Pelo enunciado em questão, citação bíblica, já conseguimos marcar esse lugar religioso, celestial, que se faz presente nos epítápios “reais”. Lugar este que se sobressai, se positiva, se normaliza em relação a um lugar indesejável, o satânico.

---

<sup>1</sup> A vontade de verdade é um mecanismo de controle de discurso estabelecido através de práticas institucionais, bem como é conduzida “pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído.” (FOUCAULT, 2009, p.17).



## A CARNAVALIZAÇÃO BAKHTINIANA AO EPITÁFIO

Envolvido por questões que abarcam a cultura popular, mais especificamente pelo riso, o qual se faz presente em várias práticas sociais dos sujeitos, Bakhtin (1993) traz a tona o conceito de carnavalização ao analisar a obra de François Rabelais, mestre da Literatura.

Podemos estender seus estudos à análise de outros escritos e gêneros, presentes na sociedade atualmente. Portanto, desde a Antiguidade, passando pela Idade Média, pelo Renascimento e chegando aos dias atuais, temos os Epitáfios. Para tanto, hoje, esses escritos circulam em um novo lugar, a mídia, e assim veem carregados com uma nova identidade. O lugar em que circulam os discursos permite a estes significar.

Os epitáfios são escritos colocados sobre túmulos, caracterizado por trazer dizeres que envolvem termos como: Deus, saudade, eterno, coração entre outros. Vejamos um exemplo:

*No trabalho, deixastes o exemplo de honestidade.*

*No sofrimento, o exemplo de conformação com a vontade de Deus.*

*Na morte, que há muito esperamos, o exemplo de vigilância pela preparação contínua.*

### Epitáfio 2

Assim, percebemos que esse gênero póstumo materializa discursos em prol de uma não infinitude do morto, bem como o morto é sempre identificado como sujeito bom e exemplar.

Agora, na pós-modernidade, esse lugar fixo, marcado sobretudo pela formalidade cede lugar a um deslocamento, que imprime nos dizeres epitáficos um tom de caráter não oficial<sup>2</sup>, mais radical, ultrapassando a preocupação para com o discurso religioso. O que reside é um dizer sobre a forma humorística, relacionado a uma identidade de alguém conhecido na mídia ou de forma mais universal ao se referir a profissões. Estes dizeres

<sup>2</sup> Adotamos a expressão “não oficial”, como forma de ratificar que esse epitáfio não circula em seu lugar típico, necrópoles.



destacam fielmente o lugar, as atitudes de um sujeito, suas atividades profissionais, denunciando comportamentos e atitudes dos sujeitos, com base na forma como sua vida e sua profissão são vistas na/pela sociedade. Importante reafirmar que são epítáfios destinados a sujeitos vivos, ou então, sujeitos que morreram a pouco tempo e que são conhecidos através dos meios de comunicação social, bem como são epítáfios colocados de forma coletiva, a partir de um dado ofício, mas ambos circulam na mídia. Os epítáfios oficiais trazem a marca da individualidade, tendo em vista que marcam o nome do sujeito que está sendo homenageado, exaltado, assim também acontece com os epítáfios midiáticos que destacam um sujeito famoso, mas o mesmo não se dá em epítáfios que destacam a profissão, uma vez que são da ordem coletiva.

Esse novo estilo epítáfico nos faz colocar esse gênero como fazendo parte de uma cultura cômica. Existem três formas de expressão, pelas quais a cultura cômica popular se estabelece, como destaca Bakhtin (1993): as formas dos ritos e espetáculos, as obras cômicas verbais, (inclusive as paródicas) de diversas naturezas, diversas formas e gêneros do vocabulário familiar e grosseiro. Podemos encaixar os epítáfios midiáticos na segunda.

Durante a Idade Média todas as festividades, sendo elas religiosas, espetáculos, rituais civis, entre outras, eram marcadas pelo riso, “nenhuma festa se realizava sem a intervenção dos elementos de uma organização cômica” (BAKHTIN, 1993, p.4).

Esse mundo era o avesso do mundo oficial, seus tons humorísticos quebravam uma ordem discursiva séria, oficial, própria da igreja e do Estado. Esses ritos, fugindo do padrão oficial “pareciam ter construído, ao lado do mundo oficial, *um segundo mundo e uma segunda vida* aos quais os homens da Idade Média pertenciam em maior ou menor proporção, e nos quais eles *viviam* em ocasiões determinadas” (BAKHTIN, 1993, p.5). Logo, tinha-se a presença de um mundo dual: o primeiro destacado pela sua posição oficial e o segundo mundo, no qual aquele era parodiado.

As festas com caráter cômico só existiam na Idade Média sobre a forma carnavalizada, “O carnaval é a segunda vida do povo, baseada no princípio do riso. (BAKHTIN, 1993, p.7). Torna-se uma forma de fugir dos comportamentos oficiais ditados pelos regimes de Estado e da igreja presentes na sociedade da época. Assim, “festa convertia-se na forma de que se revestia a segunda vida do povo, o qual penetrava temporariamente no reino utópico da universalidade, liberdade, igualdade e abundância.



(BAKHTIN, 1993, p.8). Ou seja, essa segunda vida ousava e usufruía de liberdade ante as formas de poder.

Nas festas realizadas em praça pública havia o predomínio de uma linguagem familiar, sendo esta marcada por grosserias “as grosserias são um gênero verbal particular da linguagem.

Pela sua origem elas não são homogêneas e tiveram diversas funções na comunicação primitiva, essencialmente de caráter mágico e encantatório.” (BAKHTIN, 1993, p.15)

No entanto, no carnaval, esse lugar de encanto era substituído, as grosserias se tornavam palavrões, o que consolidava a liberdade de expressão favorecendo o aspecto cômico reinante na linguagem. Essa liberdade de expressão, na qual a linguagem verbalizada com termos impróprios, ou melhor, proibidos para um dado gênero em sua forma oficial, acaba sendo perpassada por discursos profanos, tal como acontece nos epítáfios às avessas. Exemplificando, temos o seguinte epítáfio, o qual é dirigido ao profissional sex simbol:

*Agora só a terra vai me comer!*<sup>3</sup>

### Epítafio 3

O verbo comer não está sendo colocado aqui com o seu sentido literal, ato de saciar a fome, mas revela outra acepção, é uma forma metaforizada remetendo ao ato sexual de forma grosseira, é um termo meramente sexual, que nos leva a visualizar o ato de copular. É um enunciado que remete a um lugar de sujeito machista. Assim o sex simbol acaba sendo identificado epítaficamente pensando no seu lugar profissional, lugar esse que sofre repressão em nossa sociedade. O enunciado se coloca em um lugar imoral em nossa sociedade, do qual seria evidentemente proibido circular caso se tratasse de um epítáfio oficial.

Desde a antiguidade, segundo Foucault (2004), o cristianismo interveio questões relacionadas à sexualidade, dizendo não ao prazer e ao sexo, o que ocasionou um silêncio em torno de tal temática, uma repressão e interdição fundada por proibições morais,

---

<sup>3</sup> Epítafio presente no site [www.murdenizer.wordpress.com](http://www.murdenizer.wordpress.com)



No Ocidente, não temos a arte erótica. Em outras palavras, não se ensina a fazer amor, a obter o prazer, a dar prazer aos outros, a maximizar, a intensificar seu próprio prazer pelo prazer do outro. Nada disso é ensinado no Ocidente, e não há discurso ou iniciação outra a essa arte erótica. (FOUCAULT, 2004, p.61)

Essas são questões interditadas pelo discurso religioso<sup>4</sup>, discurso de poder, sobretudo quando são expostas de maneira tão grotesca, como vemos no epítafio acima. Falar sobre a sexualidade ou o ato sexual é expor o discurso a censura em nossa sociedade. “Um tema como a sexualidade e o poder evoca de imediato os problemas da censura e, a seguir, aqueles sobre a liberdade sexual, estreitamente relacionados entre si.” (FOUCAULT, 2004, p.26).

Esse mesmo enunciado é dirigido a Clodovil, estilista, ator, apresentador, e conhecido também por assumir abertamente na mídia seu lugar de sujeito homossexual, sendo então o primeiro deputado federal gay do Brasil. A imagem casa com o enunciado, ao expor a figura do órgão genital masculino, causando um efeito de sentido humorístico, polêmico, se pensarmos nessa mesma imagem cravada no túmulo. Vejamos:



Epitafio 4

Percebemos então que a linguagem predominante neste novo acontecimento remete a materialidade, transformando as imagens oficiais em uma forma cômica, caracterizando o que Bakhtin (1993) chama de *Realismo Grotesco*, ou seja, “sistema de imagens da cultura cômica popular” (BAKHTIN, 1993, p.17).

Esse sistema é marcado em especial pelo *rebaixamento*, “isto é, a transferência ao plano material e corporal, o da terra e do corpo na sua indissolúvel unidade, de tudo que é

<sup>4</sup> Todas as vezes que citamos discurso religioso estamos nos referindo ao cristianismo.



elevado, espiritual, ideal e abstrato” (BAKHITIN, 1993, p.17). Deus é o lugar da elevação, o ideal, o sublime, a verdade absoluta, mas nos epítáfios “irreais”, esse lugar inexiste.

As cerimônias ou rituais tidos por elevados, sublimes em sua forma oficial, ao serem rebaixados mantém mais aproximação com a terra. Sendo assim, têm-se dois planos: o “alto”, que está para o sublime, o sagrado, representado pelo céu, e o “baixo”, o risível, a transformação do sublime, é o sinônimo da terra, isso quando está sendo colocado em pauta o aspecto cósmico, já quando se trata do aspecto corporal, o alto é o rosto e o baixo são os órgãos genitais.

Pensando no alto e baixo em seu aspecto cósmico, temos então, que os sujeitos dos epítáfios oficiais assumem a posição do alto, na medida em que são vangloriados a partir do discurso religioso, discurso ideal em nossa sociedade cristã ocidental, isso é refletido por meio dos lugares que os discursos colocam os sujeitos ausentes: céu/paraíso, e assim permite ao morto ser inserido neste lugar sublime, ao passo que os epítáfios parodiados aproximam-se da terra, são rebaixados, o sublime é transformado em grotesco ao trazer essa materialidade inaceita no epítápio primeiro (oficial). Vejamos um exemplo de epítápio, o qual vem transfigurar o epítápio original, trazendo discursos que rebaixam o lugar de “alto” próprio dos epítáfios “velhos” (primeiros) e assim denunciam o lugar do sujeito político atualmente,

#### Procurem meu **advogado!**<sup>5</sup>

#### Epítápio 5

Epítápio que demarca um lugar social de um sujeito pelo qual nossa *memória discursiva* nos faz lembrar através de discursos já ditos e discursos presentes tratar-se de um sujeito corrupto, logo, que está constantemente procurando um advogado em busca de defesas para suas muitas corrupções. Esse enunciado denuncia o lugar do sujeito político. Temos em nossa sociedade o político como possuindo uma identidade de ladrão, corrupto. Esse discurso vem reafirmar essa identidade corrupta do político, já presente em nossa memória discursiva. Enquanto prega a democracia e diz está preocupado com a população, por trás vive se enriquecendo a custa de poderes públicos, são estes discursos, presentes na

---

<sup>5</sup> Epítápio presente no site [www.murdenizer.wordpress.com](http://www.murdenizer.wordpress.com)



*memória discursiva*, que retomam e reafirmam o discurso epítáfico em questão. Destacamos *memória discursiva* como “o saber discursivo” que retoma dizeres anteriores, vindos de outros lugares. Essa memória está ligada a produção do discurso.

Se tivéssemos o epítáfio oficial de um político, certamente esse enunciado não estaria presente, mas sim que foi um sujeito bom e exemplar, preocupado com a sociedade a qual administrava. Nesse sentido, o rebaixamento consiste em eliminar esse lugar de “moral” que possui o sujeito no epítáfio oficial e aproximá-lo mais da terra, sujeito marcado pela materialidade econômica. Mas esse rebaixamento não possui uma imagem puramente degradante, coloca-se de forma ambivalente, ao passo que destaca sentidos impróprios a linguagem oficial, a linguagem carnavaлизada, grotesca, faz ressurgir pontos positivos, no caso do segundo epítáfio coloca em questão necessidades naturais do ser humano, ter relações sexuais, já no outro epítáfio, o terceiro, pontua a liberdade do sujeito e uma alternativa para se defender das acusações, denunciando inclusive, que os políticos sempre têm uma saída para possíveis falcatruas e que podem provar sua (falsa) inocência. Na medida em que degrada, também renova, mostra uma resistência, por isso que Bakhtin (1993) diz que a paródia medieval é ambivalente, enquanto, que a paródia moderna é puramente negativa. Os epítáfios às avessas caracterizam-se enquanto parodias medievais.

## DO SAGRADO AO PROFANO: DIZERES E DENÚNCIAS

O Epítáfio revela um discurso marcado fielmente e fortemente pelo discurso religioso. Os dizeres do epítáfio seguem as relações de poder mantidas no quadro cultural de nossa sociedade cristã ocidental, a palavra de Deus assume o lugar da verdade. “Do ponto de vista da Análise de Discurso, pode-se dizer que Deus é o lugar da *onipotência do silêncio*. E o homem precisa desse lugar para colocar (instituir) uma sua fala específica” (ORLANDI, 1987, p.8).

No entanto, nos epítáfios divulgados na mídia, na internet, não há uma preocupação em seguir essa palavra de poder e verdade, logo, não há dizeres que remete o sujeito ausente a salvação, preocupado com a vida eterna do mesmo ou com a bondade do sujeito em vida, até porque as personagens deste epítáfio, em alguns casos, são sujeitos vivos. O gênero não segue dizeres próprios do cristianismo, são exteriores a religião, relacionando-se ao princípio cômico, próprios do carnaval,



O princípio cômico que preside aos ritos do carnaval, liberta-os totalmente de qualquer dogmatismo religioso ou eclesiástico, do misticismo, da piedade, e eles são além disso completamente desprovidos de caráter mágico ou encantatório (não pedem nem exigem nada). Ainda mais, certas formas carnavalescas são uma verdadeira paródia do culto religioso. Todas essas formas são decididamente exteriores à Igreja e à religião. Elas pertencem à esfera particular da vida cotidiana. (BAKHTIN, 1993, p.6).

Desta forma o que temos nesses “novos” epitáfios é uma nova identidade separada da religião e mais preocupada em representar a vida de um sujeito famoso, seu mundo particular ou então epitáfios relacionados a um dado ofício.

Os novos epitáfios são uma forma de olhar para o presente entrando em consonância com a pós-modernidade, obedecendo à ordem discursiva vigente na sociedade, pela qual os indivíduos dependem do lugar que ocupa e das formações ideológicas que possuem são constituídos por várias identidades. Só podemos compreender a noção de identidade, seus sentidos, por meio dos sistemas simbólicos e da cultura na qual ela se encontra. Logo, na atualidade, os epitáfios *às avessas* vêm desestabilizar a identidade dos epitáfios oficiais,

A desestabilização das identidades e o estado líquido dos discursos podem indicar a nossa relação com a ‘atualidade’, [...], o outro lado virtual do presente ou o deviroutro do presente. A atualidade é o que está para acontecer e, ao mesmo tempo, é aquilo que no presente está em vias de se romper; refere-se a nossa relação atual com a loucura, as punições, o poder e sexualidade, ou ainda a nossa relação atual com a identidade e a subjetividade. (NAVARRO, 2008, p. 66)

Os dizeres presentes no epitálio “às avessas” quebram as vozes de estabilidade, os valores, os tabus religiosos que circulam nos dizeres do epitálio oficial.

Podemos dizer que o epitálio oficial está para as festas oficiais que aconteciam na Idade Média e que Bakhtin (1993) retrata ao analisar a obra de Rabelais, ao passo que os epitáfios “às avessas” dizem respeito às festividades cômicas, do carnaval, que aconteciam em oposições às festas oficiais:



A festa oficial, [...], tendia a consagrar a estabilidade, a imutabilidade e perenidade das regras que regiam o mundo: hierarquias, valores, normas e tabus religiosos, políticos e morais correntes. A festa era o triunfo da verdade pré-fabricada, vitoriosa, dominante, que assumia a aparência de uma verdade eterna, imutável e peremptória. Por isso o tom da festa oficial só podia ser o da *seriedade* sem falha, e o princípio cômico lhe era estranho. Assim, a festa oficial traía a *verdadeira* natureza da festa humana e desfigurava-a. (BAKHTIN, 1993, p.8)

A oficialidade, que se faz presente no epitáfio “real” acaba tendo um valor não oficial nos epitáfios às avessas, quando estes retratam discursos que não seriam aceitos na ordem discursiva epítáfica oficial. O epitáfio a seguir demonstra esse lugar radical, destruindo a autenticidade religiosa do epitáfio oficial, desfazendo-se do lugar de imutabilidade próprio deste. Vejamos mais um exemplo:

#### Epitáfio 6<sup>6</sup>



Os epitáfios às avessas resistem ao poder que tem a religião em nossa sociedade. Separa a ligação entre vida (como boa conduta dos sujeitos) e religião (salvação após a morte). Estes epitáfios não estão preocupados com a salvação do sujeito, se os mesmos tiveram boa conduta, mas sim em representar suas identidades tal como a vemos na mídia ou sabemos através dos discursos. Para ser digno da salvação, o discurso religioso coloca, segundo nos lembra nossa *memória discursiva*, que é impróprio e imoral expressões como esta que traz o epitáfio “*Putá que pariu!*”. O termo *puta* significa em nossa sociedade um sujeito mulher depravado, desonesto, que se relaciona instantaneamente com muitos homens,

<sup>6</sup> Epitáfio presente no site [www.onlyanimex.net/forum/topic0](http://www.onlyanimex.net/forum/topic0)



com outras palavras mais educadas, podemos dizer tratar-se de prostitutas, garotas de programa e hoje em dia ainda temos um expressão mais privilegiada, profissionais do sexo, para marcar seu lugar de trabalhadoras e interditar outro dizer, mulheres desocupadas. O enunciado posto de maneira grosseira denúncia a identidade própria do sujeito a qual está se referindo, Dercy Gonçalves, sujeito este conhecido pela mídia televisiva enquanto desocupado com a ética, que fazia uso de uma linguagem pejorativa e rica em depravações. O epitáfio ao enunciar esse discurso ratifica essa identidade posta, visível e resiste aos mecanismos de controle presentes em epitáfios “reais” (religiosos). Certamente o “puta” não circularia no epitáfio original, apenas é propagado pela mídia, que também não deixa de assumir um lugar de poder na sociedade. A imagem divulgada também vem ratificar esse lugar interditado para os epitáfios oficiais, que ao invés de expor a imagem (retrato) do sujeito mencionado traz figuras que remete ao resto, ao fim, como é o caso da caveira e dos excrementos.

Enquanto que os epitáfios religiosos destacam a igualdade para os sujeitos, todos são bons e exemplares e todos vão para o céu, os outros epitáfios não mostram essa preocupação em igualar todos os sujeitos, mas sim em revelar suas identidades, em apresentar suas vidas, a depender, por exemplo, das características positivas ou negativas de cada um, de sua profissão, logo, cada sujeito possui dada identidade e assim os epitáfios acabam destacando várias identidades diferentes. Por exemplo, um epitáfio de um advogado, juiz ou médico, sabe-se por meio dos discursos que circulam em nossa sociedade que essas classes são prestigiadas, não será o mesmo que de uma empregada doméstica ou um gari, profissões desprestigiadas. As profissões junto a *mecanismos de controle do discurso* determinam o(s) enunciado(s), com seu respectivo humor e denúncias, que circulará em tais epitáfios, favorecendo assim uma distinção hierárquica.

Para quebrar com a perfeição e imutabilidade aparente das festas oficiais, a linguagem carnavalesca procurava expressar-se de forma dinâmica, fluída em oposição à fixidez que reinava na linguagem oficial. Assim, a linguagem própria do carnaval “caracteriza-se, principalmente, pela lógica original das coisas ‘ao avesso’, ‘ao contrário’, das permutações constantes do alto e do baixo [...]. A segunda vida, o segundo mundo da cultura constrói-se de certa forma como paródia da vida ordinária, como um ‘mundo ao revés’”. (BAKHTIN, 1993, p.10).



Com efeito, a linguagem materializada no epítápio que circula na mídia, mostra esse “mundo ao revés”, marca essa instabilidade, esse avesso, ao expor discursos que seriam proibidos circular se colocados sobre lápides, em cemitérios. É importante destacar que mesmo sendo uma paródia, esses epítápios não buscam simplesmente negar os discursos dos epítápios presentes em mausoléus, mas sim é uma nova forma de representação do sujeito, na atualidade, até porque “a paródia carnavalesca está muito distante da paródia moderna puramente negativa e formal; com efeito, mesmo negando, aquela ressuscita e renova ao mesmo tempo. A negação pura e simples é quase sempre alheia à cultura popular. (BAKHTIN, 1993, p.10).

O epítápio às avessas é um gênero carnavalizado, presente em nossa sociedade atual, mesmo que esta presença aconteça virtualmente.

Partindo do conhecimento de que toda relação de poder implica liberdade, como nos diz Foucault (2009), temos então, o epítápio às *avessas* assumindo esta liberdade, ao trilhar caminhos diferentes daqueles dos epítápios oficiais, é uma estratégia de resistência. Mas vale salientar que essa liberdade não abole o poder presente em uma já-dito, mas sim ultrapassa-o, fazendo surgir novos dizeres com um tom sério-cômico e dialogando com o contexto sócio-históricocultural atual e assim deslocando sentidos.

## INCONCLUSÕES...

Nossas análises ratificaram, através da linguagem e do discurso, um caráter carnavalizado nos epítápios “irreais”, caracterizado por uma transgressão, intervenção e inversão do sublime, permitindo desse modo a inserção dos epítápios oficiais em um outro lugar, favorecendo um novo olhar, uma nova identidade, uma nova verdade, novos dizeres que vão além do discurso de poder, de valor e das vontades de verdade trazidas nos epítápios “reais”. O outro lugar posto sobre uma forma parodiada revela, através de seus discursos, denúncias em relação a posições, lugares e profissões de sujeitos na atualidade.

O(s) discurso(s) presentes nos dizeres epítáficos que circulam na mídia ultrapassam as determinações, o visível e os limites impostos pelo discurso religioso, deslocando sentidos, através das mudanças de suportes dos dizeres. Vale salientar que só é possível compreendermos este deslocamento de sentidos se conhecermos os epítápios “oficiais” e seu lugar na sociedade.



O presente trabalho está em fase inicial, novas pesquisas acerca dessa “festa epítáfica” serão aprofundadas futuramente.

## REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. Introdução: Apresentação do Problema. In: **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento:** o contexto de François Rebelais. Tradução: Iara Frateschi. 2 ed. Editora: Universidade de Brasília. São Paulo – Brasília, 1993, p.1-50
- EPITÁFIO ENGRAÇADOS.** Disponível em: <[www.murdenizer.wordpress.com](http://www.murdenizer.wordpress.com)>. Acesso em: 02 Mai. 2011.
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Herbert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault:** Uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro: Forense, 1995, p. 231-249.
- \_\_\_\_\_. **A Ordem do Discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de setembro de 1970. São Paulo:Loyola,2009.
- \_\_\_\_\_. Sexualidade e Política. In: **Michel Foucault:** ética, sexualidade, política; org. MOTTA, Manuel; Trad. MONTEIRO, Elisa; BARBOSA, Inês Autran Dourado. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 2004. (Ditos e Escritos V).
- \_\_\_\_\_. Sexualidade e Poder. In: **Michel Foucault:** ética, sexualidade, política; org. MOTTA, Manuel; Trad. MONTEIRO, Elisa; BARBOSA, Inês Autran Dourado. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 2004. (Ditos e Escritos V).
- CHARGE DE TÚMULOS DE FAMOSOS.** Disponível em: <<http://www.onlyanimes.net/forum/topic>>. Acesso em: 02 Mai. 2011.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Trad. Tomás Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- NAVARRO, Pedro. Mídia e identidade: o novo homem e a nova mulher entre imagens fragmentadas e discursos “líquidos”. In: NAVARRO, Pedro (org.). **O discurso nos domínios da linguagem e da história.** São Carlos: Cláraluz, 2008, p. 59-70.
- SILVA, Tomaz Tadeu da Silva. **Identidade e Diferença.** Rio de Janeiro: Vozes, 2000.



## A CONSTRUÇÃO DO “MONSTRO” TRANS: IDENTIDADE E MODO DE SUBJETIVAÇÃO PELA ESCRITA DO GÊNERO NO CORPO

Emanoel Raiff Gomes da Nóbrega Filho

### INTRODUÇÃO

O travesti, aquele indivíduo onde o homem e a mulher nele se confundem, pelo fato de não se enquadrar normativamente no padrão binário do gênero e do sexo, ainda é visto, na sociedade ocidental – segundo práticas discursivas sobre gênero –, como *queer*<sup>1</sup>. Apesar disso, o travesti resiste, lutando por direitos, insistindo na transformação de seus corpos, esgueirando-se pelas falhas, fissuras abertas no padrão normativo do gênero e do sexo, criando todo um modo de vida específico, enfim, existindo. Isso não quer dizer que – mesmo que esse indivíduo se mostre com toda uma alegria característica de seu modo de vida, como se sua existência fosse uma grande festa, eventos onde se exibe, se espetaculariza o corpo, exaltando sua transformação – na luta dos normais contra os anormais, estes últimos tenham-se sobressaído, pois a ordem discursiva, o poder exercido do lado daqueles que estão sob o discurso verdadeiro, tangencia-os para fora, e sua existência toma o caráter de *ex-istênci*a, isto é, de existir do lado de fora do lugar normativo. Mas, mesmo nessas relações de poder, o travesti insiste em existir, e esse é o nó principal, pois assim se questiona: como, num “mundo semanticamente normal” (PÊCHEUX, 2008) em relação ao gênero, esses indivíduos anormais<sup>2</sup> criam uma identidade, subjetivando-se por meio (da transformação) do corpo? E, mais especificamente, questiona-se à maneira

---

<sup>1</sup> *Queer* é um insulto, uma desqualificação na língua inglesa, não tendo, pois, uma tradução específica para o português. Pode-se compreender como “estranho, aberração”, *bicha, gay*, “aquele que é nocivo a uma ordem moral”, entre tantas designações pejorativas. É usado para designar pejorativamente homossexuais e/ou travestis e transexuais. A teórica Berenice Bento (2006) considera que o corpo tem sido sempre o próprio gênero. Valendo-se da teoria *queer*, que problematiza a questão do gênero e do sexo, ela mostra de que forma os/as transexuais apontam os limites da dicotomia *masculino/feminino*. A expressão corpo *queer* é assim usada neste trabalho para interpretar as representações de gênero como discursivas e inscritas materialmente no próprio corpo.

<sup>2</sup> Foucault comprehende o anormal como aquele indivíduo que está fora de uma norma estabelecida, seja segundo uma ordenação natural ou social. Mais especificamente, ele se refere ao indivíduo compreendido, desde os séculos XVIII e XIX, como monstruoso, criminoso e sexualmente patológico, em suas aulas da década de 1970 no Collège de France, traduzidas e publicadas no Brasil sob o título de **Os anormais**. <sup>4</sup> Com isso, referimo-nos ao sujeito e àquilo que o faz assim, isto é, seu modo de vida.



foucaultiana: por que esse corpo – essa identidade de gênero (travesti) e esse modo de *ser*<sup>#</sup> (a travestilidade) – e não outro?

## 1 TRAVESTITILIDADE: A ESCRITA DO GÊNERO NO CORPO

Em todas as sociedades e manifestações culturais, se o corpo é tomado de linguagem, é por ser capaz de produzir sentidos. As representações do corpo que se criam, pautam-se numa ordenação. E, ainda que estas não sejam compreendidas e/ou fujam a uma norma social, ganham vida pela contra-ordem, mediante os contradiscursos daquilo que se toma por verdade e valor positivo em um dado meio social. Em nossa sociedade, os corpos de travestis são exemplos de uma transformação realizada por aqueles que seguem no contrafluxo das normatividades sociais, trazendo em si as marcas, cicatrizes de seus processos de subjetivação, por meio de contradiscursos que possibilitem seus corpos e, consequentemente, sua existência. E por assim ocorrer, abalam as estruturas de conceitos fundamentados na concepção binária homem/mulher. A partir destas fendas, feitas à força nas taxonomias dos modos de ser pela expressão do gênero, a ciência, principalmente a Sociologia, sevê confrontada nos limites do duplo, do sim e do não, do certo e do errado, ou seja, de toda uma influência que leva a problematizar apenas por dois vértices. Por estes motivos, a teoria *Queer* (BENTO, 2006) elabora o conceito de gênero diferenciando-o da noção de sexo – este, calcado na classificação biológica das espécies. Segundo a teoria, o gênero constitui (discursivamente) uma performance social, enquanto o sexo é de ordem física. Dessa maneira, ao abordarmos a construção/transformação do corpo dos travestis, lidamos com representações, sejam elas criadas segundo um discurso de valor ou não. Portanto, tais representações são da ordem da linguagem, uma vez que – e conforme Fink (1998) –, o corpo é construído simbolicamente na cadeia significante.

A construção do corpo dos travestis é algo dado pelo *momentum*, isto é, pelas condições históricas que permitiram o surgimento de certos discursos produtores de saberes e verdades sobre um modo de existência. E, dessa mesma maneira, a continuidade e permanência dessa existência se pauta na repetição de caracteres, de imagens, de saberes sobre o objeto em questão (a travestilidade) que se foram sedimentando discursivamente



sob a forma de uma memória<sup>3</sup>, definindo, assim, uma memória discursiva. Assim, podemos buscar o travesti, no Ocidente, como um ser patológico, compreendido no campo da anomalia (FOUCAULT, 2002) do século XIX, ainda que em muitas culturas se tenha conhecimento da prática do travestismo. Em Sohn (2009), podemos confirmar o nascimento do travesti: o *travestismo*, expressão de Kraft-Ebing, foi estabelecido, no século XIX, para designar indivíduos que apresentavam um comportamento distinto do comportamento esperado de seu sexo. Vê-se, aí, a emergência do travesti enquanto sujeito anormal.

Por exemplo, para fazer um percurso do sujeito moderno em relação às questões de sexualidade e gênero, podemos levantar algumas questões inerentes a uma história da sexualidade: tomando-se alguns fatos dos séculos XVIII e XIX, percebemos como todo um saber sobre o sexo foi sendo desenvolvido. No século XVIII, por exemplo, temos a saída das questões da “carne” para a sexualidade propriamente dita: as práticas de confissão, desde o século XVII, deram voz ao sexo; Foucault (2007) afirma que levar o indivíduo a falar de si foi o que tornou possível o caminho para a constituição de saberes sobre o sexo. Devemos compreender a sexualidade como um dispositivo<sup>4</sup>: “esta personalização, medicalização e significação do sexo, que ocorreu num momento histórico determinado, é o que Foucault denomina dispositivo da sexualidade” (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 188). Mas esse mesmo dispositivo, essas formas de saber sobre o sexo, ainda tendo estatuto de ciência, só assim o teve devido aos avanços da biologia, pois mesmo nesse enquadramento científico, o sexo ainda permaneceu nas pressões políticas.

Nesse sentido pode-se considerar que não era necessariamente a verdade do sexo que a *Scientia Sexualis*<sup>5</sup> buscou revelar, mas bem ao inverso disso, e por estar fundada na biologia, presa às exigências do poder, era impedir a produção dessa verdade para produzir a verdade da vontade política. Desse modo, o travesti, ainda que o discurso da ciência tenha-lhe reconhecido, apesar de toda uma prática discursiva estabelecida em torno dele, ficou confinado entre os indivíduos sexualmente patológicos, monstruosos e criminosos. O

<sup>3</sup> Noutras palavras, acabamos de tratar do que Pêcheux (2007), via Courtine, considerou ser memória discursiva.

<sup>4</sup> Segundo o próprio Foucault (2010, p. 246) um dispositivo vem a ser “estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles”.

<sup>5</sup> Foucault (2007a) chama *Scientia Sexualis* ao conjunto dos discursos incitados sobre o sexo e que desencadeou uma série de saberes que tornou possível um novo dispositivo: o da sexualidade.



que não significa dizer, que esses sujeitos não tiveram e não tenham um lugar para sua existência. Os discursos sobre a travestilidade são criados sob condições de existência que possibilitem seu uso, sua repetição e sua validação pelos travestis, ainda que elas digam respeito a um “fazer corporal” abjeto, denegado pela sociedade. Sendo assim, esses sujeitos, são também agentes da história (mesmo que à margem dela), já que a manifestação de sua existência é regulada por práticas discursivas.

Sendo este, um trabalho sobre a produção discursiva do corpo do travesti, levamos em consideração o caráter linguístico/linguageiro que este artigo apresenta. Não há como realizar um trabalho sobre discurso sem falar em linguagem; da mesma maneira como não seria coerente falar em linguagem sem falar em discurso e enunciado. Desse modo, ao dizermos – conforme (PÊCHEUX, 2008), que o discurso está sempre disperso, reaparecendo aqui e ali – a noção de discurso que tentaremos esboçar aqui é bem contrária à da Linguística Tradicional. O discurso não é, como nessa ciência, o referente da fala, da enunciação ou de um ato ilocutório, ele não representa também um nível das ideias, apesar de podermos pensar que elas podem aparecer no discurso; ele não é, pois, um conjunto de pensamentos ainda a serem proferidos, ou mesmo a constituição de um saber – aquilo que poderia aparecer numa obra, num livro, etc., sob a forma de uma unidade; antes de tudo, o discurso é uma dispersão de enunciados (FOUCAULT, 2008) e se dá do entrecruzamento da estrutura e do acontecimento (PÊCHEUX, 2008). É a descontinuidade temporal – aliás, a ausência de temporalidade fixa –, que caracteriza o discurso, ainda que se possa apontar no tempo quando ele surgiu, pois ele sempre reaparece noutro lugar e muitas vezes, sob outras formas. O discurso pode ser compreendido então, como a disposição de enunciados – dos quais se possam tratar do mesmo objeto, do mesmo tema, das mesmas ideias; e ainda que haja considerações positivas ou negativas, contradições entre as mesmas, tratar-se-á do mesmo discurso. Segundo o próprio Foucault (2008, p. 132 - 133),

chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiam na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência.



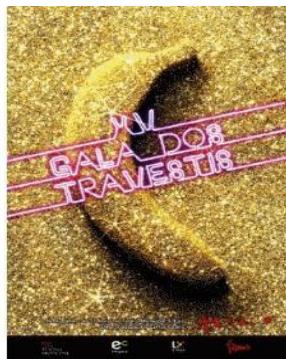
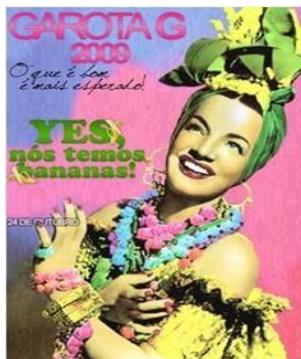
Mas, ainda há aqui, e em especial, a consideração de Pêcheux (2008) a respeito do discurso já na última fase de seus trabalhos e também de sua vida: ele nos propõe que o discurso deve ser analisado no entrecruzamento da estrutura e do acontecimento, isto é, da língua e da história. Além disso, ao tomarmos o corpo do travesti como enunciado linguístico, levamos em consideração o conceito de enunciado: conceituar enunciado não pode ser uma tarefa simplista e reducionista, uma vez que ele não é somente o que os gramáticos o consideram – coincidindo com a frase; bem como não é o que a lógica diz – estando ao nível da proposição; tampouco o que os analistas do *speech act* (ato ilocutório) dizem, mas algo da incompletude da língua (já que uma unidade frástica não é a instância última da análise linguística) e ao mesmo tempo material (no sentido do universo físico), conforme Foucault (2008). A um primeiro contato, o enunciado poderia ser como o último elemento de uma análise estrutural, indecomponível, isolado em si mesmo como partes de um quebra-cabeça, mas para Foucault (2008, p. 98),

O enunciado não é, pois, uma estrutura (isto é, um conjunto de relações entre elementos variáveis, autorizando assim um número talvez infinito de modelos concretos); é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles "fazem sentido" ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita). Não há razão para espanto por não se ter podido encontrar para o enunciado critérios estruturais de unidade; é que ele não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço.

Nesse sentido, sendo o enunciado, de ordem não exclusivamente linguística, mas não inteiramente físico, podemos em um trabalho de Análise do Discurso, correlacionar séries de enunciados formados tanto por estruturas imagéticas quanto por estruturas linguísticas. E para este trabalho, teremos como exemplo maior de regularidade, o corpo do sujeito *queer* discursivizado e, por isso mesmo, histórico. Assim, ao analisarmos tais séries enunciativas que compreendam cartazes de divulgação de eventos para o público *trans*,



capas de revista *trans*, etc., identificando, entre essas materialidades textuais, uma mesma regularidade discursiva, proporemos um trabalho interpretativo da linguagem e da história. Para início, tomemos as seguintes imagens, observando a regularidade em torno da estética híbrida que tem o travesti:



O primeiro cartaz<sup>6</sup> é a divulgação da edição de 2009 de um concurso para travestis e *drag queens* em Fortaleza, Ceará, intitulado *Garota g*. O segundo<sup>7</sup> é a divulgação de um evento português, chamado *Gala dos travestis*. No primeiro cartaz, ao ler a materialidade verbal *Yes, nós temos bananas!*, título de uma marchinha de carnaval de João de Barro e Alberto Ribeiro, percebe-se uma crítica à cantora Carmem Miranda a qual foi um dia chamada de “americanizada”. A marca de afirmação *yes*, do inglês, pode trazer a memória de que o Brasil, assim como outros países da América Latina, é consumidor daquilo que é produzido na potência econômica que são os Estados Unidos, o que caracteriza a política neo-colonialista. Ao



<sup>6</sup> Disponível em <http://comabocanomundo07.blogspot.com/2009/09/garota-g-2009-sera-no-dia-24-deoutubro.html>. Acesso em 13 de novembro de 2009.

<sup>7</sup> Disponível em <http://abracotrans.org.pt/?p=115>. Acesso em 27 de novembro de 2009.



mesmo tempo em que a materialidade verbal *nós temos bananas!* parece remeter à memória de que o Brasil é um país agroexportador, trazendo a idéia de que bananas só dão em solo tropical. O sentido crítico parece se dirigir tanto à cantora Carmem Miranda, quanto ao fato de os Estados Unidos, na posição de potência econômica, dependerem das exportações de países tropicais. O deslizamento de sentido que o cartaz apresenta reside no fato de que a disposição de tal materialidade verbal está atrelada à imagem da cantora Carmem Miranda, além de ligado a uma outra materialidade onde se lê *Garota g*, o que, agora, possibilita a leitura, dessas bananas como representação fálica, como explicitação do órgão masculino, e principalmente como afirmação, pois ao mesmo tempo em que esses indivíduos se afirmam enquanto “garotas”, não negam uma existência fálica em seus corpos; a presença do significante em língua inglesa, *yes*, é suficientemente marcante para a construção desse novo sentido. No enunciado lingüístico seguinte, *Garota g*, vê-se que o próprio nome do concurso está grafado numa palavra do gênero feminino em português, pois se trata de um concurso de garota e não de garoto. Além disso, a letra “G” marca a identidade *gay* dessa garota: não se trata de uma garota de fato, mas de travestis e *drag queens*, de corpos masculinos “transconfigurados”. Já na segunda imagem, pode-se perceber a presença de uma banana, fazendo referência aos genitais masculinos, afirmando, assim, um traço de masculinidade, acompanhada da seguinte materialidade verbal *XV Gala dos travestis*, em que as letras estão marcadas pela cor rosa, trazendo ao leitor, a memória da feminilidade. Ao mesmo tempo em que se percebe traços de feminilidade e de masculinidade, o travesti pretende afirmar sua existência a partir da ambiguidade genérica que traz marcada em seu corpo.

No primeiro cartaz, bem como no segundo, a imagem da banana não tem mais o mesmo sentido da fruta, pois houve um deslizamento. De acordo com Pêcheux (2008, p.53), “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro”. A imagem da cantora de samba Carmem Miranda é o tema do evento para as candidatas que se apresentaram trajando roupas da pequena notável. Assim como na estética de Carmem, as roupas coloridas trazem a memória do tropical, turbantes com folhas e frutas, penteados e maquiagens extravagantes, tudo aparece agora disposto em corpos anatomicamente masculinos, convergindo numa mescla de elementos de masculinidade e de feminilidade,



possibilitando uma identidade *ggy*. Assim, essa representação, a dos travestis, é montada a partir dos indícios que apontam Carmem Miranda mais os elementos icônicos de que dispõem as candidatas para a montagem de seus corpos. Além disso, o leitor pode ser levado à memória de que o Brasil é o país do carnaval, e que ele é uma grande festa onde os homens têm um dia em que se reúnem e saem pelas ruas vestidos de mulher (o dia das “virgens”<sup>8</sup>). Por isso mesmo, a carnavaçãao, que no próprio nome traz a idéia cristã de sexo (“a carne”), pode ser vista na construção do sentido possibilitado pelo cartaz: enquanto, durante o carnaval, faz parte da ordem do discurso, os homens terem seu “dia de mulher”, os travestis e as *drag queens* não são aceitos pela sociedade como “normais”.

Observando as relações de poder nas quais o travesti está inserido, vemos que tais eventos, propostos nos cartazes, se possibilitam como uma resistência ao padrão heteronormativo dos gêneros: toda uma vontade de existir – de buscar um espaço próprio, de manter a identidade de um grupo social – é trazida à luz: o fato de os travestis promoverem eventos deste tipo (um concurso) não passa de uma vontade de afirmar o seu modo de vida, ou seja, e noutras palavras, eles buscam a positivação daquilo que eles são e que é considerado como aberração, como monstruosidade, como anormal, como *queer* para a sociedade. São desfiles, performances realizadas para platéias cheias com direito a premiação. Nesse sentido, podemos dizer que é um evento fora da norma do padrão heterossexual, pois se funda como heterotopia<sup>9</sup>, sendo o (não)lugar onde acontece o espetáculo da “anormalidade” (FOUCAULT, 2002). A começar pelo enunciado *O que é bom é mais esperado*, nota-se um “quê” de expectativa em torno do acontecimento: se algo é esperado, é por não ser fato comum de acontecer. O evento, que se caracteriza como acontecimento no não-lugar, gera expectativa (por não estar dentro da ordem do discurso). Assim, num olhar interpretativo sobre esse enunciado, poder-se-ia chegar, por exemplo, ao sentido de conquista do direito de se expressar e de existir, já que tal evento é mais uma

<sup>8</sup> O dia das virgens é típico de algumas cidades do Nordeste – tais como João Pessoa e Patos, no Estado da Paraíba – e acontece durante o carnaval. Nesse dia, os homens, num bloco carnavalesco chamado *Bloco das virgens*, saem às ruas vestidos de mulher, mas de maneira caricata e realizando a performance de gênero feminino (Cf. BENTO, 2006).

<sup>9</sup> Foucault, em sua conferência intitulada **De outros espaços**, proferida no Cercle d'Études Architecturales, em 14 de Março de 1967, denomina heterotopia, um lugar não aceito socialmente, isto é, um lugar fora da norma social. Nesse sentido a heterotopia é um não-lugar, ou mais especificamente um lugar-outro que coexiste à margem das normas sociais. O texto traduzido se encontra disponível em [http://www.virose.pt/vector/periferia/foucault\\_pt.html](http://www.virose.pt/vector/periferia/foucault_pt.html)



edição do “espetáculo da resistência à heteronorma” que é anunciado no cartaz. Observe-se que tanto a primeira imagem quanto a segunda trazem elementos imagéticos que, aqui, funcionam como significantes que se remetem, trazendo ao leitor, a ideia do falo, estando presente em corpos em que há, também, outros significantes, sinais que podem ser apontados como referentes à feminilidade. Os cartazes dizem respeito a eventos para esses sujeitos concebidos historicamente, que são os travestis, e que tomaram o próprio corpo como objeto de uma problemática maior, que é o gênero.

O leitor pode ser levado à interpretação de que para tais sujeitos, conceberem-se dessa maneira não é somente transgredir um padrão, não é somente estar na resistência ao poder heteronormativo; acima disso, parece estar em questão a vontade de existir como travesti, de viver segundo esse modo de vida, o que, inclusive, faz com que tais sujeitos compreendam a si mesmos como tendo um valor positivo, já que buscam existir como híbridos; basta observar que o próprio nome do evento, *Gala dos travestis*, expressa uma vontade de existência de um grupo, ainda que pela resistência ao padrão de gênero. Mas isso é algo completamente “estranho”, é uma aberração, segundo o discurso da naturalização do gênero como sendo o próprio corpo sexuado, pois nele, seria impossível um tal sujeito que trouxesse, em seu corpo, seios e pênis simultaneamente. É isso o que os faz serem compreendidos como *queer*, por esse discurso. Dessas considerações em torno do aspecto monstruoso do travesti, observe-se, por exemplo, o texto proferido por Arnaldo Jabor<sup>10</sup> sobre os travestis:

Como escrevi uma vez, os travestis são centauros urbanos: duas vidas num corpo só; não confundi-lo com a caricatura da *drag queen*. O travesti tem orgulho de *ser* quem é. Ele não é uma decaída, ele é uma afirmação de identidade. Ele não é da área moral, ele é da área artística. Há algo de clone no travesti, pois eles nascem de dentro de si mesmos. Quem está nua ali na esquina, o homem ou a mulher nele? O que oferece o travesti ao homem que o procura? A chance de ser a mulher de uma mulher. O travesti não é simples e doce; há um lado criminal no travesti: ele tem coragem de ser duplo, tem coragem de viver o terror e a glória no centro da madrugada. O homem que se casa com a prostituta se acha um benfeitor e humilha a mulher que ele salvou. O travesti nunca será grato a você; você é que terá de lhe agradecer. O travesti não dá uma boa

<sup>10</sup> Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=ry-O2D0HSR8>. Acesso em 15 de janeiro de 2011.



esposa; você poderá virar a esposa dele: ‘querida, já lavei sua minissaia de oncinha!’. O travesti tem algo de *cowboy*: corajoso como John Wayne de biquíni e fio dental. Você passa no carro e o vê uma Marylin de botas no meio dos faroís, e lá se vai o pai de família perdido de loucura... O travesti é um fenômeno que nos fascina por que assume a verdade da sua mentira.

Ele compara o travesti a um minotauro, justamente pelo seu caráter híbrido. O minotauro é um ser mitológico da Antiguidade Grega, uma criatura monstruosa, metade humano, metade animal. Jabor ainda faz considerações que se enquadram dentro do discurso da monstruosidade, da aberração, daquele que não é bem vindo. Ao falar sobre a travestilidade, ele reitera um saber científico sobre genética pela materialidade verbal *há algo de clone no travesti, pois eles nascem de dentro de si mesmos*, já que um clone é uma cópia genética de uma mesma criatura, e, por ser uma cópia, não é original, não é um ser de verdade. Além disso, o comentarista da Rede Globo de televisão traz, em sua fala, a memória discursiva do travesti como promíscuo e criminoso – tanto em seu aspecto biológico quanto no social – expressa pela materialidade *há um lado criminal no travesti: ele tem coragem de ser duplo, tem coragem de viver o terror e a glória no centro da madruga-da*. Há uma passagem na fala do comentarista que reitera o discurso heteronormativo quando pela materialidade *Você passa no carro e o vê uma Marylin de botas no meio dos faroís, e lá se vai o pai de família perdido de loucura* em que se pode perceber a memória discursiva do travesti sensual, cheio de lascívia, bem como a reprovação do desejo do outro, da atração sexual por tais sujeitos, pois da sua fala se pode entender que é uma loucura desejar o corpo de um travesti. E pelo fim, com a materialidade *O travesti é um fenômeno que nos fascina por que assume a verdade da sua mentira*, nota-se que sua crítica é feita com base no fato, lançado pela mídia, no qual Ronaldo fenômeno se envolveu numa confusão com travestis. Mais uma vez, reiterando a normatização biológica do gênero vinculado ao sexo, vê-se, na parte de sua fala *assume a verdade da sua mentira*, que diz respeito ao fato de o travesti ser algo plástico, falso, segundo o discurso do padrão binário do gênero e do sexo.

## 2 A CONSTRUÇÃO DO MINOTAURO

O fato mesmo de haver uma memória social do travesti sob o estigma marginal – como homossexual efeminado, promíscuo, entregue à prostituição e, em consequência, ao



crime – leva-nos a colocar tal indivíduo como estando, também, atribuído à figura do anormal monstruoso, incorrigível e sexualizado. A anormalidade do travesti, por estar diretamente vinculada àquilo de visível no corpo – e que faz com que a sociedade, através de certos discursos, não o comprehenda como normal –, está ligada ao que permanece – nesse caso particular de anomalia –, de fora da ordem do humano sexuado, sendo, então compreendido socialmente como aberração, como *queer*, isto é, e de outro modo, ao que Courtine (2009, p. 274) considera, quando afirma que se trata de uma

Suspensão da linguagem, tremor do olhar, desestabilização da experiência perceptiva resultante do súbito encontro com o corpo monstruoso, *o monstro* é algo da ordem do real, isto é, algo de não representável. *Quanto ao monstruoso*, este é produção de discursos, circulação de imagens, consumo atento e curioso de signos, inscrição do monstro no campo imaginário da representação.

Ao falar de suspensão da linguagem, podemos aqui, considerar tal *linguagem* como sendo o sistema (semiológico) padrão estabelecido culturalmente em torno do gênero, e sua *suspensão* como sendo a desestabilização de tal modelo de gênero feita pelos travestis, quando da criação de seus corpos possibilitada pelas falhas, pelos lapsos, pelo “sem-sentido”<sup>11</sup> do sistema padrão de gênero. E é esse “sem-sentido” que leva os travestis a criarem, transformarem seu corpo pelo desmantelo de um tal sistema, mas que permite, além disso, a criação de uma outra coisa expurgada, colocada fora desse padrão. Pode-se afirmar que há um princípio-*real* nesse lado exterior, nessa nova situação em que um corpo (aqui, o do travesti) é criado. Esse princípio-*real* é justamente o que Courtine, mais acima, considerou a respeito do monstro: pelo fato de ele ser da ordem do real, pode-se dizer que o travesti cria seu monstro quando mata o que antes havia, isto é, quando de sua saída daquela ordem linguística – que é o sistema normativo, o padrão do gênero.

Uma vez que a construção do corpo dos travestis é de ordem linguística, deve-se tomar o caráter semiológico desse corpo. Se o padrão binário de gênero é constitutivamente linguística, diremos que o travesti transgrede as normas dessa linguagem, desestabilizando-

<sup>11</sup> No que respeita à produção do significado, o “sem-sentido” é, segundo Milner (*apud* Gadet; Pêcheux, 2004), o aspecto da língua de ser não dizível, ou seja, é afirmando a existência do “real da língua” (oriunda da noção lacaniana de *lalangue*), que Milner considera, então, que um sistema linguístico, por mais lógico que se pretenda, é constitutivamente falho, ambíguo. Desse modo, o “sem-sentido” faz menção à opacidade da língua tão referenciada por Pêcheux (1998).



a, à medida que recria, a partir dessa linguagem, um outro corpo em que se veem simultaneamente, os mesmos indícios de masculinidade e de feminilidade que são encontrados separadamente nos corpos normativos do padrão semiológico do gênero.

## 2.1 Técnicas corporais do “monstro” *trans*

Desse modo, toda uma série de questões técnicas é colocada em jogo: primeiro, devemos pensar no que é ser um/uma travesti: o corpo do travesti passa, assim, a ser construído pelo que designaremos técnicas corporais, e que são distintas das técnicas dos corpos do padrão heteronormativo. Por técnicas corporais, Mauss (2003, p. 401) diz: “entendo por essa expressão as maneiras pelas quais os homens, de sociedade a sociedade, de uma forma tradicional, sabem servir-se de seu corpo”. Essas técnicas dizem respeito ao conjunto de normatizações, padronizações, regras de como o corpo deve ser concebido dentro de cada cultura (e subculturas). E, da mesma maneira, há um saber sobre e em torno do travesti que fará com que se disponha um “dispositivo de travestilidade”<sup>12</sup>; um/uma travesti não existe pelo simples fato de existir. Ele é definido segundo discursos e saberes distintos. Para os discursos normativos, ele é um indivíduo patológico, pecaminoso, transgressor da moral e da naturalizadora norma padrão do gênero; já, segundo outros (contra)discursos, como o da Teoria *Queer*, ele é um indivíduo que realiza uma performance de gênero distinta da esperada de seu sexo, não se definindo como mulher, mas ao contrário, podendo ser visto como estando no entremeadio de todo binarismo genérico, não devendo, então, ser compreendido como antinatural – pelo fato de apresentar simultaneamente características daquilo que pode ser apontado como *masculino* e *feminino* (pênis e seios, por exemplo), uma vez que a problemática do gênero, compreendida normativamente como natural, na verdade é, para a *Teoria*, de ordem discursiva.

---

<sup>12</sup> Conforme o que foi visto a respeito do dispositivo em Foucault (2010), percebemos que o conceito pode ser estendido também, à questão da travestilidade, uma vez que toda uma produção de saber seja médica, jurídica, moral, etc. – qualificando ou não, o sujeito transgênero –, vem a conceber o que se pode chamar de dispositivo de travestilidade.



#### 4 IDENTIDADE E SUBJETIVAÇÃO PELO CORPO

Assim, devemos pensar, então, que há todo um modo de ser do indivíduo travesti que o faz assumir uma posição de sujeito. Esse modo de ser, estando disposto a partir da criação de discursos e saberes, sobre um tal indivíduo, foi o que permitiu a objetivação de tal indivíduo. Desse modo, o indivíduo assume, nessas condições histórico-discursivas, uma posição que lhe é dada quando das relações de poder nas quais tais práticas discursivas, criadoras de uma existência pelo corpo, o inserem. Nesse sentido, essa posição de sujeito é histórica. Tal posição é dada pela alteridade. Esses sujeitos passam a ser identificados como estando foracluídos na sociedade. É uma posição marginal, mas que é parte da sociedade. Silva (2007, p. 162) considera que

A constituição de uma identidade implica, pois, um aprendizado em que roupas, gestos, posturas, expressões, maneiras de andar, formas de pegar vão sendo testados e adaptados em função dos sinais que, num sistema de *feedback*, a sociedade vai emitindo para o ator que concomitantemente vai incorporando seu personagem.

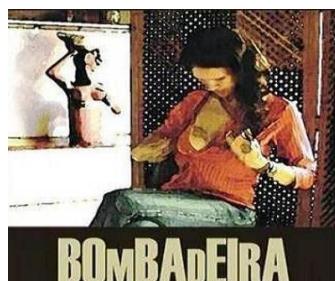
A alteridade aponta o sujeito, redu-lo a uma identidade. Identificar-se consiste numa relação imaginária com o *outro*: aquilo com o que um sujeito se identifica é então o que funda esse sujeito, é o que o objetiva. O sujeito, uma vez no processo de identificação, toma a relação (dada pelo *outro*) para o próprio eu, para si, e, por isso mesmo, vê-se como objeto e problemática de um jogo discursivo, mas, também, como um sujeito concebido na relação com o *Outro*. A constituição da identidade e do sujeito travesti é de ordem linguística por estar estruturada como um sistema linguístico não-natural (semiológico) que pode estar direta ou indiretamente vinculado à língua, integrando-se aos mesmos “jogos de linguagem” desta, usados para nomear, para simbolizar o objeto a ser identificado. Desse modo, pode-se dizer que a transformação é uma (re)criação corporal (no tocante ao gênero) e implica numa maneira de se representar linguisticamente o corpo, pois a estruturação corporal na “cadeia significante” (LACAN, 1998) só é possível porque ela passa pelo sujeito de maneira simbólica (no inconsciente, pelo *Outro*) e na relação imaginária com o *outro*. E como o sujeito é o seu próprio corpo, este também se constrói nessa mesma cadeia linguística. Logo, pode-se dizer que a subjetivação compreende uma



relação que envolve o sujeito com o saber (sobre o sexo, o corpo e o gênero), com os mecanismos de poder, e com aquilo em que ele reconhece o “si-mesmo” no seu corpo. Se a construção/transformação do corpo é de ordem linguística, é porque uma ordem discursiva propõe maneiras de ser culturalmente tomadas como verdade. O que implica dizer que é a performance social dos gêneros que dita as regras, que cria o logicismo linguístico de um possível sistema instaurado para as representações de gênero.

No que respeita à constituição dos corpos, todo um dispositivo médico foi criado, inicialmente para atender às demandas estéticas, estando, a saúde, relegada a segundo plano, ou mesmo nenhum. Ainda, segundo Silva (*Ibid.*), há toda uma produção de hormônios anabolizantes, técnicas plástico-cirúrgicas que, somente depois, e de maneira minguada, chega aos travestis, clandestinamente. Os travestis constroem seus corpos, por exemplo, usando certas técnicas não aprováveis pelos Conselhos de Medicina, que é o caso da bomba: procedimento em que consiste em aplicar silicone industrial em certas partes do corpo, como glúteos, peito e coxas, a fim de tornear, arredondar tais partes para que seu corpo pareça mais feminino. Além disso, há todo um cuidado com o gestual, com a expressão corporal, com a voz, com o andar, o portarse, até mesmo com o vestuário, para que possam desempenhar, da melhor maneira possível, aquilo que se comprehende no Ocidente, como ser mulher.

A capa do filme *Bombadeira*<sup>13</sup> enfatiza, por exemplo, a robustez do peito como elemento de transformação do corpo. Vê-se, por exemplo, pela materialidade verbal, tratar-se da aplicação de silicone industrial a fim de moldar o corpo, tornando-o o mais parecido possível com o corpo de uma mulher. A essa técnica corporal, esses sujeitos dão o nome de “bombar”. A “bombada”, como eles se definem, é o indivíduo que passou, ou acabou de passar pela técnica de injeção de silicone industrial no peito, nas nádegas, nas coxas, etc., com a finalidade de aumentar de tamanho, modificando e se afastando da estética corporal anteriormente associada visualmente à



<sup>13</sup> Disponível em <http://www.overmundo.com.br/agenda/filme-bombadeira-retrata-universo-das-travestis>. Acesso em 16 de janeiro de 2010.



masculinidade. Na maioria das vezes, elas apelam para esta técnica – que se enquadra fora de qualquer norma e procedimento padrão médico de modificações plásticas – justamente por não terem dinheiro suficiente para se submeterem a cirurgias com fins estéticos. São esses mesmos sujeitos que acabam realizando a aplicação do tal produto nos corpos uns dos outros: geralmente há um que é chamado de “bombadeira” e trabalha aplicando silicone industrial nos corpos de outros travestis e transexuais. Percebe-se, com tais práticas, que a afirmação de seu modo de vida pôde possibilitar, inclusive, uma profissão que é a da “bombadeira”, mesmo que ela não seja regulamentada, o que faz emergir a questão do poder. Mas o interessante, é ver que esses sujeitos, apesar de considerarem perigosa a prática do “bombar”, tomam-na como afirmação, a “qualquer custo”, de uma identidade, mantendo um modo de vida onde eles afirmam sua existência.

A maneira como esse sujeito se mostra na capa do filme traz à luz, na leitura, a ideia de um travesti: primeiro, pelas feições masculinas do rosto que, mesmo numa primeira vista, não passam despercebidas pelos olhos do leitor: geralmente os homens apresentam anatomicamente formas mais retas e quadradas do que os rostos femininos; depois, vêm-se as grandes mãos puxarem a blusa, abrindo-a e deixando aparecer parte dos seios; a maneira como as pernas estão cruzadas diz respeito à técnica do sentar das mulheres: as pernas cruzadas parecem também, esconder algo que possa lhe denunciar o principal vestígio de uma masculinidade no meio das pernas, isto é, um falo, já que as mulheres não têm pênis. Ainda, à direita do indivíduo, está um bibelô, uma estatueta, que parece esculpida em madeira, com uma forma humana que traz à mostra, os seios.

Nesse ínterim, diremos sempre – diante das leituras realizadas do corpo sugerido pelas imagens dispostas neste artigo –, que os sentidos são possibilitados num vai-e-vem discursivo, isto é, na relação de poderes as quais tais sujeitos e a sociedade estão dispostos no tocante as representações de gênero e de corpo, pois a relação de valor (de verdade) que os discursos parecem lhes atribuir – quer sejam discursos normativos quer sejam discursos contra a norma –, é sempre uma relação de complementaridade. Assim, o que parece ser para uns, não tem o mesmo sentido para outros. É no “sem-sentido”, isto é, nas falhas, nos furos no real de um possível sistema linguístico em torno de uma representação de gênero, que múltiplos sentidos se possibilitam. E, se tal representação em torno do corpo é de ordem semiológica – e por isso mesmo, forjada segundo um discurso que a valide em uma



dada cultura – temos o motivo de ser no real do corpo, tomado enquanto encadeamento significante (e por essa razão, tangível), que os sentidos se possibilitam. Assim, sendo o corpo tomado discursivamente, ele sempre se possibilitará segundo uma representação que tente modificar, transformar, metamorfosear o real desse corpo-linguagem, isto é, sua *alíngua*<sup>14</sup>, possibilitando sentidos para esse corpo.

## CONSIDERAÇÕES

Tomar o corpo em seu aspecto enunciativo-imagético foi o ponto nodal do trabalho, pois foi aí onde nos baseamos para montar o *arquivo* todo pautado em imagens nas quais se pode ver o corpo dos travestis. Toda série enunciativa não se encerra em si mesma, uma vez que é buscando as regularidades discursivas comuns entre esses enunciados que ela se torna possível. Para Foucault (*Ibid.*) é numa relação de infinitude que operam as regularidades, estendendo-se a outras séries, a outros enunciados, a outros discursos sobre o mesmo objeto, enraizando-se, dispersando-se até que “se percam de vista”, não importando se tais discursos são ou não, antagônicos. Nesse ínterim, não interessou em que tempo os enunciados e os discursos apareceram; menos ainda datar seu surgimento, mesmo que seja possível; antes de tudo a relevância está no fato mesmo da existência, na permanência e na emergência de tais discursos, fazendo com que, em cada acontecimento, em cada fato novo, um mesmo enunciado ou outro apareça num tal lugar passível a interpretações, produzindo sentido(s). E, ao lado disso, detemonos nos postulados pecheutianos no que toca à interpretação e às questões de subjetivação. Assim, descrevemos o objeto-enunciado – e no caso deste trabalho, o corpo do travesti – interpretando-o, procurando sempre aquilo que possibilitou a emergência de um tal enunciado.

Por fim, acreditamos que nossos esforços foram no sentido apontar o aspecto memorial, reminiscente, que se possibilitou em torno deste objeto, e que é retomado, todavia, no ato de interpretação. Nesse entender, o leitor é levado a reconhecer os significantes em cadeia, os sinais, os indícios, todos aqueles elementos que formam uma

<sup>14</sup> É a tradução da expressão lacaniana *lalangue*. Tal noção remete ao conceito de real, que – sendo aquilo a que nunca se pode chegar, isto é, “o impossível” (LACAN, 1998) –, possibilita a ideia de que a língua também tem sua falha constitutiva (o real da língua) afirmada por Milner e reiterada por Gadet; Pécheux (2004) n'A *língua inatingível*.



composição de uma performance social inscrita discursivamente no corpo, sem que necessariamente ele tenha, de antemão, que aprender um sistema linguístico de tais representações de corpo, sob a visão da Semiótica Estrutural, por exemplo. E desse modo, os “sujeitos de corpo estranho” puderam ter, a partir do corpo, leituras, interpretações mostradas aqui sob a forma de trajetos, de percursos feitos por meio de séries enunciativas compostas de imagens dispersas historicamente, mas que se mantêm rizomáticas, ligando-se umas às outras, comungando discursos, ou emergindo em contradiscursos, recriando-se, dizendo o mesmo, mas investindo-se de novidade, por caminhos labirínticos onde o olhar do leitor perde o horizonte.

## REFERÊNCIAS

- BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo:** sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- COURTINE, JJ. O corpo anormal: história e antropologia culturais da deformidade. In: COURTINE, JJ; VIGARELLO, Georges. **História do corpo:** as mutações do olhar: o século XX. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- FINK, Bruce. **O sujeito lacaniano:** entre a linguagem e o gozo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- FOUCAULT, MICHEL. **História da sexualidade I:** a vontade de saber. 18. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Os anormais.** São Paulo, Martins Fontes, 2002.
- \_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- \_\_\_\_\_. **A microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.
- DREYFUS, H; RABINOW, P. **Michel Foucault:** uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: forense universitária, 1995.
- GADET, F; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível:** o discurso na história da Linguística. Campinas: Pontes, 2004.
- LACAN, Jacques. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: \_\_\_\_\_. **Escritos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia.** São Paulo: Cosac Naify, 2003.



DISCURSO, SOCIEDADE E CULTURA  
I Encontro de PESQUISADORES em ESTUDOS DISCURSIVOS  
ISBN 978-85-7539-765-7

PÊCHEUX, Michel. **Sobre os contextos epistemológicos da análise do discurso.**

Cadernos de Tradução do Instituto de Letras da UFRGS. Porto Alegre, n.1, nov.1998.

\_\_\_\_\_. **Papel da memória.** In: ACHARD, Pierre et al. Papel da memória. 2 ed., Campinas, São Paulo: Pontes, 2007, p. 49 – 57.

\_\_\_\_\_. **O Discurso:** estrutura ou acontecimento. 5. ed., Campinas/SP: Pontes, 2008.

SILVA, Hélio R. S. **Travestis:** entre o espelho e a rua. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

SOHN, Anne-marie. O corpo sexuado. In: Courtine, J. J.; VIGARELLO, Georges. **História do corpo:** as mutações do olhar. O século XX. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.



## MARCAS DE NORDESTINIDADE NO DISCURSO IMAGÉTICO DE ZÉ RAMALHO

Petrônio Fernandes Beltrão

### 1. INTRODUÇÃO

Zé Ramalho, renomado cantor e compositor brasileiro, nascido em Brejo do Cruz, pequena cidade do interior da Paraíba em 3 de outubro de 1949. Ainda em tenra idade passa a viver aos cuidados do avô José Alves Ramalho, cobrador de impostos, que lhe garantiu uma boa educação, a quem Zé Ramalho mais tarde dedicaria um de seus grandes sucessos “Avôhai”, e da sua avó Soledade. Aos 10 anos transfere-se para o então centro industrial do Estado, a cidade de Campina Grande, onde já se mostra como artista ao participar de “Os Jets”. Um grupo musical do iê-iê-iê que era um estilo jovem na época. Aos 15 anos muda-se para João Pessoa, a capital da Paraíba, onde inicia a sua carreira profissional na música, participando como guitarrista de grupos como "Os Quatro Loucos", "Os Gentleman" e outros. O grande poeta e músico nordestino tem como marco inicial de sua carreira profissional, a participação como violeiro da banda de Alceu Valença no ano de 1975. A partir daí Zé Ramalho passa a dar prioridade aos sons das cordas da viola, se interessar mais por artistas nordestinos, percorrendo cidades e conhecendo cantadores como Otacílio Batista e Pedro Bandeiras, o que definitivamente vem corroborar para a permanência dos ritmos e da cultura nordestina em sua obra futura.

Em 1976, já havia largado a faculdade de medicina, vai para o Rio de Janeiro em busca de seu sonho que teve um começo bastante difícil conforme o próprio relata em entrevista na página Isto é gente<sup>1</sup>:

Já empurrei cadeira de aleijado, bati santinhos em gráfica, mais de mil por dia, e achava divertido, sabia que era passageiro. Dormi na rua o ano de 1976 inteiro. Muitas vezes em frente ao Copacabana Palace. Naquela época dava para dormir ali sem ninguém te assaltar. Os policiais te acordavam. Aí mostrava a identidade e dizia “sou do Nordeste, vim tentar a sorte como artista”. O camarada te

<sup>1</sup> Zé Ramalho in: <[http://www.terra.com.br/istoegente/.htm144/entrevista/index\\_3](http://www.terra.com.br/istoegente/.htm144/entrevista/index_3)> (Acesso em: 20/02/2011).



olhava e dizia “cuidado, hein, pau-de-arara”, e te deixava. (ZÉ RAMALHO)

Estão explícitas nas palavras do próprio autor, as dificuldades que passou no inicio de sua carreira profissional como cantor. Este quadro se repetiu com muitos nordestinos que, como ele próprio diz, foi ‘tentar a sorte’ no sul.

Como já havia começado sua carreira profissional, a convite de Alceu Valença, o artista dá continuidade, com esforço e persistência. Pouco tempo depois se consagra com grandes sucessos que o tornaram protagonista de gerações e que fazem de José Ramalho Neto essa avalanche de sensações e sentimentos, de visões extirpadas pela introspecção e descoberta de um mundo místico e mítico onde o sonho se confunde com dolorosas realidades, brotadas das abstrações do seu eu poético, numa mensagem de subjetividade, que chega às pessoas através da combinação de acordes musicais com letras e melodias consagradas, junto a uma voz harmoniosa com uma tessitura singular marcada pelos graves sonoros, em uma entonação imperativa, recitativa, breve que no próximo verso se mostra maviosa e alongada; carregada de emoções e transcendência. Ora é um veludo sobre a carne, ora navalha: “... é aquela que fere, e virá mais tranquila” como prediz o visionarismo deste poeta em sua canção “A Terceira Lâmina”, faixa do seu terceiro álbum, lançado em 1981. É onde o fazer musical tenta domar o indomável através de expressões carregadas de figurativização e de mitos que representam a condição do versejar desse poeta afeto à mitologia, cosmologia e à Bíblia. Um sujeito-autor, em cujos discursos, encontramos o sujeito-social que fala de lugares sociais ideologicamente constituídos, marcados pelos “já ditos”, renovados e (re)significados no “dizer” dos seus versos. Nos sons miscigenados com a inserção da viola nordestina, junto a modernos instrumentos digitais e eletrônicos. Um dizer e um fazer musical (re)significados nas imagens e interrogações dos jovens que solfejam suas canções. Nelas, as palavras e os sentidos plurais, nas fendas criadas pelas linhas do seu versejar. A poética de Zé Ramalho é discursiva e constitutiva de sentidos, é pessoal e ao mesmo tempo, cósmica, universal. Inquieta e provoca, instiga à reflexão. Produz um discurso e efeitos de sentido que legitimam a Zé Ramalho como ícone do cantor nacional; como prova viva da imortalidade da música que atravessa gerações e que chega às pessoas, através da combinação de acordes musicais com letras e melodias consagradas. O artista Zé Ramalho, em sua discursivização, reproduz uma visão de mundo,



da realidade à sua volta. E é assim, que como cantor, músico e compositor, admirador de sua obra, vendo nela grande valor sócio-histórico, acreditamos necessário tornar visível no meio acadêmico, o dialogismo imagético do disco *Antologia Acústica*, lançado em 1997 com as xilogravuras de livros de cordel e o dialogismo da imagética do CD *Zé Ramalho canta Luiz Gonzaga* (2009), com relação a capas de discos do próprio Luiz Gonzaga. Através dessa intericonicidade, usando como instrumento teórico-metodológico a Análise de Discurso de linha francesa e amparados em pensadores como Jean-Jacques Courtine, Michel Foucault, Nilton Milanez e outros, mostraremos as marcas reveladoras da ‘nordestinidade’ do sujeito-autor Zé Ramalho e a sua subjetivação como sujeito-cantor-intérprete-nordestino.

## 2. DISCURSO, SUJEITO E MOVÊNCIA DE SENTIDOS NO ENUNCIADO NÃO-VERBAL

Para a Análise do Discurso (AD), o ‘discurso’ é algo exterior à fala, à língua, porém necessita da língua como lugar de sua materialização. Ele está além da comunicação, da oralidade, do texto, da mensagem.

Fernandes coaduna com este pensamento e parafraseando-o diríamos que o discurso é um lugar fora da língua e fora do sujeito, no qual esse sujeito se inscreve. Diríamos que o discurso é historicamente produzido, sempre transformado e está no social, no ideologicamente marcado e que se materializa na língua ou na imagem. Segundo Fernandes:

Como o discurso encontra-se na exterioridade, no seio da vida social, o analista/estudioso necessita romper as estruturas linguísticas para chegar a ele. É preciso sair do especificamente linguístico, dirigir-se a outros espaços, para procurar descobrir, descortinar, o que está entre a língua e a fala (FERNANDES, 2005, p. 24).

É em virtude disso que o discurso é um ação sobre o meio, a vida, evidenciando posições, determinando uns sentidos e excluindo outros. É uma prática, uma ação do sujeito sobre o mundo, que ao pronunciar um discurso marca uma posição. Vemos que o discurso encontrase no ambiente da vida social, na exterioridade e por essa razão, os estudos tradicionais não conseguem desvendá-lo completamente. Para chegarmos ao



discurso, ao seu sentido, temos que ir além da palavra, da estrutura da língua, fora da linearidade da frase. É necessário buscar suas pistas a partir da formação discursiva onde esse discurso se inscreve. Nele as palavras não apresentam um sentido único, elas mudam de sentido, dependentemente do lugar social do sujeito que fala. Mudando-se o lugar de onde esse sujeito fala e as condições de produção deste dito, consequentemente ocorrem transformações nos efeitos de sentido do que se pronuncia, e como defende Fernandes, a produção desses discursos acontece na história através da linguagem onde se materializa a ideologia. Conforme ressalta o autor:

Analizar o discurso implica interpretar os sujeitos falando, tendo a produção de sentidos como parte integrante de suas atividades sociais. A ideologia materializa-se no discurso que, por sua vez, é materializado pela linguagem em forma de texto. (FERNANDES, 2005, p. 22).

Temos a partir da prática do discurso, o movimento dos sentidos, as novas configurações semânticas. A própria palavra ‘discurso’ nos remete à ideia de mobilidade, de inconstância. Podemos dizer que ‘discurso’, tem em si a ideia de movimento uma vez que se trata de prática de linguagem. Linguagem praticada por um sujeito. Vejamos o pensamento foucaultiano sobre este:

Foucault (1995, p. 235) explica que a palavra **sujeito** pode ser entendida de duas formas: “sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento”. Nos dois significados há uma forma de poder que tem sob domínio o indivíduo, tornando-o sujeitado a algo. Estas, são maneiras capazes de mostrar como uma pessoa, através de um processo geral de objetivação, pode constituir-se em sujeito, ser assujeitada, se colocar dentro de um espaço social, - sujeito a alguém ou a algo - principalmente através de relações exteriores.

Podemos observar que a AD postula seu sujeito a partir destas concepções. Para a AD o sujeito é descentrado, crivado, cíndido, dividido, seja pela ideologia, seja pelo inconsciente. Um sujeito complexo, heterogêneo, que se encontra sempre em construção por ser socialmente constituído. O sujeito é polifônico, porque é portador de várias vozes enunciativas. É dividido, pois carrega consigo vários tipos de saberes, dos quais alguns são conscientes e outros não. Descentrado conforme Orlandi explica: “O sujeito de linguagem



é descentrado, pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo como elas o afetam” (ORLANDI, 2005, p. 20).

Na ótica foucaultiana o sujeito fala de um lugar social, vinculado a uma formação discursiva impregnada por seu tempo e sua história. Logo, como defende Foucault (1996, p.15): “Os discursos não podem ser dissociados da prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos”. O dizer dos sujeitos sempre vai estar associado a práticas sócio-discursivas que são capazes de identificar e objetivar a função sujeito. Realmente quando Foucault se refere ao sujeito falante, diz que o que define o sujeito é o lugar de onde fala. “não importa quem fala, mas o que ele diz não é dito de qualquer lugar” (FOUCAULT, 2008, p. 139).

Parafraseando Foucault, o sujeito é localizado em uma série de enunciados, fixado no interior de um domínio, constituído por um conjunto finito de enunciados ditos antes e que são retomados. Ele não pode ser reduzido aos elementos gramaticais. Foucault (2008, p. 107) esclarece que o lugar do sujeito do enunciado “É um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes” admitindo que não seja preciso ver o sujeito do enunciado como igual ao sujeito que fez a formulação, pois este sujeito não é a causa, a origem da articulação escrita de uma frase, não é o núcleo de operações que os enunciados manifestam na superfície do discurso. O sujeito é constituído por vários “eus” e o seu dizer não mais lhe pertence porque não há centro em seu ser, já que o seu interior está saturado por várias vozes.

É sobre esse sujeito como um ‘eu’ pluralizado, constituído pela interação verbal que Orlandi defende: “É múltiplo porque atravessa e é atravessado por vários discursos, por que não se relaciona mecanicamente com a ordem social da qual faz parte, por que representa vários papéis, etc.” (ORLANDI, 1988b, p. 11).

Como vimos o sujeito é constituído e atravessado por vários enunciados. Enunciados estes, que Foucault define:

Chamaremos enunciado a modalidade de existência própria desse conjunto de signos: modalidade que lhe permite ser algo diferente de uma série de traços, algo diferente de uma sucessão de marcas em uma substância, algo diferente de um objeto qualquer fabricado



por um ser humano; modalidade que lhe permite estar em relação com um domínio de objetos, prescrever uma posição definida a qualquer sujeito possível, estar situado entre outras performances verbais, estar dotado, enfim, de uma materialidade repetível. (FOUCAULT, 2008, p. 121-122).

Conforme Foucault, os enunciados estão ligados a um conjunto de signos, dotados de uma materialidade repetível; relacionados a um domínio de objetos no meio de outras performances verbais e evidencia um jogo de posições possíveis para um sujeito. Essas relações que suscitam a existência dos enunciados colocam sua descrição em um paradoxo: “O enunciado é, ao mesmo tempo, não visível e não oculto”. Distancia-se do ato de fala ou formulação. Não é imediatamente visível porque não se apresenta dentro de uma estrutura lógica como as proposições. Na realidade Foucault liga o ato de fala ao psicológico, ou contextual. Liga as proposições ao lógico e, liga a fala à estrutura gramatical. Conforme os aportes teóricos foucaultianos, o enunciado se apresenta como uma série de formulações distintas e dispersas que forma em seu conjunto o domínio da memória discursiva. Também destaca a ideia de relação entre enunciados quando admite que a regularidade, a unidade da formação discursiva, se dá também na relação entre os enunciados; dessa forma, na perspectiva foucaultiana, um enunciado deve ser analisado na sua relação com outros. É baseado nisso que Foucault assegura: “não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha em torno de si, um campo de coexistências, efeitos de série e de sucessão, uma distribuição de funções e de papéis” (FOUCAULT, 2008, p. 113).

Foucault afirma que no caso em que se possa correlacionar determinados elementos dentro de uma certa regularidade, estamos diante do que ele conceitua como ‘formação discursiva’. Esta formação discursiva estaria ligada à possibilidade de descrever semelhantes sistemas de dispersão, conceitos, escolhas temáticas; uma regularidade existente em certo número de enunciados.

A regularidade, a unidade da formação discursiva, se dá também na relação entre os enunciados. Dessa forma, na perspectiva de Foucault (2008), um enunciado deve ser analisado na sua relação com outros.

Dentro da nossa pesquisa é importante observarmos uma faceta do enunciado: o discurso contido no **não-verbal** que repousa na materialidade da linguagem visual, na



imagética, e também em textos híbridos, onde haja a presença dos dois tipos de enunciado: o verbal e o não-verbal. Focaremos o não-verbal por ser o elemento que se liga ao nosso trabalho em vista à análise das artes de capa de discos de Zé Ramalho, Luiz Gonzaga e cordéis.

Temos uma explicação sobre o não-verbal, quando Foucault (2008) diz que o enunciado não está, obrigatoriamente, submetido a uma estrutura linguística como sujeito-verbo-predicado porque não é através dos constituintes da frase que se encontra o enunciado. Existe no seu livro ‘Arqueologia do Saber’, algumas considerações sobre o discurso não-verbal. É o discurso que está incluído no que Foucault chamou de “outras arqueologias”. Ali o autor fala das possibilidades de representações contidas numa pintura (imagem), referindo-se a linhas, cores, filosofia do autor, as posições sociais e tantos outros implícitos constituintes de uma pintura, que nos remetem a uma possível análise imagética:

Para analisar um quadro, pode-se reconstituir o discurso latente do pintor; pode-se querer reencontrar o murmúrio de suas intenções que não são, em última análise, transcritas em palavras, mas em linhas, superfícies e cores; pode-se tentar destacar a filosofia implícita que, supostamente, forma sua visão do mundo. É possível, igualmente, interrogar a ciência, ou pelo menos as opiniões da época, e procurar reconhecer o que o pintor lhes tomou emprestado. (FOUCAULT, 2008, p. 217).

Foucault defende que é possível dialogar com a pintura, buscando o que o pintor tomou emprestado ao meio e propõe uma arqueologia que não ficasse apenas no plano da superfície, que “escavasse” a relação dos elementos constitutivos da pintura com a sua época, procurando descobrir a articulação dos elementos como cor, linhas, distância, profundidade, espaço, luz e proporções, com uma prática discursiva, mostrando que a pintura é mais que apenas uma maneira de dizer sem o uso das palavras, ele cita:

Não se trataria de mostrar que a pintura é uma certa maneira de significar ou de "dizer", que teria a particularidade de dispensar palavras. Seria preciso mostrar que, em pelo menos uma de suas dimensões, ela é uma prática discursiva que toma corpo em técnicas e em efeitos. (FOUCAULT, 2008, p. 217).



Ele defende que a pintura seria, assim, inteiramente atravessada pela positividade de um saber. Enseja que os elementos como espaço, distância, luz, profundidade, etc., deveriam ter sido nomeados, conceitualizados numa prática discursiva da época e o saber resultante disso inserido em teorias e formas de ensino, em técnicas.

O poder da imagem é o de possibilitar o retorno de temas e figuras do passado, colocá-los insistentemente na atualidade, provocar sua emergência na memória presente. A imagem traz discursos que estão em outros lugares e que voltam sob a forma de remissões, de retomadas e de efeitos de paráfrases. Por estarem sujeitas aos diálogos interdiscursivos, elas não são transparentemente legíveis, são atravessadas por falhas que vêm de seu exterior – a sua colocação em discurso vem clivada de pegadas. (GREGOLIN, 2000, p. 22).

Temos as palavras de Gregolin no campo de intencionalidade da nossa pesquisa quando ela se refere à possibilidade do retorno de temas que se tornam emergentes, a partir do discurso da atualidade e que possibilitam uma interdiscursividade entre os textos imagéticos mostrando que estão sempre atravessados pelo discurso do outro.

Para complementação do nosso olhar, faremos uma investigação sobre ‘intericonicidade’. Assunto diretamente ligado à imagética, que servirá de subsídio para comprovação da nordestinidade em Zé Ramalho.

Em Milanez (2005), temos a noção de intericonicidade, apresentada por Jean-Jacques Courtine através de entrevista, onde Courtine assemelha os atributos da imagem à ideia de memória discursiva, isto é: não existem texto nem discurso que não tragam a possibilidade de interpretação. Assegura que toda imagem tem um eco. Toda imagem está inserida em uma cultura visual que por sua vez leva a uma memória visual. A história das imagens vistas pelo individuo. Courtine liga a sua concepção de intericonicidade à ideia de memória discursiva e por analogia poderíamos dizer que não há imagem que não seja interpretável sem referência a uma tal memória. Mais explicitamente Courtine define:

Portanto intericonicidade supõe as relações das imagens exteriores ao sujeito como quando uma imagem pode ser inscrita em uma série de imagens, uma genealogia como o enunciado em uma rede de formulação, segundo Foucault. Mas isso supõe também levar em



consideração todos os catálogos de memórias da imagem do indivíduo. De todas as memórias, podem até ser os sonhos, as imagens vistas, esquecidas, ressurgidas e também aquelas imaginadas que encontramos no indivíduo. (COURTINE, apud MILANEZ, 2005<sup>2</sup>).

Courtine inclui nos catálogos de memória do indivíduo, os sonhos, imagens vistas, esquecidas e ressurgidas. E como suplemento a estes postulados, defende que o indivíduo seria também um produtor, um intérprete e até um suporte de imagens.

“Nossa memória se constrói, portanto, a partir do entrelaçamento de lugares nos quais procuramos as imagens que formam a substância de nossas lembranças” Milanez, (2006, p. 173). Vemos assim a importância da memória para a análise da imagem ligada ao que podemos reativar em nossas lembranças. Essa lembrança das coisas nos remete a uma memória discursiva e a esse respeito Milanez (2006) explica que a memória discursiva nos remete às lembranças dos elementos aos quais estamos familiarizados, e de que maneira poderemos nos referir a essas lembranças dependendo da nossa posição como enunciador. Fernandes diz que os discursos exprimem uma memória coletiva na qual os sujeitos estão inscritos e explica sobre memória discursiva: “Trata-se de acontecimentos exteriores e anteriores ao texto e de uma interdiscursividade, refletindo materialidades que intervêm na sua construção”. (FERNANDES, 2005, p. 61).

Para Pêcheux (1999, p. 52), “A memória discursiva seria aquilo que, diante de um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os implícitos [...] de que sua leitura necessita”. Refere-se a implícitos como pré-construídos, elementos citados e relatados, etc., e que este implícito existiria ligado a regularizações, e suscetíveis de desaparecer diante de novos acontecimentos discursivos. Isto porque a memória tende a absorver o acontecimento e este, por sua vez, estaria passível de suscitar deslocamentos nos implícitos associados àquela memória discursiva. Este quadro nos remete a o que Pêcheux (1999, p. 53) enuncia: “Haveria sempre um jogo de forças na memória sob o choque do acontecimento”.

---

<sup>2</sup> (A noção de intericonicidade) Entrevista feita por Nilton Milanez com o Prof. Jenn-Jacques Courtine, em 27/10/2005, em Paris, na universidade de Sorbonne Nouvelle. A entrevista pode ser vista no seguinte endereço eletrônico: (<http://www.uesb.br/labedisco>). Encontra-se incluso nas referências bibliográficas



Entendemos que o gesto interpretativo do interlocutor é determinado pela sua relação com a memória e por isso, existe uma infinidade de dizeres que se atualizam no momento da enunciação. Isto faz da memória discursiva um processo alojado na história, e desponta no embate de várias interpretações que acontecem quando voltam ao presente, sofrendo um processo de atualização de (re)significação. É o jogo de forças descrito por Pêcheux.

Feitas estas considerações a respeito da imagética, da intericonicidade, analisaremos os enunciados não-verbais onde temos na figura 1, a representação imagética do Sujeito.



Figura 1



Figura 2



Figura 3

As imagens que estão retratadas no disco *Antologia Acústica* de Zé Ramalho, bem como as capas de livros de cordel destacam, não que se trata apenas de uma representação na área musical, onde existem duas pessoas em cada imagem escolhida e que demonstram estar fazendo uma apresentação voz e instrumento. Não demonstram apenas tratar-se de que as imagens têm a mesma temática, mas, que elas destacam a existência de uma relação de intertextualidade.

Todas as imagens trazem o universo nordestino das cantorias de viola. Marcas emergentes das linhas e curvas características da capa de cordel, da monocromia nos desenhos das figuras 2 e 3, com as quais dialoga a tendência xilográfica existente na figura 1. A imagem de capa do CD de Zé Ramalho nos traz o eco das cantorias, das pelejas de violeiro, que é uma marca identitária do nordestino, que é materializada na sua capa e remetem às xilogravuras de cordel. A mordescinidade eflui nos efeitos de sentido criados a partir da reprodução xilográfica de sua imagem em cinza, o que nos remete ao campo das



duplas de cantadores expressas nas figuras 2 e 3, uma ‘memória’ que materializa uma formação discursiva e ideológica que converge para os dizeres nordestinos: o linguajar, os usos e costumes peculiares a um povo de uma determinada região, ligados a uma mesma temática de vida, de escolhas; a uma mesma visão de mundo, delimitando um espaço geográfico e através desses efeitos, fazendo (re)significar a figura do violeiro, do cantador do Nordeste.

Pedemos afirmar que, Zé Ramalho, ao se colocar na figura 1, nos moldes da xilogravura de cordel, é um enunciado que nos remete a uma memória coletiva tornando-se memória individual, a sua memória individual, particularizada no seu disco, sendo formada a partir da memória coletiva que é a ilustração de cordel. Ele traz para a construção dos sentidos da sua capa de disco, o discurso já pronto do cordel, e ao deslocar essa memória da xilogravura do cordel para seu disco, ela se reatualiza resignificada no novo dizer. Ao colocar sua imagem de capa representada por uma xilogravura, ele se identifica como sujeito-nordestino, pela existência de uma materialidade repetível que se mosta nos traços, nos lugares, nas imagens peculiares, identificada como uma marca do homem do Nordeste: a ‘nordestinidade’. Há aí, um jogo dialógico entre a memória coletiva e a história, a memória individual e o discurso que resignifica o ‘já dito’ na retomada do cordel.

Nessa recomposição de Zé Ramalho, cruzam-se sentidos memoráveis do Nordeste, entre os sujeitos que exprimem elementos da nordestinidade, atravessados por uma ‘teia’ de discursos que passam pela memória, pelo social, pela historicidade.

Na figura 1, a posição da viola invertida, o gesto desconexo do seu rosto e a posição estranha de suas pernas cruzadas, é um artifício utilizado pelo artista para aproximar a sua efígie humana da xilogravura. Uma vez, que os métodos utilizados na construção das imagens de cordel 2 e 3, são de xilogravura e são simplificados com relação à composição alterada e quase fotográfica da figura 1, onde foram utilizados recursos modernos na sua composição. Há uma liberdade artística na capa de Zé Ramalho, há uma quebra da lógica estrutural, dando à representação icônica do cantor, um aspecto de xilogravura, trazendo para o discurso imagético do Cantor Zé Ramalho, marcas um lugar-sujeito-cantador. Zé Ramalho inscreve sua imagem numa série de outras imagens. Imagens do nordestino, representada pela literatura de cordel, uma repetição de enunciado no retorno de temas que se tornam emergentes a partir da sua insegurança iconográfica e da



duplicação desta autoimagem, em moldes mais específicos, isto é: xilográficos. Fazendo ecoar uma particularidade do *ethos*<sup>3</sup> nordestino, representado na duplicação xilográfica da autoimagem de Zé Ramalho, o que nos leva ao costume do uso de duplas nos ‘desafios de viola’, nas pelejas de viola. Pelejas que são um traço característico do arquivo cultural das cantorias nordestinas. . Uma materialidade de um dizer outro que se torna memória constitutiva de sentidos que podem se matarializar em novo acontecimento discursivo. A presença da xilogravura na capa do disco de Zé Ramalho é uma materialidade repetida que ressignifica os sentidos do dizer da capa, uma intericonicidade com relação aos traços dos desenhos das capas dos folhetos da literatura de cordel. Uma dialética com as formações discursivas do Nordeste, que traz a memória sócio-histórica do povo nordestino e que marcam traços identitários do sujeitoautor-poeta Zé Ramalho.

Em 2009, Zé Ramalho lança no mercado o CD intitulado “Zé Ramalho canta Luiz Gonzaga”, estampando na capa deste disco, um diálogo icônico representativo das marcas identitárias do homem do nordeste, também presentes nos discos de Luís Gonzaga<sup>4</sup>.

A trazer sua imagem com o chapéu de couro em diálogo com a de Luiz Gonzaga, o seu texto deixa marcas de intericonicidade, cujos efeitos de sentidos constroem suas marcas identitárias de homem do Nordeste. Assim ele se subjetiva como sujeito-sertanejo-nordestino trazendo a imagem de Gonzagão. Isso viabiliza, com certeza, um poder de ratificação da assimilação e cristalização social de sua própria imagem, uma vez que Luiz Gonzaga também é um ícone nacional. O que faz com que ao tomar essa posição-sujeito, Zé Ramalho se coloca como sujeito-intérprete nordestino, uma vez que neste disco ele interpreta canções de Luiz Gonzaga.

---

<sup>3</sup> Aquilo que é característico e predominante nas atitudes e sentimentos dos indivíduos de um povo, grupo ou comunidade, e que marca suas realizações ou manifestações culturais.

<sup>4</sup>

<http://www.google.com.br/search?q=imagens+de+luiz+gonzaga&hl=ptBR&biw=1280&bih=644&cp=rmd=imvns0&tbo=isch&source=univ&sa=X&ei=wHSATrLNOdKdgQeNmKAo&sqi=2&ved=0CB8QsAQ> (acesso 02/09/2011).



DISCURSO, SOCIEDADE E CULTURA  
I Encontro de PESQUISADORES em ESTUDOS DISCURSIVOS  
ISBN 978-85-7539-765-7

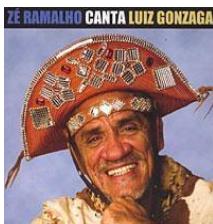


Figura 4



Figura 5



Figura 6

Os sentidos aqui instaurados residem na dialética do chapéu de couro, da vestimenta, que nos remetem ao homem do campo, do sertanejo nordestino que faz uso das vestes de couro em virtude da vegetação espinhosa do agreste e sertão nordestinos, do sol causticante, da lida com a boiada. O próprio clima, a fauna e a flora, assujeitam o homem do sertão, dando-lhe um estereótipo de homem forte, resistente às intempéries, o que ficou disseminado na sua formação discursiva, na linguagem regional como ‘cabra da peste’ que provoca efeitos de sentido como destemido, esperto. O lenço no pescoço (fig. 1 e 3) e os enfeites dos chapéus trazem a vaíade masculina do sertanejo que sempre traz representado no sorriso, a alegria, a esperança de dias melhores e a vontade de viver. Isto está representado nas três figuras. Estes elementos, junto ao gibão<sup>5</sup> que Luiz Gonzaga usava em seus shows, presentes nas figuras 5 e 6, são elementos emanantes que constituem a memória e a história do homem do Nordeste, são construtos da memória sertaneja que emanam como diz Milanez (2006) a partir do entrelaçamento de lugares nos quais procuramos as imagens que formam a substância de nossas lembranças. Vemos Zé Ramalho reproduzindo a imagem de Luiz Gonzaga e fazendo emergir toda uma memória discursiva do homem do nordeste, através da indumentária e das vestimentas presentes nas relações da imagética exposta nessas capas de discos.

Reiteramos que o dialogismo como sempre, em Zé Ramalho, não se situa apenas no imagético. Estende-se também ao verbal, quando ele, neste trabalho assume a posição sujeitointerpretante e faz uma apresentação com canções do ‘Rei do Baião’.

<sup>5</sup> Casaco de couro usado pelos vaqueiros do Nordeste.



Enxergamos através da figura 4, parafraseando Gregolin (2000), o retorno de figuras de imagens do passado, (fig. 5 e 6), provocando sua emergência na memória atual e gerando um diálogo interdiscursivo, oriundo do efeito de paráfrase: o velho se (re)significando no novo. É possível afirmar a intertextualidade entre as figuras 4, 5 e 6, onde se percebe a semelhança entre seus discursos imagéticos.

Essa nova imagem da figura 4, em comum com as imagens 5 e 6, leva os espectadores a construir um certo modo de ver e interpretar aquilo a que estão vendo, (e, decerto, também ouvindo). Em outras palavras, ao atualizar, incorporar, re(a)presentar, modificar, aqueles textos imagéticos fundadores (figuras 4 e 5), Zé Ramalho constrói o processo discursivo do seu lançamento musical.

Faz parte também das marcas identitárias de nordestinidade em Zé Ramalho, a (re)atualização das canções de Luiz Gonzaga como forma de preservação, valorização e destaque da cultura da região Nordeste. Valores estes, constituintes, não só da música nordestina, mas também do homem, do espírito, da historicidade, da interdiscursividade do povo desta região.

Integra a constituição do sujeito-nordestino Zé Ramalho, o grande momento da sua carreira, em homenagear ‘o rei do baião’, trazer na sua voz grave, e em novos instrumentos e mixagens, sem desvirtuar as características originais e rítmicas do mestre Luís Gonzaga, as canções que se tornaram monumento nacional e que constituem o arquivo cultural nordestino. Canções que se cristalizam nas formações discursivas e ideológicas do povo da região Nordeste. Passam por essa interpretação, as vozes plurais do ideário da região, trazendo uma ressignificação importante, ao levar para todo Brasil e para as novas gerações essa possibilidade de (re)atualização cultural, de instauração de novos sentidos a partir desse novo dizer. Músicas que enlevam o sentimento como ‘Assum Preto’. Músicas como ‘Pau-de-arara’ que retrata o êxodo do sertanejo, a sua coragem de enfrentar o sofrimento, de chegar à cidade grande com a ‘coragem e a cara, pendurados num pau-de-arara’. Mas, sem se desprender da sua cultura, das suas raízes, ao trazer o triângulo, a zabumba e o gonguê, no seu matulão. E o mais importante, trazer o ‘xote, maracatu e baião’. Estes, como marca identitária, ele traz na ideologia, na sua discursivização, na saudade da terra natal. Músicas como “ABC do Sertão”, falando do estilo de escolarização nos recônditos do sertão. Todo um repertório impregnado de ‘nordestinidade’. Esses



efeitos de sentido emergem das margens dos versos expressos na discursividade do sujeitoautor Luís Gonzaga e também do sujeito-intérprete Zé Ramalho que atualiza esse discurso como novo no acontecimento de sua volta. É mais um disco da série de discos “Zé ramalho canta”, que encanta e dá prazer, trazendo marcas identitárias de um Zé Ramalho paraibano que canta os valores nordestinos.

Quando observamos as lembranças denunciadoras de ‘sentidos’ a que as imagens analisadas nos remetem, entendemos que dentro das suas materialidades, as memórias que surgem das imagens analisadas se inscrevem no discurso, conforme as suas condições de existência e que voltam em novos acontecimentos discursivos para (re)significar. Estas imagens estão inclusas no discurso de Pêcheux (1990) quando este pensador coloca a constituição do discurso no entrecruzamento da estrutura e do acontecimento que constrói a historicidade.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste trabalho, analisamos, através dos pressupostos teóricos da Análise do Discurso, e dos fundamentos defendidos por Foucault, Pêcheux e outros, no campo de estudo da imagética, a intericonicidade existente entre a imagem da capa do disco de Zé Ramalho *‘Antologia Acústica’* e as xilogravuras de cordel; e entre a imagem da capa do disco *‘Zé Ramalho Canta Luiz Gonzaga’* e imagens de capa de discos do próprio Luiz Gonzaga. Fazendo, assim, uma leitura da relação dos enunciados ali existentes, mostramos que, como diz Foucault (2008), não há nenhum enunciado que não suponha outros, que não tenham em seu entorno um campo de coexistência. O estudo nos permitiu comprovar as marcas de ‘nordestinidade’ no sujeito-autor Zé Ramalho, permitiu compreender e materializar os discursos não-verbais presentes nos elementos estudados, a partir dos quais entendemos que Zé Ramalho está incluído em uma formação social que o marca identitariamente como sujeito-nordestino. Assim, podemos afirmar que a ‘nordestinidade’ é uma marca identitária do sujeito-cantor Zé Ramalho.



## REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zigmunt. **Identidade.** Entrevista a Benedetto Vecchi. Trad. bras. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2005.
- FERNANDES, Cleudemar. **Análise do Discurso:** reflexões introdutórias. Goiânia: Trilhas Urbanas: 2005.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do Saber.** ed.7º. Tradução Luiz Felipe Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, M. O Sujeito e o Poder. In RABINOW, P. & DREYFUS, H. Michel Foucault. **Uma trajetória filosófica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. (p 231-249)
- MILANEZ, N. O corpo é um arquipélago. Memória, intericonicidade e identidade. In: NAVARRO, P. **Estudos do Texto e do Discurso.** Mapeando Conceitos e Métodos. São Carlos: Cláraluz, 2006, p.153-179.
- ORLANDI, Eni P. **Análise do Discurso:** princípios & procedimentos. ed. 6º. São Paulo: Pontes, 2005.
- PÊCHEUX, Michel. **O Discurso:** estrutura ou acontecimento. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 1990.
- PÊCHEUX, Michel. Sobre a (des)construção das teorias linguística (p. 07-31). In: **Línguas e Instrumentos Linguísticos.** Campinas: Pontes, 1999.

## DOCUMENTOS ELETRÔNICOS:

<http://www.google.com.br/search?q=imagens+de+luiz+gonzaga&chl=pt-BR&biw=1280&bih=644&prmd=imvns&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ei=wHSATrLNOdKdgQeNmKAo&sqi=2&ved=0CB8QsAQ>



## MOVING IMAGES: O TRABALHO DISCURSIVO DA MÍDIA E O DESLOCAMENTO DE IMAGENS NA POLÍTICA

Antonio Genário Pinheiro dos Santos

### **Da mobilidade dos dizeres ao agenciamento dos sentidos: palavras iniciais**

Considerar o discurso como prática é oportunizar o trabalho com o sentido a partir de filiações históricas possíveis, considerando seu funcionamento social, seu agenciamento político, suas movências culturais e institucionais e, sobretudo, sua mobilidade irregular. A prática discursiva é constitutiva e também se constitui nesse jogo de relações possíveis de sentido, no entremeio de verdades historicizadas e na relação entre saberes e poderes que dialogam, duelam, se entrecruzam.

Nessa perspectiva, toda prática discursiva está alicerçada no trabalho com a mobilidade do sentido enquanto efeito e enquanto possibilidade de funcionamento de uma memória social, enquanto resgate de outros dizeres e enquanto diálogo contínuo com a língua e com a história. O sentido é então um efeito de sentido que empreende ao acontecimento seu caráter de acontecência, sua vivacidade histórica e sua singularidade de espetáculo<sup>1</sup>. (DEBORD, 2002). Sua mobilidade é afetada pelo funcionamento do discurso, isto é, por práticas discursivas que o inserem em diferentes redes de filiações, que o agenciam a partir de determinadas dizibilidades e o oportunizam em função de uma materialidade dada. É nesse cenário que o trabalho com a Análise do Discurso de linha francesa fundamenta os estudos que se arrolam em função dessa superfície irregular e escorregadaria da linguagem, pensando os sentidos como construção de laços sem fronteiras, numa relação de dependência face às múltiplas “coisas-a-saber”. (PÊCHEUX, 2008, p. 35).

Desse modo, o sentido nunca é dado *a priori*, e em função de sua sempre múltipla possibilidade de ocorrência e de sua equívocidade não é constituído e nem constitui um dado fixo. O sentido enquanto efeito é sempre possível de ser outro – mas

<sup>1</sup> Trata-se de um conceito que será trazido ao longo do artigo e problematizado nas análises a partir dos estudos de Debord (2002) em *A sociedade do espetáculo* – segundo o qual a sociedade do espetáculo se configura em torno do que é visível, em torno do que pode ser edificado como acontecimento, em torno do que pode ser discursivizado. O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, midiatisada por imagens – e Gomes (2007) em *Transformações da política na era da comunicação de massa*, segundo o qual a sociedade do espetáculo é o espaço onde a extrema visibilidade faria par com a mais completa invisibilidade pelo trabalho com uma artificialidade programada.



nunca qualquer um – ele está sempre ligado à interpretação, à prática discursiva que o mobiliza e à situação enunciativa que lhe impõe uma rede de filiações intra e interdiscursivas possíveis, que lhe reservam um agenciamento provisório, uma vez que:

Em se tratando da linguagem, e principalmente no que diz respeito aos estudos acerca do discurso, nada é certo, tudo é possível, provável. Isso porque o sentido nunca é um *já-lá*, mas, denuncia uma operação, uma possibilidade de constituir-se como efeito de sentido a partir de sua própria transitoriedade, de suas movências, de seus trajetos. (SANTOS, 2010, p. 222).

Deve-se considerar a produção de sentido operada pela prática midiática no que tange a midiatização da sociedade pós-moderna e o trabalho, tático e estratégico, que os *Mass Media*<sup>2</sup> empreendem na cobertura de eventos históricos, isto é, a ação discursivizadora que os meios de comunicação de massa materializam em função de um evento em um determinado momento histórico, inserindo-o na ordem do discurso, transformando-o em acontecimento discursivo – é nesse contexto que se justifica o objetivo central desse estudo que está atrelado à análise da produção de imagem público política no acontecimento discursivo da eleição americana de 2008, a partir do arquivo das dizibilidades trabalhado pela mídia.

Esse trabalho da mídia funciona pelo poder, a partir de uma polícia discursiva (FOUCAULT, 2006) que ao exercer controle sobre o dizer também contorna o que é da ordem do visível e, ao discursivizar o evento histórico trazendo-o à cena de visibilidade pública, constrói efeitos de sentido plurais regulados por uma viva vontade de verdade e assegurados pelas relações de poder aí estrategicamente oportunizadas.

É nessa perspectiva que se advoga que a mídia age de forma imperiosa e pela mobilização de um incessante jogo com estratégias discursivas. Seu funcionamento está atrelado à tarefa de produzir efeitos de imparcialidade, de imediatez, de poder onipresente e, sobretudo, de revelação do real, de intervenção, de construção da história com base numa insidiosa vontade de verdade.

<sup>2</sup> Opta-se por usar o termo *Mass Media* ao invés de meios de comunicação de massa em função da problematização do acontecimento discursivo da eleição presidencial americana de 2008 e em função das análises se efetuarem a partir de materialidades produzidas em Língua Inglesa. Além disso, há a tentativa aqui de diálogo – associação ou referência – com a teoria do agendamento que também explora e trabalha esse conceito em Inglês.



Somado a isso, há ainda o trânsito de imagens sociais – espetaculares – que, a partir da irrupção do acontecimento discursivo, resgatam uma memória discursiva e pela relação com o que está depositado no imaginário social, impõem determinados trajetos de sentido e operam diferentes feixes de dizibilidades. Desse modo, considerar o deslize do sentido frente ao trabalho da mídia na cobertura do acontecimento discursivo é assegurar a possibilidade de se deparar com o processo de espetacularização de sujeitos e de determinados momentos históricos segundo um criterioso jogo com estratégias de controle discursivo e de adestramento do olhar, numa perspectiva que considera, ainda, toda a midiatização de uma prática de poder. Nessa visão, “a mídia se torna a medida de todas as coisas.” (SILVERSTONE, 2005, p. 26). Nesse contexto, a mobilização de todas essas relações de sentido e a materialização de toda essa rede de dizeres que, por sua vez, pode vir à tona em função das sempre renovadas cenas enunciativas e, sobretudo, a partir de uma determinada matriz de poder – nesse caso, a mídia e a própria produção do discurso – se tornam possíveis a partir da discursividade, ou seja, a partir do funcionamento e principalmente da constituição dos sujeitos e da história na e pela linguagem.

Portanto, investigar a produção do discurso, seu funcionamento e sua circulação, oportuniza a problematização sobre a mobilidade dos dizeres e o agenciamento dos sentidos, na óptica do controle e do poder e, especialmente, permite o trabalho com a verdade e com a história enquanto fabricação, enquanto monumento. (LE GOFF, 2003). A verdade é, então, da ordem da história sendo esta uma fabricação, um trabalho resultante de uma operação de montagem e escolhas de sujeitos situados historicamente. É nesse sentido que se torna possível o trabalho com a noção de Nova História – trata-se de investigar a produção de efeitos de sentido a partir do processo de elaboração, de seleção, de organização, de retomadas e de classificação de discursos sempre em relação a práticas de poder.

### **Visibilidade midiática e controle discursivo: a estratégia do poder na cena do espetáculo político**

A midiatização da sociedade é trabalhada segundo a lógica do entretenimento e do consumo e se movimenta na tensão entre real e virtual. A virtualidade é um efeito, uma fabricação que se dispersa no social, que se dissemina nas vias do consumo por uma cultura



voltada para a mercantilização do lazer e para a satisfação imediata de uma massa que, por sua vez, aprecia a produção e circulação de imagens em trânsito livre na tela. (KELLNER, 2006).

Nesse sentido, pode-se afirmar então que a discursivização do evento histórico o abriga sob as tramas do acontecimento discursivo e é em função dessa ação discursivizadora que a mídia retoma os dizeres, analisa-o segundo a projeção de especialistas, recoloca-o na ótica do visível, redefine-o, desdobra-o e retoma todas as suas filiações e o insere numa complexa rede de associações possíveis. Nesse fluxo, a prática midiática alicerçada no funcionamento do discurso oportuniza os jogos de verdades, a relação entre intra e interdiscurso e o resgate de uma memória social que, a partir disso, permite a produção de determinados dizeres, enunciados, e não outros em seu lugar.

Desse modo, o discurso é cercado por mecanismos que o controlam, que o imputam uma determinada ordem de manifestação, uma vez que em toda sociedade “a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.” (FOUCAULT, 2006, p. 8).

Ao agir discursivamente a mídia mobiliza controle dos dizeres e oportuniza o funcionamento do poder. Há assim, a interdição do dizível, sua submissão à prova de verdade e sua legitimação institucional. É nesse contexto que o poder se dissemina não pela limitação de uma lei, não pela violência de uma soberania, mas por sua presença insidiosa em toda relação social, por sua dinamicidade que escapa a toda regionalização de saber, por sua natureza escorregadia e fluída que penetra nas mais íntimas fendas do discurso, que ultrapassa qualquer inscrição circunstancial, “o poder está em tudo e em todo lugar”. (FOUCAULT, 2006).

Partir da concepção foucaultiana de poder – segundo a qual se opta por fundamentar todas as considerações neste trabalho – significa considerar que toda relação social se constitui e também é constitutiva de uma relação de poder. O poder é então móvel e não se limita as fronteiras da maquinaria estatal, não se fecha sob o enquadramento tradicional de uma instituição, embora possa ser observado nesse contexto em sua forma mais objetiva de materialização. É nessa perspectiva que Foucault em sua *Microfísica do poder*



e em sua *História da Sexualidade I: a vontade de saber* vem propor uma teorização do poder enquanto mecanismo dinâmico, fluído e inerente a natureza social da atividade humana, especialmente no que diz respeito ao funcionamento da linguagem. Segundo esse autor:

Dizendo poder, não quero significar “o poder”, como conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição dos cidadãos em um Estado determinado. Também não entendo poder como modo de sujeição que, por oposição à violência, tenha a forma da regra. Enfim, não o entendo como um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessam o corpo social inteiro. (FOUCAULT, 2005, p. 88)

É ainda, a partir dessas considerações que Santos (2010, p. 58) ao investigar o funcionamento dos mecanismos de controle do discurso e os sistemas de exclusão na esfera do jornalismo mediado e, em estreito diálogo com a obra de Foucault, defende que se deve negar toda e qualquer concepção de natureza periférica que “institui que a forma de se entender poder deve sempre se voltar para a sua materialização como mecanismo de separação política, de estabelecimento de posições de classe”.

Entretanto, essa mobilidade do poder não anula a regulação de seu funcionamento segundo um princípio de objetividade uma vez que “não há poder que se exerce sem miras e objetivos” (FOUCAULT, 2005, p. 90). Paralelamente, isso não significa a condução *consciente* do poder por um sujeito uno e determinado, ele não é fruto de uma escolha individual ou de uma decisão pessoal, mas está sempre *em relação a*. Por isso, não “busquemos a equipe que preside sua racionalidade; nem a casta que governa, nem os grupos que controlam os aparelhos do Estado, nem aqueles que tomam as decisões econômicas mais importantes, gerem o conjunto da rede de poderes que funciona em uma sociedade.” (FOUCAULT, 2005, p. 90).

A própria dinamicidade do poder permite sua circulação escorregadia e movediça, possibilita que ele seja trabalhado a partir de determinados trajetos, inserido em determinadas redes de filiações, arrolado em práticas discursivas submetidas a determinadas séries de verdade. O poder deve, então, ser compreendido e analisado em movimento. Segundo Veiga-Neto (2008, p. 24) trata-se dos movimentos que “acontecem ao longo das malhas da rede social, em cujos nós se situam os indivíduos que, ao mesmo tempo em que



se submetem ao poder, são capazes de exercê-lo. E se os indivíduos são capazes de exercer o poder é porque o poder os atravessa.”

É nesse sentido que se pode entender o funcionamento dos mecanismos do controle do discurso – interdição, segregação da palavra e a vontade de verdade – e dos sistemas de exclusão e rarefação – o comentário e a autoria – considerando que a mídia, na irrupção do acontecimento discursivo, preenche o espaço da visibilidade pública segundo a ilusão de consciência sobre o que discursiviza e com base na ilusão de controle sobre os respectivos efeitos de sentido que emanam de sua prática discursiva. Nesse ínterim, e segundo Thompson (2009, p. 19), o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa é, sobretudo, uma “reelaboração do caráter simbólico da vida social, uma reorganização dos meios pelos quais a informação e o conteúdo simbólico são produzidos e intercambiados no mundo social e uma reestruturação dos meios pelos quais os indivíduos se relacionam entre si.”

Considerando o funcionamento midiático na esfera jornalística, por exemplo, pode-se observar nesse cenário a materialização de uma viva vontade de verdade assegurada pelo trabalho com diferentes estratégias discursivas produtoras de diferentes efeitos de sentido. Esses, por sua vez, resgatam a memória de outros dizeres, imputam uma necessidade histórica daquilo que se diz, obrigam o sujeito cotidiano a uma dependência do que está na tela, convocam o cidadão comum a participar da cena a partir de uma virtualidade descontínua, ao mesmo tempo em que materializam um distanciamento entre público e o dado a ver.

A mídia, além disso, exige a presença contínua do visível, trabalha com o silenciamento e apagamento do que precisa ser esquecido, explora a visibilidade instantânea<sup>3</sup> de personagens e personalidades, produz um espetáculo de imagens em torno das necessidades imediatas do mercado do entretenimento. A mídia produz sentido e essa

---

<sup>3</sup> Conforme é discutido na análise, é a partir dessas estratégias que o candidato Barack Obama foi discursivizado e recebeu forte efeito de evidência pela mídia que o apresentou, no momento da campanha política de 2008, como o único capaz de ocupar a presidência dos Estados Unidos. A mídia trabalhou a imagem política desse personagem a partir de determinados trajetos de sentido – a questão racial ligada ao fato do candidato ser negro, o momento de crise econômica mundial – ao mesmo tempo em que oportunizou o apagamento imagético de seu opositor republicano John McCain. Por outro lado, já no período pós-eleição, opera com o deslocamento da imagem desse sujeito – Chega-e ao questionamento sobre a autenticidade de Obama como cidadão genuinamente americano.



ação é feita calcada na ilusão de controle sobre os *dizeres* e a partir de sua ação discursiva. Segundo Gregolin (2003, p. 96):

A mídia produz sentido por meio de um insistente retorno de figuras, de sínteses– narrativas, de representações que constituem o imaginário social. Fazendo circular essas figuras, ela constrói uma – história do presente –, simulando acontecimentos– em–curso que vêm eivados de signos do passado. Se analisarmos o funcionamento discursivo da mídia, poderemos entrever esses movimentos de resgate da memória e de estabelecimento do imaginário de uma identidade social.

Nesse entremeio da língua com a história, o acontecimento se edifica e os sujeitos sociais são trazidos à visibilidade de toda a massa, são comentados, analisados, discutidos, associados entre si e com outros com base num jogo de memória, deles é exigida uma teatralidade que se desarma a todo instante, são convocados a ocupar diferentes posições no discurso, são obrigados a se submeterem a uma determinada ordem, de acordo com um determinado regime de verdade e a partir de um determinado lugar social, histórico, de poder.

E, ainda, se se associar esse empreendimento midiático da esfera jornalística à atividade política contemporânea é possível observar como se materializa toda uma prática de midiatização da política ao mesmo tempo em que a mídia se politiza (PIOVEZANI FILHO, 2006). É nesse processo de envolvimento e aproximação entre mídia e política que a instância cidadã e a instância política reclamam uma a outra, estabelecem um jogo de força, correlações de poder, submersos e presos numa zona de tensão entre real e virtual e sempre à vista ao olhar espectador da grande massa. Isso se dá porque, segundo Charaudeau (2008, p. 19), o discurso é constitutivo do político – “ele é, ao mesmo tempo, lugar de engajamento do sujeito, de justificação de seu posicionamento e de influência do outro, cuja encenação varia segundo as circunstâncias de comunicação.”

A política se faz, então, pela ação discursiva de sujeitos, no espaço de persuasão de onde emana o projeto astucioso de gestão das paixões coletivas. Assim,

Qualquer enunciado, por mais inocente que seja, pode ter um sentido político a partir do momento em que a situação o autorizar.



Mas é igualmente verdade que um enunciado aparentemente político pode, segundo a situação, servir apenas de pretexto para dizer outra coisa que não é política, a ponto mesmo de neutralizar seu sentido. Não é, portanto, o discurso que é político, mas a situação de comunicação que assim o torna. Não é o conteúdo do discurso que assim o faz, mas é a situação que o politiza. (CHARAUDEAU, 2008, p. 42-43).

Pode-se afirmar então que, é pela ação discursiva que a política representa e também é representada na arena midiática. Suas formulações, seus projetos e sua manifestação estão centrados nesse cenário de duelo e de diálogo com a mídia sobre a tirania do acontecimento e sob a sombra do controle. O discurso se mostra, então, nesse entrecruzamento da prática política com o fazer midiático não como elemento transparente ou neutro, mas em estreita vinculação ao desejo e ao poder. O discurso é acontecimento e enquanto tal é o palco onde se estabelecem correlações de força, relações de poder. É ele que “funda a interpretação, constrói uma verdade, dá rosto às coisas. Por isso o discurso é objeto de disputa, em vista do poder que, por seu intermédio, se exerce.” (BARBOSA, 2004, p. 108).

No cenário contemporâneo, a mídia trabalha o acontecimento – político – operando com seu próprio deslizamento visto que acarreta mudanças no regime de produção dos enunciados, das dizibilidades e inauguram determinadas séries que obrigam os sujeitos – os políticos em cena – a uma artificialidade desarmada. São os novos regimes de verdade e jogos de saber da mídia que submetem o discurso político a uma metamorfose forçada em função da existência de novas práticas adequadas ao aparato áudio-visual de informação.

Tudo isso provoca uma mutação das discursividades políticas que se inicia com a desconstrução das línguas de madeira. (COURTINE, 2006). Agora, importa aos *Mass Media* explorar o *falar francamente*, insistir na *imparcialidade e verdade* no trabalho de *revelação do real*, reservar à própria prática midiática a liberdade de *construir história* e de interceder em prol do *bem comum*, jogar com os argumentos da razão e da paixão – assim como a política o faz – e defender o dever de agir em função do bem estar de uma determinada coletividade.

Desse modo, a mídia trabalha com a interdição do dizer visto que nem tudo pode ser dito por qualquer um, a qualquer lugar e de qualquer modo. Explora a vontade de



verdade no que propaga, pois precisa convencer a massa sobre o que veicula a partir de efeitos de veracidade, necessidade, autenticidade, ausência de posições de sujeitos. É como se a notícia, o acontecimento, a história fossem eles mesmos autônomos e líderes em suas próprias ocorrências. Por outro lado, há a prática do comentário e da autoria que refletem a posição institucional do discurso, sua vinculação a um campo de saber legitimado.

Nesse entrecruzamento de práticas, a política se redefine, a mídia se institui como núcleo de poder, os acontecimentos são discursivizados e as dizibilidades sempre mais possíveis se submeterem a determinadas regularidades enunciativas que, em sua ocorrência, tanto produz quanto registra o evento, abrigando o passado e o futuro inscritos no constante movimento da memória. (SARGENTINI, 2008, p. 110).

Portanto, é na arena do poder e sob a sombra da governamentalidade<sup>4</sup> que se efetiva o entrecruzamento entre prática midiática e prática política. Essas práticas, por sua vez, não se referem às atividades exequíveis de um sujeito social consciente, mas dizem respeito a existência concreta – objetiva e material – de regras e procedimentos a que o sujeito se submete desde o momento em que mobiliza o discurso, isto é, desde o instante em que o pratica. (VEIGA-NETO, 2005). Nesse entremeio de práticas, estão sendo mobilizados valores de uma moralidade aceitada, uma ética dominante, a universalização de uma vontade comum, a edificação de projetos de gestão social que abrigam os sujeitos sob a necessidade de partilha, sob o desejo de dominação de uns sobre os outros e a partir da ação de conduzir-se a se mesmo, segundo uma ordem sócio-política e histórica determinada.

### **Nas luzes do visível o movimento de imagens: um princípio de análise**

Algumas considerações metodológicas primeiro. São analisadas aqui algumas materialidades que vieram à tona em função da ação discursiva da mídia a partir da irrupção do acontecimento da eleição americana de 2008 e de suas repercussões na sociedade até os dias atuais. Tais materialidades permitem o trabalho com a produção enunciativa da mídia a cobertura desse evento histórico ao qual todo o contexto societário mundial esteve ligado

---

<sup>4</sup> A governamentalidade é aqui entendida na perspectiva foucaultiana e diz respeito ao conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos, técnicas essenciais aos dispositivos de segurança. (FOUCAULT, 2007b, p. 291).



diretamente. O processo de sucessão presidencial americana de 2008 se dá num momento em que o planeta vive uma crise econômico-financeira sem precedentes na história. Somado a isso, há o fato de a disputa política ter comportado, de forma inédita, o destaque de um candidato negro.

Assim, a cobertura espetacular e o trabalho laborioso empreendido pela mídia na tentativa de operar a opinião pública via política de opinião e com base no projeto de ocupação da cena de visibilidade pública mundial funcionou de tal forma que o mundo – e não só os americanos – foi convocado a analisar, discutir, ponderar, avaliar, participar e esperar, com ansiedade, o desfecho desse processo de sucessão política. Isso permitiu que a mídia discursivizasse os sujeitos em cena fazendo-os ocupar determinadas posições, preencher determinados lugares sociais, operando, sobretudo, com o efeito de evidência sobre a imagem pública do candidato democrata Barack Obama e sobre a positividade das dizibilidades que transitavam em prol deste personagem.

Entretanto, o trabalho com tais materialidades segue a proposta de se analisar o deslocamento discursivo da imagem do agora presidente americano nesse período que se estende do momento de campanha política ao primeiro biênio de seu mandato, considerando as movências de sentido e a produção de outros feixes de dizibilidades e de novos regimes de enunciabilidade operacionalizadas pela mídia nesse espaço, conforme se pode observar a partir das seguintes materialidades:



Figura 1 – Revista *Época* 3/11/2008



Figura 2 – Jornal *Folha de S. Paulo*<sup>5</sup>

<sup>5</sup> Barack Obama chega para comício na Carolina do Norte – Imagem de abertura de artigo publicado no Jornal *Folha de S. Paulo* – São Paulo, segunda, 20 de outubro de 2008.



Na figura 1, a imagem de Obama aparece tomando todo o centro da capa da revista, numa postura que pode denotar um efeito de seriedade e de determinação desse candidato como se o mesmo já tivesse sido a escolha dos americanos. Nesse contexto, o seu olhar dirigido ao longe, como se fazendo uma projeção para o que está por vir, também permite que se construam efeitos de distanciamento, de um comportamento introspectivo e de análise, o que, em geral, dialoga com o feixe de dizibilidades que subjetivaram esse candidato – sua imagem esteve durante todo o processo eleitoral calcada em positividades que o asseguraram o lugar de *Messias*, de *Salvador* esperado por todos, de *Super-Homem* da atualidade, – e o fizeram ocupar uma posição de destaque sob os holofotes da mídia.

É o que se pode observar, por exemplo, na figura 2. Trata-se da imagem de Obama em uma aparição pública – o democrata surge como saindo de um túnel negro, caminhando para um espaço central na visão daqueles que o aplaudem de um plano superior, como plateia de um espetáculo a espera do número principal – usada aqui na abertura de um artigo publicado no jornal *Folha de São Paulo* e, ainda, acompanhando os dizeres “*Deus está castigando os EUA*”, diz líder religioso”. Após essa chamada de abertura se justapõem informações que corroboram o controle discursivo a partir da legitimação institucional do discurso midiático, fundamentada na afirmação “*Farrakhan sugeriu que Obama é o novo enviado para ajudar os negros País está pronto para mudança real*”, afirma líder radical em mesquita em Chicago, citando passagem do Corão”.

Nessa prática, o controle discursivo se materializa pela interdição do dizer, recolocando-o na ordem do que pode ser dito em função da ocupação de posições-sujeito e lugares sociais determinados. Assim, não é qualquer um que determina que ele é o *Messias* esperado, o *profeta* que vem restabelecer a paz mas é uma autoridade – um líder religioso pertencente a nação islã – que o institui como tal a partir de uma prática de poder e de saber historicizada e arraigada em princípios de valor moral, ético e político e segundo um violento jogo de verdade que imputam a essas afirmações o efeito de veracidade, de revelação daquele *tesouro* do qual todos devem ter conhecimento. O líder *Louis Farrakhan* também está na ordem do *governamento* – conforme se discutiu sobre a *governamentalidade* – pois se constitui como uma referência de uma determinada coletividade e, com base na



posição-sujeito que ocupa, mobiliza práticas que se voltam para a condução dos outros, para o governo de toda uma massa de eleitores.

Trabalhando com esses saberes e dizeres, a mídia contorna o acontecimento, recolocando-o na ordem da verdade e do racional. As afirmações são agrupadas, os dizeres reorganizados, as “falas” recordadas como se fizessem por si mesmo e, sobretudo, como se constituíssem uma realidade única, imparcial e isenta de tendenciosidade. É a história do tempo presente sendo construída pelos meios de comunicação de massa sob a violência de um acontecimento que se irrompe, uma vez que a mídia “não somente transforma o presente em acontecimento jornalístico, como também lhe confere um estatuto histórico. Desse modo, a sociedade assiste à história do tempo presente sendo construída, no interior dos aparelhos de comunicação de massa, sob a tirania do acontecimento”. (BARBOSA, 2003, p. 116).

Ainda em relação aos efeitos de sentidos possíveis, na figura 1, a imagem do candidato é contornada por um fundo azul o que estabelece um diálogo com a então padronização do material visual trabalhado pelo comitê de campanha do partido democrata em torno do enunciado *Change: we can believe in* e do *bottom* publicitário que foi elaborado como elemento de identificação e sumarização do programa de governo de Obama. Tais materialidades foram, todas elas, elaboradas a partir da ênfase nas cores da bandeira americana – azul, branco e vermelho – na tentativa de se explorar o efeito de universalização de uma vontade coletiva a partir de uma estratégia de *marketing* que se alicerça no patriotismo e na evidência dos princípios e valores próprios aos americanos. Assim como se pode observar a seguir:



Figura 3 – bottom



Figura 4 – placas/faixas



Figura 5 - Placas

Diante disso, e considerando que o discurso é, ao mesmo tempo, estrutura e acontecimento (PÊCHEUX, 2008), deve-se associar esse trabalho de discursivização e de evidência da imagem de Obama pela mídia – que o discursiviza como o *escolhido* pelo mundo para ocupar a posição de presidente dos Estados Unidos – a mobilidade dos efeitos de sentido oportunizados pelo o que está linguisticamente expresso na capa. Por conseguinte, a afirmação direta da preferência da comunidade internacional pelo candidato democrata através do *Porque o mundo quer Obama* é corroborado por expressões que justapõem a elevação dos desafios em campos centrais da administração pública, tais como: a economia global e futuro do planeta.

Nesse ínterim, os dizeres “*O que o primeiro negro a um passo da Casa Branca representa para a economia global, para o futuro do planeta – e para sua vida*” justificam que a escolha dos americanos – e do mundo – por Obama representaria mudanças no funcionamento geral do planeta e, não só isso, afetaria diretamente a condução da economia no mundo e a



organização societária dos povos. Em outros termos, isso significaria o fim do período de crise financeira e o estabelecimento da ordem econômica entre as nações além de promover novas diretrizes para o funcionamento da vida do cidadão comum. Observa-se aqui o desenlace estratégico da mídia que põe em negociação contínua as instâncias cidadã e política ao jogar com as paixões coletivas pelo apelo ao *bem comum*, a *paz*, a *harmonia* econômica e a sequência positiva da *vida* em sociedade, mas tudo isso estaria atrelado à escolha de Obama para presidente dos Estados Unidos na eleição americana de 2008 – e em função do apagamento da imagem de seu opositor republicano John McCain.

Essa relação entre visibilidade e silenciamento pode ainda ser ilustrada pelos seguintes trechos do artigo da *Folha de S. Paulo*, tais como:

**T – 1:** O líder religioso radical Louis Farrakhan disse que “Deus está causando problemas aos EUA”, sugeriu que o candidato democrata era o novo enviado para ajudar a população negra e que o país está “pronto para mudança real”. Em uma rara aparição pública, o convalescente líder da igreja da teologia negra Nação do Islã comparou o candidato democrata ao fundador do movimento, que também era filho de branca com negro, e mencionou passagem do “Corão” em que o profeta Maomé diz que em seu caminho ao paraíso ouvia os passos de um etíope. “O povo está cansado do governo e procurando mudança real” (*l. 2 – 9*).

**T – 2:** Em fevereiro, Farrakhan apoiou oficialmente a candidatura de Obama, dizendo que sua eleição dava “esperança ao mundo inteiro” de que os EUA mudariam para melhor. Instado por Hillary Clinton num debate ainda durante as primárias se não recusaria o apoio do líder, Obama disse que não poderia controlar as pessoas que o apoiavam. (*l. 31 – 35*).

Nesses fragmentos, nota-se que a imagem de Obama está alicerçada em positividades que o asseguram um lugar de visibilidade e segundo uma prática discursiva que recorta o dizer, seleciona e o atribui legitimidade em função do efeito de verdade que mobiliza. Assim, se Deus – entidade religiosa suprema – está causando problemas aos EUA [...] o candidato democrata seria o novo enviado para ajudar a população negra – e não só ela, mas também

---

<sup>6</sup> Trata-se de uma opção de metodológica para se referir e identificar os trechos retirados do artigo *Deus está castigando os EUA* – Jornal Folha de S. Paulo (Lê-se *trecho 1 e trecho 2*).



o resto do mundo – uma vez que o país estaria *pronto para mudança real*. Dessa forma, a escolha pelo democrata *dava esperança ao mundo inteiro e os EUA mudariam para melhor*.

Observa-se aqui o imbricamento de relações de poder que se estabelecem segundo um jogo de forças que se centram sobre as dizibilidades que permitem, ao mesmo tempo, a subjetivação de Obama em função de positividades e a discursivização do acontecimento a partir do controle sobre o que precisa ser evidenciado, ser trazido à visibilidade pública e, paralelamente, sobre o que precisa ser silenciado, apagado, esquecido pela massa. Nesse contexto, pode-se afirmar que, segundo Foucault (2009, p. 179), em qualquer sociedade “existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso”.

Entretanto, é mister aplicar essas discussões ao deslocamento<sup>7</sup> da imagem do candidato Obama – agora presidente dos Estados Unidos – e aos novos regimes de enunciabilidade que o permitiram permanecer ocupando lugar central na produção do espetáculo político mas a partir de um novo feixe de dizibilidades. Se durante a corrida pelo voto visando à sucessão presidencial na América, Obama foi discursivizado como a *esperança global*, a promessa de mudança – daí o enunciado *Change: we can believe in* – e a possibilidade de reversão da crise econômica no cenário internacional, se antes a esse personagem estava associada à certeza da *resolução de todos os problemas globais*, agora seus *poderes* são postos à prova e sua autoridade de *Messias* questionada em função de sua *impotência* frente à multiplicidade de desafios e da imprevisibilidade e continuidade do caos no mundo.

Tal deslocamento pode ser observado a partir das dizibilidades trabalhadas na esfera midiática em diferentes momentos da organização e exercício do programa de governo do então presidente americano. Nota-se então a tendenciosidade das práticas que passaram a discursivizar a imagem de Barack Obama em função de, por exemplo, a derrota democrata nas eleições legislativas em 2010 – considerada uma derrota pessoal do presidente justificada pela mídia por sua própria incapacidade de reverter o processo de negociação em função da permanência de apoio majoritário no congresso – e do

<sup>7</sup> Esse deslocamento – bem como as materialidades que o ilustram – está sendo abordado como maior profundidade em nossa pesquisa de doutoramento.



desconforto e, porque não de descrédito, na sociedade mundial com a surpresa da premiação de Obama como Nobel da Paz em 2009. Essas marcas discursivas, e de efeitos de sentido, podem ser observadas a partir das seguintes manchetes “*Obama ganhou prêmio Nobel porque é ‘estrela’, diz líder republicano. Folha Online*<sup>8</sup> - 9/10/2009” / “*Surpresa do Nobel a Obama mescla elogios e dívidas. The New York Times*<sup>9</sup> (EUA)” / “*Obama deve sofrer derrota nas eleições legislativas dos EUA. UOL Notícias*<sup>10</sup> - 01/11/2010” / “*Em novo mea-culpa sobre derrota eleitoral, Obama admite que falhou na liderança. Jornal o Globo*<sup>11</sup> – 05/11/2010”.

Toda essa discursividade é oportunizada pela discursivização do acontecimento da eleição americana de 2008 que se desdobra pela prática midiática de intervenção e de revelação do real. Agora são oportunizadas novas relações de poder, outras práticas discursivas e novos regimes de enunciabilidade que, por sua vez, garantem a subjetivação de Obama como personagem destituído de *poderes supremos* – o homem comum – isto é, deslocam sua imagem de *SuperHomem*, de *Messias*, de *Profeta*, mas, ao mesmo tempo, asseguram sua permanência contínua na cena de visibilidade pública.

Em suma, nota-se aqui a materialização de sistemas de controle que ao operarem com a interdição, com a segregação da palavra, com a vontade de verdade, com a prática do comentário, com o agenciamento de uma autoria, produzem efeitos de exclusão, rarefação e ordenamento do discurso segundo o funcionamento de um poder coercitivo e disciplinar. Assim, o dizer e o visível devem estar na ordem do enunciável, na ordem do que pode ser discursivizado “afinal, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos verdadeiros de poder” (FOUCAULT, 2009, p. 180).

Portanto, o empreendimento analítico de tais materialidades permite afirmar que a operacionalização do poder na esfera midiática está voltada ao arsenal de estratégias discursivas que recortam e oferecem um real que é fabricado e contornado segundo um forte efeito de verdade. Nesse entremeio, o acontecimento é espetacularizado e trabalhado na lógica do entretenimento e do lazer e os sujeitos sociais, por sua vez, são subjetivados e forçados a negociar uma imagem e a agenciar uma marca identitária num espaço e tempo

<sup>8</sup> Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u635919.shtml>.

<sup>9</sup> <http://www.iparaiba.com.br/noticias>

<sup>10</sup> <http://mais.uol.com.br/view>

<sup>11</sup> <http://oglobo.globo.com/mundo>



historicamente determinado. Assim, a História torna-se o produto de uma fabricação e esta, por sua vez, resulta de um trabalho de seleção, de classificação, de escolha, de montagem, de ordenamento e, sobretudo, de controle que a insere nas tramas subjetivas de produção e recorte da realidade e a filia às malhas de um poder pulverizado, onipresente e escorregadio.

## REFERÊNCIAS

- BARBOSA, P. N. O papel da imagem e da memória na escrita jornalística da história do tempo presente. In: GREGOLIN, M. R. **Discurso e mídia:** a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso político.** Trad.: Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- COURTINE, J. J. **Metamorfose do discurso político:** as derivas da fala pública. Trad. Nilton Milanez e Carlos Piovizani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo.** Trad. Francisco Alves e Afonso Monteiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso.** São Paulo: Loyola, 2006.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I:** A vontade de saber: Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2005.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder:** Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2009.
- GREGOLIN, M. V. R. O acontecimento discursivo na mídia: metáfora de uma breve história do tempo. In: GREGOLIN, M. R. **Discurso e mídia:** a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003.
- KELLNER, D. Cultura da mídia e triunfo do espetáculo. In: MORAES, D. (Org.). **Sociedade midiatisada.** Trad.: Carlos Frederico Moura da Silva, Maria Inês Coimbra, Lúcio Pimentel. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.
- LE GOFF, J. **Documento e monumento.** In: LE GOFF, J. História e memória. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.
- PÊCHEUX, M. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. (1983) Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2008.



PIOVEZANI FILHO, C. F. Análise do discurso político: novos objetos, novas perspectivas.

In: NAVARRO, P. **Estudos do texto e do discurso:** mapeando conceitos e métodos. São Carlos, SP: Claraluz, 2006.

SANTOS, A. G. P. **Das movências do sentido à construção de imagem na política:** uma análise das estratégias discursivas da mídia na eleição presidencial americana de 2008 – Dissertação de Mestrado – Pau dos Ferros, RN, 2010.

SARGENTINI, V. M. O. Objetos de Análise do Discurso: novas formas, novas sensibilidades. In: SARGENTINI, V. GREGOLIN, M. R. **Análise do Discurso:** heranças, métodos e objetos. São Carlos: Claraluz, 2008.

SILVERSTONE, R. **Porque estudar a mídia?** Trad. Milton Camargo Mota. São Paulo: Loyola, 2005.

THOMPSON, J. B. Comunicação e contexto social. In: THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade:** uma teoria social da mídia. Trad. Wagner de Oliveira Brandão. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

VEIGA-NETO, A. **Foucault pensa a educação.** 2 Ed. 1 reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

VEIGA-NETO, A. Dominação, violência, poder e educação escolar em tempos de Império. In: RAGO, M. VEIGA-NETO, A. (Orgs.). **Figuras de Foucault.** 2 Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.



## O PROCEDIMENTO DE DISCURSIVIZAÇÃO NAS NARRATIVAS TRADICIONAIS DE AMOR DESGRAÇADO

Márcia Ferreira de Carvalho

### 1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A teoria semiótica tem como objeto de estudo a significação, que compreende um percurso que vai, segundo Pais (2003), da mente do falante à mente do ouvinte, sendo constituída de níveis de estudo analítico. Entretanto, tal classificação foi instituída para efeito essencialmente didático. Na verdade, o referido percurso é uma operação íntegra, contínua e ininterrupta.

Greimas & Courtés (1979, p.209) mencionam que o percurso da significação é composto das estruturas sêmio-narrativas e das discursivas. As primeiras comportam dois componentes (sintáxico e semântico) e dois níveis (profundo e de superfície). As segundas apresentam também dois componentes (sintático e semântico), sendo que, no sintático, ou sintaxe discursiva, está a discursivização (actorialização, temporalização e espacialização), e a semântica discursiva, que está no componente semântico (tematização e figurativização).

PERCURSO GERATIVO			
	<i>Componente sintáxico</i>	<i>Componente semântico</i>	
<i>Estruturas Sêmio-narrativas</i>	<i>nível profundo</i>	<i>SINTAXE FUNDAMENTAL</i>	<i>SEMÂNTICA FUNDAMENTAL</i>
	<i>nível de superfície</i>	<i>SINT. NARRATIVA DE SUPERFÍCIE</i>	<i>SEMÂNTICA NARRATIVA</i>
<i>Estruturas discursivas</i>	<i>SINTAXE DISCURSIVA</i> <i>Discursivização</i>	<i>actorialização</i> <i>temporalização</i> <i>espacialização</i>	<i>SEMÂNTICA DISCURSIVA</i> <i>Tematização</i> <i>Figurativização</i>



Atualmente, os autores separam as estruturas sêmio-narrativas em duas: fundamental e narrativa. Assim, três são os níveis do percurso gerativo da significação: nível fundamental ou profundo, nível narrativo ou intermediário e nível discursivo ou superficial. Em cada nível existe um componente sintático e um semântico.

O nível fundamental representa o primeiro momento do percurso gerativo, sendo o ambiente onde se começa uma construção mínima de sentido para o discurso, uma vez que trata de explicar a produção, o funcionamento e a interpretação do discurso.

O nível narrativo acontece em torno do desempenho de um Sujeito que realiza um percurso em busca do seu Objeto de valor, sendo instigado por um Destinador que é o idealizador da narrativa e ajudado por um Adjuvante, ou prejudicado por um Oponente.

O nível discursivo é encarregado de retomar as estruturas semióticas de superfície e colocá-las em discurso. O sujeito enunciador organiza as categorias de sujeitos do discurso, os atores, o espaço, o tempo, os temas, bem como as figuras que os põem em discurso, para convencer o enunciatário daquilo que ele deseja afirmar.

## 2. ANÁLISE DISCURSIVA DAS VERSÕES IRACEMA (BA<sup>2</sup>) E A SETE DE SETEMBRO (BA<sup>5</sup>)

BA<sup>2</sup> e BA<sup>5</sup> são romances conto, considerando-se a classificação de Pidal, com foco narrativo em terceira pessoa. Assim sendo, o enunciador é um narrador embreado com a enunciação, no tempo e no espaço, confundindo-se com o cantor do texto e debreado do enunciado. O tempo da enunciação aponta para um *aqui-agora* de quem fala, ou seja, o momento em que o canto foi realizado.

Com o intuito de persuadir o enunciatário, o enunciador utiliza-se de diversos recursos para realizar seu objetivo, a começar pela ordem de distribuição de papéis temáticos no texto e, simultaneamente, a criação de efeitos de realidade. A exemplo da data sete de setembro/dia de São Pedro, na qual o enunciador anora-se, fazendo uso do recurso de persuasão de caráter histórico.

O procedimento de actorialização aponta para um só nome próprio, Iracema, e vários papéis temáticos: noivo, povo da Caixa d'Água, mãe, filha, morena, pobre, cabo de polícia e cabo reservista.



DISCURSO, SOCIEDADE E CULTURA  
I Encontro de PESQUISADORES em ESTUDOS DISCURSIVOS  
ISBN 978-85-7539-765-7

O tempo do enunciado está marcado mais diretamente pela data da morte de Iracema que, apesar de não ser determinado o ano, ocorre no dia sete de setembro em BA<sup>5</sup>, coincidindo com a data da Independência do Brasil e na noite de São Pedro em BA<sup>2</sup>. Pode-se presumir que essa marca temporal tenha sido adotada a partir de 1822. Por se tratar de um dia feriado, a morte de Iracema causou um grande impacto: *O povo da Caixa d'Água chorava pela morena/ Que morreu envenenada/ a pobre da Iracema*

As pessoas puderam participar do velório e pranteá-la. Além disso, foi uma morte por assassinato, cometida pelo próprio noivo, amante, namorado, isto é, por alguém afetivamente ligado a ela.

Na versão BA<sup>2</sup>, o noivo de Iracema é um soldado, uma autoridade presente no quotidiano do povo, que deveria defendê-lo: *Quem matou Iracema/ foi um cabo de polícia*. No entanto, utilizou-se do prestígio para matar Iracema e o fez num dia dedicado a São Pedro, em BA<sup>2</sup>, e à Pátria, em BA<sup>5</sup>, dias sagrados para o povo, cometendo, assim, um sacrilégio duplo: *Noite de São Pedro foi/ um dia determinado/ Mataram Iracema/ por causa de um namorado (BA<sup>2</sup>); A sete de setembro foi/ um dia feriado/ O noivo de Iracema/ matou ela envenenada (BA<sup>5</sup>)*

Outra marca temporal ocorre através dos verbos conjugados no passado, ora no pretérito imperfeito, ora no pretérito perfeito: *O povo da Caixa d'Água/ chorava pela morena/ Que morreu envenenada/ a pobre da Iracema (BA<sup>5</sup>)*. Tal alternância produz um efeito de aproximação e distanciamento do enunciado com relação ao enunciador. *Chorava* pressupõe um processo temporal continuado, inacabado: o povo não parou de chorar. Já com *morreu* pressupõe um fato acabado no passado.

O espaço do enunciado se dá em três instâncias: bairro Caixa d'Água, onde se concentra grande população humilde; o cemitério para onde se deslocou o povo da Caixa d'Água e onde foi aberta a cova para a realização do enterro. Há ainda o espaço caixão, que abriga, na parte externa, uma faixa contendo letrinhas de amor e na parte interna o corpo de Iracema e as flores que a enfeitavam. Como se pode ver, o texto centraliza a descrição do velório.

O ator Iracema aparece figurativizado por filha, morena e pobre. Este último semema permite uma dupla interpretação. Pobre pode ser coitada, pessoa por quem o povo (parentes e amigos) sentiu piedade ou ainda pode ser pessoa sem recursos. Essa segunda



interpretação é reiterada, tendo em vista Iracema morar no Morro da Caixa d'Água e ser morena.

Em BA<sup>2</sup>, a causa do assassinato de Iracema foi a infidelidade amorosa: *Mataram Iracema/ por causa de um namorado* (BA<sup>2</sup>). Isso quer dizer que um cabo de polícia, ligado afetivamente a ela, a matou porque ela foi infiel, o que lhe minora a culpa pelo assassinato e imputa a culpa em Iracema. Na verdade, será que ela não morreu por ser pobre, moradora do morro e ainda por cima, morena, pessoa sem nenhuma credibilidade? O namorado pode ter levado a população a crer na infidelidade, para livrar-se dela. Ele poderia ter abusado dela, sexualmente e, para livrar-se, atribuiu-lhe a infidelidade para poder matá-la. A mulher infiel pode ser morta pelo seu marido perante a lei dos homens e até de Deus. A mulher bíblica era apedrejada quando descoberta a sua infidelidade. O fato é que as duas versões não mencionam que o assassino foi castigado, nem por Deus, nem pelos homens. E as pessoas do velório, mesmo sabendo quem a matou e embora a pranteassem, não se preocuparam em prender o assassino, nem emitem julgamento de valor sobre ele, a não ser que ele matou porque ela tinha *um namorado*. Aliás, a expressão: *Mataram Iracema* revela a omissão do sujeito assassino. Este vai figurar já no final do texto quando os efeitos de impacto sentimental já têm diminuído. Mesmo assim, aparece identificado pela função que exerce e não pelo nome próprio. Vale salientar que essa atitude do povo da Caixa d' Água de não prender o assassino, nem tampouco revelar o seu nome, remete-nos a situação que hoje vigora na sociedade brasileira, a exemplo de grandes centros urbanos como São Paulo, Rio de Janeiro e outros, onde a lei do silêncio prevalece.

O sentimento de piedade, advindo do choro dos parentes e amigos de Iracema, inclui o adjetivo pobre atribuído a Iracema, as imagens de tristeza, avolumam-se postos em contrastes com a violência e o ódio causados por aquele de quem só se esperava o bem. Acrescentamos que a repetição do mote: *O povo da caixa d'Água/ chorava pela morena/ Que morreu envenenada/ a pobre da Iracema* (BA<sup>5</sup>) enfatiza o sentimento de desgraça e, consequentemente, um envolvimento do enunciatório com o discurso. Outro efeito de realidade ocorre quando a mãe de Iracema sofre uma dor no coração, sendo a razão dessa dor colocada nos versos seguintes: *De rô sua filha morta/ naquele triste caixão* (BA<sup>5</sup>). Isso, inicialmente, leva o enunciatório a pensar que a desgraça irá se estender até a sua mãe,



quando na verdade não se trata de patologia cardíaca, mas apenas de um sentimento de pesar pela morte da filha.

O lexema *letrinhas* no diminutivo enfatiza o sentimento de lamúria e pena que envolve a solenidade do enterro e, principalmente, sobre a infeliz moça, vítima de tamanha violência. Com tal habilidade, o enunciador consegue manipular o enunciatário, levando-o a ter piedade de Iracema. *Letrinhas* é apresentado como o coletivo de letras. São muitas letras escritas por várias pessoas, certamente outros amantes de Iracema, ali colocadas para incriminá-la e inocentar o assassino. O enunciador, que é identificado em BA<sup>2</sup> como cabo reservista, provavelmente quis inocentar o colega em atitude de corporativismo. Pode ser ainda indicador da grande quantidade de amigos/amigas que ela possuía e que ficaram consternados/consternadas com sua morte.

Com base no que foi dito, percebe-se que o enunciador está embreado com a enunciação, fazendo-se representar pelo eu-aqui-agora.

Entre outras possibilidades, são apreendidos alguns temas que ocorrem com muita freqüência nessas versões: *sofrimento* que é figurativizado em dor no coração, chorava e triste; *morte* que é representado pelas figuras matou, envenenamento, pobre, caixão e traição de Iracema que motivou o acontecimento, em *ciume* que é o sentimento que predomina no noivo e, por fim, o tema *vingança* que está figurativizado na atitude do noivo/namorado, causador da morte.

Numa visão mais ampla, conclui-se que, nessas duas versões aqui examinadas, o enunciador é sempre do gênero masculino e, apesar dos recursos discursivos utilizados para mostrar imparcialidade, não consegue esconder a ideologia machista e conservadora que se oculta e que só uma análise mais acurada é capaz de identificar.

Apesar da evolução social, na longa e sucessiva passagem do tempo, essas versões camuflam valores que se conservam desde a Idade Média que se configuraram como tabus e dogmas conservados desde épocas remotas que mantêm viva a ideologia do preconceito e da exclusão social, onde as mulheres, assim como os negros e os pobres, são as principais vítimas. A superação desses operadores ideológicos, que são os responsáveis pela violência e desigualdade social, certamente fará surgir uma sociedade mais igualitária e justa, onde o sentimento de humanidade prevaleça sobre as nossas decisões individuais e coletivas.



## REFERÊNCIAS

- ALBÁN, Maria Del Rosario Suárez; ALCOFORADO, Doralice Fernández Xavier. **Romanceiro Ibérico na Bahia.** Salvador: Libraría Universitaria, 1996.
- BATISTA, Maria de Fátima Barbosa de Mesquita. **O romanceiro tradicional no Nordeste do Brasil:** uma abordagem semiótica. Tese de doutorado apresentada ao Curso de Pós-graduação em Lingüística. USP, São Paulo: 1999.
- \_\_\_\_\_. **A significação como função semiótica.** *Graphos: Revista da Pós-Graduação em Letras*, João Pessoa: Idéia, v. V, nº1 2000.
- BRAGA, Teófilo. **Romanceiro Geral Português.** vol. I. Lisboa: Veja, 1982.
- BURNS, Edward Mcnall. **História da Civilização Ocidental.** 3<sup>a</sup> ed. Tradução: Lourival Gomes Machado, Lourdes Santos Machado e Leonel Vallandro. Porto Alegre: Globo, 1975.
- CATALÁN, Diego. **El Romancero Pan-Hispánico - Catálogo General Descriptivo.** Madrid: 1984.
- DEELY, John. **Semiótica.** São Paulo: Ática, 1990.
- FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso.** 7<sup>a</sup> ed. São Paulo: Contexto, 1999.
- FONTES, Manuel da Costa. **Romanceiro Português do Canadá.** Coimbra, 1979.
- GREIMAS, Algirdas Julien. **Du sens. Essais sémiotique.** Paris: Seuil, 1975.
- \_\_\_\_\_. **Semiótica do discurso científico.** Tradução de Cidmar Teodoro Pais. São Paulo: Difel/SBPC, 1976.
- MORLEY, S. Criswold. "El Romance del Palmero", in **Revista de Filología Española**, Tomo IX, Cuaderno 1º, Madrid: Centro de Estudios Históricos, 1922.
- MORENO, Adriana; SANTOS, Idelete Fonseca dos. Creation et transmission de la poesie orale: la chanson d'Alfonso XII dans les pays de langue espagnole et portugaise. In **Arquivos do Centro Cultural Português.** XV. Fundação Calouste Gulbenkian. Paris: Separata, 1980. PAIS, Cidmar Teodoro. Sociossemiótica, semiótica da cultura e processo histórico: liberdade, civilização e desenvolvimento. In: **Anais do V encontro nacional da ANAPOLL.** Porto Alegre: 1991.
- PIDAL, Ramón Menéndez. **Romancero Hispánico.** 1º tomo, Madrid: 1953.



DISCURSO, SOCIEDADE E CULTURA  
I Encontro de PESQUISADORES em ESTUDOS DISCURSIVOS  
ISBN 978-85-7539-765-7

PONCET, Carolina. "El Romanceiro em Cuba", In: **Revista de la Facultad de Letras y Ciencias (Universidad de la Habana)**; v.XVIII, nº2, Marzo de 1914, p.p.180-260, y nº 3, Mayo de 1914, p.p. 278-321, Habana: Imprenta "El siglo XX".

VASCONCELOS, José Leite de. **Romanceiro Português**. vol. I. Coimbra: 1958.

## ANEXOS

### VERSÃO BA<sup>2</sup>

#### IRACEMA

Cantado por Raimundo Suassuna, 73anos, professor.  
Catolé do Rocha -PB

Noite de São Pedro foi	um dia determinado
Mataram Iracema	por causa de um namorado
Chora pai, chora mãe,	chora todos que ali estão
Em ver sua filha morta,	deitada em um caixão
As moças da caixa d'água	choravam pela morena
Matararam envenenada	a pobre da Iracema
Chora pai, chora mãe,	chora todos que ali estão
Em ver sua filha morta,	deitada em um caixão
Quem matou Iracema	foi um cabo de polícia
Quem tirou esta modinha	foi um cabo reservista
Chora pai, chora mãe,	chora todos que ali estão
Em ver sua filha morta,	deitada em um caixão

José Pessoa, 09 de fevereiro de 1984



DISCURSO, SOCIEDADE E CULTURA  
I Encontro de PESQUISADORES em ESTUDOS DISCURSIVOS  
ISBN 978-85-7539-765-7

VERSAO BA<sup>1</sup>

A SETE DE SETEMBRO

Cantado por Anilia de Farias Leite, 72 anos,  
doméstica. Fazenda Salinas (Bosqueirão)

A sete de setembro foi      um dia feriado  
O noivo da Iracema      matou ela envenenada  
O povo da caixa d'água      chorava pela morena  
Que morreu envenenada      a pobre da Iraçema.  
A mãe de Iraçema      com uma dor no coração  
De ver sua filha morta      naquele triste caixão  
O povo da caixa d'água      chorava pela morena  
Que morreu envenenada      a pobre da Iraçema.  
O caixão de Iraçema      todo enfeitado de flor  
Com seu nome escrito em cima      com letrinhas de amor  
O povo da caixa d'água      chorava pela morena  
Que morreu envenenada      a pobre da Iraçema.

Campina Grande, 01 de fevereiro de 1988



## UMA LEITURA DISCURSIVA DO CONTO PORÉM IGUALMENTE DE MARINA COLASANTI

Ângela Paula Nunes Ferreira  
Maria Angélica de Oliveira

Apesar de todas as mudanças sociais, econômicas e jurídicas sucedidas nas últimas décadas no nosso país relativas à relação homem x mulher, os crimes de gênero continuam a ocorrer, transcendendo todos os setores da sociedade, independentemente de classe social, raça, níveis de salário ou educacional.

Em todas as sociedades, as diferenças entre os indivíduos têm sido utilizadas como justificativa para legitimação de interesses políticos, econômicos, religiosos, apoiando a construção de segregações a partir de noções de superioridade e inferioridade, normalidade e anomalia, doente e são.

Em regra, as diferenças são apresentadas a partir do estabelecimento de uma identidade apresentada positivamente (o homem, o europeu, o ocidental) em contraposição a outra apresentada negativamente como diferente (a mulher, o indígena, o oriental). Tais diferenças impõem um status de superioridade de um grupo em relação ao outro, apresentada e aceita como de natureza biológica. De acordo com Avta Brah “a questão não está na diferença em si, mas em como, por que e por quem ela é definida” (2006, p. 358), ou seja, as condições em que são produzidas, quais os interesses em jogo, quais os efeitos que esses processos produzem e sobre quem eles produzem seus efeitos.

Estas diferenças são utilizadas na constituição de identidades dicotômicas, justificando a aplicação de medidas que visem ajustar aquelas apresentadas de forma negativa.

Estas identidades são erigidas a partir de dispositivos concernentes a articulação de instituições, organizações sociais, saberes produzidos em vários campos da vida social, que acabam por interferir na forma como se organizam as relações sociais e nosso modo de pensar e senti-las.

Para Foucault (2009, p.271) dispositivo é “um conjunto decididamente heterogêneo, que comporta discursos, instituições, criações arquitetônicas, decisões regulamentárias, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, propostas filosóficas,



moraes, filantrópicas, em suma: coisas ditas assim como são ditas.” É este conjunto de dispositivos (saberes) que justificam os poderes.

De acordo com Veyne (2011, p.55) “o saber é frequentemente utilizado pelo poder, que frequentemente lhe presta seu auxílio.”

No momento em que um indivíduo é alvo de discriminações por ser indígena, negro, mulher, homossexual, pobre, oriental, vários dispositivos de poder atuam para que esta discriminação seja legitimada e não percebida como violação de direitos.

No que concerne a estes dispositivos, se faz importante ressaltar que os mesmos não contêm apenas mecanismos de opressão, mas também segundo Michel Foucault (1995), em “O sujeito e o poder”, de resistência.

No que diz respeito aos Direitos das Mulheres, podemos afirmar que os movimentos de mulheres surgem como forma de resistência a todas as formas de subordinação do feminino.

De acordo com Stuart Hall, em “A identidade cultural na pós-modernidade”:

O feminismo faz parte daquele grupo de “novos movimentos sociais”, que emergiram durante os anos sessenta [...] juntamente com as revoltas estudantis, os movimentos juvenis contraculturais e antibelicistas, as lutas pelos direitos civis, os movimentos revolucionários do “Terceiro Mundo”, os movimentos pela paz... (HALL, 2001, p. 44).

O movimento feminista e os movimentos sociais, ao abordarem questões específicas ligadas à condição da mulher: desigualdade salarial, direito a creches, saúde da mulher, sexualidade, contracepção e violência contra a mulher contribuíram para a inclusão da questão de gênero na agenda política, como uma das desigualdades a serem superadas por um regime democrático.

Esta discriminação de questões diretamente ligadas a gênero foi acompanhada, inicialmente, por uma crítica à ação do Estado, ou melhor, a sua omissão.

Neste contexto, podemos situar a obra da escritora contemporânea Marina Colasanti que, de acordo com Alves e Ronqui (2009) teve uma atuação importante principalmente como jornalista no sentido de esclarecer e dar maior consciência às mulheres brasileiras quanto à sua condição. A autora escolheu o feminismo como opção



política e teve um trabalho jornalístico intenso, colaborando em diversas publicações do país em revistas. Colasanti afirma ser uma feminista e relata que isso significa que a situação das mulheres na história, nas sociedades e na vida a interessa muito.

Neste artigo, nos propomos a realizar uma leitura discursiva do conto *Porém igualmente* de Marina Colasanti. Para tanto, identificaremos qual(is) a(s) “vontades de verdade” relacionada(s) à violência doméstica presente(s) no conto, bem como qual(is) a(s) identidade(s) feminina(s) apresentada(s) no conto, a partir de uma pesquisa de cunho qualitativo-interpretativista.

O conto que ora iremos analisar compõe a obra *Espinho de Marfim e outras histórias*, em que “Retratando ‘cenas da vida privada’, a autora trata de questões substantivas, como o amor e a morte, o preconceito, o desafio, a competência, a maternidade. Disso resulta um ótimo nível de generalização que transforma cada história individual na História Geral de todas as mulheres.” (LÉA MASINA, 1999, p.9)

Porém igualmente

É uma santa. Diziam os vizinhos. E D. Eulália apanhando.

É um anjo. Diziam os parentes. E D. Eulália sangrando.

Porém igualmente se surpreenderam na noite em que, mais bêbado que de costume, o marido, depois de surrá-la, jogou-a pela janela, e D. Eulália rompeu em asas o vôo de sua trajetória. (COLASANTI, 1999, p. 44).

Para a análise do corpus consideraremos que

Não há análise de discurso sem a mediação teórica permanente, em todos os passos da análise, trabalhando a intermitência entre descrição e interpretação que constituem, ambas, o processo de compreensão do analista. É assim que o analista de discurso “encara” a linguagem.(ORLANDI, 2009, p.62)

Tendo em vista ainda que a análise é um processo que se inicia pelo próprio estabele-cimento do *corpus*, organizando-se face à natureza do material e à pergunta que o organiza, este será constituído pelo conto *Porém igualmente* e uma charge que trata das violência contra a mulher, considerando o fato destes constituírem-se em discurso, a medida



em que foram produzidos por um sujeito em um lugar institucional, determinado por regras sócio históricas que definem e possibilitam que os mesmos sejam enunciados.

A Análise do Discurso (doravante AD) de linha francesa, originada na França na década de 1960, considera que os sujeitos são condicionados por uma determinada ideologia que predetermina o que poderão ou não dizer em determinadas conjunturas histórico-sociais.

A AD vai além da linguística tradicional, tratando dos processos de constituição do fenômeno linguístico e não exclusivamente do seu produto.

O quadro epistemológico da AD, segundo Orlandi (2008,p.19), se apresenta como a articulação de três regiões do conhecimento científico, quais sejam, o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e suas transformações, a linguística como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação e a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos, encontrando-se tal aparato teórico atravessado e articulado por uma teoria da subjetividade, de natureza psicanalítica.

Este ramo da linguística tem como objeto de estudo o discurso, caracterizado como materialidade linguística, constituído por problemas filosóficos, sociais e históricos, ou seja, a língua historicamente constituída.

A AD avalia o lugar de onde o sujeito diz, incluindo suas condições de produção, as formações imaginárias constituídas no texto, os seus pré-construídos, dentre outros aspectos, considerando que cada texto é atravessado por vários discursos ligados a gêneros ou a situações diferentes.

Assim é que a AD procura constatar, através do discurso, o modo social de produção da linguagem, partindo-se do pressuposto que o discurso é um objeto histórico-social, no qual utilizar a palavra é um ato social com todas as suas consequências, tais como conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidades, etc.

Em “o Sujeito e o poder”, Foucault aponta para o fato que quaisquer que sejam as relações humanas, o poder está sempre presente; há relações de poder em todas as relações entre sujeitos. O poder coloca em jogo relações entre sujeitos e os discursos refletem os lugares desses sujeitos.



Dentre as relações de poder presentes em nossa sociedade, elencadas por Foucault em “o Sujeito e o poder” temos a relação de poder do homem sobre a mulher.

A AD nos permite pensar o discurso como prática social, a fim de que sejamos capazes de uma relação mais perspicaz com a linguagem, considerando primordial a relação da linguagem com a exterioridade.

Um dos princípios basilares da AD que não se deve perder de vista é que existe uma relação entre linguagem e exterioridade que é constitutiva, o que faz com que afirmemos que o processo de significação é histórico.

O conceito foucaultiano de discurso pressupõe, necessariamente, a ideia de "prática discursiva", ou seja, "um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística as condições de exercício da função enunciativa." (FOUCAULT, 2009, p.133)

As práticas discursivas determinam que nem sempre tudo pode ser dito, que aquilo que pode ser dito é regulado por uma "ordem do discurso" porque estão submetidas a um jogo de prescrições que determinam exclusões e escolhas definidas por instituições que as impõem e as mantêm.

Os discursos surgem como enunciados possíveis em uma determinada formação discursiva, em que o sujeito determina e é determinado, ou seja, o sentido não se encontra no texto e sua apropriação e uso fica a cargo do sujeito social, que a controla de acordo com seu contexto, que determina as condições de produção do discurso, acabando por determinar o seu dizer.

Em a *Ordem do Discurso*, Foucault desenvolve a ideia de que nossa civilização, apesar de venerar o discurso, tem por ele uma espécie de temor. Como consequência, criaram-se sistemas de controle, instituídos de forma a dominar a proliferação dos discursos e “conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.” (FOUCAULT, 2007, p.9)

Devido a esse temor, a produção do discurso é controlada, organizada, selecionada e redistribuída por alguns procedimentos. No que se refere aos procedimentos externos de controle do discurso (interdição, a segregação e a vontade de verdade) o autor destaca a “vontade de verdade”, que, segundo ele, deriva dos anteriores.



Deriva dos dois procedimentos anteriores (interdição e segregação) que toda sociedade tem, subjacente às suas práticas, uma vontade de verdade que opõe o verdadeiro ao falso. A verdade, portanto, é uma configuração histórica: não há uma verdade, mas vontades de verdade que se transformam de acordo com as contingências históricas. (FOUCAULT, 2007, p. 17)

Assim, a “vontade de verdade” é um dos procedimentos externos de controle do discurso, que para tanto, é reforçada e reconduzida por intermédio de um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, etc.

No conto *Porém igualmente*, a autora apresenta algumas “vontades de verdade” referentes à violência doméstica, tais como a passividade e o silêncio da maioria das vítimas, sendo estas vistas como “santa”, “anjo” pela sociedade, por não reagir às agressões sofridas. Este papel não só é bem visto pela sociedade como é motivo de elogios. “É uma santa.” “É um anjo.”, todos relacionados a candura.

O conto denuncia que a sociedade ainda é omissa no que diz respeito aos crimes de violência doméstica. Os “vizinhos” e “parentes” sabiam que ela D.Eulália era vítima de violência, e a denominavam de “anjo” e “santa”.

D. Eulália sofria com frequência agressões físicas de seu esposo que bebia muito. Nota-se que as agressões eram constantes. Esta ideia de continuidade é representada pela repetição de palavras nas duas primeiras linhas do conto, além da presença dos verbos no gerúndio que dão a ideia de uma ação continua. A mulher vítima de agressões físicas pelo marido é identificada, a partir do olhar dos vizinhos e parentes como “santa”, “anjo”, provavelmente pelo fato de ela sofrer, mas continuar sempre com seu marido, ou seja, por acabar perdoando-o pelas agressões.

Não era qualquer pessoa, mas pessoas muito próximas que acompanhavam o sofrimento da vítima. D. Eulália recebia elogios não só dos vizinhos como também dos parentes, ou seja, pessoas íntimas que conheciam o sofrimento constante da mesma, que vivia “apanhando”, “sangrando”, no entanto, nada foi feito, até o momento em que ironicamente todos “se surpreenderam”. Mas por que se surpreenderam? Era explícita a violência sofrida por Dona Eulália, assim como é a sofrida por várias Donas Eulálias



espalhadas pelo Brasil, no entanto, assim como os vizinhos e parentes da personagem do conto, as pessoas se calam, silenciam e são passivas diante da violência doméstica seguindo o velho dito popular “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”.

O efeito de sentido de ironia quanto a esta postura da sociedade diante de crimes desta natureza é produzido a partir da utilização da conjunção adversativa no título do conto “porém” que se opõem ao advérbio de modo “igualmente.”

Por fim, o conto apresenta a “vontade de verdade” de que o homem que agride constantemente a mulher, um dia chegará à agressão maior, o assassinato da mesma.

Em regra, em nossa sociedade, essas “vontades de verdade” são responsáveis pela formação, reconstrução, reformulação de identidades, e como consequência, muitas vezes, de discriminações e inúmeras outras formas de opressão.

De acordo com Bauman (2008), a identidade só foi tomada como objeto de investigação quando se transformou em um problema.

A temática da identidade se coloca na contemporaneidade, à medida que se apresenta como um problema na conjuntura da modernidade tardia.

Diferentemente do que se acreditava, a identidade é algo fluido, modificável e não algo estático, que se impõe sobre o indivíduo ao nascer.

As mudanças do mundo moderno transformaram a identidade e o pertencimento em categorias fluidas, líquidas, errantes. Desta maneira, pensar a identidade é refletir sobre o “deslocamento”. Individualmente pertencemos a várias comunidades, por consequência, temos várias identidades.

Bauman (2008, p.22), afirma que “No admirável mundo novo das oportunidades fugazes e dasseguranças frágeis, as identidades ao estilo antigo, rígidas é inegociáveis, simplesmente não funcionam.”

Desta maneira, a identidade apresenta-se como objeto complexo e por isso objeto de reflexões em vários campos de estudos a exemplo da Antropologia, da Sociologia, da Filosofia etc.

De acordo com Hall em seu livro *A identidade cultural na pós-modernidade* (2006), a identidade apresenta-se como um processo que se desenvolve e se transforma com a história, de acordo com as concepções de sujeito do Iluminismo, sujeito da Modernidade e sujeito da Pósmodernidade.



Hall, partindo de uma visão pós-moderna de sujeito fragmentado, composto não de uma, mas de várias identidades, inclusive contraditórias, que tentam acompanhar as mudanças constantes, rápidas e permanentes da sociedade, passa a enxergar a identidade como algo histórico e não biológico.

Neste contexto, as identidades produzidas a partir de oposições dicotômicas territoriais, nacionais, de gênero, são canceladas, momento em que “As identidades ganharam livre curso, e agora cabe a cada indivíduo, homem ou mulher, captura-las em pleno voo, usando os seus próprios recursos e ferramentas.” (BAUMAN, 2008, p.85), não podendo mais ser occultadas a fragilidade e a condição eternamente provisória da identidade.

Relacionar a identidade, a história, ou a leitura de um indivíduo, grupo social, nação, apenas a partir de uma das identidades linguísticas, econômicas, sexuais, possíveis, ou a apenas um fragmento da história de cada um deles, é ter uma leitura única e, portanto estereotipada sobre eles, transformando uma história em “a única história.”

Ao retomar a assertiva foucaultiana de que não se pode pensar qualquer coisa em qualquer momento, uma vez que pensamos apenas nas fronteiras do discurso do momento, Veyne (2011,p.49) afirma que “sempre somos prisioneiros de um aquário do qual nem sequer percebemos as paredes; como os discursos são incontornáveis, não se pode, por uma graça especial, avistar a verdade verdeira, nem mesmo uma futura verdade ou algo que se pretenda como tal.”

Assim, são os discursos, metaforizados por Veyne como aquário, que nos permitem estabelecer determinadas identidades ou estereótipos, uma vez que as identidades são produzidas nos discursos e através deles.

De acordo com Foucault (2010, p.180), a partir de discursos tidos como verdades absolutas em nossa sociedade, produto das relações de poder, “somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer.”

Bauman (2008, p.94) assevera que “A identidade pode ser um caminho para a emancipação, mas também uma forma de opressão.”

É o que ocorre no momento em que, a partir de uma leitura única, construímos uma história única de determinado indivíduo, povo, grupo social, estereotipando-lhes, negando-lhes antecipadamente qualquer outra identidade que possam almejar. É o que



ocorre no caso de mulheres vítimas de violência doméstica, que geralmente são vistas como pessoas passivas, que aceitam a violência, quando na verdade, muitas sofrem caladas por saberem que não encontraram ajuda ou refúgio da sociedade, nem mesmo da justiça.

No conto *Porém igualmente* de Marina Colasanti, percebemos que a partir de uma formação discursiva feminista, a autora apresenta o sujeito-mulher vítima de violência doméstica identificando-a como santa. No conto, a autora qualifica a personagem mulher a partir de adjetivos (ou predicativos), pertencentes a uma formação discursiva religiosa do sagrado “É uma santa”, “É um anjo” responsáveis pela construção da identidade do sujeito-mulher santa, o que é ratificado pela utilização do eufemismo “rompeu em asas o voo de sua trajetória” no desfecho do conto. A personagem D. Eulália, vítima de agressões do marido, não morre, mas “rompe em asas o voo de sua trajetória”, assim como os santos, que de acordo com o discurso religioso cristão católico não morrem, mas ascendem ao céu. Vale salientar que a construção desta identidade é produzida a partir da imagem que vizinhos e parentes fazem da mesma.

A charge abaixo produz o mesmo efeito de denúncia do conto de Marina Colasanti, identificando o sujeito-mulher vítima de violência doméstica como uma pessoa pacífica, que aceita com naturalidade as constantes agressões sofridas, ainda associando a prática de violência doméstica ao alcoolismo por parte dos homens, assim como no conto, em que o marido de D.

Eulália a jogou pela janela após chegar “mais bêbado que de costume”.





A leitura do conto, bem como da charge, à luz da análise do discurso de linha francesa e dos estudos culturais, nos mostra que a análise do discurso possibilita o entendimento do papel dos discursos na produção das identidades sociais, enquanto produtor de *vontades de verdade*.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Regina Célia dos Santos e RONQUI, Ângela Simone. A representação da violência contra a mulher em alguns contos de Marina Colasanti. In: **Ipotesi**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 127 - 133, jul./dez. 2009.
- BAUMAN, Zigmunt. **Identidade**. Entrevista a Benedito Vecchi. Trad. Bras. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Editor, 2008.
- BRAH, Avta. **Diferença, diversidade, diferenciação**. Cadernos Pagu (26), jan./jul de 2006, p. 329-376.
- COLASANTI, Marina. Porém igualmente. In: \_\_\_\_\_. **Um espinho de Marfim & outras histórias**. Porto Alegre: L&PM, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 15.ed. São Paulo: Loyola, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Arqueologia do Saber**. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2009.
- \_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P & DREYFUS, H. **Michel Foucault**. Uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p.231-249.
- \_\_\_\_\_. Soberania e disciplina. In.: **Microfísica do poder**. Trad.: Roberto Machado. 14. ed. Rio de Janeiro, 2010.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso- diálogos e duelos**. 2.ed. São Carlos: Claraluz, 2006.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz T. da Silva e Guacira L. Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- NAVARRO, Pedro. Mídia e identidade: o novo homem e a nova mulher entre imagens fragmentadas e discursos “líquidos”. In: NAVARRO, Pedro (org). **O discurso nos domínios da linguagem e da história**. São Carlos: Claraluz, 2008. p.59-70.
- OLIVEIRA, Maria Angélica. A constituição do sujeito: Relações de poder e jogos de verdade.



In: \_\_\_\_\_. **Na imortabilidade da fábula:** o mesmo e o novo como jogos de verdade.

João Pessoa: Tese de Doutoramento, UFPB/pb,2005.

ORLANDI, Eni. **Discurso e leitura.** 8.ed. Campinas, Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **Análise do Discurso.** Princípios e Procedimentos. 8.ed. Paulo: Campinas, Pontes, 2009.

SILVA, Francisco Paula da. “Quem és tu para querer manchar meu nome?”: a produção identitária das mulheres profissionais do sexo como trabalhadoras: In: FREITAS, Alessandra Cardozo de et. al. **Linguagem, discurso, cultura:** múltiplos objetos e abordagens. Pau dos Ferros: Queima-bucha, 2008. p.25-34.

VEYNE, Paul. **Foucault, seu pensamento, sua pessoa.** Trad.: Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.



## ESTUDO COMPARATIVO ENTRE O DISCURSO LITERÁRIO E O DISCURSO AUDIOVISUAL

Danyelle Sousa Morais  
Daniel Luna Correia

### INTRODUÇÃO

Esta análise terá como foco principal tratar duas diferentes formas de discursos aplicados a um contexto de ambiente escolar para obter uma concepção de preferências ou diferenças dos mesmos.

Para tanto, quando mencionamos discurso pensamos no aspecto de interação. Desta forma, partimos do princípio de que a linguagem é percebida como um símbolo mutável, vivo e móvel, plurivalente, segundo Bakhtin (2002). Sendo assim, tentaremos estabelecer um paralelo quanto ao discurso literário e o discurso audiovisual, demonstrando a linha tênue que os perpassa.

Então, para observar o aspecto do texto audiovisual é interessante estabelecer uma diferenciação bastante contundente nesse estudo, pois o cinema e o teatro apresentam muitos aspectos concretos – segundo Antonio Cândido (1998) – mas que não podem, como a obra literária, apresentar diretamente aspectos psíquicos, sem recurso à mediação física do corpo, da fisionomia ou da voz.

Analisaremos a Literatura e o cinema, suas inter-relações, movimentos, aspectos que se destacam e a reação com a opinião pública, visando demonstrar o poder de influência que tais textos podem promover no leitor/espectador, sem esquecer também que o leitor participa intensamente no próprio processo da criação, devido à questão de ele ser levado de maneira sutil a viver a experiência da personagem em foco.

Para pensar em texto literário e audiovisual é importante contextualizar o aspecto da teoria narrativa. Neste sentido, vejamos então o pensamento de Jacyntho Lins Brandão (2011):

Uma teoria literária não é diferente de outras teorias – como uma teoria física, por exemplo – em que a realidade se inclui, em certa parte, mas não se inclui totalmente ou apenas em situações teoricamente construídas. Passar do descritivo ou do crítico para o



teórico implica, de uma certa maneira, abandonar a tirania da experiência ou resvalar nos limites dos dados para pensá-los, segundo as exigências não dos próprios dados, mas do pensamento e do discurso. Em suma, para dizer de uma modo bem grego: segundo as exigência do *lógos*.

## OBJETIVOS

Como objetivo geral desta pesquisa tentaremos traçar um paralelo entre o discurso literário e o discurso audiovisual e as influências destes perante a sociedade.

Para tanto, torna-se necessário observar as características do discurso da narrativa, levantar caracterizes das duas vertentes (textos literários e audiovisuais), identificar o ponto desses eixos que provoca interesse no leitor e a influência que ambos os discursos oferecem à sociedade.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A arte literária é um bem comum necessário ao íntimo do ser humano. Ela está intrínseca a ele e o torna mais dinâmico, pois o liga com o mundo. Este fator também se ajusta à arte audiovisual (cinema, televisão), em que a sociedade se observa nesta arte como um reflexo dela mesma.

Enfocaremos a arte dialógica que está associada a um contexto maior do que costumamos presumir no cotidiano. Nesse contexto vemos a arte do diálogo como um conjunto (no meio audiovisual) de aspectos psíquicos mediados fisicamente pelo corpo, fisionomia ou voz. Já no texto literário podemos observar o conjunto de composições sintáticas que geram a semântica através dos seus entrelaces.

O texto artístico (ficcional ou não) trabalha de maneira intencional, ou seja, seus enunciados dialógicos nos possibilitam uma leitura maior tanto diacrônica quanto sincrônica. Sendo assim, poderemos fundir o texto ao contexto. Para tal justificaremos com a afirmação de Cândido (1967, p. 04), que afirma:

Sabemos, ainda, que o externo (no caso, o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento



desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se portanto, interno.

Todos os aspectos em conformidade (sociais, psíquicos, religiosos, lingüísticos) formam um todo indissolúvel.

A metodologia utilizada neste artigo baseia-se na pesquisa bibliográfica, como também na pesquisa-ação. Abordaremos como princípios norteadores de nossos estudos os pressupostos teóricos dos autores Antonio Cândido, Eni Orlandi, Bakhtin, entre outros.

No livro “Marxismo e Filosofia da Linguagem”, Bakhtin (2002) destaca que o signo e a situação social estão indissoluvelmente ligados. A sociedade é produto do meio em que está inserida, consequentemente, a comunicação também obedece a esse padrão, pois a enunciação não existe fora de um contexto. Para ele, o signo é ideológico, e o ideológico desencadeia uma modificação na língua, porque a língua é expressão das relações e lutas sociais. Desta forma, quando falamos de arte dialógica também tratamos de relações sociais, pois a palavra veicula a ideologia.

Neste sentido, o signo é a materialização da comunicação, sendo visto como “signo ideológico”, pois no momento em que estes se constituem estarão formando e acumulando “significação”, e o que faz da palavra uma palavra é a sua significação; esta é a função do signo.

Ainda de acordo com o pensamento bakhtiniano (2002) vemos que o ideológico se situa entre indivíduos organizados, sendo o meio de sua comunicação, devido ao fator de que a palavra preenche qualquer espécie de função ideológica (estética, científica, moral, religiosa etc).

Há na verdade uma inter-relação entre o exterior e o interior. Podemos colocar como se o signo ideológico exterior “se banhasse” nos signos interiores (na consciência), porque a vida exterior é reiterada no contexto interior, estando sempre o social em correlação com o material.

Então, dessa forma queremos levantar um questionamento: “A linguagem literária interfere na resolução do discurso dos meios audiovisuais?”

Acreditamos que o dito literário não só interfere, gerando influência, como também interage imensamente, pois nos fatos ficcionais, nos textos e no comportamento do leitor frente a um mundo vasto da imaginação literária abrem-se margens para o “fazer acontecer”, como também ocorre no mundo audiovisual. Todos esses fatores contribuirão



para a questão da verossimilhança, o que nos possibilitará uma ligação ou proximidade com o mundo real.

De acordo com Antonio Candido(1998), o mundo da ficção defini-se nitidamente independentemente das personagens, mas a grandiosidade se dá quando os “fatores” se animam e se humanizam através da imaginação pessoal.

Exatamente nesse ponto podemos destacar a **mimesis**, pois variados aspectos contribuirão para a questão da verossimilhança, o que nos possibilitará uma ligação ou proximidade com o mundo real.

Segundo Antonio Candido (1998, p. 15),

Este mundo fictício ou mimético reflete momentos selecionados e transfigurados da realidade empírica exterior à obra, torna-se, portanto, representativo para algo além dele, principalmente além da realidade empírica, mas imanente à obra.

O autor ainda completa o entendimento afirmando:

É paradoxalmente esta intensa “aparência” da realidade que revela a intenção ficcional ou mimética. Graças ao vigor dos detalhes, à “veracidade” de dados insignificantes, à coerência interna, à lógica das motivações, à causalidade dos eventos, etc., tende a constituir-se a verossimilhança do mundo imaginário. (CANDIDO, 1998, p. 20)

Os textos ficcionais revelam a intenção ficcional. Nas obras notaremos o esforço de particularizar, concretizar, individualizar os contextos objectuais, o que contribuirá para dar aparência real à situação imaginária. E o que atrai a atenção dos leitores/espectadores são os fatos nos quais os aproximam do que traz a aparência do real. Trabalhando o conceito de Candido (1998, p. 23), “a aparência da realidade não renega o seu caráter de aparência”. Para tal ação torna-se necessária a convivência entre autor e leitor. “O leitor, parceiro da empresa lúdica, entra no jogo e participa da não-seriedade dos quase-juízos e do fazer de conta”. (CANDIDO, 1998, p. 23)

Agora, ao observar os aspectos linguísticos, percebemos que, de acordo com Eni Orlandi (1999, p. 15), “o discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando.” Neste sentido, resolvemos, entre



o texto literário e o audiovisual, tocar exatamente no ponto do discurso, porque é neste território que observamos o homem falando e, consequentemente, o poder que esta fala exerce no outro. Devido à visão que a Análise do Discurso tem sobre o sujeito (aquele que tem capacidade de significar e significar-se), ela concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social.

Todos esses aspectos citados anteriormente fazem-nos remeter à questão inicial do símbolo mutável, porque através da evolução linguística o homem permanece ou se transforma, bem como a sociedade.

É o entrecruzamento dos índices de valor que traz essa mobilidade ao signo, pois a psicologia do corpo social (palavra como objeto de estudo) é onde se inicia o ato de fala. É onde estão os principais aspectos da criação ideológica. Segundo a visão bakhtiniana (2002), podemos estabelecer uma metáfora entre as palavras e os tecidos, nas quais há uma multidão de fios ideológicos que servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios; este é um princípio dialógico bakhtiniano, esta relação recíproca entre os fios ideológicos e as suas relações sociais.

De acordo com o aspecto literário vemos que o sintoma linguístico só pode surgir no gênero épico (narrativo). Sendo assim, apenas nele podem surgir formas de discurso ambíguas, e estas, segundo Antonio Candido (1998), podem ser projetadas ao mesmo tempo de duas perspectivas: a da personagem e a do narrador fictício.

Nessa ficção constitui-se um narrador fictício, que passa a fazer parte do mundo narrado, identificando-se por vezes com uma ou outra das personagens, ou tornando-se onisciente. Essa modificação do discurso indica que na ficção não há um narrador real em face de um campo de seres autônomos. O narrador onisciente aqui se torna manipulador da função narrativa. Temos a resolução de ficção o ato em que “os seres” se “animam” e se humanizam através da imaginação pessoal. Há, porém, uma diferenciação dessa função narrativa quanto ao aspecto teatral, pois nesta o sujeito fictício dos enunciados desaparece, pois as personagens absorvem as palavras.

O diferencial entre o teatro e o cinema é que este último deve ser concebido como de caráter épico-dramático. Nele a câmera, através de seu movimento, exerce uma função nitidamente narrativa, inexistente no teatro. Ela (a câmera) focaliza, comenta, recorta, aproxima, expõe e escreve.



Segundo Leone e Mourão (1987, p. 83), o cinema, com sua característica de arte narrativa, consolidou-se como expressão dramática apresentando uma característica marcante: “quando olhamos para a tela devemos levar em conta que houve uma preparação de roteiro, filmagens e edições de produtos.” Como narrativa cinematográfica o texto se configura em sua composição marcado por sons, imagens, e discursos verbais, aspectos importantes para a compreensão do espectador. A ideia passa a ser o argumento que, consequentemente, passará a ser composto por cenas e diálogos que farão parte do roteiro.

Então, tanto o cinema quanto a literatura, através das imagens e palavras, servem tanto à ficção quanto a outros fins devido ao fato que neles as imagens e palavras fundam as objectualidades puramente intencionais, e não as personagens, como no teatro.

## METODOLOGIA

A princípio, colocaremos em foco um trabalho realizado numa escola de ensino privado, que teve como objetivo estudar um dos livros pressupostos no programa de vestibular, no ano de 2010. Com um trabalho de análise faremos essa exemplificação inicial do que foi exposto nessa escola, apontaremos o percurso percorrido por esses alunos e todas as conclusões as quais os alunos chegaram após responder um questionário, resultado de nossa pesquisa-ação.

Este estudo se deu com alunos de três turmas do 3º Ano do Ensino Médio do **Centro Profissionalizante Deputado Antônio Cabral**, no bairro do Valentim de Figueiredo, localizado em João Pessoa, Paraíba.

Como procedimento metodológico, os alunos executaram a leitura da obra “O Pagador de Promessas”, de Dias Gomes. Em seguida, assistiram ao filme da obra em questão (sendo o mesmo apresentado com imagens em preto e branco) durante as aulas de Língua Portuguesa e, por fim, organizamos um debate após eles terem respondido o exercício de fixação (através do qual os avaliamos).

No debate ficou evidente a opinião dos alunos, que se frustraram com relação ao desfecho do texto, pois queriam que, devido a tanto sofrimento pelo qual o personagem “Zédo-burro” passou, o mesmo deveria ter tido um final feliz, realizando sua promessa e continuando vivo.



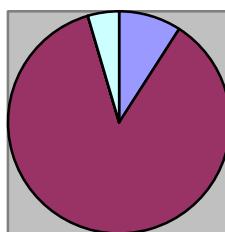
É nesse aspecto que percebemos como o personagem reflete a vivência da sociedade e como cada sujeito se identifica com a história e se humaniza com o acontecimento dos fatos descritos. Neste sentido, relembramos Bakhtin (2002), o qual afirma que é a “realidade” que forma a ideologia, porque a palavra enquanto signo ideológico é que funciona como instrumento da consciência, pois ela reflete e refrata.

Tal característica pode ser observada no discurso dos alunos, que, ao verem o sacrifício do personagem da história, sentiram-se comovidos com o desfecho da narrativa. Verificamos isto ao perceber como a morte deste personagem trouxe a alguns alunos um sentimento de desconforto, bem como a suposta traição cometida por “Rosa” (esposa de Zé), que os indignou bastante. Verificamos, portanto, um sentimento de justiça e fidelidade que ainda emana no povo brasileiro.

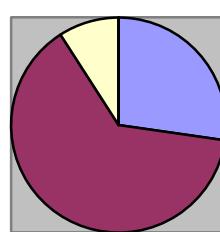
Observando que, segundo Eni Orlandi (1999, p. 21), “a língua é condição de possibilidade do discurso” e que “as relações de linguagens são relações de sujeito e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados”. Temos, portanto, que discurso é o efeito de sentidos entre locutores. Objetivando tratar destes sentidos aplicamos um questionário traçando, na opinião dos alunos, o paralelo desses discursos.

Ao ler os questionários constatamos os seguintes dados:

→ O gráfico à direita mostra o conceito dos alunos quanto à obra, e o da esquerda demonstra o conceito quanto à questão da linguagem da obra:



<b>Excelente</b>
<b>Bom</b>
<b>Regular</b>
<b>Ruim</b>



<b>Excelente</b>
<b>Bom</b>
<b>Regular</b>
<b>Ruim</b>

→ O gráfico à direita mostra o conceito dos alunos quanto ao filme, e o da esquerda demonstra o conceito deles quanto à adaptação da obra ao cinema:



Notadamente verificamos que muitos alunos gostaram do filme porque os sentidos foram produzidos não só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, pois as condições de produção envolvem os contextos: imediato, sócio-histórico e ideológico.

A maioria deles classificou a obra já mencionada como de linguagem “boa”. Para tanto justificaram:

*“Pois ele usa uma linguagem fácil de se entender.” (Vanessa Amorim – 3ºC)*

*“Tem um contexto bem interessante e uma linguagem divertida.”*

*(Helen dos Santos - 3ºB)*

*“Porque é uma linguagem informal, então é possível entender a história com clareza e a torna mais verdadeira.” (Thalyta Priscilla – 3ºC)*

*“Pois ele utiliza a linguagem ‘popular’, ficando fácil o seu entendimento pelo aluno, mas mesclando a formal e a informal.” (Victor Hugo – 3º C)*

*“Ele utilizou um linguajar mais próximo do cotidiano, é mais fácil de entender, agora ele poderia ter sido mais formal. (Roxana Pereira – 3ºC)*

Segundo o pensamento hegeliano, a mente é produto de manifestações sociais, fruto do conjunto, trata-se de uma mente dinâmica e ativa no processo do conhecimento, uma vez que este é adquirido ciclicamente. Nela, o critério do conhecimento é externo levando em consideração os aspectos culturais, emocionais e sociais.

Porém, percebemos também, no pensamento dos alunos, manifestações a favor da obra, classificando a linguagem como boa e aceitável. Entretanto, para a adaptação



cinematográfica alguns alunos, apesar de classificarem o filme como bom, não gostaram da adaptação feita para a obra.

Muitos alunos não levaram em consideração apenas esta categoria de filme, mas outros, segundo o questionário, afirmaram que quando a obra sofre adaptações ao cinema acaba perdendo aspectos que são de extrema importância e que podem trazer uma grande diferença para o entendimento do enredo. Conforme podemos observar na fala de alguns alunos quando foram questionados se haviam visto diferenças quanto à adaptação da obra (*O Pagador de Promessas*) para o cinema, eles responderam:

*“Sim, não foi bem adaptada, fugiu um pouco do estilo do livro.” / “O filme, retratou os personagens com expressões e sentimentos diferentes do livro e o livro trouxe mais detalhes coerentes.”*  
(Roxana Pereira – 3º C)

*“Sim. Só que foi mais resumido, muitos detalhes foram tirados.”*  
(Lucineide Lima – 3º B”)

*“Sim, a adaptação das falas.”* (Wiara Katiusk – 3º C)

*“Sim, o que agente imagina lendo o livro, quando agente assisti vê de forma diferente.”*  
(Rhyanne Lima – 3º C)

Quando questionados sobre outros filmes que são adaptações de obras literárias (os quais eles já haviam assistido), destacaram:

*“Sim, o filme foi muito diferente do livro, apresentou os mesmos acontecimentos, mas com causas e desenvolvimentos diferentes.”* (Roxana Pereira – 3º C)

*“Sim. Eles representam para que possa ser passado ao público, sem entediá-lo.”* (Lucineide Lima – 3º B)

*“Sim, pois o livro é mais rico em detalhes do que o filme.”* (Rubia Dayane – 3º C)

*“Sim, pois na maioria das vezes modificam o lugar que acontece os fatos.”* (Gildiane Cleide – 3º C)



Muitos deles destacaram os detalhes trazidos pelo livro, os quais não podem ser apresentados no filme em virtude do aspecto “tempo”, pois cansaria bastante o espectador e, consequentemente, tal fator acaba influenciando no contexto geral da obra, possibilitando muitas vezes até mesmo perda de valores importantes no enredo.

Evidentemente que eles não descartam a importância da questão cinematográfica, pois trabalha de maneira dinâmica e interessante, fazendo com que haja uma atenção maior deles. Dessa forma, quando questionados sobre o filme “O Pagador de Promessas” afirmaram que:

*“O entendimento fica mais fácil, é como no teatro.” (Lucineide Lima – 3ºB)*

*“Porque dá para ver com mais clareza os personagens.” (Wiara Katiusk – 3ºC)*

*“Com o cinema, aprendemos mais.” (Dayvison Santos – 3ºC)*

*“O filme é parecido com o livro. Mas no filme, é possível ter uma compreensão melhor.” (Wellane Lima – 3ºC)*

## CONCLUSÕES

Podemos, através desta pesquisa inicial, perceber as preponderâncias existentes no pensamento dos alunos quanto ao texto literário e o texto audiovisual (enfocando principalmente o cinematográfico). A obra literária em foco, que foi nosso instrumento de trabalho, apresenta uma linguagem menos formal e mais próxima do popular, o que facilitou a leitura e caracterizou bem os personagens em questão. Nela percebemos discursos variados, quais sejam: político, sentimental, religioso, entre outros, os quais gostaríamos de analisar em prosseguimento a este estudo ora lançado.

Concluímos relembrando a pergunta citada inicialmente, que questionava: “A linguagem literária interfere na resolução do discurso dos meios audiovisuais?”, e percebemos que comprovadamente ela pode interferir de maneira proveitosa, influenciando o público, pois poderá trazer temas interessantíssimos a serem discutidos, além de se manifestar com uma proporção maior (diante do pensamento de que o público espectador muitas vezes é maior do que o público leitor).



De acordo com alguns alunos, essa prática de utilizar a literatura nos meios audiovisuais é algo interessantíssimo, pois ao repercutirem no cinema ou televisão acabam incentivando à leitura e aumentando o sucesso da obra em evidência, também por serem temas polêmicos que geram interesse nos espectadores e por serem passados com bastante sentimento e emoção.

Evidenciamos, através desse estudo, que o mais interessante é estabelecer e estudar as relações dialógicas que trabalham com a atividade mental pautada no grau de consciência, sabendo que a organização social e a interação condicionaram as formas de discurso, o que resultará na enunciação.

A enunciação é nosso objeto de estudo maior para que consigamos entender as relações sociedade-indivíduo, lembrando-se de que este como sujeito estabelecerá as suas marcas para chegar à representação do pensamento, levando consigo sua individualidade, mas compartilhando também do dito de outrem.

Portanto, o que mais nos interessa é gerar nas pessoas leitoras ou espectadoras o interesse pelas artes, que as tornarão seres críticos, abordando a visão bakhtiniana, envolvendo a questão da semântica discursiva, cuja proposta é fazer do homem um ser crítico e mais pensante diante de uma sociedade que precisa se renovar a cada dia, bem como motivá-los para uma interação, promovendo, assim, a comunicação, eixo este que é o norteador de nossos estudos.

## REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. A Interação Verbal. In: \_\_\_\_\_. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2002. pp. 110-127.
- BRANDÃO, Jacyntho Lins. **A teoria dos gêneros literários e o estatuto da narrativa simples em Platão**. Disponível em: <[www.letras.ufmg.br/ilinsbrandao](http://www.letras.ufmg.br/ilinsbrandao)>. Acesso em: 30 ago. 2011.
- CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- \_\_\_\_\_. **A personagem de ficção**. 9. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.
- LEONE, E. & MOURÃO, M. D. **Cinema e montagem**. São Paulo: Ática, 1987.



DISCURSO, SOCIEDADE E CULTURA  
I Encontro de PESQUISADORES em ESTUDOS DISCURSIVOS  
ISBN 978-85-7539-765-7

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso:** princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.



## COM PEDRADAS E IRONIAS DOM QUIXOTE SE ARMA CAVALEIRO: UMA ANÁLISE DISCURSIVA

Raimundo Batista Almeida  
Nadia Pereira Gonçalves de Azevedo

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No início deste milênio, exatamente no ano 2002, vários literatos do mundo inteiro classificaram a obra “Don Quijote de La Mancha” como o melhor livro de ficção da literatura universal. Seu autor Miguel de Cervantes Saavedra (1547-1616), homem de uma cultura invejável e conchedor profundo da literatura sagrada, viveu no período da Inquisição. Por viver nesta época, e saber dos riscos que correria ao ironizar a instituição católica, usou os romances de cavalaria, proibidos por serem pecaminosos, como trampolim para driblar aos inquisidores, que apesar de irônicos também causavam risos.

Para pertencer à ordem dos cavaleiros andantes tinha que cumprir certas normas. Apesar de leitor do gênero, o autor cria uma obra atípica, dá poderes ao personagem para armar-se cavaleiro numa estalagem de caminho, que a transformou em castelo. Tudo que dom Quixote via, através das suas formações imaginárias, transformava. Na sua primeira saída (Tomo I, capítulos II e III), é armado cavaleiro numa venda de caminho pelo caixeiro deste estabelecimento, e o trata de senhor castelhano, por imaginar ser este o administrador da fortaleza, como assim o considera. Este entende o equívoco como sendo da região de Castela, que por sua vez é de Andaluzia. Ao mesmo tempo em que ocorre a cerimônia, é assessorado por prostitutas e dom Quixote as trata como sendo honradas damas e princesas do castelo. Com sua veia humorística, Cervantes faz desta celebração um palco de humor, onde igreja e sociedade não se dão conta desta desfeita, ao contrário, se divertem com estas peripécias.

As condições de produção dos séculos XVI e XVII eram, sobretudo, relacionadas à Inquisição, com a Igreja detendo o discurso do poder. Havia um claro discurso autoritário, em que a Igreja mandava e não havia reversibilidade possível. Ao mesmo tempo, os romances de cavalaria já se encontravam em declínio. Além disso, a igreja católica proibia sua leitura por considerá-los como pecado. Ainda assim, Cervantes consegue driblar este



discurso, escrevendo a sua obra, produzindo-a e editando-a. Com a ironia presente no romance, Cervantes conseguiu agradar a todos, inclusive a Igreja, com alegria, humor e crítica. O autor, usando de seu engenho, transforma os romances antigos em modernos.

Encontramos muitos escritores famosos, não somente da literatura como de outras áreas do conhecimento humano, que estudam e citam provérbios do personagem da obra de Cervantes. Rosenblat (1971) afirma que “Cervantes es aficionado al estudio de los arcaísmos, metáforas, los distintos juegos de habla.”

Por que estudar dom Quixote (DQ) e Análise do Discurso (AD)? Para se produzir um trabalho científico, temos que ter empatia, sem isso, é muito difícil prosseguir. Para o primeiro autor, estudar dom Quixote é uma das razões para viver e isso se adquire persistentemente com leituras e viagens feitas ao país berço e, mais precisamente, na região de La Mancha, que é citada na obra em estudo. Ao mesmo tempo, a AD é algo novo, não só como teoria em si, mas também como conhecimento e procedimento de análise. Na união destes saberes, pretende-se que vá nascer um terceiro.

Em 1605, início do século XVII, se dá a publicação do primeiro tomo de dom Quixote, e a AD tem seu começo somente no início da segunda metade do século XX, com uma diferença de três séculos e meio. Apesar da grande distância, o saber não está isolado, porque tudo está conectado.

Para Amorós (1999, p. 976), “dom Quixote é a projeção de um personagem que influenciou o mundo de sua época”. Daí porque continua influenciando pintura, ilustração, teatro, cine, música, literatura, moedas, selos, gastronomia, nomes de rua, monumentos em praça pública, internet e opiniões. Possivelmente, a análise do objeto a ser investigado poderá suscitar novas discussões e contribuir para o esclarecimento de questões ainda em aberto no espaço acadêmico, na literatura em geral e, principalmente, no enlace Literatura-Análise do Discurso de linha francesa.

Com este trabalho, pretendemos levar ao conhecimento da sociedade uma perspectiva teórica e analítica atual, relacionando-a a obra produzida por Cervantes.

Partimos do pressuposto que, em regra geral, não se sabe ao certo o que realmente é perceptível. Para alguns estudiosos é a ciência que carece de novos conhecimentos nesta área. É aí que reside a importância desta pesquisa, porque existe a necessidade de buscar respostas para essa temática considerada pouco estudada e que a



ciência precisa responder à sociedade. Assim, observa-se uma escassez de produções sobre dom Quixote partindo de uma teoria discursiva. Dessa forma, busca-se acessar a Análise do Discurso de linha francesa como campo teórico profícuo para refletir sobre esse personagem.

Este trabalho pretende analisar discursivamente a ironia na obra dom Quixote de La Mancha, de Cervantes. Mais especificamente, analisaremos a recepção irônica que dom Quixote recebeu na venda do caminho pelas prostitutas e arrieiros que ali faziam suas noitadas e identificaremos as noções de condição de produção e formações imaginárias, memória e interdiscursividade em Dom Quixote.

Neste sentido, trabalharemos, a partir da teoria e dispositivo analítico da AD, os recortes discursivos dos capítulos II e III do tomo I da obra dom Quixote, principalmente no que se refere à ironia feita ao recebimento do cavaleiro por parte das prostitutas, caixeiro e, também o tratamento que dom Quixote dá a essas mulheres, com a intenção de agredir a sociedade, incluindo-as na mesma classe social ora dominante.

## **DOM QUIXOTE**

A obra é organizada em dois tomos num total de 126 capítulos com mais de 600 personagens e o protagonista recebe o mesmo nome do livro. Dom Quixote é o personagem mais conhecido no mundo inteiro, apesar de atípico, pois em suas batalhas nem sempre é vitorioso. Mesmo assim, não desiste de seus ideais em defesa de um mundo melhor, mais justo e humano.

Dom Quixote surge de Alonso Quijana, fidalgo empobrecido, que vendeu suas terras para comprar livros de cavalaria: “del poco dormir y del mucho leer, se le secó el el cerebro, de manera que vino a perder el juicio”(Capítulo I – Tomo I)

Segundo Riquer (1970, p.17), “dom Quixote é o desejo veemente, a crença em um comum ideal humano, é a fé espanhola. Ele é Espanha”. É o personagem universal que influenciou muitos escritores famosos.

Dostoievski, na sua obra “O idiota”, apresenta um herói puro e bondoso, vítima da maldade e da incompreensão dos que o rodeiam. Monteiro Lobato, escritor brasileiro, idealizou Emilia, como a quixotinha das crianças.



Enfim, são inúmeros os escritores ocidentais que se inspiraram neste personagem universal que, apesar de louco, criou valores lúcidos para a humanidade.

## ANÁLISE DO DISCURSO

Michel Pêcheux (1938-1983), filósofo francês, fundador da análise do discurso de linha francesa, criou sua teoria nos anos 60. Para Orlandi (2010, p.25), “a Análise do Discurso se constitui no espaço em que a Lingüística tem a ver com a Filosofia e as Ciências Sociais”. Na intersecção destas ciências surgiu a Análise do Discurso (doravante AD) como matéria de entremeio que tem como objeto o discurso.

Gregolin (2006, p.60) diz que Pêcheux (1983b) “revela os embates, as reconstruções, as retificações operadas na constituição do campo teórico da análise do discurso francesa”. E levando em consideração os lapsos de memória, os esquecimentos, os silenciamentos, o dito e o não dito, os debates teóricos e políticos surgiram de crises que atingiram a reflexão entre a língua, o sujeito e a História. Ao falar em análise do discurso, impreterivelmente, falamos de Pêcheux. É como se não pudéssemos separar a obra do criador, pois seu nome está imbricado na teoria do discurso.

No inicio, quando surgiu a análise do discurso na França, nos anos 60, no meio de tanta ebulação, era de se esperar que não houvesse um traslado, e aconteceu, aqui, no Brasil, simultaneamente, também em período de muita efervescência e mudanças bruscas, pois essa semente caiu em terreno fértil, onde a principal semeadora é a renomada analista do discurso, Eni Orlandi e tem a UNICAMP como o mais importante pólo de produção científica em AD do Brasil.

## ANÁLISE DISCURSIVA

Interessa-nos discutir o discurso irônico de dom Quixote, analisando a recepção que dom Quixote recebeu na venda do caminho pelas prostitutas e arrieiros que ali faziam suas noitadas. Nesse sentido, procuraremos marcar as condições de produção e formações imaginárias, memória e esquecimento em dom Quixote.



Constituímos recortes discursivos a partir da leitura de dom Quixote, de quando foi armado cavaleiro. Os recortes se referem aos capítulos II e III e, em um discurso da Cavalaria, evidenciam a ironia que pretendemos analisar discursivamente.

A seguir, haverá o recorte discursivo, seguido da análise.

#### Recorte Discursivo 1

Llegó a la venta que a él le parecía castillo, y a poco trecho de ella detuvo las riendas a Rocinante, esperando que algún enano se pusiese entre las almenas a dar señal con alguna trompeta de que llegaba caballero al castillo. Pero cuando vio que tardaban y que se daba prisa por llegar a la caballeriza, llegó a la puerta de la venta, y vio a dos distraídas mozas que allí estaban, que a él le parecieron dos hermosas doncellas o dos graciosas damas que delante de la puerta del castillo se estaban solazando. En esto sucedió por azar que un porquero que andaba recorriendo de unos rastrojos una manada de puercos - que, sin perdón, así se llama - tocó un cuerno, a cuya señal ellos se recogen, y al instante se le representó a don Quijote lo que deseaba, que era que algún enano hacia señal de su venida, y así, con extraño contento llegó a la venta y a las damas, las cuales, cuando vieron venir a un hombre de aquella suerte armado, y con lanza y adarga, llenas de miedo se iban a entrar en la venta; pero don Quijote, (...) les dijo: - No fuyan las vuestras mercedes ni teman desaguisado alguno; ca a la orden de caballería que profeso non toca ni atañe facerle a ninguno, cuanto más a tan altas doncellas como vuestras presencias demuestran. Mirándole las mozas; (...) mas cuando se oyeron llamar doncellas, cosa tan fuera de su profesión, no pudieron contener la risa.

Chegou à venda que a ele lhe parecia castelo, e a pouca distância colheu as rédeas a Rocinante, esperando que algum anão se pusesse entre as torres a dar aviso de trombeta de que chegava cavaleiro ao castelo. Vendo, porém que tardava, e que Rocinante mostrava pressa em chegar à estribaria, chegou à porta da venda, e viu as duas divertidas moças que ali estavam, que a ele lhe pareceram duas formosas donzelas, ou duas graciosas damas, que diante das portas do castelo se espaireciam. Nisso sucedeu que um porqueiro, que andava recolhendo dos pastos a sua manada de porcos, que sem perdão, assim se dizia, tocou uma trombeta, a cujo sinal se recolhe. No mesmo instante se apresentou a dom Quixote o que desejava que algum anão anunciasse a sua chegada. E assim, com estranho contentamento, chegou à venda e às damas, as quais, vendo



acercar-se um homem daquele feitio da e, com lança e escudo, cheias de medo já se iam acolhendo à venda, dom Quixote, (...) disse-lhes: - Não fujam Vossas Mercês, nem temam nenhum desfeito, porque a ordem de cavalaria que confessó a ningüém permite que ofendamos, quanto mais a tão altas donzelas, como vossas presenças demonstram. Miravam-no as moças (...), mas quando se ouviram chamar donzelas, coisa tão fora de uso ao seu modo de vida, não puderam conter o riso.

Ao avistar duas mulheres prostitutas na porta da venda, dom Quixote se remete a elas como nobres, oferecendo-lhes o tratamento, inclusive, de donzelas. O humor no texto é predominante, e tudo remete às condições de produção. Nesta época, as palavras *donszelas* e *damas* tinham muita importância, quase como um título de nobreza. Dom Quixote vai mais além, as trata de *donszelas* e *virgens*. É quando as moças começam a rir efusivamente, pois, como dizem, estas palavras estão fora de uso na profissão. O efeito metafórico que é observado no deslizamento das palavras *prostituta* para *donszelas* e *damas* diz respeito a uma negação do *status quo* e um deslocamento dos valores sociais.

#### Recorte Discursivo 2

Pensó el huésped que el haberle llamado castellano había sido por haberle parecido de los sanos de Castilla, aunque él era andaluz, y de los de la playa de Sanlúcar, no menos ladrón que Caco, ni menos maleante que estudiantado pajé, y así le respondió: - según eso, las camas de vuestra merced serán duras peñas, y su dormir, siempre velar; y siendo así, bien se puede apear, con seguridad de hallar en esta choza ocasión y ocasiones para no dormir en todo un año, cuanto más en una noche.

Pensou o hospedeiro que o nome castelhano tinha sido por haver-lhe parecido nativo de Castela; ainda que ele fosse andaluz, e das praias de Sanlúcar, não menos ladrão que Caco, nem menos burlão que estudante ou pajem, e assim lhe respondeu: - segundo isso, as camas de Vossa Mercê serão duras penhas, e o dormir, sempre velar, e sendo assim, pode muito bem apear-se, com a certeza de achar nesta choça ocasião e ocasiões para não dormir em todo um ano, quanto mais em uma noite (tradução do primeiro autor).



Cervantes é um especialista em humor e, durante a sua trajetória, joga com duas condições de produção: romance de Cavalaria e realismo cômico. Dom Quixote desenvolve muito bem os poderes que lhe foram dados por seu criador. A interdiscursividade é observada quando ele mostra a corrupção e a hipocrisia, relacionando-as ao lugar e à época: *sanos de Castillas* eram pessoas nativas e decentes da região; ser da praia de Sanlúcar era ser como *Caco*, ladrão na mitologia, filho de Vulcano. Novamente, podemos observar a interdiscursividade com a mitologia grega e outras condições de produção. Aí tem sua origem o nome *Caco* aplicado aos ladrões.

*Estudiantando paje*, ou seja, aquele que tentou ser estudante, remetendo-se, principalmente, à universidade de Salamanca, por ser a mais renomada e mais antiga e, ao fracassar nos estudos, ficou só como *paje* e *pícaro*, uma espécie de desordeiro.

### Recorte Discursivo 3

(...) Mas al darle de beber, no fue posible, ni lo fuera si el ventero no horadara una caña, y puesto un cabo en la boca, por el otro le iba echando el vino; y todo esto lo recibía en paciencia, a trueque de no romper las cintas de la celada. Estando en esto, llegó por casualidad a la venta un castrador de puercos, y, así como llegó, sonó su silbato de cañas cuatro o cinco veces, con lo cual acabó de confirmar don Quijote que estaba en algún famoso castillo, y que le servían con música, y que el abadejo eran truchas, el pan, candeal, y las rameras, damas, y el ventero, castellano del castillo, y con esto daba por bien empleada su determinación y salida.

Ao dar-lhe de beber, só foi possível, porque o vendeiro furara uma cana, atravessando os nós e, metendo-lhe na boca, por uma das extremidades, lhe não vazasse pela outra o vinho. Com tudo aquilo que se conformava o sofrido fidalgo, só por se lhe não cortarem os atilhos da celada. Nisto estavam, quando à venda chegou um capador de porcos e, assim que chegou, tocou sua gaita de cana quatro ou cinco vezes, com isso, confirmou dom Quixote que estava em algum famoso castelo, e o serviam com música, e que o abadejo eram trutas; o pão, candal, e as rameiras, damas, e o vendeiro castelão do castelo, e com isto dava por bem empregada a sua determinação e saída (tradução do primeiro autor).



O tratamento da chegada de dom Quixote na venda (capítulo II), a recepção pelas prostitutas, pelo vendeiro e o jantar, traz três palavras-chave para a análise: *castellano*, *doncellas* y *truchuelas*.

Condição de produção acontecimento	anuncio caballeresco de la llegada	señor del catillo	damas de alta calidad	trucha pequeña	música cortesana
Formação discursiva	sonido de cuerno	<i>castellano</i>	<i>doncellas</i>	<i>truchuela</i>	silbato de cañas
Formação ideológica	cuerpo de porquero	hombre de Castilla	vírgenes	bacalao	aviso do castrador de puercos

Condicão de produção - acontecimento	anúncio cavaleresco da chegada	senhor do castelo	damas de alta qualidade	truta pequena	música cortesã
Formação discursiva	som	cas-	donzelas	trutinhas	som de trombetas
Formação ideológica	do berrante	telhano			
	berrante do cuidador de porcos	homem de Castela	virgens	bacalhau	aviso do castrador de porcos

Aproveitando-se da recepção irônica e da necessidade de deslocar os sentidos das coisas segundo seu gracioso humor, dom Quixote transforma o discurso cavaleresco em realismo cômico, a partir dos inúmeros efeitos metafóricos de seu discurso.

Nas formações imaginárias do cavaleiro, tudo é possível acontecer. Ele faz as mais absurdas transformações, a ponto de unir realismo cômico com loucura ou fingimento para que tudo aconteça segundo sua vontade. Com isso, remete o discurso dos romances de cavalaria às riquezas chegadas do Novo para o Velho Mundo e este, começando o período de decadência da Espanha, que coincide também com a queda do gênero de cavalaria; Surge daí, um novo olhar e uma nova formação discursiva e ideológica: o romance de Cervantes, que, ao ironizar a novela de cavalaria, traz o moderno à tona.



#### Recorte Discursivo 4

Advertido y medroso de esto el castellano (...) mandó a una de aquellas damas que le ciñese la espada, la cual lo hizo con mucha desenvoltura y discreción, porque no fue menester poca para no reventar de risa a cada punto de las ceremonias; pero las proezas que ya habían visto del novel caballero les tenía la risa raya. Al ceñirle la espada dijo la buena señora:

\_ Dios haga a vuestra merced muy venturoso caballero y le dé ventura en lides

Don Quijote le preguntó cómo se llamaba, porque él supiese de allí en adelante a quién quedaba obligado por la merced recibida, porque pensaba darle alguna parte de la honra que alcanzase por el valor de su brazo. Ella respondió con mucha humildad que se llamaba la Tolosa (...), y que dondequiero que ella estuviese le serviría y le tendría por señor. Don Quijote le replicó que, por su amor, le hiciese merced que de allí adelante se pusiese don y se llamasé doña Tolosa. Ella se lo prometió, y la otra le calzó la espuela, con la cual le pasó casi el mismo coloquio que con la de la espada. Preguntóle su nombre, y dijo que se llamaba la Molinera, y que era hija de un honrado molinero de Antequera; a la cual rogó don Quijote que se pusiese don, y se llamasé doña Molinera, ofreciéndole nuevos servicios y mercedes.

Advertido e medroso, o castelhano (...) mandou uma daquelas damas que lhe cingisse a espada, a qual a fez com muito desembaraço e discrição; e não foi tarefa fácil desfazer o riso em cada momento da cerimônia; mas as proezas que já tinham visto do novo cavaleiro, lhes tinha o riso abundante. Ao cingir-lhe a espada, disse-lhe a boa senhora:

\_Deus faça a Vossa Mercê muito bom cavaleiro com muito venturosa e lhe dê boa sorte nas batalhas.

Perguntou-lhe dom Quixote como se chamava, para que ele soubesse que dali em diante ficava obrigado pela mercê recebida, porque pensava dar-lhe alguma parte da honra que alcançasse pelo valor de seu braço. Ela respondeu com muita humildade que se chamava Tolosa (...) e, em qualquer parte que ela estivesse lhe serviria e o teria por seu senhor. Dom Quixote replicou-lhe que por seu amor, lhe fizesse mercê que daí em diante se pusesse dom e se chamasse dona Tolosa. Ela prometeu-lhe e, a outra lhe calçou a espora, com esta se passou quase o mesmo colóquio que com a da espada. Perguntou-lhe seu nome e, disse que se chamava Molinera, e que era filha de um honrado moleiro de Antequera; dom Quixote rogou que se pusesse dom, e se chamasse Dona Molinera, oferecendo-lhe novos serviços e mercês (tradução do primeiro autor).



No século XVII tinham direito a usar o título de *dom*, somente determinadas pessoas, não estas moças, evidentemente, nem sequer dom Quixote. Segundo Rosenblat (1971), Felipe II, em 1586, proibiu ao vulgo o uso do tratamento *vuestra merced*, que posteriormente deu origem a *usted*, depois foi extensivo a *don*. Cervantes, de um modo geral, ironiza os costumes da época, tanto no tocante à religião como para a sociedade em geral. Ele sempre se refere à honra, ao poder, à Inquisição; sua veia humorística chega a extrapolar.

O capítulo III é uma paródia. Era de costume acontecer aos romances de cavalaria cerimônias para velar armas e armar cavaleiro. Tolosa é uma das secretárias que ajuda na cerimônia e passa a espada ao noviço cavaleiro. Dom Quixote, agradecido pelo ato de amor, logo se sentiu com autoridade para dar ordens, exigindo que a partir daquele momento, a moça fosse tratada como dona Tolosa.

O recorte discursivo aponta para as condições de produção, em especial, as relações

de força do discurso. No momento em que é sagrado cavaleiro, dom Quixote assume o poder na escala hierárquica e muda de posição no discurso, passando a dar ordens aos subordinados. Naquele momento, ele era autoridade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho pretendeu analisar discursivamente a ironia na obra Dom Quixote de La Mancha, de Cervantes. Especificamente, analisamos a recepção irônica que dom Quixote recebeu na venda do caminho pelas prostitutas e arrieiros que ali faziam suas noitadas. Nesse sentido, identificamos as noções, presentes na AD, de condições de produção e formações imaginárias, memória e interdiscursividade em Dom Quixote.

Constituímos recortes discursivos dos capítulos II e III do primeiro tomo, em que dom Quixote é armado cavaleiro. Observamos que há uma nítida mudança de posição, quando ele deixa de receber ordens das pessoas e assume, imediatamente, o deslocamento para a posição autoritária de mandar, o que reflete a relação de forças no discurso. Nesse



sentido, dom Quixote passa a exigir a utilização do título de cavaleiro para ele e para suas amigas prostitutas, o que se constitui em nova condição de produção.

O leitor de dom Quixote tem a ilusão de apreender o sentido do texto e busca suas formações imaginárias, num discurso ou num momento histórico, ou até mesmo em ocorrências bem anteriores. A leitura implica em uma memória discursiva, gerando efeitos de memória ou esquecimento.

## REFERÊNCIAS

- COMMUNICATIONS, Discovery. DVD VIDEO *Don Quijote de La Mancha*. Madrid, 1997.
- GONTHIER, Denys Armand. **El drama psicológico del Quijote**. Madrid: STVDIVM, 1962.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos & duelos**. 2<sup>a</sup> ed. São Carlos: Claluz, 2006.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**. 29<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- NABOKOV, Vladimir. **Curso sobre el Quijote**. Barcelona: ZETA, 2009.
- OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 3<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 9<sup>a</sup> ed. Campinas, SP: Pontes, 2010.
- Pêcheux, Michel. **Analyse Automatique du Discours**. Paris: Dunod, 1969.
- POSSENT, Sírio. **Humor, língua e discurso**. São Paulo: Contexto, 2010.
- REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Diccionario manual de lengua española**. Madrid: Espasa-Calpe, 1999.
- RILEY, E. C. **Introducción al Quijote**. Barcelona: Crítica, 2004.
- RIQUER, Martín de. **Aproximación al Quijote**. Navarra, España: Salvat, 1970.
- ROSENBLAT, Ángel. **La lengua del “Quijote”**. Madrid: Gredos, 1995.
- SAAVEDRA, Miguel de Cervantes. **Don Quijote de La Mancha**. Edición Cultural dirigida por Andrés Amorós. Madrid: Editorial SM, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Don Quijote de La Mancha**. Edición de Ángel Basante. Madrid: ANAYA, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Don Quijote de La Mancha**. Edición de John Jay Allen. Madrid: Cátedra, 1995.



DISCURSO, SOCIEDADE E CULTURA  
I Encontro de PESQUISADORES em ESTUDOS DISCURSIVOS  
ISBN 978-85-7539-765-7

\_\_\_\_\_. **Don Quijote de La Mancha.** Edición de Martín de Riquer. Barcelona: Planeta, 1992.



## A MEMÓRIA CULTURAL NA GUERRA DE PRINCESA

Nélson Barbosa de Araújo

### 1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No que se refere a uma memória coletiva, mais ligada à identidade cultural, segundo Jélic (2000, p.65), o homem de nosso tempo está sempre enfrentando problemas para identificar-se e este problema está entre a tradição e os valores novos que vão surgindo. De um lado, não se pode perder a tradição, ou seja, a memória construída que resume todos os valores, tanto individuais como coletivos; de outro, as novidades que vão surgindo que precisam ser acrescidas, sobrepostas a esta tradição, de modo que cause uma inovação, que transforme no sentido de atualizar. À parte, hoje nos servem de exemplos várias manifestações culturais que vêm fazendo a *tradução* da *tradição*. É possível fazer esta leitura sobre as quadrilhas juninas que, antes dançavam apenas por diversão e vestiam trajes matutinos que se usavam nos trabalhos rurais agrícolas; hoje, já dançam com roupas bem ornamentadas, selecionadas e combinadas, com espírito de competição. É como um campeonato, disputando o primeiro lugar.

Vale salientar que essa tradução se dá através de um processo que é lento e que procura assimilar todos os valores para que se proceda, com certa harmonia, uma justa adequação. O tempo e o espaço são fundamentais na evolução deste processo. Entretanto, isso tem sido bastante afetado nos últimos tempos devido à ação forçada da globalização. Esta não considera as diferenças culturais de nenhum lugar. Nem mesmo da cultura indígena, cigana, africana, entre outras. É como um rolo compressor que esmaga e irreversivelmente aliena culturas, confunde identidades, desnorteia seguimentos e implanta a ideologia da dominação. Não procuram preservar as aldeias culturais de cada tribo, comunidade, povo ou civilização. O processo da globalização não respeita a tradição das culturas nem o ideal de liberdade, solidariedade e igualdade.

Ainda seguindo o pensamento de Jélic (2000), convém que a identidade se desenvolva em três níveis: pluridimensional, total e particular. Estes níveis têm uma correlação social voltada para uma única visão: viver seguro e melhor. Dessa forma, segundo Jélic (2000, p.65), cada nível tem sua base em uma nova identidade cultural em



sentido funcional, simbólico e reprodutivo. A identidade, assim como a cultura, sempre está em posição dicotômica, polarizada pelas elites em confronto com as massas populares.

A identidade pode ser *individual ou pessoal e coletiva ou identificação de sociedade ou família*. A individual trata de o sujeito se vê a si mesmo, é a maneira como opina, o estilo com que analisa as coisas, por si mesmo; já a identidade coletiva tem relação com o *status social, obrigações, direitos e outras coisas que tocam a sua vida e que criam uma parte de sua identidade*. Assim, Jélic (2000, p. 68) opina por uma identidade móvel, transformadora, atenta, que se imunize, para não se perder no tempo e no espaço.

Nesse panorama, Orlandi (2000, p.76) prioriza a questão do autor, onde este é concebido como a instância onde ocorre o maior apagamento do sujeito, o que contribui para a formação da própria identidade. É nessa instância, determinada pela representação social,

(...) que mais se exerce a injunção a um modo de dizer padronizado e institucionalizado no qual se inscreve a responsabilidade do sujeito por aquilo que diz. É da representação do sujeito como autor que mais se cobra sua ilusão de ser origem e fonte de seu discurso. É nessa função que sua relação com a linguagem está mais sujeita ao controle social (ORLANDI, 2000, p. 78).

Nesse entendimento, o autor é um sujeito visível, determinado, portador de clareza no que escolhe para dizer. Dele se exige coerência, respeito pelos padrões linguísticos estabelecidos, unidade, veracidade e conhecimento dos mecanismos discursivos em geral para representar através da linguagem o seu papel na ordem social em que está incluído. Para que um sujeito construa sua identidade e se coloque na condição de autor, faz-se necessário sua relação com sua interioridade e, simultaneamente, com sua exterioridade social. O autor deve ter muita responsabilidade com o que escolhe para dizer e é disciplinado pela escola, tomada como um lugar de reflexões. Faz parte do autor esse disciplinamento escolar para que sua produção tenha os mecanismos de coerência dentro do sistema institucional, em todas as suas dimensões, embora o autor não abra mão de suas experiências de vida adquirida fora da escola. O que diferencia o autor do escritor é que este não depende nunca da escola para ter tal ofício. Não é tarefa específica da escola formar escritores.



## 2. ANÁLISE DA CANTORIA PRINCESA ONTEM E HOJE

Por ocasião dos oitenta anos de emancipação política de Princesa (1921 – 2001), o poeta, Valban Lopes, cantou em público, acompanhado pelo som da viola, à moda da cantoria convencional, um tema sugerido pelo poeta Armando Leite Medeiros sobre a situação de Princesa, antes e depois de trinta. O poeta provou que entendia bem do assunto, vazando em versos decassilábicos a glosa do mote constante nos dois últimos versos:

Princesa Isabel já foi bravura  
No cenário internacional  
Território a nível federal  
Conhecido na sua conjuntura  
Pecuária, minério, agricultura  
Fez de um povo a maior sociedade  
Teve um líder de genialidade  
Que hoje o nome é a única referência  
Que política de subserviência  
Escondeu a história da cidade<sup>1</sup>

Nesse caso, o poeta se refere à revista Times, dos Estados Unidos da América do Norte<sup>2</sup>, quando publicou longa matéria sobre a guerra de Princesa, destacando a força desses sertanejos. Em seguida, lamenta o desperdício dessa força, articulado pelos descasos políticos e demais erros e desrespeito a esse povo. Até as marcas de fixação da memória já foram destruídas. Nesse caso, o poeta, ao invés de dez, utiliza sete sílabas, sugerindo a rapidez da destruição, e mantém os dez pés, mas quebra o esquema rimático, para interferir no desprezo invocado:

A estátua de Zé Pereira  
Parece ser de um escravo  
De célebre político bravo  
Ninguém ta mais se lembrando  
Não se passam nem um pano  
Não aparece um sujeito  
Pra zelar do seu direito

<sup>1</sup> Cantoria oral inédita.

<sup>2</sup> Ver anexo nº 01.



DISCURSO, SOCIEDADE E CULTURA  
I Encontro de PESQUISADORES em ESTUDOS DISCURSIVOS  
ISBN 978-85-7539-765-7

De quem brigou pela cidade  
Mais hoje na eternidade  
Princesa é do mesmo jeito<sup>2</sup>

Conforme as reportagens nº 03, 04, 05, 06, 07, 08 (anexas), referentes à destruição do material do museu, à Rodoviária e ao Hotel Princesa, como também aos açudes Ibiapina, Macapá e Maia, anexas a este trabalho, integrantes do patrimônio público do município, percebe-se que o que motivou o poeta a denunciar e impor a sua revolta. Esse eco equivale à voz popular ao ser atacada em seus valores identitários, que, para desespero dos ouvintes, apenas o poeta percebe, no entanto, este é tão pouco ouvido, numa terra em que a cantoria foi atirada à força contra os escombros desses patrimônios destruídos. Sob os aplausos intensos do público presente, o poeta evoca a memória para cantar com a alma a fúria do povo: povo!

Nossas praças já foram demolidas  
Afastaram Epitácio<sup>3</sup> do lugar  
De Zé Pereira arrancaram o crachá  
E encontraram-lhe as placas escondidas  
De tão velhas já estão encardidas  
Já não é mais possível ler direito  
Isso é trágico, é notório, eu não aceito!  
Nossa igreja tombou na sutileza  
Enficaram no chão nossa Princesa  
E com certeza ainda ta do mesmo jeito<sup>4</sup>.

Com tanta memória, o poeta não se esqueceria do marco inicial que emprestou seu nome de batismo à Princesa, quando ainda era criança. É com inspiração telúrica e propósito de justiça que o enunciador discursa em tom alto, no extenso fôlego de uma estrofe inteira para atravessar a Lagoa inexpugnável dos antigos *Maros*, como se fosse engarrafar uma mensagem para os naufragos do futuro:

A lagoa aterrou na ingratidão  
No início de seu manancial  
Destruíram o acervo cultural

---

<sup>2</sup> Cantoria inédita.

<sup>3</sup> O poeta se refere à estátua erguida em 1915 por José Pereira, em homenagem a Epitácio Pessoa, seu amigo.

<sup>4</sup> Cantoria inédita.



DISCURSO, SOCIEDADE E CULTURA  
I Encontro de PESQUISADORES em ESTUDOS DISCURSIVOS  
ISBN 978-85-7539-765-7

E o nome da velha perdição  
Jabotis que moravam no porão  
Se extinguiram nas águas poluídas  
Suas árvores tombaram sem medidas  
Sem licença e sem ordem do IBAMA  
E sua seiva escorria pela lama  
Na chacina maior de suas vidas<sup>5</sup>.

As perdas da memória foram irreparáveis, em contraste com a efemeridade do tempo. Mais uma vez, o poeta contempla a cidade, em seu tempo, como um cego sem o guia, um cão sem dono, onde o dono seria coletivo de seu povo. E este é representado por seus líderes, que são inexistentes no entendimento do cantor. Nos primeiros versos da próxima estrofe, o nome do folclorista e carnavalesco Joaquim Gomes, que resistiu até onde foi possível, até que a idade pesou, dobrou-se e morreu com mais de noventa anos. A profissão desse artista princesense era contar as memórias da cidade, ao longo do tempo. Mas aquilo que contava não foi registrado, porque o poder público não deu importância. Este considerava que se tratava apenas de um humilde agricultor de subsistência, cujas palavras não atraiam dinheiro. Enquanto Joaquim Gomes atiçava seus feitos, apressado pelo tempo, os administradores dormiam e vegetavam. Esse paradoxo reflete como um lampejo no alerta que o poeta faz, no sentido de evitar o caos, qual Noé, quando preparava a Arca:

Joaquim Gomes viveu e construiu  
E manteve um acervo cultural  
Um retrato, um recorte de jornal  
Revelava a história do Brasil  
Território de trinta que surgiu  
Sua história contava com respeito  
Viveu tanto que aí não teve jeito  
Envergou-se nos braços da idade  
Em seguida desceu a eternidade  
E Princesa ainda está do mesmo jeito<sup>6</sup>

Na estrofe seguinte, o cantador se dirige ao marco civilizatório mais original daquela terra: a casa de pedras de Dona Natália do Espírito Santo. Era uma casa grande que se conservou apenas na oralidade. No entanto, não ficaram fotos, nem pinturas dela, apesar

---

<sup>5</sup> Idem.

<sup>6</sup> Cantoria inédita.



da imponência e beleza que tinha, segundo constam os depoimentos orais dos que conheceram essa casa de fazenda. Em entrevista com os proprietários que construíram uma nova residência nos alicerces dela, estes falarão ter encontrado uma machada esculpida em pedra. Contam esses moradores que os antigos donos derrubaram a casa de pedra porque a prefeitura não quis comprá-la para ser incluída no Patrimônio Histórico e Cultural do município. Então o poeta lamenta a perda da raiz principal da memória da cidade e usa, para tanto, o verbo aterrarr, na intimidade da linguagem do seu povo, para ser melhor ouvido o seu grito de cantador. O termo pagode, empregado para designar a música que ali é ouvida na atualidade, contrapõe com o bom baião, as marchinhas, os xotes e os chorinhos do velho princesense Francisco Soares, o Canhoto da Paraíba, que ainda estremece nas partituras do herdeiro Laurindo. Novamente, um paradoxo se ergue: o profundo versus o raso; o escavamento versus o aterrramento; a importância x a banalidade. Não apenas aterrramento e banalidade como algo sem utilidade, mas por esmagar o tesouro humano de um povo: a memória, onde se acha a identidade:

Quando nossa princesa começou  
A estrela brilhava todo dia  
Onde dona Natália ali vivia  
Sua história também se confirmou  
Tudo ali construiu com muito amor  
Um terreiro, uma casa, uma cancela  
Um retrato de um santo e uma panela  
Destruíram por pura vaidade  
Aterraram a história da cidade  
E hoje fazem pagode em cima dela<sup>7</sup>

## REFERÊNCIAS

- CAMINHA, Inês Lopes Rodrigues. **A Revolta de Princesa.** “A União” Cia Editora: João Pessoa, 1978.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia.** São Paulo: Ática, 2002.
- INOJOSA, Joaquim. **República de Princeza (José Pereira x João Pessoa – 1930).** Civilização brasileira. Rio de Janeiro, 1980.

---

<sup>7</sup> Cantoria inédita.



DISCURSO, SOCIEDADE E CULTURA  
I Encontro de PESQUISADORES em ESTUDOS DISCURSIVOS  
ISBN 978-85-7539-765-7

JÉLIC, Jordan. Sobre la identidad. In: LEMOS, M. T.T.B; MORAES, N. A. de; PARENTE, P. A. L. (Org). **Memória e Identidade**. Letras, 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão [et al]. 4. ed. Editora da Unicamp: Campinas, 1996.

MARIANO, Paulo. **Princesa: antes de depois de 30**. Empresas Gráficas do Nordeste: João Pessoa, 1991.

\_\_\_\_\_. **Achados de Perdição**. João Pessoa: ideia, 1994.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. **Signos em confronto: o arcaico e o moderno na Princesa (PB) dos anos vinte**. Dissertação de mestrado apresentada ao curso de Pós-graduação em História. UFPB, João Pessoa, 1999.

MELO, Fernando. **João Pessoa: uma biografia**. 2.ed. Idéia: João Pessoa, 2000. \_\_\_\_\_.

**João Dantas:** uma biografia. 2 ed. Idéia: João Pessoa, 2002.

NÓBREGA, Francisco Pereira. **Vingança, não**. 4 ed. Idéia: João Pessoa, 2002.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e leitura**. Cortez: São Paulo, 1999.



## AS “CARTAS AO LEITOR” DA REVISTA VEJA: A INSTAURAÇÃO DOS EFEITOS DE SENTIDO

Cleuda Rejane Cândido de Melo  
Edjane Gomes de Assis

### INTRODUÇÃO

Compreender os sentidos articulados no texto além do seu aspecto puramente estrutural é de fundamental importância para a formação de um leitor crítico. Partindo deste aspecto, a Análise do Discurso francesa (AD) contribui de maneira significativa para uma análise que busca incorporar, além do aspecto linguístico, as condições de produção do dizer. Observa, pois, os elementos sociais históricos e ideológicos do texto, assim como, as condições que possibilitam que o discurso seja proferido na instância social. Com base nestes aspectos, vamos adentrar pelos bastidores do discurso jornalístico buscando identificar os efeitos de sentidos, os jogos de verdade, a noção de poder, e outros elementos que atuam diretamente na construção dos discursos proferidos nas instâncias midiáticas.

Sabemos que a mídia desenvolve um papel ativo na formação discursiva e ideológica dos sujeitos. Por se constituir e se subjetivar enquanto formadora de opinião, seu discurso está permeado de ideologias que funcionam como mecanismos que vão além do ato de apenas informar. Dentre o campo diversificado constituído nos gêneros midiáticos destacamos a revista *Veja*, que desenvolve um papel ativo na imprensa brasileira. Mediante tais aspectos pretendemos analisar em suas *Cartas ao leitor*, os efeitos de sentido que materializam a verdade deste periódico. Procuramos então, identificar as marcas ideológicas deixadas pelo sujeito-jornalista, sobretudo, nas matérias que narram as eleições presidenciais no Brasil em 2010. Para tanto, selecionamos as edições 2187, 2189, 2190 que foram publicadas entre o segundo turno das eleições e o final, com a vitória da candidata Dilma Rousseff. O momento das eleições presidenciais sempre costuma ser um cenário fértil para a reprodução de valores e discursos dos veículos de comunicação. Estes se apresentam sempre, neste momento, com o intuito de atuar nas decisões do país, e “ajudar” o (e) leitor a “pensar” sobre seu voto.

O gênero editorial, uma modalidade do texto jornalístico presente na seção Cartas ao leitor da revista *Veja* é caracterizado, segundo os manuais de jornalismo, como um



espaço em que o jornalista pode emitir sua opinião. Diante disso, não vamos direcionar nosso olhar para a não neutralidade da *Veja*, mas como a revista, assume uma posição por determinados setores elitistas e conservadores da sociedade. E ainda, como os veículos midiáticos tendem a reproduzir valores, reafirmar estereótipos, e intervir na opinião e desejo dos leitores.

Procuramos despertar no leitor um olhar crítico, a fim de que possa refletir que o discurso ali proferido está além da estrutura do texto e, sobretudo, perceber quais são os interesses e “jogos de verdade” que permeiam aquele dizer. Assim, estaremos contribuindo para a formação de um leitor que assume uma posição ativa nas informações que recebe.

## PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DAS CARTAS AO LEITOR

### A vitória do segundo turno

Com base nos conceitos nucleares da Análise do discurso francesa apresentados nos capítulos anteriores, vejamos agora como se dá o discurso da revista *Veja*, na seção carta ao leitor focalizados no período das eleições presidenciais de 2010. Para tanto, selecionamos as edições de (2187, 2189, 2190), por entender que nestas três edições a revista se mostra para o público de modo significativo para nossa análise. O editorial a seguir publicado na revista *Veja* (Edição 2187, ano 43, nº42), marca o período do segundo turno da campanha presidencial. Vejamos como a revista se mostra diante do que comunica.



**Carta ao Leitor**

## A vitória do segundo turno

**O** fato de os eleitores terem levado a disputa presidencial para o segundo turno é dos mais extraordinários já produzidos pela jovem democracia brasileira. Independente de quem seja o vencedor, seja Dilma Rousseff ou o tucano José Serra, os brasileiros já ganham com a saída de cena do mesianismo do presidente Lula. Início Lula da Silva, uma das colunas que sustentou e encarregou a atividade política no Brasil em um exercício puramente de personalidade. Para compreender sua popularidade é preciso lembrar que, em 2006, Lula violou todas as regras eleitorais e as liturgias do cargo para eleger sua candidata com uma votação esmagadora no primeiro turno. Quando o resultado da votação foi anulado, os partidos que apoiaram Lula foram os únicos a reclamar "é isso tudo que está af". Nas duas semanas que faltam para a votação decisiva, os partidos que apoiaram Lula fazem as propostas e convidam as personalidades de Dilma e de Serra. Ocupando o vácuo por enquanto deixado pela agressiva propaganda oficial, a exposição volta a cumprir seu papel — o de expôr-se, sem que isso seja visto como um delito de lesa-majestade. Mesmo com o encerramento de suas batalhas na Câmara e no Senado e uma eventual derrota na eleição presidencial, os partidos que apoiaram Lula continuam a chancela para enfrentar o PT e seus aliados nas matérias que requerem negociação de parte de partidos vitoriosos, mas que não são da sociedade e, não obstante, vital, na defesa das liberdades garantidas pela Constituição.

Então, no Brasil, está se fazendo política de verba, de voto, de ideias e de representação da civilização. A decisão do ex-governador mineiro Aécio Neves, recente eleito senador, de recuar suas intenções para tentar eleger Serra é prova disso (veja matéria na pág. 74). Assim como outros colegas seus, Aécio, um senador em ascensão, ajuda a definir a direção da política. A única maneira de diferença que Lula e o PT gostariam de cancelar com sua dissípia populista. An não elegendo a candidata petista em primeiro turno, 54% dos eleitores disseram que ninguém é dono do Brasil. Aos políticos, a mensagem das urnas é clara: a democracia é a única alternativa mais honesta e transparente, não importa quem seja eleito presidente. O segundo turno é uma vitória de todos.

Figura 1: Carta ao leitor – “A vitória do segundo turno”.

Fonte: Veja (Edição 2187, ano 43, nº 42).

Já a partir do título do editorial “A vitória do segundo turno”, em forma de afirmação, vemos que a revista “provoca” o leitor a partilhar de possíveis “efeitos de verdade” a partir da narrativa de um acontecimento: o fato de as eleições presidenciais terem ido para o segundo turno. A materialização do passado recente tende a conduzir e influenciar em atitudes futuras – o voto para o segundo turno.

O título, na forma como é apresentado, revela uma multiplicidade de sentidos, pois embora noticie um segundo momento das eleições, na verdade, o dizer está projetado de modo mascarado para a vitória de José Serra, o candidato adversário de Dilma. Num momento em que a candidata do PT sempre aparecia bem nas pesquisas, o fato de as eleições irem para o segundo turno já revela que Serra é um vitorioso, pois não foi derrotado no primeiro momento. Embora a matéria “tente” comunicar a vitória de Dilma, na verdade, projeta seu olhar para José Serra.

Ao lado do aspecto verbal, vemos que a imagem é significativa no texto jornalístico, pois estabelece um diálogo entre os dizeres para a construção dos efeitos de sentido na matéria. Projetada desta forma, a imagem demonstra fatos que tendem a complementar o texto, atingindo diretamente o imaginário do leitor. Ou seja, a linguagem



verbal materializada no título conduz a atrair a atenção e despertar o interesse do leitor. O mesmo se dá com a linguagem não verbal que é colocada estrategicamente no final da “carta ao leitor” (parte inferior da página), e se limita a retratar o dia do pleito, ou seja, o momento da votação. A imagem estabelece uma ligação com os eleitores que optaram em levar a disputa presidencial para o segundo turno. Na legenda da foto encontramos os enunciados “voto consciente” seguido da justificativa que os eleitores haviam optado por mais tempo para decidirem qual o vencedor (a) das eleições. O enunciado *consciente* figurativisa que a decisão do povo representa a razão de uma verdade materializada em discursos. Conduzem o leitor a associar que votar com consciência é votar em José Serra.

Diante disso, observamos que os não ditos articulados no discurso da revista, reafirmam e enfatizam que “o fato de os eleitores terem levado a disputa presidencial para o segundo turno é um dos mais extraordinários já produzidos pela jovem democracia brasileira”, (Veja, ano 43. p.15). A partir deste enunciado, a revista expõe sua satisfação com os resultados das eleições presidenciais, e ao mesmo tempo, este discurso retoma as lutas das campanhas pelo voto direto “Diretas já”, defende a liberdade de expressão do povo, coloca o jovem simbolizando o futuro. No discurso da revista, percebemos que ela não quer mais o passado (Lula), mas propõe uma mudança de governo, ou seja, José Serra.

Mais adiante, como forma de neutralizar e atenuar a carga ideológica de seu discurso, a revista utiliza os enunciados “independentemente de quem seja o vencedor, a petista Dilma Rousseff ou o tucano José Serra, os brasileiros já ganharam com a saída de cena do messianismo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva” (Veja, ano 43. p.15), isto é, está materializada, neste discurso, a posição ideológica da revista ao se utilizar de estratégias discursivas e mecanismos ideológicos para conduzir o leitor a construir uma imagem negativa de Lula, e, consequentemente, de Dilma como sendo representante do PT e sua sucessora.

O discurso presente no editorial desperta para que os leitores reafirmem a ideia de que todos os esforços do presidente Lula para eleger Dilma, no primeiro turno, não adiantaram, pois “Quase 54 milhões de brasileiros foram às urnas teclar não a isso tudo que está aí”, (Veja, ano 43, p.15). Com esse enunciado a *Veja* “revela” que nem todos querem Dilma, e faz questão de evidenciar isso aos seus (e) leitores, construindo suas verdades e instaurando poderes.



Com base nos dizeres materializados percebemos que o sentido vai sendo formulado mediante a ligação com a linguagem não-verbal. A imagem dos eleitores representa aqueles que de forma consciente votaram em José Serra e os demais, que optaram pela candidata do PT, não estavam agindo corretamente, e não devem ser considerados como “sujeitos conscientes”. Neste discurso, percebemos que se pretende enfatizar os aspectos negativos que fizeram parte do governo Lula. De maneira estratégica, a revista expõe apenas o número de eleitores que votaram em Serra e estes representavam os brasileiros que compõem aqueles que avaliam e são comprometidos com as decisões do País. O sujeito *Veja* vai então, “revelando” seu posicionamento e sua formação ideológica diante do que comunica. A função enunciativa que está materializada neste discurso nos conduz a assegurar a partir de “efeitos de poder”, o discurso que a sustenta: ironizar e apontar os aspectos negativos do governo Lula.

Ao assumir essa postura diante da imagem de Lula, e associar que, “Ocupando o vácuo por enquanto deixado pela agressiva propaganda oficial, a oposição voltou a cumprir seu papel de opor-se, sem que isso seja visto como um delito de lesa-majestade” (*Veja*, ano 43,p.15), a revista está dizendo que embora a oposição fosse contrária ao “rei-Lula” isso não se configurava como algo que atinge diretamente ele. Ou seja, o discurso do regime monárquico volta novamente e sempre colocando a imagem de Lula relacionando diretamente a figura de um rei. O discurso instaura então um poder na sociedade. Eis o que nos diz Foucault:

O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa da consciência de si. (FOUCAULT, 1996, p.49).

O poder se instaura no entrecruzamento de discursos: o jornalístico e o histórico. A revista vai através dos arquivos, do *a priori histórico* selecionar a figura do rei, da majestade, da monarquia para formar uma nova imagem de Lula e Dilma. Através da memória discursiva podemos recuperar que a figura de Lula apresentada nesta Carta ao leitor



interdiscursa com o tema da vitaliciedade, que foi abordado pela *Veja* “2026, é Lula outra vez...!”, (Ed.16/04/2008). Retoma outro momento para ressignificar um novo acontecimento. *Veja*, assim, cria uma estratégia para mostrar o discurso do continuísmo de um poder que Lula pretende exercer.

As estratégias discursivas utilizadas na matéria, vistas aqui, nos conduzem a evidenciar as posições ideológicas da *Veja* diante das eleições presidenciais. Para isto, cita duas vezes o número de 54 milhões de brasileiros que votaram em Serra. Com esta postura discursiva e ideológica, busca enfatizar os “efeitos de verdade” que pretende despertar nos eleitores como forma de influenciá-lo a votar em Serra – seu candidato.

A temática deste editorial seria falar do segundo turno, a revista deveria mostrar a candidata que venceu, mas mostra quem vai disputar com ela o segundo turno. Então, neste dizer, a vitória do segundo turno não foi de Dilma, mas de Serra. É importante perceber que durante todo o tempo na matéria, o enfoque dado, tanto na linguagem verbal como na linguagem não-verbal, está voltado para José Serra. Uma estratégia discursiva que permeia o dizer jornalístico, com o objetivo de produzir formas de poder e saber na instância social.

Nos enunciados finais do editorial *Veja* materializa os seguintes dizeres: “O segundo turno é uma vitória de todos”, (*Veja*, ano 43. p.15), o efeito de verdade que permeia esse enunciado refere-se à rede de significância constituída no dizer jornalístico ao retratar a situação atual do país. Vemos deste modo, mediante o interdiscurso, marcas ideológicas, emitidas em todo o editorial, que reafirmam o posicionamento da revista, bem como, sua postura diante da situação política que o Brasil estava submetido no período eleitoral. Por se tratar de um período de acirramento entre os partidos PT e PSDB na disputa presidencial, o sujeito jornalista a partir dos seus discursos estratégicos tem o objetivo de condicionar o leitor a reproduzirem nas urnas as ideologias que a revista defende.

É fundamental observar que a *Veja*, nesta matéria, atua como formadora de opinião e considera os leitores enquanto eleitores. Busca nos arquivos, retomar a memória discursiva para instaurar poder na sociedade e se afirmar como uma revista que cultiva o compromisso com a verdade e veracidade dos fatos. Uma revista, pois, de credibilidade, preocupada com o cenário político do país. No entanto, atua com base nos ideais puramente elitistas e eleitoreiros, conforme vimos aqui.



DISCURSO, SOCIEDADE E CULTURA  
I Encontro de PESQUISADORES em ESTUDOS DISCURSIVOS  
ISBN 978-85-7539-765-7

No próximo editorial vamos observar como a *Veja* materializa os efeitos de verdade, entre a imagem de Lula e Fernando Henrique Cardoso (FHC).

### A promoção de Lula

No editorial anterior percebemos a partir de formações discursivas a posição da revista *Veja*, com relação à situação política do Brasil. De acordo com o discurso da revista, Serra e Aécio são projetados como os candidatos de *Veja*. E através da imagem de ambos são apresentados Lula e Dilma como inferiores para ganharem o pleito no segundo turno. *Veja* tenta através de seu discurso representar a “verdade” dos fatos e condicionar os leitores a defenderem suas ideologias, tornando-os assim, eleitores de Serra. Atuando em pleno exercício da campanha eleitoral do segundo turno, vamos observar, no interdiscurso do editorial (Edição 2189, ano 43- nº44), os efeitos de sentidos materializados para a construção da verdade. Vejamos como a revista se apresenta neste editorial:

**Carta ao Leitor**

### A promoção de Lula

Uma reportagem especial desta edição da *Veja* reflete sobre as opções de Lula e Dilma para o governo no ano que vem. Lula depois que ele deixou o Palácio do Planalto, em 1º de janeiro de 2011. Seus assessores mais próximos, que o cercavam, foram demitidos. Seguinte, quando Lula acorreu na condição de cidadão comum. O estudo da história da evolução do Brasil mostra que Lula é cada vez um grande alívio. Ele amanhecerá em 2 de janeiro tendo desciido a rampa do Palácio, mas tendo uma escala política, sendo “promovido” a presidente.

Com o descrevendo da noção do direito divino dos reis, conceito aberto atualmente, mas que não é mais aceito, nem mesmo na corte da Madre Médea, os filósofos se deslocaram na busca de justificativas para a concessão de poder ao rei, ou seja, ao monarca eleito. Am possem, estabelece-se que, para se diferenciar do monarca, o detentor do poder exercerá a função de rei, mas sem ser considerado pelo povo, seu poder sendo limitado pela Constituição e com prazo de validade determinado. O rei usava como, sinal de sua omnipotência entre os mortais e de comando com o

Cidadão. Seu substituto, que veio a se chamar presidente, tem certa similitude de poder, em termos de competências, com o rei. Mas a bandeira nacional que lhe era transversalmente o peitoral. A faixa simboliza os limites constitucionais do presidente. A faixa é também lembrança de sua missão preciosa de servir ao povo, seu senhor e patrão.

Os primeiros presidentes do Brasil abriram caminho à conclusão lógica do humanismo de que, ao término do mandato, um presidente não deve ser considerado semelhante ao rei do povoeta. Assim continuou, entregando a faixa ao sucessor o presidente que deixava o cargo abandonaria a condição de servo e assumiria a de rei. O que é que a faixa significa diretamente sobre o presidente — claro, não aquela que muitas temem que Lula exerce sobre Dilma, que é a de presidente. O presidente é de extraordinária beleza. É atópico. Posso deixar com o meu desapego ao palácio, os meus amigos, a minha família, a minha casa, permanecer lá da minha e a atenção 24 horas por dia das ordenanças. Poucos se sentem realmente promovidos, mas, à luz da melhor razão, é o que acontece.

*Passagem da faixa em 2001*  
*FHC assume sendo presidente eleito. Em 2011, será a vez de Lula*

Figura 2: Carta ao leitor – “A promoção de Lula”.

Fonte: *Veja* (Edição 2189, ano 43, nº44)

Observamos, novamente, que os aspectos não-verbais nos remetem a um momento da história política no Brasil (a posse de Lula representada no momento em que



o ex Presidente Fernando Henrique Cardoso passava a faixa presidencial para Lula em 2003). A partir desta relação articulada entre o verbal e o não-verbal percebemos que a faixa presidencial figurativisa a coroa, pois se antes, (período da monarquia), os reis usavam coroas para representar seu poder, hoje este poder foi transferido para o presidente da República, “trocando” assim, de objeto simbólico e passando a usar a faixa transpassada no peito. O não verbal é carregado de ideologia, pois estabelece um diálogo com o verbal, materializando a (FD) e (FI) da revista, que mesmo sem citar o nome de José Serra, tende a reproduzir um discurso que vai beneficiá-lo diretamente, enfatizando, mais uma vez, que a revista é direcionada para o público elitizado, que condiz com os eleitores de Serra.

Ao lado da imagem encontra-se a seguinte legenda “Passagem da faixa em 2003: FHC estava promovido a povo. Em 2011, será a vez de Lula”, (Veja, ano 43, p. 23). Temos aqui um discurso irônico projetado para no enunciado “povo”: A ideia de povo colocada pela revista, desta forma, só desqualifica Lula ainda mais, pois ele é povo e rei ao mesmo tempo. Ela utiliza um discurso dúvida e cheio de insinuações. Já quando ela faz isso com FHC o promovendo a povo, quer tentar dizer que ele não é elitista. O discurso da revista propõe reproduzir efeitos de verdade, no sentido de comparar/aproximar a imagem de FHC com a de Lula: um presidente que estava junto à grande massa da população, o representante das classes menos favorecidas, quando sabemos que FHC, era considerado “o presidente das elites.” O título do editorial “A promoção de Lula”, tende a despertar uma aparente oposição entre o verbal e não-verbal, pois o que domina o discurso do sujeito jornalista é a simbologia que Lula iria mudar de posição social/política. A partir dos efeitos de sentido que o enunciado provoca no leitor, seria o fim do mandato presidencial para cidadão comum, enquanto o não-verbal significa um momento da história oposta, simboliza a promoção de cidadão comum para presidente da República. No interdiscurso da revista, percebemos que se fala em segundo turno, mas quem está em evidência é FHC (coroando e promovendo Lula). A imagem é constitutiva de sentido e o processo irônico só é possível mediante a relação com o verbal.

O sujeito-jornalista representa a ideologia da Imprensa/*Veja* para contar a vitória do segundo turno, passando a escrever “sua” própria história: a história que lhe convém.



Quando o discurso da revista vai até os arquivos<sup>1</sup>, em busca do *a priori histórico*, ela quer mostrar que Lula deve sair e “dar” lugar para outro Presidente com “novas” ideias, ou seja, se Lula sai e deixa sua sucessora ele se iguala a um monarca que não quer sair do poder. Para isso, são evidenciados aspectos negativos da imagem do rei, como “o descrédito do direito divino dos reis”, (Veja, ano 43, p.23), enfatiza, pois, que a candidata de Lula, sendo eleita, marcará essa ligação com a imagem negativa de um rei.

Temos então, a recorrência do discurso da história (Idade Média), no regime monárquico, para enfatizar suas ideologias com relação ao “Descrédito da noção do direito divino dos reis, conceito abjeto atualmente, mas que significou um avanço institucional no caos da Idade Média”, (Veja, ano 43, p.23). Com isso, percebemos que a revista através de estratégicas discursivas explica o processo que ocorreu para retirar o poder de um único ser o “rei”, com o propósito de desconstruir a imagem de Lula. Isso reflete diretamente no discurso de Lula em eleger sua candidata e perpetuar sua influência na política brasileira.

Com esta estratégia vemos que é necessário voltar ao regime monárquico para denegrir a figura de Lula enquanto um rei que não quer largar seu trono. Temos mais uma vez, o discurso retomado na edição de 2008. Com o objetivo de mudar este cenário político concentrado em uma única pessoa e abordar que “O detentor do poder executivo de uma nação teria de ser escolhido pelo voto, seu poder sendo limitado pela constituição”. (Veja, ano 43, p. 23), o discurso da revista mostra que Lula não é um rei no sentido literal, portanto, a decisão de escolha do representante foi conseguida pelo povo através do exercício da cidadania e nada pode interferir neste processo.

Vemos aqui, neste editorial, um “desejo de mudança”. A *Veja* “deixa transparecer” que Serra, sendo eleito, impedirá que Lula torne-se esse rei. Isto porque, para a revista, se Dilma ganhar, consequentemente, Lula continuará no poder, ou seja, um rei que não quer deixar o poder. Através da memória discursiva podemos recuperar as críticas que surgiram com as especulações em torno do desejo de Lula em querer mudar a lei para que pudesse se candidatar novamente e satisfizer a vontade do povo. Ele seria, mais uma vez, eleito Presidente da República e, portanto caracterizaria o discurso do cargo vitalício/rei que se mantém no poder e só acaba com a morte, ou seja, volta o discurso do continuísmo que a *Veja* tanto ironiza e especula.

---

<sup>1</sup> O jornalista utiliza a estratégia da imagem reproduzindo a cena, o acontecimento da posse de Lula.



Mediante os aspectos observados vemos que a revista *Veja*, nesta Carta ao leitor, atua como formadora de “efeitos de poder”, e procura condicionar os seus leitores a refletirem sobre o que está envolto da figura do “rei”, que Lula representa no cenário político do Brasil. Com isso, vai direcionar seus leitores a compactuarem com suas ideologias tornando-os eleitores de Serra. Vejamos agora o editorial que ressurge no momento pós eleições presidenciais. Como a *Veja* vai narrar a vitória de Dilma Rousseff?

### Hora de unir o Brasil

Nos editoriais anteriores, vimos que o discurso materializado pela revista condiciona o leitor a reproduzir suas ideologias através dos “efeitos de verdade” que se propõe repassar a partir das suas formações ideológicas.

Vamos observar se as marcas discursivas instauradas nos editoriais anteriores se perpetuam no dizer jornalístico da revista neste editorial.



Figura 3: Carta ao leitor – “Hora de unir o Brasil”.

Fonte: *Veja* (Edição 2190, ano 43, nº45)



Uma das peculiaridades do discurso jornalístico impresso é apresentar as cores para construir efeitos de sentido. Neste editorial não vamos analisar apenas a construção do verbal, mas, especificamente, os elementos simbólicos projetados nas cores, que são utilizados de modo mais significativo do que nos outros editoriais analisados. O texto é o resultado de vários elementos arquitetados para o sentido da matéria. É o que vamos perceber a partir do jogo estabelecido entre a linguagem verbal e não verbal que está materializada na *Carta ao leitor*. Para construir suas verdades ou “efeitos de verdade” a revista precisa se utilizar de estratégias, mecanismos peculiares do dizer jornalístico como o jogo de imagens e os efeitos de cores. As cores neste editorial têm uma significância bem maior, já que representa as cores do partido. As imagens são associadas à linguagem verbal para enfatizar o que vai ser descrito no editorial. Assim, mesmo sem se deter ao texto, o leitor consegue discernir o que está sendo discutido, pois a imagem pode se revestir de uma aparente inocência, mas aspectos como cores, posicionamento da figura, se completam para persuadir o leitor.

Temos aqui na seção *Carta ao leitor* a materialização do passado (recente) e do presente, reproduzidos em duas imagens colocadas sobrepostas: O passado é retomado na imagem da urna eletrônica, num momento histórico do Brasil. É importante observar que a figura do mapa do Brasil está posta sobre a urna com um reflexo azul que une as duas imagens, (a urna e o mapa do Brasil).

Na imagem do mapa do Brasil os estados estão marcados em vermelho e azul, sendo que os estados em vermelho representam os lugares em que Dilma ganhou, e os estados em azul simbolizam a vitória do tucano José Serra, nas últimas eleições presidenciais. A lateral da urna está condizente com as cores da bandeira Nacional (verde e amarelo), numa sobreposição de cores e formas que condizem também com o discurso que enfatiza o maior símbolo de um país, a bandeira nacional. A partir de suas cores, e que embora as cores partidárias inicialmente tenham a intencionalidade de divisão de eleitores, sua proposta aqui é de união do país. São colocadas, pois, as cores verde e amarela, que simbolizam a união da nação que independe de partidarismo.

Diante disto, observamos que os elementos materializados no título apresentam uma ligação direta com o verbal, tendo em vista que o não-verbal é composto



principalmente pela divisão do país a partir das cores, e o enunciado apresenta o oposto do que o mapa representa: *Hora de unir o Brasil*.

Os dizeres já estão alicerçados mediante uma multiplicidade de sentidos, pois podem desencadear uma infinidade de não-ditos, possibilitando entender o processo de formação discursiva, ou seja, o que pode ser dito e o que está nas entrelinhas do texto. Algumas possibilidades de interpretações podem ser abordadas a partir do título, ressurgindo então indagações como: Antes o Brasil não estava unido? As eleições trazem desunião? Por causa do partidarismo (PT e PSDB), situação e oposição, a nação estava dividida? É importante perceber que o título do editorial, além de provocar esta diversidade de interpretações, está em forma de afirmação, apresentando o posicionamento da revista para construir efeitos de verdade, levando o sujeito leitor a crer no que está sendo narrado. O poder, age no universo midiático, como forma significativa para a identidade da mídia na sociedade.

É preciso que haja poder, que exista da parte da instância em questão uma vontade coletiva de guiar ou orientar os comportamentos, em nomes de valores compartilhados [...] que é tanto mais eficaz quanto mais aceita exercer seu direito a sanção. (CHARAUDEAU, 2006, p.18)

É o que vemos na apresentação do percentual de eleitores que nos conduz ao discurso dos possíveis motivos que levaram 44 milhões de brasileiros que não votaram na candidata do governo a optarem pelo tucano José Serra. Logo após, é enfatizado que os eleitores que disseram “não”, são quase a metade da população, mas que eles se beneficiaram com uma “bonança econômica. Inclusive porque, nessa porção, a maioria é composta de gente mais instruída e com melhor nível de rende”. (Veja, ano 43, p.14), ou seja, com o tempo favorável a aspectos da economia no país. O termo “instruído” refere-se ao nível de escolaridade, consequentemente, o que a revista pretende dizer é que os eleitores do tucano pertencem a esta classe dos intelectuais do Brasil, e os demais, representam os desinformados, com baixo nível de escolarização, aqueles que compõem o eleitorado da presidente Dilma. No decorrer da matéria a revista ainda apresenta os motivos que levaram os brasileiros a votarem contra a petista, destacando que “mesmo reconhecendo o progresso do país durante o mandato do petista, o azul do mapa votou contra uma série de



aspectos perniciosos do governo do PT”, (Veja, ano 43, p.14). Com isso, notamos a ligação que o discurso estabelece com os aspectos sociais.

Temos aqui, as marcas ideológicas que denunciam a postura da revista, ao apresentar inúmeros problemas que fizeram parte do mandato do governo Lula, para enfatizarem, ainda mais, a formação discursiva que permeia as ideologias da classe dominante. É destacado ainda, a crítica ao governo em relação ao Movimento dos Sem Terra (MST). Ativando a memória discursiva, percebemos que esse discurso pertence ao discurso da classe dominante, representa os grandes latifundiários. Fica pressuposto aqui, mais uma vez, que José Serra era o candidato da classe dominante do Brasil, em outras palavras, o candidato da *Veja*.

Nos enunciados finais da matéria a revista materializa os seguintes dizeres: “Está mesmo na hora de unir o Brasil vermelho e azul sob o verde-amarelo da nação”, (Veja, ano 43, p.14), subtende-se assim, que tudo o que ela citou não foi com base em suas próprias ideologias, mas como uma situação “real”, ou seja, os efeitos de verdade, que o texto passou para o leitor condiz com a realidade do país e só nessas últimas três linhas “aparece” um discurso da revista, que se diz defensora de um Brasil unido. Quando a revista coloca em seus enunciados o vermelho, sempre o retoma como símbolo revolucionário do PT de antigamente. Um vermelho comunista, que causava medo nas pessoas. *Veja* sempre retoma o vermelho neste sentido revolucionário. O discurso constituído no editorial utiliza uma retomada dos *arquivos* que nos conduz a reprodução do poder ideológico da revista. A *Veja*, nesta matéria, embora tente cultivar uma neutralidade, na verdade reproduz um discurso irônico sobre a imagem de Dilma/Lula/PT/nordeste. A figura de Dilma representa a classe pobre e nordestina, que se distancia do público da *Veja*. Isso é determinante na construção da matéria quando ela vai narrar à vitória de Dilma.

Levando em consideração estes aspectos, observamos o posicionamento da revista no período que compreende o antes, o durante e o depois das eleições presidenciais no ano de 2011 no Brasil. Com isso, percebemos que o discurso jornalístico materializado na seção *Carta ao leitor* da revista *Veja* como o próprio nome já diz, é destinada ao público-alvo da revista.



Então, é a voz do editor funcionando enquanto “formador de opinião”. O poder está assim, materializado nesta seção quando a revista “cria” efeitos de poder para construir suas verdades, se representar na sociedade, instaurando poderes e modos disciplinares.

### Considerações Finais

Mediante o que foi observado nos pressupostos teóricos e nas análises, percebemos que a *Veja* construiu sua verdade através de um mascaramento. “Revela” que apóia o candidato José Serra e quer atuar no imaginário social do leitor. Embora a revista procure se mostrar como parceira da sociedade em alertar o eleitor, seu discurso representa o eleitorado de Serra. A imagem de Lula é sempre atrelada à imagem de Dilma. Lula é visto de forma negativa e, consequentemente, sua candidata também.

O poder se mascara na mídia. A revista pretende criar uma imagem conservadora, que se preocupa com as decisões do país, mas na verdade ela se “mostra” incomodada com a vitória de Dilma, uma continuação de Lula. Para isto ela vai em busca da história no regime monárquico para comparar Lula a um rei tirano, que não quer de forma alguma, sair do poder. Com isso a *Veja* reforça estereótipos com a ideia de povo, sempre de forma pejorativa. O povo visto aqui é sempre condicionado aos eleitores de Dilma, que não têm consciência, que são ignorantes. A partir disso, a revista vai produzindo suas verdades e desconsidera outras verdades possíveis. É uma revista elitista, que compactua com as ideias dos candidatos puramente burgueses. Então, seus interesses estão sempre condicionados aos interesses desta classe.

Acreditamos, portanto, que nossas hipóteses iniciais foram confirmadas: através das “Cartas ao leitor” a revista reproduziu em seus discursos as ideologias da classe dominante; Utilizando-se do compromisso com a verdade, instaura sentidos e conduz seus sujeitos-leitores a reproduzirem gestos de leitura a favor de seus próprios interesses. Como por exemplo: os efeitos de cores, posição das imagens, cenas reproduzidas (posse de Lula) tudo isso contribuiu para fabricar a verdade da revista, a verdade editada, moldada.

### REFERÊNCIAS

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.



DISCURSO, SOCIEDADE E CULTURA  
I Encontro de PESQUISADORES em ESTUDOS DISCURSIVOS  
ISBN 978-85-7539-765-7

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** 7<sup>o</sup>ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

\_\_\_\_\_. **A Ordem do Discurso.** 18<sup>o</sup> ed. São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir.** 36<sup>o</sup>ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. **As palavras e as coisas.** 8<sup>o</sup>ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Discurso e mídia:** a cultura do espetáculo. São Carlos-SP: Claraluz, 2003.

HERNANDES, Nilton. **A mídia e seus truques:** O que jornal, revista, TV, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público. São Paulo: contexto, 2006.

MIRA, Maria Celeste. **O leitor e a banca de revista:** a segmentação da cultura no século XX. São Paulo: Fapesp, 2001.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso:** Estrutura ou acontecimento. 5<sup>o</sup> Edição, Campinas, SP. Ed.

Pontes, 2008.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista.** São Paulo: Contexto, 2003.

A VITÓRIA do segundo turno. Veja, São Paulo, Abril. ano 43, n.42, 20 out.2010, p.15. A PROMOÇÃO de Lula. Veja, São Paulo, Abril. ano 44, n.44, 3 nov. 2010, p.15.

HORA de unir o Brasil. Veja, São Paulo, Abril. ano 43, n.45, 10 nov. 2010, p.15



## O PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO E REPRESENTAÇÃO EM MAFALDA, DE QUINO: APROXIMAÇÕES E AFASTAMENTOS DOS DISCURSOS DE DUAS GERAÇÕES

Ana Carolina Souza da Silva<sup>1</sup>

### INTRODUÇÃO

Um dos estudos sobre grupos humanos que tem tomado papel de destaque dentre as pesquisas interdisciplinares e interculturais é sobre o gênero, em especial, o feminino. Ao longo da história da humanidade, as mulheres tiveram suas vozes silenciadas e poucos são os registros sobre sua identidade e história. Como a literatura é uma fonte inesgotável do conhecimento sobre a formação e constituição humana, é nela que encontramos reflexos desse processo de construção do *ser* mulher e é nela que observaremos de maneira mais latente o rumo da formação de uma identidade feminina.

O século XX, em plena modernidade, é o contexto de produção de *Mafalda*, de Quino, e o momento em que surgem as histórias em quadrinhos, atendendo às perspectivas históricas e culturais do momento, sendo a principal fonte dos grandes heróis da comunicação visual. Como o consumo das histórias em quadrinhos está relacionado a um grande público, as suas narrativas possibilitam que os seus criadores questionem as realidades contempladas e esses questionamentos sejam absorvidos por um número maior de leitores. Desse modo, seus idealizadores podem construir críticas sobre os múltiplos discursos que constituem uma sociedade, e a partir daí sugerir que o leitor perceba tais situações, incentivando-o a formar uma opinião que lhe é própria.

Com freqüência, em seus quadrinhos, a personagem Mafalda se apropria de algumas temáticas presentes nos diversos discursos circulantes no sistema cultural desse período de produção (décadas de 60 e 70), como o papel da mulher naquela sociedade, os conflitos entre as nações, a pobreza, o mau desempenho dos governos que acarretava prejuízos na economia e na política das nações, a dominação dos Estados Unidos através dos empréstimos do FMI, o descaso com a qualidade na educação, entre outros temas (ARAÚJO, 2003, p. 3).

---

<sup>1</sup> Mestra em Literatura e Interculturalidade da Universidade Estadual da Paraíba (PPGLI/UEPB)



Consequentemente, os debates incentivados nos meios sociais e midiáticos a partir desses temas trouxeram uma série de conflitos sociais à tona, e alguns grupos sociais, denominados minorias iniciaram um processo de luta pelo direito à igualdade. E um desses grupos que iniciaram uma manifestação bastante contundente, quase que em sintonia no mundo todo, foi o das mulheres, que apesar de possuir alguns direitos como o ao voto, tinham que se conformar ainda com a função de dona de casa, mãe e esposa dedicada (ARAÚJO, 2003, p. 3). Nesse contexto, Mafalda surge representando essa nova voz feminina trazendo as construções do imaginário cultural, das reivindicações da época e de um novo discurso sobre o lugar feminino ou ainda sobre a própria identidade feminina. Em contraposição com o discurso de Mafalda, está a fala de sua mãe que representa um grupo de uma outra geração<sup>2</sup>. Esse grupo representado por sua voz é mantenedor de um discurso (re)produzido em favorecimento do arquétipo feminino da figura da dona-de-casa, ausente dos pensamentos críticos sobre o mundo e sobre a sociedade e envolta somente nos problemas e detalhes da vida doméstica. A mãe da garota Mafalda reproduz um discurso sobre a mulher e sua função social que há muito permeia a nossa sociedade. Desenvolvendo a noção de discurso que utilizamos nesse artigo, Foucault (1993) diz:

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua política geral de verdade: isto é, os tipos de discurso que aceita e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e instâncias que permitem distinguir entre sentenças verdadeiras e falsas, os meios pelos quais cada um deles é sancionado; as técnicas e procedimentos valorizados na aquisição da verdade; o status daqueles que estão encarregados de dizer o que conta como verdadeiro. (p.12)

Desse modo, o papel da mulher e a identidade feminina constituiriam verdades que a sociedade faria acreditar e serem aceitas através das mais diversas instituições, entre elas, a família, a igreja e a escola. Essas instituições são os mais poderosos aparelhos ideológicos que a sociedade, através do Estado, utiliza para manipular suas verdades e através delas (re)produzir saberes e controlar o indivíduo. E ainda sobre o discurso, em especial, sobre o seu poder na produção dos saberes e sua importância na formação humana e social, Foucault afirma:

---

<sup>2</sup> Entendendo geração como grupo de pessoas que compartilharam experiências parecidas, que têm idades similares e que seguem tendências semelhantes.



o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como a força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz **discurso**. (1993, p.8)

A partir dessa concepção, temos então que tanto o discurso corrobora para a formação identitária, humana do sujeito quanto constitui saberes, sua formação discursiva. Em *Mafalda*, observamos o uso da instituição família na tentativa de impor verdades e saberes à menina. Os diálogos entre a garota e sua mãe são reveladores das ideologias e do imaginário cultural e social daquela época. Ainda sobre esses diálogos, observamos que o desenvolvimento dos papéis de gênero e a construção da identidade são produzidos não somente pelo discurso encontrado nos meios sociais como também pelas trocas e relações culturais e sociais. Ou seja, os papéis de gênero e a identidade são socialmente construídos e aprendidos com base nessas relações estabelecidas desde o nascimento e perpetuam-se por toda vida. Dessa forma, a família desempenha papel fundamental na formação discursiva e na constituição da identidade, já que é em seu seio que a criança inicia suas primeiras relações sociais e trocas interculturais. Em meio a essas relações, está justamente o desenvolvimento do diálogo entre gerações distintas que convivem em um mesmo espaço-tempo e que buscam cada uma o estabelecimento e/ou questionamento de suas verdades. Sobre a identidade do indivíduo, o antropólogo Roberto da Mata aponta que

de todos os seres vivos, o homem é o único que tem a obrigação de fazer-se a si mesmo, de construir-se, de constantemente perguntar quem é, e qual o sentido da sua vida. [...] O homem tem de lutar pela vida, como todos os outros seres vivos, mas só pode realizar essa luta se sabe quem é: se tem identidade. Os animais não mudam [...]. Mas nós, humanos, vivemos a nossa sociedade e o nosso tempo. Somos acima de tudo maleáveis[...]. Por isso, precisamos de valores que nos definam e nos orientem. [...] todos os homens têm uma identidade que recebem dos diversos grupos em que vivem. E cada sociedade busca fora e, sobretudo, dentro de si mesma, (na sua fantasia, nos seus mitos e ritos, crenças e valores) as fontes de sua identidade. (MATA, 1996, p.35)

Na mesma medida em que as relações estabelecidas durante a vida influenciam e corroboram para a construção dos valores e das identidades, o contexto social, político,



cultural e econômico possuem essa mesma força motriz de criação e modelação. Ainda sobre a noção de identidade, Bauman (2005) afirma que essa concepção foi profundamente abalada pela crise do estado de bem-estar social já que a sociedade pós-moderna tornou “fluidas”, móveis e incertas as identidades sociais, culturais e sexuais. Assim, a pós-modernidade foi marcada pela liquidez de termos como comunidade, pertencimento e identidade e qualquer tentativa de tornarem essas identidades fixas ou imutáveis foi fracassada. Bauman (2005) considera ainda que todas as identidades assumidas ou impostas são constantemente modificadas, renovadas, transformadas e liquefeitas nessa perspectiva pós-moderna.

Em *Mafalda* é muito comum o sentimento de pertencimento a um grupo fixo e imutável, ou seja, apesar de a obra situar-se em um período de mudanças de todas essas concepções, o conceito de identidade ainda era quase que totalmente relacionado à coletividade, aos grupos sociais. O processo de identificação relacionado a um grupo implicava na adesão aos seus discursos e suas normas sociais. No seu caso em específico, predominava dois tipos de pertencimento: um diz respeito ao grupo feminino emergente, formado de mulheres ávidas por mudanças sociais e culturais e representados pela voz de Mafalda; já o grupo representado pela sua mãe é o da categoria de mulheres submissas e silenciadas. No tocante à obra, constatamos essa freqüência de representação de categorias definidas e estáveis, mas em algumas tiras – as mais recentes datadas dos anos 1972 e 73 - já se torna perceptível a liquidez das identidades e a representação fluida dos indivíduos, principalmente na representação de sua mãe que começa a aparecer cansada das atividades domésticas - que antes a definiam no grupo das mulheres submissas e sem voz - e torna-se reflexiva sobre os rumos que sua vida tomou.

Através dos diálogos da pequena Mafalda, que se encontra no limiar de um universo representativo de uma categoria feminina corporificada em sua mãe - com valores, tradições e posturas preestabelecidas - e esse universo novo, de uma nova categoria denominada de feminista que a pós-modernidade inaugura, é que estabelecemos o seu imaginário cultural e social. Esse universo representado pelo adulto é por muitas vezes confrontado e questionado pela criança através de um diálogo bastante marcado pela inquietação e pelo conflito entre ideologias dessas duas gerações, dessas duas categorias de mulheres.



É perceptível a dificuldade de se atribuir um sentido único, ou ainda, um único conjunto de características para uma identidade que se possa denominar de feminina. O *ser* mulher assim como o *ser* humano abrange uma série de questionamentos e reflexões que vão muito além das atividades coletivas, afinal todo ser é único e marcado pela diferença.

## QUESTIONANDO VALORES E BUSCANDO RESPOSTAS

O homem é, por essência, um ser de linguagem e é através dela que ocorre sua construção e projeção no mundo, permitindo que se mostre e se esconda, se perca e se encontre. Com os papéis sociais não são diferentes, também são transmitidos através dessa mesma linguagem. Essa transmissão ocorre em moldes antigos, impregnados de aspectos ideológicos, que se portam enquanto razões justificáveis à relação de dominação e desigualdade que subsiste entre os sexos e entre gerações (BADINTER, 1992 apud BERNARDO, 1996, p. 30). Dessa forma, o ser humano não pode ser considerado como o único responsável pela edificação de sua própria identidade e de sua realidade, pelo fato de ingressarem na estrutura social com modelos pré-determinados, tais como papéis sociais e papéis de gênero. (MONTEIRO, 2000). A sociedade possui estratégias de controle sobre a forma de vida e de ser do indivíduo e um desses instrumentos de controle, como já dito, é a família que busca através de sua imposição discursiva moldar e formar esse sujeito. Segundo Foucault (1996), o resultado desse processo de controle é a submissão do sujeito a normas e padrões de constituição de sua subjetividade, e auto-identificado através de regras previamente perpetradas de conduta ideal.

As personagens femininas dessa obra merecem atenção especial, porque é por meio delas que se constituem discursos diferentes sobre o *ser* mulher e é através delas que as múltiplas representações femininas são sugeridas. É se utilizando de enunciados e de alguns elementos gráficos da narrativa quadrinística que o autor (re)vela dois discursos sobre as representações femininas construindo suas críticas, pensamentos e percepções sobre a realidade além de (re)produzir símbolos culturais.

Em *Mafalda*, a luta pelo poder que alicerça a constituição de um *ser* mulher é indicado tanto nos entraves da interação verbal da protagonista com Susanita como também nos jogos do dito e do não-dito, do discurso silenciado daquela com sua mãe, foco de nosso trabalho. Nota-se que principalmente no seio das relações familiares, quando se



espera uma imposição hierárquica dos valores e verdades, o que se constata é uma inversão de papéis, essa luta acontece com a filha tentando afetar sua mãe pelo discurso e coagi-la à mudança de pensamento e conduta. O fenômeno da ironia é utilizado na voz da garota como um recurso para a produção de significados, de humor e para apontar essa inversão de papéis mostrada por uma consciência da realidade que está além dos limites de sua idade. O uso desse recurso possibilita a ambigüidade e análises divergentes sugerindo a presença da polifonia num enunciado em que se faz ouvir a voz diferente do locutor e do enunciador. Segundo Maingueneau (1997) esse locutor assume as palavras, mas não o ponto de vista que elas representam, enquanto que o enunciador expressa diversas vozes que podem ser assumidas pelo locutor, seus diferentes posicionamentos, pontos-de-vista. Dessa forma, à título de exemplificação, temos Joaquim Salvador Lavado (Quino) enquanto locutor, Mafalda, e sua mãe como enunciadores. Essa distinção no uso da linguagem, especialmente na ficção textual, permite a enunciação de discursos completamente díspares por um mesmo locutor sem que haja nenhum prejuízo em suas leituras e na atribuição de sentidos.

Nas tiras de Mafalda, Quino apresentou essa tentativa de busca de uma identidade própria, muitas vezes confrontada com a formação discursiva imposta ou subentendida de sua família. Sobre a representação de uma conduta humana nos quadrinhos, Eisner (2008) diz que:

A arte dos quadrinhos lida com reproduções facilmente reconhecíveis da conduta humana. Seus desenhos (...) dependem de experiências armazenadas na memória do leitor para que ele consiga visualizar ou processar rapidamente uma idéia. Isso torna necessária a simplificação de imagens transformando-as em símbolos que se repetem. Logo estereótipos. (EISNER, 2008, p.21)

Assim, o estereótipo de mulher submissa e os papéis femininos construídos e estabelecidos (mãe e esposa) estão representados repetitivamente nessas histórias em quadrinhos pela mãe de Mafalda. A mãe é sempre representada como dona de casa dedicada, mãe, esposa atenciosa, mas alheia aos acontecimentos políticos e às desigualdades sociais. Essa personagem compõe-se desse modelo social feminino vigente até então, ou



seja, ela representa essa identidade feminina que se caracteriza pela submissão e privação de direitos.

Em contraposição a este grupo, Quino traz aos leitores uma outra categoria feminina da qual faz parte Mafalda. Ela representa aquelas mulheres que buscaram nunca se acomodar com a realização das tarefas domésticas, mas que procuravam questionar, discutir o papel da mulher, da política, da economia, da sociedade, da revolução social, entre outras temáticas antes só permitidas aos homens. Caracterizando-se, portanto, como uma identidade feminina completamente nova que emergia na pós-modernidade ao passo que succumbia o modelo feminino socialmente marcado pela submissão e privação de voz e direitos.

Observemos, especificamente no *corpus* delimitado, como ocorre de fato esse confronto de valores e estereótipos nas vozes de Mafalda e sua mãe, de modo a perceber como o diálogo entre essas duas gerações é essencial para a constituição da identidade da criança.



Figura 01: Quino, Toda Mafalda: Martins Fontes, 2006, p.298

Nessa primeira tira, quadrinhos 01 e 02, Mafalda observa atentamente a mãe realizando as tarefas domésticas. Nesses quadrinhos, Mafalda demonstra seu descontentamento com essa realidade vivenciada por sua mãe percebida através de sua expressão facial. No terceiro quadrinho, o diálogo é iniciado pela própria Mafalda, iniciativa essa bastante comum em toda obra já que essa personagem representa o próprio questionamento dos valores sociais atribuídos à mulher. Por sua vez, a mãe responde ao seu chamado de forma desinteressada em uma quase-ausência da voz. No quarto quadrinho, Mafalda nos revela a verdadeira preocupação naquele diálogo: o esclarecimento quanto à natureza da capacidade de vencer ou fracassar na vida, se é ou não hereditária. A sua



inquietação é tão grande que sua expressão no último quadrinho se torna aterrorizada e sua voz é representada pelo balão trêmulo, o que demonstra esse medo de receber uma resposta positiva. O que de fato nos chama atenção nessa curta narrativa é a preocupação da infante em não repetir esse modelo de mulher, esse discurso disciplinante representado pela mãe ou de pelo menos ter a opção de escolha já que a hereditariedade de vencer ou fracassar na vida imporia um modelo predefinido e já rejeitado pela menina.

Quando observamos a figura da mãe, entendemos que apesar do emblemático crescimento da luta feminina pelo direito à igualdade, estes instrumentos do trabalho doméstico continuam a ser uma referência para o *ser* mulher. Dentro desse contexto, Simone de Beauvoir (1985, p. 147) destaca o pensamento de Proudhon apontando que as únicas alternativas que eram reservadas às mulheres são as de dona de casa ou cortesã, a verdadeira mulher deveria ser “escrava e espelho do homem”.

A ausência da palavra, o silenciamento da mãe de Mafalda é evidente. A mulher adulta que possui um comportamento submisso e voltado apenas para as questões familiares é um modelo social feminino que assusta o imaginário de Mafalda. Ela não só se assusta com a possibilidade de ser assim como também de não poder ser de outra forma, ou seja, ela teme a impossibilidade de construir-se a si mesma através de escolhas que só cabem ao próprio sujeito. Para a criança essa perspectiva sobre seu desenvolvimento é duvidosa porque ela não percebe como está se formando enquanto sujeito, isto é, ela não comprehende seu processo de subjetivação através das trocas com o meio e com o outro e a possibilidade de repudiar como também de agregar valores

Nessa tira, Mafalda demonstra sua insatisfação com essa realidade vivenciada por sua mãe, insatisfação esta gerada a partir da percepção daqueles elementos (vassoura, avental, faixa na cabeça) que caracterizam e se agregam a esse modelo feminino. É evidente a representação das práticas culturais e discursivas no universo dos quadrinhos, em especial através da análise do diálogo entre essas duas distintas gerações, a de Mafalda e sua mãe. Comprovamos, assim, as ideias iniciais de que os quadrinhos constituem um forte meio revelador e propagador de imagens e discursos, de um saber com raiz ideológica. (CIRNE, 2000)



Figura 02: Quino, Toda Mafalda: Martins Fontes, 2006, p.381

Em se tratando de identidades, entendemos que é frequente o confronto com o outro e que as múltiplas re-significações nessas relações com o diferente é que tornam a identidade do sujeito perceptível.

Ante ao que consideramos sobre a representação da mulher realizada por uma autoria masculina, a análise que tecemos é desempenhada com o devido cuidado de apreender o olhar do outro sobre a mulher. Conforme Bourdieu (2007) para se compreender essa dominação masculina é relevante analisar as estruturas inscritas na objetividade e na subjetividade dos sujeitos. Esta estrutura manifesta-se nos corpos dos sujeitos dominados por meio de determinados gestos, posturas, disposições ou marcas da sua submissão que, no caso das histórias em quadrinhos de Mafalda, nos serão sugeridas pelas representações de comportamentos e condutas, pelas imagens e pela própria linguagem escrita.

No livro “A mulher de Papel” Barbosa contextualiza bem essa posição em que é colocada a mulher enquanto representação prismada por um olhar masculino:

existe um mecanismo, que não é só feminino mas de toda a sociedade, impondo uma imagem que é um produto já preparado por um certo ‘horizonte de expectativa’ marcadamente ideológico. Representa-se aquela mulher que a sociedade dirigida pelos homens espera ver representada. Não apenas uma imagem: uma imagem-reflexa que termina sendo o reflexo de uma imagem. A representação, neste modo, impõe-se como um símbolo e extrai a sua força do fato de que tal símbolo deve obedecer estritamente ao que se quer representado<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Cf. o texto de João Alexandre Barbosa na contracapa do livro BUITONI, Dulcília. *Mulher de Papel*. São Paulo : Loyola, 1981.



O posicionamento tanto de Mafalda quanto de sua mãe em relação ao movimento e as ideias feministas<sup>4</sup> são observados de forma bastante latente nessa segunda tira. Nesses quadrinhos, a empolgação inicial de Mafalda com relação ao diálogo que iria travar com sua mãe é desmanchada gradativamente ao longo dos seus quatro momentos e é nitidamente percebido pela diferença no tamanho das letras e pelo uso do negrito. O tamanho da letra e a tonalidade – começa com o uso do negrito e depois passa a cor preta, sem marcação- diminui gradativamente nos quatro quadrinhos indicando uma diminuição no volume de voz e uma distorção das letras perdendo-se a linearidade da escrita tradicional. A fala da menina perpassa todos os quadrinhos, o que nos faz acreditar que a percepção do lugar social que sua mãe ocupa ocorre simultaneamente à produção de sua fala que questiona sobre o futuro de um dos lemas do movimento<sup>5</sup>: a liberação da mulher. O balão-composto indica sempre momentos distintos e simultâneos de fala, nesse caso há uma série de momentos seqüenciais onde ocorre apenas uma manifestação verbal. O ferro de passar, a vassoura, o avental são mais uma vez utilizados como para internalizar esse *ser* mulher e cristalizar uma aparência identificadora para com esse modelo feminino. Essa repetição no uso desses elementos acontece todas as vezes em que a historieta tem como conteúdo principal a discussão dos papéis femininos ou outros assuntos de extrema importância, como os direitos humanos, a paz, o futuro da humanidade. A intenção percebida seria justamente de agregar valores da identidade feminina representada pelo papel da mãe de Mafalda aos símbolos que até hoje remetem a essa mulher submissa, silenciada e sem voz.

É interessante notar que o olhar no último quadrinho é de desapontamento, quando Mafalda se depara com sua mãe abaixada, em posição de subordinação a uma ordem, ao outro, a um discurso que a faz e que ela aceita passiva e pacificamente. Além disso, a posição da mãe de Mafalda a faz pequena, tamanho de sua filha, como se fosse também uma criança, como se não pudesse entender o que acontece. Ou talvez, uma vez que se trata de uma linguagem plurissignificativa, sugira a grandiosidade de Mafalda, da vontade de verdade e de saber dos jovens daquela geração. Essa imagem põe em debate não

<sup>4</sup> . Lembrando que o movimento feminista se posiciona a partir da ideia de uma identidade definida para as mulheres e estabelece um sujeito em nome de quem representa (BUTLER, 2008)

<sup>5</sup> O feminismo age pela igualdade dos sexos na vida social, política, econômica, pela liberação da mulher (expressão, corpo, desejos), pelo direito ao saber, ao trabalho, entre outros.



só o modelo antigo e o novo do que acredita *ser* mulher, mas a própria estrutura reguladora das posições sociais.

Mais uma vez, à mãe não é dada à faculdade de refletir ou questionar, nem ao menos lhe é facultada à voz, somente lhe é peculiar a submissão social e o aceitamento dos papéis. E, mais uma vez a deceção da menina perante o diálogo não-travado e a ausência de uma consciência social em sua mãe é manifesto tanto pela sua expressão facial quanto pelo tom reduzido gradativamente de sua voz ao anunciar a desistência de um diálogo com um pequeno, frustante e finalizador “(...) nada, esquece.”.



Figura 03: Quino, Toda Mafalda: Martins Fontes, 2006, p.46

Nessa terceira tira, Mafalda - que representa toda uma geração de mulheres ávidas por mudanças, espaços de igualdade e de expressão - aparece sonhando com a emancipação cultural, social e crítica de sua mãe: ela havia finalmente tirado o diploma. A mãe que aparece nos seus sonhos representa a conquista de parte dos objetivos da luta feminista que é a igualdade de oportunidades como afirma Elisabeth Badinter:

A razão principal do feminismo, consideradas todas as diferentes tendências, é instalar a igualdade entre os sexos e não melhorar as relações entre homens e mulheres. Não se deve confundir objetivo com consequências, mesmo se por vezes acreditamos que os dois caminham juntos (2005, p. 179)

Na primeira cena, a expressão “filha de uma mulher medíocre” revela toda a insatisfação do passado comum das mulheres, das vozes silenciadas e do não-compromisso com as questões externas ao lar. A exclamação presente no pensamento de Mafalda demonstra o quão (in) esperado é essa atitude de sua mãe. Primeiro, a iniciativa do diálogo, visto que comumente a filha inicia os diálogos e em segundo lugar, a decisão de retornar à



faculdade e concluir um curso superior. Já a segunda parte da tira contém a informação do diploma e a presença da figura do coração também reforça o aceitamento e a alegria dessa atitude. Mãe e filha parecem bem próximas.

No terceiro quadrinho, há uma notável empolgação pelo sonho percebida por suas feições (sorriso aberto, olhos arregalados, uso do recurso gráfico exclamação), só que a possibilidade de sua concretude é destruída pela constatação da dura realidade no quarto quadrinho: sua mãe não mudara, nada acontecera. Ela não se engajou em nenhum movimento, não se interessa por nenhuma discussão atual e suas preocupações se restringem ao ambiente doméstico e as questões da estética feminina. O sonho de um diploma, de uma formação cultural e intelectual de sua mãe tão aspirado por Mafalda nada mais é que um instrumento para melhorar a estética de sua mãe e símbolo dessa mulher despreocupada com as questões externas. Junto à sua mãe, não há livros e sim pente, perfume, bolsa e outros acessórios. Não é numa escrivaninha que ela está, é numa penteadeira. Diz Eisner (2008) que “A arte dos quadrinhos lida com reproduções facilmente reconhecíveis da conduta humana.” (p.21), ou seja, com estereótipos, com idéias concretizadas em personagens representados numa forma convencional, sem individualidade devido a função da sua narrativa. Não somente as características físicas de uma personagem podem espelhar um símbolo como também os objetos agregado à sua imagem. Todos esses acessórios estéticos ligados à Raquel, mãe de Mafalda, como àqueles que relacionam-na às ocupações domésticas (avental, esfregão, vassoura) indicam um lugar social, os papéis. “Eles se tornam ícones e são usados como parte da linguagem na narrativa gráfica.” (EISNER, 2008,

p.22) Todas essas imagens remetem a um conhecimento simbólico mediado pela linguagem e instituem símbolos importantes, deflagradores do processo hermêneutico que norteiam a interpretação e possibilitam o desvelamento dos sentidos.

Mafalda se posiciona de forma que sua altura coincide com a de sua mãe, o que pode significar que a correlação das formações não estava tão distante, embora o esperado seja uma superioridade de pessoa adulta. Ela parecia não acreditar, queria ver bem de perto. Uma lágrima desce e sua expressão de decepção não é compreendida por sua mãe. A interrogação no balão atribuído à Raquel, no último quadrinho, encerra qualquer possibilidade de entendimento. As gerações se entendem cada vez menos.



A igualdade na formação intelectual não faz parte das aspirações de sua mãe. Ela conforma-se com os papéis atribuídos, Mafalda sonha com novas possibilidades de ser mulher. Os universos de mãe e filha se tornam cada vez mais distantes. Os sonhos, as aparições, os desejos destoam-se e o abismo de suas formações identitárias ampliam-se. Isso tudo faz sentido quando se repensa os discursos da década de 60: a mulher estava sendo cobrada por atitudes, o mundo aspirava por mudanças profundas na política, no social, na cultura, no econômico, os jovens iam às ruas cobrar essas transformações. Mas Raquel, a mãe de Mafalda, conformava-se apenas e à Mafalda restava somente à resistência e a deceção.

É por essa relação de estranhamento e não-aceitação da realidade que Mafalda firmase em uma identidade oposta à de sua mãe, subjetiva-se pela alteridade, compreendendo o que é diferente e buscando possibilidades de não o ser, lutando contra a passagem dos valores pelo aparelho ideológico *família*. Ela não quer ser assim, ela não quer que sua mãe seja assim. Sua mãe frusta-se, mas resigna-se. Mafalda ainda acredita que pode ser diferente, sua geração sonha e busca realizar, a luta pelo poder está instaurada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em concomitância com às análises realizadas das tirinhas e com relação às influências culturais, lembramos que os estereótipos sexistas e os modelos sociais, impostos à mulher, são aspectos bastante antigos e que estiveram presentes ao longo da história e ainda permanecem no contexto social atual. Desde muito cedo, a mulher aprende através dos discursos impostos pela família, pela sociedade que deve obedecer, procurar agradar, o que significa que suas ações dependem da aprovação dos outros e, portanto, acaba se preocupando em saber o que o outro espera dela. Não sendo então de se estranhar que ela acabe adotando um comportamento segundo a imagem que a sociedade tem dela, primando pela submissão à exigência, a obrigação à mudança, o perdão à reivindicação, a ausência do prazer ao risco do prazer. Compreendemos que a mãe da personagem da Mafalda rege um comportamento que lhe foi exigido, copiando um modelo social de mulher que lhe foi imposto e lhe foi cobrado por essa mesma sociedade. Sobre essa imposição do discurso, de uma verdade, Foucault (1996) afirma que a instituição está aí para “(...) lhe mostrar que o discurso está na ordem das leis; que há muito tempo se cuida de sua



aparição; que lhe foi preparado um lugar que o honra mas o desarma; e que, se lhe ocorrer ter algum poder, é de nós, só de nós, que ele lhe advém.”” (p.7)

Quino apresenta sua personagem, Mafalda, como uma menina que se encontra na fase pré-escolar, mas posiciona-se como uma mulher integrada nos movimentos sociais, políticos de sua época e muitas vezes questionadora dos valores e padrões preestabelecidos. Assim, a menina acaba rompendo não só com a estrutura estabelecida em seu lar, como também em sua escola, e com o modelo de mulher até então propagado pela sociedade. Se, a construção da identidade é firmada no espaço do diálogo e das interações culturais, como explicar então que a menina Mafalda não se deixe influenciar em sua formação pelos atos e silêncios maternos? Embora, mãe e filha muitas vezes não consigam dialogar<sup>6</sup>, outros colóquios paralelos e concorrentes acontecem para essa formação ideológica e discursiva de Mafalda e sua construção da identidade. A televisão, os amigos – como sua colega Liberdade e a mãe desta, também integrantes de um pensamento feminista sobre a mulher - o rádio principalmente, são mediadores e transmissores dos ideais dos movimentos sociais, dos pensamentos políticos e dos problemas mundiais. Através desses meios, Mafalda constrói-se tanto de uma formação discursiva e ideológica como também de uma identidade feminina diferente daquela de sua mãe. A personagem não se deixa influenciar por esse modelo e toma para si outro referencial que vai além do *ser* mulher enquanto categoria organizada pela luta de seus interesses comuns, alcançando também o *ser* mulher enquanto identidade individual, onde os objetivos lhes são próprios e únicos.

O resgate dessas narrativas teve a intenção de discutir novas possibilidades de considerar o próprio quadrinho como um forte meio de disseminação e revelação como também um esconderijo de mascaradas ideológicas. O riso provocado pelo humor de suas tiras rompe com o entretenimento simples e, mais uma vez, quebra a expectativa transformando o seu discurso, o dito e o não-dito, o silêncio e o silenciado num protesto atemporal endereçado à hipocrisia social, política e cultural da humanidade. Em se tratando das representações femininas, Quino eternizou um momento de conflito ideológico tanto entre gerações distintas quanto dentro da mesma geração. Essa tentativa de auto-afirmação feminina, de busca pelo espaço social registrados na voz de Mafalda contribuiu consideravelmente para uma ampliação/aceitação de seus seguidores ideológicos como

---

<sup>6</sup> Entendendo diálogo como fonte de interação, troca, alteração discursiva.



também para uma possível negação, um estranhamento. As mulheres ali representadas e que foram submetidas ao controle e à disciplina de um discurso dominante ganhavam um novo e amplo suporte de debate no âmbito da América do Sul.

Sugerimos, a partir dessa leitura, que reconhecer as representações femininas nos quadrinhos de *Mafalda* implica num olhar atento aos processos de produção, circulação e interpretação dos sentidos, especialmente, para a relação mantida entre o exposto e o velado, em quem diz, como diz e por que diz. As relações conflitantes entre gerações distintas marcadas nas vozes de Mafalda e sua mãe reproduzem, na verdade, a incompatibilidade ideológica normalmente presente na convivência entre pais e filhos, em qualquer momento, em qualquer lugar. O jovem acredita sempre na possibilidade de transformar, a si, o outro e o mundo; enquanto o adulto não consegue aceitar tão naturalmente as mudanças por estar condicionado por discursos e não enxergar formas de “fugir” ao seu controle. Suas narrativas, a partir da perspectiva da representação e da identidade feminina, abrem espaço para a discussão de o quanto efetivamente os discursos circulantes na cultura de massa contribuem para o questionamento dessas ordens, das “verdades”. No momento em que a leitura dos quadrinhos de *Mafalda* acontece, o leitor apropria-se dessas discussões, passa a questionar as formas institucionalizadas, promovendo uma reflexão sobre a ausência da voz materna e a presença de ideias femininas opostas que, juntas, instituem um espaço de resistência através da voz e da nova forma representacional postas pela figura da protagonista. Os leitores de *Mafalda* são colocados ante uma ruptura com a tradição das representações femininas nas narrativas e, especialmente, às expectativas criadas acerca do conteúdo da HQ, trazendo à tona um novo sujeito com outras concepções sobre si e sobre o mundo quando certos estigmas e valores ainda predominavam.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, D. C. A questão do gênero nas histórias em Quadrinhos de *Mafalda* (Quino). In: CONGRESSO ANUAL EM CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO, 26., Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- BADINTER, Elisabeth. **Rumo equivocado:** o feminismo e alguns destinos. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.



DISCURSO, SOCIEDADE E CULTURA  
I Encontro de PESQUISADORES em ESTUDOS DISCURSIVOS  
ISBN 978-85-7539-765-7

- BAUMAN, Z. **Identidade:** entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Zahar: 2005.
- BERNARDO, A. M. C. **O papel nosso de cada dia:** um estudo sobre os papéis sociais e os estereótipos sexistas. 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1996.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- EISNER, Will. **Narrativas gráficas.** São Paulo: Devir, 2008.
- FOUCAULT, Michael. **A ordem do discurso.** São Paulo: Loyola, 1996.
- HALL, S. **Identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP & A Editora, 2006.
- MATTA, Roberto da. **Torre de Babel:** ensaios, crônicas, críticas, interpretações e fantasias. Rio de Janeiro: Rocco, 1996
- MATARAZZO, M. H. **Nós dois:** as várias formas de amar. São Paulo: Record, 2006.
- MONTEIRO, André Maurício. Repercussões do paradigma pós-moderno na pesquisa de relacionamentos conjugais (p.38 a 45). In: **Revista Ciência e Profissão**, v.20, n°2, Junho de 2000.
- PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres.** São Paulo: Contexto, 2008.
- QUINO. **Toda Mafalda.** São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- RIBEIRO FILHO, A. A HQ na América Latina. In: LUYTEN, S. B. (Org.) **História em quadrinhos:** leitura crítica. São Paulo: Paulinas, 1984.



## DAS FORMAS DE NARRAR O COTIDIANO NOS FANZINES PUNK (1980-1990)

Alessandro Wilson Gonçalves Reinaldo Fernandes

### ACORDES INICIAIS SOBRE O MOVIMENTO PUNK

*"Se desordem é liberdade, seremos subversores da ordem".*

Karne Krua.

Em meio à correria de um grande centro urbano insistia um jovem: “O que sobra pra gente é o resto. O resto é a violência e a guerra”, esse discurso dentre tantos outros se tornaram máximas do punk ao se expressar socialmente. Pelos becos da cidade o signo de garotos do subúrbio acompanha este movimento desde seus primórdios, ainda na geração 77 - leia-se 1977 - do punk inglês.

A partir da década de setenta do século vinte, vindo dos Estados Unidos e Inglaterra, o punk se configurou como um movimento contra cultural disseminador em parcela dos jovens das periferias urbanas; germinando características de uma nova categoria social que começara a surgir, e se manifestando em expressões culturais peculiares.

Confrontando outras parcelas do movimento contra cultural da época como os hippies, o punk surgiu como uma nova alternativa ao já desgastado emblema de “paz e amor”. Essa nova geração trazia o retorno ao *rock'n'roll* básico, além de criticarem o idealismo das gerações anteriores. O que prevaleceria agora era o ideal *no future* (não haverá futuro).

Exclamava a música *Condenado* do grupo *Ratos de Porão*: “Não há esperança para eu e você”. Diferente da interpretação niilista dada pela imprensa a esse movimento, o ideal *no future* tinha a intencionalidade de mostrar as contradições sociais e mesmo que não dizendo objetivamente, superá-las.

Desde o surgimento de bandas como o *Sex Pistols*, *The Clash*, *The Damned* entre outras, o punk conseguia traduzir através de uma ação estética a realidade de muitos jovens descrentes com os novos rumos da sociedade, já não tão atuante como o áureo 1968. Este movimento parecia à resposta para a ânsia de expressão de uma parcela da juventude.



Se o *Sex Pistols* entre músicas de no máximo três minutos contestava padrões com o lema “*Anarchy in the U.K.*”, no subúrbio de um país de terceiro mundo apareceria algo novo e inquietante, punks do Brasil com características próprias:

Em sua grande maioria, garotos moradores dos subúrbios e periferias, de famílias de trabalhadores de baixa renda, que ouviam rock e viviam em busca de informações, novos discos e tendências musicais, sentiram-se atraídos pelos sons, imagens, ideias e visual de rua dos grupos punks da Inglaterra. (CARMO, 2000, p.146).

Agora traduzidos em língua tupiniquim, a anarquia caótica pregada na Europa se adequaria a um “Pânico em SP”, ou como completa o sociólogo Carmo (2000), o punk nacional não se tratava de uma mera cópia importada, mas uma identificação adaptada a realidade local.

Se a década de 1970 brindou uma parcela da juventude inglesa com o punk rock, o Brasil bebeu na década de 1980 uma nova fórmula musical, o *hardcore*. Essa nova vertente dentro das vias punk surgiu da necessidade de renovar o que já estava sendo gasto pela grande mídia. Surgia um subgênero com sonoridade mais rápida, agressiva e muitas vezes incompreensível.

O *hardcore* foi berço de várias bandas por todo país: *Olho Seco, Armagedom, Ratos de Porão, Lobotomia, Brigada do Ódio, Câmbio Negro, Attack Epiléptico* dentre várias outras que soaram seus ruídos de revolta em cada centro urbano.

Todo esse cenário nas grandes e médias cidades onde o movimento se adentrou tornou-se uma premissa para os discursos dos fanzines sobre o cotidiano punk.

## UM HISTÓRICO SOBRE OS FANZINES

Surgido na já longínqua década de 30 do século XX, o termo fanzine trata-se de um neologismo formado pela contração dos termos *fanatic* e *magazine* - revista do fã para o fã -, e teve sua origem com o informativo de ficção científica *The Comet*, editado pelo americano Ray Palmer.

Apesar do surgimento ainda na década de 1930, a denominação de fanzine segundo Magalhães (2003) foi criada na década posterior. Essas primeiras produções que



caracterizavam uma insatisfação com os grandes meios, alavancaram uma série de produções zineira<sup>1</sup> mundo afora.

De sua origem pra cá são mais de 80 anos desse rebuliço apaixonante tal como ainda descreve Magalhães (2003), onde o gênero de ficção científica foi o precursor, passando pelos fanzines de quadrinhos, ainda na geração do mimeógrafo; até na década de 1970 com a popularização a baixo custo da fotocopiadora e o surgimento do movimento punk.

Contestadores desde sua origem, os fanzines iniciavam uma nova época com o surgimento do punk. A ousadia, a autogestão como forma de protesto e as novas maneiras de narrar às formas do cotidiano, tudo isso numa bricolagem desorganizada, caótica, seria uma nova maneira de fazer não mais imprensa alternativa, mas independente.

## INSCRIÇÃO DO COTIDIANO PUNK ATRAVÉS DOS FANZINES

*“Não diga mais não a si próprio.*

*Deixe tudo explodir”.*

Inocentes.

Seguindo as pistas do método sociológico aplicado na língua, tal qual nos diz o filósofo da linguagem Bakhtin (2009); estudaremos o ato enunciativo, afirmação de natureza social, ligada as condições comunicacionais, ou seja, as estruturas conflituosas.

A partir disso arriscaremos a interpretação do movimento punk através do conceito de cotidiano, ou seja, a vida dos indivíduos. Ao definirmos o mesmo sobre esse conceito, analisaremos como os punkzines das décadas de 1980 e 1990 compreendem as contradições sociais e constroem o movimento através de sua escrita. Para isso faremos abaixo uma breve introdução sobre os mesmos.

A década de 1970 sem dúvida foi um marco não só para o universo zineiro como também para o movimento juvenil. Era o surgimento do punk como descrito na primeira parte, uma óptica alternativa de ver o mundo e agora protagonizado segundo a socióloga

---

<sup>1</sup> O termo zineiro aqui se refere à cena fanzineira, tal como punkzines mencionado posteriormente faz referências aos fanzines punk.



Abramo (1994), como sendo uma vertente contra cultural constituído em grande parte por jovens vindos da classe baixa.

O ideal de *faça você mesmo!* significou uma nova forma acionária, onde grupos considerados subversivos buscavam outras referências de vida para a formação de uma consciência social. Essa subversão significava um rompimento com o discurso ideológico<sup>2</sup> até então dentro da música, imprensa, bem como a própria sociedade.

A autogestão alavancou diversas produções dentro do movimento punk. O ato de produzir, dominar a técnica que em grande parte encontra-se nas mãos da classe dominante, carrega em si uma ética contestatória, acionária e alternativa de traduzir o mundo.

Os punks questionam o conformismo não apenas por parecerem e soarem diferentes (o que tem importância discutível), mas para colocar em xeque os modos de pensar predominantes. O conformista não se questiona sobre aspectos como trabalho, raça, sexo e sobre si mesmo porque suas ideias são determinadas por aqueles que o cercam. Já o não-conformista não se apoia nos outros para determinar sua própria realidade. (O'HARA, 2005, p.34).

O método acionário do movimento punk expandiu-se e imbricou-se dentro do universo zineiro primeiramente com o fanzine *Sniffing Glue* - cheirando cola - editado pelo inglês Marky Perry, que em suas posteriores edições convoca muitos outros a produzirem por si mesmo.

Essa iniciativa de autogestão influenciaria uma gama de novas produções mundo afora, inclusive no Brasil com o pioneiro *Factor Zero*, editado por David Strongos da banda punk paulista *Anarcoólatras*.

As novas produções dos fanzines punk nacional trouxeram um novo método de contestação seguindo a trilha do anarquismo, mesmo que ainda indefinidamente: "A nossa

---

<sup>2</sup> O conceito de ideologia aqui trabalhado significa um conjunto de ideias que procura ocultar a origem nos interesses sociais de um grupo em particular na sociedade. Para Marx & Engels (2007) a ideologia conceitua-se como falsa consciência, com a finalidade de mascarar os índices de contradição social. Utilizando dessa premissa acrescentamos que ideologia trata-se de uma compreensão social de mundo, incluindo ai preceitos culturais dentre outros. Para além do verticalmente imposto, temos a formação de uma antítese onde grupos questionam instâncias ou vias do poder.



luta não é para entrarmos nos 'padrões' sociais, mas para mostrar que nem tudo que é bom pra eles é bom pra nós." (Cf. FZ, n.02, 198\_).

Interpretando o ato enunciativo sob a óptica de Bakhtin (2009), entendemos que cada palavra “[...] se apresenta como uma arena em miniatura onde se entrecruzam e lutam os valores sociais de orientação contraditória. A palavra revela-se no momento de sua expressão, como um produto da interação viva das forças sociais.” (p. 67).

Uma primeira geração de punkzines no país que começara a surgir, mesmo que prematuramente, reinscrevia um movimento que já estava constituído em países como Inglaterra e Estados Unidos, mas no Brasil começava a soar suas primeiras composições próprias.

Esse novo meio midiático, diferente do jornalístico, produzia vias alternativas ao signo ideológico de mercado apropriado pelas grandes instâncias. Embora Bakhtin (2009) descreva esse signo como plurivalente, observa-se que a classe dominante possui interesses em torná-lo monovalente<sup>3</sup>.

Essa produção de vias alternativas remete a um novo tipo de imprensa agora “popularizada” pelos punkzines, bem como a inscrição de um movimento de caráter próprio que começara a surgir.

Todo esse cenário é uma peça chave para entendermos como se construiu as características das produções zineira na década de 1980 e como houve uma melhor compreensão do ponto de vista político nos punkzines e no movimento, ambos imbricados, para compreensão dos discursos do cotidiano.

• *Os primeiros percursos dos punkzines na década de 1980:*

O fanzine *Factor Zero* editado pelo David Strongos foi sem dúvida o pioneiro para uma nova geração zineira que surgia. Como já dito anteriormente, o Brasil vivia uma nova fase do punk, o *hardcore*, completando com um movimento que já estava germinado e maturava suas posições políticas em relação à década anterior.

---

<sup>3</sup> O entendimento de signo ideológico trata-se de uma “segunda” via (agora permeando a linguagem) ao conceito de ideologia como mascaramento de conflitos, assim visto em Marx & Engels (2007). É importante ressaltar que a obra de Mikhail Bakhtin, “Marxismo e filosofia da linguagem”, teve sua primeira edição (1929) na então URSS anos antes da edição de Marx & Engels “A ideologia alemã” em 1933.



O *hardcore* iniciou uma fase onde o punk saía da moda para começar a se constituir como movimento, e sem dúvida os fanzines cumpriam um papel chave para apreendermos um pouco do que foi o movimento nesta época:

O aspecto mais importante está no fato de o fanzine ser uma espécie de porta-voz do movimento que afirma tratar da realidade, do dia-a-dia dos punks. Uma vez que qualquer punk pode fazer o fanzine, tem-se que aceitar a pluralidade de opiniões e posições no interior do próprio movimento. (OLIVEIRA, 2006, p.23).

O entendimento de porta-voz aqui trabalhado nos fanzines tem uma conceituação pública, que pertence e se une a um determinado grupo, diferente da grande mídia publicizada, que possui a técnica, mas não ecoa voz aos que possuem. Esse conceito é essencial para entendermos como os punkzines reescrevem e conceituam o cotidiano do movimento em suas páginas.

O conceito de cotidiano aqui trabalhado refere-se ao que a socióloga Agnes Heller (2004) define como a vida do indivíduo, um envolvimento entre particular e genérico. É no cotidiano que se coloca em funcionamento todos os sentidos, sentimentos, ideias e ideologia.

Neste ponto usaremos para a análise três punkzines paulistas: *Factor Zero* (FZ), já mencionado anteriormente; 1999, editado por Clenira e outros punks; e o *Espectros do Caos* (EC), que na única edição analisada não discrimina a autoria. Todos editados entre a primeira metade da década de 1980.

Ao usarmos como ponta pé inicial uma citação do historiador e pedagogo Oliveira (2006) onde o mesmo interpreta a evolução dos primeiros punkzines nacionais que passavam de meras descrições das bandas para a reflexão crítica sobre o cotidiano, temos uma premissa para analisarmos os três punkzines descritos acima.

Nossa premissa inicial é de que essa primeira geração na década de 1980 se constituiu em dois cenários ambivalentes. Primeiro, uma nova constituição de imprensa ao mesmo tempo em que se contrapunha a oficial, e a outra na inscrição do cotidiano punk.

Se a técnica de inscrição dessa nova categoria era até então de domínio da grande imprensa, que muitas vezes pejorativamente a definia como jovens que protestavam “contra



tudo e todos”<sup>4</sup>; os punkzines, ou como podemos definir essa nova imprensa independente, diferente da alternativa que figurava na época do regime civil-militar no Brasil, inscreveram e representavam o que o movimento punk ansiava.

A noção de imprensa independente aqui trabalhada remete ao que Magalhães (2009) define através do caráter amador, “[...] livre das amarras do mercado, da imposição das grandes tiragens, da linguagem consensual para um público genérico.” (p.107). Ou seja, podemos interpretar sempre uma imbricação entre objetividade e subjetividade para definirmos esse conceito de independente.

Esse meio de imprensa independente norteava-se pelas poucas vivências para criarem vias opostas ao tradicional com experiências vividas no momento, na sociedade e muitas vezes sem estrutura sólida dos meios: “Eu não sei como se escreve um editorial, na verdade não sei nem o que é isso, mas um sujeito me disse que isso é importante”. Relatava o editorial da edição de número zero do *Factor Zero*.

A contra posição ao grande monopólio da imprensa muitas vezes se dava pela insatisfação com a distorção do punk produzido pela mesma. Essa primeira geração de punkzines nacional constituía novos meios para o movimento agora advindos do próprio movimento.

Essa inscrição através da autoprodução tinha um caráter de revisar tudo aquilo “massificado” pela grande imprensa sobre o movimento: “Nós, os punks, não somos adeptos da violência, ao contrário, nosso visual e música agressiva são justamente um protesto contra a violência camouflada de que somos vítimas dia após dia.” (Cf. EC, n.01, 1984).

Os punkzines além traduzirem o cotidiano do movimento, nessa época serviram principalmente como organizadores coletivos; cumprindo assim o papel conceitual de fanzine e que nesse momento exercia uma tarefa fundamental em um movimento que estava se articulando: a vivência de fãs/ativistas.

Apesar de não se discutir muito as bases políticas do movimento punk, se fechando muitas vezes ao recorte sobre bandas do gênero, ainda sim restavam espaços para conscientização: “Outra coisa a ser dita aqui é que já se vê pessoas confundindo Anarquia

<sup>4</sup> Palavras descritas na coluna do Arthur da Távola, no jornal O Globo do Rio de Janeiro, com a matéria título “Os punks invadem o Brasil e a TV deve estar de olho”. A mesma descrevia os últimos acontecimentos sobre o punk que foi exibido em programas como o Fantástico em 1982 entre outros.



com violência, isto é tão ridículo quanto as mesmas pessoas que fazem esta confusão, confundem punk com rock.” (Cf. FZ, n.02, 198\_).

Outros se dedicavam a entender essa “nova” vertente que estava nas entradas do punk, o *hardcore*. Procurando conceituar, discutir e negar que essa vertente tinha vindo para ofuscar o punk rock. O meio utilizado para entender esse novo gênero eram as experiências cotidiana, numa discussão que até hoje se encontra em voga no movimento, onde muitos ainda tentam fracionar radicalmente o punk. (Cf. 1999, n.05, 1983).

Observa-se que mesmo com alguns entraves, essa primeira geração da década de 1980 cumpriu um papel fundamental como anteriormente dito. Alicerçaram uma base sólida para o que viria a ser construído posteriormente, discutindo algumas premissas sobre o punk que serviram de uma crítica mais sólida.

É importante enxergar que as gerações não se excluem, e sim há momentos que se estranham como outros que se completam, tornando-se assim essenciais para a constituição das mesmas.

- *1990 e o anarco-punk: a evolução da revolução*

Surgido entre as décadas de 1970 e 1980 na Europa, com as bandas precursoras do gênero, *Crass* e *Conflict*, o movimento anarco-punk só difundiu para o Brasil entre a segunda metade da década de 1980 e o começo da década de 1990.

Para um entendimento inicial sobre o anarco-punk usaremos um conceito do sociólogo Oliveira (2008) ao definir como uma vertente do punk que possui “práticas de contracultura radicalmente anticapitalistas e anti-Estado, que apresenta uma aparência (expressão) fragmentária e constitui-se de (um núcleo) conteúdos anarquistas.” (p.79-80).

Completando essa definição, é necessário entendermos a contra cultura punk como uma categoria juvenil que se auto renova. Desde os primórdios na década de 1970 temos uma evolução do punk passando pelas vias do *hardcore*, anarco-punk, *noisecore*, *crustcore*, *street-punk/oil* entre outros subgêneros.

Quando citamos essas vertentes que nasceram no berço punk, é necessário entendermos essa evolução não em um tempo linear, mas como uma “raiz” que por mais que se tente apreender, não é possível se definir um começo ou um fim. Estamos tratando



de um movimento que se reconstrói, se adapta ao mesmo tempo em que entra em conflito com cada realidade de uma região ou país.

Da mesma forma, temos essa constante evolução da revolução nos punkzines, onde a estética bricolada e uma narrativa caótica são apenas algumas pistas para compreendermos um pouco desse gênero enraizado no universo zineiro.

Para esse tópico usaremos como análise três fanzines que por mais que não resumam as características de toda a década, conseguem apreender algumas noções do que foi essa geração, são eles: *Agonia Revoltante* (AR), editado por Renato “Curse”; *Gesto de Revolta* (GR), editado por Feio e André e por fim o *Protesto Kaótiko* (PK), editado por Júlio “Porra”.

Diferente da geração anterior, essa geração trazia uma maturação de cunho político, localizando cada vez mais o movimento punk dentro do anarquismo<sup>5</sup>. Interpretaremos esse novo viés através do anarquismo proposto pelo geógrafo russo Piotr Kropotkin (1842-1921).

Kropotkin (2007) norteava o princípio básico do anarquismo na negação do egoísmo absurdo e da opressão, bem como da moral imposta. Conceituação essa que já se fazia presente nos fanzines anarco-punks dessa época, onde se começavam uma autocrítica das ações no movimento.

O punk se constituía agora não mais como uma bagunça ou uma nova fórmula de fazer música, mas “[...] um movimento cultural de luta e ação direta, de liberdade de expressão e de comportamento.” (Cf. AR, n.19, 1995). Ou seja, estamos tratando de um movimento que rompe além das barreiras musicais que já havia fincado e assim constituiu-se como uma minoria que defendia também outras minorias: “[...] oprimidos grupos como: homossexuais, por achar que todos têm direito de opção sexual sem ser discriminado, grupos de negros, feministas e outros grupos de atividades alternativas e libertárias.” (idem).

Constituíam-se novas características que segundo O’Hara (2005), negavam cada vez mais ações restritivas a exemplo do sexism, onde os punkzines cumpriram um papel

---

<sup>5</sup> É importante destacar que mesmo o anarco-punk se constituindo como uma grande parcela do punk na década de 1990, ele ainda se constituía como uma parte de um todo bem mais amplo.



essencial criticando e convocando boicotes para grupos, fanzines ou atitudes consideradas repressoras dentro do movimento.

Mesmo o anarco-punk tendo suas características próprias em cada região ou país, estamos tratando agora de uma vertente que seguia a premissa internacionalista do anarquismo, ou seja, onde as partes se constituíam num todo indivisível.

Além da negação a atitudes opressivas e o apoio a grupos minoritários na sociedade, os punkzines inscreviam novas formas sociais onde questões objetivas como o monopólio do capital internacional, guerras por interesses espoliadores eram contestados (Cf. GR, n.03, 1996). Há quase que constantemente a necessidade de retorno às raízes do punk para a autocritica. Esse “retorno” às antigas formas servem como uma base que sustenta a crítica sempre permanente em um movimento que se constrói de maneira dialética, sem se fechar numa síntese:

O movimento punk surgiu por volta de 1976 na Inglaterra, com alto teor de rebeldia na forma musical e de vestimentas, causando espanto na sociedade. [...] O punk tenta mostrar em sua maneira de se vestir o conformismo, a pobreza e a miséria do povo, e a revolta desta minoria perante a sociedade. [...] o maior inimigo do punk é o governo. 'Moda é sinônimo de alienação'. (Cf. GR, n.03, 1996).

Essa forma do movimento enunciar socialmente modelava outros significados na ideologia do cotidiano punk. Bakhtin (2009) define as bases para o que podemos definir como “ideologia do cotidiano”, onde se produz e se estabelece os sentidos, os signos dentro de uma “arena” conflituosa. Ao entendermos esse conceito vemos como o signo punk era compreendido na sua produção, não se tratava apenas de uma negação pura, tal como era visto na primeira geração dos punkzines, mas o combate às opressões sociais que também residiam ideologicamente no movimento.

Esse novo signo através do anarco-punk reinscrevia um movimento não mais ligado a uma rebeldia sem causa. "Não vamos sustentar nenhum governo que venha nos alugar. Não precisamos ser governados, e nem tampouco submetidos à uma ordem hierárquica. [...] Sem líderes." (Cf. PK, n.03, 199). Essa embate anti hierárquico incluía críticas as burocracias capitalistas e stalinistas soviética.



Além dessas características apreendidas nos punkzines da década de 1990 temos a convocação para a militância punk/anarquista. Entendendo essa militância, nos apropriaremos ao que é descrito por Kropotkin (2007): "sem a luta de todos os dias, para que chamar-se revolucionário? A ideia e a ação são inseparáveis, se a ideia tem ascendência sobre o indivíduo; e, sem ação, a própria ideia atrofia-se." (p.35).

Compreende-se que um movimento de características urbanas se constitua em sua urbanidade, entendendo aqui urbanidade como a ação, ou seja, a militância punk em seu ambiente, as ruas.

• *Sobre a conceituação em gerações:*

Ao separarmos aqui os punkzines nacionais em gerações dividindo entre as décadas de 1980 e 1990, entendemos não como fase histórico-linear. Apesar de fechamos em duas décadas compreendemos que essas duas gerações estão em constante enraizamento, estranhamento e evoluções.

A divisão em gerações surge da necessidade de entendermos as particularidades que cada época interpreta as formas sociais já abordadas. Além de como cada uma se articula dentro do movimento e se representa nele.

É importante evocarmos novamente a colocação que Oliveira (2006) nos diz ao definir as diferenças dos punkzines em sua fase inicial 1982 que tratavam principalmente das bandas, para posteriormente “[...] 1984 os fanzines refletiam mais sobre o cotidiano não só dos punks, mas também do país”. (p.40).

Ou seja, por mais que tentemos apreender, repartir em épocas, esse universo zineiro, e no caso específico os punkzines deixam muitos pontos ainda para se compreender. Onde aspectos como o próprio ato de autogestão e o grande intercâmbio na troca de conhecimentos dentre outros são valorizados nessa imprensa zineira.



## CONSIDERAÇÕES SOBRE O COTIDIANO PUNK

*"Você nasceu para mandar,  
eu nasci pra desobedecer".*

Cólera.

Se a cada época histórica a juventude tinha suas características próprias, a juventude punk constituída como movimento teve o lazer como uma das práticas estética de agir socialmente. E é através de meios como o lazer que o punk se manifestou:

O lazer, para os jovens, aparece como um espaço especialmente importante para o desenvolvimento de relações de sociabilidade, das buscas e experiências através das quais procuram estrutura suas novas referências e identidades individuais e coletivas [...] O lazer se constitui também como um campo onde o jovem pode expressar suas aspirações e desejos e projetar um outro modo de vida. (Abramo, 2004, p.61-62).

Temos a concepção do cotidiano em que o ser muitas vezes não se reconhece na alteridade, e onde praticamente não há formas para expressão do que Heller (2004) entende como o particular e o genérico. Porém a autora ainda lembra que embora a vida cotidiana seja um terreno propício de alienação, a priori “[...] não é de nenhum modo necessariamente alienada.” (p.38).

O lazer e suas diversas formas inerentes é o que poderíamos chamar de espaços de reconhecimento e funcionamento do movimento punk para agir na vida cotidiana. É através da cotidianidade que o indivíduo/grupo constitui sua identidade social.

Essa cotidianidade exige a militância no movimento através da ação social para o entendimento das contradições vividas, onde muitas vezes o ser não se enxerga enquanto ação, mas como uma extensão do capital, constituindo-se apenas no individualismo.

O individualismo aqui tratado não se refere ao que Heller (2004) entende como individualidade, ou seja, a forma particular de se reconhecer entre o genérico. Entendemos então o cotidiano como um espaço de expressão, de ação entre as contradições sociais.

Para entendermos sobre como a identidade punk é constituída apropriaremos o que a autora usa como particular e genérico:



Todo conhecimento do mundo e toda pergunta acerca do mundo motivados diretamente por esse “eu” único, por suas necessidades e paixões, é uma questão da particularidade individual. “Por que vivo?”, “Que devo esperar do todo?”, são perguntas desse tipo. [...] Também o genérico está “contido” em todo o homem e, mais precisamente, em toda atividade que tenha caráter genérico. (Heller, 2004, p.20-21).

É através de questionamentos como os descritos pela autora que o ser se reconhece e comprehende seu papel social. Ao tratarmos de um movimento crítico das formas sociais, temos o entendimento de que o punk tenta, mesmo que muitas vezes imaturamente, compreender essa forma individual/genérica.

O termo imaturo no caso não tem um significado pejorativo, refere-se a uma compreensão do vivido para o entendimento da vida cotidiana. Esse vivido dos jovens com faixa entre 13 a 20 anos, ou seja, um período em que demarca a construção do indivíduo acionário, com pouca experiência, surpreende de como os mesmos encaram e agem em meio às contradições sociais.

Contradições essas que muitas vezes relegam o punk a um signo “estranho”, ou a outras formas pejorativas de tratar o movimento. Constitui-se então o estranho que não se reconhece frente ao absurdo, ou seja, o que eles interpretam como caos urbano; e o absurdo, que não reconhece aquele estranho na sociedade.

Podemos utilizar o que Heller (2004) diz como o caráter representativo, provocador, para entendermos como esse movimento contra cultural tenta modificar essa ordenação da sociedade. Lembra ainda a autora que “[...] a condução da vida não pode se converter em possibilidade social universal a não ser quando for abolida a superação a alienação.” (p.41).

A partir do pensamento da autora compreendemos que mesmo um grupo específico, ou seja, constituindo apenas uma pequena parcela da sociedade e não um movimento popular; germina sua interpretação, compreensão e questionamento no cotidiano ideológico. Esse questionamento é o que nos leva a compreender como o punk inscreve-se na alteridade.



É através da negação enquanto prática, princípio em que alicerçou o discurso punk, que compreendemos o agir socialmente de um movimento moldado em contradições ideológicas, posições políticas, música, imprensa, arte; contra cultura enquanto emancipação do ser social.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena Weldel. **Cenas juvenis:** punks e darks no espetáculo urbano. São Paulo: Editora Página Aberta, 2004.
- BAKHTIN, Mikhail (V.N. Volochínov). **Marxismo e filosofia da linguagem:** problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Hucitec Editora, 2009.
- CARMO, Paulo Sérgio. **Culturas da rebeldia:** a juventude em questão. São Paulo: Senac, 2000.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** 7.ed. - São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2004.
- KROPOTKIN, Piotr A. **O princípio anarquista e outros ensaios.** São Paulo: Editora Hedra, 2007.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã:** crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e o socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.
- MAGALHÃES, Henrique. **Fanzine:** comunicação popular e resistência cultural. Visualidades: Revista do Programa de Mestrado em Cultura Visual / Faculdade de Artes Visuais. - V. 7, n.1 (2009). Goiânia-GO: UFG / FAV, 2009.
- \_\_\_\_\_. **O rebuliço apaixonante dos fanzines.** João Pessoa: Editora Marca de Fantasia, 2003.
- O'HARA, Craig. **A filosofia punk:** mais que barulho. 1.ed. - São Paulo: Radical Livros, 2005.
- OLIVEIRA, Antônio Carlos de. **Os fanzines contam uma história sobre punks.** São Paulo: Editora Achiamé, 2006.
- OLIVEIRA, Vantiê Clínio Carvalho de. **O movimento anarco-punk:** a identidade e a autonomia nas produções e nas vivências de uma tiba urbana juvenil. Natal: Edição própria, 2008.



## OS SÍMBOLOS DA CIDADE DE JOÃO PESSOA COMO MARCAS IDENTITÁRIAS: ANÁLISE DE PROPAGANDAS TURÍSTICAS<sup>1</sup>

Karoline Machado Freire Pereira  
Maria Regina Baracuhy Leite

### INTRODUÇÃO

A propaganda turística de um destino é muito importante. Primeiramente a função da promoção é de apenas apresentar o produto ao público para que possam conhecê-lo e, consequentemente, motivar o seu consumo. Posteriormente, a promoção se objetiva em manter seu consumidor fiel ao produto, utilizando de ações de comunicação direcionadas ao perfil efetivo e potencial do visitante.

Este artigo tem como tema base os símbolos utilizados no gênero propaganda turística e promocional da cidade de João Pessoa, capital da Paraíba, como forma de construção e afirmação de sua identidade. O objetivo do trabalho foi o de analisar, em algumas propagandas turísticas, como os símbolos da cidade de João Pessoa se constituem como marcas identitárias e identificar os possíveis efeitos de sentido deles decorrentes.

Em uma primeira aproximação, veremos que para falarmos de identidade, falaremos também sobre a diferença, pois “a identidade e a diferença estão em uma relação de estreita dependência” e que ambas “são criações sociais e culturais” (SILVA, 2000, p. 74).

Para tanto, realizamos uma pesquisa de cunho interpretativo, na qual coletamos e analisamos, com base na Análise do Discurso de linha francesa e seus estudos culturais, aporte teórico utilizado para a fundamentação teórica, 13 propagandas turísticas da cidade de João Pessoa veiculadas em revistas e “folders”, compondo, assim, nosso *corpus* da análise, utilizando a palavra *corpus* como sendo o conjunto dos materiais coletados sobre os quais foram realizadas as análises à procura de múltiplos sentidos.

No nosso dia-a-dia, nos encontramos diariamente com uma multiplicidade de discursos. Revistas e “folders” turísticos, instrumentos de comunicação, são objetos de estudo na análise do discurso, pois integram as práticas cotidianas no contexto social, global e local, produzindo múltiplos sentidos.

A motivação de estudarmos textos verbo-visuais de material promocional turístico parte de uma inquietação: como um pequeno discurso contido em uma



propaganda turística é utilizado de forma tal que chega a persuadir o interlocutor no processo de tomada de decisão e interferir na construção identitária de uma localidade? Uma das respostas a essa pergunta e ponto de partida inicial podemos encontrar em Foucault (2008), no qual ele destaca que:

Os “discursos” (...) tais como podemos lê-lo sob a forma de texto, não são, como se pode esperar, um puro e simples entrecruzamento de coisas e de palavras (...) discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse “mais” que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (FOUCAULT, 2008, p. 54 e 55)

Dado o valor, desenvolvemos algumas reflexões que consideramos indispensáveis para entendermos a importância da análise dos textos de propagandas turísticas. Elas não resultam de um estudo sistemático, mas de circunstâncias empíricas surgidas durante o desenvolver da realização do trabalho.

Optamos por delimitar nossa pesquisa à análise de textos (verbo-visuais) promocionais de João Pessoa. Este artigo será apresentado em três partes: primeiro, iremos expor o cenário atual do turismo no Brasil, na Região Nordeste, na Paraíba e em João Pessoa; em segundo, discorreremos sobre Análise do Discurso, produção de Identidade, Memória Discursiva, Mídia, o Gênero Propaganda Turística e os Suportes Revista e “Folder”; e em terceiro, procederemos à análise propriamente dita do material coletado para a pesquisa. E, ao final, teceremos alguns comentários que julgamos relevantes sobre a interpretação dos dados.

## UM BREVE RETRATO DO TURISMO

O turismo no Brasil vem apresentando resultados positivos nos últimos anos e a atividade vem se consolidando como um importante vetor de desenvolvimento socioeconômico, de tal forma que no século XXI já surgiu como atividade de primeira



grandeza, alcançando patamares de elevada qualidade operacional e de planejamento. Esse quadro poderá transformar o país em um grande destino internacional.

A região Nordeste brasileira possui uma grande faixa litorânea com belas praias, isso a coloca entre os principais destinos de turismo mundial, trazendo assim milhões de turistas a seus aeroportos todos os anos. Na década de 1970, com o slogan “Conheça o Nordeste”, as campanhas de marketing da região começaram a vender o sol e o mar como produto turístico.

Com o investimento maciço em serviços turísticos e a melhoria da infraestrutura, o Nordeste foi promovido como um dos maiores pólos receptivos de todo Brasil, de correntes turísticas nacionais e internacionais dentro do binômio sol e mar.

O estado da Paraíba, que atualmente, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conta com 3,8 milhões de habitantes em sua área de 56,4km<sup>2</sup>, oferece a seus visitantes vários atrativos turísticos, desde o litoral aos espaços histórico-culturais. Durante muito tempo, a imagem da Paraíba nos demais estados do país era apenas de um local marcado por secas e cangaceiros e pouco era divulgado todas as suas qualidades.

Entretanto, hoje esse panorama está mudando, e o estado já é reconhecido por sua beleza natural e construída, refinado artesanato em madeira, cerâmica e renda, além da diversificada e saborosa gastronomia. A sua principal atividade econômica provem da cana-de-açúcar e deus derivados, porém outra atividade que vem se destacando e, consequentemente, gerando mais empregos e renda é o turismo, situado principalmente em João Pessoa, capital do estado, já que é onde se concentra a rede hoteleira e gastronômica.

Convém destacar que a Paraíba ainda não é destino consolidado, sua realidade turística é bem distante dos grandes destinos do Nordeste, como Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco, onde são investidos milhões em divulgação e “marketing”.

João Pessoa, com seus 723 mil habitantes, segundo dados do IBGE 2010, oferece aos visitantes 25 km de belas praias, um centro-histórico com exemplares da arquitetura de diversos períodos e boa infraestrutura urbana. Um dos atrativos do município é que ele não perdeu o encanto de cidade pequena mesmo com sua modernização. A cidade em 2011 completará 426 anos de fundação. Em sua orla marítima situam-se prédios construídos com limites de altura, devido à preocupação com a ventilação do restante da cidade. O município



também é conhecido por ser o mais verde do Brasil, já que é estimulada a preservação da cobertura verde na área urbana. O centro histórico revitalizado, peculiar culinária e coloridos mercados públicos são alguns dos diversos atrativos turísticos da cidade, reflexos do caldeirão cultural de uma das cidades mais antigas do Brasil.

Quando tratamos do litoral de João Pessoa neste trabalho, falamos do litoral da grande João Pessoa, o qual engloba as cidades vizinhas: Conde e Cabedelo. Algumas peculiaridades aumentam o potencial turístico dessa faixa litorânea: a Ponta do Seixas é um local bastante visitado e fotografado, por ser o ponto mais oriental das Américas; Areia Vermelha e Picãozinho são formações que emergem na maré baixa e podem ser visitadas em passeios de barco; a Praia do Jacaré é a escolhida para se apreciar o pôr-do-sol em seus barzinhos; e no litoral sul encontra-se Tambaba, primeira praia oficial de naturismo do Nordeste.

Esses pontos turísticos, caracterizados pelos atrativos, perfil do turista, sol e calor o ano inteiro, possibilitaram à cidade o desenvolvimento de uma segmentação turística conhecida por “turismo de sol e praia”, assim denominada pelo Ministério do Turismo (2008) por se constituir de “atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor.”

## PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Para melhor compreender o universo da Análise do Discurso da propaganda turística no campo da construção da identidade necessitamos de alguns esclarecimentos sobre os conceitos centrais envolvidos nessa discussão, bem como de um quadro teórico que possa nos dar uma compreensão mais ampla dos processos que estão envolvidos na construção da identidade. Por isso será preciso discutir conceitos de Análise do Discurso, Memória Discursiva, Produção de Sentidos, Identidade, Análise de Imagens, Mídia, Gênero e Suporte, antes de apresentarmos a análise das propagandas turísticas de João Pessoa coletadas.



## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DO DISCURSO

Nosso aporte teórico utilizado, para a fundamentação teórica, foi o da Análise do Discurso de linha francesa e seus estudos culturais, pelo fato de que a análise do discurso possibilita abordar a identidade e a memória social de um povo numa perspectiva discursiva.

Primeiramente, é importante destacar que a análise do discurso não trabalha especificamente com textos, mas com discursos, pois considera o primeiro como materialidade do segundo. Apresentaremos a noção de “discurso”, segundo Ferreira:

O discurso, objeto teórico da análise do discurso (objeto histórico-ideológico), que se produz socialmente através de sua materialidade específica (a língua) é uma prática social cuja regularidade só pode ser apreendida a partir na análise dos processos de sua produção, não dos seus produtos. O discurso é dispersão de textos e a possibilidade de entender os discursos como prática derivada da própria concepção de linguagem marcada pelo conceito de social e histórico com a qual a análise do discurso trabalha. É importante ressaltar que essa noção de discurso nada tem haver com a noção de *parole*/fala referida por Saussure. (FERREIRA, 2001, p. 14)

O discurso não pode ser visto apenas como um conjunto de textos, mas como uma prática linguístico-social, já que ele não é um sistema fechado e sim um processo que está sempre em movimento. Dessa forma, se encontra no âmbito das práticas que edificam a sociedade, na historicidade. Isso implica o reconhecimento de que há uma historicidade inscrita na linguagem, pois a análise do discurso francesa permite trabalhar em busca dos processos de produção de sentido de suas determinações histórico-sociais. Segundo Ferreira:

[...] historicidade é modo como a história se inscreve no discurso, sendo a historicidade entendida como a relação constitutiva entre a linguagem e história. Para o analista do discurso, não interessa o rastreamento de dados históricos em um texto, mas a compreensão de como os sentidos são produzidos. A esse trabalho dos sentidos no texto e à inscrição da história na linguagem é que se dá o nome de historicidade. (FERREIRA, 2001, p. 17)

Na Análise do Discurso, faz-se uma leitura capaz de ir além de um sentido único, considerando a opacidade dos sentidos. Por isso, os discursos são defendidos como efeito de sentidos entre enunciadores. Segundo Baracuhy (2010, p. 169):



A AD vai afirmar que o sujeito não está na origem dos seus dizeres, porque não há o sentido original, os sentidos são históricos; logo, são sempre atravessados por outras vozes que os constituem, assim como os sentidos são constitutivamente opacos, por isso a língua é o lugar do jogo com os sentidos.

Nessa pesquisa, os sentidos são produzidos com base no universo simbólico da cidade de João Pessoa apresentado repetidamente nas propagandas turísticas.

### **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A IDENTIDADE**

Os destinos turísticos localizados no Nordeste do Brasil são “vendidos” pela mídia de forma similar: belas praias de águas mornas e cristalinas, coqueirais, areia branca e bastante sol. Então, quais os fatores que levarão o turista em potencial optar por uma ou outra localidade? O diferencial. E esse diferencial será marcado pelas características identitárias do local. Segundo Woodward (2000, p. 8) “essas identidades adquirem sentido por meio dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas”. Para isso, as propagandas turísticas trabalham bastante na produção e fixação desses símbolos identitários, que possibilitem a diferenciação de cada destino turístico do Nordeste brasileiro.

Para tratar dessas questões começamos dizendo que a identidade não é o oposto da diferença: a identidade depende da diferença. A identidade é marcada pela diferença e a diferença é estabelecida por uma marcação simbólica de representação. Woodward (2008, p. 14) define marcação simbólica ao dizer que “é o meio pelo qual damos sentido a práticas e a relações sociais, definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído”. Então, isso quer dizer que a construção da identidade é tanto simbólica quanto social.

Essa forma de determinar o que está “incluído” e o que está “excluído” dos elementos identitários de uma localidade vai criando uma forma de classificar o mundo, assim, a marcação da diferença será a peça-chave nesse sistema de classificação. Woodward (2008, p. 54) destaca que “os sistemas classificatórios são construídos, sempre, em torno da diferença e das formas pelas quais as diferenças são marcadas”. Ou seja, a diferença é o elemento central nos sistemas classificatórios. Assim, como cada cultura tem suas próprias e distintivas formas de classificar o mundo, a diferença será aquilo que irá separar uma



identidade da outra, estabelecendo distinções entre este e os demais destinos turísticos “vendidos” sob o binômio sol e praia.

Porém, não basta apenas eleger elementos quaisquer a fim de ilustrar o “folder” e convencer o turista em potencial de que naquele lugar ele poderá vivenciar as férias de seus sonhos. As propagandas turísticas só serão eficazes no seu objetivo de vender, se, no seu apelo aos consumidores, fornecerem imagens com as quais eles possam identificar realmente aquela localidade. E isso também fará com que possa ser evitada uma possível frustração do visitante. Bignami (2002, p. 52) afirma que imagens que não representam a “realidade” também são consideradas problemáticas em termos de “marketing”. Para que isso não ocorra, Woodward diz que há duas formas de se reivindicar uma posição de identidade autêntica e verdadeira: uma amparada nos antecedentes históricos e outra na biologia,

Isso ilustra duas versões de essencialismo identitário. A primeira fundamenta a identidade na “verdade” da tradição e nas raízes da história, fazendo um apelo à “realidade” de um passado possivelmente reprimido e obscurecido, no qual a identidade proclamada no presente é revelada como um produto da história. A segunda está relacionada a uma categoria “natural”, fixa, na qual a “verdade” está enraizada na biologia. Cada uma dessas versões envolve uma crença da existência e na busca de uma identidade verdadeira. O essencialismo pode, assim, ser biológico e natural, ou histórico e cultural. De qualquer modo, o que eles têm em comum é uma concepção *unificada* de identidade. (WOODWARD, 2008, p.37)

Apresentamos, assim, alguns dos importantes conceitos relacionados à questão da identidade e da diferença, desenvolvendo um quadro de referência para a análise das propagandas turísticas de João Pessoa. Discutimos razões pela qual é importante tratar dessa questão e analisamos de que forma ela surge na produção cultural. É importante frisar que as identidades não são fixas, elas são produzidas em momentos particulares no tempo, emergindo em determinados momentos históricos e mudam ao longo do tempo.



## O GÊNERO PROPAGANDA TURÍSTICA E A MEMÓRIA DISCURSIVA

Nossa ênfase, neste artigo, é apresentar como a mídia está construindo a identidade de João Pessoa recorrendo à memória discursiva de símbolos imagéticos a partir do gênero propaganda turística.

A mídia é considerada o “quarto poder” vigente no Brasil, cujas atividades gravitam em três esferas: cultura de massa, comunicação e informação. Essa expressão refere-se ao poder da mídia quanto a sua capacidade de manipular a opinião pública, a ponto de ditar regras de comportamento e influir nas escolhas dos indivíduos e por fim da própria sociedade.

Nossa hipótese de trabalho é que a mídia, por meio da propaganda turística, se utiliza do recurso da repetição maçante de símbolos imagéticos como estratégia de produção identitária do produto ofertado (a cidade de João Pessoa).

Para Pêcheux (1999, p. 52), todo discurso se constitui a partir de uma memória:

A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.

Esse conceito de memória discursiva apontado por Pêcheux relaciona-se com o fato das palavras falarem com outras palavras, ou seja, os discursos se delineiam na relação com outros “já-ditos”, tanto aqueles presentes como aqueles alojados na memória.

A mídia precisa provocar um “efeito verdade”, para persuadir o turista em potencial, e para isso, necessita da incessante repetição de textos e imagens de um mesmo discurso publicitário. Esse cenário padrão repetido diversas vezes criará uma aparente homogeneidade visual, consequentemente a fixação na memória dos símbolos imagéticos daquela localidade.

Ou seja, na propaganda turística, a mídia não entra com seu papel de passar informação, suas imagens veiculadas não são meras fotografias que retratam a realidade de forma imparcial, seu objetivo aqui é o de vender o produto turístico, mesmo que o discurso publicitário tenha sido construído baseado em falsas promessas e ilusões. É dessa forma que a mídia cria e recria novos destinos turísticos.



Para “vender” um atrativo turístico do Nordeste brasileiro, a mídia além de criar os ambientes com os símbolos imagéticos padrões de um paraíso tropical, ela ainda oferece uma imagem plural e multifacetada, com base no “diferencial” natural e cultural da localidade. Como grande parte dos destinos turísticos exploradores do segmento “turismo de sol e praia” é comercializada de forma semelhante, então será esse “diferencial” que fará o turista optar por essa ou aquela localidade. A partir daí, esses novos símbolos da cultura local serão reproduzidos repetitivamente até que a localidade também seja reconhecida por eles.

Segundo Baracuhy (2004, p. 161) “todos os gêneros discursivos necessitam de uma materialidade para fazer circular os seus dizeres”. A essa materialidade chamamos “suportes” materiais ou textuais. Foucault (2008) trata de suporte ao caracterizar a função enunciativa:

[...] característica da função enunciativa: ela não pode se exercer sem a existência de um domínio associado. Isso faz do enunciado algo diferente e mais que um simples agregado de signos que precisaria, para existir, apenas de um suporte material – superfície de inscrição, substância sonora, matéria moldável, incisão vazia de um traço. (FOUCAULT, 2008, p. 108)

Foucault (2008, p. 114), em seguida, diz que a materialidade “é constitutiva do próprio enunciado: o enunciado precisa ter uma substância, um suporte, um lugar e uma data”. Nesse trabalho, utilizamos os suportes materiais “folder” e revista de propaganda turística da cidade.

## ANÁLISE DE DADOS

Iniciaremos a análise do material coletado, tecendo algumas considerações sobre o *corpus* em estudo. Foram coletados oito “folders”, um guia “Roteiros do Brasil 2009-2010”, uma revista turística oficial da Empresa Paraibana de Turismo S/A (PBTUR) e quatro propagandas turísticas selecionadas em quatro edições da revista “Travel World”. Contudo, neste artigo, não é apresentado todo esse material, promovemos um recorte, de acordo com a necessidade da pesquisa. *Recorte* é conceituado por Orlandi (1987, p. 139)



como “uma unidade discursiva: fragmento correlacionado de linguagem – e – situação”.

Assim definido, o recorte é uma edificação.

É o analista que, no seu ato de recortar, constrói o novo texto.

No Quadro 1, abaixo, apresentamos as peças publicitárias constadas no *corpus*:

**Quadro 1 – Corpus da Pesquisa**

Nº	Peça	Título
01	Folder - impresso	Paraíba Maravilhosa
02	Folder - impresso	Você no Extremo Oriental das Américas
03	Folder - impresso	João Pessoa: Mapa Turístico
04	Folder - impresso	Guia de João Pessoa
05	Folder - impresso	Roteiros para pedestre no Centro Histórico de João Pessoa
06	Folder - impresso	Mapa Turístico de João Pessoa e Região Metropolitana
07	Folder - impresso	João Pessoa: Entre rios e mar, séculos de cultura.
08	Roteiro - guia	João Pessoa
09	Anúncio - revista	Brasil: Paraíba
10	Anúncio - revista	Paraíba: um novo roteiro brasileiro
11	Anúncio - revista	João Pessoa é surpreendente
12	Anúncio - revista	Paraíba: bem-vindo à terra das surpresas
13	Anúncio - revista	João Pessoa: natureza e tranquilidade

Segundo Foucault (2008), o enunciado é constituído pela singularidade e repetição e sua análise deve necessariamente levar em conta esses dois elementos. Então, para analisar uma série enunciativa, devemos buscar as regularidades (correlações, funcionamentos, transformações entre enunciados) em um “sistema de dispersão”.

Essas regularidades, no discurso da propaganda turística de João Pessoa, são observadas a partir da repetição incessante de alguns atrativos turísticos. Foi por essa razão que consideramos os atrativos, abaixo-relacionados, como símbolos de representação, de identificação da cidade, pois fazem parte de uma memória discursiva já pré-estabelecida.

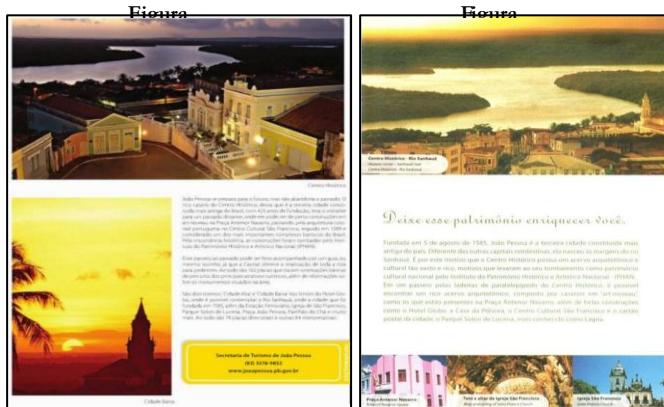
No Quadro 2, abaixo, apresentamos os atrativos mais frequentes nas peças analisadas:



**Quadro 2 – Frequência dos Atrativos Turísticos nas peças publicitárias analisados**

Atrativos Turísticos	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13
Centro Histórico	☆	☆	☆	☆	☆	☆	☆	☆	☆		☆	☆	☆
Lagoa	☆		☆	☆	☆	☆	☆	☆	☆			☆	☆
Ponta dos Seixas	☆	☆	☆	☆		☆	☆	☆	☆		☆	☆	☆
Gastronomia	☆		☆			☆	☆	☆		☆			

**O CENTRO HISTÓRICO COMO SÍMBOLO DE JOÃO PESSOA**



Dentre os atrativos turísticos, o Centro Histórico foi o que recebeu maior destaque, estando presente em doze das treze propagandas turísticas em estudo. Essa repetição exaustiva o transformou em símbolo identitário de João Pessoa.

Essa frequência maçante pode ser justificada em Woodward (2000), ela destaca que estamos vivendo uma crise de identidade no mundo contemporâneo e que a globalização trouxe a interação econômica e cultural, produzindo, assim, identidades novas e globalizadas. E continua dizendo que para lidar com essa fragmentação do presente, algumas comunidades buscam retornar a um passado supostamente perdido. Assim, essa redescoberta do passado faz parte do processo de construção da identidade.



**DISCURSO, SOCIEDADE E CULTURA**  
I Encontro de PESQUISADORES em ESTUDOS DISCURSIVOS  
ISBN 978-85-7539-765-7

As propagandas turísticas em destaque reforçam a construção da imagem de uma João Pessoa histórica. Esse efeito de sentido é suscitado tanto a partir do texto visual do anúncio, que traz igrejas, monumentos e casarios antigos; quanto do texto verbal.

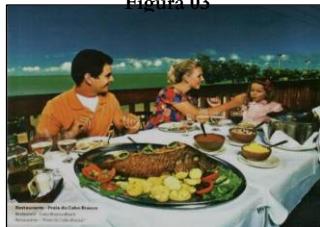
As estratégias discursivas utilizadas para divulgar essas construções “antigas” recaem na evocação do título de “Patrimônio Cultural Nacional”, bem como na retomada direta de datas históricas (“terceira cidade constituída mais antiga do Brasil”, “425 anos de fundação”, “erguido em 1589”, “fundada em 1585”) ou indireta de fatos do passado (“arquitetura colonial portuguesa”, “complexos barrocos”).

O adjetivo “rico”, constantemente repetido (“Deixe esse patrimônio enriquecer você”, “acervo arquitetônico e cultural tão vasto e rico”, “rico acervo arquitetônico”, “rico casario”), retoma a memória discursiva de toda ostentação do ouro utilizado nas construções barrocas.

No plano de fundo, o rio Sanhauá ajuda a compor o cenário histórico (“ela nasceu às margens do rio Sanhauá”).

## A GASTRONOMIA COMO SÍMBOLO DE JOÃO PESSOA

Figura 03



Casa São Joaquim com Irmão Pedro

José Pessa preparou-nos das suas memórias, a começar pela culinária, rica em cores, aromas e sabores. «Muita sopa, para todos os paladares, desde as apimentadas de fumo com pimentos, milho, cebolas, canela, canela e canela, até as mais suaves e maceradas, até os pratos tipicamente portugueses, como o arroz de marisco, que é um dos meus favoritos, ou o cozido à portuguesa, que é um dos meus favoritos», afirma José Pessa. «Ouviu falar eu quando das conversas com os amigos, comanches e conchilhas e o cuscuz. A topica é a outra prato da lista, feita a base de farinha de mandioca, com canjicas, pamonhas e o cuscuz. Vai eu encantado às várias lojas, pela pais, shoppings, restaurantes e principalmente na Feira da Artesanato de São Paulo.

**Figura 04**



*Culinária e arte popular  
que cativam o visitante*

Além de todas as belezas naturais do Litoral, do notável patrimônio histórico de Almeida Pessoa e dos surpreendentes meios turísticos do interior, a Paraíba conta com uma culinária de inigualável sabor e uma produção artesanal que impressiona pela criatividade. As atempóis gastronômicas são aquelas quantas variadas, da carne seca ao Sertão das frutas do maz, entre iauáris que se complementam com sucos de frutas tropicais. Não é de admirar que seja resistir a uma buchada de ovelha ou um encorpado de carnejunto, não mais tendo por aparente uma batida de limão frito com cachaça de alambique, belo típico da terra. Para paladar nenhum batedor gosma. O artecaseiro paraibano figura entre os maiores inventores de Nordeste, utilizando magnificamente peças em madeira, couro, metal, fibras, cerâmica e outras matérias primas que ganham vida e magia nas mãos das artistas populares. Visitar os mercados de artesanato do Estado é programa obrigatório. Entre tantos outros que fazem da Paraíba um passeio inesquecível. São bem vindos e quem une bela lembrança.

Aquilo que comemos pode nos dizer muito sobre quem somos e sobre a cultura na qual vivemos. A comida é um meio pelo qual as pessoas podem fazer afirmações sobre si



próprias. Por isso podemos dizer que a comida é portadora de significados simbólicos. É o papel do alimento na construção de identidade.

A cozinha estabelece uma identidade entre nós – como seres humanos (isto é, nossa cultura) – e nossa comida (isto é, a natureza). A cozinha é o meio universal pela qual a natureza é transformada em cultura. A cozinha é também uma linguagem por meio da qual “falamos” sobre nós próprios e sobre nossos lugares no mundo. (WOODWARD, 2000, p. 42)

Com isso, podemos dizer que a divulgação da gastronomia motiva a construção da imagem de uma João Pessoa cultural.

No “folder” em destaque, a instância enunciadora procura apresentar a gastronomia de João Pessoa como diversificada. Para tanto, a estratégia discursiva acionada é adicionar essa diversidade (“opções para todos os paladares”) aos vários tipos de comida elencados – peixes, moquecas, camarões, caranguejo ao coco, mariscos, carne de sol, feijão verde, queijo coalho, macaxeira, canjicas, pamonhas, cuscuz, arrumadinho, camarão ao alho e óleo, rubacão, tapioca e bolo pé de moleque.

As fotografias utilizadas nesse “folder” procuram retratar opções gastronômicas mais desconhecidas pela instância destinatária – ou, pelo menos, não tão comuns –, tais como o arrumadinho, o rubacão e a tapioca. Cria-se, assim, um efeito de exotismo, incrementado pela apresentação da mistura de “cores, aromas e sabores”.

O título do “folder” (“Você vai se deliciar com João Pessoa”) leva a um duplo efeito de sentido, um que o turista irá gostar da cidade de João Pessoa, e outro que o turista vai saborear comidas deliciosas ao visitar a cidade.



## A LAGOA COMO SÍMBOLO DE JOÃO PESSOA

Figura 05

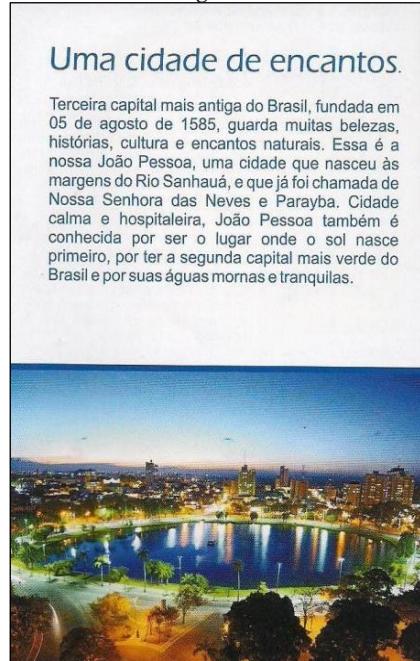
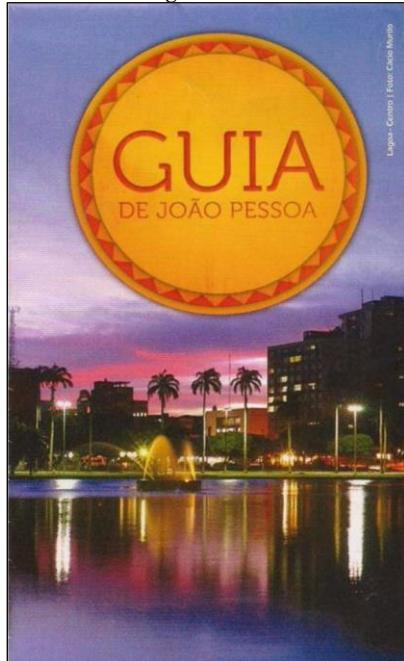


Figura 06





DISCURSO, SOCIEDADE E CULTURA  
I Encontro de PESQUISADORES em ESTUDOS DISCURSIVOS  
ISBN 978-85-7539-765-7

Figura 07



*Respire fundo, João Pessoa é "Verde Para o Mundo"*

O título de segunda cidade mais verde do mundo não foi dado à traça para João Pessoa. São mais de 7m<sup>2</sup> de floresta e 20m<sup>2</sup> de área verde por habitante. Atualmente, árvores estão em todo lugar, das reservas florestais às vias de grande circulação. Áreas como o Jardim Botânico e a Beira são um espetáculo da natureza, repleto de belas paisagens e trilhas ecológicas em pleno centro, numa localização privilegiada. Essas florestas uniformizam o céu, além de funcionar como um verdadeiro pulmão para a cidade.

Figura 08



*Parque Solon de Lucena (Lagoa) - Parque Solon de Lucena (Lagoa)*

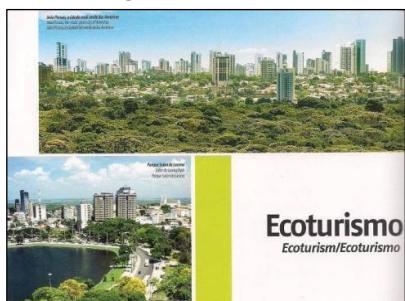
Um dos recantos mais bonitos da capital que chama a atenção por sua expressão paisagística, criada originalmente por Burle Marx. A lagoa, rodeada por palmeiras imperiais, chama a atenção. Fica bem no Centro da cidade e por isso é ponto de confluência e muita movimentação.

Figura 09



*Parque Solon de Lucena*

Figura 10



**Ecoturismo**  
*Ecoturism/Ecoturismo*

O Parque Solon de Lucena, mais conhecido como Lagoa, está localizado no Centro da Cidade de João Pessoa. Sua repetição exaustiva em campanhas publicitárias também o transformou em símbolo identitário da cidade. Está presente em dez das treze



propagandas coletadas. A Lagoa, no discurso da propaganda turística, contribui com a construção da imagem de uma João Pessoa de belezas naturais.

Este símbolo imagético é discursivizado junto ao título de “segunda cidade mais verde do mundo”. Isso ilustra a segunda versão do essencialismo identitário propagado por Woodward (2000, p. 37), que diz que a identidade também “está relacionada a uma categoria *natural*, fixa, na qual a *verdade* está enraizada na biologia. (...) O essencialismo pode, assim, ser biológico e natural”.

Ao analisarmos as imagens que compõem as peças (Figuras 05, 06, 07, 08, 09 e 10), verificamos que elas apresentam uma regularidade: em meio a um centro comercial, com suas construções, prédios, asfalto, carros, ônibus, compradores e vendedores, surge uma grande lagoa, arborizada, iluminada e com uma fonte jorrando água, semelhante a um Oasis no meio do deserto. Esse discurso se completa com a materialidade verbal: “guarda muitas belezas”, “encantos naturais”, “verde para o mundo”, “aqui, as árvores estão em todo lugar, das reservas às vias de grande circulação”, “além de funcionar como um verdadeiro pulmão para a cidade”, “um dos recantos mais bonitos da capital”, “rodeada por palmeiras imperiais”, “garças brancas voando”, “grama verdinha”, “ipês amarelos floridos”, “tapete de pétalas”, “um dos mais belos cartões postais” e “ecoturismo”.

Esse cenário em perfeita harmonia pode retratar a “realidade” do atrativo, mas também pode ser apenas a idealização desta. A publicidade, em geral, evoca apenas imagens de um mundo perfeito, desejado, sem defeitos, vinculando este mundo perfeito ao anunciante (o que contribui para construção de uma imagem positiva da marca). De acordo com Baracuhy (2008), essas imagens, no discurso da propaganda turística de João Pessoa,

“podem ser definidas como metáforas visuais, pois embora se fundamentem numa relação de similitude com a realidade empírica, elas operam sempre um deslocamento entre o mundo real que elas representam e o universo discursivo em que elas se situam”.



## A PONTA DOS SEIXAS COMO SÍMBOLO DE JOÃO PESSOA

Figura 11

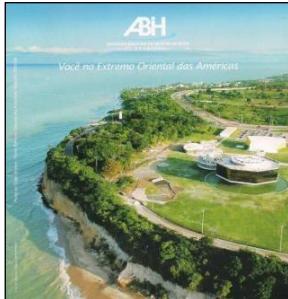


Figura 12



Figura 13



Figura 11



Figura 13

*Do Sul ao Norte, um Litoral que tem até praia naturista*

A Ponta dos Seixas, situada no lado da Ilha do Mel, é uma singularidade geográfica que descreve a Paisagem Natural Extrema Oriental das Américas. Ali, onde o mar bate primeiramente no Continente, começa o litoral Sul, que tem como principal centro a Cota do Ceará, famosa por suas praias e rios cristalinos. Através de um sistema de canais e rios, essa paisagem é interligada e intensamente convivida por pessoas que vivem principalmente nas encostas da Ilha do Mel, que compõe o Parque Estadual da Ilha do Mel. Através de canais e rios, essa paisagem é interligada e intensamente convivida por pessoas que vivem principalmente nas encostas da Ilha do Mel, que compõe o Parque Estadual da Ilha do Mel. Através de canais e rios, essa paisagem é interligada e intensamente convivida por pessoas que vivem principalmente nas encostas da Ilha do Mel, que compõe o Parque Estadual da Ilha do Mel. Através de canais e rios, essa paisagem é interligada e intensamente convivida por pessoas que vivem principalmente nas encostas da Ilha do Mel, que compõe o Parque Estadual da Ilha do Mel.



Figura 14

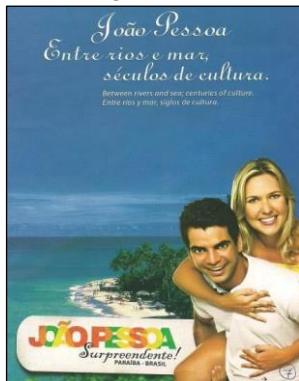


Figura 15

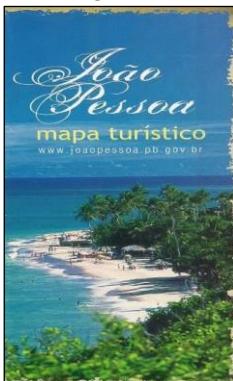


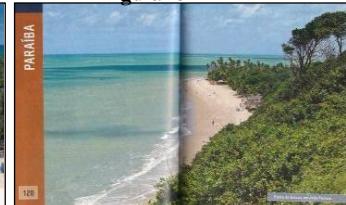
Figura 16



Figura 17



Figura 18



A Ponta dos Seixas está presente em onze das treze propagandas do *corpus*. Além disso, foi o atrativo turístico da cidade que mais figurou as capas das propagandas e “folders”, constando em seis capas, representando sempre um lugar de destaque.

Ao analisarmos essas peças, verificamos que elas apresentam uma regularidade: os textos verbais reiteram a imagem de paraíso ao descrever João Pessoa como uma cidade “tranquila” (Peças 01, 02, 03, 04, 09, 10, 11, 12 e 13), com praias “encantadoras” (Peças 01 e 02), “deslumbrantes” (Peças 01 e 03), “sedutoras” (Peças 01 e 04), emoldurada por “falésias” (Peças 01, 05, 08, 10 e 12), sombreadas por “coqueirais” (Peças 01, 06, 08, 10 e 12), com mar “verdeazulado” (Peças 07, 10 e 12) de águas “mornas” (Peças 01, 02, 04, 07, 08, 09, 12 e 13), “cristalinas” (Peças 02, 04, 07, 09, 10 e 11) e “limpas” (Peças 09, 10 e 13), um verdadeiro “paraíso tropical” (Peças 01, 07, 09, 10 e 12). A Ponta dos Seixas, no discurso da propaganda turística, contribui com a construção da imagem de uma João Pessoa paradisiáca.



Porém, esse discurso é semelhante aos trazidos nas propagandas dos demais destinos turísticos do Nordeste brasileiro. Então qual seria a marca identitária de João Pessoa nessas propagandas turísticas? O diferencial reside no fato da Ponta dos Seixas localizar-se na porção mais oriental das Américas. Esse discurso é materializado em várias passagens do texto verbal: “você está no extremo oriental das Américas”, “o ponto geográfico mais oriental das Américas”, “pela sua localização geográfica, o sol nasce primeiro”, “sol e mar”, “o sol que brinda a cidade diariamente”, “até o sol levanta mais cedo” e “passando o dia gozando o sol”.

Percebemos também, em uma passagem na Figura 12, a tentativa de apresentar o diferencial da cidade de João Pessoa perante aos demais destinos do Nordeste:

“Um banho de mar nas praias de Manaíra, Tambaú, Bessa, ou Cabo Branco pode até ser comparado a um mergulho em outras praias do Nordeste, mas o ar puro que se respira e a quantidade de árvores que dividem espaço com as construções e avenidas da cidade são atrativos que só se encontra em João Pessoa”.

Outro ponto a ser destacado é o discurso do “verde”. Onze, das treze propagandas estudadas, trouxeram em seus textos a promoção do verde da cidade. Seguem alguns trechos:

- “A sua exuberância vegetal impressiona pela densidade do verde que se espalha por diversos parques, praças e avenidas”. (Peça 01)
- “A cidade também é considerada pela ONU a Segunda mais verde do mundo, com 20m<sup>2</sup> de área verde por habitante”. (Peça 02)
- “Aqui, o verde é o cenário. Das reservas de mata atlântica a urbanidade, ele está presente nas presentes nas praças, nas ruas, nos jardins residenciais, dentre os vários recantos que fazem desta cidade uma das mais arborizadas do mundo”. (Peça 03)
- [...] “a segunda capital mais verde do mundo”. (Peça 04)
- “Respire fundo. João Pessoa é verde para o mundo” (Peça 07)
- “A preocupação ecológica [...] estimula a preservação da cobertura verde na área urbana da cidade, uma das mais arborizadas do país”. (Peça 08)
- “Sol, mar, verde, muita qualidade de vida e tranquilidade esperam por você [...] A cidade mais verde das Américas. Cidade e natureza em equilíbrio [...] Harmoniosamente plantada entre uma profusão de verdes, João Pessoa é considerada a cidade mais verde das Américas e a segunda do mundo”. (Peça 09)



- [...] “a tranquilidade da segunda cidade mais verde do mundo, perdendo apenas para Paris”. (Peça 10)
- “Somos a porta do sol desse país tropical. Somos a mata verde, a esperança. Somos o sol do extremo oriental.” (Peça 11)
- “Considerada pela ONU, a segunda cidade mais verde do mundo, João Pessoa é conhecida como *cidade jardim* e *cidade pomar* dada a grande quantidade de plantas e árvores frutíferas que ornamentam a cidade [...]. Se não bastasse o verde que confere à população uma excelente qualidade de vida [...].” (Peça 12)
- “Verde e mar”. (Peça 13)

Essa repetição incessante de imagens simbólicas no discurso midiático cria um cenário homogêneo, dá credibilidade aos “já-ditos” e constrói e fixa a memória discursiva da cidade. Dessa forma, podemos afirmar que o mecanismo enunciativo da repetição participa da construção identitária de João Pessoa, tornando os atrativos turísticos – o “Centro Histórico”, a “Gastronomia”, a “Lagoa” e a “Ponta dos Seixas” – símbolos identitários da cidade.

## CONSIDERAÇÕES

O País possui hoje uma rede de gestão descentralizada e compartilhada do Turismo, que envolve o Governo Federal, os governos estaduais e municipais, o setor privado e as organizações representativas da sociedade civil, que vem se organizando para a implementação das políticas de Turismo nas diversas esferas de gestão.

Na Paraíba vivemos uma realidade turística bem distante dos grandes destinos do nordeste, como o Ceará, Bahia, Rio Grande do Norte e Pernambuco, onde são investidos milhões em divulgação e “marketing”, ressalte-se que já são destinos consolidados. A Paraíba ainda não é destino consolidado, consequentemente necessitará de uma atenção maior.

Conhecer as estratégias de promoção do turismo paraibano, seus desafios, possibilidades, erros e acertos é essencial para analisar o presente e contribuir para um futuro promissor desse campo ainda tão pleno de potencial.

Nesta direção, através da pesquisa intitulada “A identidade de João Pessoa marcada por meio de símbolos” buscamos analisar, em algumas propagandas turísticas,



como os símbolos da cidade de João Pessoa, se constituem como marcas identitárias e identificar os possíveis efeitos de sentido deles decorrentes.

Nossa discussão procurou teorizar as formas pelas quais os sistemas simbólicos atuam para produzir identidades. Demonstramos que a diferença é marcada em relação à identidade, assim, apresentamos alguns dos importantes conceitos relacionados à questão da identidade e da diferença e tecemos algumas considerações epistemológicas sobre a Análise do Discurso, nos possibilitando o desenvolvimento de um quadro de referência para a análise das propagandas turísticas de João Pessoa.

Analisamos, além disso, os processos envolvidos na produção de significados por meio de sistemas representacionais, em sua conexão com o posicionamento dos sujeitos e com a construção de identidades no interior de sistemas simbólicos.

Vimos que, para “vender” o destino João Pessoa, a mídia se utiliza da repetição de objetos contidos na memória discursiva relativos a certos atrativos turísticos de João Pessoa (o Centro Histórico, a gastronomia, a Lagoa, o Farol do Cabo Branco, a Ponta dos Seixas e Areia Vermelha), como estratégia de torná-los marcas identitárias da cidade e criar um diferencial perante aos demais destinos nordestinos.

Percebemos que existe um contínuo processo de identificação, pois as identidades não são fixas, elas são produzidas em momentos particulares no tempo, emergindo em determinados momentos históricos e mudam ao longo do tempo.

Chegamos a ideia também de que, através dos sistemas simbólicos presentes nas propagandas turísticas, podemos, de certa maneira, manipular a forma pela qual somos vistos pelos outros. Pois a publicidade, além de ser vista como a principal fomentadora de imagens “positivas” (ou “atrativas”) de um destino turístico, também tem o papel de tentar reverter as possíveis imagens “negativas” (ou “repulsivas”) que estejam no imaginário social. Sabemos que muitos ainda veem o Nordeste como subdesenvolvido, pobre e devastado pelas secas.

Assim, a Análise do Discurso nos proporcionou verificar que a cidade de João Pessoa possui atrativos turísticos que são trabalhados como símbolos identitários da cidade, e que constituem o diferencial perante aos demais destinos nordestinos. Esses símbolos imagéticos produzem efeitos de sentido múltiplos, como o de uma João Pessoa histórica,



cultural e paradisíaca. Essa foi nossa interpretação dada, mas haverá sempre espaço para outro sentido.

Para finalizar este artigo, destacamos que, de acordo com a Análise do Discurso,

[...] a interpretação sempre pode ser outra, mas o movimento interpretativo não é um movimento caótico, não regido. As condições de produção e a própria possibilidade de abertura impõem determinações, limites e esse movimento, o que significa dizer que a interpretação pode ser múltipla, mas não qualquer uma. (FERREIRA, 2001, p. 18)

## REFERÊNCIAS

- BARACUHY, Maria Regina. **A propaganda turística é um gênero do discurso?** Revista do GELNE, João Pessoa, v. 6, n. 1, p. 153-166, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Análise do Discurso e Mídia:** nas trilhas da identidade nordestina. Veredas ON LINE, Juiz de Fora, v. 14, n. 2, p. 167-177, 2010.
- \_\_\_\_\_. **A produção discursiva da identidade nordestina no gênero propaganda turística.** Linguagem, São Carlos, 3<sup>a</sup> edição, Outubro/Novembro, 2008.
- BIGNAMI, Rosana. **A imagem do Brasil no turismo.** São Paulo: Aleph, 2002.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo de Sol e Praia:** orientações básicas. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.
- FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Glossário de termos do discurso.** Porto Alegre: Instituto de Letras/UFRGS, 2001.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** 7<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2008.
- ORLANDI, Eni P. **A linguagem e seu funcionamento.** 2<sup>a</sup> edição. Campinas: Pontes, 1987.
- PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, P. [et.al.] (Org.). **Papel da memória.** Trad. José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Semântica e discurso:** Uma crítica à afirmação do óbvio. São Paulo, Editora da UNICAMP, 1988.
- SAMPAIO, Rafael. **Propaganda de A a Z:** como usar a propaganda para construir marcas e empresas de sucesso. Rio de Janeiro: Campus: ABP, 1999.



DISCURSO, SOCIEDADE E CULTURA  
I Encontro de PESQUISADORES em ESTUDOS DISCURSIVOS  
ISBN 978-85-7539-765-7

SILVA, Tomaz Tadeu da. (org); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.



## A DISCURSIVIDADE EM TÍTULOS DE MATERIAS DO WEBJORNALISMO PARAIBANO

Manassés Morais Xavier  
Patrícia Silva Rosas de Araújo  
Patrício de Albuquerque Vieira

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 1996)

A discursividade como estrutura ou como acontecimento. (PÊCHEUX, 2008)

### INTRODUÇÃO

Concebendo o sentido como efeito discursivo em um contexto sócio-histórico (FOUCAULT, 1996) e a discursividade como estrutura e acontecimento (PÊCHEUX, 2008), o presente trabalho objetiva, de modo geral, entrecruzar aspectos linguísticos, sociais e ideológicos que constituem a discursividade em títulos de matérias do webjornalismo paraibano.

De modo específico, destacamos: identificar que vertentes de leitura subjazem nas materialidades discursivas selecionadas para análise, discutir sobre os deslocamentos de sentido em tais materialidades e evidenciar as suas condições sócio-históricas.

O trabalho dialoga com a perspectiva discursiva de leitura, entendendo que não lemos como queremos, mas como podemos em determinada situação comunicativa. Esta postura confirma que o discurso corresponde ao que enunciamos a partir de condições específicas de produção e o processo de discursividade se associa a formações sociais, ideológicas, discursivas e históricas.

Sendo assim, o texto e, consequentemente, sua(s) leitura(s) precisam ser pensados discursivamente, isto é, concebidos pela interligação entre texto e redes de memória. Leituras discursivas exigem do sujeito um posicionamento que entenda a concepção de que as ações linguageiras estão intrinsecamente conectadas à relações ideológicas (PÊCHEUX, 2008) e à microfísica do poder (FOUCAULT, 1996).



DISCURSO, SOCIEDADE E CULTURA  
I Encontro de PESQUISADORES em ESTUDOS DISCURSIVOS  
ISBN 978-85-7539-765-7

Para a constituição do *corpus* foram selecionados 04 títulos de matérias do webjornalismo paraibano, sendo 02 do Portal Correio (<http://www.portalcorreio.com.br/>) e 02 do Paraíba 1 (<http://www.paraiba1.com.br/>). A seleção dos títulos deve-se a sua vinculação a dois fatos relacionados a greves que ocorreram no Estado da Paraíba: a dos delegados, setembro de 2009, e a dos servidores da Universidade Estadual da Paraíba, abril de 2011.

A seguir, apresentamos as quatro materialidades discursivas inscritas em seu suporte de circulação social: o webjornalismo.

### MATERIALIDADE DISCURSIVA 01 (MD 01) – Portal Paraíba 1 (24/09/2009)





DISCURSO, SOCIEDADE E CULTURA  
I Encontro de PESQUISADORES em ESTUDOS DISCURSIVOS  
ISBN 978-85-7539-765-7

MATERIALIDADE DISCURSIVA 02 (MD 02) – Portal Correio (24/09/2009)

The screenshot shows a news article from the 'NOTÍCIAS' section of the Portal Correio. The headline reads 'Delegados podem entrar em greve na próxima semana' (Delegates may go on strike next week). The article discusses a meeting of the Association of Delegates of Paraíba (Adepede) where they decided to strike. The date is listed as Quinta, 24 de Setembro de 2009. The page includes a sidebar with links to other news categories like 'Editorias', 'Cidades', 'Política', 'Justiça', 'Economia', 'Polícia', 'Esportes', 'Saúde', and 'Condado'. There is also a search bar and a sidebar for 'CLUBE TURISMO'.

MATERIALIDADE DISCURSIVA 03 (MD 03) – Portal Paraíba 1 (27/04/2011)

The screenshot shows a news article from the 'Cidades' section of the Portal Paraíba 1. The headline reads 'Servidores da UEPB iniciam greve e professores marcam indicativo' (Employees of UEPB start strike and professors mark indicative). The article discusses a strike by professors at the Federal University of Paraíba (UEPB). The date is listed as 27/04/2011. The page includes a sidebar with links to other news categories like 'Editorias', 'Cidades', 'Cultura e Tecnologia', 'Concursos e Empregos', 'Cultura e Lazer', 'Economia e Negócios', 'Educação', and 'Esportes'. There is also a video player showing a video titled 'Karoline Zilah' and a sidebar for 'BLOGS & COLUNAS' featuring 'Angélica Lúcia' and 'Blog da Redação'.



## MATERIALIDADE DISCURSIVA 04 (MD 04) – Portal Correio (27/04/2011)

The screenshot shows a Mozilla Firefox browser window with the URL <http://www.portalcorreio.com.br/noticias/header.asp?newsId=119751>. The page title is "Servidores da UEPB em greve; 20 mil alunos sem aula - Portal Correio - Mozilla Firefox". The main content features a large image of a smiling woman and the headline "Vestibular 10/07 ou agendado diariamente". Below the headline is the logo of the Faculty of Maurício de Nassau (Faculdade Maurício de Nassau) and the text "FAZENDO PARTE DA SUA HISTÓRIA". The news article is titled "Servidores da UEPB em greve; 20 mil alunos sem aula" and includes a small illustration of three red candles. The sidebar on the left lists various news categories like Editorias, Policia, Cidades, Últimas, Política, Cultura, Celebridades, Brasil, Concursos, Esportes, Justiça, Economia, Mundo, Sistema Correio, and TV Correio. The right sidebar includes links to Palavra Chave, Google, and a search bar.

### SOBRE AS ATIVIDADES DO WEBJORNALISMO<sup>1</sup>

O jornalismo digital representa uma revolução na maneira de apurar, produzir e circular conteúdo jornalístico. Nos dias de hoje, poucos discordam da importância das mídias digitais e de sua funcionalidade no panorama global dos meios de comunicação de massa.

Especificamente no ciberespaço, a prática do jornalismo define-se pelo uso de aparelhos multimídia na pesquisa, produção e distribuição de notícias e informações. Estes aparelhos são desenvolvidos de modo a condicionar acomodações por parte daqueles que, através dos portais, disponibilizam serviços via *Web*.

Ferrari (2009) elucida que os portais representam um espaço de interação na *Internet* reconhecido pela especialização do serviço prestado. Trata-se, portanto, de um

<sup>1</sup> A discussão deste tópico está, também, inserida na monografia “Jornalismo digital na escola: narrativas de uma prática educomunicativa”, produzida por Manassés Moraes Xavier e orientada pela Profª Dra. Robéria Nádia Araújo Nascimento, do Departamento de Comunicação Social da Universidade Estadual da Paraíba.



trabalho especializado ou verticalmente focado em um conjunto de assuntos para uma comunidade de interesses comuns.

Em se tratando do webjornalismo, Borges (2009) menciona que esta atividade do jornalismo exige um grau de amadurecimento notável e acompanha a adequação de profissionais e leitores à lógica peculiar de funcionamento da *Internet*, marcada pela velocidade de fluxos de informação e pelo potencial interativo.

A busca de conteúdos no ciberespaço disponibiliza grande quantidade de informação, com o recurso de permitir ao ciberleitor o acesso apenas ao que lhe interessa e na(s) fonte(s) que lhe(s) convier(em).

Neste trabalho, como dissemos anteriormente, nos reservaremos a analisarmos, as tendências narrativo-ideológicas dos títulos das quatro situações de comunicação apresentadas. Nossa objetivo não recai na discussão hipermidiática de seu suporte, mas nos desdobramentos de sentidos estabelecidos pela concepção de que os enunciados em tais situações direcionam, discursivamente, à compreensão do estado líquido, transitório e histórico das filiações políticopartidárias a que os veículos Portal Correio e Paraíba 1 mantém relações institucionais.

Trouxemos essa discussão sobre o suporte digital das práticas jornalísticas em questão como alternativa, apenas, de situar o nosso leitor a respeito da funcionalidade que as novas tecnologias da comunicação e da informação surtiram nas contemporâneas práticas discursivas do jornalismo, formação discursiva que representa nosso campo de investigação.

## LEITURA: POR UMA PRÁTICA DISCURSIVA

### Situando brevemente a questão da leitura na AD

As reflexões sobre leitura, arroladas por diversos estudiosos da Análise do Discurso de linha francesa, tais como Louis Althusser, Régine Robin e Michel Pêcheux, buscam resposta à questão de como ler.



No campo da AD, a leitura não se limita à ação superficial de ler um texto como um objeto acabado, sem relação com as suas condições de produção. Pensando assim, Oliveira (2005, p. 40) explicita que

para a AD, a leitura não se restringe a ação mecânica de ler um texto como um objeto acabado, pronto, desvinculado de suas condições de produção. A leitura é antes um processo social e histórico realizado por sujeitos ocupantes de posições sociais, ideológicas e historicamente determinadas (autor/leitor), mediado pelo texto, concebido discursivamente, isto é, submetido à sua exterioridade, às suas condições de produção.

Diante desse raciocínio entendemos que a leitura caracteriza-se como um processo social e histórico realizado por sujeitos (nesse caso, autor e leitor), os quais têm a função de não só atribuir sentidos ao que leu, mas de entender o processo de significações do texto: o que se diz, como se diz e para quem se diz. A leitura, como assegura Oliveira (2005), é vista como uma busca de apropriação de sentido, de produção de significados, em que sua determinação estará, sem dúvida, atrelada aos seus actantes: autor, leitor e texto.

Segundo Possenti (2001, p. 20-21), há duas grandes vertentes nas quais a AD situa a questão da leitura. A primeira vertente investida o dispositivo social de circulação dos textos, sem maior preocupação com a questão do sentido. Para esta vertente o foco recai sobre quais textos circulam em quais espaços, em quais épocas e por quais motivos e o que seria bom, ou não, ler.

A segunda vertente, por sua vez, privilegia o sentido, isto é, suas questões estão relacionadas com a significação do texto e não com a sua circulação, exceto quando a circulação afeta a sua significação. E tendo em vista essas vertentes, passemos a analisar os títulos das matérias selecionadas acima.

Os títulos retirados das MD 01 e 02 suscitam leituras diferentes sobre o mesmo assunto, qual seja: *a greve dos delegados do estado da Paraíba*. O título *Delegados da PB decidem paralisar atividades dia 1º* (MD 01) apresenta uma forma verbal simples – decidem – no modo indicativo, levando o leitor a entender a informação como um fato certo, inquestionável. Já a MD 02 *Delegados podem entrar em greve na próxima semana* oferece ao leitor um fato duvidoso, uma vez que a locução verbal *podem entrar* sugere uma ação que pode ou não acontecer.



Convém salientar que essas informações foram dirigidas ao público no mesmo dia (24/09/2009) e, sendo assim, há uma insegurança em relação à verdadeira informação caso o leitor compare os títulos em destaque.

No tocante aos títulos das matérias sobre o segundo tema, publicados em 27/04/2011 – *a greve dos servidores da UEPB* –, vemos que os dois títulos (*Servidores da UEPB iniciam greve e professores marcam indicativo* (MD 03) e *Servidores da UEPB em greve: 20 mil alunos sem aula* (MD 04)) asseguram ao leitor um fato concreto, exato. Sobre este tema, a MD 04, em relação à MD 03, amplia o assunto ao destacar o número de alunos sem aula.

Entendemos que a leitura desses títulos de matéria não é realizada por toda a sociedade paraibana. Cabe informar que a circulação desse material jornalístico se dá em um ambiente virtual e sua leitura é feita via *Internet*. Situando ainda a leitura desses títulos conforme as vertentes discutidas por Possenti (2001), podemos assegurar que a primeira delas se interessaria pela identificação do público leitor, pelo ambiente de circulação e em que tempo e por que essas informações foram publicadas, enquanto a segunda vertente se voltaria para a seguinte questão: que sentido(s) os leitores atribuem a esses títulos de notícias e que significados eles constroem. E, nesse caso, “a leitura depende do que o leitor já sabe, assim como depende, em sua qualidade, de saber ler desconstruindo e reconstruindo” (DEMO, 2006, p.69).

Não podemos esquecer, ainda, que a leitura de tais títulos é controlada pelos responsáveis dos portais em foco, por isso as interpretações deles também são controladas, fato que se comprova pelo espaço de circulação dessas informações – o virtual.

## **SENTIDO(S): A (RE)/(DES)CONSTRUÇÃO DIALÉTICA ENTRE ESTRUTURA E ACONTECIMENTO**

Nesse momento, faremos uma abordagem discursiva da questão do *sentido* nos títulos das matérias selecionadas. A luz de Pêcheux (2008), questionamos o que é dito a fim de “entender” a presença dos não-ditos no interior do que é dito. Assim, buscamos compreender como, entre vários sentidos, um (ou mais) se torna o dominante. Para Hanauer (1999), por exemplo, não é possível pensar o sentido sem levar em conta suas condições de produção, pois são justamente essas condições de produção que dão movências aos sentidos. Se pensarmos que o enunciado *Delegados da PB decidem paralisar*



*atividades dia 1º* (MD 01) está preso a determinadas condições de produção (oposição ao governo atual) que regulam esse dizer, podemos perceber que lhe convém afirmar, de forma tão categórica, que os delegados *decidem* entrar em greve. Tal enunciado parece ter compromisso firmado com os delegados e a população no geral e não com as instâncias do poder atual.

Já para os sujeitos-autores da situação, é conveniente ter cautela e suavizar tal discurso, dizendo que *Delegados podem entrar em greve* (MD 02). Isso mostra que há circunstâncias em que é proibido dizer algo e há sujeitos proibidos de dizer algo. É notória a movência de sentido nesses dois enunciados. Enquanto um se ocupa em desvelar as fragilidades de um governo, em não conseguir resolver um problema de gestão pública – greve de delegados – (MD 01), outro tenta mascarar tal situação, apontando para uma *improvável* crise, acreditando que ainda há esperanças para resolver tal impasse – a greve (MD 02).

Porém, lançando o olhar sobre os mesmos sujeitos, mas em outras condições de produção (greve de servidores da UEPB 2011), percebemos os deslocamentos dos sentidos, pois aqueles que enunciam a greve dos delegados naquele momento (2009) apresentavam um discurso contundente, haja vista serem oposição, mas numa nova situação (no poder em 2011), apresentam um discurso ameno – *servidores da UEPB iniciam greve e professores marcam indicativo* (MD 03).

Já quem era situação, agora assumi o lugar da oposição e não ameniza o problema, pelo contrário, o faz parecer bem maior, haja vista enfatizar que 20 mil alunos ficarão sem aula (MD 04).

Os deslocamentos dos sentidos nos títulos das matérias selecionadas evidenciam que os discursos dos sujeitos se efetuam pela sua identificação à formação discursiva que o domina, isto, é, na qual ele é constituído como sujeito. Assim, o que foi dito em cada enunciado só podia ser dito daquela forma porque estava envolto em determinadas posições ideológicas que regulam os dizeres.



## FORMAÇÃO HISTÓRICA: UM OLHAR SOBRE A CARACTERÍSTICA LÍQUIDA DOS DISCURSOS

Iniciemos a discussão deste tópico considerando que a proposta da arqueologia (difundida pelos estudos de Foucault) se distancia de uma perspectiva metodológica estritamente linguística. Isto deriva da concepção de que a descrição do acontecimento (real da história) do discurso sugere questões norteadoras no trato com a materialidade linguístico-discursiva, a saber: como apareceu um enunciado e não outro em seu lugar? quais as condições de emergência dos sentidos perpassados por tais materialidades?

Essas questões funcionam, neste trabalho, como horizontes de expectativas para analisarmos as materialidades discursivas dos títulos das matérias jornalísticas, no interesse de mostrarmos como, discursivamente, os sentidos produzidos pelos enunciados “flutuam” em conformidade com os lugares sociais ocupados historicamente pelos *Web*-veículos de comunicação.

Desse modo, Navarro (2008), ao reconhecer, com base em Foucault, a característica líquida dos discursos na pós-modernidade, menciona que o sentido do novo é produzido como efeito discursivo em um contexto sócio-histórico. Segundo Foucault (*apud* Navarro, 2008), o estado líquido dos discursos pode indicar a nossa relação com a atualidade. Sob esta ótica, a atualidade é destacada como o acontecimento, uma vez que engendra uma série de discursos, práticas, comportamentos.

À luz dessa perspectiva, os enunciados não apenas refletem o mundo, mas refratam o mundo, isto é, assumem um processo de transmutação do mundo, sendo atravessado pela refração (atribuição de valores). Este conceito leva-nos a afirmar que os enunciados modelam as práticas sociais de grupos humanos que, por sua vez, assumem diferentes modos de construir sentidos ao mundo, essencialmente revestidos de criações ideológicas (FARACO, 2003).

Para Bakhtin/Volochínov (2009), a linguagem humana não é vista como um sistema de categorias gramaticais abstratas, mas como uma realidade axiológica; não como um ente gramatical homogêneo, mas como um fenômeno sempre estratificado. Nesses termos, a língua é entendida é um conjunto indefinido de vozes sociais.



Nas MD 01 e 02, temos dois títulos que dizem respeito ao mesmo fato: a possível greve dos delegados no Estado da Paraíba ocorrida no segundo semestre de 2009. Ambas as notícias foram postadas no dia 24/09/2009.

Como vemos, o uso das palavras nos enunciados não é aleatório. Há nas materialidades apresentadas uma tendência ideológica que define o posicionamento editorial dos veículos de comunicação das situações em análise.

A tendência é nitidamente política, uma vez que, na conjuntura da época (2009), o portal Paraíba 1 representava oposição ao governo estadual e o Portal Correio, situação. Assim, por que essa discussão é necessária? Para entendermos que os discursos vão de encontro às formações ou às criações ideológicas construídas no plano social – do acontecimento – das interações humanas de linguagem.

Pensemos nas cargas semânticas das expressões verbais contidas nos títulos das MD 01 e 02: “*decidem paralisar*” e “*podem entrar*”, respectivamente.

No primeiro caso, é cômodo ao Paraíba 1 afirmar, categoricamente, que os delegados paraibanos *decidiram paralisar* as atividades. O sentido desta expressão aponta para um fato já consumado, que não está mais em processo, em negociação.

Diferentemente, no segundo caso, é conveniente, ou aconselhável, ao Portal Correio afirmar que existe uma possibilidade, ou não, de os delegados entrarem em greve, como percebemos pelos sentidos da expressão verbal *podem entrar*, ou seja, não há, ainda, uma decisão tomada, definida.

O fato de os delegados entrarem em greve denuncia, pelo menos a senso comum, um não comprometimento do governo estadual para com essa categoria de servidores públicos. Apontar este fato fere a imagem do governo da época, responsável pela voz editorial do Portal Correio, isto é, a situação.

Concordamos com Borges (2009, p. 205) quando diz que

como qualquer campo de atuação humana, a política é dotada de um tempo que é próprio. Os processos, os ritos e as ações que envolvem o controle e o uso do poder respeitam um tempo que é determinado pelas instituições e pela interação dos grupos em conflito. A imprensa, por sua vez, opera com outro tempo, no espaço entre a ocorrência dos fenômenos sociais e sua divulgação. Este intervalo sofre a influência de forças de várias naturezas:



profissional, comercial e política. Para dar conta de sua tarefa publicitária, os meios de comunicação precisam de métodos que organizam o trabalho e possam responder às demandas por informação. Nesse contexto, a notícia é o produto acabado de um processo de seleção de determinados fatos sociais e de elaboração das informações a eles relativas.

Concordamos com a assertiva de que a atividade de linguagem pode ser entendida como um conjunto de ações humanas que objetivam o estabelecimento da função fática da língua, isto é, o estabelecimento de ações que possibilitem aos sujeitos, através do uso do código, a negociação de ideias, de subjetividades. Função fática não no sentido estático da proposta de Jakobson, mas no sentido de interação recursiva, não linear, entre sujeitos organizados socialmente.

Podemos afirmar que a interpretação do uso da língua estimula não apenas o reconhecimento de estruturas linguísticas, mas, como essas estruturas estão associadas, também, a possibilidades de ações humanas “carregadas” de posicionamentos idelógico-culturais que visam agir sobre o outro, como vimos nas duas situações analisadas neste trabalho.

Nas palavras de Bakhtin/Volochínov (2009, p. 127),

a verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da *interação verbal*, realizada através da *enunciação* ou das *enunciações*. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua.

Dessa forma, o fenômeno social da interação verbal corresponde aos mais variados eventos de comunicação a que os sujeitos falantes de uma língua são expostos. É oportuno ressaltar que esses eventos surgem não de forma aleatória. Pelo contrário, surgem a partir de finalidades específicas de interação e pretendem proporcionar uma organização da vida social, em aspectos relacionados ao exercício do uso linguístico.

Em se tratando das MD 03 e 04 percebemos que, historicamente, houve uma mudança da postura ideológica ocupada pela ideologia partidária dos veículos de



comunicação quando do critério de seleção lexical para construção discursiva de seus títulos.

Para o Portal Paraíba 1 (MD 03), que atualmente caminha com a ideologia da situação, torna-se cômodo limitar o título da matéria se pautando, apenas, no noticiar dos fatos – uma narrativa “sem comprometimento” –: *servidores da UEPB iniciam greve e professores marcam indicativo*. A função jornalística, neste caso, parece suprir as necessidades linguístico-funcionais dos gêneros informativos, dentre eles, a notícia.

Diferentemente ocorre na MD 04, cujo foco informativo não está, de modo necessário, no noticiar o fato, mas no desdobramento das consequências do mesmo: *servidores da UEPB em greve: 20 mil alunos sem aula*.

Percebemos, nesta situação, a tendência narrativa que aponta, de imediato, a uma repercussão consecutiva da possibilidade da greve dos professores: 20 mil alunos sem aula! Vale salientar que a paralisação das aulas não ocorre com a greve dos servidores que, de fato, estavam envolvidos evento ou na manifestação (aqueles vinculados às atividades técnico-administrativas), mas com a dos professores.

Conforme a realidade, apenas os técnico-administrativos, à época (27/04/2011), estavam paralisados ou afastados de suas respectivas funções e, neste sentido, 20 mil alunos não estavam sem se beneficiarem das atividades docentes, como pontualmente o título da MD 04 afirma.

Do ponto de vista do estado líquido dos discursos notamos que os papéis sociais dos Web-veículos de comunicação se inverteram em consonância com a movência histórica que representa a relação partidária a que se filiam no curso do tempo.

Daí, estabelecermos, ao analisarmos o discurso ou produzirmos leituras discursivas, a dialética entre as vontades de verdade e a história, concebendo-as, então, como necessariamente históricas, portanto, dotadas de discursos líquidos.

Ná visão de Foucault (1996), o discurso político se constitui como um regime de verdade que divide o verdadeiro e o falso. Ainda de acordo com suas ideias, há uma fabricação social e institucional das verdades recebidas (VEYNE, 2011).

Nesse sentido, não podemos escapar das relações de poder. O que observamos é a existência de um agenciamento dos saberes e uma regulação do poder. Logo, as materialidades discursivas estão interconectadas a sistemas gerais de controle que, segundo



Foucault, são instituídos (estão na base da ordem!) de forma a dominar a proliferação dos discursos (GREGOLIN, 2006).

No plano dos princípios de controle, Foucault (*apud* GREGOLIN, 2006) afirma que o discurso é controlado por três grupos: a exclusão, a sujeição e a rarefação. Neste trabalho iremos nos deter ao plano da exclusão – procedimentos externos – ao qual Foucault concebe a posição analítica de que o discurso está sujeito a interdição, a segregação e a vontade de verdade.

É sob este plano que identificamos nas MD analisadas este caráter do interditado por questões relacionadas ao estado líquido dos discursos: em determinado tempo é confortável/permitido abordar desta maneira e em outro não.

“A interdição, que revela a ligação do discurso com o desejo e o poder, determina que algumas palavras sejam proibidas, isto é, que não se tem o direito de dizer tudo, (...) não se pode falar tudo em qualquer circunstância, (...) qualquer um não pode falar qualquer coisa” (GREGOLIN, 2006, p. 97).

O campo discursivo é, literalmente, interditado por situações históricas que marcam e demarcam a ordem do possível, do cerceado em termos do uso e do funcionamento de materialidades discursivas em qualquer contexto de ação social de linguagem. A mídia, portanto, se constitui um terreno fecundo para se verificar este princípio da exclusão ou os efeitos da interdição nos discursos.

Entender o discurso pelo processo da discursividade abrange esta tentativa possível de realizar estas redes de sentidos entre o real da língua e suas interdições historicamente situadas. Nestes termos, chamamos as oportunas palavras de Pêcheux (2008), para quem

todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (...) de deslocamento no seu espaço. (PÊCHEUX, 2008, p. 56)

Dessa forma, o desafio dos estudos de Pêcheux está no entrecruzamento de três caminhos: o do acontecimento, o da estrutura e o da tensão entre descrição e interpretação.



Sua reflexão recai na materialidade da linguagem e da história, conceituando a linguagem como um sistema sujeito à ambiguidades, definindo a discursividade como a interação entre os efeitos materiais da língua na história. E foi esta discursividade que analisamos no percurso líquido das materialidades discursivas apresentadas através do *corpus* deste trabalho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura é determinada pela percepção que temos do material. Esta percepção deriva do entrecruzamento da materialidade linguística e da memória discursiva. Concordamos com postura de que a Análise de Discurso comprehende o texto pensado discursivamente, cujo objetivo pode ser delineado por uma prática política de leitura.

Dentro dessa ótica, entender a leitura por meio da perspectiva discursiva oportuniza compreender a língua como um processo de atividades situadas e cerceadas ou como um trabalho de (des)construção de saberes (des)estabilizados

O *corpus* sinalizou este entendimento, uma vez que as materialidades discursivas presentes nas tendências narrativo-editoriais dos portais confirmaram a característica líquida do discurso a respeito do papel exercido, historicamente, pelas redes político-ideológicas a que os *Web*-veículos de comunicação se filiam. As MD 01, 02, 03 e 04 funcionaram, também, como forma de verificarmos que não há outro caminho para se analisar a discursividade ou os processos de discursivização a não ser pelo estabelecimento da dialética entre o real da língua (estrutura) e o real da história (acontecimento).

Por fim, gostaríamos de ressaltar que a contribuição do exercício ou do estímulo a práticas de leituras discursivas – da mídia e/ou da vida como um todo! – favorece a construção/formação identitária de sujeitos, discursivamente, mais críticos e, por conseguinte, politizados.

## REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. VOLOCHÍNOV. **Marxismo e Filosofia da Linguagem.** 13. ed. São Paulo: HUCITEC, 2009.
- BORGES, J. **Webjornalismo:** política e jornalismo em tempo real. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.



- DEMO, Pedro. **Leitores para sempre.** Porto Alegre. Mediação, 2006.
- FARACO, C. A. Criação ideológica e dialogismo. In: \_\_\_\_\_. **Linguagem e diálogo:** as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin. Curitiba: Criar, 2003, p. 45-85.
- FERRARI, P. **Jornalismo digital.** 3. ed. São Paulo: Contexto, 2009.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso.** Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 17. ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- GREGOLIN, M. R. **Foucault e Pêcheux:** na análise do discurso – diálogos & duelos. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2006.
- HANAUER, J. M. Sexo seguro/voto seguros: a questão do sentido. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. **Os múltiplos territórios da Análise do discurso.** Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1999, p. 138-148.
- NAVARRO, Pedro. Mídia e Identidade: o novo homem e a nova mulher entre imagens fragmentadas e discursos “líquidos”. In: NAVARRO, Pedro (Org.). **O discurso nos domínios da linguagem e da história.** São Carlos: Claraluz, 2008, p. 59-70.
- OLIVEIRA, M. A. **Na imortalidade da fábula:** o mesmo e o novo como jogos de verdade, João Pessoa: Tese de Doutoramento, UFPB/PB, 2005.
- PÊCHEUX, M. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. Tradução Eni P. Orlandi. 5. ed. Campinas – SP: Pontes, 2008.
- POSSENTI, Sírio. Sobre a leitura: o que diz a análise do discurso? In.: MARILDES, Marinho (org). **Ler e navegar.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001.
- VEYNÉ, P. **Foucault:** seu pensamento, sua pessoa. Trad. Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.



## A CONSTITUIÇÃO DE ESTEREÓTIPOS DO SUJEITO MULHER NAS LETRAS DE MÚSICA DE FORRÓ PÉ-DE-SERRA E ELETRÔNICO

Elaine da Silva Reis  
Maria Angélica de Oliveira

### 1. INTRODUÇÃO

A música, enquanto bem cultural, é um sistema simbólico de comunicação interhumana que funciona como uma ferramenta eficaz na disseminação das “vontades de verdade” que constituem diversas identidades. Esse sistema simbólico de comunicação se materializa nos textos, podendo difundir estereótipos positivos ou negativos dessas identidades no imaginário social.

Através das letras de músicas de forró, expressão musical que circula na sociedade sob diferentes estilos desde o mais tradicional, denominado pé-de-serra, até o mais recorrente na mídia como o forró eletrônico, “vontades de verdade” são difundidas sob discursos que constituem determinadas identidades como a dos sujeitos: pobre, nordestino, homem e mulher. Diante disso, percebe-se que tomar as letras de música tanto do forró eletrônico quanto do forró pé-de-serra como objeto de estudo na Academia é uma forma de questionar e desvelar as “vontades de verdade” presentes nessas fontes propagadoras de discursos. Sendo assim, esses textos, enquanto materialidade discursiva, precisam ser lidos como um produto sócio-históricoideológico que se concretiza com a história e com a memória.

Partindo dessas considerações, essa pesquisa, de natureza qualitativa e do tipo documental, propõe-se a questionar: que estereótipos constituem o sujeito mulher nas letras de músicas de forró pé-de-serra e de forró eletrônico. Para tanto, elenca como objetivos:

Geral:

➤ Investigar as “vontades de verdade” que constituem os estereótipos do sujeito mulher nas letras de música dos referidos estilos de forró.

Específicos:

- 1) Identificar os “estereótipos” femininos presentes nessas letras de música de forró pé-de-serra e eletrônico;
- 2) Reconhecer e analisar as marcas linguísticas denunciadoras da imagem estereotipada da mulher;



- 3) Comparar a constituição dos estereótipos do sujeito mulher nesses dois estilos de forró.

Este estudo partiu da hipótese provisória de que as letras de músicas do forró eletrônico configuram discursos pejorativos que resultam na constituição de uma imagem erotizada da mulher, enquanto que as letras de músicas do forró tradicional, pé-de-serra, constituem uma imagem idealizada da mulher.

Sendo assim, o desenvolvimento dessa pesquisa se justifica como uma ação que, pautada na Análise de Discurso de linha francesa (AD), nos conceitos foucaltianos e nos estudos culturais, vem contribuir para com o “aprender a ler o real sob a superfície opaca, ambígua e plural do texto” (COURTINE, 2006, p.19), possibilitando uma leitura menos ingênuas frente às letras de música de forró. Com isso, vem favorecer uma ampliação nas propostas de leitura discursiva perante os textos que circulam na sociedade, além de ressaltar a importância de conceber a leitura como uma atividade política que requer de seus praticantes as habilidades de “desconstruir leituras anteriores para que novas e inovadoras surjam no horizonte, reconstruir desafios sob o signo da dúvida e da incerteza, sobretudo, superar-se como leitor e autor sempre” (DEMO, 2007, p.56). Em suma, este estudo contribui com a “arte de desler”, sobre a qual se refere Quintana, os preconceitos que perpetuam à intolerância frente ao sujeito mulher.

## 2. RELAÇÕES DE COMUNICAÇÃO E VONTADES DE VERDADE

O discurso, segundo Possenti (2002), não resulta do simples uso da língua, mas “se constitui pelo trabalho com e sobre os recursos que produzem determinados efeitos de sentido em correlação com posições e condições de produção” (p.18). Diante disso, comprehende-se que o discurso está vinculado às formações discursivas nas quais estão situadas as “relações de comunicação” responsáveis pela transmissão de “uma informação através da língua, de um sistema simbólico” (FOUCAULT, 1995, p.240). Essas relações de comunicação estabelecidas na e pela linguagem, além de valores e crenças, disseminam na sociedade jogos de verdade que, segundo Foucault (2004b, p.282), são um “conjunto de regras de produção de “verdade”, como se pode ver, por exemplo, na literatura, na mídia ou



nas letras de música. Essa verdade, para o autor, não passa de “temas fabricados em um momento particular da história”.

Nessa perspectiva, a AD vai buscar nos conceitos do filósofo Michel Foucault uma forma de “desfazer os laços que, silenciosamente, teciam a relação entre o discurso e o poder, na materialidade de seus enunciados” (COURTINE, 2006, p.52), a fim de mostrar que não existe uma verdade absoluta, mas vontades de verdade mutáveis que funcionam como instrumentos fomentadores dos efeitos que perpassam as relações de poder, constituindo os indivíduos em sujeitos pelo discurso.

Essas vontades de verdade são difundidas pelas relações de comunicação pressupostas nas relações humanas. Como toda relação humana, para Foucault, pressupõe relações de poder, os discursos abrigados nos textos refletem os efeitos das relações de luta pelo discurso e pelo poder entre os sujeitos. De acordo com o lugar social que ocupe em dado contexto, o sujeito, ora desempenha, ora sofre a ação do poder. Logo, os sujeitos não são vistos como aqueles que detêm o poder, mas como seres que sofrem os efeitos das relações de poder.

Nesse contexto, diversas faces do poder passam a significar nos textos marcando diferentes formações discursivas e ideológicas. Esse fato faz com que o discurso torne-se um “campo” fértil e bastante perigoso ao ponto de ser preciso procurar meios para “controlar” ou mesmo “interditar” determinados discursos. Foucault (1999) afirma que todas as sociedades são permeadas por mecanismos internos, externos e de rarefação que visam controlar os discursos.

Desse modo, as relações de comunicação, produzindo discursos em uma dada formação social, carregam os embates das diferentes formações discursivas e ideológicas, refletem as relações de poder e as técnicas de afrontamento, materializam as “ações sobre ações” entre sujeitos que disputam o poder. Sobre essas ações, esclarece o filósofo:

nas relações de poder, há necessariamente possibilidade de resistência, pois se não houvesse possibilidade de resistência – de resistência violenta, de fuga, de subterfúgios, de estratégias que invertam a situação – não haveria de forma alguma relação de poder (FOUCAULT, 2004, p.277).



As estratégias de resistência, pressupostas nas relações de poder, lutam para se tornar-rem estratégia de poder e, consequentemente, conseguir conquistar a autoridade do discurso “verdadeiro” relacionado à instância do saber que num jogo de verdade insere ou exclui determinadas formações discursivas e ideológicas na/da “ordem do discurso”.

### 3. SUJEITO, IDENTIDADE E ESTEREÓTIPO

A partir dos conceitos Foucaltianos comprehende-se que As “vontades de verdade”, alicerçadas nas relações de poder, constituem os indivíduos em sujeitos, através dos jogos de verdade. Essa premissa faz com que se chegue ao pressuposto de que as relações de comunicação, pautadas nas relações de poder, comportam modelos ideais de comportamento que, privilegiando dadas representações sociais, são propulsoras das vontades de verdade que buscam modelar determinadas identidades.

Sendo assim, para que o sujeito esteja inserido na “ordem do discurso” oficial precisa adequar-se ao modelo de ser estabelecido socialmente. Para tanto, algumas formas de subjetivação e certos códigos de comportamentos determinados pelo poder, jogos estratégicos para Foucault, acabam se transformando em procedimentos utilizados pelo próprio indivíduo a fim de fixar sua identidade para ver a ser um sujeito “ideal”. Os códigos de comportamentos e as formas de subjetivação do sujeito localizam-se no que Foucault denomina de “técnicas de si”:

procedimentos, que sem dúvida existem em toda civilização, pressupostos ou prescritos aos indivíduos para fixar sua identidade, mantê-la ou transformá-la em função de determinados fins, e isso graças às relações de domínio de si ou de conhecimento de si por si. (FOUCAULT, 1997, p.109)

Essas técnicas fazem com que o sujeito, através do “exame de si”, aproprie-se de determinados comportamentos difundidos pelas “relações de comunicação”, de modo que possa identificar-se com o modelo representado nos textos até moldar sua identidade de acordo com o que lhe é proposto sócio-histórico e ideologicamente pelo discurso. Conforme aponta o autor, essa forma de poder une o indivíduo “à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer



nele” (FOUCAULT, 1995, p.235). Desse modo, torna-se claro o fato de que a identidade é produzida a partir das relações sócio-culturais.

A AD, dialogando com os Estudos Culturais, vê, por exemplo, em Hall, que a identidade é concebida como um construto discursivo situado num determinado contexto histórico. Segundo Hall (2006), mediante o fenômeno da pós- modernidade, a identidade não pode mais ser vista como tão “fechado em si mesmo”, pois se apresenta como algo fragmentado e “descentrado” que “desloca” o sujeito para diferentes posições sociais. Para o autor, o sujeito pós moderno, distingui-se do sujeito do iluminismo e do sujeito sociológico, próprios dos períodos que antecederam a modernidade. Essas modificações resultaram no “descentralamento” da identidade, fazendo com que cada sujeito construa para si identificações que são continuamente deslocadas, “identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções” (HALL, 2006, p.13).

Nessa perspectiva, não existe mais uma identidade, mas identidades com as quais os sujeitos podem se identificar, mesmo que temporariamente. Essas identificações não ocorrem exclusivamente por um critério como o de classe social, por exemplo, mas a partir de interesses variados que podem mudar conforme o sujeito seja representado ou interpelado. Partindo de alguns conceitos desenvolvidos por Freud e, posteriormente, por Lacan, o autor afirma: “a identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é ‘preenchida’ a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros” (HALL, 2006, p.39).

Em meio a um processo de representação simbólica, os sujeitos passam a ocupar “seus” diferentes “lugares identitários” na diferença com o outro a partir da linguagem: “A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação” (SILVA, 2000, p.97). Com isso, percebe-se que a identidade ou identificações se desenvolve, não apenas por meio de um processo interno, mas, sobretudo, através de um processo externo de práticas discursivas.

Desse modo, a identidade se dá a partir de um processo complexo, heterogêneo e inacabado que, de acordo com Hall (2006) é construído ao longo do tempo e completa-se constantemente a partir de diferentes identificações, por isso, permanece em constante mutação. A esse respeito, pode-se acrescentar o pensamento de Bauman “As identidades



são para usar e exibir, não para armazenar e manter” (2005, p.96), ao defender a relevância simbólica das mutações identitárias do sujeito, por estar em consonância com a “fluidez” do mundo moderno.

Ligado ao conceito de identidade encontra-se o de estereótipo que, segundo Silva diz respeito a “imagens do outro que são fundamentalmente errôneas” (2000, p.98) e é descrito por Possenti (2010, p.40), a partir de suas similitudes com a caracterização da identidade, como “social, imaginário e construído”, mas que se diferencia da identidade, à medida que “se caracteriza por ser uma redução (com frequencia negativa), eventualmente um simulacro” da mesma.

Esses estereótipos são encontrados nos diversos discursos que permeiam as relações de comunicação, normalmente, como um dado universal, como uma representação que não está inserida em uma determinada condição histórica de produção. Porém, ao definir o conceito de simulacro, trabalhado por Maingueneau (2008a), como “uma espécie de identidade pelo avesso”, Possenti mostra que, na verdade, os estereótipos “são construtos produzidos por aquele(s) que funciona(m) como o(s) Outro(s) para algum grupo” (2010, p.40).

Isso não quer dizer que o estereótipo esteja sempre ligado a uma representação negativa da identidade, mas que se pauta em um padrão fixo ou geral para produzir falsas generalizações identitárias. Desse modo, o estereótipo constitui-se como uma forma aligeirada/apressada de categorizar as identidades que constituem determinados sujeitos. Esses estereótipos acabam contribuindo para que, em grande parte dos textos, sejam disseminados hábitos de julgamento que contribuem para com a vulgarização e agressão a determinadas identidades e posições sociais, gerando preconceito e intolerância.

#### **4. FORRÓ: MEMÓRIA E IDENTIDADE NORDESTINA**

Tendo em vista que a identidade é uma construção sócio-histórico-ideológica e, como tal, fragmentada e mutável, que influencia a constituição do “sujeito pós- moderno”, é preciso observar “como este ‘sujeito fragmentado’ é colocado em termos de suas identidades culturais” (Hall, 2006, p.47). A identidade cultural, neste estudo, será compreendida, particularmente, a partir do forró, expressão musical tipicamente nordestina,



que contribui historicamente para com a produção dos vários discursos sociais responsáveis pelos processos de identidade que constituem os sujeitos nordestinos.

O forró, segundo Cascudo (1988) é uma palavra originada do termo africano “forró-bodo” utilizada para designar tanto a dança quanto a música que há muito tempo configura uma manifestação genuína da região Nordeste. Representando as tradições e a cultura popular, o forró tornou-se um símbolo da arte e da própria existência dos grupos nordestinos. A música de forró passou a ser reconhecida nacionalmente por possuir temática ligada ao cotidiano e aspectos culturais da região nordestina.

Remontando-se às origens das músicas de forró, enquanto identidade nordestina, o pesquisador Renato Phaelante da Câmera (1995) aponta a década de 40 como o período da proliferação desse ritmo nordestino pelo Brasil. Segundo uma espécie de linha do tempo, o autor destaca a década de 60 como o momento em que essa modalidade foi relegada pelos meios de comunicação devido à ascensão de outras modalidades musicais provenientes de outras partes do país e, por fim, a década de 70 como um período no qual esse ritmo consolidou-se como uma das “ricas fontes musicais do Nordeste” bem aceitas pelas diferentes camadas sociais da época.

Após ter se expandido por diversas partes do país, o forró (dançado e cantado) passou por várias modificações desde os instrumentos utilizados no ritmo, a forma de cantar e dançar até as próprias temáticas presentes nas músicas. Essas mudanças acabaram por fazer com que essa modalidade musical viesse a ser apresentada sob duas variantes: o forró tradicional e o “neo-forró”. Dentro dessas variantes encontram-se diferentes estilos, entre os quais se destacam, respectivamente, o forró pé-de-serra e o forró eletrônico.

Inseridas nos acontecimentos históricos e culturais que marcaram a trajetória do forró, tradição popular nordestina, as letras de música, enquanto instrumento utilizado nas relações de comunicação estabelecidas durante todo um contexto sócio-histórico-ideológico, “são atravessadas por falas que vêm de seu exterior- a sua emergência no discurso vem clivada de pegadas de outros discursos” (GREGOLIN, 2003, p.54). Logo, constituem-se como práticas discursivas filiadas à memória do dizer. São “jogos de verdade” que, a partir de um determinado campo social, produzem e reproduzem as representações do imaginário coletivo.



#### 4 “DESLEITURA” DAS LETRAS DE MÚSICA DE FORRÓ

Esta pesquisa busca estabelecer uma relação entre a estrutura linguística (materialização do discurso) e a rede de sentidos historicamente construídos em torno do forró enquanto símbolo da cultura nordestina a partir de suas condições de produção. Nas letras de música em análise, além de se perceber a incidência dos embates das diferentes formações sociais e discursivas, é possível identificar diferentes “vontades de verdade” que constituem o sujeito mulher e, consequentemente, o sujeito homem, conforme se pode ver a seguir.

Historicamente, as mulheres precisavam relegar extrema importância ao casamento, à constituição e à manutenção da família. A vontade de verdade é a de que para ser feliz, a mulher precisava se casar, caso contrário, seria ridicularizada, apelidada de “solteirona”, “vitalina”, “encalhada”. Essa “verdade” pode ser recuperada nos seguintes versos das músicas de forró péde-serra:

##### **Moça de Feira (Dominguinhas - 2002)**

Se a Catarina  
Num consegue seu intento  
De arranjar um casamento  
Vai ficar no barracão  
(Música 4- Quadro I)<sup>1</sup>

Esse enunciado marca a “vontade de verdade” da necessidade da figura masculina na vida do sujeito-mulher. A principal preocupação da mulher era casar. O verbo “conseguir” está associado semanticamente a palavras como: “conquista”, “vitória”, “atos decorrentes de uma batalha”, no caso, a de, em meio a tantas mulheres solteiras, alcançar a proeza de conseguir um casamento e não ter que ficar no “barracão”, barraca grande de feira, trabalhando o resto de sua vida para seus pais. O verbo “arranjar” pode significar que essa vitória foi conquistada porque houve um esforço, um intento, uma busca. Para o homem, porém, o casamento era considerado como uma espécie de prisão, pois, embora desfrutando de algumas regalias, como já fora mencionado, deveria trabalhar duro para sustentar a esposa e a família. Por isso, era comum que o homem fugisse desse tipo de

---

<sup>1</sup> As músicas citadas ao longo desse trabalho foram retiradas de diversos sites da Internet.



responsabilidade. Veja-se, na estrofe abaixo, essa relação entre a procura da mulher e a fuga do homem perante o casamento:

**Eu Sou do Mundo (Santana, O Cantador - 2002)**

Estou sentindo que ela quer é me amarrar  
Estou sentindo que ela quer é se casar  
Eu não sou poste pra fica aqui parado  
Eu sou do mundo e quero mais e viajar  
(Música 3- Quadro I)

Conforme se vê em destaque, a expressão “me amarrar” sempre foi usada, principalmente, no nordeste como sinônimo de casamento, para se referir ao sujeito homem. Ainda hoje se ouve comentários entre os homens que certo “Zé” se amarrou com uma dada “Maria”. Isso significava dizer que a partir de então esse “Zé” estará preso, passará a ter certos compromissos que antes não lhe eram cobrados. Aqui, reforça-se estereótipos do sujeito mulher como um ser totalmente dependente do sujeito homem e este, por sua vez, associa-se características como aventureiro “sou do mundo” e conquistador “quero mais”. Como se pode observar, os sentidos são produzidos em decorrência da ideologia dos sujeitos, da forma como compreendem a realidade social na qual estão inseridos.

Passando a análise de letras de música do forró eletrônico, vê-se que outras formas de constituição do sujeito mulher passam a ser apresentadas. Se no forró pé de serra a sexualidade, por exemplo, é tratada de um modo mais “comedido”, no forró eletrônico os “interditos” são menos respeitados. Recuperando as relações de poder entre homens e mulheres, a letra de música do forró eletrônico, citada abaixo, permite entrever um contexto em que as mulheres deixam de ser representadas como seres dóceis, subservientes para o lugar de mulheres ativas e, sobretudo, vingativas.

**Mulher Não Trai, Mulher Se Vinga (Aviões do Forró - 2009)**

Mulher não trai, mulher se vinga Mulher cansou de ser traída  
Mulher se vinga, mulher não trai Eu era boba, não sou mais...  
Ficar em casa esperando você (Já foi)  
Ficar dizendo o que devo fazer (Já foi)  
Você curtindo aí a sua vida  
E eu perdendo amigos e amigas...  
Ficar te amando e você nem aí (Já foi)



Se divertindo e zombando de mim (Já foi)  
Você curtindo aí a sua vida  
E eu perdendo amigos e amigas...  
Escuta meu bem  
Eu não fico atrás  
Entre um homem e uma mulher  
Os direitos são iguais... (2x)  
Eu bato de frente  
É dente por dente, é olho por olho...  
(Música 5 – Quadro 2)

Esse enunciado apresenta a “vontade de verdade” de que o sujeito mulher trai o sujeito homem como uma forma de se vingar dos “males”, das traições por ele cometidas por tanto tempo. Essa vontade de verdade ratifica uma relação dicotômica entre homens e mulheres, apresentando visões positivistas dessa relação. Com ela, outras identificações de sujeitos são afirmadas. Os homens são vistos como “vilões”, adversários perigosos contra os quais as mulheres precisam se defender ou se vingar. Enquanto o sujeito mulher, ao contrário de ser representado como ser frágil, submisso, “ingênuo”, “do lar”, é representado como um sujeito confrontador, que “se” permite “curtir” e sair com outras pessoas, não apenas com o marido.

Para reforçar a identificação do sujeito mulher com essa vontade de verdade o enunciado, a seguir, é marcado pelo verbo ser na primeira pessoa do singular, produzindo o efeito de sentido de que a própria mulher assume as “novas” formas de representação desse sujeito na atual formação social.

Sou Brinquedinho Caro (Calcinha Preta - 2000)  
Sonhar não custa nada  
Não posso te dar mole  
Sou brinquedinho caro  
Me manter você não pode  
Se não aguenta mais  
Não chora  
Sou brinquedinho caro  
Me manter você não pode  
Quase que você foi meu grande amor  
Eu disse quase que meu coração se ferrou  
Que pena que você não tenha grana  
Quem sabe um dia você me ganha (bis)  
Você se enganou ao meu respeito



Você falou demais eu não aceito  
Homem não fala mais e acontece  
Agora mostra aí que me merece  
(Música 6 – Quadro 2)

Na última estrofe é possível observar, novamente, a retomada da relação de poder entre homens e mulheres, no sentido de enfatizar a luta das mulheres para sair dos lugares de submissão e inferioridade. Porém, nessa formação discursiva a relação entre homens e mulheres ainda é apresentada de forma dicotômica. Os versos: “Você falou demais eu não aceito”, “Homem não fala mais e acontece” possibilitam a compreensão de que, devido o fato de o sujeito homem já haver “ditado as regras” a serem seguidas pelo sujeito mulher durante muito tempo na sociedade, agora é a “vez” das mulheres “ditarem as regras” a serem seguidas pelos homens.

Além disso, esse enunciado marca “novas” formas de identificação do sujeito mulher como a de que a mulher é um objeto “um brinquedinho caro”. Conforme foi citado, anteriormente, através do verbo ser em primeira pessoa e de expressões como: “Sou um brinquedinho caro me manter você não pode” e “Que pena que você não tenha grana quem sabe um dia você me ganha”, tem-se a impressão de que o sujeito mulher assume a “vontade de verdade” de que as mulheres da atualidade preferem os homens que tenham dinheiro para “bancar” suas despesas. A letra dessa música permite a leitura de que, caso o homem não tenha condições financeiras para manter o luxo feminino, não poderá usufruir desse “objeto” caro.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desta pesquisa, de modo geral, possibilitou a constatação de que o texto, enquanto materialidade discursiva, é perpassado por diversas formações ideológicas e discursivas que permitem a produção de diferentes leituras que se relacionam dialógica e interdiscursivamente com outros textos filiados à memória que perpassa o imaginário social, fazendo com que determinados dizeres, articulados com outros, dialoguem em outros espaços da vida social, deslocando sentidos cristalizados na memória discursiva dos sujeitos. Viu-se que discursos vindos das esferas jurídica e religiosa, por exemplo, são utilizados como estratégia para disciplinar os sujeitos de acordo com



determinados Códigos morais. Diante disso, fica a compreensão da necessidade de se colocar criticamente frente à atividade de leitura de forma constante, já que o intradiscursivo (fio discursivo) é um campo fértil de sentidos filiados a diferentes culturas e contextos sócio-históricos.

Este estudo oportunizou um olhar mais minucioso em torno do forró, estilo musical que se consagrou nacionalmente como um referencial simbólico responsável pela representação dos valores, ideias e comportamentos do povo nordestino. Concebendo as letras de música de forró como “jogos de verdade” amplamente difundidos na formação atual, cujos discursos marcam inúmeras “vontades de verdade” que podem passar despercebidas, esta pesquisa propiciou a realização de uma “desleitura” das vontades de verdade e estereótipos que constituem o sujeito mulher nessas letras de música do forró pé-de-serra e no forró eletrônico, fazendo com que estereótipos negativos que marcam preconceitos contra determinados sujeitos fossem evidenciados.

Este estudo também favoreceu a percepção de que as marcas linguísticas denunciam, além dos sentidos produzidos sócio historicamente, aspectos marcantes de determinadas culturas, como no caso da nordestina e os estereótipos decorrentes das “vontades de verdade”.

A partir da “desleitura” das músicas de forró, chegou-se a conclusão de que nos dois tipos de forró analisados o sujeito mulher é constituído como um objeto de prazer sexual, porém, no forró pé-de-serra essa constituição deixa entrever um contexto em que as mulheres são vistas como criaturas “separadas” para o casamento, para a vida familiar, para servir de “troféus” a serem conquistados pelos homens, enquanto no forró eletrônico, entrever-se um contexto em que as mulheres não são mais consideradas como o “sexo frágil”, ao contrário, são vistas como indivíduos vingativos, agressivos, pervertidos e, sobretudo, objetos sexuais fáceis para ser utilizados e descartados. Ambos os tipos de forró citados apresentam “vontades de verdade” que ratificam uma relação dicotómica entre homens e mulheres, apresentando visões positivistas dessa relação. Se antes (conforme se pode ver no forró pé-de-serra) as mulheres eram vítimas das traições e do domínio masculino hoje (como se viu no forró eletrônico) elas precisam se vingar, traer, demonstrar que são superiores.



Conforme fora discutido, as letras de música de forró, principalmente o eletrônico, têm uma aceitação bastante positiva perante a maioria do público consumidor, sobretudo, o jovem, que se identifica cada vez mais com as vontades de verdade disseminadas por esses “jogos de verdade” que contribuem para com a efetivação de práticas violentas físicas ou simbólicas contra o sujeito mulher como a total dependência da figura masculina e, particularmente no forró eletrônico, o abuso sexual e a pedofilia.

Sem a pretensão de fechar as leituras das letras das músicas aqui analisadas nessa possibilidade de leitura, esse trabalho passa a ser finalizado com a retomada da pergunta de pesquisa: Que estereótipos constituem o sujeito mulher nas letras de músicas de forró pé-de-serra e de forró eletrônico? A qual se responde, comparando-se a constituição dos estereótipos do sujeito mulher nos dois tipos de forró citados, através da confirmação da hipótese de que as letras de músicas do forró eletrônico configuraram discursos pejorativos que implicam na constituição de um estereótipo erotizado da mulher, porém no que diz respeito às letras de música do forró tradicional, pé-de-serra, não se viu a representação de uma imagem idealizada do sujeito mulher, mas a conformação de discursos que resultam na constituição de um estereótipo de submissão e total dependência do sujeito mulher em relação ao sujeito homem.

## REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Z. **Identidade.** Entrevista a Benedito Vecchi. Trad. bras. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- CASCUDO, L. C. **Dicionário do folclore brasileiro.** 6 ed. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 1988.
- COURTINE, J. **Metamorfoses do discurso político:** derivas da fala pública. São Paulo: Cláraluz, 2006.
- DEMO, P. **Leitores para sempre.** 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2007.
- FERNANDES, C. A. **Análise do discurso:** reflexões introdutórias. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.
- FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In.: DREYFUS. H. e RABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória.** Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense, 1995.



- \_\_\_\_\_. Subjetividade e verdade. In.: **Resumo dos curso do Collège de France**. Trad.: Andréa Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- \_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. Trad.: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5 ed. São Paulo: Loyola, 1999.
- \_\_\_\_\_. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In.: **Ética, sexualidade e política**. Trad.: Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. Coleção Ditos e Escritos vol. IV.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- GREGOLIN, M. R. Sentido, sujeito e memória: com o que sonha nossa vã autoria? In.: GREGOLIN, M. R. e BARONAS, R. (Org) **Análise do Discurso**: as materialidades do sentido. 2 ed. São Carlos: Claraluz, 2003. P. 47-58.
- ORLANDI, E. P. **Análise De Discurso**: Princípios e procedimentos. 7 ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.
- POSSENTI, S. Sobre a leitura: o que diz a Análise do Discurso? In: MARINHO, M. (org.). **Ler e navegar; espaços e percursos da leitura**. São Paulo: Mercado das Letras, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Os limites do sentido**. Curitiba: Criar, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Humor, Língua e Discurso**. São Paulo: Contexto, 2010.
- CÂMERA, P. R. **Forró**: Identidade nordestina. Recife, PB: Fundação Joaquim Nabuco. p. 1-9, Set./Out.1995. Disponível em: <[HTTP://www.geocites.com/Viena/studio/3006forro.htm](http://www.geocites.com/Viena/studio/3006forro.htm)> Acesso em: 15 nov. 2010.
- SILVA, T. T. (org). **Identidade e Diferença**. A perspectiva dos estudos culturais. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.



## AS RELAÇÕES DE PODER NO UNIVERSO DOS JOGOS ELETRÔNICOS ONLINE

Dionilson César D.Batista  
Daniel Luna Correia

### INTRODUÇÃO

Este trabalho visa analisar como se dão os processos das relações de poder nos jogos eletrônicos online e como uma sociedade de realidade sintética está em consonância com a sociedade real.

Os jogos eletrônicos online na atualidade são uma grande forma de entretenimento para pessoas de todas as idades, tendo o público infanto juvenil como principal apreciador. Podemos observar que os mesmos tem uma organização social muito próxima à realidade, com estruturas hierárquicas bastante similares ao mundo real.

O jogo a ser analisado será o MMORPG Ragnarök online. A interatividade e diversão proporcionadas ao jogador fazem com que Ragnarök seja um dos RPG'S online mais jogados atualmente. Aqui no Brasil, foi o primeiro MMORPG (*Multi massive online Role-Playing Game*) traduzido oficialmente para a Língua Portuguesa. Diversos servidores nacionais rodam-no e estima-se que possua mais de 25 milhões de assinantes em todo o mundo (GAMESPOT).

O jogo possui uma estrutura social bem caracterizada. Trata-se de um RPG de guerra, em que são travadas batalhas constantes. O jogo é um misto de diversas épocas da história da humanidade e possui elementos que passam da antiguidade ao medievalismo, da idade moderna à contemporaneidade. Podemos observar este sincretismo de eras através dos cenários, equipamentos, acessórios, itens, armas e vestuário. No jogo podem ser encontradas as classes de guerreiros mais variadas: paladino, mago, bruxo, cavaleiro, espadachim, mercador, ladrão, assassino, arruaceiro, ferreiro, músico, pistoleiro, professor, entre outras.

Existem trabalhos científicos que seguem a mesma linha de análise do presente estudo, intitulado *Discurso e Espaço em Mundos Virtuais*, produzido por Thiago Falcão, aluno do doutorado da linha de cibercultura do Poscom da Universidade Federal da Bahia – UFBA, pesquisando interação entre mundos virtuais e seus aspectos psicossociais.



Este estudo será de grande importância para o meio acadêmico, em especial aos analistas do discurso, pois visa estabelecer as relações entre as sociedades de realidade sintética e a nossa sociedade e como as relações de poder estão presentes até mesmo no mundo virtual dos jogos eletrônicos online.

## 1. OBJETIVOS

### 1.1 Objetivo Geral

Mostrar como as relações de poder nos jogos eletrônicos online coincidem com as relações de poder existentes em nossa sociedade.

### 2.2 objetivos específicos

- Comparar a sociedade de realidade sintética com a sociedade analisando suas estruturas.
- Expôr relações entre os sujeitos e de discursividade presente em ambos.

## 2. MATERIAL E MÉTODO

O jogo a ser estudado é o MMORPG Ragnarök Online desenvolvido pela empresa sul-coreana Gravity Corp. Aqui no Brasil é distribuído pela empresa B.R.O. (Brasil Ragnarök Online). O jogo é baseado no estilo de animes, que são versões de desenho animado dos famosos mangás (quadrinhos japoneses) e conta com efeitos áudio-visuais cuidadosamente articulados.

Para a análise serão usadas as teorias foucaultianas sobre discurso e poder, Sun Tzu e seu tratado militar sobre à guerra para ser entendido o contexto bélico, Marx e seus estudos sobre economia e capitalismo para observarmos as estruturas sócio-econômicas presentes em ambas as sociedades, Nietzsche e sua teoria do Eterno Retorno mostrando como as coisas voltam por já existirem, Stuart Hall e sua preocupação em mostrar como a identidade está ficando cada vez mais segmentada. Também será usada o estudo de José Luiz dos Santos sobre cultura.



### 3. RESULTADOS

Antes de iniciar o jogo, é preciso que o usuário (jogador) crie uma conta com nome de usuário e senha no servidor. Após a criação da conta na página ligada ao servidor, é hora de iniciar o jogo, criando o personagem. É preciso ressaltar que o personagem é criado desde o processo da criação da conta, pois o sexo do jogador é escolhido e, consequentemente, o personagem também. Não é regra que apenas indivíduos homens ou mulheres criem uma conta como personagens masculinos ou femininos, pois encontramos também muitas pessoas como personagens com o sexo que não condiz com o usuário.

Feito isso, o jogador inicia com um personagem na fase de aprendiz, que ainda não tem uma classe definida e terá que ir à procura de algumas batalhas com monstros do jogo para aumentar seu level (nível), a fim de elevar seus níveis de vida e energia; só depois escolherá a que classe irá pertencer. Dependendo da classe escolhida o jogador terá algumas vantagens e desvantagens. Podemos citar, como exemplo, um mago e um espadachim. O primeiro é um especialista em conjurar magias e manipular os elementos da natureza, logo, precisa ter níveis elevados de pontos de energia para aumentar seus pontos de magia, de agilidade e destreza, para diminuir o tempo de invocação das magias. O mago (Fig.1-A) pode atacar à distância, não sendo necessário um contato de primeiro grau com o inimigo. O cavaleiro (Fig.1-B), por sua vez, precisa ter níveis elevados de pontos de força e de vida, pois seus ataques baseiam-se inteiramente no contato físico. Sendo assim, ele precisa de níveis de aprimoramento mais ligados ao físico.



**Fig.1:** Screenshots: A) High Wizzard, B) Lord Knight, C) Gunslisher. Fonte: Ragmaniacos Ragnarök online (ingame).



É ingênuo pensar que o mago é um personagem melhor que o cavaleiro, e vice-versa. Cada classe apresenta vantagens e desvantagens diversas e, além disso, dependerá também do usuário e sua habilidade em elevar os níveis de luta do personagem, escolhendo que tipo de arma, acessório, armadura e equipamentos em geral são utilizados para cada tipo de batalha a ser travada. Nesse ponto a visão de jogo é muito importante, pois dependerá muito do jogador e dos objetivos dele dentro do jogo com o personagem em questão. Existe até mesmo a questão da identificação que o jogador tem com o tipo de personagem escolhido.

Os utensílios presentes no jogo são de extrema importância. Existem mapas que são verdadeiras feiras livres (Fig.2) e é possível negociar quase todo tipo de produto que o jogo dispõe. Existe também uma prática muito parecida com um balcão de trocas, em que o jogador anuncia um produto e espera que uma boa oferta seja feita em dinheiro ou pelas simples oferta de um produto com outro. Jogadores novatos podem até mesmo ser ludibriados pelos mais experientes e compram itens que não condizem com o preço real, o que é algo comum, que ocorre na sociedade em que vivemos. Em Ragnarök, a questão material é muito forte e isso é um dos vários reflexos da nossa sociedade, que também está inserido no jogo. Os equipamentos em geral (itens, armas, acessórios e etc.) podem ser obtidos de diversas formas. Não existe uma tabela fixa de preços, pois existem mudanças constantes e o dinamismo com que elas ocorrem impressionam. Podem ser comprados (com a moeda corrente do jogo , o Zeny), trocados, achados após as batalhas e, dependendo do produto, pode até ser comprado com moeda corrente da nossa sociedade, pois existem utensílios feitos para clientes que dão uma determinada contribuição financeira ao servidor. Esse tipo de transação é feito por transferência ou depósito bancário. Alguns dos itens conseguidos dessa forma não podem ser negociados no jogo, ficando, assim, apenas na conta de jogador do usuário.

Pode ser observado a questão do materialismo histórico e dialético defendido por Marx e Engels (2007), pois o que movimenta o capital dentro do jogo são as relações de compra, venda e troca, pois quem ganha mais é quem melhor tiver habilidades para negociações e estar bem informado sobre os preços dos produtos. As relações entre os sujeitos se dão pela exploração do homem pelo homem e as camadas sociais geradas a partir deste discurso dentro do jogo provocam uma hierarquia de classes. Assim como o ter-



gera inclusão ou exclusão na nossa sociedade, esse tipo de enunciado também está presente no universo de Ragnarök, em que os usuários tornam-se líderes de um clã dependendo do nível de evolução e dos equipamentos.

O dinheiro é a locomotiva que conduz a sociedade sintética de Ragnarök, o que é mais um traço da nossa sociedade real. Não é possível comprar armas, armaduras, adereços e itens necessários para o personagem sem trabalhar e o jogo exige do usuário que ele trabalhe para conseguir obter o que precisa. As classes de personagens que o jogo dispõe não são apenas a nível de castas, mas a nível de “posição social”, pois jogadores mais jovens e menos experientes, que precisam de dinheiro para comprar seus utensílios, precisam ir à luta em alguns mapas e enfrentar monstros específicos que, ao serem vencidos, deixam itens que podem ser comercializados. Existem diversos tipos de ítems dessa natureza, os quais não convém comentar. Os itens são vendidos, geralmente, nos pontos de comércio ou nos balcões de troca por preços que dependerão do valor do item obtido. Jogadores menos experientes e mais afoitos em conseguir dinheiro rapidamente tendem a vender itens de grande valor a um preço menor, e isso causa uma desvalorização do produto no mercado, pois os players veteranos aproveitam-se da ingenuidade dos novatos para conseguir obter itens por preços mais baratos, tornando-se assim, verdadeiros capitalistas. O trabalhador se transforma em uma mercadoria, de acordo com Marx (2006), pois a procura de homens regula necessariamente a sua produção como qualquer outra mercadoria. Se a oferta é maior que a procura, então, parte dos trabalhadores cai na miséria ou na fome. Assim, a existência do trabalhador se torna reduzida às mesmas condições que a existência de qualquer outra mercadoria.

Muitas vezes o player novato precisa se sujeitar ao preço que os veteranos querem pagar em um produto, pois pelo poder da barganha e por serem detentores do capital, eles têm maior relevância na sociedade sintética no sentido de contribuirem para a circulação do dinheiro. Os jogadores mais novos ficam a mercê dos mais antigos por terem que, na maioria das vezes, aceitar os valores que os veteranos querem pagar em um produto, mesmo que tenha sido difícil obter o item de algum monstro. Assim, o player novato se transforma numa mercadoria, em que ele precisa vender o produto ou sua força de trabalho para um veterano por um preço abaixo do que seria realmente justo. Mais um reflexo discursivo da nossa sociedade presente no universo dos jogos eletrônicos online,



em que é preciso que exista sempre o desemprego, porque se assim não o for, o empresário terá que oferecer um salário melhor para atrair mão de obra para trabalhar em sua empresa (MARX, 2006). Em Ragnarök, ocorre o mesmo com a disponibilização de novas missões para reunir itens, a fim de se fazer um determinado artefato.

A busca dos players mais novos diminuem em relação à procura de itens para fabricar o equipamento “X” e eles vão em busca dos itens para fabricar o equipamento “Y”, que é mais novo. Com isso, ocorre uma queda no preço de X e uma alta no preço de Y. O mesmo acontece quando o mercado está saturado por um determinado item. Se a maioria tem o item mais novo Y, o preço cai. É importante ressaltar que a queda em X só ocorre na forma citada quando um equipamento novo é disponibilizado, e para consegui-lo é preciso reunir vários itens para fazê-lo. Se atribuirmos o exemplo que por um acaso, simplesmente, os jogadores decidirem não irem em busca dos itens necessários para se fazer o equipamento X (mesmo que não tenha saído um novo equipamento para fazer), por não estar sendo vantajoso economicamente, ocorrerá uma alta no preço do item, porque ainda existe compradores, mas terá poucos que irão atrás do item em questão. O player veterano se verá obrigado a ter que oferecer um preço maior para atrair mais jogadores e obter o item, assim, volta a oferecer o mesmo preço de antes. Este tipo de prática discursiva ocorre também em nossa sociedade quando a procura por determinado produto é excessiva, o preço dele está em alta e, quando a procura cai, o preço diminui. O que podemos observar, então, é um já dito dentro do jogo, em que o espelho da sociedade real é refletido em sua totalidade, com suas diferenças ideológicas.



**Fig.2:** Feira livre (estilo balcão de trocas) na Ilha dos Eremitas. Os players anunciam a compra ou venda de um produto e esperam que alguém oferte. Fonte: Ragmaniacos Ragnarök online (ingame)

Os players veteranos impõem suas verdades para fazer os iniciantes se adequarem às regras da sociedade do jogo. É importante frisar que o servidor BRO é inteiramente brasileiro, sendo assim, apenas brasileiros jogam neste sevidor, fazendo com que a nossa cultura e nossos costumes estejam inseridas no jogo, como por exemplo, a questão do “jeitinho brasileiro”, que existe enquanto categoria nativa de identidade social e como prática discursiva. A formação dos sujeitos em Ragnarök advém da nossa sociedade, cujas formações ideológicas são fruto da formação social, gerando formações discursivas na realidade sintética, que estão presentes na sociedade real.

Outro ponto que vale salientar é a questão da identidade no universo de Ragnarök, pois os sujeitos incorporam a identidade que assumem com o personagem que estão jogando. Hall (2006), diz que as velhas identidades estão em declínio e que o surgimento de novas identidades vem fragmentando o indivíduo moderno. As questões de ordem cultural, por exemplo, são trazidas de nossa sociedade para a realidade sintética na forma de preconceitos, pois, uma marca forte no universo da sociedade de realidade sintética, como já foi dito, é a questão material. Podemos usar um personagem, como



exemplo, quando este está sem qualquer equipamento, nenhum player estabelece algum tipo de comunicação com o mesmo, sendo uma marca forte da cultura da nossa sociedade ocidental onde o poder aquisitivo (ou a falta dele) pode gerar inclusão ou não.

As culturas e sociedades humanas se relacionam de modo desigual. As relações internacionais registram desigualdades de poder em todos os sentidos, os quais hierarquizam de fato os povos e nações. Este é um fato evidente da história contemporânea e não há como refletir sobre cultura ignorando essas desigualdades. (SANTOS, 2008, p.9).

Os efeitos de sentido provocados a partir deste pensamento da cultura ocidental (para não dizer capitalista), são amplos e esbarram em uma questão a qual é visível na nossa sociedade que é a fama. Quando um jogador adquire muitos equipamentos e bens materiais de uma maneira geral e destaca-se em eventos que ocorrem dentro do jogo os quais o nome do seu personagem apareça para todos virem ou qualquer outra forma que seja identificado pelos demais, ele começa a ocupar um nível social elevado, pois este é assediado para fazer parte de alguma guilda, solicitado a dar alguns conselhos de como montar um determinado personagem, qual a melhor arma ou o melhor equipamento para uma determinada situação. Além disso, ele pode simplesmente transmitir o conhecimento que adquiriu ao longo dos anos por uma simples questão do fluxo natural de transmissão do saber na sociedade em que os mais antigos (ou os mais estudiosos) vão passando seu conhecimento aos mais jovens ou aos menos experientes.

Até aqui pudemos observar como o poder material e econômico é forte dentro do mundo de Ragnarök e sua semelhanças com a nossa sociedade real. Agora, iremos adentrar acerca do poder dos clãs. Os clãs são guildas, onde reúnem-se diferentes tipos de classes e, assim como na Idade Média, visam proporcionar assistência e proteção para seus membros. Cada clã pode ter um número máximo de setenta e seis membros e seu objetivo principal é a guerra. Como em todo agrupamento de pessoas, os clãs são formados por jogadores que, em sua maioria, tem formações ideológicas parecidas (ou as mesmas) e isso ajuda no relacionamento entre os membros. Quando passa a existir divergências de opiniões dentro dos clãs por alguns membros tentarem impôr suas verdades aos outros, gera-se uma cisão e, geralmente, culmina com discussões acaloradas seguidas de expulsões



ou do desligamento daqueles que se sentiram injuriados. Em todo caso, aqueles que deixam o clã, na maioria das vezes, fundam um novo clã.

O discurso não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo e visto que o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. (FOUCAULT, 2009, p. 10).

É comum acontecer desentendimentos nas guildas, e os motivos são vários. Mas tudo gira em torno das vontades de verdade que algum membro (ou vários) lança sobre os demais. A imposição de uma verdade, de acordo com Foucault (2009), pode ser lida não apenas como uma nova descoberta, mas simplesmente como aparição de novas formas de verdade.

A Guerra do Império (War of Emperium) é o acontecimento mais importante que ocorre no mundo de Ragnarök e é o único e principal motivo dos playres se equiparem tão bem e gastarem horas (às vezes diárias) dentro do jogo para conseguir dinheiro. Em Ragnarök (no servidor Ragmaniacos), existem cinco castelos e a guerra ocorre três vezes por semana, com duração de duas horas; o evento consiste na dominação destes castelos. Os clãs disputam o domínio dos castelos usando todo poder bélico disponível.



Fig. 3: Guerra do Emperium (War of Emperium). Os clãs, Effectus, Under World e Stray Cats disputam a posse do Castelo Fadhgridh. Fonte: Ragmaniacos Ragnarök online (íngame).



Ganha a posse do castelo o clã que tiver melhor estratégia e players mais bem equipados, sendo a estratégia a primícia para o êxito de um combate. Normalmente, um castelo é dominado apenas por um clã, mas é possível um único clã dominar mais de um castelo, no entanto, para que isso ocorra, é preciso que o clã esteja muito bem organizado e com o número máximo de players com equipamentos completos, dividido em vários grupos e, por último, (e não menos importante) possuir um bom comando.

Possuem verdadeiramente a arte de bem comandar aqueles que souberam e sabem potencializar sua força, que adquiriram uma autoridade ilimitada, que não se deixam abater por nenhum acontecimento, por mais desagradável que seja, que nunca agem com precipitação, que se conduzem mesmo quando surpreendidos, com sangue frio que tem habitualmente nas ações meditadas e nos casos previstos antecipadamente, agindo sempre com rapidez, fruto da habilidade aliada a uma longa experiência. Assim, o ímpeto de quem é hábil na arte da guerra é irrefreável e seu ataque é regulado com precisão. (SUN TZU, 2004 p. 53).

Não há recompensa alguma pela dominação de um castelo, apenas a vontade de mostrar as outras guildas a supremacia do clã e os jogadores também querem se mostrar exímios guerreiros na arte do combate. Essa necessidade em querer se mostrar superior, de subjugar o outro, bem como esse pensamento dominador que o homem possui enraizado em sua natureza, são levados para dentro dos jogos online com grande carga de discursividade.

O homem, muitas vezes, ao longo da história, construiu impérios e estendeu domínios apenas como forma de massagear o próprio ego e provar para si que não havia outrem para fazer frente face ao poder bélico que dispunha. Nietzsche (2010) afirma que a vontade de poder não é somente a essência, mas também é uma necessidade. Essa vontade de poder não é criada, ela existe a partir da própria realidade como algo que não passou a existir, mas que sempre existiu. É a questão do Eterno Retorno que Nietzsche aborda em sua teoria. Este discurso nos permite visualizar que numa construção arqueológica destes saberes existe toda uma priori histórica de nossa sociedade, presente no universo de Ragnarök. O discurso, pelo menos tal como é, analisado pela arqueologia, isto é, no nível de sua positividade, não é uma consciência que vem alojar seu projeto na forma externa da linguagem, não é uma língua com um sujeito para falá-la, e sim uma prática que tem suas



formas próprias de encadeamento e de sucessão. (FOUCAULT, 2009). O discurso vai além daquilo que é dito ou falado e o próprio autor (2009) diz que o novo está no acontecimento em volta daquilo que está sendo dito.

## CONCLUSÃO

Para concluir podemos observar que algo tão singelo para crianças e adolescentes possui uma grande carga discursiva paralela à sociedade em que vivemos e que as impressões existentes nas sociedades de realidade sintética nada mais são do que espelho de nossa própria sociedade e que os sujeitos presentes nos jogos também são reflexo daquilo que são dentro de sua formação social.

## REFERÊNCIAS

- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- \_\_\_\_\_. **A Ordem do Discurso**. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 18. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- \_\_\_\_\_. **A Microfísica do Poder**. Tradução: Roberto Machado. 23. ed. São Paulo: Graal, 2008.
- MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**. Tradução: Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Tradução: Frank Müller. São Paulo: Martin Claret, 2007.
- TZU, Sun. **A Arte da Guerra**. Tradução: Sueli Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2004.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Vontade de Poder**. Tradução: Antonio Carlos Braga e Ciro Mioranza. São Paulo, 2010.
- SANTOS, José Luiz dos. **O que é Cultura?**. Brasiliense, 2008.
- HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Tradução: Edmundo Cordeiro. 11<sup>a</sup>. ed. São Paulo: DP&A, 2005.



DISCURSO, SOCIEDADE E CULTURA  
I Encontro de PESQUISADORES em ESTUDOS DISCURSIVOS  
ISBN 978-85-7539-765-7

GAMESPOT. **Site interativo de jogos eletrônicos.** Disponível em: <[http://www.gamespot.com/pc/rpg/swordofthenewworld/news.html?sid=6170306&com\\_act=convert&com\\_clk=newsfeatures&ctag=newsfeatures;title;3&mode=previews](http://www.gamespot.com/pc/rpg/swordofthenewworld/news.html?sid=6170306&com_act=convert&com_clk=newsfeatures&ctag=newsfeatures;title;3&mode=previews)> Acesso em: 27 de dezembro de 2010.

RPG. **Brasil Ragnarök online.** Disponível em: <[http://levelupgames.uol.com.br/ragnarok/splashes/splash\\_11-02\\_ragnarok-manutencao.html](http://levelupgames.uol.com.br/ragnarok/splashes/splash_11-02_ragnarok-manutencao.html)> Acesso em: 27 de dezembro de 2010.

RAGMANIACOS **Ragnarök online.** Disponível em: <<https://ragmaniacos.com.br/?page=home>> Acesso em: 20 de dezembro de 2010.



## OS INPUTS E OUTPUTS DA IDEOLOGIA RACISTA DE COR

Mirian Ribeiro de Oliveira<sup>1</sup>

Este texto pretende, sucintamente, abordar questões que se referem à constituição de uma prática discursiva que tem desencadeado estereótipos e conceitos extremamente preconceituosos. Trata-se do racismo de cor bem presente no discurso midiático. Para tanto, o *corpus* da análise será constituído pela extração de fragmentos discursivos do filme, intitulado, *Filhas do Vento*. Neste, grosso modo, há uma discussão em torno do papel da mulher negra, de sua ascensão no universo midiático, bem como das relações que perpassam a convivência familiar, os vários lugares ocupados pelos sujeitos sociais. O objetivo primordial é analisar este discurso, partindo do princípio de que existem mecanismos que estabelecem uma discursividade que permite a entrada e saída – *inputs* e *outputs* – de uma ideologia racista, que discrimina pela cor. O filme evidencia um racismo que está impregnado no cerceamento familiar, passando de pai para filho, como se o espaço social do negro fosse algo reducionista, limitado, sem perspectiva de transformação. Sob esta ótica, as relações de poder, nos jogos de força do quotidiano, virão à baila da discussão, para focar o quanto as várias faces do poder podem alijar sujeitos, bem como libertá-lo. Tendo em vista o fato de que o poder circula. E de que ele só existe em espaços onde a liberdade também é fato. Logo, é por um viés foucaultinano (FOUCAULT, 2005/2006/2010) que pretendemos trilhar, para analisar o discurso em voga. Por outro lado, é em Pêcheux (1988/1998/2007) que pretendemos focar as discussões que norteiam o discurso enquanto categoria ideológica. Na síntese, objetivamos focar o filme em questão como um dispositivo de poder que forja subjetividades.

Os efeitos de sentido começam a ser desencadeados pelo próprio título do filme – *Filhas do Vento* – que, para nós, a princípio, se mostra paradoxal, vez que os sentidos provocados pelas formações discursivas dão ideia de leveza não fixidez, de algo que flutua como o vento, ao mesmo tempo em que faz algo se movimentar pelo sopro e uivo, como se falasse ao assoprar. Todavia, ao ser

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, orientanda da Profa. Dra. Ivone Tavares de Lucena. Professora da Universidade do Estado da Bahia – UNEB.



envolvido pela trama, o sujeito-leitor passa a perceber que as raízes culturais, familiares estavam mais firmes e vivas do que nunca. Só estavam dormentes, esperando o evocar da memória. Por outro lado, o discurso vai denunciando o porquê de serem denominadas *filhas do vento*. Em um dos momentos, o personagem Zé das Bicicletas, pai de Cida, a sonhadora, conversa com uma de suas netas e sugere, mediante o discurso, os sentidos para as formações discursivas *Filhas do Vento*. Ouvir-lo, é crucial para o entendimento: Senta aqui no meu colo: quando eu era piquinim, feito ocê, eu encaraminhola que diacho de desgraceira é essa dá gente vim pra esse mundão. Mãe dizia que, em noite de lua cheia, muié de correção, tomava assento no julgamento de Deus. E Ele ficava vigiando lá de cima pra vê se as moça andava com a vida direitinho, sem vadiação. [...] que Deus ajuizava qual das muié merecia ganhá um fio. De repente Ele mandava uma baíta duma ventania [...] e enchia as moça de vida e elas embarrigava. [...] Mãe dizia se era machinho era fio do trovão, se vinha muié, fia do vento. [...] Vinha aquelas desgarrada, que não faziam raiz, que a vida levava da gente, assim sem mais nem menos. Só quer saber de viver a vida dos ôtros, porque não sabe o peso da nossa (FILHAS DO VENTO, 2005).

*Filhas do vento*, então, conota desapego a, herdeira da flexibilidade do vento. Aquela que não finca raízes. Logo, provoca medo, receios, porque cedo vai embora. O vento soa como efêmero. Em uma das falas da irmã, a Maria da Ajuda, conhecida por Ju, provoca Cida, que gosta de Novela e diz: *oh! Alberto Limonta, conta aí a novelinha da mãe que deixa as fia, pra correr atrás do círculo*<sup>2</sup>. Por outro lado, o discurso anterior oferece pistas que sugestionam caracteres da mulher, como se esta fosse tão fragilizada, volátil, como o vento e o homem forte como um trovão. Acreditamos que por esse caráter flexível, a sonhadora Cida era a filha do vento, para o pai, que já havia perdido a mulher, tão vulnerável quanto à filha.

O filme *Filhas do Vento*, grosso modo, narra a história de duas irmãs: uma sonhadora, Cida, que pretende ser artista e outra, Ju, que literalmente fincou raízes, ao continuar morando com seu pai, Zé das Bicicletas, chefe da família que veio a falecer, já na velhice. Ainda moças, o pai coloca a sonhadora porta à fora, por acreditar que esta havia desrespeitado os costumes morais, familiares, ao se envolver sexualmente com um dos rapazes do lugarejo em que viviam. Entretanto, tudo não passa de um grande mal entendido, causado, pela outra irmã, bem como pelo rapaz, que não desmentem o suposto

<sup>2</sup> Ela faz referência ao personagem da novela de rádio *Direito de Nascer* que sua irmã ouvia todos os dias, fazendo caras e bocas, para imitar os personagens.



ato sexual, praticado por Cida, a sonhadora. O pai dá um flagra no rapaz que, após ter dormido com uma das irmãs, tenta entrar no quarto da outra. O conflito está criado e passa a separar pai, filha e irmãs. A então sonhadora, ao se ver na rua da amargura, desiludida, mal falada, sem nenhuma culpa ou responsabilidade pelo ato que a acusavam, vai para a capital, tem uma filha, e se transforma numa artista de notoriedade; enquanto a outra continua a morar no mesmo lugar, têm filhas e netos, sem ter se casado, e os cria na companhia de seu velho pai, que morre sem ter perdoado aquela que, segundo ele, era tão parecida com a sonhadora e desavergonhada mãe. Toda esta história, bem como o desenrolar posterior, é narrada a partir da cena que evidencia o velório do pai das duas irmãs. Assim, os segredos retornam, retornam como o vento.

É importante considerar que o filme elucida os conflitos de uma família composta por pessoas negras. Outro detalhe que chama atenção é o fato das sobrinhas, filhas daquelas irmãs, terem herdado perfis das tias e, não das mães: a filha da artista possuía características bem próximas da tia que fincou raízes; por outro lado a filha desta foi para capital, para, assim como a tia, ser artista. Só depois de uma curta convivência, após o enterro do pai, as velhas feridas vão sendo desenterradas e o perdão acontece. Trata-se de um filme carregado de concepções ideológicas, como o próprio nome sugere. Logo, torna-se relevante discutir ideologia, sob um recorte pêcheuxiano.

Inicialmente, é necessário dizer que tratar de ideologia no universo da Análise de Discurso de linha francesa – AD pressupõe enxergá-la para além da concepção preestabelecida de inversão. Isto porque, estamos partindo de um pressuposto teórico-metodológico em que a categoria ideologia está intrinsecamente ligada à outra denominada de sujeito. Não existe sujeito se este não for interpelado pelas evidências ideológicas. Ao fazer esta afirmação, é em Pêcheux (1988) que a fundamentamos que, por seu turno, bebeu da fonte althusseriana para firmar as bases de sua teoria materialista de discurso. *Só há práticas de e sob uma ideologia; só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos, afirma Althusser (apud PÊCHEUX, 1988, p. 149).*

É necessário dizer, todavia, que Althusser atraiu para si a responsabilidade de fazer uma releitura de Marx. E, ao empreendê-la, buscou um outro subsídio teórico para confirmar a existência de um sujeito eminentemente ideológico: é de Lacan que se fala neste momento. Quando Pêcheux (1988) afirma que o sujeito é interpelado pela ideologia,



está pressupondo a existência de um indivíduo possuidor de um inconsciente, tão “estruturado como a linguagem” (LACAN,1998), que é marcado pelas metamorfoses provocadas pelo significante. Num constante movimento em que um significante gera muitos outros significantes, numa cadeia infinita que faz o indivíduo se evidenciar em sujeito. Uma espécie de já-sujeito, que sempre existiu, mas que precisa passar por este processo de interpelação.

Este movimento provocado na AD leva Gregolin (2006) a dizer que foi mediante o tripé – Marx, Althusser e Lacan – que Pêcheux estabeleceu um dos movimentos mais envolventes dentro e fora da Linguística, denominado posteriormente de Análise de Discurso. Muito mais que um movimento intempestivo, a AD se instaurou como teoria linguística que tem movido sentidos para além dos estudos linguísticos, varando o tempo e territórios múltiplos. Um discurso marcado pelos deslocamentos e rupturas históricas, político por excelência, desencadeia-se num contexto da França de 1969, despontando dois nomes que, *per si*, na atualidade, provocam uma carga semântica discursiva de notoriedade, como eminentes fundadores: tratamse de Michel Pêcheux e Jean Dubois. O segundo, um lexicólogo, o primeiro, filósofo e lingüista, pelos tão conhecidos méritos na AD (MALDIDIER, 1997).

Foi buscando este diálogo entre a linguística, filosofia, história e antropologia, portanto, que a linguística saiu do campo abstrato, de uma visão de língua eminentemente interna e reducionista, para a realidade concreta, tendo o discurso como princípio de prática social. Assim, a ideologia de Marx, numa releitura de Althusser, juntamente com o significante lacaniano, sob um crivo da dinamicidade histórica, marcam sobremaneira um novo percurso lingüístico, incendiando debates tão calorosos entre pesquisadores de várias áreas que trilham ou não pelas vias do discurso. As controvérsias são tantas que levam Pêcheux a dizer:

O campo da Análise de Discurso, ao contrário, é determinado pelo campo dos espaços discursivos não estabilizados, logicamente, dependendo dos domínios filosóficos, sócio-histórico, político e estético, e, portanto, dos múltiplos registros do cotidiano não estabilizado (cf. a problemática dos “universos de crença”, a dos “mundos possíveis” etc.) [...] A Análise de Discurso não tem nenhuma vocação particular para regular essa interminável série de



conflictos. Para ela, basta trabalhar suas próprias problemáticas e procedimentos: o desafio crucial é o de *construir interpretações*, sem jamais neutralizá-las, nem no “qualquer coisa” de um discurso sobre um discurso, nem em um espaço lógico estabilizado com pretensão universal. (PÊCHEUX, 1998, p. 54-55). (grifos do autor).

Instaura-se, dessa forma, uma teoria em que o discurso é eminentemente autônomo, mas que se subsidia em outras categorias de suma relevância, como sujeito e ideologia. Nestas circunstâncias, o sujeito pensa ser o dono de seu dizer. Uma mera ilusão que só é possibilitada pela ação ideológica. Aqui, entra em cena a noção do pré-construído, tão cara a Análise do Discurso, tendo em vista que é por ela que o processo acontece: há uma espécie de lugar deixado vazio, pelo sujeito, que sempre foi sujeito, mas que não se deu conta de sua condição, vez que ele, o sujeito, só o é, quando interpelado pelas evidências ideológicas. Pêcheux (1988, p. 155) diz que se trata de um paradoxo, um efeito retroativo, do sempre-já-sujeito, que, entretanto, é chamado à existência pela ideologia. Por isto, pré-construído. Lembrando que este efeito só é possível mediante o significante lacaniano que faz, pelo sintoma, um retorno do já dito, gerando outras possibilidades infinitas na cadeia ideológica, mas sempre carregado por aquele dizer e não outro. Por estas razões, afirmamos a existência de *inputs* e *outputs* de uma ideologia racista de cor. Significa dizer que há, sim, mecanismos de inserção de uma ideologia previamente pensada para inculcar valores, preestabelecer princípios e procedimentos. No filme, o sujeito é interpelado pela ideologia racista inserida no seio familiar e fora dele, nos vários espaços institucionalizados ou não. Acreditamos que há também um sujeito-autor que tenta mostrar o quanto a família pode ser, sim, geradora e cerceadora de conflitos e antagonismos que perpassam a construção de um ethos identitário. O que consideramos uma das entradas desse discurso preconceituoso de cor. Os recortes do discurso evidenciam a fala do pai, da irmã e da filha, esta altamente embriagada, 1, 2 e 3 respectivamente, para aquela que pensa em ser artista e, segundo a irmã, vive com a cabeça, não na vida, mas nos livros:

– Presta atenção no seuviço! [...] Tava era pensano na mardita da novela! Não se ixerga, não? Hein? Já viu negro virar artista? Vê se bota um pouco de juízo nessa cabeça! Não tem como segurá essa ventania: Deus deve tá de castigo comigo, mandou outra desajuizada como a sua mãe. Tá de cabeça virada, né? Tá quereno



virá muié da vida, menina? [...] Dizem que quem lê muito ou fica esperto ou fica cego que nem fi de rato;

– Uma dessas aí do rádio, Cida? Isso não é nosso destino, não, Cida. Se fosse, Deus fazia a gente nascer branco.

– Será que você teve que dá pra fazer novela? (FILHAS DO VENTO, 2005)

O discurso em foco indica o quanto o sujeito-autor se utiliza de estratégias discursivas para denunciar a condição do negro no mundo midiático. Ser artista não é coisa para negro, denuncia o discurso. Sob este aspecto, o discurso atende aos dois preceitos: tanto é porta de entrada da ideologia racista de cor, pelos estereótipos criados no seio da família, quanto é de saída, pela denúncia que faz, da condição em que o discurso tenta colocar o negro: uma ideologia que parece estabelecer um espaço reducionista ao negro, passando pelo conformismo e subordinação de papéis relegados a negros. Ser artista não está inscrito neste *script* de “para negros” Sob esta ótica, o discurso midiático preestabelece também um branqueamento: se o negro não pode ser artista, este é um espaço fadado ao branco. Os sentidos ecoados pelo discurso evidenciam o filme como espaço discursivo de denúncia da condição inferiorizada, ocupada pelo negro no mundo midiático e na vida. Esta não é uma relação qualquer, vez que o discurso midiático tem se mostrado não só como mediador de poder, mas possuidor de saberes e verdades que preestabelecem o poder. São as relações de força que fazem o sujeito se submeter as coerções do discurso, no sentido de que este é o verdadeiro. Logo, institui-se como norma regulamentadora, inclusive passando a ditar quem pode ou não entrar na ordem desse discurso.

Pelas vias do discurso, é cabível dizer que a ideologia racista de cor está presente nos mais diversos espaços sociais. O que desperta o anseio de trazer à luz pistas das condições de produção e funcionamento desse discurso. No Brasil, esta construção ideológica obedeceu a critérios elitistas, extremamente apegadas a outras culturas, bem distantes da nossa. A visão de mundo eurocêntrica assumiu um papel de preponderância, inclusive no meio acadêmico, para não só cercear o outro, mas colocá-lo numa cadeia discursiva pensada pelo branco, enquanto singularidade. Fernandes (2007), Skidmore (1991) enfatizam o quanto, no Brasil, foram crescentes determinadas ideologias, denominadas de ideologias do branqueamento, que visavam mostrar uma convivência pacífica e harmoniosa entre as raças brasileiras, chegando ao ponto de afirmar a inexistência de preconceito racial.



Uma articulação engenhosa, preparada pela *elite simbólica* (VAN DIJK, 2008). Foram várias as vias de entrada dessa ideologia racista de cor. Domingues (2008) destaca que o branco tratou de preestabelecer valores não só em seu meio, cada vez mais branco, mas entre os negros através de mecanismos de coerção, que ditavam costumes de uma ordem moral e social perversas. Assim, ao analisar o racismo de cor da São Paulo do início do século XX, aponta que, para legitimar sua dominação, a “raça branca” instituiu posturas, para que o negro pensasse e agisse conforme preceitos preestabelecidos pelo branco. Por esta via, denomina os vários branqueamentos objetivados pelo branco, para o negro, de branqueamento de ordem moral e/ou social, branqueamento estético, branqueamento biológico, além de outro que diz pertencer aos contos da imprensa negra. Ou seja, em cada território social, que consideramos espaços discursivos, construiu-se um aparato ideológico que evidenciou a presença do branco, como espelho necessário e indispensável para que o negro o tomasse como referência para constituição de sua subjetividade.

Esta teoria do branqueamento traz a marca europeia em suas raízes discursivas. Munanga (1998) ressalta que mesmo antes de se deparar com o Outro, os europeus já se consideravam no topo da pirâmide social. Logo, racializar tornou-se um lugar comum, significando divisão e classificação, mesmo após a colonização, registrada como grande feito, por uma história a serviço de pesquisadores que preferiram apagar memórias, ao invés de narrá-las em sua dinamicidade. Esta denúncia é feita pelas palavras de Skidmore (1991):

[...] Os historiadores revolveram leis, relatos de viagens, memórias, debates parlamentares e debates de jornais. Evitaram pesquisar arquivos policiais, de saúde, judiciários de fichas de empregados ou outras fontes que teriam permitido construir séries temporais. Os casos em que tais fontes foram consultadas limitaram-se em geral a estudos sobre escravidão. Raramente se estudaram relações raciais na sociedade mais ampla. A forma de evidência aceita permaneceu sendo o relato. E, no entanto, os historiadores não evitaram em tirar conclusões acerca da natureza histórica das relações raciais. Para fazê-lo confiaram maciçamente em evidência “qualitativa” (SKIDMORE, 1991, p. 6).

O discurso científico, portanto, nesta arena, tem ocupado um papel relevante, tanto para desmistificar paradigmas, como para construí-los, pelas vias institucionais, estabelecendo saberes e verdades, eminentemente carregados de ideologias. Tanto



Nascimento (2003), como Skidmore (1991) ressaltam que houve uma tentativa de escamotear a categoria raça, evitando-a, inclusive em pesquisas como o Censo, que entre os anos de 1900 a 1920, foi literalmente omitida, retornando em 1940. Logo, se a coleta de dados mantinha esse princípio, como saber ou conhecer a realidade brasileira? A intenção, de fato, era camuflar uma situação, com vistas numa suposta democracia racial, como se, no Brasil, não existissem conflitos raciais. A teoria do branqueamento varou o tempo, mas é resguardada por uma memória discursiva que desencadeia sentidos pejorativos, inculcados por vários discursos, atravessados por vozes que se aproveitaram de perfis fragilizados no imaginário social. Uma destas, conforme Guimarães (2008, p.15-17), encontra resquícios no cristianismo, contribuindo sobremaneira para que o sentido pejorativo da cor negra se tornasse preponderante. Isto porque, tentou explicar a inferiorização de alguns povos como decorrência de sua descendência e não a partir de seu local de habitação, ao atribuir tal situação a uma falha de comportamento original e ao instituir a cor como marca da maldição. Os negros ficaram conhecidos como descendentes de Cã: uma explicação dada por filósofos religiosos, como São Jerônimo ou Santo Agostinho para explicar a subordinação de alguns povos sobre os outros, a partir da passagem bíblica da maldição de Cã. O filho de Noé, chamado Cã, ao ver seu pai embriagado e nu, zomba dele que o amaldiçoava, dizendo que ele e seus descendentes serão *os serventes dos serventes* de seus irmãos. Esta história, nos séculos XVI e XVII, é alterada para incluir passagens que se referem aos negros como descendentes de Cã. No filme, o diálogo entre o avô e a neta retrata as várias faces históricas e ideológicas criadas para tentar justificar o negro do negro, como algo sempre para baixo, em que os confrontos são marcados por dicotomias que valorizam apenas uma das partes. É importante observar o papel dicotômico entre a fonte de água clara e a cor do homem preto que Deus criou, conforme os dizeres do discurso. O preto aparece como algo a ser banido, clarificado pela água que limpa o preto, deixando-o clarinho, como aponta o discurso. Mas, segundo o discurso, nem todos conseguiram se limpar, por conta da escassez da água. O que desencadearia o fato de que só as mãos do negro são brancas. Logo, limpas. Mais uma vez, o discurso filmico é utilizado para destacar os estereótipos em torno do negro, apontando os canais sociais pelos quais o racismo de cor ganha corpo e se constitui enquanto discurso, portanto, prática social.



No discurso em foco, o sujeito ressalta uma das instituições que podem possibilitar a construção de saberes e verdades: a escola. Foucault (1996) aponta esta instituição como uma das cerveadoras, controladoras da ordem do discurso verdadeiro, denominando esta e outras como a sociedade do discurso, que institui não só controle, mas impõe todo um ritual para que ele, o discurso, possa acontecer. A discursividade do fragmento abaixo aponta a escola como canal de entrada, *input*, para um saber, denominado racismo; por outro lado, há os *outputs*, as saídas que se proliferam por sujeitos diversos, que pensam ser o dono desse dizer. Todavia, ele, o discurso, prepondera, chegando aos diversos lugares, inclusive na família. O diálogo configura, ainda, uma espécie de arqueologia que aponta um Adão que se diferencia daquele que está inscrito na memória social. Todavia, o mesmo discurso aponta que o Adão embranqueceu ao se lavar. Por que razões o sujeito requisitou a brancura em Adão? É necessário observar, além disso, que neste discurso os primeiros, os brancos, continuam na pirâmide, foram os primeiros, os negros são os últimos. Atentar para o discurso que evidencia o diálogo entre a neta e o avô é de suma importância:

Me larga. Que mania sua: parece sua mãe querendo manda na opinião da gente!

Suas unha, tão sempre suja! Vô, agora eu sei porque a palma da sua mão é branca. Mais que besterada é essa, Dorinha?

Contaram lá na escola vô. Falararam que o primeiro homem que Deus criou era preto que nem carvão.

É essa porcaria que cé tá aprendendo nessa escola?

Falararam que o barro que Deus usou pra fazer Adão era escuro que nem breu. Aí ele criou ali pertinho um rio de água clarinho. [...] os primeiros homes foram lá tomar banho no rio e ficarum tudo branquinho. Os que chegaram depois já pegaram água manchada. Aí saíram assim, meio escurim. Os últimos foram lá e só encontraram um fiozinho d'água. Como não dava pra lavar o corpo inteiro, então eles só molharum as sola do pé e as palma das mão. E aí ficaram assim oh: preto pro resto da vida.

Você acha que ser preto é ser sujo?

Uai, vô, acho que não.

Vamo Pará cum essas lorota! Vamos Pará de espaiar história de faiz de conta. Parece tua tia Cida.

Sabia vô, quando eu fizer 18 anos vou morar lá com ela. Lá no Rio.



O fato é que a realidade brasileira, em relação às questões raciais, ficou marcada por uma tentativa de embranquecimento literal e simbólico, empreitada de muitos, inclusive da ciência, o que tem provocado um racismo de cor, invasor dos mais diferentes discursos: por um lado, trata-se de um racismo construído por ideologias, por outro, faz parte de uma construção histórica cercada por um discurso controlador, que preestabelece técnicas de subjetivação e objetivação de sujeitos, mediante estratégias e mecanismos que fazem parte das relações de força do quotidiano (FOUCAULT, 2010). Trata-se de um racismo que evidencia suas raízes arqueológicas, para além do colonialismo, vez que é uma construção em que o outro não só é marginalizado, mas banido pelo governo daquele que seria seu próximo. Este passa a ter o direito sobre a vida e a morte, no sentido de deixar viver ou deixar morrer. Um racismo que Foucault (2005) denomina de racismo de estado: antes cabia ao soberano o direito de deixar viver, agora, compete ao Estado fazê-lo, tendo em vista que ele se sente no direito de decidir quem deve viver ou quem deve morrer. É a biopolítica do poder. Esta morte e a vida fazem parte de uma guerra, mas não de uma guerra qualquer, mas daquela em que o sujeito projeta um ethos construído para cercar modos de vida, arregimentando corpos, constituindo subjetividades. Trata-se de uma guerra perpétua, de um racismo permanente, construído no seio social que visa ao apagamento e silenciamento do outro, pelo controle. No discurso analisado, a fala da neta aponta para a morte de um sujeito que era negro, mas que se apaga, morre, para que o outro possa viver. São as estratégias utilizadas pelo discurso que oferecem as pistas para esta leitura. Pelas técnicas de manipulação, dominação e sujeição o si é gradativamente construído ou silenciado. São estratégias de poder, presentes nas mais, aparentemente inofensivas, atitudes do quotidiano que criam estereótipos, um racismo permanente cada vez mais forte e constituídos de normas, no sentido de que esta é a verdade.

Todavia, esse racismo de estado, racismo permanente de que trata Foucault (2005) se estabelece pela metáfora da guerra. Logo, se vivemos em guerra, há uma batalha: aquele preso pelos processos de dominação e submissão, arregimentado pelos modos de constituição, coloca-se de pé, na luta, frente aos poderes preestabelecidos. Relutando, ele, o outro, também cria espaços discursivos de resistência ao poder dos poderes. Assim, cabe dizer que, entre lutas e estratégias, existe um sujeito que ora se submete, ora se rebela, fazendo o poder circular. Por esta ótica, é possível dizer que o discurso midiático, como um



dos grandes poderes, é utilizado para evidenciar um racismo midiático permanente, como porta de entrada e saída também de modos de subjetivação e objetivação de sujeitos. O filme *Filhas do Vento* carrega estes efeitos de sentido, pois preestabelece o como deve ser, diz quem está autorizado a adentrar em sua ordem discursiva, estabelecendo esta entrada como um ritual de um discurso que guarda especificidade; ao mesmo tempo em que se traduz em possibilidades de mudanças, pela força de denúncia que possui. Logo, configura-se como condição para que o outro, o cerceado, se veja e possa tomar decisões, atitudes de transformação frente ao poder constituído como supremo. A grande sacada é a percepção de que os micro-poderes fazem o poder circular. No discurso abaixo, em que a sobrinha Dorinha vai fazer um teste para atuar num filme, esta condição inferiorizada é mostrada, mas a presença de um sujeito que continua a enfrentar as situações também o são. O diálogo mostra que, ao retornar do teste, a tia a indaga sobre e ela, a sobrinha, responde. Observar as falas da suposta produtora do filme, Cida, Dorinha e Cida, respectivamente, são importantes ao entendimento:

1 – Você é muito boa, viu! Mais... papel de uma favelada e você é muito bonita, muito educada, arrumada pra uma favelada. Infelizmente, parece atriz negra de filme americano.

2 – E o seu teste como foi?

3 – Pra mim não sobra ponta nem de favelada

4 – Quantas vezes não me matei pra fazer uma boa cena. Aí, quando eu ia ver na televisão, a câmera estava focalizando a bonitona branca.

5 – Eu fico cada vez mais irritada com isso, tia. E o último papel que eu peguei na novela? Eles põem a gente nessa fria, só pra mostrar que são politicamente corretos.

No discurso em foco, são várias as situações encontradas, sugestionadas pelos sentidos: historicamente, o negro sempre foi relegado a um segundo plano, em relação à estética instituída pelo branco, já que o belo é o belo do branco (NEUZA, 1983). No discurso em questão, o sujeito discursivo camufla uma situação de negação e rejeição ao negro que, agora, mesmo dentro de parâmetros que o branco pensa preexistirem para ele, ainda é acusado de não ser útil aos fins a que se destinam, ou seja, ao papel de favelada do suposto filme. Fica claro, não no dito, mas nas entranhas do discurso que, arrumada ou não, a presença do negro tem incomodado o discurso midiático, a tal ponto que sua presença



demarca um território institucionalizado pelas obrigações legais. A presença do negro conota obrigação de um percentual de pessoas negras só para cumprirem tabela. Por isto, o discurso do politicamente correto. Por mais que ele se esforce, denuncia o discurso, as câmeras não o focalizam. Acreditamos que este é um dos aspectos de autoralidade que marca o filme *Filhas do Vento*, vez que retrata conflitos de uma família de negros, apenas. Os efeitos de sentido daí oriundos provocam uma espécie de ruptura, para que ele, o negro, tivesse as condições necessárias a sua aparição midiática. A aparição do branco foi cortada literalmente, mas, simbolicamente, ela aparece como figura cerceadora e de apagamentos.

Por outro lado, a fala da tia *quantas vezes não me matei para fazer uma boa cena* revelam que há uma luta estratégica que não para. O discurso sugere persistência constante de uma das partes que não se entrega, mesmo consciente de que o espaço discursivo para fazer sua aparição, mostrar seu talento, é ínfimo, diante das possibilidades oferecida ao que poderia ser seu próximo. Em outro momento, o recorte da fala de Cida e de Selminha, sua filha, carregam uma discursividade de continuidade, luta e resistência, ao mesmo tempo em que evidencia as dificuldades enfrentadas. O *sempre* e *trabalhei* causam um efeito de sentido de que há uma circulação nas relações de poder que não se permitem parar, mesmo que isto conote um lugar ocupado por um sujeito que fique num segundo plano: *Eu sempre fui coadjuvante na vida dela. Aliás, como ela sempre foi na TV.* Afirma a filha. *Eu trabalhei tanto pra te dar um futuro melhor,* ressalta a mãe.

Portanto, o filme Filhas do Vento carrega em si uma discursividade que ora evidencia um racismo permanente, que se entranhou nas lutas do quotidiano, impactando os jogos de força das relações de poder, ora aponta a existência de ideologias construídas pelos vários canais sociais. Entre eles, a família, além de ter se constituído como espaço de denúncia, da condição do negro na sociedade midiática.

## REFERÊNCIAS

- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista.** Tradução de Waltensir Dutra. Antonio Moreira Guimarães (org). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- DOMINGUES, Petrônio José. Negros de Almas Brancas? A Ideologia do Branqueamento no interior da Comunidade Negra de São Paulo, 1915-1930. In: **Estudos Afro-Asiáticos.** Ano 24, n. 3, 2002. Disponível em: <[www.scielo.org.br](http://www.scielo.org.br)> Acesso em: 05 dez. 2010.



- FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos.** São Paulo: Cortez, 2007.
- FOUCAULT, M. A **Ordem do Discurso.** Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Em defesa da Sociedade:** curso no Collège de France. Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- \_\_\_\_\_. **O Sujeito e o Poder.** In: DREYFUS, Hubert & RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica.** Tradução: Vera Portocarrero e Gilda G. Carneiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso – diálogos & duelos.** São Carlos: Claraluz, 2006.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio. **Preconceito racial: modos, temas e tempos.** São Paulo: Cortez, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Preconceito e Discriminação.** São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo: Ed. 34, 2004.
- HENRY, Paul. Os Fundamentos Teóricos da “Análise do Discurso de Michel Pêcheux (1969). In: **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução a obra de Michel Pêcheux. Françoise Gadet; Tony Hak (Orgs.). Tradução: Bethânia S. Mariani et al. Campinas-SP: editora da UNICAMP, 1997.
- LACAN, J. A Instância da Letra no Inconsciente ou a Razão desde Freud. In: **Escritos.** Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- MALDIDIER, Denise. Elementos para uma História da Análise do Discurso na França. In: **Gestos de Leitura.** Eni P. Orlandi (org). Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1997.
- MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos.** São Paulo: Ática, 1988.
- NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O Sortilégio da Cor:** identidade, raça e gênero no Brasil. São Paulo: Summus, 2003.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. São Paulo: UNICAMP, 1988.
- \_\_\_\_\_. O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. In: **Um mapa da ideologia.** Tradução: Vera Ribeiro. Slavoj Žižek (Org.). São Paulo; Contraponto, 1996.



DISCURSO, SOCIEDADE E CULTURA  
I Encontro de PESQUISADORES em ESTUDOS DISCURSIVOS  
ISBN 978-85-7539-765-7

- \_\_\_\_\_. Sobre os Contextos Epistemológicos da Análise de Discurso. Tradução de Ana Maria Dischinger Marshall e Heloísa Monteiro Rosário. In: **Cadernos de Tradução do Instituto de Letras da UFRGS**. Porto Alegre, n.1, nov. 1998. Disponível em: <[www.ufrgs.br/ppgletras/20101/TID/LIN00010MariaCristina.doc](http://www.ufrgs.br/ppgletras/20101/TID/LIN00010MariaCristina.doc)> Acesso em: 20 jul. 2011.
- \_\_\_\_\_. Papel da memória. In: **Papel da Memória**. Tradução e introdução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes Editores, 2007.
- SKIDMORE, Thomas. Fato e Mito: descobrindo um problema racial no Brasil. Tradução de Tina Amado. In: **Cadernos de Pesquisa**. N 79. São Paulo: USP, 1991. Disponível em <[www.scielo.org.br](http://www.scielo.org.br)> Acesso em: 05 dez. 2010.
- SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro:** as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.



## DISCURSO E VERDADE: AS CONTRIBUIÇÕES DE MICHEL FOUCAULT E HANS GADAMER PARA O CONHECIMENTO HISTÓRICO

Júlio César Alves da Silva<sup>1</sup>

### MICHEL FOUCAULT: A IDÉIA DE VERDADE NA HISTÓRIA E AS POTENCIALIDADES NO DISCURSO HISTÓRICO

Por trás da história desordenada dos governos, das guerras e da fome, desenham-se histórias quase imóveis ao olhar – histórias com um suave declive: história dos caminhos marítimos, história do trigo ou das minas de ouro, história da seca e da irrigação, história da rotação das culturas, história do equilíbrio obtido pela espécie humana entre a fome e a proliferação. As velhas questões da análise tradicional (que ligação entre acontecimentos dispares? Como estabelecer entre eles uma seqüência necessária? Que continuidade os atravessa ou que significação de conjuntos acabamos de formar? Pode-se definir uma totalidade ou é preciso limitar-se a reconstruir encadeamentos? (FOUCAULT, 2000, p.5).

Uma das temáticas propostas nesse estudo não é inédita, a questão da verdade no conhecimento histórico já foi assunto de inúmeros debates, em especial historiadores e

---

<sup>1</sup> Júlio César Alves da Silva é Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba e Professor da Rede Pública de Ensino e Mediador no Curso de Pedagogia da UFPB – Virtual (Campus – João Pessoa). Email para contato: historiador2011@gmail.com

<sup>2</sup> Tóramos como suporte duas proposições enunciadas por José Carlos Reis em sua obra: *História e Teoria: Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade*, impressa pela primeira vez em 2003 pela Editora da Fundação Getúlio Vargas, a primeira proposição “emprestada” está no terceiro capítulo intitulado *A especificidade lógica da história*, quando Reis levanta problematizações filosóficas que colocariam em dúvida a possibilidade do conhecimento histórico, entre elas: “A história é um conhecimento possível?” pelo fato do historiador falar do evento passado no seu presente? Contudo, ao propor a importância de reflexões teóricas e a importância do conhecimento histórico, Reis alerta que para o historiador produzir o conhecimento histórico se faz necessário levantar *problematisações necessárias* para a História (Conhecimento). E o segundo ponto fundamenta-se no quarto capítulo da mesma obra, intitulado: *História e Verdade: Posições*, quando Reis discute desde os problemas da verdade, as posições da verdade sobre o conhecimento histórico e as críticas feita a História pelo fato desta fazer várias objeções à possibilidade da objetividade e verdade, por estar interligado ao presente do historiador (que sempre reinterpreta o passado – no seu tempo). Dessa forma à subjetividade, à compreensão, à interpretação e o discurso estariam fadados a explicações causais, deixando a História estigmatizada por ser um conhecimento indireto do passado, que utilizaria a mesma linguagem ficional dos contos literários, de modo que ainda de utilizaria fontes lacunares e de ser uma mera tentativa de interpretação do conhecimento pós-evento. Dessa firma o conhecimento objetivo seria aquele válido para todos, algo universal, analítico, problematizador e necessário. Entretanto, para Reis não há razão para o ceticismo. Ele cita Koselleck, para quem a história precisa sustentar duas proposições fundantes: produzir enunciados de verdade e admitir a relatividade ( Ver REIS, 2007, p.152). Na tentativa de



filósofos já escreveram vários compêndios rediscutindo essa problemática. Por diversos ângulos teóricos e/ou metodológicos a tentativa de legitimar ou pelo menos tentar, discutir a questão da verdade já foi “*ponto de ebulação*” entre vários intelectuais, sobretudo, aqueles que tentaram municiar a História de um discurso antifilosófico, mas não conseguiram segundo afirma José Carlos Reis<sup>3</sup>.

A partir da tentativa frustrada de alguns, e pelos debates acerca dos discursos na História e a percepção enunciada de suas potencialidades, fazemos a seguinte pergunta: Até que ponto os discursos emitidos pelo conhecimento histórico propõem uma noção de verdade? Um conhecimento contínuo e ordenado? Ao refletirmos sobre tantas indagações nos deparamos com uma objeção nada animadora acerca da História como um conhecimento “pleno” sobre o passado, a seguinte citação nos remete ao problema:

O conhecimento histórico está ligado à época de sua produção, ao presente do historiador, que é sempre novo. Se o presente é sempre novo e reinterpreta de forma nova o passado, a verdade do passado será também sempre nova, pois dominada pela novidade do presente. (REIS, 2007, p.150).

A citação descrita por José Carlos Reis, em sua obra *Teoria e História: Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade*, o autor enfatiza a problemática da escrita historiográfica e a idéia de verdade e/ou objetividade na História. Isso a partir de alguns aspectos preponderantes que segundo o autor influenciaram/influenciam o historiador ao escrever a história e comumente “*tecer suas verdades*”, por exemplo, sob a influência do tempo/época, o

---

indicar posições para o alcance da verdade histórica, Reis busca ainda as teses de outros autores dividindo suas proposições conceituais em *realistas metafísicos* e *nominalistas*. Quando cita, por exemplo, na primeira proposição Ranke, onde a história produziria uma verdade através do método crítico. Nesse sentido o sujeito não se anularia apenas se esconderia, se *autocontrolava*, em suma todos os historiadores realistas metafísicos procurariam critérios universais para tecer suas verdades. Para os nominalistas, a subjetividade para Reis é plena, o universal é impensável. Influenciados, sobretudo pelo pensamento de Friedrich Nietzsche, onde teremos em Michel Foucault uma de seus principais expoentes. A verdade para os nominalistas estará na construção de um sujeito particular que se expressa discursivamente nas relações de poder, onde essas relações criam linguagens e saberes para se legitimarem suas intencionalidades. Logo outro nominalista, Michel de Certeau tem a história como a fabricação do historiador, onde o discurso que emerge de uma prática e de um lugar institucional e social. E por fim, Koselleck que sustenta a verdade histórica caleidoscópica, que se relaciona com a história da história. O passado será selecionado, reconstruído em cada presente. Logo a conclusão de Reis é que verdade histórica é obtida com exame exaustivo do objeto, com todas as leituras possíveis.

<sup>3</sup> REIS, 2007, p.148.



presente que o historiador esteve/está inserido e a sua forma subjetiva de reinterpretação do que se pretende, e sobretudo do que lhe é peculiar. O problema descrito pelo autor relaciona-se diretamente com a nossa proposta central nesse estudo, que é discutir a problemática dos discursos enunciados pelo conhecimento histórico e suas “verdades” a partir do pensamento de Michel Foucault e Hans Gadamer e suas contribuições destes para a História.

Como filósofo, Michel Foucault (1926 – 1984) influenciado, sobretudo pelo pensamento de Friedrich Nietzsche, questionou na maioria de suas obras a aproximação da verdade ou a coincidência do discurso com um ser essencial<sup>4</sup>, sobretudo entre os historiadores que buscavam incessantemente tecer verdades acerca do conhecimento histórico. Para Foucault uma visão *contraditória*, pois ao mesmo tempo em que se procurava fugir da veracidade engessada dos documentos como primavam os positivistas, para o autor de Microfísica do Poder, a História só ficava a deriva no campo das *Ciências Humanas*, quando se buscava no conhecimento histórico um *discurso objetivo*<sup>5</sup> e/ou a condenação do historiador em ficar como um mero “*espectador do jogo*” nas inter-relações teóricas, metodológicas e subjetivas que envolvem a História e o envolto de sua escrita<sup>6</sup>.

Para Foucault a História estava sob a ótica das múltiplas relações de forças que a envolvia numa gama de discursos de poder, saber e de subjetividades discursivas das quais os historiadores não mais estáticos a noção dada pela história positivista, nem fadados a busca pelo “*Elo perdido*” da verdade histórica encontravam uma “nova” percepção acerca da História. Através de seus estudos foi possível perceber que os jogos de verdade na história estão sujeitos a (re) leituras voltadas ora para ações de poder e civilidade, das quais envolvem diretas e/ou (in) diretamente uma gama de projeções de discurso arquitetadas pelos homens nas micro-relações sociais e não apenas no topo da cadeia social, isso ao longo da História no tempo e das ações subjetivas de quem a escreve.

Em sua obra *Escola dos Annales: A inovação em História*, José Carlos Reis, assinala que Foucault foi um dos pensadores que melhor assimilou em seus escritos a transição ocorrida no inicio do século XX acerca das Ciências Sociais, e concomitantemente a

---

<sup>4</sup> REIS, 2007, p. 167.

<sup>5</sup> REIS, 2007, p.168.

<sup>6</sup> ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p.168.



História como “*Ciência dos homens no tempo*” e sua prática historiográfica; onde o autor afirma que:

Para Foucault, esse “homem-objeto” tratado por um conjunto de discursos”, ao qual se dá o nome de “ciências humanas”, surgido no século XIX, é um objeto novo de conhecimento. (REIS, 2000, p. 39).

A partir do problema discutido por José Carlos Reis, descortinamos uma das contribuições fundamentais de Michel Foucault tanto para a História (Ciência) em meio a crise do período pós 1970<sup>7</sup>, como para historiografia (Escrita da história) e suas frustradas tentativas de objetivação da verdade histórica , onde a História para Foucault constitui-se de objetos descontínuos.

Percebemos que a História para Foucault e a constituição da *verdade não objetiva* para parte dos objetos propostos pelo historiador na sua discursividade, nas relações de potencialidade sempre sujeitas as mudanças de quem percebe o discurso e sua positividade, por isso além da verdade não ser objetiva para Foucault ela também é descontínua. Não que o conhecimento histórico fosse para ele uma “recontagem” do fato/acontecimento, ou uma reescrita da história “verdade” mudando suas formas morfológicas.

Pelo contrario, ao tecer duras críticas aos pressupostos defendidos ate então pela maioria dos pensadores de sua época acerca da História, Michel Foucault teceu em suas idéias a busca irrelevante pelas *origens do fato, pela evolução das causas, pela essência das idéias e/ou a busca pelas verdades objetivas*. O filosofo francês conseguiu empreender a partir de seus estudos sobre Friedrich Nietzsche, a idéia do *método genealógico*, e a partir desse questionamento, constitui-se em seu pensamento uma afronta perceptível a tentativa de objetividade e/ou verdade objetiva empreendida pelos sujeitos construtores do conhecimento histórico.

Afronta essa porque para Michel Foucault, o historiador não deveria buscar a essência do dito, pois ela é artificial, criada, municiada por múltiplas intencionalidades, em suas formações discursivas<sup>8</sup>, para ele tudo se diluía na *desintegração* das idéias sobre as origens e pela busca da essência das coisas, ao afirmar que é impossível a neutralidade do sujeito histórico naquilo que ele quer dizer, a partir de onde, e evocado pela não renuncia de sua

<sup>7</sup> REIS, 2000,p.112-125.

<sup>8</sup> FOUCAULT, 2000, p.146



vontade potencial. Para ficar mais clara a idéia, podemos exemplificar o capítulo primeiro de sua obra Microfísica do Poder, que tem como epígrafe e citação: (Nietzcher, a genealogia e a história):

A genealogia é cinza; ela é meticulosa e pacientemente documentária. Ela trabalha com pergaminhos embaralhados, riscados, várias vezes reescritos. Paul Réé se engana, como os ingleses, ao descrever gêneses lineares, ao ordenar, por exemplo, toda a história da moral através da preocupação com o útil: como se as palavras tivessem guardado seu sentido, os desejos sua direção, as idéias sua lógica; como se esse mundo de coisas ditas e queridas não tivesse conhecido invasões, lutas, rapinas, disfarces, astúcias. Daí, para a genealogia, um indispensável demorar-se: marcar a singularidade dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona; espreitá-los lá onde menos se os esperava e naquilo que é tido como não possuindo história – os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos; apreender seu retorno não para traçar a curva lenta de uma evolução, mas para reencontrar as diferentes cenas onde eles desempenharam papéis distintos; e até definir o ponto de sua lacuna, o momento em que eles não aconteceram. (FOUCAULT, 2010, p.15).

Nessa perspectiva observamos as contribuições de Michel Foucault para o conhecimento histórico, não exagerado afirmar que a partir de suas noções perceptíveis acerca do discurso, das descontinuidades e das relações de poder, a questão da verdade na História também foi (re) discutida e, sobretudo revisitada de forma *menos tensa* entre os teóricos da História. O historiador José de Assunção Barros consegue concatenar o papel de Foucault para a História:

De alguma maneira, é possível dizer que Foucault radicaliza a História. Tudo é realmente histórico em Foucault, tudo é prenhe de uma historicidade à qual faltam as descontinuidades, os desvios, os avanços e recuos, os acasos, as pequenas mesquinharias que afrontam os começos gloriosos e as “solenidades de origem” forjadas pela historiografia mistificadora e pela metafísica a - histórica. Neste universo totalmente tomado pelo devir histórico, já não existe nenhum chão imutável para as categorias criadas. Mesmo o indivíduo é a construção histórica. (BARROS, 2011, p.276).



## HANS GADAMER: O DISCURSO NA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E A NOÇÃO DE VERDADE

“Numa civilização em que a consciência coletiva é comandada pelo progresso da ciência, o aperfeiçoamento da tecnologia, a crença da riqueza e o ideal do lucro – e talvez também marcada pelos presságios de que esse sonho chega ao fim -, a novidade e a inovação encontra-se precisamente em uma situação crítica, pois o antigo já não oferece mais verdadeiras resistências nem encontra defensor. (GADAMER, 1998, p.15).

Não foi por acaso a seleção de Michel Foucault e Hans Gadamer para desenvolvimento deste trabalho, o primeiro motivo, pelo fato de fazer uso dos conceitos e idéias do primeiro em nosso projeto de dissertação; o segundo por concordar com algumas idéias e conjecturas de ambos acerca da História e o terceiro e último motivo, pela aproximação de ambos os autores as idéias de Friedrich Nietzsche acerca da noção de genealógica das idéias e desconstrução das *essências puras*, quando de fala em subjetividades do discurso e as noções de verdade no pensamento histórico.

Ao percebemos na constituição do pensamento de Michel Foucault quanto aos comentários já tecidos acerca das (des) construções das verdades absolutas por meio das intencionalidades potenciais dos discursos, em Hans Gadamer a projeção de seu pensamento se da na finitude do ser humano e da historicidade deste no tempo, encontramos uma perceptível influencia do pensamento de Nietzsche em Hans-Georg Gadamer (1900 – 2002) que nasceu em Marburg - Alemanha, no dia 11 de Fevereiro de 1900. Esse filósofo alemão está entre um dos maiores expoentes da hermenêutica filosófica, tem em *Verdade e Método* sua obra de maior impacto, outra importante obra sua *O Problema da Consciência Histórica* que tem sua primeira edição no Brasil em 1963.

Ao refletirmos o pensamento hermenêutico de Hans Gadamer para o conhecimento histórico, contatamos que sua exploração filosófica acerca das verdades absolutas nas Ciências Humanas rejeita sobremodo a aplicação dos métodos de pesquisa aplicados nas Ciências Naturais em meados do século XIX. Para o autor os objetos estudados pelas Ciências Humanas não são verificáveis na sua *objetividade pura*, ou seja, a auto compreensão nas Ciências Humanas para Hans Gadamer seria errônea segundo os



métodos antecedidos pelo humanismo do século XIX e, sobretudo do “*fazer*” experimental segundo a proposição das Ciências Naturais<sup>9</sup>.

Para Gadamer o caminho e analise a ser trilhado pelas Ciências Humanas deveria ser direcionado pela *hermenêutica revisitada*, não apenas pela constituída habilidade de leitura de um texto, seus arranjos no antes e depois, mas, sobretudo, pela eficiência do texto em *nos ler*, e nos remeter a tarefa hermenêutica de interpretação de nossa própria finitude<sup>10</sup>. Pois, mesmo Gadamer tendo elogiado o também alemão Wilhelm Dilthey (1833 - 1911) pela tentativa de interpretação da realidade histórica para se chegar uma possível *cientificidade objetiva* da História, o autor de *Verdade e Método*, questiona a insistência de Dilthey em torno de um método objetivo para as Ciências Humanas vindo a afirmar que a busca constante pela objetivação pura das subjetividades do conhecimento histórico coincidiria com a tentativa de se chegar a uma verdade absoluta, para Gadamer uma visão equivocada do romantismo e do Historicismo de sua época.

Para Gadamer a busca pela objetividade não se da pela tentativa de unir a certeza da Ciência à certeza da filosofia de vida e do conhecimento<sup>11</sup>, segundo ele, essa idéia seria um equívoco, pois a separação entre verdade e método e objetividade se sustentam na idéia de que na busca pelas *verdades absolutas* e a tentativa de imparcialidade, para ele é errônea, pois o que prevalece para Gadamer é o “*preconceito*” conhecimento, alijado pelo fato ontológico da compreensão, algo que para ele era inerente ao ser que indicaria o estar dos homens na história.<sup>12</sup>

Para fortalecer suas proposições, Gadamer propõe a universalidade da compreensão e da hermenêutica para as demais ciências que não só as humanas, fazendo com isso um movimento contrário à lógica defendida pelo Iluminismo do século XIX e pelo Historicismo a qual foi um crítico costumas. O autor de Verdade e Método ainda questiona a tentativa de encontrar nos “contextos” uma objetivação para a questão da verdade. Contudo, para ele, situar um assunto numa proposição romântica e “historicista”, seria incorrer na busca pelo mecanicismo das posições subjetivas do ser humano, isso no

<sup>9</sup> GADAMER, 2002, p.144.

<sup>10</sup> CALDAS, 2010, p.63

<sup>11</sup> HEKMAN, 1986, p.149.

<sup>12</sup> OLIVEIRA, 2007, p.9



intuito de promover uma objetivação das faculdades inerentes do ser principalmente a sua subjetividade<sup>13</sup>.

É nesse momento que o pensamento de Hans Gadamer, perpassa as concepções de Heidegger acerca da compreensão e consequentemente da Hermenêutica, ao discutir que a universalidade das idéias está num patamar ontológico do Ser, e que, portanto o conhecimento histórico para ele não era objetivado pela tentativa de análise “pura” do indivíduo, isso para o pensamento de Gadamer é nulo e, portanto esta intimamente ligada ao processo de preconceito do indivíduo do qual é inerente a este.

Dessa forma os pensamentos de Hans Gadamer e Michel Foucault se aproximam, quando o último fala das intencionalidades do discurso pela vontade de potência. E ambos os pensamentos ganham força a partir da “descontinuidade” do conhecimento histórico, que começará, sobretudo em fins do século XIX com os pensamentos de Friedrich Nietzsche ao enunciar a legitimidade potencial e criativa junta ao instinto do Ser histórico - Nietzsche vai questionar que essa potência do Ser estava presa a “valores supremos” de sua época como a Razão, o Estado e a Ciência<sup>13</sup>.

### **ULTIMAS CONSIDERAÇÕES: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS ENTRE OS PENSAMENTOS DE HANS GADAMER E MICHEL FOUCAULT**

É imprescindível a influência de Friedrich Nietzsche nos pensamentos de Michel Foucault e Hans Gadamer e acerca dos discursos de verdade no conhecimento histórico. O solitário filósofo alemão e crítico das *verdades puras* e da objetividade/imparcial do Ser, constituiu preponderantemente a base dos pensadores que aqui tentamos apresentar. Em fins do século XIX, Nietzsche inauguraría a idéia paradigmática de descontinuidade do pensamento histórico e suas críticas às noções de verdade objetiva entre as Ciências Humanas pelo viés da genealogia das idéias e teria em seu texto: “Sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a vida” de 1873, seu primeiro e consistente escrito<sup>14</sup>.

Para (BARROS, 2011), depois de perpassar por uma seminal reflexão filosófica sobre a necessidade do “esquecimento” para se chegar ao ápice da felicidade, Nietzsche discutiu a problemática da imparcialidade por entender que a sociedade europeia de sua

<sup>13</sup> CALDAS, 2010, p.60 13 CONCEIÇÃO, 2006/2007, p.2.

<sup>14</sup> BARROS, 2011, p.160-161.



época estava impossibilitada de desenvolver uma consciência histórica segundo as duas principais versões historiográficas por ele criticadas em fins do século XIX, a saber, o Historicismo e o Positivismo. Contudo, as críticas feitas por Friedrich Nietzsche quanto à busca pelas *verdades absolutas* no campo da História e a tentativa de empreender nas Ciências Humanas possíveis métodos de objetividade aos implementados nas Ciências Naturais despidos de intencionalidades ou/e distante do que Hans Gadamer chamou de ontologia do Ser, terá no “paradigma da descontinuidade histórica” já no século XX uma base crítica a tais proposições fortalecidas por pensadores como Hayden White, Paul Veyne e, sobretudo Michel Foucault e Hans Gadamer<sup>15</sup>.

Antes de concluir, ressaltamos a igualdade da existência da verdade no devir entre Michel Foucault e Hans Gadamer, ambos se complementam ao afirmarem que nenhuma verdade pode ser a ultima, visto que, ela só pode ser compreendida com o tempo, como algo que se faz presente em meio a “*contornos descontínuos*”. Logo se para Hans Gadamer, era imprescindível o destaque da experiência na compreensão por meio do preconceito que se embasa numa estrutura ontológica, implicando num cuidado do ser. Contatamos que a universalidade proposta pelo autor possibilita a fundamentação que a concepção de verdade para ele é ontológica, é também temporal, tendo em vista que a sustentabilidade da verdade sempre constituirá seu pensamento numa perspectiva de compreensão estruturada num preconceito alicerçado no tempo<sup>16</sup>.

Contudo para Foucault, a concepção de verdade absoluta e/ou a tentativa de comprovar a objetividade da História, são falsas, pois para o filosofo francês as verdades não estão no dito, mas nas intencionalidades do discurso, introjetadas na vontade de potencia, nas teias do ser no discurso que vai além do dito perceptível. Dessa forma, enfatizamos a diluição das verdades eternas nos pensamentos de Michel Foucault e Hans Gadamer, ressaltamos ainda uma necessária das potencialidades do discurso para as noções de verdade no primeiro e a positividade do preconceito e a finitude da verdade que se revela no processo histórico no segundo.

---

<sup>15</sup> BARROS, 2011, p.158.

<sup>16</sup> OLIVEIRA, 2006/2007, p.24.



## BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **História**: A arte de inventar o passado. São Paulo: Edusc, 2007.
- BARROS, José de Assunção. **Teoria da História**. Volumes 1-4. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.
- BANN, Stephen. **As invenções da História**: ensaios sobre a representação do passado. Tradução de Flávia Villas Boa. São Paulo: Editora da UNESP, 1994.
- CALDAS, Pedro Spinola Pereira. **Hans-Georg Gadamer e a Teoria da História**. Disponível em: <http://www.ufes.br/ppghis/dimensoes/data/uploads/Dimensoes%2024%203%20Pedro%20Spinola%20Pereira%20Caldas.pdf>. Acesso em 17 de Julho. 2011.
- DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2006.
- \_\_\_\_\_. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GADAMER, Hans. **Verdade e Método**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- \_\_\_\_\_. **O problema a consciência histórica**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- HEKMAN, J. Suzan. **Hermenêutica e Sociologia do Conhecimento**. Lisboa, Edições 70. 1986.
- NIETZSCHER, Friedrich Wilhelm. **Obras Incompletas**. Tradução e notas de Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1991.
- OLIVEIRA, Aurená Maria. **A constituição da verdade em Hans Gadamer e Michel Foucault**. Revista Aulas, Campinas, Unicamp, n.3, 2006/2007, p. 1 - 30.
- POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- REIS, José Carlos. **A História da “Consciência histórica” ocidental contemporânea: Hegel, Niegtscher, Ricouer**. Belo Horizonte: Autentica 2011.
- \_\_\_\_\_. **História e Teoria**: Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade. Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vagas, 2007.



DISCURSO, SOCIEDADE E CULTURA  
I Encontro de PESQUISADORES em ESTUDOS DISCURSIVOS  
ISBN 978-85-7539-765-7

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história:** Foucault revoluciona a história. Brasília:  
Editora Universidade de Brasília, 1998.

WHITE, Hayden. **Metahistória.** São Paulo: Edusp, 1994.



## ABORDAGEM DISCURIVO-INTERCULTURAL DO DISCURSO PUBLICITÁRIO NO ENSINO DE FLE

Miriam Pereira de Luna<sup>1</sup>

« ...Lire l'image implique l'acquisition d'un certain nombre de code qui sont une forme de culture, laquelle permet justement d'échapper aux manipulations encodées dans l'image. »

François Brune

### I - PRELIMINARES

A sociedade se organiza a partir de elementos e cenários que a caracterizam enquanto condição sócio-histórico-cultural e estética do capitalismo contemporâneo (ou pósmodernidade, HARVEY, 1996) instituindo uma realidade multiforme, cuja mudança constante e fragmentação das relações geram um consumismo exacerbado. Essa sociedade se pauta pela promessa de atender aos anseios humanos “em um grau que nenhuma sociedade do passado pôde alcançar, ou mesmo sonhar, mas a promessa de satisfação só permanece sedutora enquanto o desejo continua insatisfeito; mais importante ainda, quando o cliente não está plenamente satisfeito”(BAUMAN, 2008: 63). É neste contexto que as práticas de língua(gem) integram diferentes sistemas formadores da **cultura**<sup>2</sup>, mobilizando saberes para além da letra, de modo que o aprendiz de uma Língua Estrangeira precisa compreender e produzir textos, usando múltiplas linguagens.

Portanto, propomos aqui uma perspectiva de tratamento do discurso publicitário na sala de aula de Língua Estrangeira, mormente de Francês Língua Estrangeira (FLE), fundamentada na Análise do Discurso Francesa (ADF), cujo enfoque privilegie as relações

<sup>1</sup> Professora Substituta de Língua e Literatura Francesas do DLEM – UFPB e Mestra em linguística aplicada pelo PROLING – UFPB.

<sup>2</sup> A **cultura** consiste em um conjunto de elementos inextricáveis, próprios a todo agrupamento humano, abrangendo conhecimentos, crenças, valores, artes, leis, moral, religião, costumes, direito, culinária, hábitos estéticos, tradições e inovações. Enfim, tudo aquilo que se entenda como uma organização ou regulação simbólica da vida social, constituindo *teias de significado por meio da linguagem*, no dizer de GEERTZ (1973).

<sup>3</sup> No original: “(..) une ouverture sur autrui, conditionnée par l'ouverture à soi ; un engagement dans un processus complexe, vivant, inscrit dans l'histoire et le quotidien, où il s'agit à la fois de situer sa propre place et d'accepter que l'autre se situe dans la sienne ; un travail sur soi, sur son propre engagement dans le processus éducatif ainsi qu'un essai de compréhension du contexte général ; un engagement de l'enseigné et de l'enseignant mais aussi de l'institution éducative”.



discursivo interculturais, de um grupo em confronto com outro em uma cultura idêntica ou distinta, implicando em reciprocidade e eliminação de barreiras eventualmente existentes, (PORCHER, 2003), compreendendo ainda:

(...) uma abertura para o outro, condicionada pela sua própria; um engajamento dentro de um processo complexo, vivo, inscrito na história e no cotidiano, trata-se ao mesmo tempo de situar seu espaço próprio e aceitar que o outro se situe no dele; um trabalho sobre si, mesmo seu próprio engajamento no processo educativo, assim como uma tentativa de compreensão do contexto geral; um engajamento do aprendiz e do educador, mas também da instituição educativa<sup>3</sup> (CHIANCA, 2007:32).

Sob esse prisma, na realização de atividades didáticas, o aluno deve se constituir como **sujeito do dizer**, interagindo através da língua estrangeira em aprendizagem, manifestando seu conhecimento de mundo enquanto constructo sócio-histórico-intercultural. Logo, não haverá um *ser concluso*, mas um *sujeito* sempre em processo de (re)elaboração de conhecimentos, cosmovisão e atitudes. Em vista disso, as habilidades lingüístico-comunicativas devem relacionar-se intrinsecamente, não se divorciando do contexto sócio-histórico onde se insiram, nem das modalidades exigidas a um dado propósito comunicativo.

Nesta perspectiva, a publicidade, dentre outros tipos de discurso, se presta a configurar diferentes atividades discursivo-interculturais, já que reflete diretamente a cultura na qual tenha sido produzida, utiliza-se de estratégias argumentativas diversas para produzir certos efeitos de sentido, visando influenciar o interlocutor, além de ser um exemplar emblemático da língua que se usa em diferentes situações comunicativas. Em adição, o discurso (anti)tabagista que perpassa os anúncios publicitários veiculados na mídia impressa (revista e jornais), hoje proibidos no Brasil e na França, presta-se a um trabalho didático visando ao desenvolvimento da consciência cidadã e crítica com significativas contribuições à formação do aprendiz. Ademais, o tabagismo é um assunto que pode ser abordado a partir de vários **temas transversais**<sup>3</sup>, tais como preservação do meio ambiente ou saúde,

<sup>3</sup> Temas transversais correspondem a questões relevantes sobre várias formas na vida cotidiana sintonizados à compreensão da realidade social que implica no exercício de direitos e responsabilidades no que concerne à vida pessoal, coletiva e ambiental. Tais temas podem ser priorizados e



possibilitando primordialmente ao aprendiz: ampliar sua visão de mundo; contrapor sua opinião à de outrem, mas respeitando posições ideológicas distintas da sua, analisar criticamente os diferentes discursos, crenças, ideologias; perceber as inúmeras estratégias persuasivas utilizadas em outras línguas e culturas; vivenciar outras formas de ver e perceber instigantes temas.

## **II - DA APRENDIZAGEM LINGUÍSTICA À APROPRIAÇÃO DISCURSIVA DA LÍNGUA(GEM)**

Esse enfoque integrado se faz necessário, visto que os alunos, geralmente, ao ingressarem em um curso de língua estrangeira apresentam conhecimento incipiente dela. Portanto, materiais e técnicas precisam ser repensados continuamente para responder às motivações destes alunos, bem como às conquistas das ciências da linguagem e da educação em geral.

Em contraposição a outras perspectivas, a discursivo-intercultural deve valorizar a história pessoal dos sujeitos da aprendizagem; a língua enquanto produto sócio-histórico; o conhecimento como “constructo” historicamente produzido e socialmente reconhecido como válido, segundo injunções político-econômicas e discursivo-interculturais; bem como situações de ensino e aprendizagem que ampliem os lugares (sala de aula, teatro, cinema, shows etc.) e as dimensões do saber, conferindo mais autonomia e reflexão crítica ao aprendente em sua própria língua e cultura quanto naquela objeto de sua aprendizagem. Neste rol didático-metodológico, compete uma nova visão acerca do livro didático (ou do método) como elemento de mediação que tem sofrido um processo de apagamento porque:

[...] passa de instrumento a objeto. Enquanto objeto, o material didático anula sua condição de mediador. O que interessa, então, não é saber utilizar o material didático para algo. Como objeto, ele se dá a si mesmo, e o que interessa é saber o material didático. A reflexão é substituída pelo automatismo, porque, na realidade, saber o material didático é saber manipular (ORLANDI, 1987: 22).

---

contextualizados conforme distintas realidades locais e regionais, bem como incluir outras questões que se julgue pertinentes a serem abordados pelos diferentes componentes curriculares constantes da formação educacional regular ou em cursos livres (PCNs, 1997) em quaisquer níveis.



Contrariamente, o manual e/ou o material didático, previamente preparado pelo professor, precisa ser transformado em *meio*. Por isso, que na ótica da perspectiva discursivo-intercultural, analisar o discurso implica interpretar os sujeitos, verificar o funcionamento do discurso segundo as condições que o originaram (ORLANDI, 2007), tanto quanto enfocar a **língua**<sup>4</sup> inserida na história como *linguagem em uso* para constituir sentidos no/através de sujeitos enquanto locus sociais, concebendo-a materializada em forma de texto, visando desvelar os mecanismos engendrados para a produção de sentidos nos discursos, consoante suas condições sócio-históricas e ideológicas de produção.

### III - A PUBLICIDADE ATRAVESSADA PELO DISCURSO (ANTI)TABAGISTA

Ao falar-se em discurso, deve-se considerar certos elementos que têm existência no âmbito social: as ideologias, a **História**<sup>5</sup>. Logo, os sentidos nos discursos não são fixos, pois sofrem transformações decorrentes das mudanças sociais. Cientes disto, observamos que, a publicidade brasileira e francesa de cigarros, outrora, se posicionava favoravelmente ao tabagismo, considerando-o como signo de charme e requinte. Em geral, belos artistas, principalmente os de Hollywood, eram reverenciados e, em torno deles, se construíam um **discurso prótabagista**. Hoje, vivemos um momento sócio-histórico em que se cultua à forma física com forte apelo à saúde e à longevidade, enfatizando-se a alegria de viver, a alimentação natural, a prática regular de exercícios físicos e da meditação, para obtenção de homeostase, conformando um **discurso anti-tabagista**.

Na perspectiva da ADF, dentre os vários aspectos que podem ser analisados, destaca-se inicialmente a **interdiscursividade**, que se constitui na propriedade inerente ao discurso de ser atravessado por outro(s) discurso(s), consistindo:

(...) em um processo de reconfiguração incessante no qual uma formação discursiva<sup>6</sup> (grifo nosso) é conduzida (...) a incorporar

<sup>4</sup> Segundo BONTÉ E IZARD (1991: 409), “as línguas são a expressão da faculdade de linguagem própria à espécie humana. Com a ajuda de símbolos vocais, os membros de um grupo se exprimem, comunicam e agem”.

<sup>5</sup> Segundo Charaudeau e Maingueneau (2006: 264-265), a categoria “discurso como objeto da história” aparece, após a publicação do livro da historiadora Robín sobre *História e lingüística* (1973), no sentido da obra coletiva sobre *Languages et idéologies* (Guilhaumou et al, 1974).

<sup>6</sup> A noção de formação discursiva foi introduzida por Foucault e reformulada por Pêcheux, no quadro de análise do discurso. Para Foucault, em “Arqueologia do Saber”, formação discursiva designa



elementos pré-construídos produzidos no exterior dela própria; a produzir sua redefinição e seu retorno, a suscitar igualmente a lembrança de seus próprios elementos, a organizar sua repetição, mas também a provocar eventualmente seu apagamento, o esquecimento ou mesmo a degeneração (COURTINE, 1981: 21).

Portanto, mediante a constatação de que o interdiscurso está para o discurso como o intertexto está para o texto, proclama Maingueneau o primado do interdiscurso ao afirmar que “a unidade de análise pertinente não é o discurso, mas um espaço de trocas entre vários discursos convenientemente escolhidos” (MAINGUENEAU, 1993: 11). Neste sentido, constitui um jogo de remissão implícita ou explícita à **memória discursiva** de que faz parte independentemente de sua extensão ou ainda de seu suporte. Neste jogo, a memória constitui-se de esquecimentos e silêncios enquanto saberes sócio-históricos relacionados a cada evento e/ou período da história e que, manifestos paradigmaticamente, (re)produzem sentidos cujos efeitos dependem das posições assumidas pelo(s) produtor(es) de linguagem na esfera interdiscursiva.

Concebemos então interdiscurso como um sistema de discursos atinentes a campos discursivos idênticos ou distintos, instauradores de delimitação recíproca mediante “(...) uma articulação contraditória de formações discursivas que se referem a **formações ideológicas**<sup>7</sup> antagônicas” (COURTINE, 1981: 54). Conseqüentemente, a **identidade discursiva** se apresenta indissociável de sua emergência e de sua manutenção através do interdiscurso, já que toda enunciação não se forma isoladamente. Tal identidade discursiva, quase sempre, repousa numa identidade sociocultural, caracterizada de *per si* não apenas como o que se diferencia dos demais, mas também do que se reconhece como culturalmente singular. Diferentemente da identidade sob a ótica individual, a formação da **identidade social** adquire contornos coletivantes de certos grupos contrapostos a outros dos quais se distinguem, e/ou se assemelham (JORDAN, 2000).

---

conjuntos de enunciados que podem ser associados a um mesmo sistema de regras historicamente determinadas (2004). Para Pêcheux, uma formação discursiva não é um espaço estrutural fechado, já que ela é constitutivamente invadida por elementos provenientes de outros lugares (isto é, de outras formações discursivas) que nela se repetem. (1993: 311-319).

<sup>7</sup> Entenda-se a formação ideológica como a visão de mundo de uma determinada classe social, isto é, um conjunto de representações, de idéias que revelam a compreensão que uma dada classe tem do mundo. Como não existem idéias fora dos quadros da linguagem, entendida no seu sentido amplo de instrumento de comunicação verbal ou não-verbal, essa visão de mundo não existe desvinculada da linguagem.



Resta ainda a “incompletude”, isto é, relações de sentidos estabelecidas entre o que um texto diz e o que não diz, mas poderia dizer, e entre o que ele e os outros também dizem.

#### **IV – OS SENTIDOS ESFUMANTES DA PUBLICIDADE (ANTI)TABAGISTA**

Observe os anúncios abaixo. No primeiro, o cigarro Hilton remete-nos a um dos quadros do principal teórico do neoplasticismo, o pintor holandês Piet Mondrian, que propôs reduzir a arte a funções matemáticas. E, no segundo, faz-se uma releitura de um quadro de Toulouse Lautrec, pintor francês, da fase impressionista (fauvismo). Dedicado a litografia, notabilizou-se pela série “Elles”, retratando a vida dos bordéis. Estes anúncios apresentam a materialização de um texto através do sentido apresentado em outro: “Há uma relação de sentido (interdiscursividade) e esta explica que todo discurso nasce em outro (sua matéria-prima) e aponta para outro (seu futuro discursivo). Assim sendo, na realidade, não se trata nunca de um único discurso, mas de um continuum” (ORLANDI, 2007: 18). Em suma, “quando se trata de discurso, não temos origem e não temos unidade definitiva. Um texto é uma peça de linguagem de um processo discursivo muito mais abrangente” (ORLANDI, 1996: 61).

Assim, subjaz ao discurso publicitário pró-tabagista presente em tais peças, a idéia de que o charme, a sedução e a sensualidade próprias aos bordéis franceses também se fazia presente nos usuários do cigarro Hilton, cujas marcas identitárias se faziam inconfundíveis, nas linhas visivelmente delineadas.

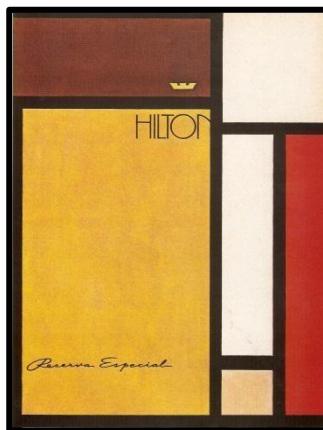


Figura 1: Publicidade brasileira 1

Fonte: Visão (1981)

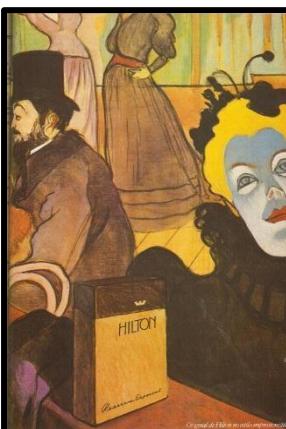


Figura 2: Publicidade brasileira 2

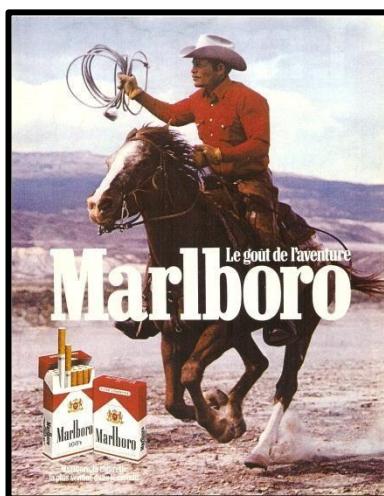
Fonte: Visão (1981)

Para LEISI (1970), a publicidade objetiva realizar seus intentos explorando a persuasão, para tornar o homem manobrável, provocando-lhe desejos que o leva ao ato visado: a compra. Assim, através de processos associativos, tenta instigar determinados sentimentos, despertando-lhe desejos e fantasias recalados. Em certos casos, o consumidor se apresenta dissimuladamente induzido através da **propaganda subliminar** – resultante do progresso da Psicologia Social e dos *mass-média* – que condiciona – sub-repticiamente os comportamentos (RABAÇA, 1998). Por outro lado, o anúncio publicitário neutraliza eventuais defesas contra o “objeto” que esteja sendo apresentado, mediante um movimento dialético de *desidentificação* com o alheio e de *identificação* com as inerentes características do público-alvo . (KELNER, 2001). Desta forma, convém destacar os sentidos silenciados e/ou interditados que, contrapostos, apresentam uma outra visão do produto publicitado pelo anúncio, fazendo emergir o discurso anti-tabagista.

O próximo anúncio foi publicado na “Magazine Hebdomadaire L’Express” do “Groupe Express” nº 1845, 21 novembre 1986, da Altria (antigamente Phillip Morris International), situado à rua Marlboroug. Comercializado em 180 países, o Marlboro é a marca mais apreciada. Surgiu, em 1926, visando o público feminino. Mostrava uma de suas extremidades vermelha, indicando traços de batom invisíveis e cada publicidade era



acompanhada de um conselho de beleza. Nesta época, a Marlboro classificava-se no 15º lugar na venda de cigarros nos EUA. Em 1954, a companhia Phillip, modificou o produto, tornando-o mais forte e criou um novo filtro, e uma nova embalagem (flip-top Box). Nesta mesma época, Leo Burnet, publicitário em Chicago, criou várias publicidades com homens viris. Dentre elas, estava a imagem de um cowboy (Wayne McLaren, morto por um câncer de pulmão aos 51 anos) que, passa a ser o ícone da campanha sob o apelo de “Homem Marlboro”<sup>8</sup> no “País de Marlboro”<sup>9</sup> (O MUNDO DAS MARCAS MALBORO, 2008).



Fonte: L'Express (1986)

No anúncio acima, os sentidos produzidos demonstram que o discurso tabagista ligase à liberdade e à aventura, simbolizadas pelo laço presente na mão do cowboy e nos mecanismos discursivos que tem objetivam vender essa marca.

Salienta-se ainda o sentido das cores constantes no anúncio em cotejo, sob o aspecto cultural e psicológico (SANTAELLA, 2006). A princípio, constata-se o nome da marca escrito com letras pretas nas carteiras de cigarro, simbolizando requinte e sofisticação, contrastando com o mesmo nome em cor branca – sugerindo a idéia de paz e

---

<sup>8</sup> Marlboro Man.

<sup>9</sup> Marlboro.Country



serenidade – bem acima do enunciado “o gosto da aventura”, quase no meio da publicidade. Este enunciado sintetiza nominalmente o significado atribuído ao produto.

Além disso, o vermelho refere-se à masculinidade e o marrom relaciona-se à terra e à sensualidade e ao vigor. Em contraposição ao azulado das montanhas e do céu, que passam à idéia de segurança. A utilização da cor azul pode trazer para a marca uma maior sobriedade e sofisticação, associando-o às montanhas longínquas, ao mar e às águas tranqüilas.

Neste cenário prestigioso, sobressaem aqueles que fumam a marca em destaque, fazendo-o sentir-se integrante da classe alta. A memória discursiva nos remete ao protagonista Wayne McLaren, ator hollywoodiano, ídolo dos filmes de faroeste nas décadas de 50 e 60, categoria bastante popular durante o período de veiculação desta publicidade, de porte elegante, seguro e esguio, usando roupas de montaria, chapéu branco e calça marrom, camisa vermelha de mangas compridas.

Por outro lado, os mecanismos discursivos produzem efeitos de sentidos múltiplos, no caso em questão, parece-nos que a posição vertical do cigarro com o filtro para cima simboliza o “falo”, dando-lhe uma conotação de virilidade masculina e “poder” associado à figura do cowboy como alguém que com sua própria “força” determina o que deseja para si.

O objetivo dessa publicidade de cigarros consiste em tentar convencer os fumantes a conservar ou mudar de marca, expandindo seu mercado, funcionando em seu interdiscurso, paráfrases que reiteram a idéia de que o consumo de cigarro confere ao fumante masculino força, poder e admiração.

Neste anúncio, enfatiza-se a visão liberal, com reforço eminentemente machista do homem como dono do poder, invocando personagem bem-sucedido e célebre fumante.

Consideramos que o anúncio publicitário aparentemente não se dirigindo a ninguém, fomenta a ilusão de que se trata de um discurso endereçado individualmente a cada pessoa.

Infere-se, então, que a linguagem verbal e visual travam diálogos intensos e imemoriais entre si e provocam outros tantos entre seus autores e leitores dos anúncios publicitários. Devido a isto, devemos desautomatizar os olhares dos aprendizes, para que possam enxergar mais e observarem que:



O processo de atribuição de sentidos se efetiva mediante o que tenho chamado de estranhamento do óbvio, ou seja, pela apreensão do avesso das evidências. Para isso, há que se desanuviar os olhos, refrescar a memória ou estar desprevenido (sem prevenção). Enfim, depende das circunstâncias pessoais e contextuais, da situação espaço-temporal em que a leitura se propõe e se realiza (MARTINS, 2004: 102).

Abordando-se estas duas linguagens, estabelece-se um outro modo de ler, mais perspicaz. Cada leitura enquanto escavação permite revolver escombros e descortinar “achados arqueológicos” apreciáveis que nos auxiliam a compreender não apenas a história da humanidade, mas também a nós mesmos.

É necessário saber que o que enxergamos no objeto lido resulta de uma operação singular entre o que efetivamente está nele e a memória das nossas informações e experiências emocionais e culturais, individuais e coletivas. Sob esse aspecto, deve-se tratar a língua(gem) e a leitura como processos, cuja atribuição de sentidos aproxima a apreensão do “objeto” lido de se-us leitores e de suas histórias num exercício constante de diversos níveis de significados, valorizando-se a leitura polissêmica.

## V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, o discurso publicitário se manifesta materialmente através do anúncio e se atualiza linguisticamente segundo determinações sócio-históricas e culturais. Em geral, tem-se um enunciador que emite um conselho, utilizando-se do emprego de pronomes característicos da segunda pessoa do singular e/ou do plural (tu, vós, ou você/vocês), nas suas formas imperativa e vocativa, respectivamente, orientando argumentativamente a opinião do público para aquisição do produto e mesmo assumindo a forma de pretenso diálogo, produz uma relação assimétrica, impeditiva da reversibilidade comunicativa.

Mesmo assim o envolvimento do consumidor em relação ao produto dependerá da adaptação de sua personalidade sócio-cultural ao público-alvo por meio de argumentos de natureza diversificada, contra os quais, no processo de leitura crítica, o leitor oporá



outras razões para não aderir à proposição de consumo. Nesta circunstância, conformar-se-á o contradiscurso cuja formação remonta a uma perspectiva social diferenciada.

Conforme PENINOU (1974), o discurso publicitário manifesta-se por três atos fundamentais: primeiro, nomear ou conferir uma identidade por meio de um nome; segundo, qualificar ou estabelecer uma personalidade por meio de atributos; e, por fim, exaltar ou garantir a promoção por meio da celebração do nome e seus atributos. No Brasil, geralmente, a nomeação se faz através de formações vernáculas e empréstimos lingüísticos. Quanto à qualificação do objeto, verificamos que ela ocorre mediante a atribuição de traços de vantagem, força e singularidade, expressos por vocabulhos freqüentemente, pertencentes ao campo do prazer, da confiabilidade e do prestígio, constituindo-se em termos axiológicos, com traços de positividade, oposições semânticas, jogos de palavras, metáforas e paralelismo rítmicos.

Enfim, as atividades a serem realizadas, visando à apropriação da Língua Estrangeira, em geral, e a Francesa, em particular, devem apresentar múltiplas possibilidades de leitura e produção de sentidos, desvelando os inúmeros mecanismos ideológicos engendrados em diferentes gêneros discursivos, segundo contextos sócio-históricos específicos, entre os quais o anúncio publicitário constitui um exemplar assaz significativo.

## REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt.. **Vida para consumo:** A transformação das pessoas em mercadorias. 1<sup>a</sup> ed., Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- BONTÉ, Pierre; IZARD, Michel. **Dictionnaire de l'ethnologie et de l'anthropologie.** Paris: Presses Universitaires de France, 1991.
- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Apresentação dos temas transversais/Secretaria de Educação Fundamental. Volume 08. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRUNE, François. Images (publicitaires) : le bonheur est dans l'illusion... In : **De l'idéologie, aujourd'hui.** France : Paragon/Vs, 2005, p. 41.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.



- CHIANCA, Rosalina Maria Sales. . **L'intelectuel découverte de soi-même et de l'autre.** João Pessoa: Idéia, 2007.
- COURTINE, J.-J. Analyse du discours politique. In : **Langages**. N.º 62. 1981.
- GEERTZ, Clifford. Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da cultura. In: **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- JORDAN, Jérlic. Sobre la identidade. Reflexiones y tesis. In: LEMOS, M. et al (Org.). **Memória e identidade**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000, p. 63-68.
- KELNER, D. **A cultura da mídia – estudos culturais**: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru: EDUSC, 2001.
- LEISI, Fritz. O homem computado: “Comprase Vitalidade”. In: **Confiança na Psicoterapia**: saúde e enfermidade da alma. São Paulo: Herder, 1970, Capítulo I, p. 35-43.
- MAGAZINE HEBDOMADAIRE L'EXPRESS**. Groupe Express, nº 1845, 21 novembre, 1986.
- MAINIGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. 2 ed., SP: Pontes: **Editora** da Universidade Estadual de Campinas, 1993.
- MARTINS, Maria Helena (Org.) et al. **Questões de linguagem**. São Paulo: Contexto, 2004. O MUNDO DAS MARCAS: MARLBORO. Disponível em: <http://mundodasmarcas.blogspot.com/2006/05/marlboro-come-to-marlboro-country.html>. Acesso em: 21 dez. 2008. ORLANDI, Eni P. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 2. ed. rev. e aum. Campinas, SP: Pontes, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Análise de discurso – Princípios e Procedimentos**, 7. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007. PENINOU, Georges. Narration et argumentation en publicité. **Le Français dans le Monde**, n. 163, p. 28-38, août-septembre, Hachette, 1981.
- PORCHER, Louis. Interculturels: une multitude d'espèces. **Le Français Dans le Monde**, nº 329, septembre-octobre 2003.
- RABAÇA, Carlos A. **Dicionário de Comunicação**. São Paulo: Ática, 1998.



DISCURSO, SOCIEDADE E CULTURA  
I Encontro de PESQUISADORES em ESTUDOS DISCURSIVOS  
ISBN 978-85-7539-765-7

- SANTAELLA, Lucia. Cor: Signo Cultural e psicológico. In: FARINA, Modesto; PEREZ, Clotilde; BASTOS, Dorinho. **Psicodinâmica das cores em comunicação**. São Paulo: Edgard Blücher, 2006.
- VISÃO. N° 3, 9 de janeiro de 1981.
- \_\_\_\_\_. N° 8, 23 de fevereiro de 1981.



## O DISCURSO DAS REVISTAS TEEN: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO ADOLESCENTE

Renata Tamires Santos de Sousa  
Gabriela Gilvanda de Oliveira

### INTRODUÇÃO

A função principal da capa de um jornal ou revista é dar destaque aos assuntos centrais abordados naquela edição e, dessa forma, persuadir os sujeitos-alvo para a compra do impresso. Para tal, os editores e outros sujeitos atuantes da mídia impressa adéquam estratégias linguísticas e icônicas com a função de atrair a atenção do grupo social a que se destinam. Nesse aspecto, a capa de um veículo midiático expõe dados que compõem determinado universo significativo, e ao mesmo tempo, projetam, um mundo específico.

Sob essa perspectiva, as revistas direcionadas a um público definido, o adolescente, por exemplo, tem em suas capas uma construção do mundo, na medida em que estas espelham temas que serão tratados em suas páginas, temas de suposto interesse desses sujeitos.

Dessa forma, tendo em vista diversos segmentos impressos voltados para o público adolescente, temos as revistas Todateen e a Capricho. Periódicos que articulam estratégias discursivas através dos jogos de imagens, cores, entre outras “táticas” que denotam e perpassam as características e o modo de vida dos adolescentes atuais e do seu mundo. A Capricho é uma publicação quinzenal da editora Abril. A revista Todateen, por sua vez, é lançada mensalmente pela editora Alto Astral. Todas tem como público os jovens entre 12 a 19 anos.

Assim, temos como objeto de estudo a análise dos discursos materializados nas capas das duas revistas. Verificamos como as ideologias estão articuladas e quais seis efeitos de sentido para a construção da identidade dos sujeitos-adolescentes.

### AS ESTRATÉGIAS DO DISCURSO MIDIÁTICO

Primeiramente, é conveniente observar como devem ser visto o conceito de discurso na perspectiva de Foucault.



(...) que consiste em não mais tratar os discursos como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse *mais* que os torna irredutível à língua e ao ato de fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (FOUCAULT, 2005, p. 55).

Entendemos que, de modo especial, o discurso e as ideologias presentes nas revistas de jovens brasileiros por estarem enraizadas em estruturas sociais de poder, “ditam” a maneira como o adolescente deve atuar refletindo dessa forma, em processos políticos e ideológicos, que serviram de modelo para a formação social do sujeito adolescente. Vejamos o que nos diz Pêcheux sobre a ideologia:

A ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos o *caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados. (PÊCHEUX 1988, p. 160).

O discurso das revistas teen codifica e veicula uma estrutura de valor em tudo o que representa, nas cores, imagens, e na construção do discurso. Assim, a Análise do Discurso considera como parte constitutiva do sentido o contexto histórico-social, ou seja, as condições em que o texto foi produzido. Sabe-se que atualmente os jovens valorizam muito o corpo, aparência e querem se destacar sempre no meio em que vivem: a menina mais bonita, a que namora mais, e querem estar “em alta” com seu grupo, ou seja, serem bem aceitas e não excluídas por não seguirem os estereótipos “do belo”.

Percebemos que tais condições são aceitáveis para o público destinado, adolescentes do sexo feminino, pois os temas tratados em todas as capas destas revistas materializam seus comportamentos, modos agir e pensar. Pois, na medida em que contribuímos para a construção dos discursos e ideologias, também somos produtos, efeitos dos mesmos.



Essas considerações são pertinentes nessa análise, pois está muito presente, por exemplo, na análise de uma das capas, que é a trilogia do filme “Crepúsculo”, série de sucesso entre o público jovem, além das notícias, que são introduzidas na capa.

Com isso, percebe-se que esses assuntos abordados são de interesse dessa sociedade juvenil da atual época, consequentemente, na década de 60 não seria interessante essa mesma abordagem, assim como “as dicas de amor” não são idênticas as épocas anteriores.

Em outras palavras, pode-se dizer que para a análise do discurso (AD), os sentidos são historicamente construídos. “O contexto histórico-social, então, o contexto de enunciação, constitui parte do sentido do discurso e não apenas um apêndice que pode ou não ser considerado” (MUSSALIN & BENTES, 2006, p.123)

Ao estudar e analisar o discurso, deve valer-se do contexto em que as palavras aparecem, considerando a maneira como ocorre à comunicação entre os sujeitos. A análise restrita ao dicionário pode contemplar significados que não correspondem ao sentido pretendido pelo locutor, haja vista que este possa empregar termos em que determinada palavra possui um significado bem distinto daquele apontado em um dicionário.

Vemos que a linguagem é um instrumento poderoso para o sujeito, pois detém o poder de manipular e transformar o indivíduo.

PÊCHEUX 1988 “O sujeito é o efeito da relação entre duas instâncias materiais, a *língua* e a *história*. Ele não é totalmente livre: os indivíduos são interpelados pelas formações discursivas que representam na linguagem as formações ideológicas”.

Em sua materialidade verbal, as capas analisadas fazem uso de uma linguagem com características informais como um dos recursos para se tornarem acessíveis ao seu público-alvo. Dentro dessa informalidade linguística, encontramos aspectos que se assemelham a uma manifestação oral da língua.

Porém, pesquisas no campo da linguística apontavam a oralidade e a escrita como duas modalidades opostas e estanques.

Grande é o poder de dominação das revistas voltadas para o público adolescente. Vemos que a estruturação dos conteúdos veiculados por discursos são direcionados a estes jovens, pois eles são atraídos por esse tipo de leitura, em detrimento de outras por serem mais acessíveis e de livre alcance. Com isso, as revistas *teen* ganham amplo espaço entre os



adolescentes, ignora-se, pois, a necessidade dos mesmos ampliarem seu conhecimento com livros e outras publicações.

O que é dito e não-dito na mídia impressa é revestido de significações que provocam “ilusões” na sociedade, principalmente os discursos contidos nas revistas voltadas para o público jovem onde “reproduzem” o que querem para uma manipulada formação ideológica. Conforme nos diz Gregolin (2003, p.97), “O que os textos da mídia oferecem não é a realidade, mas uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta.”

### 3. ANÁLISE DAS CAPAS DAS REVISTAS

Os aspectos observados nas revistas *teen* serão mostrados agora com uma escolha específica na revista *Todateen* (edição de junho de 2010). E da *Capricho* (edição de agosto de 2008). Pretendemos aqui, analisar o discurso sem o propósito de procurar referentes ou de fazer interpretações reveladoras de verdades e sentidos reprimidos. Não se trata de realizar uma crítica aos meios de comunicação. Trata-se, pois, de mapear os "ditos" sobre o adolescente, multiplicando as relações aí sugeridas e analisar os efeitos e jogos de verdade presentes no discurso da revista. Vejamos como as revistas nestas edições ressurgem para o público já através das capas:

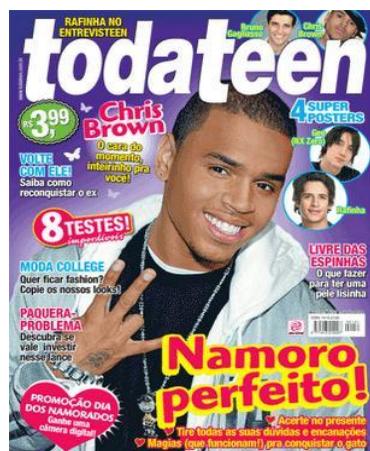


Figura 1: Revista Todateen



Edição 2050, de 15/06/08



Figura 2: Revista Capricho

Edição 1051, de 15/08/08.

O termo *teen* é um empréstimo lingüístico da língua inglesa, sendo uma abreviação da palavra “*teenager*” que significa adolescente. As revistas *teens* estão direcionadas para o entretenimento e diversão dos adolescentes, sendo eles sujeitos lúdicos. Para Hernandes (2006), o sujeito lúdico “é aquele que se importa com atividades que lhe dão prazer, como o futebol, os quadrinhos, a peça bem cotada em cartaz”.

Desse modo, a estrutura colorida, os tópicos principais da revista são voltados para a moda, lazer, música, vida dos famosos, sexualidade entre outros. Cabe ressaltar que ao mesmo tempo em que informam, os veículos midiáticos constituem sujeitos sociais através de sua ideologia, seus interesses e valores, se constituindo, pois, com aspectos identitários para imprimir uma verdade em seu público.

A capa da mesma revista traz um novo estereótipo de adolescente, “pele morena e linda, sem nenhum tipo de defeito, dentes belos, um jovem dentro dos padrões perfeito de beleza”.

A letra que é utilizada no título ocupa grande espaço na revista, pois é uma forma de também chamar atenção do leitor. O Título da revista traz consigo uma carga significativa para a análise e entendimento de todo seu conteúdo. As palavras que compõem



o título estão aglutinadas. *Toda* significa generalização, a massa; e *Teen* adolescente, conforme foi citado acima, com isso, o enunciado *Todateen* vem subentendido que todo adolescente tem que ser e seguir o que está contido na revista. Ressaltando a cor do título, sendo sempre utilizadas cores quentes para prender a atenção e fazendo uma relação ao sujeito adolescente feminino – o rosa.

Ao observar uma das capas da revista *Todateen*, visualizamos uma diferenciação no tamanho das letras.

1- ***MUITO AMOR***

- Como dizer que tá a fim.
  - Surpresinhas para o dia 12.
  - Manual do primeiro namô.
- 2- **Cabelo lindo 15 dicas pra ficar de bem com ele.**
- 3- **Bullying / 3 casos de quem sentiu na pele.**
- 4- **Estilo anos 80 / entre nessa vibe colorida!**
- 5- **Imperdível!!! Bate-papo / Christian Chávez e Tokio Hotel.**
- 6- **7 testes**

A revista é composta por discurso que provém da realidade do seu leitor, o adolescente, procurando sempre satisfazê-lo em relação às suas expectativas, dúvidas, e assuntos que são mais relevantes para si. Pois a revista se utiliza de enunciados diversos para atingir, assim, vários sujeitos adolescentes de diferentes olhares individuais e sociais.

Com um grande acervo de possíveis discursos o sujeito adolescente é composto por vários perfis. Percebe-se, acima, que idealiza o que se preocupa mais com moda, novidades, namoro, sentimentalismo, e a “disciplinação” com os atores que estão no auge. Sendo assim, o sujeito adolescente é composto por um discurso recheado de várias vozes, tornando-se heterogêneo. Segundo Bakhtin (2002), “A multiplicidade de vozes e consciências independentes e imiscíveis e autêntica polifonia de vozes plenivalentes constituem, de fato”.

A mídia em geral, destacando as revistas teen, faz uso de estratégias lingüísticas e visuais, onde carrega consigo o objeto de aproximar e/ou idealizar o adolescente. A revista utiliza-se de números com o propósito de chamar a atenção, para ter uma melhor identificação, ao contrário se fosse por extenso.



A utilização de gírias e enunciados que são produzidos por os jovens são abundantemente utilizados na construção das revistas. A força de um enunciado (pedidos, intenções e ameaças no momento da fala) está relacionada ao significado interpessoal, ou seja, está na relação entre os participantes do discurso e é representada pelos atos de fala. Estes podem referir-se a uma ordem, pedido, pergunta ou promessa, dentre outros. Nas capas observadas, existem diversos enunciados nos quais se podem observar a ocorrência de ordens feitas indiretamente sendo que implicitamente está diretamente relacionado da revista para os leitores, como no exemplo 3.

***Cabelo lindo 15 dicas pra ficar de bem com ele.***

No enunciado materializado na revista vemos que seu superdestinatário, que é o público feminino, tem “problemas” com seu cabelo, ou melhor, que para o cabelo está dentro das condições de aceitação “de cabelo lindo”, o leitor deve seguir as dicas. O uso do *pra*, é uma possível forma do leitor se sentir próximo, com afinidades com o enunciador ao ler, também sem haver nenhum grau de formalidade. Porém, *você* não está materializado no enunciado, mas ao ler o adolescente interpreta que é dito a (você), ou seja, ao leitor, o adolescente.

No exemplo 6, o enunciado é seguido por três exclamações com o objetivo de enfatizar e chamar a atenção dos leitores para as entrevistas com os atores que estão em auge, de acordo com essa época.

Observando a capricho, um periódico semelhante ao analisado anteriormente, a *Todateen*, percebe-se que o discurso pretendido entre elas são desenvolvidos através de recursos lingüísticos e estruturais como tamanho da fonte, aspas, uso de números, discursos diretos, gírias, e do sujeito presente na capa da revista, pois representa a identidade do devido público.

Nos enunciados presente entre aspas, o locutor transmite de forma direta o discurso produzido fielmente pelo sujeito. Segundo Bakhtin esse recurso é utilizado para demarcar o discurso do outro. Como nos seguintes exemplos:

**1. MARI RIOS**

“Jesus, apaga a luz!”



## 2. VIDA REAL

“Minha mãe faz pressão para eu emagrecer”

No primeiro defini-se jargão ou gíria que é uma forma de um determinado grupo expressar-se, de modo restrito para que os demais falantes não tenham total conhecimento do sentido. O jargão era pronunciado por a atriz, que participava de uma novela direcionada ao público jovem, onde esse enunciado era um elo, entre a novela e seu público.

No segundo enunciado analisado percebe-se uma aproximação da revista com a realidade do adolescente, quando utiliza as palavras VIDA e REAL. Trata-se de um assunto bastante repercutido na esfera social onde há preocupação referente à estética. Demonstrado através do discurso do adolescente, a problematização, de emagrecer, éposta de modo direto para que seus destinatários consigam trazer isso para sua realidade. Para isso a revista usa *vida real* com o intuito de prender o leitor.

Outro aspecto analisado, sendo que é o mais presente, é a preocupação exacerbada com o corpo, e a perfeição que se espera chegar, ou seja, o corpo aceito segundo a ideologia dos padrões de beleza da sociedade. Para evidenciar essa questão precursora entre a revista e o jovem os discursos utilizados são os seguintes:

### 3. O MELHOR JEANS PARA SEU CORPO

4. 62 SOLUÇÕES PARA TER UMA PELE INCRÍVEL!

5. LIVRE DAS ESPINHAS - o que fazer para ter uma pele lisinha.

A revista utiliza essas expressões com estratégias discursivas, como uma forma de aproximação do sujeito adolescente, quando faz uso do pronome seu, ficando assim subentendido que queira sanar as dúvidas sobre o que vai ficar melhor para o corpo e consequentemente ganhando confiança da garota, com isso, vai identificando-se com o que está escrito; gerando então, um efeito de verdade no qual o adolescente vai submeter-se a seguir.

No quarto e quinto enunciados está explícito a maneira que o adolescente pode seguir para atingir a perfeição da pele, sendo posto de forma exclamativa, no quarto exemplo, pois se mostra com a função de materializar o desejo do leitor de obter a pele



“incrível?”. Em uma análise mais profunda, podemos perceber o uso da exclamação como um grito, uma alegria, em fim uma emoção de encontrar a “solução” para sua pele.

No quinto exemplo observamos a voz do adolescente presente no enunciado, pois ressaltamos que está presente uma indagação acerca de um dos “problemas” que rodeia esses sujeitos, terem uma pele linda, e lisinha. Sempre observando os padrões de beleza.

Percebe-se que nas capas há uma forte presença de palavras estrangeiras, como já foi demarcado com o título de uma das capas analisadas, como: **LOOK, FASHION, e VIBE.**

Nesse caso podemos observar que muitos são os caminhos trilhados pelo dinamismo das línguas. Palavras se criam dentro do próprio vernáculo, palavras ampliam ou restringem o seu significado, adquirem valores pejorativos ou meliorativos, palavras migram de uma língua para outra(s), formam ou não derivados e compostos, mantêm ou não a sua grafia de origem, dicionarizam-se ou não.

Afirma Alves (1984, p.119) que: “Uma língua que não conhecesse nenhuma forma de neologia seria uma língua morta e, em suma, a história de todas as nossas línguas constitui a de sua neologia”. A pesquisadora reconhece três tipos de neologia: *formal* – neologismos criados por meio de derivação; *semântica* – neologismos criados pela atribuição de um novo significado a um mesmo segmento fonológico; *por empréstimo* – neologismos que resultam da adoção de um lexema estrangeiro.

Nesse caso vemos que as revistas teen, além de reproduzir a discipulação dos jovens com os atores americanos também promovem uma relação com seus lexemas. Sendo que traz a mesma carga significativa que é utilizada em sua língua mãe, o inglês.

Espaço de dissensões e oposições múltiplas, a formação discursiva faz-se de asperezas e estridências, mais do que de harmonias e superfícies lisas. Inteiramente vivo, o campo enunciativo acolhe novidades e imitações, blocos homogêneos de enunciados bem como conjuntos disparejos, mudanças e continuidades. Tudo nele se cruza, estabelece relações, promove interdependências. O que é dissonante é também produtivo, o que semeia a dúvida é também positividade crítica. Mero jogo de palavras? Talvez não. Quando Foucault diz que os enunciados são povoados, em suas margens, de tantos outros enunciados, afirma a ação do interdiscurso, da complementaridade e da luta dos diferentes



campos de poder-saber, afirma a importância da análise arqueológica, segundo a qual se despreza a solenidade da ciência, para privilegiar textos e gestos nem tão inéditos assim, enunciados miméticos, banais e discretos, ao lado das grandes e luminosas originalidades.

Talvez uma das operações mais ricas e fundamentais, sugerida por Foucault para a análise dos enunciados, seja a de complexificá-los no sentido de indagar a respeito de seus espaços colaterais. Tomando outra vez o exemplo da virgindade e da pessoa certa, poderíamos dizer que o enunciado aí considerado se situa em relação a uma constelação de formulações.

#### 4. CONCLUSÃO

Deste modo, pensamos que o discurso das revistas Todateen e Capricho, fascina, interpela, atrai suas leitoras e, por fim, as constituem como sujeitos. São estratégias linguísticas e discursivas exercendo-se através das técnicas midiáticas, produzindo sujeitos, discursos e estilos de vida. Observa-se que as revista analisadas, ao se dirigir ao público adolescente, constitui-se num poderoso artefato cultural que opera no sentido de repassar ideologias e ao mesmo tempo silenciá-las. Encontramos uma articulação que as revistas fazem entre as verdades e saberes, cujo foco está na formação ideológica dos jovens adolescentes.

Para camuflar essa “hegemonia” do discurso da mídia e para eliminar qualquer marcador explícito de poder, a autora usa estratégias lingüísticas como estilo conversacional com simulação de informalidade e de solidariedade, o que cria a ilusão de proximidade, de simetria social e de compartilhamento de idéias entre os participantes sociais do evento discursivo: autora, atrizes, garotas e leitoras; como podemos observar nas análises acima.

À primeira vista, parece que todas as jovens adolescentes, independente de classe social e econômica, raça e gostos, fazem parte do universo engendrado pelas revistas. Todavia, pode-se dizer que as revistas são, em geral, endereçadas à adolescente estudante, de cor branca, da classe média e média alta. Pois se percebe diante de uma breve análise semiótica das fotos e apelos visuais, que são fotos ditando um padrão de beleza da mulher branca. Não há um padrão de beleza da mulher negra. As entrevistas com artistas e modelos são feitas na maioria das vezes com pessoas brancas e raramente com negras. O



fato de a revista “excluir” essa voz é um indício de que ela privilegia uma raça com base no senso comum.

A partir da noção de formação discursiva, Pêcheux desenvolve suas reflexões sobre o desdobramento do mesmo. Nessas reflexões, as posições-sujeito possíveis são vistas em sua relação com a formação discursiva dominante (que determina a forma-sujeito), apontando para a determinação do sujeito a partir de uma instância ideológica que tem sua materialidade disseminada na formação discursiva e materializada no discurso, mostrando assim o seu funcionamento na constituição do sujeito: “É nesse reconhecimento que o sujeito se ‘esquece’ das determinações que o colocaram no lugar que ele ocupa - entendamos que, sendo ‘sempre - já’ sujeito, ele ‘sempre - já’ se esqueceu das determinações que o constituem como tal” (1988, p.170).

Enfim, pode-se dizer que o sujeito e sentido constituem-se simultaneamente através da interpelação. E é através do modo pelo qual a posição-sujeito relaciona-se com a forma do sujeito que temos o desdobramento do sujeito discursivo (esta questão é de crucial importância para se entender o funcionamento da matriz heterossexual na cultura ocidental, como será visto mais adiante).

Portanto, se levarmos nossas análises para a sala de aula e divulgarmos os resultados de nossa investigação, poderemos levar a leitora a tomar consciência de que se pode agir através do discurso, e que, se as identidades sociais são construídas socialmente e mantidas através de práticas discursivas, elas também podem ser reconstruídas discursivamente. Com isso, este estudo poderá, então, ajudar a tornar mais transparente a ideologia que está sendo veiculada nos textos das revistas femininas e contribuir para trazer as adolescentes uma visão crítica desse tipo de discurso, tornando-as leitoras conscientes e críticas, fornecendo-lhes conhecimento para iniciar a mudança em suas próprias práticas discursivas e nas práticas discursivas de suas comunidades.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Ieda Maria. **A integração dos neologismos por empréstimo ao léxico português.** São Paulo: Alfa, 28 (supl.) 1984.
- BRITTO, L.P.L. de Língua e Ideologia: A reprodução do Preconceito. In: BAGNO, M. (org). **Linguistica da Norma.** 2<sup>a</sup> Ed. São Paulo: Loyola. 2004. pp. 135 – 134.



FIORIN, José Luiz. **Introdução ao Pensamento de Bakhtin.** São Paulo: Ática, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FERNANDES, Claudemar Alves. **Análise do Discurso:** reflexões introdutórias. São Carlos: Clara Luz, 2007. PP.14-46. **Introdução à Linguística:** domínios e fronteiras, v.2 Fernanda Mussalin, Anna Christina Bentes (orgs) -. 5-Ed- São Paulo: Cortez; 2006.

HERNANDES, Nilton. **A Mídia e Seus Truques.** São Paulo: Contexto, (2006)

GREGOLIN, Maria do Rosário. O acontecimento discursivo na mídia: metáfora de umabreve história do tempo. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (org). **Discurso e mídia:** a cultura do espetáculo. São Carlos: Claramuz Editora, 2003.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita.** Atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2001.

PÊCHEUX, Michel. **Por uma análise automática do discurso.** Trad. de Bethânia S. Mariani [et el.] Campinas : Editora da UNICAMP, 1990.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni P. Orlandi et all. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.



## VOTO, POLÍTICA(EM), RELIGIÃO E PODER: É SE “VENDO QUE SE ENTENDE”. UMA ANÁLISE DE OUTDOOR'S À LUZ DA A. D. FRANCESA

Marcelo Vieira da Nóbrega

“O analista (ou o leitor que conhece o que é discurso) deve atravessá-los para, atrás da lineariedade do texto (seja oral, seja escrito), deslindando o novelo produzido por esses efeitos, encontrar o modo como se organizam os sentidos” (ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso. Princípios e Procedimentos*. 7 ed. Campinas (SP): Pontes, 2007.)

### INTRODUÇÃO

Sem maiores pretensões, senão as propostas pelos conceitos básicos da Análise do Discurso na linha francesa - que por si só já se apresentam como desafiadoras e polêmicas – é que disponho a investigar os outdoor's propostos. Pretendo me policiar para não cair na tentação de fazer análises linguística e/ou do conteúdo apenas. Estou disposto, à guisa do texto preambular acima, a atravessá-las e buscar os sentidos – não apenas os presentes nos textos prontos acabados presentes nas pistas formais, conteudísticas e/ou não formais, facilmente denunciadas nos gêneros em estudo. Devo ir mais além: atrás da lineariedade do texto, procurarei investigar de que forma os sentidos – e os sujeitos que no texto se constituem – interferem na constituição dos efeitos finais de sentido. Estou ciente do desafio. A obstinação da pesquisa (por que não dizer análise) é não cair no “esquecimento melancólico”, por exemplo, a que os trabalhos do mestre Pêcheux sucumbiram.<sup>1</sup>

De antemão, alguns esclarecimentos merecem atenção especial. Em primeiro lugar, não se concebe qualquer estudo discursivo que prescinda dos fundamentos teóricos da Análise do Discurso, segundo Pêcheux e Fuchs (1975), reatualizados por Brandão

<sup>1</sup> O apagamento/esquecimento (não seria traição?) (Comentário e grifo meus) da AD de Pêcheux, por parte de seus mais próximos, pode ser percebido em diversos deles: Françoise Gadet, apesar de assinar com Pêcheux obras importantes da AD, afirmou que nunca fizera AD, que era um sociolinguista e se aproximava mais de Norman Fairclough; Michel Plon afirmou que na França, na área de Psicanálise com que trabalha, ninguém conhece o trabalho de Pêcheux; por fim, Jean-Jacques Courtine, grande parceiro e teórico das idéias de Pêcheux, afirma que os trabalhos de Foucault já são suficientes às suas reflexões (as de Courtine). (AGUSTINI, Carmem Lúcia Hernandes. *Reflexões sobre a Constituição Epistemológica da Análise de Discurso*. In: Michel Pêcheux e a Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar. INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Lenadro (Orgs.). São Carlos (SP): Clara Luz, 2007.



(2004), a partir das 03 (três) áreas do conhecimento: a Língua, o discurso e a Psicanálise. A primeira, estudada na linguística. Esta funcionando como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação. Ao contrário da concepção saussureana de língua enquanto sistema abstrato, aqui esta se apresenta como a língua das pessoas falando, se sentindo, língua no (para) o mundo, com homens falando, produzindo sentidos como parte de suas vidas, sujeitos de sua vida e de sua história (ORLANDI, 2007); o segundo, o discurso, aqui entendido como efeito de sentido entre interlocutores, lugar de onde se pode observar a relação entre língua e ideologia, isto é, a materialidade específica da ideologia<sup>2</sup>; já a terceira, a psicanálise, busca nas releituras que Lacan faz das teorias freudianas sobre o Outro, o Inconsciente, a sua contribuição à Análise do Discurso. Baseado na concepção de significante de Saussure<sup>3</sup> Lacan entende que

o inconsciente se estrutura como uma cadeia de significantes latente que se repete e interfere no discurso efetivo, como se houvesse sempre, sob as palavras, outras palavras, como se o discurso fosse sempre atravessado pelo discurso do Outro, do inconsciente. Nesta compreensão a árdua tarefa do analista seria a de trazer à tona, através de um trabalho na e pela palavra, essa cadeia de significantes, essas ‘outras’palavras, esse ‘discurso do Outro’. (MUSSALIN Fernanda; BENTES, Anna Christina. (org) *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*. 5º ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006) 2006).

Seria o inconsciente este lugar opaco, desconhecido, nebuloso, estranho do qual emanam os diversos discursos que fazem sentido e em relação aos quais os sujeitos se definem, ganham identidade. Logo, para Lacan, a linguagem é condição do inconsciente, logo da ideologia. Neste sentido o sujeito, enquanto harmônico e homogêneo, não passa de uma representação, uma máscara, um fingimento. Ele se aparenta como homogêneo e único e chega, inclusive, no texto, a se constituir como autor. Althusser (1970) vai definir

---

<sup>2</sup> Pêcheux vai ratificar a tese de que a materialidade específica da ideologia é o discurso, assim como a materialidade específica do discurso é a língua. Daí se fundar que a Análise do Discurso trabalha a relação língua-discurso-ideologia. O complemento desta constatação é que não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e assim é que a língua faz sentido.

<sup>3</sup> Para Saussure (1916-1974), o signo lingüístico é composto de significante e significado compreendidos, respectivamente, como imagem acústica (som com função linguística) e conceito. (cf. MUSSALIN e BENTES, 2006)



este como lugar em que se constrói a unidade do sujeito. “É o autor, pois, o lugar em que o indivíduo se interpela em sujeito, trazendo consigo, necessariamente, a aparência de unidade que a dispersão<sup>4</sup> toma”, no dizer de Orlandi (2008). É aqui que se perfaz o efeito da ideologia: produz a aparência, a ilusão da unidade do sujeito e o da transparência do sentido. Pechéux, reatualizado por Orlandi (2007), chega a afirmar que “a sua característica comum é a de dissimular sua existência (a da ideologia) no interior de seu próprio funcionamento, produzindo um tecido de evidências ‘subjetivas’, entendendo-se ‘subjetivas’ não como que afetam o sujeito mas, mais fortemente, como ‘nas quais se constitui o sujeito’”.

### O NOSSO DISPOSITIVO TEÓRICO: O CORPUS E UMA TENTATIVA DE SISTEMATIZAR UM MODELO TEÓRICO DE ANÁLISE (INTERPRETAÇÃO?) PARA ESTE CORPUS

É bom começar esclarecendo alguns pontos iniciais, à guisa do que vimos até agora, sobre sujeito, sentido e ideologia. Em primeiro lugar, para a Análise do Discurso não há sentidos guardados, ‘literais’ e estanques no tempo. “Estes se constituem em processos em que há transferências (metáforas), jogos simbólicos dos quais não temos controle e nos quais o equívoco – trabalho da ideologia e do inconsciente – estão largamente presentes”. (ORLANDI, 2007). Por isso, compete ao analista/intérprete, ao construir seu dispositivo teórico de análise, se adentrar na opacidade da linguagem, no descentramento do sujeito e no efeito metafórico, no equívoco, na falha e no material, função da ideologia. Esta que se materializa na linguagem.

É nesta compreensão que tentaremos, na condição de analistas/intérpretes (no entremeio entre a descrição e a interpretação, também assujeitados historicamente, como tal ideologicamente comprometidos) atravessar os efeitos de transparência e quietude da linguagem, da literalidade do sentido e da omnipotência do sujeito e construir um dispositivo teórico de análise que interprete os passos, o movimento da interpretação, da ideologia, que está inscrito no nosso objeto de análise, no nosso caso o outdoor. Como todo discurso não se fecha em si, mas se constitui a partir de um anterior e aponta necessariamente a um

---

<sup>4</sup> A mesma autora, ao reatualizar Pêcheux, vai tomar discurso como dispersão de textos e estes como dispersão de sujeitos. ORLANDI, Eni Pulcineli. Discurso e Leitura. 8º ed. São Paulo: Cortez, 2008).



DISCURSO, SOCIEDADE E CULTURA  
I Encontro de PESQUISADORES em ESTUDOS DISCURSIVOS  
ISBN 978-85-7539-765-7

outro à frente, então, sem maiores pretensões, tentaremos estabelecer um corte vertical no objeto de análise, sem jamais nos convencermos da exaustividade da análise. Mas não nos esqueçamos: só se pode associar história e língua se a ideologia aí se materializar. Por que é neste ponto onde os sentidos acontecem. Este é o desafio posto.

Comecemos pelos corpus de investigação. Trata-se de 02 (dois) outdoor's, (aqui denominados imagens 01 e 02), fotografados no dia 20/04/2011, respectivamente, às 15h39 e 15h40, e localizados à margem direita (sentido bairro-centro) da Avenida Rodrigues Alves, nas imediações da Clínica Santa Maria, no bairro de Bodocongó, na cidade de Campina Grande (PB). Não há pistas de que foram afixados no local ao mesmo tempo. Entretanto, foram colocados lado a lado.



Imagen 01





### Imagen 02

A questão que se propõe a seguir refere-se às chamadas condições de produção em que estão inseridos os objetos de análise. Para tal, lançamos como base o modelo teórico de formulação das chamadas CP's (condições de produção) propostas por Pechêux (1971) e Courtine, e reatualizados por Brandão (2004, p. 105), segundo os quais referem-se às condições históricas de produção de um discurso, isto, “o contexto histórico-social, os interlocutores, o lugar de onde falam e a imagem que fazem de si, do outro e do referente.”

Aqui, para efeito de melhor visualização do corpus de análise, abordaremos tais condições de produção a partir das constatações, abaixo relacionadas:

- a) Os outdoor's estão lado a lado, dividindo um mesmo espaço físico, com distâncias não superiores a 04 (quatro) metros um do outro.
- b) A imagem 01 refere-se a uma campanha publicitária incentivadora de doação de órgãos cujo sujeito principal é o atual vice-prefeito da cidade de Campina Grande, conhecido popularmente por Zé Luiz - que acabara de ser transplantado – e um dos articuladores políticos para a escolha do candidato à sucessão do prefeito atual.
- c) A imagem 02 faz alusão à vitória do até então eleito, mas não empossado nas eleições de 2010, candidato ao Senado Cássio Cunha Lima, após ter sido absolvido, no Supremo Tribunal Federal (STF) da acusação de ficha suja, com base na chamada Lei Ficha Limpa - que impedia que candidatos que tivessem condenação por órgão colegiado (Tribunal) pudessem assumir, já nas eleições de 2010, qualquer cargo público no Legislativo. Ocorre que o filho do senador, Diogo Cunha Lima, também é um dos candidatos prováveis ao cargo de prefeito nas eleições de 2012, certamente em coligação oposta à comandada pelo grupo do atual vice-prefeito, mencionado na imagem acima.
- d) O vice-prefeito José Luiz é protestante e coordenou, por mais de 05 (cinco) anos, o programa Bolsa Família, do Governo Federal.
- e) Durante todo o seu percurso político, há mais de 20 anos, jamais foi conhecido por *José*, mas sempre por *Zé Luiz*.

Como a principiologia da Análise do Discurso se fundamenta na materialidade da ideologia - que é o próprio discurso - este que se justifica através da relação da língua com



a história e, claro, com o sujeito - então, no nosso caso, são as condições de produção acima, e outras que abordaremos na sequência do texto, que fundamentarão o dispositivo de análise que nos proporemos a construir. Em síntese, como ratifica Pêcheux, não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. É em tais condições onde intervém a ideologia, o inconsciente (o dito no não dito), o esquecimento, o equívoco.

Se entendermos, na perspectiva de Pêcheux, retomado por Orlandi (2008, p. 17) que “o discurso é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentido por/para os sujeitos”, então entenderemos que o discurso é efeito, a consequência, de sentido entre os interlocutores. Entretanto, não podemos falar de um lugar (ou posição) a partir do qual se observe algo sem nos referirmos a quem observa, o sujeito – no nosso caso – discursivo. Aqui recorremos a Foucault (1969), citado por Orlandi (2008, p. 49) que o classifica como “a posição que deve e pode ocupar todo indivíduo para ser sujeito do que diz”. Assim, no dizer de Orlandi (2008, p. 45)

o sujeito se constitui por uma interpretação – que se dá ideologicamente pela sua inscrição em uma formação discursiva – que, em uma sociedade como a nossa, o produz sob a forma de sujeito de direito (jurídico).

No nosso caso específico, temos os sujeitos políticos, sociais, religiosos e institucionais.

O quadro abaixo sintetiza as relações entre os indivíduos, os sujeitos discursivos, bem como os discursos envolvidos nas 02 (duas) imagens analisadas.

	Imagen 01	Imagen 02
Indivíduos	Vice-prefeito de Campina Grande, Zé Luiz	Senador Cássio Cunha Lima
Sujeitos discursivos	Posições assumidas: a de Vice-Prefeito de Campina Grande; articulador político; protestante; humanista; de evidenciação da própria imagem.	Posições assumidas: de político vitorioso; articulador político; de evidenciação da própria imagem.



<b>Discursos</b>	Político-partidário; solidário; religioso político-institucional.	Político-partidário e jurídico-legal.
------------------	---	---------------------------------------

Fonte: própria

Se considerarmos a conjuntura sócio-histórica, política e até religiosa na qual os sentidos foram constituídos (a chamada formação ideológica) nas 02 (duas) imagens, organizando espacial e estrategicamente os diferentes discursos dentre dos gêneros em análise, a partir desta posição, verificaremos que algumas palavras só podem e devem ser ditas naquele momento e naquela situação. A isto que, em uma dada formação ideológica, determina o que se pode dizer chamamos, no dizer de Fernandes (2007), parafraseando Pêcheux (1976), de formação discursiva. Cada sujeito, a partir das posições que vai assumindo naquele momento sócio-histórico, escolhe suas estratégias e fala daquele lugar. Senão vejamos: nos 02 (dois) outdoor's os 02 (dois) indivíduos, doravante transformados em inúmeros sujeitos, ocupam diversas posições (discursos) e destas falam.

Em primeiro lugar, “a coincidência” de estarem os 02 (dois) outdoor's dividindo e “concorrendo” em um mesmo espaço físico coloca em evidência a luta, no interior desta mesma FD (formação discursiva – o fato de os outdoor's deverem estar naquele momento e concorrendo com o mesmo espaço físico e não em outro espaço) de 02 (dois) diferentes, conflitantes e interrecorrentes discursos (político-partidários) que se digladiam em Campina Grande há dezenas de anos: um, que se diz de oposição e outro de situação.

Em seguida, a presença ostensiva das imagens dos dois políticos nos outdoor's: na imagem 01, não bastasse “*Eu sou José...*” ostenta-se, ao lado destes dizeres, a foto do indivíduo Zé Luiz, agora assujeitado (falando da posição de vice-prefeito de Campina Grande e convalescente de um transplante). Percebemos a expressão facial: um misto de satisfação, tristeza convalescente, de alguém ressuscitado das cinzas, fruto de um milagre. A mostra viva de que para ele “Deus tudo pode”; já na imagem 02, de perfil diametralmente oposto, aparece a foto do segundo sujeito (jovem, saudável, alegre, em gesto de otimismo e acima de tudo vitorioso. Aqui, a institucionalização da imagem do sujeito que fala da posição de senador eleito, injustiçado, caluniado pela justiça e em seguida premiado pela própria justiça se funde a do discurso político-partidário: a cor amarela, denunciante da legenda do discurso partidário (PSDB), presente tanto na camisa do indivíduo Cássio



Cunha Lima quanto no outdoor. Na imagem 01, ao contrário, há, pelo menos, 02 (duas) "tentativas" do indivíduo Zé Luiz se afastar da posição de sujeito que se manifesta a partir do político-partidário e se aproximar do sujeito que assume uma posição mais humana, solidária, de superação, de ressurgimento, uma voz social de apelo ao emocional: a primeira, na referência ao discurso religioso, e a segunda na tentativa de atrelar ou "dividir" seu momento com a iniciativa privada, através de uma série de sujeitos sociais (empresários) que assumem posições de solidários e colaboradores na causa que estampa a campanha publicitária, dentre eles hospitais, clínicas e demais empresas privadas, alguns destes que detêm exclusividade no transplante de órgãos. Se analisarmos, aqui mais uma vez se digladiam uma série de discursos, cujos sujeitos assumem posições e interesses os mais diversos, dando-nos a falsa impressão da unidade e da harmonia.

Em um momento de percurso seguinte, nos deteremos na imagem 01. Nesta alguns questionamentos são imprescindíveis: quem é o "*Ele*", referido no "*Não leve seus órgãos para o céu, ELE sabe que precisamos deles aqui?*"; A quem se refere o apelo emocional "*Creia*"; e quem é "*José*"? em "*Eu sou José, o vosso irmão, um milagre de Deus. Creia. Deus tudo pode.*"? Se o discurso é opaco, contraditório, alinear, controvesso, falseado pelo ideológico e, no dizer de Fernandes (2007), exterior ao texto, porque se insere no social, então devemos atravessar a simples linearidade do texto e investigar outros aspectos mais detidamente na imagem. Senão vejamos: vemos várias possibilidades de sujeitos que podem se enunciar ideologicamente e se inscreverem como "*Ele*", se aproveitando do espaço social e midiático expresso através do outdoor. Da voz de cada um deles emanam os mais diversos discursos que implicitam os mais diferentes interesses. O primeiro deles e o mais aparente refere-se ao sujeito que assume a posição ideológica de Deus. Como Deus é onipresente, segundo o texto bíblico, então, estrategicamente, atribuir-lhe tal condição é cômodo. O segundo, certamente mais opaco e controverso, pode se referir a um eventual sujeito social diretamente envolvido na causa, por exemplo, o hospital e/ou clínica que têm a exclusividade na tecnologia utilizada no transplante. Em nosso caso, pelo menos, o Hospital Antônio Targino e a clínica oftalmológica FOP, referenciados como patrocinadores do outdoor, empresas privadas em Campina Grande. (PB). Neste ponto Foucault (1995), reatualizado por Fernandes (idem, p. 25), nos contribui por demais na discussão, na medida em que ratifica que



a unidade do discurso constitui-se por um conjunto de enunciados efetivos produzidos na dispersão de acontecimentos discursivos, compreendidos como sequências formuladas, cuja compreensão é possibilitada pela indagação seguinte: *como apareceu um determinado enunciado e não outro em seu lugar?*

O lugar social no qual está inserido o sujeito é que define, pois, o seu posicionamento ideológico.

Por sua vez, na sequência “*Eu sou José, o vosso irmão, um milagre de Deus. Creia. Deus tudo pode.*” Algo inquieta. A quem se dirige o apelo explicitado na transitividade do verbo crer? De que posição e para quem fala o sujeito que apela? a) Da de um religioso/protestante que crê em milagre divino e experimentou uma cura em razão deste, apelando a milhares de indivíduos que detêm a mesma doença a crerem na intervenção divina na cura, através do transplante?; b) do mesmo sujeito religioso apelando a milhares de pessoas sadias a doarem seus órgãos a crerem nele (no sujeito religioso), como milagre, e não necessariamente no ato do milagre divino, a cura?; c) dos sujeitos religioso e político-partidário apelando a todos os sujeitos-eleitores sadios, concomitantemente, a doarem seus órgãos e a crerem nele (no sujeito político-partidário) porque ele (Zé Luiz) é um milagre divino?; d) dos sujeitos religioso e político-partidário apelando a todos os sujeitos-eleitores sadios, concomitantemente, a doarem seus órgãos e a crerem Nele (no sujeito divino Deus), autor do milagre que o salvou?; e) dos sujeitos religioso e político-partidário apelando a todos os sujeitos-eleitores doentes, concomitantemente, a doarem seus órgãos e a crerem Nele (no sujeito divino Deus), autor do milagre que o salvou e que também serão curadas?; f) dos sujeitos religioso e político-partidário apelando a todos os sujeitos-eleitores doentes e sadios, concomitantemente, a doarem seus órgãos e a crerem Nele (no sujeito divino Deus), autor do milagre que o salvou e que também serão curadas?

Estas, dentre outras formas de percepção de posicionamento sócio-político e ideológicos dos sujeitos envolvidos dentro do contexto situacional, denunciam inúmeras possibilidades de dispersão de tais sujeitos, instaurando-se um campo de muitos conflitos. Porque, se há diferenças, há embates no social, no religioso, no político-partidário que, claro, interferem diretamente no linguístico. Afinal, não esqueçamos, para a Análise do Discurso não existe o linguístico sem o histórico.



Com relação à imagem 02 algumas ponderações merecem atenção. Em primeiro lugar as expressões “**No voto e na lei. Cássio Senador**” (grifos meus conforme o texto do outdoor), justificada pela foto mostrando o aceno (polegar em riste) positivo da vitória do candidato eleito - ainda em processo de posse – em 02 (duas) instâncias: nas eleições de 2010 e no maior órgão colegiado do Judiciário brasileiro: o Supremo Tribunal Federal (STF). Analisemos alguns aspectos. O gesto positivo do polegar, na foto, associado ao enunciado “*No voto e na lei. Cássio senador*” denuncia uma memória discursiva de uma série de interdiscursos que circulam a vida política deste sujeito, nos últimos anos – em especial a partir de 2007, ano em teve seu mandato cassado pela justiça TSE, (Tribunal Superior Eleitoral): que houve uma batalha jurídica; que esta, na verdade, não se iniciou em 2010; que a guerra ainda não foi vencida pelo sujeito político, já que ele ainda não tomou posse no cargo de Senador; que o culto à auto-imagem do indivíduo não assujeitado, personificado no negrito especial dado ao nome “*Cássio*”, se sobrepõe (no letreiro do outdoor) ao nome “*Senador*”, (sujeito que assume posição política, frente aos demais sujeitos políticos-eleitores) grafado de forma simples, sem nenhum destaque especial; que há uma cor, a amarela (do PSDB), dominante no outdoor; que o nosso sistema eleitoral é polêmico, contraditório e casuista na medida em que autoriza um sujeito político a registrar sua candidatura, ser eleito e impedi-lo de tomar posse; que quem votou neste sujeito político o fez à revelia da lei.

Em todos estes aspectos analisados percebemos grandes movimentações discursivas: é o discurso político-partidário, o jurídico, o imagético pessoal etc, todos se filiando a passados, presentes e até futuros. Tal constatação ratifica os dizeres de Orlandi (2007, p. 35-6) de que

quando nascemos os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo. Eles não se originam em nós. Isso não significa que não haja singularidade na maneira como a língua e a história nos afetam. Mas não somos o início delas. Elas se realizam em nós em sua materialidade. Essa é uma determinação necessária para que haja sentidos e sujeitos.

Neste processo grandes são as estratégias que a ideologia encontra para iludir (ou provocar esquecimento) os sujeitos no através da explicitação dos discursos emendados nas formações discursivas. É o que Pécheux (1988) chama de esquecimentos/ilusões do sujeito,



classificadas por este teórico em 02 (dois) níveis: no enunciativo - nº 01 (ocorre quando o sujeito tem a ilusão de não só estar na fonte do sentido mas também de ser dono de sua enunciação. Este esquecimento produz em nós a impressão da realidade do pensamento, na medida em que temos a ilusão de que o que dizemos só pode ser dito com estas palavras e não com outras, que só pode ser assim e não de outro modo) e o nº 02, de ordem ideológica (segundo o qual temos sempre a ilusão de sermos a origem de tudo o que dizemos, quando na verdade estamos sempre retomando outros ditos, com a ilusão de que o que dizemos é sempre um não-dito, embora signifiquem, porque estão inseridos na história, mas não dependem de nossa vontade.)

Nesta imagem muitas são as ilusões. A primeira delas é de base ideológica. O sujeito político cria a ilusão - no momento em que assume a postura de vitorioso (polegar em riste; alegre; negrito seu nome, no outdoor) - de que o indivíduo Cássio Cunha Lima, através da forte personificação de sua imagem pessoal, pode se sobrepor ao sujeito assujeitado à condição partidária da cor do partido. A cor predominante, amarela, do PSDB (partido do qual o sujeito é filiado), atrelada ao amarelo, cor também da camisa que veste, desfazem tal ilusão.

Já, se analisarmos, por exemplo, a imagem 01, verificaremos algumas ilusões marcantes. Atente aos enunciados “*Não leve seus órgãos para o céu*” e “*Eu sou José*”. A condição doutrinária do sujeito religioso, no primeiro enunciado, permite-nos deduzir que o modo de se afirmar algo nunca é indiferente aos efeitos de sentido desejados. Há ilusão deste sujeito, de base enunciativa, de que todos vão para o céu, inclusive os que não acreditam nesta condição de salvação, os ateus. Para o sujeito religioso, o que ele afirma só pode ser dito desta forma e não de outra. Por outro lado, em “*Eu sou José*”, mais uma vez, o sujeito religioso tem a ilusão de que – ao associar seu nome ao *José*, personagem bíblico, no interior dos interdiscursos religiosos *milagre, Deu e céu* - se beneficiará, de alguma forma dos seus intentos. Nesta compreensão, ainda para Pêcheux, reatualizado por Grantham (2008, p. 141) as palavras

adquirem seus sentidos com referência às posições que assumem nos diferentes enunciados, isto é, com referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem. Desse modo, se uma mesma palavra ou expressão pode receber sentidos diferentes,



conforme se refira a esta ou àquela FD, é porque não tem um sentido que lhe seja próprio, ou seja, um sentido literal. Ao contrário, o sentido se constitui em cada FD, nas relações que tais palavras ou expressões mantêm com outras palavras e expressões da mesma FD.

Como, portanto, língua e história caminham juntas o real daquela sempre estará sujeito a falhas porque o real desta é sempre passível de ruptura. É isto o que permite a movimentação dos sujeitos que se significam a cada situação e dos diversos sentidos, tudo comandado pela ideologia. Logo, nem sujeitos, nem discursos estão prontos, há sempre um contínuo.

A opacidade e dispersão dos inúmeros discursos que norteiam os 02 (dois) textos estudados, bem como a complexidade de formulação de um dispositivo teórico de análise exequível a cada situação, dentro dos pressupostos da Análise do discurso, exigem do analista do discurso desafios constantes de seleção, investigação, capacidade de interpretação cada vez mais acurados. Cientes deste desafio, ao analisarmos tal gênero, temos a convicção de que muito mais poderíamos ter feito. Entretanto, frente aos objetivos propostos, é prudente que o corte analítico posto esteja bem definido. Este é o desafio.

## REFERÊNCIAS

- ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso:** princípios e procedimentos. 7º ed. Campinas (SP): Pontes, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Tópicos em Linguística:** discurso e leitura. 8º ed. São Paulo (SP): Cortez, 2008.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso.** 2º ed. revisada. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 2004.
- FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do Discurso:** reflexões introdutórias. 2º ed. São Carlos (SP): Claraluz, 2007.
- INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (orgs.). **Michel Pêcheux & Análise do discurso:** uma relação de nunca acabar. 2º ed. São Carlos (SP): Claraluz, 2007.



## PRÁTICAS SOCIAIS DE LETRAMENTO

Liliane Silva Fernandes de Moura<sup>1</sup>

Pablo Diego Cavalcante de Lira<sup>2</sup>

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Um desejo de formar um leitor crítico tem sido uma constante entre os educadores na nossa sociedade, e em nome desse anseio, diversos estudos referentes ao processo de ensinoaprendizagem da leitura e escrita têm sido desenvolvidos. Neste trabalho chamamos atenção para proposta metodológica do projeto *Práticas sociais de Letramento*, que utiliza as teorias da Análise do Discurso como fonte inspiradora para promover um processo de letramento com alunos do ensino fundamental II. A proposta de trabalho tem como objetivo o uso social da leitura e escrita acrescida de uma boa interpretação e produção de textos, dentro e fora da sala de aula, explicando a relação entre o texto, o discurso nele contido e seu uso prático, contemplando ainda a conscientização do leitor enquanto sujeito participante de uma sociedade.

No decorrer de nosso trabalho, serão abordados alguns fatores históricos, conceitos básicos como de letramento, coesão, coerência, formação discursiva, ideologia, os quais nortearão o desenvolvimento deste artigo. Será adotada uma pesquisa bibliográfica como forma metodológica, tendo como corpus as atividades do projeto realizadas com o gênero Tira. A base teórica está alicerçada no trabalho dos autores Pietroforte (2004); Antunes (2005); Angeli (2006); Santos (2007); (1975) e Lucena I.T. (2004).

### ALGUNS CONCEITOS E ANÁLISES

Antes de descrever a metodologia de ensino-apredizagem analisada passearemos de forma resumida por alguns conceitos básicos necessários para o entendimento deste trabalho. A começar pelo processo de letramento que convencionalmente no meio lingüístico diz respeito ao uso da parte social da leitura e escrita, ou seja, além de ler e

---

<sup>1</sup> Estudante do 6º período do curso de Letras Português da Universidade Federal da Paraíba.

<sup>2</sup> Estudante do 6º período do curso de Letras Português da Universidade Federal da Paraíba.



escrever é necessário usar estas habilidades na sua vida social, levando em conta que a leitura e a escrita são conjuntos de habilidades, comportamentos, que formam um todo complexo e dependem do contexto onde o indivíduo está inserido. Dessa forma pode se dizer que existem vários níveis de letramento, pois os indivíduos não se desenvolvem num mesmo contexto e nem se apropriam da linguagem da mesma forma o que conforma os escritos, de Ivone Lucena sobre o processo de apropriação onde “o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem” (*BENVENNISTE, 1989:84 Apud LUCENA, I.T. 2009, p.51*).

Portanto, esses níveis de letramento variam de acordo com as condições sociais e históricas. Outro conceito relevante a atribuição de um sentido coeso e coerente de um texto, está diretamente ligado a maneira como o indivíduo se apropria da linguagem. Cabe lembrar que esta apropriação está condicionada aos fatores sócio-históricos onde segundo LUCENA:

O texto é visto como objeto de comunicação em que o sujeito ‘fala’ de uma cultura cujo sentido depende do contexto sócio-histórico. Nesta posição, o sujeito do texto localiza-se no enunciado, não como centro do discurso, não como liberdade discursiva, porém o sujeito é aqui colocado pertencente a uma classe social, com uma ideologia. (2009, p.53)

Esta ideologia vai caracterizar os textos de forma que os outros que partilham das mesmas idéias ou que pelo menos as reconheçam e compreendam o que foi escrito, ou seja, nas palavras de Lucena I.T. que “a enunciação passa a ser o ‘dispositivo constitutivo da construção do sentido e dos sujeitos que aí se reconhecem’ (*MAINQUENEAU, 1983:50 Apud LUCENA, I.T. 2009, p.53*).

Assim, o nosso dizer é permeado de ideologias, não é original e sim uma releitura. A tomada de consciência deste aspecto da linguagem abre portas para a formação do aluno crítico que pode tomar consciência de seu assujeitamento ideológico e consequentemente da materialidade ideológica do texto conhecida como discurso, onde é percebida nas palavras de Lucena I.T. em [...] “o discurso sob esta perspectiva do ideológico, ele passa a ser visto como materialidade ideológica” (2009, p. 54)

Os efeitos desse sentido sejam coerentes ou não são extraídos desta associação entre o discurso, a ideologia e a formação discursiva. Nesta perspectiva podem existir



analfabetos letrados e alfabetizados não letrados. Isto se deve ao fato da formação discursiva ocorrer de formas diferentes e sobre o ponto de vista principalmente da condição cultural, social e econômica, sendo esta ultima determinante para a grande para grande massa iletrada do nosso país, dessa forma justifica-se a analise da metodologia aplicada no trabalho com as tirinhas do projeto “Práticas sociais de Letramento”.

Devido ao fato das tirinhas possuírem como características o caráter ambíguo que pode mascarar discursos passíveis de crítica.

## ANÁLISE DO CORPUS

Percebendo a incompletude do entendimento do sentido do texto pelos alunos do Ensino Fundamental II, o professor atuante se preocupa em orientar a analise desses textos na perspectiva da Analise do Discurso.

Tirinha como a apresentada abaixo, geralmente é analisada pelo aluno sem perceber as formas ideológicas contidas no discurso.

Encontrar o personagem principal é apenas uma das possibilidades que o professor usa como modelo de analise. A tirinha abaixo em uma perspectiva ideológica nos mostra outras características de analise mais crítica do texto.

Tendo em vista a dificuldade dos alunos do ensino fundamental II no tocante a atribuição de sentidos dos textos, um docente deve se preocupar em orientar a analise de textos na perspectiva da AD. Na maioria das vezes tirinhas como apresentadas abaixo, são analisadas somente pelos aspectos textuais sem nenhuma menção aos aspectos discursivos e ideológicos contidos nela. As atividades se limitam a encontrar personagens e obviedades, onde o aluno não precisa refletir sobre texto para responder. Abaixo desta Tira segue um modelo de analise com base na AD que considera o discurso e a ideologia, sugerindo uma leitura já no plano superior da reflexão.



ANGELI, Arnaldo Filho. **Rebordosa do começo ao fim.** L&PM: Porto Alegre, 2006, p. 08.

Nesta Tira a relação imagem-texto é fundamental para leitura dos implícitos textuais que expressam o discurso. Note que a palavra “é sempre assim” faz referencia a freqüente tentativa da personagem em organizar a sua vida, em quanto a palavra “mais” faz referencia ao fracasso desta tentativa. Porem, o texto não fala nada sobre os problemas pessoais da personagem que a coloca nesse impasse. Para se chegar ao problema é necessário recorrer aos modelos globais acumulados durante a formação discursava, que são ativados pela a observação das imagens: a cada quadro de imagens o número de taças aumenta indicando o aumento do consumo de bebidas o que leva a conclusão de que o discurso central gira em torno da tentativa de largar os vícios da vida boêmia. Neste caso o sentido segundo Pietroforte:

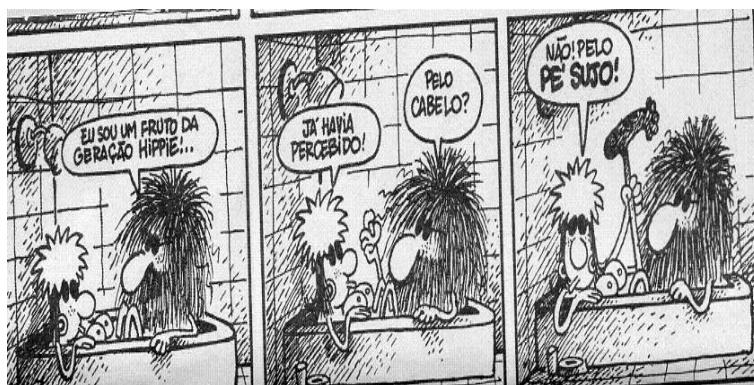
O sentido é definido pela semiótica como uma rede de relações, o que quer dizer que os elementos do conteúdo só adquirem sentido por meio das relações estabelecidas entre eles (...) os demais elementos que compõe seu discurso adquirem sentido nas relações que estabelecem em sua coerência, de modo que entre outras relações, esses elementos adquirem outros sentidos. (PIETROFORTE, 2004, p. 12-13).

Definido desta forma o sentido a ser estudado na teoria da semiótica por Pietroforte recebe reforço das teorias da formação discursiva que se subdivide em plano de conteúdo e plano de expressão:



A Semiótica estuda a significação que é definida no conceito de texto. O texto, por sua vez, pode ser definido como uma relação entre um plano de expressão e um plano de conteúdo. O plano de conteúdo refere-se ao significado do texto, ou seja, como ele faz para dizer o que diz. O plano de expressão refere-se à manifestação desse conteúdo em um sistema de significação verbal, não-verbal ou sincrético. (PIETROFORTE, 2000, p. 11)

Outro fato interessante no trabalho com o projeto com as Tiras é a contextualização sócio-histórica que é feita para os alunos antes da leitura dos textos como uma espécie de introdução. É necessário situar os alunos quanto ao autor, seu tempo histórico e social de produção e as ideologias da época, porque sem isso como os leitores, podem atribuir sentidos a textos que não pertencem a seu tempo? Se o educador não apresentá-los de forma contextualizada. Note que para interpretar a Tira abaixo é preciso conhecimento prévio sobre o movimento Hippie e de seus estereótipos divulgados pelo senso comum, só assim, torna-se possível entender o humor da Tira.



ANGELI, Arnaldo Filho. **Rebordosa do começo ao fim.** L&PM: Porto Alegre, 2006, p. 48.

Nesta tira as imagens e as palavras trabalham mutuamente como elementos coesivos de recorrência e reiteração da seguinte forma: a imagem do cabelo no segundo quadro reitera através do estereótipo da figura dos *hippies*, a frase “geração *hippie*” do primeiro quadro, reforçando o estereótipo de que todo *hippie* é cabeludo e sujo. Já no terceiro quadro, a frase “não, pelo pé sujo” e a imagem do pé do personagem com sua cor diferenciada do resto do desenho funcionam como elementos de reiteração e recorrência;



**DISCURSO, SOCIEDADE E CULTURA**  
I Encontro de PESQUISADORES em ESTUDOS DISCURSIVOS  
ISBN 978-85-7539-765-7

tanto reitera a informação estereotipada sobre os *hippies* como, através da recorrência, deixa a tira progredir para interpretação final coerente dentro do sentido interno do gênero.

Note que: a imagem do cabelo acaba reforçando o discurso central da narrativa, exercendo uma função simbólica que é típica do plano das imagens, que seria a de transmitir mensagem através do seu todo. Assim, ela nos transmite, neste caso, sua mensagem de humor derivada das imagens caricatas e seu texto que brinca com estereótipos globalizados, ficando claro o discurso pejorativo sobre o movimento Hippie.

A metodologia trabalha a busca por elementos coesivos verbais e não verbais que podem remover ou atribuir sentido para gera uma interpretação, alem de destacar a característica principal do gênero Tira que é a ambigüidade responsável por manter o humor na narrativa, ou seja, a atuação conjunta do humor ambíguo do texto verbal e das imagens aciona o conhecimento prévio, gerando uma determinada interpretação, atribuindo coerência ou não. Contudo, a atuação desses elementos nem sempre é simultânea, podendo ocorrer à predominância de um determinado aspecto, seja do aspecto da coesão textual ou do aspecto da coesão das imagens (coesão plástica) e tudo isso deve ser observado e posto em discussão pelo docente durante a leitura. Em algumas tiras é possível chegar à coerência sem a coesão textual, só utilizando a coesão plástica. Em outras tiras a coesão plástica seria insuficiente para se atingir um todo coerente. Observe um exemplo de coesão plástica:

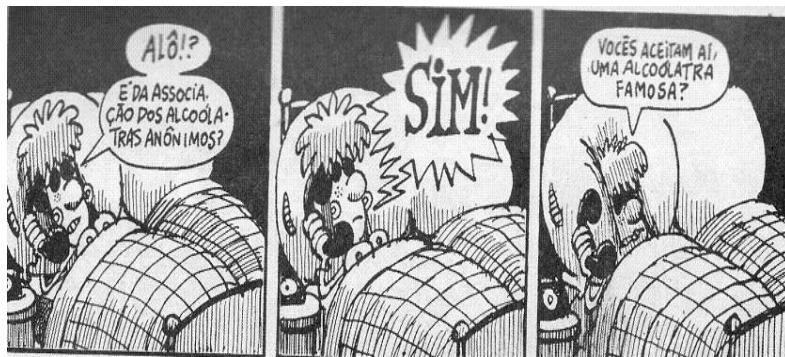


ANGELI, Arnaldo Filho. *Rebordosa do começo ao fim*. L&PM: Porto Alegre, 2006, p. 19.



Se tirarmos as imagens do exemplo acima nunca chegaremos ao sentido coerente de que o obstáculo da vida desta personagem é o vício em bebidas e cigarros. Apenas com o texto a mensagem ficaria vaga.

Já no exemplo abaixo, acontece o contrário: a predominância é textual, mesmo que se retirem as imagens ainda percebe-se o discurso de humor da tira relacionado ao alcoolismo; neste caso, a coesão que carrega os significados é a textual:



ANGELI, Arnaldo Filho. **Rebordosa do começo ao fim.** L&PM: Porto Alegre, 2006, p. 25.

Durante a apresentação, as leituras e interpretações da Tiras observam-se ao discursões sobre os aspectos culturais que envolvem os textos. Discussões estas que acabam enriquecendo o processo de Letramento e contribuindo para ampliação da visão de mundo que seguindo os pressupostos da AD é caracterizada como visão ideológica.

E essa visão de mundo é expressa pela linguagem porque é o instrumento de comunicação verbal e é com a linguagem que os indivíduos expressam suas idéias, por isso assevera Fiorin que não existe visão desvinculada da linguagem.

Todas estas análises descritas acima de forma detalhada demonstram exemplos de leituras embasadas na base teórica da Análise do Discurso, que considera não só os aspectos de superfície de texto, como também aspectos relevantes ao período histórico dos textos, a cultura que circula sua produção, fatos que rodeiam a autoria do texto, assim como as ideologias.

Os respectivos modelos de análise também chamam atenção pela forma democrática de abrir discussões com os alunos do ensino fundamental II trabalhando assim



a boa convivência entre as culturas em que aqueles alunos estão inseridos e consequentemente estimulando a tolerância entre os leitores com formações discursivas distintas e muitas vezes provenientes da diferença de classe social, das estruturas familiares e outros aparelhos ideológicos aos quais os sujeitos estão individualmente ou coletivamente subordinados.

A metodologia de leitura depois de todas as considerações e discussões que compõe a análise ainda é proposto aos alunos a escritura de textos e a reescrita das tirinhas, dando a chance ao aluno de expor sua opinião e levantar discussões sobre os argumentos que embasam sua própria produção. O que significa dizer que a linguagem torna-se instrumentos de inúmeros discursos “O lugar da linguagem é um médium social em que se articulam e defrontam agentes coletivos e se consubstanciam relações interindividuais” (BRAGA, 1980 in BRANDÃO, 1980 p.12 Apud LUCENA, I.T. p.58). Esta proposta de escritura e reescrita se baseia na interação, tanto discursiva como textual, fazendo com que os escritos produzidos em sala tenham o destino a que se propõe que é serem lidos, correspondendo assim ao princípio básico do letramento que é ler e escrever para o uso em sociedade, mesmo porque este é o sentido de escrever como reforça Antunes:

Por isso é que não tem sentido escrever quando não se está procurando agir com outro, trocar com alguém alguma informação, alguma idéia, dizer-lhe algo, sob alguma pretexto. Não tem sentido o vazio de uma escrita sem destinatário, sem alguém do outro lado da linha, sem uma intenção particular. (ANTUNES, 2005, p. 28).

Por fim, o sentido do texto não pode se separar do leitor, pois este é o principal motivo de sua existência. O leitor atribui sentido ideológico, sócio-histórico e etc., que antes não era percebido por uma leitura desatenta, proporcionando um aproveitamento de várias possibilidades de assimilar seu conteúdo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**



De acordo com a análise das Tirinhas feita neste artigo, o professor observará juntamente com seus alunos outras formas de estudos mais aprofundados, principalmente sobre a ideologia que o texto representa.

As análises textuais feitas anteriormente pelo professor eram insuficientes e não resolviam as dificuldades de interpretação contidas na perspectiva implícita do texto que será observada de maneira crítica na perspectiva da AD que estimula uma leitura atenta do texto. Essa leitura atenta ao discurso contribuirá no desenvolvimento ideológico, sócio-histórico do aluno. O leitor atento observará os implícitos contidos nos mais variados textos, fazendo uma leitura crítica, contextualizando a obra em seu tempo.

Por fim o professor atento desenvolverá discussões acerca de elementos anteriormente ‘ocultos’ e não percebidos, concebendo assim, um nível de leitura mais amplo, que contribuirá de forma significativa para a formação da criticidade do leitor do Ensino Fundamental II.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Irandé. **Lutar com palavras:** coesão e coerência. Parábola: São Paulo, 2005.
- ANGELI, Arnaldo Filho. **Rebordosa do começo ao fim.** L&PM: Porto Alegre, 2006
- PIETROFORTE, Antonio Vicente. **Semiótica visual:** os percursos do olhar. Contexto: São Paulo, 2004.
- SANTOS, Daniela Yuri Uchino. **Texto e imagem em mania de explicação de Adriana Falcão.** Disponível em: <http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publicaestudos-2005/4publica-estudos-2007.htm>. Acesso em: 29/11/09.
- CAGNIN, Antonio Luiz. **Os quadrinhos.** Ática: São Paulo, 1975.
- ANGELI, Arnaldo Filho. **Rebordosa do começo ao fim.** L&PM: Porto Alegre, 2006.
- LUCENA, I.T. **Fiando as tramas do texto.** 1. ed. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2004.

# O DISCURSO RELIGIOSO ATUALIZADO PELAS COMPOSIÇÕES DE EDSON GOMES

Débora Juliana Ramos dos Santos

## INTRODUÇÃO

“(...) Podemos afirmar que discurso, tomando como base a Análise do Discurso, não é a língua, nem o texto, nem a fala, mas que necessita de elementos linguísticos para ter uma existência material. (...) discurso implica uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente linguística. Referimo-nos a aspectos sociais e ideológicos impregnados nas palavras quando elas são pronunciadas. (FERNANDES, 2007, p.18)

A Análise do Discurso trabalha com as lacunas existentes na fala. Sabendo disso, nos utilizamos das brechas existentes no discurso do cantor Edson Gomes para fazer a relação entre as letras das músicas *Babilon Vampire* e *Mundo perdido* com o discurso bíblico, especificamente o livro de Daniel. Fazemos comparações entre o cantor e o personagem bíblico a fim de ilustrar melhor a apropriação do discurso.

O *corpus* da pesquisa é composto pela análise de duas músicas selecionadas com o objetivo de enfatizar o discurso religioso. Empregamos uma metodologia qualitativa, já que não temos por finalidade quantificar dados, mas sim compreender o fenômeno em questão. Iniciaremos o trabalho com breves comentários sobre a Análise do Discurso de linha francesa onde será tomado o conceito de ideologia, a importância da formação discursiva e o poder de influência do discurso. Para melhor compreensão dos argumentos será abordada um pouco da história com foco nas características do Império Babilônico. Falaremos sobre a posição do personagem Daniel inserido nesse enquanto cativo, enfatizaremos sua posição diante das propostas oferecidas, e a significância de cada recusa feita por ele. Procuramos resgatar a história para melhor entendimento, bem como os princípios pautados na bíblia pelas e músicas atualizados e introduzidos no contexto social atual.

Os objetivos deste trabalho são: tornar perceptível o poder da ideologia demonstrando através do exemplo apresentado como o sujeito (locutor) pode fazer uso da ideologia para formar o caráter de outros seres, em proporção ao o poder que lhe é dado na sociedade. Chamar a atenção para a importância que o gênero música tem hoje no meio social e os alcances infinitos deste. Demonstrar com fatos que o discurso nunca morre, ele

apenas é passado de geração em geração adquirindo novas formas, recebendo volume, e porque não dizer, ganhando mais força.

Assim, pensando do ponto de vista da Análise do Discurso, as músicas são de grande importância para a observação de diversos fatores, tais como, a relevância das condições de produção para produzir uma interação com o público e fazer com que o sujeito, enquanto interlocutor, se identifique e se aproprie do discurso alheio fazendo, muitas vezes, daquele discurso sua carga de conhecimento sobre determinado assunto, o discurso então, passar a ser não mais do de um indivíduo (como autor da composição), mas se torna discurso de muitos mesmo estes não sabendo o real significado do que cantam. A música serve para divulgar um assunto, tornar uma cultura conhecida, muitas vezes, formar identidades, estender valores pessoais ou sociais, entre outros; isso tudo a partir de um só ser que se dispõe a passar suas ideias para a sociedade através de letras e melodias. Sem falar que hoje a música é de muito fácil acesso em todo mundo, e alcança todas as classes sociais, causando também o interesse, diferentemente de um livro.

## BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DA ANÁLISE DO DISCURSO

“O discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas e deve ser remetido a relações de sentido nas quais é produzido.” (PÊCHEUX, 1997)

A análise do discurso tem por objeto o discurso. Esse discurso deve ser analisado considerando seu contexto histórico-social e suas condições de produção. Isso implica dizer que todo discurso está sujeito a ser compreendido em sociedade, ou seja, no social, ponderando os aspectos ideológicos e históricos nos diferentes contextos. Na tentativa de refletir sobre a noção de discurso, explorando as noções de sentido e de produção de sentido, deteremo-nos às formações ideológicas. Como explica Althusser (1974), “a ideologia é um sistema de representações que, na maior parte do tempo, nada tem a ver com a ‘consciência.’” Tais representações, afirma o autor, podem ser imagens ou conceitos, mas, sobretudo é como estruturas que elas se impõem aos homens, sem passar por suas consciências. Ideologias são concepções de mundo extraídas de determinadas comunidades sociais em determinados momentos históricos. A ideologia é construída com base na visão de mundo de cada indivíduo ou comunidade social. É criada a partir das experiências vividas e das conclusões tiradas destas. Todo indivíduo é dotado da capacidade de extrair

lições das experiências, assim como também é capaz de resgatar, mesmo que inconscientemente, discursos anteriormente concebidos.

O sujeito não é o centro do seu dizer, ou seja, ele tem a ilusão de controlar os sentidos dos seus dizeres, mas na realidade este sujeito, que é fruto da relação entre linguagem e a história, age de acordo com o meio social que ocupa.

“O sujeito é, então, visto não mais como autônomo, mas como constituído segundo as formações discursivas e ideológicas relacionadas com sua posição no processo sócio-histórico.”  
(LUCENA, in ALVES, 2001, p. 104)

O sujeito do discurso não é totalmente livre, nem totalmente determinado por concepções exteriores, ele é na verdade formado a partir da relação com o outro, nunca sendo fonte inusitada do sentido, tampouco elemento onde o discurso tem origem. Nesta perspectiva, o sujeito é considerado hidrogênio do discurso, ou melhor, de diferentes formas discursivas.

“Constituindo o discurso um dos aspectos materiais de ideologia, pode-se afirmar que o discurso é uma espécie pertencente ao gênero ideológico. Em outros termos, a formação ideológica tem necessariamente como um de seus componentes uma ou várias formações discursivas interligadas. Isso significa que os discursos são governados por formações ideológicas. São as formações discursivas que, em uma formação ideológica específica e levando em conta uma relação de classe, determinam ‘o que pode ser dito’ a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada.”  
(BRANDÃO 2004, p.47-48)

A formação discursiva caracteriza-se pela presença de diferentes discursos. De acordo com as marcas culturais que envolvem o sujeito sua identidade ideológica é formada. Esta identidade está sempre em construção, não é fixa, pois é um processo ininterrupto de recepção de informações e, a partir daí, produção de ideias. Os enunciados que antecedem e sucedem o discurso são formadores do mesmo. O discurso é o encontro entre a atualidade e a memória. Todo enunciado retoma enunciados elaborados anteriormente.

As menções culturais a que um texto remete advém da produção de um sujeito ideologicamente marcado. O sentido do seu dizer está ligado a uma concepção discursivoideológica correlativa a de outros sujeitos.

Deteremo-nos a observar também os processos da investigação psicanalítica e a relação desta com o sujeito de acordo com Locan (citado por Mussalim, 2008) que aborda com mais precisão os seus conceitos acerca da sua visão em relação ao inconsciente do sujeito, ele explica que “o inconsciente é lugar desconhecido, estranho, de onde emana o discurso do pai, da família, da lei, em fim do outro se define e ganha identidade.” O sujeito é um inconsciente, pois ele é regido por uma ideologia dependendo do contexto social. O sujeito não tem liberdade para dizer o que quer, ele é conduzido por suas ideologias e estas são as construções de discursos alheios.

## A BABILÔNIA NO CONTEXTO SOCIAL E BÍBLICO

Localizada próximo ao Iraque, entre os rios Tigre e Eufrates, a Babilônia, cujo nome, segundo os judeus, vem do hebraico antigo “Babel” que significa “confusão” e caracterizou-se por orgias e perversões. Considerados como politeístas, os babilônicos tinham seus deuses que eram representados com a força humana. Simbolizavam as forças da natureza e os astros do céu. Segundo Piletti (2002, p.27), “os povos da Mesopotâmia acreditavam que a natureza era povoada por espíritos maus que preparavam ciladas e por espíritos bons que protegiam humanidade contra esses demônios.” A prática da magia era comum, assim como a da adivinhação e astrologia.

O povo babilônico era muito avançado em relação à sua época, demonstravam grandes conhecimentos em arquitetura, agricultura, astronomia e direito. O Império Babilônico exercia forte influência, pois dominava áreas importantes para o desenvolvimento de uma sociedade. Após o reinado de Hamurabi (1728-1686 a.C.) Nabupalaras foi quem iniciou a nova dinastia, que teve como principal soberano seu filho Nabucodonosor (605-563 a. C.) responsável pela conquista de Jerusalém, em 587 a.C., e por levar cativos os israelitas.

Voltando-nos para o texto bíblico, especificamente no livro de Daniel, vemos a história de quatro jovens escolhidos pelo chefe dos eunucos do reinado de Nabucodonosor, moços dotados de sabedoria, inteligência e instrução, nos quais, segundo o relato bíblico, não havia defeito algum e que estavam aptos para assistirem no palácio real, desde que lhes

fossem ensinadas as letras e línguas dos babilônicos. Antes que pudessem apresentar-se diante do rei, foi determinado que fossem alimentados durante três anos com iguarias e vinhos oferecidos no palácio de acordo com a cultura e costumes dos babilônicos. Daniel (um dos jovens israelitas), recusou-se a comer dos manjares, pois, por serem politeístas, os babilônicos tinham leis, costumes e crenças que iam de encontro aos princípios honrados pelo jovem judeu que tinha como Deus o Criador do céu e da terra, que por sua vez estabeleceu mandamentos a serem seguidos pelo “Seu povo”, entre eles o de não comer certos animais considerados como impuros e não dobrar-se diante de outros “deuses”, considerando a prostração como um gesto de rendição, submissão e adoração, o que só era devido ao seu Deus. Neste sentido, ao recusar comer as porções oferecidas no palácio e mais a frente (capítulo 3) não dobrar-se diante da imagem de ouro criada por ordem do rei, Daniel e seus amigos estavam honrando seu Deus.

Daniel e seus amigos israelitas, por terem honrado seu Deus não tendo comido as iguarias do palácio permaneceram fortes e robustos em nada sendo diferenciado, em relação à aparência e a força, dos que se alimentaram com as comidas do palácio. Em consequência a renúncia de se prostrar diante da estátua de ouro Daniel, Hananias, Misael e Azarias foram lançados na fornalha de fogo ardente (ver Daniel 3) por ordem do rei. Nada aconteceu aos moços enquanto estavam na fornalha, um anjo do Senhor apareceu livrando-os da morte. Mais a frente, no capítulo 6, Daniel se encontra outra vez em apuros. Estando para se nomeado governador por ser um homem justo e íntegro diante de Deus e dos Homens, Daniel tinha costume de adorar a Deus todos os dias durante a viração do dia.

Sabendo disso,

“os presidentes e os príncipes procuravam achar ocasião contra Daniel a respeito do reino; mas não podiam achar ocasião ou culpa alguma; porque ele era fiel, e não se achava nele nenhum erro nem culpa. Então estes presidentes e príncipes foram juntos ao rei, e disseram-lhe assim: Ó rei Dario, vive para sempre! Todos os presidentes do reino, os capitães e príncipes, conselheiros e governadores, concordaram em promulgar um edicto real e confirmar a proibição que qualquer que, por espaço de trinta dias, fizer uma petição a qualquer deus, ou a qualquer homem, e não a ti, ó rei, seja lançado na cova dos leões. Agora, pois, ó rei, confirma a proibição, e assina o edicto, para que não seja mudado, conforme a lei dos medos e dos persas, que não se pode revogar. Por esta razão o rei Dario assinou o edicto e a proibição.” (Daniel 6: 49)

Daniel, sabendo do edito real, foi como de costume orar a seu deus e os homens que conspiravam contra ele vendo isto fizeram menção diante do rei, que que o edito fosse cumprido. Como consequência Daniel foi lançado na corva dos leões, porém mais uma vez foi salvo pelo anjo enviado pelo Senhor.

“E, chegando-se à cova, chamou por Daniel com voz triste; e disse o rei a Daniel: Daniel, servo do Deus vivo, dar-se-ia o caso que o teu Deus, a quem tu continuamente serves, tenha podido livrar-te dos leões? Então Daniel falou ao rei: O rei, vive para sempre! O meu Deus enviou o seu anjo, e fechou a boca dos leões, para que não me fizessem dano, porque foi achada em mim inocência diante dele; e também contra ti, ó rei, não tenho cometido delito algum.”  
(Daniel 6: 20-22)

## A FORÇA DA IDEOLOGIA

“A ideologia se materializa nos atos concretos, assumindo com essa objetivação um caráter moldador das ações.”(BRANDÃO, 2004, p. 25)

Entendemos como ideologia a relação entre o imaginário do indivíduo, que resulta na formação do caráter, com aquilo que ele executa na realidade. Os ideias são externadas também através do discurso tonando clara a formação ideológica do sujeito.

Em entrevista ao site iBahia.com Edson Gomes fala um pouco sobre sua crença religiosa. Veja a seguir:

“iBahia – Você é religioso?

Edson Gomes - *Religioso não. Sou espiritual crente, que crê em um Deus e em Jesus Cristo, mas não na versão católica. Creio em Jesus Cristo da Bíblia.*

iBahia – Rastafari é uma religião ou um estilo de vida? Como você se encaixa nela?

Edson Gomes - *É uma religião filosófica, mas não a sigo. Eu leio a bíblia tenho como guia Jesus Cristo e não sou rastafari. Eu me visto de rastafari, gosto do movimento, do visual, mas na concepção de indivíduo não sou rastafari. Eu sou cristão.*”

Tendo em vista que o cantor Edson Gomes tem fundamentos cristãos, fica fácil observar a influência do discurso religioso em suas composições. Percebemos a relação

existente entre a música “Babylon Vampire” a história da Daniel brevemente detalhada acima.

Ao chamar, no título, a Babilônia de “vampiro” o cantor chama a atenção e abre brechas para diversas interpretações. Segundo o dicionário Aurélio vampiro é uma “entidade lendária que, segundo superstição, sai das sepulturas, à noite, para sugar o sangue dos vivos; aquele que enriquece a custa alheia e/ ou ilicitamente.”

O império babilônico começou a decair após a morte de Nabucodonosor em 561 a.C. Hoje podemos considerá-lo como um império morto fisicamente, mas que se mantém vivo em termos de influências, entre elas o politeísmo.

### Babylon Vampire

*Moro na Babilônia  
Mas não sou daqui  
Vivo na Babilônia  
Mas não sou daqui.*

*Não dobro meus joelhos Diante de imagens*

*Não sigo seus conselhos*

*Nem meu Deus é estrangeiro.*

*Não creio que eles*

*Possam me ajudar*

*Não creio que eles*

*Possam me salvar.*

*Um dia encontrei*

*Um certo Senhor*

*Que muito me falou*

*Tantas coisas me ensinou*

*Não matai, filho*

*Não roubai, filho*

*Não condenai, filho Não julgai*

*Mesmo que, eu venha parecer*

*Mesmo que, pareça ser assim*

*Mesmo assim, não vá se confundir*

*Jesus é luz, é luz, é luz, é luz (É luz, Jesus é luz) Oh now!*

*Jesus é luz, é luz, é luz, é luz (É luz, Jesus é luz)*

*Eu não sou, não, não, não*

*Não sou  
Não sou da Babilônia Não, brother*

Atualizados acerca do contexto histórico e bíblico que envolve a Babilônia, seguiremos com a análise da música *Babylon Vampire* fazendo a relação entre ela e a história de Daniel e apreciando o resgate do discurso bem como a apropriação deste pelo compositor da música.

Na história de Daniel que entendemos que a postura do rapaz diz que o fato de estarmos cercados por um sistema não significa ceder aos seus apelos. Mesmo que seja natural do ser humano se adequar ao lugar em que se encontra, seja na forma de falar, de se vestir ou até mesmo de agir, o jovem e seus amigos não abandonaram os mandamentos que aprenderam desde que eram crianças. Quando estamos inseridos em um contexto tendemos a manifestarmo-nos de acordo com suas influências. Sabendo disso o autor da música, ao repetir que não faz parte da Babilônia, reafirma que por mais fortes que sejam o modo de organização e o estilo de vida babilônico não têm validade em sua vida. Mesmo tendo que fazer uso das “vestes” oferecidas pelo sistema, suas idéias e princípios não foram afetados, não deixando sua identidade distorcida.

Edson Gomes faz uma comparação entre a Babilônia e o sistema que rege a sociedade atual. Mesmo a babilônia física não mais existindo, seus princípios e valores foram propagados pelo mundo e, de acordo com o texto bíblico, todo sistema que se opõe a Deus, não seguindo Seus mandamentos, pode ser chamado de “babilônia”. Assim, ao dizer que não é da babilônia apesar de está morando nela nos faz lembrar que Daniel teve a mesma atitude diante dos manjares oferecidos. Os “manjares”, no contexto do cantor, são as escolhas deste mundo, tais como, corrupção, desvalorização do outro, o dinheiro acima de tudo e de todos, a perda dos valores morais, a falta de princípios, entre outros.

É perceptível a recusa em curvar-se diante de outros deuses e assim desobedecer ao primeiro mandamento da lei mosaica (dada a Moisés), assim como Daniel fez arriscando sua própria vida para honrar uma lei que, além de estar estabelecida na terra, estava também fixada em seu coração e isto lhe dava a certeza de que os conselhos (valores) de “deuses estrangeiros” não poderiam libertá-lo da escravidão, já que foram eles mesmos que o prenderam.

Edson Gomes nos permite entender que ele não andava com Deus desde os primeiros dias de sua vida assim com Daniel, porém ao ouvir Seus ensinamentos logo

percebeu que para que houvesse a libertação daquele sistema que o aprisionava deveria haver o ensino. A verdade para ele estava no Deus da bíblia, o que não o permitiu se envolver com os deuses do sistema em que estava inserido. Para chegarmos a se opor totalmente a uma lei, a ponto de arriscarmos nossas vidas, precisamos ter fixa dentro de nós uma opinião forte ao ponto de resistir a toda e qualquer ameaça a esse princípio. É isto que Edson Gomes expõe na música. O fato da palavra “Senhor” está escrita com “S” maiúsculo nos remete a idéia que está referindose ao Deus da bíblia.

*“Não matai, filho  
Não roubai, filho  
Não condenai, filho  
Não julgai”*

Os mandamentos contidos no Antigo Testamento no livro de Exodo capítulo 20.

Essas ordens foram dadas aos israelitas, tidos como povo de Deus, para que as guardassem e as cumprissem. Ainda hoje os cristãos aplicam estes princípios bíblicos em suas vidas. O compositor resgata estes valores trazendo-os à tona e tornando-os conhecidos por um público que a bíblia, por si só, não alcança. Isso só reforça a idéia de Gregolin quando diz que “não há um único enunciado que não retome outros e com ele dialogue; não há um único enunciado sem margens, pois ele será sempre povoado por outros enunciados” (Prelo, p.5). Nesse sentido, os valores pessoais estão sempre preenchidos de discursos ideológicos.

Edson Gomes utilizando-se de sua influência social expõe suas “verdades” a um público admirador de seu trabalho, aparentemente apenas com intenção de divertir, mas que por trás disso existe toda uma idéia formada com o objetivo de introduzir na mente do interlocutor sua ideologia.

Segundo Chauí, citado em Brandão (2004, p.22), a ideologia organiza-se “como um sistema lógico e corrente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar, o que devem valorizar, o que devem sentir, o que devem fazer e como deve fazer” (p.22). Assim, ao fazer uso de tal influência social, o cantor dita, enquanto locutor, também seus valores aos ouvintes, e porque não dizer seguidores, já que ele prega as ideias bíblicas na sociedade atual assim como Jesus, em Mateus 28: 19-20, mandou que fosse feito: “Portanto ide, fazei

discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo; Ensinando-os a guardar todas as coisas que eu vos tenho mandado; e eis que eu estou convosco todos os dias, até a consumação dos séculos. Amém.”

Diante disso, cabe esperar que:

“A análise do discurso concebe o discurso como uma manifestação, uma materialização da ideologia, decorrente do modo de organização dos modos de produção social.”  
(MUSSALIM, 2008, p.128)

Através da música podemos passar nossas crenças e valores, aquilo que consideramos importante, pois a música é um gênero que possibilita grande alcance social e nela podemos expor nossas ideias de forma clara. Nesse sentido, que compõe uma música tem o poder de influenciar. Caracterizando-se como um gênero fértil intertextualmente, a música viabiliza a realização de inferências entre o dito e o não-dito no texto, permitindo-nos identificar sua intencionalidade, a intertextualidade presente no seu discurso, levando em consideração o contexto sócio-histórico e ideológico dos sujeitos. Estão bem expostos nas canções de Edson Gomes seus valores de vida trazendo-os de volta, já que os princípios bíblicos estão sendo desconsiderados, banalizados e substituídos por novas “regras” ou falta delas, na sociedade atual.

“Analizar o discurso implica interpretar os sujeitos falando, tendo a produção de sentidos como parte integrante de suas atividades sociais.” (FERNANDES, 2007, p. 21)

O discurso religioso deixa marcas por onde passa. Mesmo o discurso bíblico tendo sido concebido a milhares de anos atrás, sua voz continua ecoando e ganhando novas interpretações. Todo discurso traz em si uma enorme bagagem de ideologias e quando chega a nosso alcance fazemos uso dele acrescentando nossas próprias ideologias. Assim continuará sempre, um discurso nunca morre, ele ganha novas formas.

Na música Mundo Perdido retrata a realidade mundial na atualidade. O compositor tenta passar sua visão do mundo que desconsidera os valores bíblicos. Assim, a canção Babilon Vampire mostra a negação do autor em relação aos costumes babilônicos e a música abaixo evidencia o resultado do mundo que segue preceitos contrários à Bíblia.

### **Mundo Perdido**

*Nossas vidas nas ruas já não valem nada  
ninguém sabe se está vivo na próxima parada  
é tanta lama tanto vício tanto oportunismo...  
ninguém sabe se estará vivo no próximo domingo...  
essa vida aqui na terra já não faz sentido  
Lá em Brasília ninguém cumpre compromisso...  
são tantos gatos... tantos ratos corroendo os partidos...  
novamente Brasília ninguém tem compromisso  
ninguém  
sociedade falida...os bons costumes falidos..os trabalhadores  
falidos..  
aposentados falidos...nossa segurança falida...nossa  
segurança...a nossa...  
educação falida...os professores falidos...salas de aulas  
falida....a juventude falida....a nossa previdência  
falida...significa que nossa saúde está toda ofendida  
as ruas andam cheias de hipócritas...*

A música nos remete a ver que a violência está presente a todo instante, na parada de ônibus, em casa, na escola, mas não é apenas a violência explícita de agressões físicas, mas também a que está no poder, de quem tem autoridade para mudar a realidade de corrupção e nada faz. Só quem é satisfeito com a autoridade é quem a tem. A canção fala dos políticos brasileiros, quando diz: “Lá em Brasília ninguém cumpre compromisso”. O discurso que a canção nos leva a ter é o de revolta em relação aos gastos desnecessários e a falta de consideração dos políticos, que só falam em compromissos na hora de arrecadas votos para suas campanhas eleitorais.

“A língua é um instrumento de poder e veicula a ideologia da classe dominante, dentro das instituições que representam os interesses desta classe .” (GREGOLIN 1988:131 in ALVES)

Estamos vivendo em uma sociedade falida de princípios morais, de trabalho miserável, com um salário mínimo que mal dá para o sustento básico, uma educação em péssimas qualidades, o sistema de saúde não dá conta de tanta gente por falta de verbas e os corredores dos hospitais cheios de pessoas morrendo por negligência e sendo tratadas como animais. Nossa juventude sem noção de qual seja o real significado de família,

respeito, pudor e amor ao próximo. Como resultados disso todos fecharam os olhos para esse mundo que está perdido.

Esse mundo apresentado é o mundo que segue o sistema da babilônia, que abandona os princípios e prefere viver sem regras e sem prestação de contas, onde o que realmente importa é a imposição do mais forte. A falta de identidade e a quebra dos princípios geram o conforto momentâneo, mas jamais a satisfação completa e agradável de quem sabe o que está seguindo, por mais que não seja bem da forma planejada, o fim prometido pela religião cristã é a vida eterna e o aniquilação de toda e qualquer dor para aqueles que perseverarem até o fim e não se prostrarem diante de outros deuses, assim como Daniel permaneceu fiel e não sofreu danos, pois foi livrado pelo Senhor seu deus nas ocasiões em que foi tido como culpado do ponto de vista babilônico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] a ideologia é definida como uma visão, uma concepção de mundo de uma determinada comunidade social de uma determinada circunstância histórica. Isso vai acarretar uma compreensão dos fenômenos linguagem e ideologia como noções estreitamente vinculadas e mutuamente necessárias, uma vez que a primeira é uma das instâncias mais significativas em que a segunda se materializa. Nesse sentido, não há um discurso ideológico, mas todos os discursos o são. (BRANDÃO, 2004, p. 30).

Podemos concluir que todo discurso está carregado de intenções e que todo ele é constituído de discursos alheios. O sujeito é ser é regido pelos contextos e pelas contribuições que cada um deles traz. Os contextos por sua vez, estão carregados de ideologias sempre em construção.

Julga-se, aqui, que está pesquisa adquire relevância do ponto de vista prático, pois auxilia o sujeito (interlocutor) a perceber as intencionalidades existentes por trás de um discurso e que todo ele, por mais simples que pareça ser, traz suas questões ideológicas defendidas, que ao serem passadas, até mesmo por uma música.

Algo tão utilizado em nossa sociedade, como a música, é uma grande fonte de ideias podendo ser usado para incutir valores, persuadir sem deixar marcas aparentes, preencher lacunas emocionais e ao mesmo tempo formar a identidade de um grupo social moldando-o a sua escolha.

É essencial que ao fazer uso de um discurso o sujeito, enquanto interlocutor, faça

uma análise crítica do que está dito e tente desvendar o que é não-dito no texto afim de escolher “conscientemente” que tipos de discursos estão sendo infiltrados em sua mente.

Em síntese, embora os textos analisados não tenham interpretações vindas diretas do autor, tomamos como base para a análise a história, cultura e envolvimentos religiosos já que o sujeito imprime em seu discurso as ideias que vêm sendo formadas ao longo de sua vida, considerando sua crença.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Eliane Ferraz et al. **Linguagem em foco.** João Pessoa: Ideia/ UFPB, 2001.
- BRANDÃO, Helena Nagamine. **Introdução à análise do discurso.** 2 ed. Campinas, Editora UNICAMP, 2004.(P. 13-32)
- FERNANDES, Claudemar Alves. **Análise do Discuso:** Reflexões Introdutórias. 2ed. São Carlos: Claratuz, 2007.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. **Linguagem e História:** relações entre a lingüística e a Analise do Discurso. Unesp-Araraquara. (Prelo)
- MUSSALIM, Fernanda. **Linguística I.** Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2008.
- PILETTI, Nelson ET AL. **Toda a História:** História Geral e do Brasil. Ática, 2002.
- Bíblia Sagrada.** Revista e atualizada. 2º Ed. Sociedade Bíblica do Brasil.
- GÓIS, Fábio. **Entrevista com o cantor Edson Gomes.** Disponível em: <<http://ibahia.globo.com/entrevistas/artigos/default.asp?modulo=1990&codigo=93906>> Acesso em: 24/03/2011.

## A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO POLÍTICO E A MEMÓRIA SOCIAL

Aline Cunha de Andrade Silva  
Ariela Fernandes Sales

### 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Para se falar em discurso, é necessário que antes se mencione todo o percurso teórico que embasa essa área de estudos. Debruçados sobre o texto, os estudiosos da Análise do Discurso completaram, de certa forma, os estudos da Linguística textual, no sentido de considerar o sujeito e o contexto social em quaisquer enunciados, pertencentes a quaisquer gêneros textuais.

Neste sentido, entender os processos existentes em todo e qualquer recurso, requer, antes, uma análise do contexto histórico no qual o sujeito que realiza enunciados está situado, como também dos aspectos relacionados à memória social e história. É a partir de tais premissas que se pretende observar aqui o funcionamento do discurso político contido em uma propaganda de um ex-prefeito da cidade de João Pessoa, a fim de se entender quais os possíveis direcionamentos da sua enunciação.

Para tanto, o aporte teórico irá se focar em três sentidos: o primeiro voltado para a natureza do discurso, com Pechéux (1999) e Davallon (1999), o segundo situando os estudos sobre o texto com Koch (2006) e Oliveria (2010) e o terceiro, voltado para os fenômenos comunicacionais, especificamente os voltados para a publicidade e propaganda política, a partir das teorias de Garcia (2004) e Carrascoza (2005).

Análises preliminares apontam que a utilização da imagem de um indivíduo em uma propaganda tem a finalidade de referenciá-la positivamente para o público-alvo atingido. Entretanto, ao se tratar de um político, isto pode mudar de figura: a partir do resgate da memória histórica e social do discurso deste político, a imagem do mesmo pode se tornar negativa para uma possível campanha eleitoral.

### 2 O DISCURSO PUBLICITÁRIO

É bastante comum no dia-a-dia de um indivíduo do século XXI conviver com a presença da comunicação, da publicidade e da propaganda. Seja quando este assiste TV, quando liga o rádio ou mesmo quando recebe um panfleto em meio a um

congestionamento. Acontece que raramente - à parte os teóricos da área – reflete-se sobre o significado de tais palavras de conhecimento aparentemente tão corriqueiro.

Das inúmeras definições e conceituações correntes que os termos acima trazem consigo, percebe-se quase sempre uma relação de sinonímia entre a propaganda e a publicidade, uma supressão da segunda em relação à primeira, ou mesmo um processo metonímico em que se englobam esses dois termos, colocando-os dentro de um eixo maior que à comunicação de forma geral.

Entretanto, os teóricos deste campo intelectual, apesar de apresentarem pequenas distinções, concordam, de forma geral, com a conceituação de tais palavras. Sobre a comunicação sabe-se que sua origem é advinda do latim *communis*, de onde deriva ‘comum’, com o sentido de pertencer a todos (DUARTE, 2003). Em acepção mais específica, pode-se dizer que esta é um processo de transmissão de conteúdo de um para o outro, com vistas a uma mudança (SANTAELLA, 2001).

Já sobre a propaganda, tem-se uma definição mais abrangente de Vestergaard & Schroder (2000) que tratam de dois tipos de propaganda, a comercial e a não-comercial, sendo a primeira considerada “publicidade de prestígio”, em que empresas anunciam seus produtos/serviços para consumidores e outras empresas, e a segunda se dá com a comunicação entre órgãos governamentais, sem a intenção de lucro, mas de conscientização (p. 16).

Por sua vez, na visão de outro autor, a publicidade pode ser entendida como uma *divulgação* da idéia e/ou imagem – por torná-la pública - de uma empresa/instituição. Já a propaganda pode ser entendida como uma *comunicação persuasiva de idéias* (POSSATO, 2010, p. 03), mais voltada para a persuasão do consumidor quanto à qualidade do produto divulgado. Com a mesma linha de pensamento, mas mais interessada nas questões lingüísticas, Monnerat (2003) afirma que ambas as palavras são de origem latina, sendo “publicidade” algo que pretende tornar algo público e “propaganda”, como a intenção de propagar idéias.

É, pois, justo pelo viés lingüístico que se percebe uma das ferramentas mais importantes para que se divulgue/propague um produto e/ou serviço através de processos comunicativos: o texto publicitário. Tal texto é passível de intensos contatos com o campo imagético, funcionando ora como protagonista, ora como co-adjuvante no processo de (re)significação da publicidade/propaganda apresentada ao consumidor.

É também o texto publicitário aquele que toma como base os princípios funcionalistas da linguagem, a partir dos quais se postula a existência de seis elementos para a comunicação – dentre os quais o emissor, a mensagem e o receptor – com a finalidade de que os interlocutores deste processo estejam continuamente atingindo o repertório cultural do outro para que se efetue um processo de comunicação com interação (VANOYE, 1998).

Dos seis elementos da comunicação derivam seis funções da linguagem correspondentes. Ao elemento ‘mensagem’ se liga a função poética, por exemplo. Esta mesma mensagem, que é parte importante no processo de criação publicitária, não se dá da mesma maneira como produzimos nossas mensagens no cotidiano. Ela, por efeitos de melhor visualização no mercado, se pretende sempre mais criativa e inovadora.

Dessa forma, a função poética é amplamente encontrada em textos que visam dar ênfase à sua mensagem - por meio de recursos como figuras de linguagem, ou mesmo por recombinações de elementos morfossintáticos - inclusive no texto publicitário. Como diz (PIGNATARI, 2004, p. 17) “Descobriu Jakobson que a linguagem apresenta e exerce função poética quando o eixo de similaridade se projeta sobre o eixo de contigüidade.”, ou seja, que a função poética da linguagem se dá quando o eixo paradigmático se sobrepõe ao sintagmático, produzindo o efeito de polissemia no texto em questão.

A área da Lingüística se ocupou mais dos estudos estruturalistas e funcionalistas da linguagem até chegar, posteriormente, a tomar o texto como objeto de estudo. Esta fase se divide em três momentos: O de análise transfrástica – partindo da frase para o texto – o das gramáticas textuais – toma o texto como uniforme – e o da teoria do texto – em que se vai do texto ao contexto (ESPÍNDOLA e SOUSA, 2007).

Este terceiro momento é o que constitui a chamada “Lingüística textual” e como dito, entende o texto como um processo que envolve as condições de produção, recepção e compreensão do mesmo, sendo este informativo, formal, criativo ou científico. Neste sentido, pode se dizer que o texto publicitário é pautado nessas “premissas” da LT, pois intenta direcionar seu conteúdo para um determinado público-alvo, com determinada intenção (de venda), a partir de determinado contexto.

O texto publicitário, na verdade, por possuir tantas características específicas, acaba por constituir um gênero; o gênero publicitário. Sendo um campo integrante da Lingüística Textual, o estudo dos gêneros discursivos é justo a parte que leva em conta as condições de produção/recepção de um texto. Os gêneros são os “tipos relativamente estáveis de enunciados”, como diz Bakthin (1997, p. 279). Os ‘instrumentos’ através dos

quais conseguimos construir um texto que respondam as perguntas “O que, para quem, por que e quando”.

Assim, o gênero publicitário possui seus enunciados, que diferem dos enunciados de uma carta, uma notícia, ou um artigo, por exemplo. Isso se deve devido às características intrínsecas a esse gênero – por sua composição, seu estilo e seu conteúdo temático – que diferem das dos demais. E essa diferença é sempre clara para o leitor, mesmo que ele não tenha conhecimento destes termos.

Quando em contato com uma propaganda, seja pelo conteúdo temático persuasivo ou pelo estilo fluido que permite comunicação com outros gêneros, o leitor nunca irá confundi-lo com uma receita devido ao que se chama *competência metagenérica* – a de reconhecermos os textos imersos nas práticas sociais – já que “os gêneros textuais – práticas sociocomunicativas – são constituídos de um determinado modo, com uma certa função, (...) o que nos permite (re)conhecê-los e produzi-los, sempre que necessário.” (KOCH, 2006).

Esse reconhecimento, seja na produção ou compreensão dos gêneros textuais, é maximamente testado quando os gêneros entram em contato uns com os outros, mesclando-se de acordo com o propósito comunicativo. Sobre este fenômeno, a autora discorre:

Afirmar que os gêneros são produzidos de determinada forma não implica dizer que não sofrem variações ou que elegemos a forma como o aspecto definidor do gênero textual em detrimento de sua função. (...) A hibridização ou a intertextualidade intergêneros é o fenômeno segundo o qual um gênero pode assumir a forma de um outro gênero, tendo em vista o propósito de comunicação. Não raro, pode ser verificado em anúncios, tirinhas e até mesmo em artigos de opinião (KOCH, 2006, p. 106 e 114).

A hibridização entre gêneros ocorre, pois, por uma razão comunicativa. Como informa o trecho acima, esse recurso pode comumente ser verificado em anúncios que se “camuflam” de outros gêneros, para aumentar a atração exercida sobre o consumidor. Isto ocorre em uma propaganda do submarino que utiliza o formato de um testamento, em que a interlocutora deixa de herança seus antigos produtos, para adquirir outros supostamente melhores, oferecidos pelo Submarino, já que esta ganhou na loteria (ver em KOCH, 2006, p. 117).

O leitor rapidamente reconhece que não se trata de um testamento pelas próprias marcas do anúncio; o slogan e a logomarca, corroborando tanto o reconhecimento do mesmo em relação aos gêneros sociocomunicativos quanto o diferencial de uma propaganda que ultrapassa a lógica do Exórdio, narração, provas e peroração do esquema aristotélico (CARRASCOZA, 2005).

O conceito de intergenericidade apresentado remonta ao conceito-base de intertextu-alidade/dialogismo. O princípio é o mesmo, uma vez que a intertextualidade se apresenta como o diálogo de um texto com vários outros, como ocorre com os gêneros em relação a outros gêneros. Ou mesmo que “todo texto retoma, explícita ou implicitamente, outros textos, na medida em que se constitui nas ‘relações dialógicas intertextuais e intratextuais?’” (BAKTHIN apud ESPINDOLA e SOUSA, 2007, p. 15). Ou ainda de acordo com Marcuschi (2008) no seu trabalho sobre os sete critérios da textualidade, a intertextualidade é definida como um “diálogo” entre textos que o falante promove em seu discurso, relacionando diversos textos dentro do que está sendo tecido.

Ainda sobre a ‘natureza’ do gênero publicitário, tem-se que este é também de caráter deliberativo, uma vez que por mais sagaz, explícita e persuasiva que uma propaganda seja, ela sempre pretende aconselhar o consumidor em potencial sobre os benefícios em adquirir determinado produto/serviço (CARRASCOZA, 2005). Dessa forma, a propaganda enquanto objeto de estudo faz avultar diversas teorias que têm uma área de intersecção com ela, das questões lingüísticas às literárias.

Todas elas são utilizadas com um único fim: a persuasão. Por isso se usa, em larga escala, uma gama de recursos lingüísticos, como a valorização da mensagem, a exploração de aspectos semânticos da linguagem e também de recursos visuais e audiovisuais, dependendo da mídia em questão, de modo a acessar a memória do consumidor, em uma espécie de ‘insight’ frente ao anúncio.

Há, entretanto, diferentes graus de utilização de tais recursos de acordo com as variantes existentes no *briefing* de criação publicitário: o público a ser atingido, o produto/serviço oferecido, em que prazo, etc. Dependendo destes fatores, pode se decidir como proceder na criação; para um serviço mais formal como um escritório de advocacia, prestigia-se a norma culta, com imagens tradicionais, já se o serviço anunciado se trata de uma lanchonete para adolescentes a criação tem mais liberdade para o uso de gírias e de cores condizentes com a realidade do seu público-alvo. Assim acontece também com a propaganda política.

Por mais formal que pareça, por se tratar de ideários e pensamentos que tenham ligação direta com o cidadão, a propaganda política também usufrui do incremento que a língua proporciona para a propagação de tal discurso, apresentando também o critério da intertextualidade e trabalho lingüístico de forma geral, sem, contudo, se fartar de ambigüidades que podem ter efeito contrário no propósito comunicativo.

Em nota de apresentação em um livro-base para o estudo do tema, *A propaganda política* (2002) de Jean-Marie Domenach, Nélson Jarh Garcia explica que os termos ‘propaganda’ e ‘publicidade’ em língua portuguesa são usados indistintamente e que no livro em questão, original em língua francesa, o termo ‘propaganda’ é exclusivamente relacionado à questões políticas, como pode se perceber com o trecho:

A propaganda confunde-se com a publicidade nisto: procura criar, transformar certas opiniões, empregando, em parte, meios que lhe pede emprestados; distingue-se dela, contudo, por não visar objetos comerciais e, sim, políticos: a publicidade suscita necessidades ou preferências visando a determinado produto particular, enquanto a propaganda sugere ou impõe crenças e reflexos que, amiúde, modificam o comportamento, o psiquismo e mesmo as convicções religiosas ou filosóficas. Por conseguinte, a propaganda influencia a atitude fundamental do ser humano. (DOMENACH, 2002, p. 12)

Assim, a propaganda política não se interessa em divulgar produtos/serviços. Seu foco se detém na propagação de uma ideologia. Como toda comunicação, visa influenciar o comportamento do interlocutor e mais ainda; provocar uma mudança de ponto de vista neste mesmo interlocutor. Esse tipo de propaganda não quer preencher lacunas de um indivíduo nem alimentar suas ilusões, mas sim agir em suas crenças mais profundas, de modo a voltar-se positivamente para a ideologia que prega a propaganda em questão.

Há, no entanto, uma bifurcação no que tange à prática da propaganda política; a existência também do marketing político. Sendo o marketing uma ciência que intenta atender as necessidades do mercado, ela pode ser entendida no contexto aqui estudado como sendo responsável por “...orientar e direcionar as idéias do partido, candidato e governo, em função das necessidades que se detectam (...) é potenciar relações duradouras com os eleitores (...) é ajustar as medidas às necessidades do estado e da sociedade (...) no sentido de os servir sempre melhor, aproximando o governo dos governados (GARCIA et alii, 2004, p. 02).

Em outras palavras, existe, de fato, uma preocupação do Marketing político em satisfazer as necessidades dos indivíduos, mas por um viés social e não particular, dos desejos e anseios que a Publicidade pretende preencher. A finalidade é fazer com que a imagem do candidato em questão, como suas propostas, consigam se adequar à ideologia de seus eleitores, de modo a manter-se um laço de afinidade duradouro com os mesmos.

Entretanto, há que se destacar o Marketing político do Marketing eleitoral, em que “O primeiro é utilizado na gestão política ou administração pública para garantir a eficiência do uso das ferramentas adequadas para a comunicação com a população (...). Já o marketing eleitoral representa hoje o que de mais eficiente pode se levar a termo em uma campanha eleitoral” (GARCIA et alii, 2004, p. 02-03). Ou seja, o Marketing político pode ser utilizado tanto durante uma gestão política quanto antecedendo uma eleição, por sua vez, o Marketing eleitoral é utilizado apenas durante a própria eleição, onde são postas em prática as premissas da Publicidade e Propaganda.

Dessa maneira, a análise aqui realizada pretende observar até que ponto a propaganda e o Marketing político são capazes de acessar a memória histórica de seus eleitores, a respeito dos feitos do político em questão, além de considerar se a imagem deste mesmo político – já conhecido pela população – é ponto positivo ou negativo em sua campanha, ao associar seu aniversário ao da cidade que se encontra em constante crescimento.

### **3 IMAGEM E MEMÓRIA**

No nosso cotidiano nos deparamos com uma série de textos, verbais e não-verbais, que possibilitam diversas interpretações e efeitos de sentidos, associados ao ser social atravessados pela memória, que se apropria do enunciado. O caráter de opacidade da linguagem, ou seja, o fato dela não oferecer as informações necessárias para a interpretação de discursos, ocorridos por via de enunciados; associa a língua ao sujeito e a suas práticas discursivas, a fim de garantir sentido aos enunciados.

A Análise do Discurso tem como objeto de estudo o discurso e o seu processo de construção. A investigação gira em torno da busca pelos indefinidos efeitos de sentidos promovidos pelo exterior dentro do discurso, utilizando para tanto os procedimentos adequados a fim de denunciar a opacidade da linguagem.

O discurso é entendido enquanto conjunto de práticas armazenadas a memória, podendo-se afirmar, dessa forma, que o processo constitutivo do discurso está na memória. O entrecruzado do passado e do presente, associado aos discursos já ditos, produzem efeitos de sentido quando ligados à memória e à história.

Propomos uma discussão acerca da memória social e sua relação com a história no processo subjacente às práticas discursivas, que garantem efeitos de sentidos ao discurso analisado. Como o nosso objeto de análise é um *outdoor*, no interessamos também pela interrelação entre imagem e memória, no sentido de observar como a mídia participa desse processo constitutivo da memória social.

O termo memória é empregado aqui “(...) não no sentido psicologista da ‘memória individual’, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador” (PECHÉUX, 1999, p.50). Sobre a memória social, Davallon (1999) ao propor uma reflexão sobre a imagem contemporânea como operadora da memória, introduz tal reflexão apontando algumas observações importantes sobre memória social. Ressaltamos tais apontamentos para proporcionar uma familiarização com o termo e o seu usual emprego.

Segundo o referido autor, existem duas constatações imprescindíveis no que tange à discussão sobre memória social. A primeira atenta para o fato de que para que exista memória o fato ou acontecimento seja significativo, tenha uma força em si, para que possa posteriormente fazer impressão. A segunda constatação ressalta a importância de o fato lembrado reencontrar sua vivacidade, podendo ser reconstruído a partir de fatos e noções comuns aos diversos membros da sociedade em questão.

A memória coletiva consiste portanto nessa dimensão intersubjetiva e grupal. Há, porém um caráter paradoxal da memória coletiva: ao passo que ela conserva o passado, ela também apresenta forte fragilidade ao tempo, uma vez que está associada ao que permanece vivo na consciência de um grupo, desaparecendo junto com ele. Nesse aspecto, ainda de acordo com Davallon (1999), Halbwachs opõe memória coletiva à história, “o foco da tradição” ao “quadro dos acontecimentos”, a “lembrança” ao “conhecimento”.

Gregolin (2001) colabora para concepção de memória social afirmando que:

A memória social, inscrita em práticas de uma sociedade, constrói-se no meio-termo entre a a-temporalidade do mítico e a forte cronologia do histórico; isto porque, apesar de determinada pela ordem do histórico, não chega a ser, como esta, uma memória construída, ordenada e sistematizada. (p.70)

Retomando a distinção entre memória e história. Ressaltamos que a primeira não resiste ao tempo, em detrimento da segunda, que permanece independente da existência de determinado grupo, ou seja, de questões físicas. A memória detém a seu favor o poder de impressão e a vivacidade. Nesse contexto, os objetos culturais surgem como um entrecruzamento entre memória coletiva e história. Possibilitando ainda o controle da memória social. Esta, de acordo com Davallon (1999) tem como operador a imagem. O autor afirma que desde o século XVII a imagem oferece uma grande possibilidade de reservar vivacidade, uma vez que além de representar a realidade ela conserva a força das relações sociais, promovendo, dessa forma, impressão sobre o espectador.

A publicidade utiliza-se dessa

(...) imagem em complementariedade com o enunciado lingüístico para apresentar – tornar presentes- as qualidades de um produto e conduzir assim o leitor a se recordar de suas qualidades, mas também a fazê-lo se posicionar em meio ao grupo social dos consumidores desse produto; a se situar, a se representar esse lugar. (DAVALLON, 1999, p. 28).

A imagem torna-se eficaz pela sua capacidade de se inscrever em uma problemática da memória societal. A imagem concreta é, portanto, uma produção cultural com grande eficácia simbólica. O espectador desenvolve um processo de produção de significação, no qual há uma liberdade de interpretação. Isso ocorre também graças ao foto da significação não estar explicitada na própria imagem. Ela também garante ao espectador um determinado lugar social de onde ele produz efeitos de sentido.

Sobre esses aspectos Pechêux (1999) corrobora com Davallon no que tange ao efeito de repetição e de reconhecimento que garante à imagem uma espécie de “recitação do mito”. “Na transparência de sua compreensão a imagem mostraria como ela se lê, quer dizer, como ela funciona enquanto diagrama esquema ou trajeto enumerativo” (PÊCHEUX, 1999, p.50).

A memória discursiva seria, portanto, aquilo que diante de um texto estabelece os “implícitos”. Surge então a questão: onde residem os implícitos? De acordo com as proposições de P. Achard, expostas em Pêcheux (1999), os implícitos não podem ser encontrados de forma estável e explícita. Haveria, no entanto, um processo de repetição e na regularização onde residiriam os implícitos, sob a forma de retomada de efeitos,

paráfrases. Os acontecimentos discursivos, por sua vez, podem interferir na regularização, desmanchando-a, inserindo novas possibilidades, deslocando e desregulando os implícitos. Essa possibilidade de abalar a regularidade dos implícitos promove um jogo de força na memória, sob o choque do acontecimento: organizando-se no sentido de manter a regulação e absorver o novo acontecimento, mas também no movimento oposto de perturbar a ‘rede dos implícitos’.

A repetição pode ser entendida como um efeito material que une comutações e variações assegurando uma estabilidade por meio da repetição literal dessa identidade material. Surge a possibilidade da recorrência de um item ou do enunciado pode produzir uma fragmentação da identidade material do mesmo, uma vez que a memória abre a materialidade da palavra para as possibilidades de metáforas. É produzida uma repetição vertical antes de chegar ao produto da paráfrase.

A opacidade estabelecida na divisão entre o “mesmo” e a metáfora, momento que determina quando os implícitos não são mais reconstrutíveis é o que possivelmente impulsiona os estudos da Análise do Discurso no sentido de investigar os efeitos de montagem das sequências, afastando-se das evidências de paráfrases do enunciado.

Retomando a materialidade do enunciado, Davallon (1999) ao apontar as duas características semióticas responsáveis pela eficácia simbólica da imagem, relaciona o fato da potência perceptiva ser mais duradoura, já que as significações se perdem com o tempo; e a imagem como operadora de simbolização. Ela seria uma aproximação entre oposições formais e instância textual e enunciativa, entre materialidade e sentido.

O referido autor conclui suas observações acerca da imagem associada à memória, afirmando o papel da imagem como operador de memória social no seio de nossa cultura. A imagem ao operar um acordo nos olhares, uma vez que a reconstrução de um acontecimento passado necessita, para tornar-se lembrança, de pontos de vistas compartilhados, confere ao quadro da história a força da memória. Sendo o registro de uma relação intersubjetiva e social, conforme afirma Davallon.

#### **4 ANÁLISE DO CORPUS**

Conforme dito anteriormente, tomamos como *corpus* para este artigo um *outdoor* de publicidade política do ex-gestor da cidade de João Pessoa, Círcero Lucena, e provável candidato a reeleição. O *outdoor* objeto de nossa análise foi exposto nas principais vias da

capital paraibana, na semana em que a mesma comemorava seus 426 anos e buscava ressaltar a semelhança entre a data de fundação da cidade, 5 de agosto, e o aniversário do político.

Num fundo azul, a imagem do ex-prefeito da cidade de João Pessoa é colocada ao lado de fotografias de vários pontos da capital, tais como o Parque Solon de Lucena, o Centro Histórico, o pôr do sol na orla e a Avenida Epitácio Pessoa. Além dos textos não verbais, há o seguinte enunciado: “Cícero e João Pessoa nascidos em 5 de agosto”. O outdoor é assinado como sendo uma “Homenagem dos amigos pessoenses”, conforme é visto no mesmo. Reproduzimos a seguir a imagem relatada.



Conforme apontamos anteriormente, na discussão sobre imagem e memória social, a imagem possibilita uma aliança entre história e memória, garantindo àquela a vivacidade desta. Neste sentido, encontramos nessa imagem fatores que permitem um diálogo entre memória e história. A fotografia Cicero Lucena resgata fatos da história, no caso a sua ex-gestão municipal, associada a imagens de pontos de João Pessoa. O conjunto destas imagens proporciona o resgate na história, da gestão municipal liderada pelo político. A imagem nesse sentido “rememora” o fato histórico.

O fundo azul, utilizado no outdoor, permite ainda o regate da cor do partido político ao qual Cícero Lucena é filiado. A utilização dessa cor ao fundo, remete de forma implícita, às campanhas publicitárias feitas outrora para eleição do candidato à prefeitura de João Pessoa, possibilitando uma associação de cunho eleitoral à imagem exposta como “homenagem”. O texto exposto nas cores branca e amarelo também são características das propagandas políticas do Partido Socialista Democrático Brasileiro (PSDB).

O enunciado “Homenagem dos amigos pessoenses” pode ser interpretado como uma expressão de acolhimento da cidade ao ex-prefeito, demonstrando uma suposta relação

de carinho e companheirismo. O termo “homenagem” retrata o caráter de gratidão e respeito tentados imprimir por meio do substantivo. Essa homenagem remete ao fato histórico da gestão municipal do político, agregando à esta valores positivos, de bom administrador público, digno de gratidão por parte dos nascidos nesta cidade. O termo “pessoense” promove uma ligação entre o político e aniversariante, Cícero, e a gratidão, amizade e companheirismo atribuídos aos que nasceram na cidade de João Pessoa e comemoram a data da sua fundação e também do nascimento de um ex-administrador público municipal que colaborou para sua prosperidade.

É buscado, dessa forma, imprimir uma relação intrínseca entre o político Cícero e a cidade de João Pessoa, unidos pela semelhança na data de nascimento e fundação, respectivamente. Esse efeito de sentido trás a identificação entre e ambos através da ligação realizada previamente por meio dessa data compartilhada. Toda essa relação entre a cidade e o político permite gestos de interpretação que apontem a relação intrínseca como um fator de identificação e de entendimento que fazem com que Cícero seja o político mais ligado à cidade e pode melhor que os outros, administrá-la com sucesso, já que é o púnico que possui uma ligação tão intensa com a cidade.

A assinatura demonstrando ser uma homenagem dos amigos, mas não de qualquer amigo, dos amigos nascidos nesta cidade, aponta o acolhimento e o reconhecimento. As saudações a ambos, num indicativo de reconhecimento dessas características do político e de gratidão, como foi dito anteriormente. Esse reconhecimento pode ser interpretado como a compreensão de que ele é o possível candidato a prefeito da capital paraibana cuja relação de proximidade com a mesma, além do seu histórico como ex-administrador público, fazem com que ele seja o candidato acolhido e apoiado pela população pessoense.

A publicidade que aparentemente parece uma simples “homenagem” de amigos pessoenses, ganha um caráter de prévia de campanha política, uma vez que as eleições para prefeito da cidade ocorrerão no ano seguinte.

Os efeitos de sentidos acima mencionados são acessados no entrecruzado da memória social e da história, mediados pela imagem. Tais gestos de interpretação são possíveis de serem acessados por aqueles que conhecem a carreira política de Cícero na capital Paraibana. O indicativo de uma candidatura a reeleição torna-se possível ao analisar a formação discursiva, tendo em vista também o processo eleitoral que terá início no ano seguinte.

O *outdoor*, mesmo buscando construir esse discurso em torno da figura política de Cícero, a fim de colocá-lo de volta no cenário público da cidade de forma positiva e visando um processo eleitoral no qual ele seria candidato, apesar de todo discurso construído, trás consigo também outros fatos presentes na memória social. Cícero Lucena esteve envolvido, durante seus mandatos políticos, em vários escândalos de corrupção cuja repercussão de seu a nível nacional. Ao buscar agregar a vivacidade da memória ao fato histórico de suas gestões administrativas, trouxe à tona uma série de acontecimentos que são negativos para uma possível candidatura à reeleição.

A memória e a história associadas nas construções discursivas da imagem proporcionam a lembrança de vários acontecimentos significativos para determinada sociedade. O outdoor se utilizar imagens e propor esse entrecruzado dá vivacidade a várias lembranças, inclusive as que não eram desejadas nesse momento. A imagem concreta é uma produção cultural com grande eficácia simbólica. O espectador desenvolve um processo de produção de significação, no qual há uma liberdade de interpretação. Isso ocorre também graças ao fato da significação não estar explicitada na própria imagem. Esse caráter de pluralidade de interpretações da imagem possibilita que surjam efeitos de sentidos cuja intencionalidade não era construí-los, gerando por vezes, o efeito contrário ao desejado. Essa é uma dimensão de liberdade de interpretação da imagem que pode influenciar e prejudicar o efeito de sentido desejado.

A análise da formação discursiva aponta outros efeitos de sentido possíveis, buscando ver além do que está dito explicitamente. A imagem enquanto operador da memória social proporciona, a partir da sua eficácia simbólica, além do entrecruzamento memória e história, a confluência de vários aspectos inerentes a ela que contribuem de forma significativa para construção de efeitos de sentidos.

A análise do *corpus* corrobora os estudos de Davallon (1999) e Pêcheux (1999) no que diz respeito aos aspectos constitutivos do discurso e a eficácia da imagem enquanto registro de uma relação subjetiva e social.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Análise do Discurso ao buscar denunciar a opacidade da linguagem por meio da investigação dos efeitos de sentido promovidos por elementos externos do texto se

propõe a debruça-se sob a formação discursiva a fim de observar, através dela, a linguagem de forma transparente.

A imagem enquanto operador da memória social possui grande eficácia simbólica e graças à opacidade da linguagem, permite a formação de diferentes gestos interpretativos. A análise do *corpus* veio corroborar os estudos de Davallon (1999) e Pêcheux (1999) sobre a relação entre imagem e memória, bem como a eficácia da imagem para publicidade. Há, no entanto que se ressaltar que a liberdade de interpretação permite acessar lembranças e construir efeitos de sentidos cujo resultado não seja compatível com o que desejava construir. Conforme o caso apresentado na análise do *corpus*.

## REFERÊNCIAS

- KOCH, I.G.V. (2006). **Introdução à lingüística textual.** São Paulo: Editora Martins Fontes DAVALLON, Jean. A imagem uma Arte de Memória. In: Achard, Pierre et al. **O Papel da Memória.** Trad. de José Horta Nunes. Campinas: Pontes 1999.
- PÊCHEUX, Michel. Papel da Memória. In: Achard, Pierre et al. **O Papel da Memória.** Trad. de José Horta Nunes. Campinas: Pontes 1999.
- BAKTHIN, Mikhail. **Estética da criação verbal.** São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- CARRASCOZA, João Anzanelo. **Razão e sensibilidade no texto publicitário.** São Paulo: Futura, 2005.
- DOMENACH, Jean-Marie. A propaganda política. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLíbris/proppol.html>> Acesso em: 01 set.2011.
- DUARTE, Eduardo. Por uma epistemologia da comunicação. In: LOPES, Maria Immacolata Vassalo (Org.). **Epistemologia da comunicação.** São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- JAKOBSON, Roman. **Linguística e Comunicação.** São Paulo: Cultrix, 2000
- KOCH, Ingodore. **Ler e compreender os sentidos do texto.** São Paulo: Contexto, 2006.
- GARCIA, Mauro Neves; SILVA, Dirceu da; ZUCCOLOTTO, Rodrigo. **Correlação das estratégias de marketing político com o processo de decisão do eleitor.** Disponível em: <[http://www.fecap.br/adm\\_online/art0503/art5031.pdf](http://www.fecap.br/adm_online/art0503/art5031.pdf)> Acesso em: 02. set.2011.
- MONNERAT, Rosane Mauro. **A publicidade pelo avesso.** Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2003.

- OLIVEIRA, Verônica Maria Kamel. Múltiplos discursos acerca da noção de texto. In: ESPÍNDOLA, Lucienne; SOUSA, Maria Ester Vieira de (org) **O texto:** vários olhares, múltiplos sentidos. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.
- PIGNATARI, Décio. **O que é comunicação poética.** Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.
- POSSATO. **O garoto propaganda brasileiro.** Disponível em: [http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/a/aa/GT7\\_-\\_08\\_-\\_O\\_Garoto-propaganda-Alesandra.pdf](http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/a/aa/GT7_-_08_-_O_Garoto-propaganda-Alesandra.pdf). Acesso em: 31 ago.2011.
- SANTAEA, Lúcia. **Comunicação & Pesquisa:** projetos para mestrado e doutorado. São Paulo: Hacker, 2001
- SCHRODER, Kim; VESTERGAARD, Torben. **A linguagem da propaganda.** 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000
- VANOYE, Francis. **Uso da linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.